RUI MIGUEL DA SILVA TEIXEIRA

Políticas Vitivinícolas em Portugal (1833 - 1843):
A questão duriense

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA – PORTO – 2001

AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração do presente trabalho recebi a colaboração e apoio de vários elementos aos quais deixo, desde já, um profundo agradecimento.

A nível de arquivo, os funcionários da Biblioteca Municipal do Porto, sobretudo os dos Departamentos de Periódicos e Reprografia, cederam-me toda a atenção e colaboração possível. A eles, um grande elogio para o seu profissionalismo.

Agradeço ainda as críticas e sugestões concedidas pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira. O seu apoio contínuo e inteira disponibilidade deixam-me uma grande dívida de gratidão e apreço pelo seu trabalho e orientação cientifica.

Uma palavra de carinho para com a minha família. Não sei como agradecer toda a paciência disponibilizada para com o mau humor suscitado pela pressão desta tarefa. Para a minha esposa, uma palavra em especial: desculpa-me alguma ausência que tenhas sentido da minha parte. A tua presença deu-me força nos momentos mais dificeis.

Porto, 14 de Outubro de 2001

ÍNDICE

Agradecimentos 2

Introdução 5

Capítulo 1 – A produção e o comércio dos vinhos durienses (1838-1843) 8

1.1 A produção 9

1.2 A organização do comércio 19

1.3 Os mercados consumidores 28

Capítulo 2 – A questão da Companhia (1838-1843) 35

2.1 A Instituição e sua evolução legislativa 35

2.1.1 Durante o período da *Ordem* 36

2.1.1.1 A Legislação de 1838 a 1842 37

2.1.2 Com o Cabralismo 58

2.1.2.1 O projecto original 59

2.1.2.2. A discussão do projecto 64

2.1.2.3 A regulamentação de 23 de Outubro de 1843 82

2.1.3 As forças intervenientes 85

2.1.3.1 A definição das facções/agrupamentos 86

2.2 Organização e funcionamento 95

2.2.1 A organização e funcionamento dos modelos estudados 95

2.2.1.1 A proposta de 2 de Janeiro de 1838 96

2.2.1.2 A Companhia de 7 de Abril de 1838 98

2.2.1.3 O Projecto de 5 de Maio de 1839 100

2.2.1.4 Organização e funcionamento do *Banco Agrícola-Comercial do Douro* 101

2.2.1.5 A Companhia de 21 de Abril de 1843 106

Capitulo 3. O Comércio dos Vinhos e as Relações Internacionais. 110
3.1 Introdução 110
3.2 As relações comerciais e diplomáticas com o Brasil 111
3.2.1 O comércio entre Portugal e o Brasil 111
3.2.2 O comércio dos vinhos no Brasil 112
3.2.3 A diplomacia luso-brasileira e o comércio dos vinhos 114
3.3 O Regulamento do Tratado de Navegação e Comércio com Espanha de 1841 115
3.3.1. Introdução 116
3.3.2 Caracterização geral do Tratado 117
3.3.3 O Regulamento de "Polícia e Tarifa de Direitos para a livre navegação do Douro" 119
3.3.4 Conclusão 120
3.4 O Tratado de Comércio e Navegação assinado entre Portugal e os E.U.A. em 26 de Agosto de1840 120
3.4.1 Introdução 120
3.4.2 Historial do Tratado 121
3.4.3 Os objectivos do Tratado 123
3.4.4 Os pontos polémicos 124
3.4.5 Conclusão 127
3.5 O Tratado de Navegação e Comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha 127
3.5.1 O comércio de vinhos na Grã-Bretanha 127
3.5.2 Os Tratados de Comércio e navegação de Portugal com a Grã-Bretanha 130
3.5.3. Tratado de Comércio e Navegação de 1842 132
3.5.4. A Convenção Adicional de Comércio 132
Conclusão 136
Bibliografia 144
Anexos 153
Anexos 1 Documentação Legislativa 153
Anexos 2 Representações 269
Anexos 3 Documentação Diplomática 293
Anexos 4 Discursos Parlamentares 316
Anexos 5 Artigos de opinião 517

INTRODUÇÃO

O presente trabalho centra-se na polémica "questão do Douro" polarizada na Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro procurando perceber as suas vicissitudes institucionais e políticas num período conturbado do século XIX português na passagem do setembrismo para o cartismo cabralista.

Este estudo procura percepcionar as transformações e possibilidades centradas nesta polémica instituição que, *mutatis mutandis*, marcou o discurso da economia política nacional e muitas paixões e ódios suscitou no Portugal vitivinícola.

O enquadramento cronológico deste estudo em cinco anos do Liberalismo Português, 1838 a 1843, justifica-se pela riqueza de propostas detectadas nas fontes coevas. Este período revela-se essencial para a sobrevivência do então ameaçado sistema do vinho do Porto.

Mas este trabalho procura, ainda, escalpelizar a força da vitivinicultura na política nacional, a acção das lideranças regionais, a rivalidade e/ou complementaridade patente nas regiões vitivinícolas do Sul e do Norte dominado pela região duriense.

No entanto, o "nosso principal produto da riqueza nacional", como muitas vezes foi repetido neste período, também possuía uma importância estratégica na nossa política internacional. Ainda que sumariamente inventariam-se as tentativas dos sucessivos Governos em procurar novos mercados ou obter vantagens nos mercados tradicionais face à concorrência estrangeira.

Na realização deste trabalho, teve-se em conta a utilização das várias fontes documentais: imprensa, fontes legislativas e estudos da época.

No primeiro grupo inserimos os periódicos de opinião, como *O Periódico dos Pobres no Porto* e a *Revolução de Setembro* que, para além de apresentarem os projectos emitidos pelo Governo, publicam as reacções das forças regionais, nomeadamente os políticos, os lavradores e comerciantes ilustres, as suas reacções organizadas (instituições, representações camaràrias), estudos económicos e científicos. Em suma, toda uma riqueza documental vasta e válida, apesar das tendências políticas presentes em cada uma das suas pàginas.

No grupo das fontes legislativas incluem-se os Diários das diferentes câmaras – câmara dos deputados, senadores e pares – e o próprio *Diário do Governo*. Este último,

apesar do seu carácter de órgão oficial do Governo, permitiu colmatar algumas das outras séries, sobretudo, do *Diário da Câmara dos Senadores*. No Arquivo da Assembleia da República, foi-nos respondido que muitas das sessões se encontravam desaparecidas, ou então, remetiam para o *Diário do Governo*.

Dos periódicos supracitados, a fonte central foi o *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*. Os discursos dos representantes do Liberalismo português surpreenderam pela riqueza da sua erudição e força de algumas personalidades marcantes.

Das fontes bibliográficas compulsadas utilizaram-se obras de contextualização historiográfica geral e temática oitocentistas. Destas últimas destacam-se folhetos de enólogos e conhecedores da vitivinicultura nacional com enfoque na região duriense como Teixeira Girão ou o barão de Forrester.

Metodologicamente realizou-se um trabalho de pesquisa documental visando a recolha e inventário de todos os projectos legislativos, discursos parlamentares, representações e pareceres das entidades governamentais, associativas e particulares bem como uma grande diversidade de artigos científicos ou de opinião sobre as várias temáticas analisadas.

Em seguida, informatizou-se esta recolha através da criação de bases de dados para cruzamento e laboração da informação de forma rápida e acessível. Deste trabalho resultou o estudo que, sem esgotar o tema, aparece nas pàginas seguintes.

O trabalho divide-se em três capítulos.

O primeiro analisa várias características da produção e comércio dos vinhos na época em estudo. Aqui destacam-se os métodos de produção e vinificação, as tipologias existentes na época, os organismos intervenientes bem como alguns aspectos do comércio. Pode considerar-se este capitulo como uma súmula contextualizadora do tema central do trabalho.

O segundo capítulo debruça-se sobre a história institucional da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, considerando as suas convulsões no período liberal mas também as várias opções colocadas ao longo da sua remodelação. Faz-se, ainda uma tentativa de interpretação dos vários discursos e decisões tomadas.

O terceiro capitulo apresenta-nos os vinhos de Portugal, com destaque para os da região duriense, como um importante argumento de negociação da política externa

portuguesa. Assim, os tratados estudados possuem um carácter ora protector, ora promotor dos nossos produtos vinícolas nos mercados.

Publica-se em anexo a documentação relevante para a elaboração do presente trabalho assim como os principais discursos dos Deputados mais intervenientes na *questão duriense.*

CAPITULO 1
A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO DOS VINHOS DURIENSES (1838-1843)

Ao longo da primeira metade do século XIX, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada em 1756 para regular a produção e comércio dos vinhos do Douro, foi abalada pelos ímpetos do Liberalismo e foi perdendo progressivamente os seus poderes. O golpe fatal foi dado com o decreto de 30 de Maio de 1834 que aboliu as funções oficiais de regulação da Companhia. A produção e comércio ressentira-se desta medida com a quebra nas exportações para a Inglaterra e Brasil com reflexos nos preços e qualidade dos produtos. A par destas mudanças, a época Vitoriana marca a substituição progressiva do vinho do Porto pelo vinho de Xerez assistindo-se, durante a década de 1840, a uma luta pelo domínio do mercado britânico. O governo português procura responder às queixas dos agentes do sector e, a 7 de Abril de 1838, foi reinstalada a Companhia Geral da Agricultura dos vinhos do Alto Douro pelo período de 20 anos. A necessidade de mudança e a concorrência internacional suscitaram constantes apelos à uma maior diversificação da oferta à exportação.

Iniciou-se, assim, uma luta pela conservação e promoção da qualidade dos vinhos representada por José James Forrester que denunciou a utilização de qualidades crescentes de aguardente na interrupção da fermentação (dois a quatro almudes) defendendo a originalidade do produto duriense nos vinhos puros e secos, com pouca adição das aguardentes.

Falar da economia do vinho duriense, muito particularmente o designado «do Porto», na época considerada implica atentar em três factores essenciais para a sua descrição: a produção em si, os mecanismos, legais ou paralelos, de comercialização, e os consumidores.

Longe de isolar cada um destes braços do corpo económico analisado nos pontos subsequentes, o nosso objectivo será sublinhar, de forma sucinta, os seus aspectos mais relevantes. Mas vamos, também, sublinhar a sua relação de interdependência, como afirma António Barreto, "uma ideia principal: de um vinho, o consumidor e o mercado fizeram o vinho do Porto. Verdade, mas verdade incompleta. Nesta obra, ajudaram as técnicas e as ciências, da experiência acumulada ao sofisticado laboratório, passando

pelos testes compendiados. Mais ainda, ajudaram também o Estado, a política e a administração.[1]"

1. A produção.

a) a produção vinícola duriense

"A cultura das vinhas é sem duvida o primeiro manancial de riqueza d´este Paiz"[2], afirmava o Ministro da Fazenda Rodrigo da Fonseca Magalhães demonstrando a importância deste produto na economia nacional. De facto, e apesar das variações conjunturais, este produto representou entre 20 a 50% das receitas comerciais nacionais[3].

E nesta cultura destaca-se a região do Douro. Esta região produzia entre 80 a 90% dos vinhos exportados pela barra do Porto, sendo os restantes provenientes da Bairrada e Anadia. Coloca-se a questão de avaliar o seu peso quantitativo na produção nacional. David Justino coloca a produção do Alto Douro, em meados do século XIX em cerca de 20%[4]. No período que consideramos os números apresentados são os seguintes:

---

[1] MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990, p.15.

[2] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de Março de 1841.

[3] LAINS, Pedro –*Exportações Portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitad"*. In «Análise Social», n.º 91. Lisboa: I.C.L.S., p. 381 a 419. Este autor afirma que "Portugal, por seu lado, especializou-se na exportação de produtos de procura mundial (...). Estes produtos foram os vinhos, as frutas, os legumes, o azeite, os minérios e a cortiça em bruto", p. 394. O vinho, por si só, representava 51, 25% das exportações no período de 1840 a 1849.

[4] JUSTINO, David – *A formação do Espaço Económico Nacional: Portugal 1810-1913*, Vol.1. Lisboa: Edições Vega, 1988, p. 45. Em termos quantitativos delimita três grandes regiões. O Minho, região de vinhos verdes, com cerca de 30% da produção nacional; o Alto Douro, região de vinhos maduros com 20%, Estremadura e Ribatejo região de vinhos maduros com cerca de 20% da produção. No entanto, os discursos dos Deputados referem para esta última região uma produção anual de 160 mil pipas o que pode levar a reequacionar o peso da Estremadura na produção nacional pois, para além da exportação e consumo corrente temos que considerar a produção para a indústria das aguardentes. Cf. "Discurso do deputado Dias e Sousa" *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 12 de Fevereiro de 1843.

QUADRO 1:
Produção vinícola nacional e valores absolutos e relativos da produção duriense
(em milhares de hectolitros)

Anos	Produção nacional (mil. hl.)	Produção duriense (mil. hl.)	% da produção duriense
1838	3089 a)	378,0	12,2
1839	2957 a)	364,9	12,3
1840	3868	444,2	11,5
1841	2957 a)	487,2	16,5
1842	3182 a)	446,4	14,0
1843	3955 a)	458,6	11,6

a) Valores calculados a partir do subsídio literário

Fontes: MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: I.C.S.L. e MARTINS, Conceição Andrade – *Vinha, Vinho e Política vinícola em Portugal: Do Pombalismo à Regeneração* (Dissertação de Doutoramento).

Ao longo do período considerado verifica-se uma relativa estabilidade da produção duriense face à produção nacional. Isto mesmo durante os anos de 1841-43, época de crise de sobreprodução deste produto destinado à exportação[5].

Bennett explica os valores relativamente baixos da produção duriense nos anos de 1838 e 1839 pelos ventos e neves sentidos durante a Primavera. No ano de 1840 a vindima atingiu a normalidade qualitativa. A "novidade" de 1841 foi abundante mas de qualidade inferior, enquanto a de 1842 e 1843 as quantidades regressam à normalidade sendo a primeira considerada uma das melhores do século[6].

Podemos afirmar que a região demarcada do Douro seguiu a tendência da produção nacional. O seu peso na produção nacional – em média de 13% – diz pouco da sua real importância no mercado externo, centrado então quase em exclusivo na Inglaterra, marca um produto num mercado exigente, onde o vinho do Porto vê

[5] Esta situação advêm da sucessiva perda de importância dos vinhos durienses no mercado britânico ao longo das três primeiras décadas do século XIX: de 60% (1800-09) passa para 39% (1830-1839). A esta perda não será alheia o aviltamento da qualidade do produto proveniente da concorrência dos vinhos do Sul no período de liberdade comercial (1834 a 1838). Esta concorrência vai mesmo ressentir-se no mercado do Porto onde os vinhos do Douro enfrentam uma forte concorrência dos vinhos do Sul e vinhos verdes, mais acessíveis à população mais pobre. Por outro lado, o mercado brasileiro, deixa de absorver as elevadas massas vínicas nacionais, enquanto os vinhos estrangeiros, sobretudo espanhóis, invadem-no contestando a nossa supremacia.

[6] BENNETT, Norman R. - *O sistema do Vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização*. «Revista Douro estudos e Documentos», vol. I (2). Porto: G.E.H.V.I.D., 1996, p. 181 a 199 e PEREIRA, Gaspar Martins e ALMEIDA, João Nicolau – *Porto Vintage*. Porto: I.V.P, 1999.

perturbada a sua hegemonia quer pela concorrência dos vinhos da Estremadura e Bairrada, exportados pela barra do Douro, quer pela concorrência internacional de outros vinhos, sobretudo de Jerez de la Frontera.

b) Métodos de cultivo e preparação dos vinhos.

Para a obtenção de um vinho de qualidade é essencial todo um vasto trabalho de preparação quer da videira, quer do seu produto final. A região duriense constitui o sistema tradicional mais sistematicamente organizado, como consideram os mais eminentes enólogos[7] mas também o mais dispendioso: "O Paiz vinhateiro nunca póde ser rico porque o granjeio dos vinhos é o mais custoso, e o seu producto o mais incerto; e porque não sendo o vinho um genero de primeira necessidade está mais que nenhum outro sujeito às vicissitudes do abarateamento, que por muitos annos sucessivos pêsa sobre este genero"[8]. O "granjeio das vinhas" é a operação essencial do viticultor, abrangendo a preparação do terreno e a plantação e manutenção dos bacelos.

As cepas das castas mais frequentes - Bastardo, Alvarelhão, Touriga, Tinta Lameira, Tinta Francisca, Tinta Grossa, Sousão[9]- e de boa qualidade são plantadas em "valeiras" ou "valados", paralelos às curvas de nível das encostas, numa largura de 7 a 8 palmos (1,54 a 1,76 m) e 5 a 6 palmos (1,10 a 1,32m) de profundidade. No nível inferior da valeira levanta-se o "terraço" ou calço com 3 palmos (0,66m) de largura, numa altura de 1 a 2 metros. Na sua parte superior abria-se um rasgo com 0,66m de largo denominado "suchio". Este servia para amparar as videiras e obter terra para estas.Com estes trabalhos obtinham-se geios estreitos com uma largura de 3 a 5 metros com uma ou duas fileiras de cepas, paralelas entre si.[10]

---

[7] Cf. GIRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Tractado theorico e pratico da Agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade e conservação dos vinhos e da destillação das agoas ardentes.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.; FORRESTER, José James - *The Oliveira Prize - Essay on Portugal with the evidence regarding that country taken before a comitee of the House of Commons in May, 1852, and the author's surveys of the wine districts of the Alto Douro, as adopted and published by order of the House of Commons. Together with a statistical comparison of the resouces and commerce of Great – Britain and Portugal.* London: Hughes Printer, 1853, e VILA MAIOR, Visconde – *Tratado de Vinificação para vinhos genuínos.* Lisboa: Typographia da Academia, 1868.

[8] "Discurso do Deputado Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de Março de 1841.

[9] FORRESTER, José James – *Uma ou duas palavras sobre o Vinho do Porto.* Porto: Typographya Nacional, 1844, p. 7 e 8.

[10]A descrição mais completa destes trabalhos por nós consultada foi a obra de GYRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Tractado theorico e pratico da Agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade e*

Após a preparação anteriormente descrita passava-se ao "plantio" dos bacelos, realizado no fim do Inverno, durante os meses de Fevereiro e Março. O bacelo era recolhido após a poda e consistia na "porção da vide, bem madura ou atempada, extraída da vara do ano anterior, e que conservava, ou não, na base, um pequeno fragmento da vara de 2 anos"[11]. Era colocado após a abertura do valado e eram distos entre si 0,77m a 1,10m. Podia ser encurvado através do "unhamento", curvatura impressa na base do bacelo na distancia de 0,30m da superficie. Após esta operação tapava-se com terra proveniente do "suchio" em que a haste permanecia na vertical e a curva do "unhamento" virada para a parte inferior da encosta, evitando grandes perdas de terra.

As novas plantas necessitavam de cuidados especiais que duravam, em média, 5 anos. Só então estava a vinha pronta a produzir em pleno.

Para além do "plantio", a vinha necessita de uma renovação constante das castas utilizadas. Esta renovação é feita através:

- da "replantação" ou "retancha", realizada durante o Inverno através da "mergulhia". Neste processo a videira-mãe é deitada sobre a "cama" ou "covato" - vala com 2 m de comprido e 0,88 m de largura e profundidade - onde as suas 3 ou 4 varas são tapadas com terra solta;
- da "enxertia" (inserção de uma nova videira numa mais antiga para sua substituição) realizada no fim do Inverno e início da Primavera e serve para a renovação as castas.

Ao longo do século XIX, os trabalhos de conservação da vinha vão-se uniformizando. Os solos xistosos do Douro são alvo de uma atenção especial. Segundo Forrester "o solo deve ser revolvido três vezes por ano; 1.° No Outono, a "escava" (cavar fossos em volta do tronco de cada vinha para reter as chuvas de Inverno); 2.° em Março ou Abril – a "cava" (revolver a terra e encher os fossos da escava, de forma a proteger as raízes do sol); e 3.° - Quando o fruto começa a tomar cor – a "redra" (limpeza das ervas daninhas, e mistura-las com a superficie das vinhas)"[12].

---

conservação dos vinhos e da destillação das agoas ardentes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Todos os enólogos posteriores como Forrester e Vila Maior citam-no profusamente e reconhecem a sua autoridade.

[11] FONSECA, Àlvaro Moreira - *Práticas culturais do vinhedo duriense antes e depois da filoxera.* Porto: I.V.P., 1940, p. 17.

[12] FORRESTER, José James – *The Oliveira prize essay on Portugal*, p.76.

Para além do solo, a vinha era entregue a alguns cuidados:

i) a "Poda"[13] realiza-se de Novembro a Fevereiro, seguindo o sistema de *poda baixa*, acompanhada de *talão* (vara curta da videira podada, com quatro a sete olhos) ou *polegar* (vara podada com um a três olhos e destinada a suportar a rama);

ii) "Levantamento das assapadas" consiste na reparação dos calços e realiza-se durante o Inverno;

iii) "Retancha" trata do preenchimento de falhas na vinha realizada durante os dois últimos meses de inverno. Consiste na abertura de covatos de 0,50m de largura e fundo e o corte das raízes das cepas vizinhas.

iv) a "erguida" ou "empa" realiza-se depois da poda, em Fevereiro ou Março sendo utilizada a "empa da espera" onde a videira é fixa, por meio de vime, a duas estacas enterradas verticalmente no solo;

v) a "Esfolha" consiste na supressão de parte da folha para facilitar o amadurecimento dos cachos. Realiza-se em Agosto.

vi) o "desmadeiramento" consiste na retirada e guarda dos tutores das videiras, depois da vindima.

Com todos estes trabalhos permitiam a manutenção da vinha em cerca de 50 anos.

A "vindima", realizada a partir da segunda quinzena de Setembro, consiste na recolha do fruto no seu pleno estado de maturação "depois de colher as uvas, elas são carregadas em amplos cestos, nas costas dos Galegos, para a adega (...) onde são colocadas em grandes fossos de pedra chamados lagares. Os Galegos, ou jornaleiros das vinhas, são divididos em grupos normalmente de dez homens, debaixo das ordens de feitor. (...) Cada homem debaixo da palavra de ordem, unidos ombro a ombro, são alinhados e desfilam ordenadamente ao longo dos corredores conduzindo a adega"[14].

---

[13] *A poda é a operação, em virtude da qual se restringe e limita o crescimento da videira, segundo um certo plano de cultura. Esta operação é a mais importante e essencial da viticultura, e também a que exige maior cuidado, mais intelligencia e aptidão pratica da parte do trabalhador.* VILLA MAYOR, Visconde – *Manual de Viticultura Prática*, p.179.

[14] FORRESTER, José James – *The Oliveira prize essay on Portugal*, p.77. A utilização do epiteto "galego" parece ser utilizado no sentido de trabalhador, visto a vindima ser feita por rogas de pobres das montanhas da Beira Alta ou Trás-os-Montes.

Durante a vindima realiza-se a "pisa" da uva em lagares de pedra cuja duração oscilava entre as 24 horas até às 72 horas. Esta maceração é característica do sistema duriense e na época é conhecida como "sova"[15].

Neste ponto, o mosto está pronto a ser transformado em vinho. Do lagar trasfega-se o vinho para grandes tonéis. Esta é uma altura decisiva e determinante para a qualidade do vinho e produção do seu grau de doçura. Aqui distinguem-se 2 operações:

i) a "aguardentação" ou "benefício"[16] é uma operação essencial para a criação de vinhos encorpados e retintos pois permite à fermentação alcoólica alcançar a graduação de 18.° de álcool, altura em que se impede o desdobramento dos açúcares. Se a pretensão é a de obter vinhos secos, deixa-se a fermentação alcoólica percorrer o seu caminho natural, com pouco "benefício". Esta operação é que transforma o vinho do Douro em vinho fino. O Lavrador deveria utilizar as melhor aguardentes vínicas e no nosso objecto de estudo elas deveriam possuir 9.° da escala de Tessier. Existem dois grandes problemas relacionados com esta operação: a utilização ou proibição de aguardentes de outras regiões nomeadamente a Estremadura e o contrabando de aguardentes de França.

ii) a lotação é motivada pelas exigências de produção de um vinho tipo para exportação, designado pela Companhia como devendo *ter para si e para dar* ou *beneficiar os outros*. Recorre-se a misturas com vinhos de qualidade da colheita para procurar criar um vinho com qualidade superior, do agrado do consumidor. Ora este trabalho realizado nos armazéns do exportador pode recair em práticas fraudulentas como a mistura de vinhos inferiores oriundos da Bairrada, Anadia, Cartaxo e Chamusca.

---

[15] *Quando porém se quer obter o vinho generoso e forte do Douro, o trabalho violento e prolongado da pisa, que toma então o nome de* ***sova****, é útil e necessário, para enriquecer o mosto, para o arejar e promover uma fermentação mais activa.* VILLA MAYOR, Visconde – *Tratado de Vinificação para vinhos genuínos*, pp.40-41.

[16] *Beneficiar* os vinhos é uma operação que continua no armazém do comerciante e na própria viagem para os mercados externos. Calcula-se que a quantidade de aguardente utilizada oscilaria entre os 3 e os 5 almudes. *Disse que cada pipa de vinho consome cinco almudes no seu almude e beneficio, e para se conhecer que não é assim, basta saber, que cinco almudes é quasi uma quarta parte de uma pipa, e que se em uma pipa se lançasse esta quantidade ninguem poderia beber tal vinho; ao menos como vinho. Mas o que é verdade é, que o vinho mais Agoardentado, do mais superior, não consome mais de tres almudes, e a maior parte do que se exporta para o Brasil não gasta mais de dous almudes. Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.° 11, 10 de Março de 1841.

Estas lotações destinavam-se a conferir cor, corpo e espírito, em colheitas de qualidade inferior. Esta operação pode ser realizada nos mercados exportadores dos países estrangeiros, com vinhos espanhóis, da Sicília, ou Reno, destinados ao mercado inglês[17].

c) a qualidade dos vinhos

"A volubilidade das modas: porque razão se vêem modas tão rediculas? É para a extracção do genero: e o que fazem os negociantes avidos do seu maior lucro? Procuram variar o gosto do mesmo genero; ora introduzem no mercado o vinho mais adocicado, ora fazem variar a moda, e introduzem no mercado o vinho mais forte; ora fazem variar a moda e introduzem no mercado o vinho mais palhete, ora o vinho mais coberto, e estas oscilações de mercados são exactamente aquillo que tira o valor intrinseco, o grande merecimento que elle tem, porque a maior parte destas oscilações do mercado são feitas à custa da deturpação desse género."[18]

Este extracto de um discurso pronunciado pelo Deputado Joaquim António de Magalhães sublinha uma grande dúvida que se coloca ao historiador quando fala na expressão genérica de "Vinho do Porto". O que é este vinho? Será um tipo único?

Ao analisarmos a legislação da Companhia vemos que esta instituição distingue quatro tipos de vinhos de acordo com a sua qualidade e os seus locais de consumo: primeira qualidade, segunda qualidade, terceira qualidade e refugo[19]. O Vinho do Porto de melhor qualidade seria o vinho exportado para Inglaterra sob o exclusivo da barra do Douro.

No extracto supracitado afirma-se que este vinho varia de acordo com o gosto dos consumidores, "ora [os negociantes] introduzem no mercado o vinho mais adocicado, ora fazem variar a moda, e introduzem no mercado o vinho mais forte".

O período das décadas de trinta e quarenta parece corresponder a uma certa

---

[17] Esta operação era considerada como uma forma de adulteração pelos apreciadores do vinho generoso do Douro nacionais e estrangeiros. Forrester, por exemplo, coloca em causa a legitimidade da designação de primeira qualidade aos vinhos exportados para Inglaterra, considerando como vinhos puros os exportados sob a designação de *segunda qualidade*.

[18] "Discurso de Joaquim António de Magalhães". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 11 de Março de 1841.

[19] Estas qualificações discriminam tipos diferentes de vinho: a expressão *primeira qualidade* identifica os vinhos espirituosos com destino aos mercados europeus exportados pela barra do Douro; a *segunda qualidade* eram os vinhos puros destinados aos mercados fora da Europa; a *terceira qualidade* designa os vinhos consumidos no País; o *refugo* eram os vinhos separados para destilação.

indefinição dos gostos no mercado inglês e até mesmo uma certa polémica interna sobre esta temática. Aos provadores da Companhia, defensores do tipo único para exportação para Inglaterra, espirituoso, adocicado e retinto, opõem-se outros defensores dos vinhos secos[20]. O seu principal representante é José James Forrester, depois barão de Forrester[21]. Este inglês, produtor e exportador de vinhos, residente em Portugal desde 1831, combate as posições dos provadores da Companhia, e parte, segundo expressão de Gaspar Martins Pereira, *em defesa dos vinhos secos*[22].

Forrester afirma: "não se pode negar a grande mudança ocorrida no nosso gosto, enquanto consumidores de vinhos, assim como ocorreram nos nossos hábitos. Os vinhos de Xerez e Marsala são vinhos leves, quando comparados com os Portos mais normais (...). Também o vinho é bebido principalmente ao jantar, e não depois do jantar como era hábito e quando o vinho do Porto era moda"[23].

Neste período de transição, de discussão não só dos aspectos institucionais de organização da produção e comércio do vinho do Porto, também é natural a discussão do produto em si, principalmente o destinado à Inglaterra. A estagnação do nosso principal ramo de riqueza é atribuída à regulamentação da Companhia "que determina que todos os vinhos do Porto possuidores de superabundância de corpo, cor e riqueza, aptos para a mistura com outros vinhos, devem ser separados para o uso britânico (...)"[24] bem como as elevadas taxas alfandegárias.

---

[20] A esta polémica não será estranha a concorrência dos vinhos espanhóis no mercado britânico de menor graduação alcoólica que vão suplantando o consumo dos vinhos nacionais.

[21] Este autor defende esta questão em vários folhetos destacando-se: *Uma ou Duas palavras sobre o Vinho do Porto dirigidas ao publico britânico em geral, e com especificidade aos particulares mostrando como e porque é adulterado e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal há onze anos.* Porto: Typographia Commercial Portuense, 1844 e *The Oliveira Prize – Essay on Portugal with the evidence regarding that country taken before a comitee of the House of Commons in May, 1852, and the author's surveys of the wine districts of the Alto Douro, as adopted and published by order of the House of Commons. Together with a statistical comparison of the resouces and commerce of Great – Britain and Portugal.* London: Hughes Printer, 1853. Os argumentos aqui utilizados a favor dos vinhos secos serão um pequeno resumo das suas posições.

[22] PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto de Pombal a João Franco.* Porto; Edições Afrontamento: 1991, p.100.

[23] FORRESTER, José James , o.cit., p.52.

[24] *Idem, Ibidem.*

Este tipo imposto pela Companhia[25]– vinho geralmente tinto, doce e encorpado – motivava a adopção de vários expedientes para adequar o produto aos gostos do consumidor:

- a aguardentação excessiva;
- a mistura de jeropiga e baga de sabugueiro;
- a exportação indevida de outros vinhos[26].

Forrester considera como vinhos durienses puros os de *segunda qualidade* "belo, puro, simples e não adulterado"[27], mas excluídos da exportação para Inglaterra. Estes vinhos eram secos "«preparados com bastante fermentação», com pouca ou nenhuma aguardente e «envelhecidos»[28].

Mas a luta de Forrester parece ser inglória, pois, ao longo da década de quarenta, a tendência parece ir no sentido de um aumento das quantidades de aguardente para a suspensão da fermentação[29].

O aumento progressivo da aguardente no benefício dos vinhos para exportação – entre 2 a 3 almudes por pipa, sem contabilizar as lotações realizadas nos Armazéns de Gaia e antes do embarque para os portos de destino, demonstra a opção seguida por este ramo da riqueza nacional: a adopção de vinhos doces, tintos e encorpados.

c) O preço dos vinhos

---

[25] Forrester atribuí a origem destes vinhos à colheita de 1820 que terá produzido vinhos com estas características. Mas este *tipo único* conhece diversas qualidades à disposição dos consumidores estrangeiros de acordo com a colheita como por exemplo: Feitoria, Feitoria 2.ª velho, Feitoria 1.º Velho, Feitoria Superior, Feitoria Particular, Feitoria Duque, Branco velho superior, Bastardo tinto de 1834, de 1826, 1815, Moscatel de 1826, Malvasia de 1830, Malvasia de 1825, Malvasia Superior. Cf. *Periódico dos Pobres do Porto*, 12 de Março de 1839, p.343.

[26] Forrester admite a compra indevida de guias emitidas pela Companhia para exportar vinhos de *segunda qualidade* em vez dos autorizados para a exportação para Inglaterra: *No entanto a generalidade dos exportadores do Porto, como homens de honra, não podem colaborar com estas normas; eles não admitem carregar num comércio de adulterações, e então são obrigados a agir como contrabandistas comuns, e levarem esses documentos (guias, ou autorizações) representando a primeira qualidade* (...) *e só debaixo desta autorização embarcam os seus vinhos para a Grã-Bretanha.* FORRESTER, José James – op. cit., p.200.

[27] Idem. *Ibidem*, p.199.

[28] PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto; Edições Afrontamento: 1991, p.102.

[29] Gaspar Martins Pereira detecta para a Quinta da Roeda uma tendência para o crescimento das quantidades utilizadas que oscilam entre 1,8 e os 3,1 almudes de aguardente utilizados nesta operação. Cf. op. cit., p.107.

Os vinhos durienses são produtos com um preço extremamente elevado motivado pelos altos custos de produção que rondariam, para os vinhos de 1.ª qualidade da época, os 20$000 réis.

Estes valores elevam-se se contarmos com o pagamento das décimas, das várias contribuições camarárias, do próprio subsídio literário[30] e outras taxas.

Os preços à exportação também conhecem vários condicionalismos:

- a concorrência dos vinhos estrangeiros, nomeadamente os vinhos de Xerez;
- as elevadas taxas alfandegárias de exportação pagas pelos vinhos de 1.ª qualidade no valor de 12$000[31], em detrimento dos restantes vinhos que apenas pagariam 1% *ad valorem*;
- os direitos de entrada pagos nos portos de destino[32].

QUADRO III
Preços de uma pipa de vinho do Porto pagos à produção e dos vinhos de exportação
(em milhares de reis)

	Tipos Vinho	1834	1835	1836	1837	1838	1839	1840	1841	1842	1843
P.p (2)	1.ª	40	30	25	25	20	18	40	------	------	------
	2.ª	25	15	12	12	12	10	13	------	------	------
	3.ª	a)	a)	b)	b)	b)	b)	b)	------	------	
P.e (1)		------	------	-------	------	94	92	90	94	92	90

Legenda: P.p: Preços pagos à produção ; P. e.: Preços pagos à exportação.
a) não se possuem valores;
b) preço médio oscila entre os 7 a 8 mil réis
Fontes: Martins, Conceição Andrade, *Memória do Vinho do Porto*, p. 243 (1) e Diário da Câmara dos Deputados Sessão de 11 de Março de 1841(2)

[30] Conceição Andrade Martins calcula que os impostos anuais do vinho exportado sobrecarregavam cada pipa de vinho entre 15 a 16 mil réis. MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, p. 162

[31] Este valor foi imposto pelo decreto-lei de 30 de Maio de 1834, que estabeleceu a liberalização da exportação dos vinhos pela barra do Douro e a abolição das funções oficiais de regulação da Companhia.

[32] Na Inglaterra em 1830, os vinhos Portugueses passam a pagar os mesmos direitos que os restantes vinhos importados, perdendo assim a posição privilegiada que possuíam até então. O Brasil, em 6 de Maio de 1839, decide agravar em 50% os direitos de entrada dos produtos dos países com que não possuía acordos comerciais. Era o caso de Portugal.

b) A "Companhia"

A instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro resultou de uma situação de crise económica e luta doutrinária. De crise económica, pois verificou-se uma sobreprodução de vinhos na região demarcada acompanhada por uma quebra das exportações e dos preços para o nosso principal mercado consumidor, a Inglaterra, atribuída à perda de qualidade dos vinhos exportados[39]. Uma luta doutrinária pois resultou do combate entre um proteccionismo benéfico ao Douro e fiscalizador do comércio e a liberdade incondicional de produção e comércio.

Os autores[40] consideram a instituição da Companhia (1756) uma vitória momentânea – por convicção ou necessidade? – do princípio regulador proteccionista da lavoura sobre o liberalismo comercial dos exportadores no Porto. Esta posição continua ao considerarem o sucesso desta instituição assentar em 3 princípios essenciais:

- A função reguladora e fiscalizadora atribuída à Companhia e aos Regulamentos estatais norteadores da sua acção;
- A definição de uma região demarcada de vinhos de Feitoria e de Ramo;
- O exclusivo da barra do Douro que combate a concorrência dos outros vinhos regionais e aufere à designação *Porto* uma dignidade única, símbolo de qualidade.

Assim, esta instituição possui todo um carácter de modernidade pois coloca, em meados do século XVIII, «*a aplicação do conceito de denominação de origem controlada*[41] *aos produtos da vinha de qualidade e tipicidade reconhecidas*» visando a

---

[39] A Lavoura na «Resposta dos comissários veteranos de Cima do Douro» refere como objectivo destas deturpações obter «*huma bebida que fosse um fogo potável nos espíritos, huma pólvora incendiada no queimar, huma tinta de escrever na côr, hum Brazil na doçura, huma Índia no aromático*».

[40] Para além das obras de Conceição Andrade Martins e Gaspar Martins Pereira já citadas, cf.. BARRETO, António – *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*. «Análise Social», vol. XXIV, N.º 100: 1988 , p. 373 - 390.; MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco: a organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998; PEREIRA, Gaspar Martins – *A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira*. «Douro – Estudos & Documentos», vol. I; Porto: G.E.H.V.I.D, 1996, p. 177 – 194.

[41] Entendemos o conceito de denominação de origem controlada tal como o definiu Vital Moreira: *A denominação de origem (...) é um direito de uso colectivo, insusceptível de apropriação privada, ligado a uma certa região, não podendo ser usado fora dela, inalienável. A denominação de origem é concedida pelo poder público; a marca é livremente escolhida. É um sinal distintivo comercial (...). a denominação de origem é, em certo sentido uma*

preservação «*não só de um espaço geográfico com características excepcionais (solo, clima, etc.) para a produção vitícola, mas também o património histórico – cultural das populações que, ao longo de séculos, criaram e desenvolveram técnicas e processos de organização do espaço, da adaptação dos solos e castas, de produção vitivinícola, de promoção e de comercialização*»[42].

A acção desta instituição – e as suas adaptações e mudanças realizadas ao longo dos séculos – e seus mecanismos protectores vão ser essenciais para o sucesso e credibilidade do "Vinho do Porto" até à actualidade. Relembre-se que a reinstalação da Companhia pela Lei de 7 de Abril de 1838 resulta destas exigências de protecção e credibilidade levaram a adopção do sistema de arrolamento, provas, e marcas com o exclusivo da barra do Douro. Estas exigências seriam reforçadas, embora sem os exclusivos abolidos e apesar da pressão relativamente às aguardentes, pela Carta de Lei de 21 de Abril de 1843 que repõe a demarcação de 1822, os varejos, a feira da Régua, para além do Regulamento de 23 de Outubro de 1843 reformar o sistema de qualificação dos vinhos do Douro.

c) comerciantes e intermediários

A evolução do comércio dos vinhos durienses e, em especial, do vinho do Porto passa pelo importante papel dos negociantes ingleses que divulgam a ideia de adaptação do produto ao consumidor inglês através da aguardentação e da própria utilização de baga de sabugueiro.

A acção da comunidade de comerciantes ingleses instalados no Porto[43] age de forma concertada desde finais do século XVII. Símbolo desta união é a "Factory House", construída entre 1785 e 1790. Desde cedo, este grupo se opôs à política proteccionista da Companhia e não hesitava em recorrer a todos os métodos –

«instituição de direito público». Quando (...) dispõem de mecanismos jurídicos de controlo, passam a ser designados respectivamente como "denominação de origem controlada e indicação de proveniência controlada. Cf.. MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco: a organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Ed. Afrontamento, 1998. P. 15-16

[42] PEREIRA, Gaspar Martins – *A região do vinho do Porto – Origem e evolução de uma demarcação pioneira*. In «Douro – Estudos & Documentos», vol. I; Porto: G.E.H.V.I.D, 1996, p. 177 - 194

[43] Desde cedo esta comunidade possuía imensos privilégios que suscitavam o protesto dos portugueses. Entre eles a existência de um Juiz privativo, a isenção de pagamento de impostos de guerra e de aboletamento de soldados em

QUADRO IV
Principais consumidores das exportações de vinhos do Porto (Pipas)

Anos	Grã-Bretanha	Resto da Europa	Países fora da Europa[53]	Total
1838	26 196	1 528	10 251	37 975
1839	26 196	928	6 081	33 205
1840	25 900	1 446	5 844	33 190
1841	21 077	1 409	3 869	26 355
1842	21 799	1 492	4 140	27 431
1843	21 296	1 482	3 622	26 400
Pipas total	142 464	8 285	33 807	184 556

Fonte: FORRESTER, José James – *The Oliveira prize essay on Portugal*. Londres: *S/E*, 1853, p. 192-193.

A análise da tabela vem testemunhar três características do comércio internacional do vinho do Porto:

- O carácter hegemónico do mercado britânico (77,2 %) em relação aos restantes destinos do vinho duriense;
- O triénio de 1841 a 1843 marcou para o mercado britânico um período de crise com quebras na ordem dos 10% dos vinhos qualificados de primeira qualidade;o mesmo período temporal as quebras terão sido

[53] Parece-nos pertinente apresentar os números relativos ao Brasil e Estados Unidos, visto constituírem os principais destinos das exportações dos vinhos durienses excluindo a Grã-Bretanha:

QUADRO V

Exportações de "Vinho do Porto" para os E.U.A. e Brasil (1838-1841) (Pipas)

Anos	Brasil	Estados Unidos da América	Total
1838	7 181	2 628	9 809
1839	1 913	3 471	5 384
1840	2 798	1 400	4 198
1841	1 879	1 164	3 043
Total Pipas	13 771	8 663	22 434

Fonte: *Diário do Governo*, 22 de Dezembro de 1842.

proporcionalmente maiores para os mercados de fora da Europa atingindo os 34% nos vinhos exportados como segunda qualidade[54].

De seguida vamos analisar sucintamente o comportamento de cada um dos mercados separadamente.

3.1 A Inglaterra

Desde 1678, a Inglaterra revela-se o principal destino dos melhores vinhos da região duriense[55]. Acompanhando o seu papel económico, a Inglaterra serviu-se sabiamente do seu poderio político-diplomático para obter vantagens da sua posição de principal parceiro comercial de Portugal[56]. Sideri liga o debate das relações entre o comércio externo e a indústria nacional com as convulsões políticas do liberalismo português do período pós-Évora Monte. Considera mesmo que os problemas diplomáticos amenizaram com a tomada do poder por Costa Cabral em 1842, culminando com a assinatura de um novo Tratado comercial, em 3 de Julho desse ano.

Depois de 1834, o período de liberdade comercial terá levado ao mercado britânico enormes massas vínicas, algumas delas de qualidade duvidosa. Forrester afirmou que "do vinho exportado para o mercado de Inglaterra, como *vinho da novidade*, isto he, de nove mezes a dous annos de velhice, duas terças partes, quando muito são feitos por um ou outro dos methodos [aguardentação e lotação com jeropiga] já apontados"[57]. Estas deturpações seriam responsáveis pela quebra das vendas de

---

[54] Segundo os dados apresentados na tabela da nota 55, no quadriénio de 1838-41, o Brasil e os Estados Unidos representaram os grandes mercados de fora da Europa, ocupando 86% das exportações. Denote-se que os dados indiciam uma quebra bastante superior no mercado brasileiro desde 1839 em que os valores do segundo ano de exportações mais elevadas (1840) representa uma quebra na ordem dos 61% derivada do decreto de 6 de maio de 1839 que terá contribuído para a falta de escoamento dos vinhos de segunda qualidade. Será um dos grandes problemas a ser debatido na aprovação da Carta de Lei de 21 de Abril de 1843.

[55] Referem-se mesmo versões tendenciosas em que os Ingleses terão ensinado os portugueses a tratar os seus vinhos de forma a obterem um delicioso néctar. Cf. TENREIRO, A. Guerra – *Douro: esboços para a sua história económica*. Porto: I.V.P., 1942, p.55 a 59.

[56] «A vitória inglesa sobre Napoleão vergou de tal maneira o poder francês que pôs fim à rivalidade entre os dois países, mas também reduziu, por outro lado, a importância estratégica de Portugal». SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, p. 177. Recorde-se que, em Portugal, a vitória inglesa recua ao ano de 1810, com a vitória sobre a terceira invasão francesa. Recorde-se, ainda, que a Inglaterra recebeu inúmeras vantagens económicas, entre elas o «omnioso» Tratado de 1810.

[57] FORRESTER, José James – *Uma ou duas palavras sobre Vinho do Porto*. Porto: Typographya Nacional, 1844, p.10

vinhos do Douro e pela acumulação dos *stocks* sem escoamento nos armazéns do Douro, Porto e Gaia.

De 1838 a 1843, a Companhia conheceu um período de indefinição da sua acção em que, sob alçada do Estado, procurou definir métodos de controlo da qualidade deste produto e sua valorização, não detendo as quebras das suas exportações (recorde-se que decaíram 10 por cento no triénio de 1841-43). A Inglaterra procurou retirar algumas vantagens com a perspectiva aberta pela assinatura do Tratado de 1842 e futuras disposições adicionais, nomeadamente na diminuição dos direitos de entrada dos seus produtos industriais (lanifícios)[58].

3.2 O Brasil

Desde o século XVIII, o Brasil assumiu uma grande importância para o comércio exportador nacional pela sua reputação como segundo grande mercado da nação e, ainda, para as estratégias político-económicas adoptadas com o nosso principal parceiro, a Inglaterra. Segundo Sideri, o ouro brasileiro seria uma excelente moeda de troca para a deficitária balança comercial de Portugal[59]. Mas é com a agonia do Antigo Regime e as dificuldades vividas durante o primeiro Liberalismo (1820-1823) que se dão alterações profundas no comércio com esta região do Império Português, que culmina com a sua independência *de facto* em 1822. Maria de Fátima Bonifácio considera que o valor global das trocas entre as duas nações decai para 20 em 1831 se considerarmos o índice 100 em 1800[60].

Portugal envia os seus vinhos para esta nação que constituí o nosso segundo mercado mundial dos vinhos embora absorvendo apenas 3 por cento dos valores das exportações totais dos vinhos do Porto, apesar de, no período de 1810-1864, aumentar 11 por cento[61].

---

[58] Cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

[59] «O ouro do Brasil bem como outras concessões económicas e políticas, sobretudo em relação às colónias, ajudariam a cobrir qualquer discrepância entre exportações e importações». Cit. In SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, p. 133.

[60] BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Comércio externo e politica pautal na primeira metade do século XIX*. In «Ler História», n.º 10. Lisboa: Fim de Século., 1987, p. 75 a 108.

[61] MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização*. In «Análise Social», n.º 100. Lisboa: I.C.S., 1988, p. 406. Segundo Valentim Alexandre os vinhos exportados de Portugal para o Brasil provêem, primeiro de Lisboa, depois da Figueira e, por fim, do Porto. Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do*

Mas, se observarmos os valores apresentados no quadro V[62]verificamos, para o período de 1838-41, uma contracção abrupta dos valores exportados de Portugal derivada das divergências pautais entre os dois países:

- a incapacidade das diplomacias chegarem a um acordo sobre os direitos a cobrar (ex. o fracasso das negociações de 1836);
- a promulgação da pauta alfandegária em 1837 com uma orientação protectora para todos os produtos importados por Portugal, bem como um conjunto de legislação protectora dos interesses nacionais (ex. a lei de 14 de Novembro de 1836 sobre os direitos de porto e de tonelagem e a lei de 10 de Janeiro de 1837 sobre direitos diferenciais) ;
- a resposta brasileira em 6 de Maio de 1839, com o aumento de 50 por cento sobre os artigos importados das Nações sem tratados comerciais.
- a permanência da situação com a Pauta de 1841.

O Estado procurou reagir à situação e são constantes as invocações de manter uma atenção especial ao Brasil, na negociação dos tratados comerciais: "Sei que o Governo do Brasil, ou pelo menos, o Ministro competente daquelle Império nenhuma repugnancia offerece a que se estreitem mais as relações entre os dous Paizes, não já fazendo um Tractado novo, mas sim renovando-se, se Portugal quizer, o Tractado de 1825, procedendo o Governo Portuguez à abolição dos direitos addicionaes, e das alterações que se fizeram nas Pautas, donde se seguiram as represalias alli ordenadas"[63].

3.3 Os Estados Unidos da América

Antes mesmo da declaração da Independência dos Estados Unidos da América, Portugal apareceu como um parceiro comercial que negociava em vinhos com as colónias inglesas da América por troca de cereais[64]. Ao longo do século XVIII e parte

---

Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 56.

[62] Cf. nota 55

[63] " Discurso de Joaquim António de Magalhães". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 3 de Março de 1841.

[64] «Uma das principais exportações portuguesas para a América do Norte era o vinho, que dadas as características geográficas e físicas das colónias inglesas, não podia ser localmente produzido. Contudo, os vinhos metropolitanos não ocupavam um lugar tão destacado quanto os da Madeira e dos Açores, no comércio luso-americano. Portugal Continental exportava sobretudo Vinho do porto e vinhos da região de Lisboa.» RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e Diplomacia nas relações Norte-Americanas (1776-1822).* Porto: F.L.U.P., 1997, p. 36

do século XIX, a Madeira foi uma região privilegiada sendo o seu principal produto o vinho. Este usufruiu de facilidades por parte da lei inglesa na importação, estimulando um lucrativo circuito comercial na zona atlântica.

Contava ainda com as suas características enológicas que lhe conferiam uma elevada capacidade de resistência.

Ao longo do século XIX, Portugal vai conhecer uma atrofia no seu comércio com a perda do monopólio do Brasil, a estagnação das vendas do vinho e pouca diversidade das suas exportações, bem como a reconstrução das marinhas mercantes europeias após 1815.

Jorge Ribeiro afirma que "os Estados Unidos não ocupam um lugar relevante nas exportações portuguesas. Nem os montantes atingidos são demasiado elevados, nem alcançam uma grande importância percentual, no cômputo anual das mercadorias saídas de Portugal, com destino ao estrangeiro"[65]. Mas desde meados da primeira metade de Oitocentos que se considera este um mercado potencial para os vinhos portugueses: "A [população]dos Estados Unidos deve ser hoje de 18 milhões, e progredindo ella como tem progredido até agora em menos de 20 annos hade dobrar: ahi teremos uma população de 36 milhões, isto é, uma população maior do que a França, ou de Inglaterra; descendente na sua maxima parte dos melhores consumidores dos nossos mais preciosos vinhos"[66]. Durante os anos de 1840 e 1841 concluiu-se a quinta tentativa de tratado comercial entre as duas potências, confirmando, por um lado, a necessidade de conquistar novos mercados quer para o vinho do Porto e Madeira, quer para os vinhos comuns e, por outro lado, ultrapassar o vazio deixado pela contracção do seu congénere americano, o Brasil[67].

3.4 O resto da Europa

Este vasto mercado era constituído por um grande número de países: Rússia, Países Nórdicos, Alemanha, Bélgica, Holanda. Estes países, tomados individualmente, possuíam pouca expressão nos valores exportados. O mais tradicional era o mercado russo que, desde 1779 mantinha relações diplomáticas regulares com Portugal, embora

---

[65] Idem, *Ibidem*, p. 79.

[66] "Discurso do Deputado Moniz". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 2 de Março de 1841.

[67] Recorde-se que este constituía uma alternativa forte ao mercado brasileiro, tendo mesmo no ano de 1839 sido o nosso segundo maior mercado.

os contactos comerciais dos comerciantes do Porto sejam anteriores. De facto, as relações comerciais directas com este mercado iniciaram-se em 1755, com Manuel Pinto Paiva Garcês para lançar os vinhos do Douro neste mercado, bem como as frutas, sal e géneros coloniais. Associou-se a estes esforços o projecto fracassado do biscainho Dom Bartolomeu Pancorbo com o objectivo de criar uma Companhia de Comércio dos vinhos do Douro com ligação ao Báltico. Estas relações consolidaram-se a partir de 1781, ano da abertura de uma Casa Portuguesa de Comércio, a «Velho, Araújo, Martins & Caldas». As relações atingiram o seu auge em 1787 com a assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre a Rússia e Portugal, estabelecendo benefícios alfandegários mútuos e a abertura de Consulados.

O movimento de libertação dos povos iniciado com a Revolução Francesa, a "aventura" napoleónica, a crescente hegemonia britânica em Portugal e na própria política internacional ditaram o esmorecimento destas relações e "o nosso comércio com os portos do Báltico era realizado por negociantes estrangeiros e em navios estrangeiros"[68].Para o período que nos ocupamos as exportações, com excepção da quebra verificada no ano de 1839 (958 pipas), parecem estabilizar na casa das 1457 pipas (média entre 1840-1843).[69]

[68] SÀ, Victor; PEREIRA, Gaspar Martins – *Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das relações entre Portugal e a Rússia.* «Revista da Faculdade de Letras», Vol. VII. Porto: F.L.U.P., 1990, p.219 a 232.

[69] Estes números parecem contrariar os apresentados por Conceição Andrade Martins que colocava a contracção destes mercados em 2000 pipas. Na verdade, tal diferença deve-se ao facto da autora incluir nestes números os Estados Unidos que assume, para este período, um papel de destaque. MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto.* Lisboa: I.C.S., 1990, p. 95.

CAPITULO 2. A QUESTÃO DA COMPANHIA (1838-1843)

> "Todas as pessoas, que teem conhecimentos especiaes do Commercio dos vinhos do Douro, estão de accordo, em que a Agricultura e Commercio deste riquissimo producto da nossa Indústria Agricola, não póde animar-se, nem melhorar-se sem a existencia de um Banco Protector – os numerosos projectos, Memorias, e mais documentos consultados pela Commissão, confirmam esta opinião." [Relatório da Comissão Especial dos vinhos para a Reforma da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. Lisboa: *Diário Da Câmara dos Deputados*, 1842]

> "Se ella [Companhia] não fosse instituida a producção no Douro augmentaria a par do consumo, e se este não augmentasse os capitaes retirarião d'alli, e buscarião outro destino: talvez o paiz não tivesse sido tão feliz neste periodo, que decorre desde 1757 até os nossos dias, e de certo o não teria sido, mas tambem não corriamos o risco presente nem as mudanças politicas podião influir tanto em os nossos interesses."[Artigo de *Um Lavrador do Douro*. Periódico dos Pobres no Porto , Apenso ao n.° 96, 1842]

Os discursos políticos fazem eco dos interesses e opiniões existentes no seio das forças económicas e sociais de qualquer época. Então, na nossa abordagem a este período as questões relativas à vitivinicultura do Douro e mesmo das restantes regiões vinhateiras assumem uma importância fulcral para toda a sociedade civil, que o Estado não pode ignorar. O problema da Companhia assume uma especial relevância numa época onde o Liberalismo Português procura um rumo próprio. A necessidade desta instituição, descendente do despotismo, as suas regras de funcionamento, os seus privilégios e exclusivos, o relacionamento com as restantes regiões vinhateiras, o papel do Estado, em suma, a formulação institucional de um organismo que, para uns, é um mal necessário para uma região e produto com características especiais, para outros "uma hydra voraz" para os princípios do Liberalismo económico e político merecem uma atenção especial.

2.1 A Instituição e sua evolução legislativa

O decreto de 30 de Maio de 1834 respondeu aos anseios do Liberalismo económico contra uma instituição repressiva, símbolo do Antigo Regime e esvaziada

dos seus antigos privilégios. Mas o não intervencionismo[70], bandeira dos vencedores de Évora Monte, transforma a Companhia das Vinhas do Alto Douro numa firma comercial e abre a barra do Douro ao comércio de todos os vinhos, chocando com circunstâncias conjunturais de cariz político, económico, financeiro e social. Estas circunstâncias motivam uma reacção da sociedade civil que clama, desde 1836, por medidas de carácter regulador e restritivo de forma a obviar às dificuldades criadas pela liberdade de comércio. O Estado vai responder com a reimplantação da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Mas será a instituição de 1838 a que foi abolida quatro anos antes? De que alternativas dispunha o Estado? Quais os motivos que suscitaram a sua reforma em 1842-43? Estas não são questões pacíficas e suscitam, ainda actualmente, viva polémica sobre os caminhos da economia nacional.

2.1.1 Durante o período da *Ordem*

O período que medeia entre os anos de 1838 a 1842 foi, marcadamente, um ciclo conturbado a nível político e económico. Nesta época assistiu-se ao esboroar do jacobinismo revolucionário de muitos membros da ala radical do setembrismo e uma tentativa de conciliação das alas moderadas das forças políticas presentes nos corpos legislativos. Este carácter conciliatório concretizou-se, a partir de 26 de Novembro de 1839, com uma série de Governos liderados pelo Conde do Bonfim e Rodrigo da Fonseca Magalhães que inauguraram o período "ordeiro"[71]. Mas esta "moderação de poderes" não pacificou o ambiente político com a sucessão dos ministérios que buscam uma paz governativa difícil de alcançar. Isto acontecia porque os aparelhos partidários existentes na época eram facções, ou grupos de opinião que se organizaram em torno de um líder. A ausência de um corpo ideológico coeso, distintivo das diferentes opções "partidárias" na Câmara Legislativa, explicava a fragilidade de muitas alianças. Alerta ainda para o reducionismo das designações "setembrismo", "cartismo" ou "cabralismo"

[70] O imposto de 12$000 réis foi lançado com um duplo objectivo. O primeiro, de cariz fiscal, permitia colmatar algumas das dificuldades financeiras do Estado. O segundo é um princípio regulador que, através deste imposto, procurava limitar o acesso à barra do Douro dos melhores vinhos nacionais.

[71] Estes são apelidados, na Câmara dos Deputados, de *centristas:* «eu disse, que o centro da camara sabe respeitar os factos... Vae a mais a sua sciencia, o centro sabe appropriar-se de todos os factos, e declarar-se o fautor e auctor de todos os acontecimentos que apparecem no nosso globo! Tudo se faz pela ordem, em virtude da ordem, pelo bem da ordem, e em nome da ordem!». ESTÊVÃO, José – *Discursos Parlamentares*. Aveiro: Câmara Municipal, 1983, p. 54.

para ilustrar o panorama político do período considerado[72], muitas vezes sujeito aos interesses regionais de grupos de pressão económica e social.

Coadjuvar estas pressões com o difícil equilíbrio ordeiro suscitou várias formas de encarar a questão da Companhia pelos órgãos legislativos e as facções políticas aí representadas.

2.1.1.1 A Legislação de 1838 a 1843

a) A instalação da Companhia em 1838

A 2 de Janeiro de 1838, Macário de Castro apresentou um Projecto de Lei que restabelecia expressamente a Companhia das Vinhas do Alto Douro (Artigo 1.º) com a duração de 30 anos. A sua função seria a de uma Companhia reguladora da qualidade dos vinhos, qualificando-os (Artigo 5.º) sem ter em conta a distinção entre vinhos de ramo e vinhos de feitoria. Esta qualificação seria quantitativa para os vinhos de exportação pois iria propor as quantidades a separar para "primeira qualidade de embarque e separado de primeira qualidade"[73].

A sua função fiscalizadora expressava-se, ainda, no restabelecimento de dois mecanismos: o exclusivo da exportação dos vinhos de primeira qualidade pela barra do Douro (Artigo 7.º) e a compra do vinho separado de primeira qualidade pela Companhia na Feira da Régua, de acordo com um preço previamente fixo.

Para compensação das despesas de arrolamento e fiscalização propunha o exclusivo da venda das aguardentes com 20% de lucro[74] (Artigo 9.º). Esta medida

---

[72] Para mais informações consultar SARDICA, José Miguel – *A Política depois da Era das revoluções.* «História», N.º 36. Lisboa: Publicações e conteúdos multimédia, 2001, p. 20– 31, SARDICA, José Miguel – *A política e os partidos entre 1851 e 1861.* «Análise Social», n.º 141. Lisboa: I.C.S., 1997, SARDICA, José Miguel - *Os Partidos políticos no Portugal oitocentista.* In «Análise Social», n.º 142. Lisboa: I.C.S., 1997, 537-556 e BONIFÁCIO, Maria de Fátima- *Em busca do setembrismo perdido – problemas em torno da Análise de formações protopartidárias.* "Análise Social", n.º 96. Lisboa: I.C.S., 1987.

[73] *Diário do Governo*, n.º 25, 30/01/1838, Artigo 6.º, parágrafo 2.º.

[74] O Artigo 9.º, primeiro parágrafo, estabelece a obrigação do negociante exportador comprar à Companhia dois almudes de aguardente para benefício de cada pipa de vinho com destino à Inglaterra, e um almude por cada pipa exportada para outros destinos. Este período corresponderá à polémica existente quanto aos tipos a adoptar entre os vinhos secos e vinhos espirituosos, discutida no primeiro capítulo. Guerra Tenreiro assinala que "a preparação do tipo licoroso actual só veio a tornar-se corrente em meados do século XIX". TENREIRO, Guerra – *Subsídios para a História do Vinho do Porto.* Coimbra: Coimbra Editores, 1961, p.6 (Nota n.º 1).

visava evitar as adulterações dos vinhos de primeira qualidade derivadas da utilização de aguardentes de má qualidade.

O projecto estabelecia ainda os direitos de exportação a pagar em 12$000 réis para os vinhos de primeira qualidade para o Norte de Europa e os vinhos separados de primeira qualidade separados ou segunda qualidade destinados para os outros portos em um por cento *ad valorem*.

A 4 de Março a Comissão Especial dos Vinhos[75] apresentou o "projecto de lei n.º 124" para restaurar a Companhia extinta pelo decreto de lei de 30 de Maio de 1834. Possuía uma alçada mais restrita que a anterior assumindo uma função reguladora expressa nos seus primeiros quatro artigos. Era restabelecida a qualificação segundo a Lei de 17 de Março de 1822[76] e a reserva da barra do Douro para evitar a adulteração dos vinhos do Douro por vinhos de inferior qualidade. A estes estaria aberta a exportação nas barras da Figueira, Aveiro e Lisboa[77].

Para compensar a Companhia das despesas dos arrolamentos, provas, guias e marcas de vinho estabelecia-se o pagamento de 400 réis por cada pipa destinada ao consumo ou exportação do Porto[78].

Transpareceu, ao longo da discussão, o desejo de uma Companhia com uma função reguladora e fiscalizadora[79] onde, como afirmou o Barão da Ribeira de Sabrosa, "pedem uma fiscalização para que os vinhos do Douro não fossem falsificados"[80]. Esta

---

[75] Comissão formada por Lopes Monteiro, Valentim Marcelino dos Santos, Barão de Ribeira de Sabrosa, João da Silveira de Lacerda, Macário de Castro, José Fortunato Ferreira de Castro, João Vitorino de Sousa Albuquerque, Visconde de Fonte Arcada, Alberto Carlos Cerqueira de Faria, Bernardo Gorjão Henriques, Roque Joaquim Fernandes Tomás, Lourenço José Moniz, Leonel Tavares Cabral e Sà Nogueira.

[76] O decreto mandava nomear quatro provadores: dois representantes da Lavoura e dois nomeados pela Companhia. Teixeira Girão descreve todas as irregularidades perpetradas neste sistema. Cf. GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memoria historica e Analytica sobre a Companhia dos vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833, p. 191 a 227.

[77] O propósito da Comissão Especial dos vinhos é apresentar "um Projecto de Lei tendente a reorganizar a Companhia (...) encarregada da qualificação do vinho, não para excluir dos mercados estrangeiros os vinhos de inferior qualidade, mas para que cada qualidade de vinho do Douro alli appareça com a marca que designe o seu toque." "Relatório de apresentação do projecto de lei n.º 124". *Diário do Governo*, n.º 56, 13/03/1838.

[78] Sublinhe-se o facto do Projecto ficar reduzido apenas a 6 artigos e não refere a polémica da aguardente e os direitos de exportação presentes no Projecto de 2 de Janeiro.

[79] Que no projecto de 2 de Janeiro prevê regulamentar os preços à produção, a qualificação dos vinhos de embarque e a sua possível aguardentação.

[80] Sessão das Cortes Constituintes de 18/03/1838, publicada no *Diário do Governo*, n.º 62 de 20/03/1838, p.277.

atribuição era indispensável como garantia de origem dos vinhos para os mercados de Inglaterra e Brasil.

A lei publicada a 7 de Abril de 1838 possui algumas alterações em relação ao projecto da Comissão Especial dos vinhos pois viu desaparecer os artigos 2.° e 3.° por proposta desta que considerou-os uma redundância do artigo 1.°. Em contrapartida acrescentou-se ao artigo 2.° um ponto único que define a exportação dos vinhos armazenados no Porto, Vila Nova de Gaia e Douro durante o período de liberdade comercial mediante aprovação da Companhia.

b) O projecto de reforma da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro de 3 de Maio de 1839

Consciente das dificuldades existentes para encontrar uma solução politicamente consensual, o Governo tentou alcançar um compromisso. No entanto, a Comissão Especial dos vinhos[81] confirmou a sua impotência condicionada pela posição geográfica dos distritos, a qualidade diversa dos vinhos, o custo do seu amanho, as capacidades produtivas das regiões e os vários interesses comerciais. Sendo assim consideraram urgente atender às súplicas recebidas da região duriense[82] que invocavam situações de fome, impostos pesados e dificuldades para encontrar alternativas à cultura vinhateira.

A Comissão considerou que a situação então vivida se assemelha à existente aquando da fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. Por tal responsabilizaram o Decreto de 30 de Maio de 1834 lançado na ilusão da abundância perpétua e da auto-regulação do mercado. Uma vez repostos os *stocks*, o mercado conheceu uma superabundância de vinhos de fraca qualidade e responsável pela desvalorização dos vinhos comercializados entre o produtor e o negociante[83].

Os esforços da Comissão detectaram cinco problemas principais:

---

[81] Formada por Lourenço José Moniz (Presidente), José António Borges Peixoto, José Pinto Soares, Bernardo de Lemos Teixeira de Aguilar, Joaquim António de Magalhães, Manuel António de Carvalho, António Luís de Seabra, José Estêvão Coelho de Magalhães, José Tavares de Macedo, António Joaquim da Costa de Carvalho. Cf. "Parecer e projecto de lei da Comissão Especial dos vinhos" In *Periódico dos Pobres no Porto*, n.° 121, 24/05/1839.

[82] Referem-se as súplicas recebidas de Lamego, Armamar, Provesende, Canelas, Mesão Frio, Sabrosa, Amarante, Alfarela, Chaves, Cerva, Vila Pouca de Aguiar. Cf. *Idem, ibidem*.

[83] Os preços de 1834 a 1840 conhecem uma desvalorização contínua: em 1834, 31 libras/pipa; 1835 e 1836, 20 libras/pipa; 1837, 19 libras/pipa; 1839 e 1840, 17 libras/pipa. Cf. "Commercio dos vinhos do Douro". *A Revolução de Setembro*, n.° 97, 8/03/1841, p. 2 a 4.

- Ausência de uma Companhia forte "que se obrigue a comprar e consumir o producto annual excedente ao consumo";
- A afluência ilegal dos vinhos inferiores de outros distritos para ""baptismo"" no Porto "e com a sua mistura diminuíram o merecimento, o valor, e o consumo no estrangeiro"[84];
- A insuficiência do regime de separação dos vinhos inferiores do Douro;
- A ampla liberdade de introdução das aguardentes inferiores nos armazéns do Douro e Vila Nova de Gaia prejudica a aguardentação dos vinhos superiores;
- A desigualdade nos direitos de exportação[85].

Em termos organizativos, a nova Companhia ficava em uma posição notoriamente subordinada ao Estado devendo – através do Juízo do Ano – manter o Governo informado sobre as quantidades existentes em "stock" nos armazéns do Douro, Porto, Vila Nova de Gaia e Inglaterra assim como as destinadas à destilação.

Ao Governo cabia uma acção correctiva, pois actuava no controlo do mercado tradicional de compra e venda dos vinhos durienses - Feira da Régua - e fixava as quantidades a exportar.

O problema da regulação e fiscalização dos vinhos seria solucionado com a concessão do privilégio da destilação das aguardentes durienses a partir dos excedentes obtidos na Feira da Régua, estabelecendo o preço médio de venda em 84$000 réis por pipa (Artigo 7.º). Esta medida permitiria garantir o «adubo» dos vinhos de exportação com aguardentes de qualidade, reforçando o seu crédito nos mercados externos (Artigo 9.º)[86]. O problema dos vinhos inferiores sem consumo seria solucionado com a sua conversão para destilação. Concedia-se, assim, uma renda fixa ao Lavrador para sustento dos amanhos[87].

---

[84] Citações do "Parecer e projecto de lei da Comissão Especial dos vinhos". *Periódico dos Pobres no Porto*, n.ºs 119 e 121, 22 e 24/05/1839, pp. 507/508 e 529/530.

[85] A título de exemplo recorde-se que os vinhos exportados pelo Douro para os mercados europeus pagavam 12$000 réis por pipa enquanto os restantes vinhos saídos por outras barras, Figueira, Aveiro, Viana – pagariam apenas 100 réis por pipa.

[86] Esta medida parece concorrer para a imposição do *tipo único* (vinhos doces, tintos e encorpados) no mercado britânico pois impõe a obrigação aos Lavradores de comprar 6 canadas de aguardente para o benefício dos vinhos e aguardentação na adega e os negociantes exportadores deverão adquirir dois almudes de aguardente para os vinhos de exportação a utilizar nas operações de armazém e transporte.

[87] "Uma Companhia com os meios, obrigações e prerrogativas, que as necessidades do paiz reclamão. Grandes proprietários e capitalistas poderão sofrer o empate de uma ou mais novidade, pois que possuem agoas ardentes para

Esta solução compensaria as despesas de arrolamento, separação e fiscalização dos vinhos, reforçada com o exclusivo da barra do Douro, já atribuído na Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, enfrentariam o contrabando dos líquidos vínicos (Artigo 4.º). A separação quantitativa era uma necessidade pois "era politico separar daquelle mercado [Inglaterra] não só os vinhos inferiores que a prova reputar taes, mas nesses mesmos dar um corte quantitativo para que a abundância não obstrua o preço elevado que no mercado devem ter os destinados ao mercado inglez"[88].

Para aumentar o consumo no principal mercado interno dos vinhos durienses, a cidade do Porto, procura-se reduzir a um imposto único de 4000 réis por pipa o consumo dos vinhos maduros e verdes (Artigo 14.º)[89].

O projecto de lei em análise assemelha-se ao apresentado a 2 de Janeiro de 1838 pois confirma a necessidade de uma fiscalização efectiva, oriunda da ineficácia do sistema de arrolamentos e da separação quantitativa sem a compra dos vinhos excedentes na Feira da Régua. Estabelece, ainda o privilégio das aguardentes com uma tripla função:

- Fixar um lucro certo para o pequeno lavrador;
- Escoar os vinhos inferiores sobejantes na feira da Régua;
- Garantir a qualidade dos vinhos exportados, principalmente para o mercado britânico.

Este projecto seria enviado para a mesa para posterior discussão, só retomada no ano de 1840, aquando da discussão do Banco Rural.

c) O Projecto de Lei de Silva Carvalho (10/07/1839)

"Será o princípio geral, e absoluto da liberdade do commercio o que convém mais ao commercio, e à agricultura dos vinhos, ou serão os regulamentos especiais os que são mais apropriados?"[90]

---

o adubo do vinho, e cascos para o incascar. Mas o pequeno lavrador apenas possuidor de trez a dez pipas de vinho, carecendo do pão quotidiano (...) preciza contar com uma venda certa para com o seu lucro satisfazer as suas compras". Cf. "Representação da Câmara da Cidade de Lamego" de 13/03/1839. *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 75, 31/03/1839.

[88] "Parecer e projecto de lei da Comissão Especial dos vinhos". In *Periódico dos Pobres no Porto*, n.ºs 119 e 121, 22 e 24/05/ 1839, p.507,508 e 529-530.

[89] Recorde-se que o vinho maduro pagava um imposto de consumo de 6$100 réis por pipa enquanto o vinho verde era onerado em 2$520 réis.

[90] "A questão dos vinhos no seus verdadeiro ponto de vista". In *A Revolução de Setembro*, n.º 103, 15/03/1841, p.2-3.

A questão colocada pelo articulista resume a luta travada pelas forças governamentais e grupos económicos e sociais. Até agora observámos a intenção de algumas forças no sentido da regulamentação especial deste nosso ramo da economia. Mas outras forças existem que parecem caminhar em sentido oposto...

Esta última tendência está bem representada pelo projecto de lei apresentado pelo paladino do livre comércio, o deputado José da Silva Carvalho[91]. Datando de 10 de Julho de 1839, o projecto pugnava pela abolição de alguns direitos dos vinhos do Alto Douro mas também revelava ser um hino da luta anti-Companhia.

O projecto fazia a apologia do Decreto de 30 de Maio de 1834 que, com a diminuição dos direitos, reduzidos ao Subsídio Literário e ao direito de saída de 12$000 réis por pipa, e o desaparecimento dos exclusivos pertencentes à Companhia, permitiu aos lavradores obterem vendas regulares a bons preços. Segundo Silva Carvalho, a situação modificou-se com o estabelecimento das barreiras e o direito de consumo do Porto[92]. Agravou-se com o sistema de arrolamentos, provas, guias e marcas imposto pela Lei de 7 de Abril onerando o produto em 400 réis por pipa para custeio das despesas[93].

Para estimular o consumo defendia a abertura e crescimento dos nossos mercados com a diminuição dos travões ao nosso comércio:

- A abolição do direito de consumo no Porto e Vila Nova de Gaia, compensando o Tesouro com a abolição da despesa pública no sustento da miríade de funcionários empregues nas barreiras;
- A nível dos direitos de exportação propunha o regime de livre saída para os mercados de fora da Europa com o pagamento do direito de 1% *ad valorem*. Especificava o caso inglês, onde a redução dos direitos de saída deviam ser proporcionais aos favores obtidos nos direitos de entrada nesse país (Artigo

[91] "Projecto de lei de 10 de Julho de 1839". In *Diário do Governo*, n.º 172, 22/07/1839, p.884 e 885.

[92] O regulamento provisório de 2 de Novembro de 1836 dispunha o pagamento imediato dos vinhos de consumo sobre "os vinhos, águas-ardentes e mais licores espirituosos destinados à exportação, e que actualmente se acham armazenados em Vila Nova de Gaia, e na Cidade, ficam sujeitos ao imediato pagamento dos direitos de consumo". Cit. BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Associação Comercial do Porto no contexto político económico nortenho e nacional*. «Análise Social», n.º 91. Lisboa: I.C.S., 1986, p. 346 (nota 46).

[93] Para os defensores da Companhia, as vendas de 1834 a 1836 terão correspondido a uma reposição dos *stocks* quer nos armazéns de Vila Nova de Gaia, quer no próprio mercado inglês, afectados pela Guerra Civil de 1832 a 1834.

4.º) e o Brasil que exigia, em troca, uma diminuição reciproca em alguns produtos da nossa Pauta Alfandegária.

- Estabelecia alguns estímulos à exportação com a redução de 50% nos direitos de saída nos vinhos transportados em navios nacionais (Artigo 6.º) e a isenção do pagamento de direitos à aguardente transaccionada nos portos do Reino (Artigo 7.º)

O carácter marcadamente anti-Companhia surge no Artigo 1.º onde propunha a abolição da inspecção dos arrolamentos, guias, marcas e do imposto dos 400 réis por pipa. Esta forma de fiscalização é responsável por um atraso de 3 meses no comércio vinícola. Os empresários são afastados, pois a sua acção é cerceada pelos regulamentos e privilégios - se aprovados - da Companhia. O papel desempenhado como órgão de comércio por esta instituição foi fortemente contestado com acusações de encarecimento intencional do produto através do monopólio das aguardentes, contrariando a tendência existente nas províncias vinhateiras vizinhas de fomento da indústria de destilação[94].

Silva Carvalho defendia que o livre movimento comercial estimulava a produção agrícola e indústrias anexas onde caberia ao Estado desenvolver medidas favoráveis ao escoamento dos nossos produtos. A Companhia, enquanto órgão privilegiado e carrasco fiscal, simbolizava um travão ao crescimento económico[95].

d) Outras medidas governamentais.

Se durante os anos de 1839 e 1840 a questão da Companhia passou por um certo impasse sobre o modelo de organização e funcionamento a adoptar, os sucessivos governos encetaram estudos e discussões visando a aprovação de um conjunto de

---

[94] É curiosa a sua posição, pois considera responsáveis pelo refinamento técnico do vinho do Douro os próprios ingleses: "Os Inglezes haviam descuberto o merecimento da uva do Douro (...) este commercio era seu e o segredo da preparação elles o guardavam, e os seus agentes: hoje uma e outra coisa é tanto de Inglezes como de Portuguezes". "Projecto de lei de 10/07/1839". *Diário do Governo*, n.º 172, 22/07/1838, p. 884,885.

[95] Esta posição é partilhada por outros deputados como Agostinho Albano da Silveira Pinto e Joaquim António de Aguiar que "entendem que a liberdade de commercio deve ser praticada sim, mas como deve ser entendida, porque ela não pode ser estabelecida entre nós da maneira por que se considera em teoria" Cf. BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Lisboa, bastião do proteccionismo (Pautas, Política e Indústria nos anos 30-40 do século passado)* In «Análise Social», n.º 112/113, Lisboa: I.C.S., 1991, p.528.

medidas tendentes a desenvolver o comércio e exportação dos vinhos. São elas medidas de carácter fiscal ou de prémios à exportação.

d.1) Prémios à exportação, isenção de impostos

Uma das medidas primeiramente adoptadas foi a suspensão da cobrança do imposto suplementar de 2$520 réis por pipa de vinho de consumo na cidade do Porto por ordem do Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães[96]. Os argumentos utilizados partem do estado lastimoso da cultura das vinhas em que a anulação do Conselho do Distrito da decisão da Câmara Municipal sobre o recurso dos negociantes pedindo a sua abolição e as divergências entre os Procuradores da Coroa e Fazenda sobre a aplicação do Código Administrativo e a Lei de 26 de Setembro de 1837.

Como incentivo à exportação dos vinhos durienses para os mercados de fora da Europa publica-se uma Lei a autorizar "a exportação do vinho, tanto de primeira [vinhos separados] como de segunda qualidade" onerados apenas com o direito de saída de 1% *ad valorem*[97].

Na Câmara dos Deputados existia a vontade política de promover a nossa "indústria" vinícola. A comprova-la temos o projecto para a concessão de um prémio à exportação das aguardentes, apresentado pelo deputado Agostinho Albano Silveira Pinto[98]. Aparentemente, a sua posição é conciliatória, pois propõe uma conjunto de medidas que estimula a produção de aguardente em todas as províncias do país permitindo ao lavrador escoar os excedentes da sua produção, diversifica o nosso sector exportador com um produto de boa qualidade e combate a importação de aguardentes espanholas e francesas.

Agradaria às províncias oposicionistas do monopólio duriense? Não propriamente. O padrão sugerido é o utilizado na produção das aguardentes durienses (10.° Tessa/29.° Cassier/0,75.° do Alcoómetro centesimal), elevando os custos de

---

[96] *Diário do Governo*, n.° 79, 1/04/1840.

[97] Esta lei procura compensar os exportadores das perdas sofridas com o decreto brasileiro de 6 de maio de 1839 e busca desenvolver o interesse pelo mercado norte-americano. *Diário do Governo*, n.° 45, 21/02/1840.

[98] Este deputado é eleito pelo circulo eleitoral de Viana pertencente à província do Minho que, juntamente com Trás os Montes, eram tradicionalmente beneficiados com o exclusivo das aguardentes da antiga Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Refira-se que durante as discussões dos projectos de 1841 e 1842/43 a sua posição vai ser favorável à indústria das aguardentes defendendo mesmo a concessão do seu exclusivo aos órgãos em discussão. O projecto é apresentado no *Diário do Governo*, n.° 179, 30/07/1840, p. 920 e 921.

produção ao impor a queima de 8 pipas de vinho. Ao mesmo tempo, exigia a modernização de muitas destilarias nacionais.

Este projecto não seria discutido pelo que o Estado teria de alternativas para desenvolver a indústria das aguardentes.

d.2) Política Pautal

O ensejo de procurar soluções para a exportação dos nossos vinhos consubstanciou-se na própria Câmara dos Senadores. Aqui, sob o pretexto da isenção do pagamento dos direitos de tonelagem às embarcações nacionais e estrangeiras carregadas de sal oriundas dos nossos portos, discutiu-se a vontade política de reduzir os nossos direitos de exportação. De facto, os parlamentares eram unânimes na afirmação da necessidade de diminuir os direitos de saída dos nossos vinhos para a Europa de 12$000 réis por pipa para 1% *ad valorem*. É ilustrativo este extracto do Senador Barão do Tojal:"Sr. Presidente, os nossos géneros de exportação devem ser aliviados de todo e qualquer onus como objecto de represália para aquellas nações commerciaes que restringem o nosso commercio, por isso é muito bom que hajam, em certos casos, direitos de tonelagem, mas nada bom nem util é em princípio geral para Portugal, que tem generos de exportação como é a fructa, sal, vinho, e outros, aos quaes nós precisamos dar despejo"[99]

A sua posição conciliou as restantes apresentadas na Câmara e aconselhou a acção imediata para implementar a nossa agricultura e indústria, mas "é mister que seja aliviada quanto fôr compativel com o estado das nossas finanças, e promovidas por leis providentes e protectoras"[100].

Parte deste estímulo passaria por uma alteração da política pautal nomeadamente na primeira classe tributária, "Águas e Bebidas". Os deputados envolvidos na discussão

---

[99] A discussão foi realizada entre o Barão Ribeira de Sabrosa, o Senhor Velez Caldeira e o Barão do Tojal. Cf. "Extracto do Diário da Câmara dos Senadores de 25/08/1840". *Diário do Governo*, Apenso ao n.º 257 de 30/19/1849, p. 43.

[100] "Em Portugal, à semelhança do que acontecia na generalidade dos países europeus, as receitas provenientes das Alfândegas constituíam a principal rubrica do activo do orçamento de Estado". Cf. LAINS, Pedro – *O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido da Indústrialização «concorrencial»*. «Análise Social», n.º 97, Lisboa: I.C.S., 1987, p.481. Os vinhos eram responsáveis por mais de 50% das receitas de exportação e uma boa percentagem dos direitos de consumo. Além disso, sobre eles recaía uma grande quantidade de impostos indirectos (direitos de tonelagem, de transporte, o Real de Água, Subsídio Literário, etc.).

do parecer da Comissão do Comércio e Artes foram unânimes na pretensão de reduzir os direitos de saída dos vinhos do Douro de acordo com as necessidades do Tesouro e a adopção de um regime especial para protecção das aguardentes nacionais.[101]

A sobredita Comissão acabaria por defender a abolição dos direitos de saída, mas estabeleceu excepções e a principal recaiu sobre os vinhos do Porto que continuaram a pagar 12$000 réis quando exportados para os portos europeus! As finanças nacionais ainda não estavam preparadas para prescindir do seu balão de oxigénio. A protecção à viticultura duriense proviria do reforço dos direitos de entrada sobre os vinhos estrangeiros onerados em 7$200 réis o almude.

As Aguardentes do Reino seriam protegidas quer pelo pagamento de reduzidos direitos de saída (5 réis por pipa), quer pelo pagamento de 7$200 réis por almude de direitos de entrada para as aguardentes provenientes do estrangeiro. Esta diminuição nas pautas procurou promover a exportação deste produto vinícola que parece atingir um certo apuro técnico e de qualidade para procurar um consumo externo.

e) O Projecto de Banco Rural (1840-1841)

Apesar dos esforços e intenções esboçadas pelos órgãos legislativos e a própria comunidade civil, a conjuntura das exportações tendeu para um menor escoamento da nossa principal riqueza nacional associada à sobreprodução duriense e a uma quebra nos preços de aquisição dos mostos ao lavrador e do próprio comércio externo, motivada pela concorrência dos vinhos estrangeiros. O projecto de reforma da Companhia e o de Silva Carvalho, apresentados durante o ano de 1839, traduziram, *de per si*, a indecisão e dificuldade de um acordo entre as várias facções políticas e económicas presentes na Câmara Baixa nacional.

e.1) O conceito de Banco Rural

Apesar das críticas dirigidas à acção - ou antes inacção - da Companhia de 7 de Abril de 1838 e às sucessivas invectivas dos apologistas do comércio livre existia a consciência de que a sobrevivência duriense seria assegurada por uma instituição intermediária entre a lavoura e o comércio dos vinhos. Mais: a conjuntura negativa vivida desde 1834 reclamava, da parte dos produtores, a necessidade de criar "um

[101] Gomes de Castro defende mesmo a sua redução para 100 réis, como os demais vinhos. Cf. *Diário da Câmara dos*

Banco regularmente combinado e legalmente garantido"[102] que disponibilizasse os capitais necessários ao custeio dos trabalhos e despesas dos lavradores: o Banco Agrícola-Comercial do Douro.

A primeira referência a uma instituição congénere surgiu na "Representação da Câmara da Cidade de Lamego"[103], onde se invocava "que a falta de um Banco" impedia o agricultor de manter o granjeio das suas terras.

O tema encontrou eco na Comissão Especial dos vinhos que, além de reforçar os poderes de regulação e controlo de qualidade tradicionalmente atribuídos à Companhia, pretendia formar uma entidade poderosa, capaz de conceder crédito aos lavradores do Douro, Beiras e Minho. O capital seria concedido sob hipoteca dos vinhos dos lavradores. Estes últimos acederiam ao capital sob a forma ou letras com o valor de dinheiro de metal, prerrogativa só equiparável à do Banco de Lisboa.

e.2) os meios de financiamento

A formação de uma instituição de tal magnitude necessitaria de movimentar enormes massas monetárias. Ora o seu financiamento proviria de fontes diversas:

- o dinheiro investido pelos accionistas. Seriam emitidas dez mil acções no valor total de 2000 contos que consistiria no capital inicial do empreendimento;
- o rendimento obtido pelos empréstimos aos lavradores – juro de 5% - e dos vinhos hipotecados;
- o rendimento dos lucros provenientes da venda das aguardentes produzidas nas destilarias do Banco Rural;
- o rendimento do imposto de 400 réis por pipa a cobrar pela passagem da guia dos vinhos aprovados para exportação e consumo na cidade do Porto.

Estes meios de financiamento possuíam um sentido majorante, pois o estímulo do comércio dos vinhos garantiria um aumento de produção e, consequentemente, da necessidade de beneficiar maiores quantidades de massas vínicas[104].

---

[102] "Relatório de apresentação do projecto de criação do Banco Agrícola Commercial do Douro". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18 /10/1840.

[103] *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 75, 31/03/1838.

[104] Para além destes atraentes benefícios financeiros eram garantidos outros factores de atracção:

- Garantia aos investidores estrangeiros da inviolabilidade da sua propriedade (Artigo 16.º);

e.3) a apresentação do Projecto

A 18 de Julho de 1840 cabe ao deputado Dias de Azevedo, relator da Comissão Especial dos vinhos[105], apresentar o parecer e projecto que pretendem solucionar "o estado decadente da nossa agricultura"[106]. No entanto, este projecto apenas é discutido entre 8 e 15 de Março de 1841. Quais as motivações para tal atraso? Tal demora prende-se com duas ordens de razões: o funcionamento do nosso órgão legislativo e a proximidade do período das vindimas.

Recorde-se que a Câmara dos Deputados funcionava por legislaturas anuais com a duração de 3 meses e quando o projecto foi apresentado estava a legislatura no seu *terminus*, apesar de prorrogada até finais de Julho de 1840. A legislatura seguinte iniciou-se a 2 de Janeiro de 1841, onde, segundo o Regimento deste órgão, é apresentado e debatido o Discurso do Trono, são validados os mandatos dos Deputados, formam-se Comissões, discute-se o Orçamento de Estado, e só depois se analisam os vários projectos presentes na Mesa[107].

A segunda ordem de razões prendeu-se com o adiantado estado dos trabalhos agrícolas, avizinhando-se a época das vindimas na região duriense, onde uma modificação profunda como a creditada no projecto lançaria a incerteza e confusão entre o corpo produtivo e o corpo comercial, arriscando a perda da venda e o escoamento da novidade de 1840.

Colocado à discussão da Câmara dos Deputados, este acto legislativo surpreendeu pelo seu carácter ambicioso, e até megalómano, abarcando um capital inicial de 2000 contos! Discordamos de Conceição Andrade Martins, quando, ao referir-se ao projecto em causa, afirma "limitou-se [a Comissão] a apresentar um projecto para melhorar o comércio e a agricultura dos vinhos do Douro que, fundamentalmente, contemplava a concessão à Companhia do exclusivo de uma parte das aguardentes para

---

- Garantia aos investidores estrangeiros da inviolabilidade da sua propriedade (Artigo 16.º);
- Isenção de imposto em qualquer transacção realizada pelo Banco (Artigo 18.º).

[105] A constituição da Comissão é a seguinte: António Luís de Seabra, Bernardo de Lemos Teixeira de Aguilar (Secretário), Francisco Gomes de Carvalho, Joaquim António de Magalhães (Presidente), José Estêvão Coelho, José Borges de Carvalho e Vasconcelos e Jerónimo Dias de Azevedo (Relator).

[106] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18/07/1840.

[107] Cf. In SANTOS, Manuel José Pinto dos – *Monarquia Constitucional: organização e relações do poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910. s.l: s.e*, [1986].

embora centrado no Douro, não ignora a importância económica das regiões circunvizinhas – Minho, Beiras, Estremadura, Bairrada - constantemente citadas no parecer e na própria discussão do projecto. Uma prova reside na criação prevista da filial do Banco na Vila da Figueira. A afirmação supracitada fará sentido numa fase posterior da discussão, após uma série de cedências realizadas, mas desvirtua o pensamento original do projecto.

Aqui concordamos com a posição de Vital Moreira na originalidade das medidas adoptadas na região duriense[109] e destacamos, no projecto do Banco Comercial-Agrícola do Douro[110], os seguintes princípios orientadores:

- Solucionar o problema da sobreprodução: "A experiência tem mostrado em todas as nações commerciaes, que a superabundancia de um genero, ou producto qualquer, maxima de um producto que faz, como entre nós o dos vinhos, quai exclusivamente o objecto do commercio de um paiz, demanda medidas especiaes";
- Estimular os preços do produto: "Demais o barateio a que foi reduzido este género, e o seu empate no Douro, Porto e docas d'Inglaterra";
- Formar um Banco com capitais "para acudir de prompto aos males mais urgentes do Douro, e das duas outras províncias do Norte, Beira e Minho";
- Velar pela qualidade dos vinhos produzidos e armazenados com especial destaque os armazenados no mercado inglês;
- Controlo parcial do comércio das aguardentes para garantir o benefício com produtos de qualidade,
- Abertura de novos mercados.

e.4) os argumentos utilizados

[109] «O vinho não é um produto agrícola como os outros. (...) É desde há séculos objecto de formas de regulação e organização institucional próprias, no que respeita à sua produção e comercialização. Se a protecção contra as falsificações e adulterações sempre foi uma preocupação permanente dos governos e dos legisladores, já é mais recente a preocupação de protecção específica dos vinhos cuja qualidade advêm especialmente das características próprias da região onde é produzido». MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco: a organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p.15.

[110] Todas as citações serão retiradas do supracitado "Relatório de apresentação do projecto de criação do Banco Agrícola Commercial do Douro", *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 18/07/1840.

e.4) os argumentos utilizados

Os agrupamentos políticos defenderam as suas posições com uma argumentação assente na história da produção e comércio dos vinhos mas também nos princípios fundamentados na Economia Política[111]. Ao peso da tradição procurou-se aliar o rigor da ciência. Vemos desfilar, ao longo de uma semana de discussão (8 a 15 de Março de 1841), uma série de argumentos escudados por várias estatísticas de quantidades e preços sistematicamente coligidos. Aos leigos nos assuntos económicos vemos suceder verdadeiros especialistas que invocavam os princípios smithianos ou de Say. É o caso de Agostinho Albano, de José da Silva Carvalho ou de um Oliveira Marreca.[112]

e.4.1.) a protecção à produção *versus* liberdade de produção e comércio.

Durante o período de debates o principal problema apresentado seria a forma de protecção da região duriense: "Uns entendem que é por meio de uma Companhia, outros que é pela Liberdade de Commercio"[113]. Os apologistas do projecto da Comissão Especial dos vinhos defendem a criação de um novo Banco Rural pois consideram a acção da Companhia de 7 de Abril de 1838 insuficiente. Para tal, impõe-se uma nova forma de organização que, a partir da absorção da instituição existente e um amplo alargamento da sua acção e poderes, sustenha de forma válida o crédito dos vinhos do Douro com um crédito equivalente ao da tradicional Companhia[114].

As belas teorias da liberdade de comércio já tinham frutificado "os seus malefícios, e ruinosos effeitos"[115]. Refere-se ao Decreto de 30 de Maio de 1841. A ele atribuí-se a responsabilidade da carestia dos preços "a ponto de não bastar para o indispensavel amanho das vinhas"[116].

---

[111] «Eu entendo, Senhor Presidente, que o economista e o politico não dirigem as suas combinações, os seus calculos, só pella applicação de um princípio, ou regra geral, applica esse princípio a todos os casos comete um erro de theoria e de pratica». "Discurso de Sousa Magalhães", *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10 de Março de 1841.

[112] Para um conhecimento aprofundado da evolução da Economia Política neste período, consultar ALMODÔVAR, António – *A Institucionalização da Economia Política Clássica em Portugal.* Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 237 a 304.

[113] "Discurso de Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 9 de Março de 1841.

[114] Cf. "Relatório de apresentação do projecto de criação do Banco Agrícola Commercial do Douro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Julho de 1840 e o artigo "Commercio dos vinhos do Douro". *Revolução de Setembro*, n.º 97, 8 de março de 1841, p. 2 a 4.

[115] "Discurso de Gomes de Carvalho. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de Março de 1841.

[116] Idem, *ibidem*.

A Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 restabeleceu a Companhia como garantia de qualidade dos vinhos para exportação. Esta faculdade é garantida pelo sistema de arrolamentos, provas e guias, a par do exclusivo da barra do Douro. Mas a qualificação da produção revela-se insuficiente, pois o comércio permanece livre: "Ao livre giro do commercio exportador, interessado em tirar o maior lucro de seus capitaes não só adulteram este produto lotando-o com vinhos de inferior qualidade, e por isso mesmo de menos preço, mas além disso decora com o nome de vinhos do Porto vinhos produzidos em outras localidades, juntando-lhe substancias heterogeneas, e até perniciosas à saúde, com que lhe dão uma côr, um gosto, e um aroma que elle não tem, e com que fazem dos vinhos novos vinhos velhos."[117]

Exigia-se um maior protagonismo num duplo sentido: a regulação da actividade comercial e a protecção da lavoura. Mas estes objectivos só seriam atingidos se o Banco "sendo possuidor de um capital forte, pode fazer grandes compras e arrostar impates"[118].

Assim sendo, o projecto de Silva Carvalho não poderia encontrar eco na região duriense pois "o seu único fim [seria] fazer reviver o Decreto de 30 de Maio de 1834 cujas disposições de modo algum se compadecem com o estado decadente, a que está reduzido o Paiz do Douro, que vehementemente, reclama outras medidas"[119].

Os opositores do projecto assentam arrais e contestam o cerne da argumentação favorável ao regime protector: a tradição e necessidade de uma Companhia. O despropósito desta argumentação iniciou-se com o ataque desferido por Gomes de Castro, deputado pela Estremadura, ao considerar que, no período anterior à fundação da Companhia, "houve annos em que chegou a 50 e 60 mil réis"[120]. A responsabilidade da valorização do produto duriense decorreu de factores externos ao papel da Companhia: "Esta grande exportação não podia deixar de a haver, porque a guerra primeiro na America, e depois e principalmente da Europa tinha feito grandemente aumentar a procura; e pela Revolução Franceza houve anno que fechados todos os portos da Europa nos mercados inglezes só lhes restava o do Porto e da Madeira, e então neste tempo, o termo médio foi de 47 012" [121]

---

[117] "Discurso de Sousa Magalhães". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Março de 1841.

[118] "Discurso de Gomes de Carvalho". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de Março de 1841.

[119] Idem, *ibidem*.

[120] "Discurso de Gomes de Castro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de Março de 1841.

[121] Idem, *ibidem*.

Condena-se a inacção da Companhia que se mostrou incapaz de criar novos mercados e secundarizou outros já estabelecidos, como a Rússia e o Brasil.

Este novo órgão regulador assentaria no privilégio parcial das aguardentes. Tal facto é invocado pela necessidade de controlar a qualidade dos produtos vínicos. Mas a quebra de qualidade não pode ser atribuída à aguardente da Estremadura, "porque [os lavradores do Douro] a acham tão boa como a do Douro, e às vezes, melhor"[122]. As "confeições" realizadas com vinhos de inferior qualidade, principalmente da Anadia e Bairrada, são atributo dos vendilhões que a exportavam pela barra do Douro no período de liberdade comercial. São estes os responsáveis pela má colocação do produto no mercado inglês.

A salvação do Douro não passará por um órgão protector. A regulação instituída pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 poderá resolver a situação, se eficazmente aplicada. O caminho passará pela assinatura de tratados comerciais "com favores especiaes" ou "sobre a base de uma perfeita reciprocidade"[123].

O comércio portuense também vai intervir pela voz do deputado Francisco Maia. A sua participação vai ser determinante que "os mais que se addicionaram não foram mais uma parafrase do texto, a reprodução de alguns factos, e seu desenvolvimento"[124]. O tom do seu discurso é de liberdade comercial. Respondendo à baixa dos preços afirma a sua fixação como fruto da concorrência, das quantidades enviadas, dos interesses dos negociantes e do gosto dos consumidores[125].

A perda do mercado brasileiro e, mais perigosamente, do mercado inglês deve-se à ausência de uma política externa defensora dos interesses comerciais[126]. De facto, desde 1825 que o mercado inglês igualou os direitos de consumo dos vinhos estrangeiros, beneficiando, principalmente, os vinhos de Xerez que conquistam uma parcela importante do mercado de vinhos, "para que as misturas que em Londres se

---

[122] Idem, *ibidem* .

[123] Idem, *ibidem*.

[124] "Discurso de Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13 de Março de 1841.

[125] Atribuí mesmo a perda do mercado brasileiro à "incúria da Companhia que não soube defender-se da concorrencia dos vinhos mediterraneos, pois sendo muito baratos, eram preferidos aos nossos vinhos"

[126] «O meio é augmentar o mais possivel a exportação dos seus vinhos e para este fim são outras as medidas que se devem adoptar; algumas dellas já mereceram a approvação desta Camara: o Tractado com os Estados Unidos». "Discurso do Senhor Francisco Maia" *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Março de 1841.

fazem dos vinhos do Porto superiores com os vinhos ordinarios, se façam antes com estes vinhos nossos, do que com os estrangeiros"[127].

A concessão do privilégio das aguardentes sob o argumento de controlar a qualidade dos vinhos irá encarecer o preço do produto final, pois a ausência de concorrência aumentará o preço deste aditivo. Além disso, "o vinho se devia preparar à vontade do consumidor". É este o segredo do sucesso dos nossos concorrentes.

Todo o seu discurso procura demonstrar os benefícios da liberdade comercial e depreciar a acção da Companhia "protectora de certos lavradores do Alto Douro".

Em síntese, a liberdade de comércio encontra os seus "apóstolos" entre os lavradores estremenhos interessados, sobretudo, no comércio interno das aguardentes e na própria exportação dos seus líquidos e nos sectores exportadores desejosos de alargar os seus mercados e reduzir os seus custos de manutenção e transporte de um produto delicado como o *"Port Wine"*.

e.4.2) O Banco Emissor

Ao lado dos problemas relativos às quantidades e qualidades dos vinhos produzidos arrastavam-se outros ligados ao custeio dos granjeios e amanhos das vinhas, de valor bastante superior na região duriense quando comparados com o resto do país[128]. Colocava-se, então, o problema premente da solvência e continuidade da própria produção vinhateira que atravessava o ciclo depressivo de 1840-1843.

A solução encontrada pela Comissão Especial dos vinhos consistia na dotação da nova instituição da prerrogativa de emissão de notas e letras para empréstimo aos lavradores a um juro anual de 5% em troca da hipoteca dos seus vinhos. Mas esta solução vai encontrar uma forte oposição que prevê um agravamento a médio prazo da situação dos investidores pois o projecto "não offerece aos capitalistas lucros immediatos, certos e mais que ordinarios"[129].

---

[127] Idem, *Ibidem.*

[128] Nas proximidades da Região Demarcada do Douro estes valores oscilavam entre 28$220 réis em Carrazeda, 29$200 no Mogadouro, 47$800 em Freixo de espada à Cinta e 58$800 em Vila Flor. Cf. MARTINS, Conceição Andrade – *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração.* Vol. II, p. 412 a 419.

[129] "Commercio dos vinhos do Douro". *A Revolução de Setembro*, n.° 97,, 8/03/1841. De resto a própria Commissão vai reconhecer a sua fragilidade pois vai retirar esta prerrogativa na Sessão de 11/03/1841.

O deputado Mascarenhas alerta para a incompatibilidade de tal medida com a prerrogativa exclusiva do Banco de Lisboa - fundado em 1821 - de emissão de notas durante 30 anos.

Outro dos problemas revelados consiste na garantia e solvência das quantidades emitidas. O Banco de Lisboa assenta as suas emissões em quantidades de metal precioso bem avaliados e facilmente conversíveis num momento de crise. Mas um Banco Rural, com um capital assente num objecto de difícil conversão como o vinho encontraria a falência rapidamente pois "não podia achar em si accionista".

Um terceiro problema residia na disparidade de capitais a envolver no negócio dos vinhos e perante a ameaça de um colosso com dois mil contos de capital para investir face aos restantes comerciantes de menor cabedal. "Os fregueses haviam de fugir-lhes" atraídos pela possibilidade de vender o seu produto, enquanto os negociantes viam acumular os seus vinhos nos armazéns e sem a possibilidade de realizar a sua manutenção[130]. Acresce o facto do "gigante" necessitar de capitais bastantes para realizar as mesmas operações nos seus armazéns. As dificuldades não tardariam "e ou falisse o banco, ou a sua creação fizesse fallir os negociantes tudo erão desgraças para o Douro"[131].

e.4.3) Os vinhos de qualidade inferior e as aguardentes.

Prevendo o fracasso do projecto abalado em pontos tão fundamentais como os anteriormente descritos, a Comissão Especial dos vinhos agarrou-se aos artigos 28.° e 30.° como condições essenciais, embora com possibilidades de negociação[132].

Este *volte-face* equivalia a um reconhecimento da redução das funções da nova associação, contemplando uma maior incidência fiscalizadora. Fiscaliza-se a proveniência dos mostos com a compra dos excedentes ao lavrador a preços

---

[130] Recorde-se que um vinho exportável para Inglaterra teria de estagiar dois ou três anos nos quais se realizariam trasfegas rotineiras e benefícios para a sua conservação e melhoria com os seus encargos inerentes.

[131] "Discurso de Gomes de Castro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 12 de Março de 1841.

[132] *E mesmo a respeito da proposição que se acha lançada no Artigo 30 do projecto, tambem a Commissão está disposta a modifica-la, como no decurso da discussão eu terei a honra de dizer à Camara, porque a Commissão está disposta a todas aquellas transacções, que possam conciliar os interesses reciprocos das duas partes do paiz, tanto no Douro, como na Estremadura.* "Discurso de Joaquim António de Magalhães". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Março de 1841.

compensadores[133], procurando controlar o fluxo proveniente da Bairrada e Anadia, função da filial da Vila da Figueira. Fiscaliza-se o comércio com a obrigação do exportador adquirir uma certa quantidade de aguardente[134].

O controle dos vinhos de qualidade inferior procurava evitar as lotações com os vinhos de exportação para o mercado britânico, para além da Demarcação e do exclusivo da barra do Douro, garantias da origem dos vinhos, o punção fiscalizador incidia também na própria acção do negociante/exportador: "Como a qualidade dos vinhos é a sua principal garantia, e eu já demonstrei que o fim e o objecto deste banco é sustentar essa qualidade bem como facilitar e regular a exportação, uma vez que elle vigie que só vá vinho de boa qualidade"[135].

O mau exemplo provinha do período de liberdade comercial que colocou no mercado exportador mais de 100 mil pipas de qualidades distintas, bem como os vinhos de regiões limítrofes – principalmente da Bairrada – não desdenhavam o pagamento dos 12$000 réis de direitos de saída para elevar-se "à cathegoria de vinho de embarque uma qualidade que nunca se imaginou poder achar-se nessa cathegoria"[136]. Este facto trouxe uma dupla depreciação: na qualidade e no preço. Esta experiência acartou maus resultados à produção vinhateira com a sobreprodução e acumulação dos *stocks*[137]. Este mal foi, em parte, obviado pela carta de lei de 7 de Abril de 1838.

Mas o grande ponto de fricção entre o Douro e os seus opositores residiu na questão das aguardentes[138]. Os opositores do exclusivo argumentaram que este

---

[133] O projecto previa preços superiores a 21$600 réis para os vinhos de segunda qualidade e de 14$400 réis para os de terceira qualidade sujeitando, ainda, os vinhos de enforcado a 9$600 réis por pipa.

[134] Os valores originariamente previstos seriam de 2,5 almudes para os vinhos de primeira qualidade, 1,5 almudes para os vinhos de inferior qualidade, incluindo os da Beira e Bairrada e 16 canadas para os restantes vinhos. Refira-se, numa tentativa de conciliação com os produtores de aguardente estremenhos, a compra das aguardentes às destilarias do Norte: Beira, Minho e Trás os Montes.

[135] "Discurso de Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13 de Março de 1841.

[136] Idem, *Ibidem.*

[137] Este facto pode ser comprovado pelos seguintes números: no ano de 1839 os vinhos arrolados na região do Douro foram de 65 619 pipas. Mas os lavradores declararam ainda 26 174 pipas. Nos armazéns do Porto e Vila Nova existiam ainda 135 459 pipas. Nas barreiras fora da cidade existiam 14 951 pipas. Nas docas de Londres 23 844 e em outros portos 24 000 pipas. Retiram-se 33 206 pipas que totalizaram as exportações de 1839 sendo a existência total de 249 732 pipas. Cf. "Discurso de Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13 de Março de 1841.

[138] «O fornecimento e controlo da aguardente para beneficiação do vinho do Porto sempre foi um dos pontos chave da respectiva regulação e disciplina. Já no período pombalino a Companhia tinha o monopólio do fabrico e do

privilégio procurava dar consumo aos vinhos de segunda e terceira qualidade e de enforcado a destilar nas províncias da Beira, Trás os Montes e Minho. Omitiu-se a Estremadura, produtora de boas aguardentes.

Ao mesmo tempo, a concessão do privilégio ao Banco Rural vem *matar* uma indústria em pleno crescimento. A produção de aguardentes beneficiou de um amplo crescimento depois da abolição da Companhia em 1834:

> "Depois que se aboliu o exclusivo, que tanto prejuizo causou à riqueza nacional, e particularmente das Províncias, tem sempre havido agoa-ardente nacional sufficiente para o preparo dos vinhos, e de boa qualidade; tem-se approveitado na destilação todos os vinhos ordinarios, sem se perderem, como acontecia no tempo do exclusivo: e pela introducção das novas maquinas, pela de innumeraveis Fabricas de destilação por todo o reino, se tem augmentado muito a plantação de mais vinhas; e este novo ramo de indústria tem crescido, e em breve tempo será um dos mais consideraveis, e de maior interesse para o Paiz; vindo a fazer-se exportação de agoa-ardente, de que cada pipa igualará a 3 pipas de vinho."[139]

Este ramo lucrativo da nossa "indústria" agrícola merece um conjunto de incentivos para estimular o seu crescimento:

- Alívio de direitos;
- Construção de estradas.

Uma política concertada de incentivo à produção de aguardentes permitiria manter um preço razoável no seu produto – 80 000 réis por pipa – traduzindo-se numa diminuição do contrabando[140]. Conceder o exclusivo das aguardentes a um Banco ou Companhia privilegiada equivale a um aumento dos direitos de saída pois a aguardente consumida será mais cara, elevando o custo total por pipa.

A defesa do exclusivo parcial das aguardentes foi realizada por um apoiante do Governo da *Ordem*: o deputado Agostinho Albano.

---

fornecimento da aguardente. Entre outras coisas, visava-se impedir a destilação clandestina de vinhos dentro da R.D.D. por conta dos próprios, a fim de dificultar a beneficiação clandestina do vinho». MOREIRA, op. cit. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 262.

[139] "Discurso do deputado Maia". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de Março de 1841.

[140] «Foi no anno de 1818, se bem me lembro, que se verificou o maior dos contrabandos, permitta-se-me a expressão, feito por essa Companhia do Alto Douro, quando mandou vir de Paizes estrangeiros quatro mil pipas d'Agua-ardente, que medindo pelo Areometro de Tassa (sic) mais de quatorze gràos, equivaleram a mais de 50 mil pipas de vinho». Idem, *Ibidem.*

A sua argumentação baseava-se no princípio "da extensão do commercio dos vinhos do Norte" ser lucrativo para os lavradores estremenhos. Esta teoria parte da análise da produção média do Douro, calculada em 80 000 pipas[141].

Desta quantia apenas 10 000 pipas seriam destinadas à destilação obtendo-se 1250 pipas de aguardente. Esta quantidade era manifestamente insuficiente para alimentar um comércio que necessita de 11 570 pipas na sua totalidade[142].

Os centros produtores do Norte fora da região demarcada produziam 8086 pipas, enquanto a Estremadura não excederá, em média, as 2500 pipas[143]. Contas realizadas, existia ainda uma diferença de 1000 pipas a importar.

Aos argumentos apresentados de um exclusivo que beneficiava apenas a região do Douro responde:

- "os interesses do Douro não affectam os interesses do Sul quanto maior fôr o lucro proveniente da agoa-ardente, porque de mais agoa-ardente se serve [o Douro]";

---

[141] Subdivide a produção duriense em quatro destinos: embarque, 30 000 pipas; consumo no Porto e Douro, 30 000 pipas; para as restantes províncias (Beira e Minho), 10 000 pipas; destilação 10 000 pipas.

[142] Para a exportação inglesa necessitava de 4 166 pipas, para os outros portos 476 pipas, as do consumo interno 833 pipas. Abatendo as 1250 pipas produzidas no Douro sobejavam 4 236 pipas. Mas também contabiliza as utilizadas na conservação dos depósitos de vinho e aguardente que rondariam pelas 7 334 pipas. Na sua totalidade seriam necessárias 11 570 pipas de aguardente.

[143] *Aguardente importada no Porto (1834-1838) (em pipas)*

Origem	**1834**	**1835**	**1836**	**1837**	**1838**
Lisboa	126	1 761	1 503	1 820	631
S. Martinho	46	63	143	269	182
Peniche	"	59	34	45	"
Figueira	546	1 125	506	1 111	1 732
Vianna	396	"	135	200	23
Caminha	"	94	23	"	20
Total	1 113	3 102	2 334	3 445	2 638

Nota: Os somatórios estão errados na fonte pois o ano de 1834 o total é de 1114, o de 1836 a soma dá 2344 e o de 1838 o total é de 2588.

FONTE: "Discurso de Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 13 de Março de 1841.

- "o Douro não pode fazer agoa-ardente, porque o preço porque lhe seria preciso vender cada pipa de vinho fica sempre muito abaixo do preço natural, e dos gastos de produção".

Assim se protegia uma riqueza produzida na região duriense com uma exportação regular de vinhos de boa qualidade com um consumo certo – o mercado inglês – a preços compensadores para o produtor e o comerciante.

O projecto estudado não consegue vingar na discussão na generalidade. No dia 15 de Março de 1841, a sua sorte seria ditada numa votação de 53 votos contra e 42 favoráveis. A análise da listagem das votações permite observar a junção, em ambas as posições, de representantes dos vários grupos parlamentares numa oposição clara à política governativa baseada no privilégio das aguardentes. Ao Governo "ordeiro" colam-se os defensores da região duriense e do Banco Rural. O projecto seria mais um símbolo das hesitações sobre a melhor forma de "salvar" a nossa maior riqueza nacional e não seria esquecido.

2.1.2 Com o Cabralismo

A Carta Constitucional é reposta por Costa Cabral com o objectivo terminar com a instabilidade política do período ordeiro. Costa Cabral integrara o último ministério, presidido por Joaquim António de Aguiar como Ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos. Ao longo dos anos, o futuro ditador angariou adeptos no Paço, no Exército, na Administração Pública e na própria Imprensa, tendo como bandeira ideológica a Restauração da Carta Constitucional. Este objectivo concretiza-se com o golpe militar realizado a 19 de Janeiro de 1842 e a revogação da Constituição de 1838 a 9 de Fevereiro do mesmo ano.[144] Goza, mesmo, de um forte apoio nos grupos ligados à produção e comércio dos vinhos pois "através de Costa Cabral exprimir-se-ão os interesses dos viticultores e da Burguesia ligada ao «import-export»"[145].

A nível económico, o clima era de crise para o sector de produção e comércio dos vinhos durienses, tendo a carta de lei de 30 de Maio de 1834, ao abolir a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, aberto o caminho a uma situação de

[144] Cf. MARQUES, Fernando Pereira – *Um Golpe de Estado: Contributo para o estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989, p.52.

[145] MARQUES, Fernando Pereira – "Do Vintismo ao Cabralismo". In REIS, António, dir.– *Portugal Contemporâneo*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 92.

difícil resolução: qual o destino do comércio do produto duriense? Às queixas dos males atribuídos ao contrabando de vinhos e aguardentes de outras regiões vinícolas, nomeadamente os vinhos da Bairrada, Aveiro e as aguardentes estremenhas[146], adulteradoras da qualidade deste produto, o clima de sobreprodução regional e internacional que se agravava anualmente, aliava-se à concorrência dos vinhos estrangeiros nos nossos mercados tradicionais, com especial destaque para o mercado inglês, realizada pelos vinhos de Jerez, Málaga, França e do próprio Reno[147].

Esta última circunstância é fruto do acentuar de duas tendências de consumo no mundo urbano inglês: os vinhos de luxo e os vinhos de baixo preço, destinados ao consumo popular. A estes factores associam-se factores de carácter fortuito, como as intempéries, que influem fortemente na qualidade das colheitas (o caso da má "novidade" de 1841) ou ainda como questões de gosto e hábitos culturais como a passagem do consumo do vinho do Porto para vinho de sobremesa.

2.1.2.1 O projecto original

Será a 29 de Agosto de 1842 que Félix Pereira de Magalhães, Relator da Comissão Especial dos vinhos[148], irá apresentar este novo Projecto que será discutido

[146]Relativamente à Bairrada refere-se à introdução indevida de 60 000 pipas que vão ser exportadas para o mercado inglês, adulterando o bom nome do vinho do Porto. Cf. "Discurso de Agostinho Albano de 13 de Janeiro de 1841". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 13 de Janeiro de 1841.

[147] *Quantidades de vinhos em Galões importados pela Grã Bretanha (1830-1840)* (em galões)

Anos	Espanha	França	Portugal	Cabo da Boa Esperança	Outros Países
1830	2 505 437	352 136	2 907 840	544 932	569 193
1831	2 605 328	351 102	3 139 725	428 154	512 561
1832	2 816 654	309 043	3 182 910	549 024	388 494
1833	2 246 085	232 550	2 757 572	542 191	526 372
1834	3 446 563	363 376	4 580 125	484 298	885 754
1835	2 314 880	293 635	3 020 445	523 526	476 107
1836	3 164 224	533 241	4 323 214	580 275	805 109
1837	2 802 588	730 167	2 982 765	619 371	627 701
1838	3 375 847	544 129	3 398 645	842 372	857 491
1839	4 130 755	508 437	3 539 249	723 748	1 006 817
1840		561 920		460 055	8 297 605

Fonte: *Periódico dos Pobres*, 3 de Maio de 1842, p.457-458.

[148] Esta comissão possui os seguintes membros: Rodrigo da Fonseca Magalhães (Presidente), José Bernardo da Silva Cabral, Agostinho Albano da Silveira Pinto, Félix Pereira de Magalhães (Relator). José Cabral Teixeira de Morais,

entre 2 de Setembro de 1842 e 16 de Março de 1843[149]. Esta discussão, aparentemente longa, justifica-se com o adiamento da discussão do Artigo 14.° do Projecto, retomada em 2 de Fevereiro de 1843[150].

Mais uma vez, o Relatório apresentado pela Comissão Especial dos vinhos faz um retrato negativista e pesaroso sobre as dificuldades vividas no Douro[151]. Mas, desta vez, a Comissão admite a participação directa das forças vivas da Nação envolvidas na elaboração do Projecto: "Examinando com todo o cuidado os differentes projectos, pareceres e memorias, que existiam na Secretaria desta Camara, e os que foram remettidos pelo Governo, bem como as Representações da Associação Commercial do Porto, e o Parecer da Commissão da Regoa; e tendo ouvido tambem o parecer de muitas pessoas doutas sobre este objecto, não hesitou em coordenar o projecto de lei, que vem submetter à vossa deliberação"[152].

A Comissão adoptou uma posição em que procurava responsabilizar a sociedade civil, envolvendo-a na apresentação de soluções. Ao Governo caberia a função de regulamentar e aplicar os artigos aprovados. Aliás, foi de iniciativa governamental a

---

Manoel Lobo de Mesquita Gavião, Antonio Felisberto da Cunha (Secretário). No entanto, em 13 de Janeiro de 1843, é nomeada uma nova Comissão integrando novos membros: Jerónimo Dias de Azevedo, César de Vasconcelos, Coelho de Campos.

[149] O projecto é apresentado pelo referido Relator da Comissão na Sessão da Câmara de Deputados de 2 de Setembro de 1842 até a Sessão de 12 de Setembro de 1842 onde são discutidos os artigos do projecto com excepção do Artigo 14.°. A discussão reinicia-se a 3 de Fevereiro e terminará na votação final realizada a 17 de Fevereiro, salvo redacção. A redacção final será realizada de 6 a 9 de Março após a qual subirá até à discussão na Câmara dos Pares. Esta fase durará de 16 de Março até 27 de Março. Depois de aprovado irá ao Paço para ser promulgado a 21 de Abril de 1843.

[150] Este adiamento deve-se a uma exigência ao Governo, por parte da oposição e, nomeadamente, do Deputado César de Vasconcelos. O argumento evocado seria o cumprimento da Lei de 6 de novembro de 1841 que definia que para cada nova despesa o Governo deveria apresentar o meio de a suprir. Assim o Governo irá apresentar o projecto de subsidio de 150 contos para compra dos vinhos de segunda e terceira qualidade supridos pelos impostos retirados do vinho – direitos de exportação e consumo – enquanto o Deputado Dias de Azevedo viria em 3 de Fevereiro de 1843 a apresentar o exclusivo parcial das aguardentes.

[151] Os argumentos apresentados são uma cópia fiel dos Relatórios do Projecto de 1838 e do banco Rural de 1841: "propôr medidas para melhorar o estado decadente, a que está reduzido o mais valioso producto da nossa Agricultura"; "attendendo porém à urgentissima necessidade de acudir com medidas promptas, e efficazes ao Paiz do Douro". "Relatório de apresentação do Projecto de Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro". Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 30/08/1842.

[152] "Relatório de apresentação do Projecto de Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro". Cf. Idem. *Ibidem*.

consulta aos órgãos consultivos referidos: a Associação Comercial do Porto e Associação dos Lavradores da Régua[153].

a) as soluções propostas

Segundo o projecto da Comissão[154], a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro continuaria a executar as sua tarefas relativas à separação e qualificação dos vinhos impondo, ainda, a sua venda na feira da Régua (Artigos 1.° e 3.°). Destaque-se o papel determinante que as guias de transporte passariam a possuir: "Fica prohibida a condução do Vinho do Douro para o Porto sem guia". Este punção fiscalizador reforçava-se com o desaparecimento da diferença de direitos de consumo entre os vinhos verdes e maduros de consumo no Porto e Vila Nova de Gaia (Artigo 6.°) e a obrigação dos armazenistas declararem até fins de Outubro os vinhos destinados para consumo (Artigo 7.°) secundados por um varejo geral de forma a quantificar os vinhos qualificados para a exportação.

Para evitar as adulterações de vinhos, a Companhia encarregar-se-ia da compra dos vinhos de segunda e terceira qualidade ao preço de 16 e 12 mil réis respectivamente. Os prevaricadores veriam os seus vinhos reduzidos a aguardente (parágrafo 3.°, Artigo 9.°).

A Companhia deveria promover as exportações para a Europa e outras regiões, com destaque para as possessões inglesas e o Brasil:

- o envio de padrões e balizas dos vinhos do Douro para as possessões inglesas na Índia, Austrália e América (Artigo 11.°).
- a manutenção de depósitos de vinhos no Rio de Janeiro para a venda a grosso e a retalho (Artigo 12.°);

Para financiamento da Companhia eram admitidos dois recursos:

- Através de acções ou financiamentos de investidores, nacionais e estrangeiros;
- Um subsídio de cento e cinquenta contos provenientes dos direitos de consumo e de exportação dos vinhos.

[153] Estes dois organismos vão emitir pareceres que vão ser analisados conjuntamente com o Projecto da Comissão. Cf. anexos.

[154] Todas as citações referidas provêm do "Relatório de apresentação do Projecto de Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro". Idem. *Ibidem.*

Para a elaboração do projecto da Comissão Especial dos vinhos, foram auscultadas as opiniões das já referidas comissões criadas, por iniciativa governamental[155], da Associação Comercial do Porto e da Associação dos Lavradores da Régua.

O parecer emitido pela Associação Comercial do Porto[156] defendia a criação de uma Companhia para a exportação dos vinhos durienses com a isenção do pagamento de direitos para os vinhos de primeira qualidade armazenados no Porto até à data de 15 de Abril do ano de 1842. Estes vinhos poderiam auferir mesmo de um subsidio de 20 000 réis por pipa se conquistassem novos mercados. A manutenção da qualidade dos vinhos exportáveis para o Continente Europeu seria obtida por dois meios:

a) Um exclusivo parcial das aguardentes durienses com a obrigação do corpo comercial em adquirir 30 canadas de aguardentes da região para adubo dos vinhos de primeira qualidade e 6 canadas da mesma para os vinhos de consumo enquanto o vinho em depósito ultrapassar as 70 000 pipas;
b) A imposição de um direito de 12 mil réis às aguardentes provenientes das restantes regiões vinhateiras.

No entanto, estas medidas deveriam incidir, sobretudo, sobre a qualidade da novidade de 1841 que, pela má qualidade e sobreprodução complicava sobremaneira os negócios dos armazenistas e/ou exportadores portuenses, defendendo a sua redução a aguardente ou limitação à exportação para fora da Europa e consumo exterior à Cidade do Porto.

Os produtores durienses, pela Associação dos Lavradores da Régua, apresentaram a ideia de um Banco protector da lavoura e concordaram com o órgão comercial do Porto quanto à necessidade de adopção de todas as medidas possíveis para a promoção da exportação da nossa maior riqueza nacional: tratados comerciais, subsídios, exclusivos parciais de aguardentação vínica, reduções ou benefícios fiscais. Discordavam em dois pontos:

- Na curta duração da aplicação destas medidas;

[155] A primeira foi convocada por portaria de 5 de Abril de 1842 e a segunda por portaria de 22 de Março de 1842.

[156] "Analyse do Projecto da Commissão nomeada pela Direcção da Associação Commercial do Porto". *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 100, p. 1 a 3. A Associação Comercial do Porto, temendo a desvalorização dos vinhos vai colocar de lado os seus princípios de Economia Política "até que as coisas ficassem no estado natural". Cf. TENREIRO, Guerra – *op.* cit.

- Na exclusão e até mesmo prejuízo da novidade de 1841.

Assim sendo propõem o reforço da Companhia de vinhos já existente: "Esta Assemblea julga do seu dever propôr a Vossa Magestade a rehabilitação da antiga Companhia pelas seguintes razões: primeira por estar já estabelecida por Lei; por concorrerem nella conhecimentos especiaes sobre este objecto; terceira pelo credito que tem ainda hoje os seus vinhos no mercado estranho; quarto por ter bons estabelecimentos proprios para este giro; Quinta finalmente por ser o único estabelecimento possivel na actualidade."[157]

O parecer sobre o Projecto propõe a continuação, à semelhança do apresentado pela Comissão Especial dos vinhos, da Companhia com as funções de qualificação e separação dos vinhos do Douro. Os vinhos de exportação seriam adquiridos na Feira da Régua, novamente instituída. À Companhia caberia a função de adquirir metade dos vinhos não aprovados para exportação – de segunda e terceira qualidade – para serem destilados.

As aguardentes do Douro deveriam compor preferencialmente os vinhos adquiridos na região cabendo à Companhia a sua venda aos negociantes que os adquirirem da forma prevista pelo próprio parecer da Associação Comercial do Porto.

Propõem, tal como acontecerá no projecto da Comissão Especial dos vinhos, a abolição da distinção entre vinhos verdes e maduros no pagamento dos direitos de consumo, reduzindo-os a um valor único de 4$500 réis por pipa.

Dedicam uma especial atenção ao controle da acção da Companhia através da eleição de uma Comissão Reguladora englobando dois representantes da Lavoura, dois elementos do Corpo Comercial, e um dos Directores da Companhia.

Numa secção denominada *medidas temporárias* propõem um plano de acção imediata à Companhia de forma a prevenir a situação dos vinhos da novidade de 1841 promovendo o seu escoamento para a exportação, consumo ou redução à aguardente. Os Projectos e Propostas[158] lançadas durante a discussão na Câmara dos Deputados

---

[157] "Representação da Associação de Agricultores da Régua para a Resolução da Questão Duriense". *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 115, p. 1 a 5.

[158] Além do Projecto da Comissão, vão ser lançados dois outros projectos de promoção da cultura e exportação dos vinhos: o primeiro provém do deputado estremenho José Alexandre de Mariz Coelho e respeita às bases da criação de um Banco Comercial para os vinhos nacionais, com filiais no Porto, Figueira da Foz e Lisboa; o segundo é a proposta de criação de uma Companhia Comercial para promover a exportação dos vinhos do Douro com sede no Porto, da

colocam dois tipos de questões relativamente ao organismo oriundo da Câmara dos Deputados:

- Seria uma nova Companhia ou a continuação da criada pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838?
- Seria um Banco Agrícola-Comercial ou apenas Comercial?

A necessidade de uma nova Companhia está colocada de lado pela Comissão que ostensivamente declara no Artigo 1.º "A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro *continua* a ficar encarregada dos arrolamentos, provas, e guias dos vinhos do Distrito da demarcação de Feitoria na conformidade da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838." O objectivo deste projecto passará pelo reforço do seu papel de promotora da Agricultura e Comércio dos vinhos do Douro através da conservação da pureza do seu produto[159]. Daí optar-se por uma solução que procure recolher um consenso entre a Lavoura e o Comércio.[160]

2.1.2.2. A discussão do projecto.

Apesar do carácter de aparente continuidade da instituição em discussão, perspectivam-se várias soluções para o problema dos vinhos durienses e, em alguns casos de carácter nacional[161]. Algumas das medidas propostas são o reflexo de artigos

---

autoria do Deputado Lopes Branco. Ainda temos de considerar que, ao longo dos anos de 1842 e 1843, muitas propostas e críticas vão surgir nos periódicos analisados . Cf. anexos.

[159] "O que se tracta é de fazer desse corpo (se for possivel porque no Projecto está essa hypothese) um banco protector do commercio e Agricultura dos vinhos do Douro; não se pretende dar-lhe nenhuma das antigas attribuições, ou direi melhor dos antigos privilegios; tracta-se unicamente de lhe dar algumas attribuições para poder animar e melhorar este Commercio e Agricultura. In "Discurso do Deputado Félix Pereira de Magalhães de 5 de Setembro de 1842", *Diário da Câmara dos Deputados*, 5/09/1842.

[160] Se compararmos o projecto original da Comissão especial dos vinhos com os pareceres da Associação Comercial do Porto e da Associação dos Lavradores da Régua verificamos a transcrição literal de algumas das suas propostas. Assim do primeiro parecer citado provêm o artigo 7.º, o Artigo 10 a 12.º. Da Associação dos Lavradores da Régua provêm parte do Artigo 1.º, os Artigos 3.º e 4.º, o artigo 6.º, o espirito do Artigo 9.º e o Artigo 20.º. Confirmar os já citados "Representação da Associação de Agricultores da Régua para a Resolução da Questão Duriense", "Relatório de apresentação do Projecto de Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro" e "Analyse do Projecto da Commissão nomeada pela Direcção da Associação Commercial do Porto" apresentados em anexo.

[161] É o caso do Projecto de Banco Comercial, datado de 3 de Setembro de 1842, do Deputado José Alexandre de Mariz Coelho cuja instituição se devia dedicar ao arrolamento e classificação dos vinhos maduros nacionais com sede na cidade do Porto e filiais na Figueira da Foz e Lisboa. Outro Projecto é o do Deputado Lopes Branco que pretende promover a criação de uma Companhia comercial para a exportação dos vinhos do Douro com um subsídio anual de 200 contos de réis por um período de quatro anos.

jornalísticos, pareceres e representações enviadas à Câmara dos Deputados. Recorde-se que esta discussão ocorre durante um período de afirmação do ministério cabralista e que a recém eleita Câmara dos Deputados goza de um precário equilíbrio eleitoral favorável aos vencedores do Inverno de 1842. O novo poder necessita de consolidar o poder conquistado e, ao mesmo tempo, sustentar o apoio do novo Governo representado pela viticultura e pela burguesia de *import-export*[162].

Da análise dos discursos depreendem-se três objectivos principais:

- A resolução da questão dos vinhos durienses, principalmente da sobreprodução dos vinhos de segunda e terceira qualidade, bem como das aguardentes;
- A difícil conciliação dos interesses socio-profissionais e regionais;
- A politização da questão pela oposição ao Governo.

a) Os pontos polémicos do Projecto.

A discussão iniciou-se a 2 de Setembro de 1842 com a intervenção do Deputado da oposição, José Alexandre Campos. Este vai centrar o problema na falta de consumo dos vinhos do Douro, nos baixos preços obtidos pela produção, nomeadamente na colheita de 1841, e "se este mal póde ter remédio nas leis – até que ponto – e qual deverá ser esse remédio"[163]. Estava dado o mote para a discussão.

Uma terceira solução prevendo a proibição de entrada das aguardentes estrangeiras, é apresentada pelo Deputado António Caetano Coelho. Numa segunda fase da discussão iniciada a 2 de Fevereiro de 1843, o Deputado Dias de Azevedo – um dos mentores do Projecto do Banco Rural reprovado em 1840 – tenta substituir o Artigo 14.° do Projecto original pelo exclusivo parcial das aguardentes. Poderíamos ainda, não seja abusivo considerar a apresentação do Projecto de criação de uma Companhia dos vinhos da Estremadura como tentativa de promover a extracção dos vinhos desta região, apesar de ser rejeitada a sua discussão na Câmara.

[162] Esta tese já defendida por Fernando Pereira Marques – Cf. nota 144– parece encontrar uma base de apoio na importância que a questão duriense assumiu para o governo cabralista, conforme comprovam diversos factos:

1- A convocação e pedidos de pareceres à A.C.P. e Assembleia dos Lavradores do Douro em Março e Abril de 1842;
2- A rápida formação da Comissão Especial dos vinhos, em Julho, e a também célere apresentação do seu Projecto em Agosto;
3- A conclusão do Tratado com a Inglaterra a 3 de Julho de 1842.

[163] "Discurso de José Alexandre Campos" Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 2 de Setembro de 1842. De sublinhar a posição deste Deputado estremenho do "partido setembrista" que, no mesmo discurso, evoca uma posição que contesta a tradicional associação do setembrismo ao proteccionismo. A sua argumentação defende a posição assumida pela carta de lei de 1834 e critica-a no sentido de não ter imposto a completa liberdade visto a exportação

a.1) Continuidade da Companhia de 7 de Abril de 1838?

As forças vivas do Parlamento iniciaram a discussão questionando a natureza da própria Companhia. Os seus defensores apoiaram a reforma do organismo criado pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838. Os seus opositores defendiam que esta é uma nova instituição pelos novos encargos e vantagens impostos, a opressão provenientes do sistema de fiscalização[164] e, ainda, a falência da instituição actual. Deputados favoráveis à adopção do projecto da Comissão Especial dos vinhos[165] admitem que a sua instituição assume um carácter, se não inovador, pelo menos revigorador do comércio e cultivo dos vinhos do Douro. De facto, este organismo era entendido pelos seus defensores como mecanismo protector face à grande concorrência internacional[166] sentida no nosso principal cliente, a Inglaterra, nomeadamente pelos vinhos de Xerez, Málaga e do próprio Reno. Por outro lado, esta instituição permitiria o controle do sector produtivo quer a nível das quantidades produzidas, quer na qualidade do próprio produto. Controlavam-se os aspectos da sobreprodução, a infiltração dos vinhos inferiores da Bairrada e Aveiro e a sempre polémica questão das aguardentes[167]. Com os

---

dos vinhos de primeira qualidade ser onerada com um direito de 12$000 réis. São suas as palavras "é no princípio da Liberdade de Commercio, no alívio total de todos os direitos, em remover todos os obstáculos, e favorecer por todos os modos as exportações".

[164] Segundo os opositores da Companhia, a fiscalização devia ser entregue à experiência dos negociantes que preparavam convenientemente os vinhos de acordo com o gosto dos mercados estrangeiros, obtendo assim um lucro módico mas garantido. Cf. "Discurso do Deputado Lopes Branco". *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 2 de Setembro de 1842.

[165] É o caso de José Maria Grande e do deputado Pessanha, que explicam a ineficácia da Companhia de 1838 pelo excesso de encargos atribuídos, sem quaisquer vantagens para a sua função de regulador das qualificações. Daí a sua oposição à palavra "continua" presente no artigo 1.º do Projecto. Cf. "Discurso do Deputado José Maria Grande". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 3 de Setembro de 1842.

[166] Cf. nota n.º 147.

[167] São curiosas as referências ao crescimento desta indústria sobretudo na Província da Estremadura: "a extincção da Companhia creou outros interesses, na Província da Estremadura, e outras, mas principalmente esta tornou-se, para assim dizer, um alambique de Agoa-ardente; as terras que produziam excellente pão, foram plantadas de vinha, e por toda a parte se encontra um grande fabrico de Agoa-ardente: a este desenvolvimento deu impulso a apparente e artificial saida que tiveram os vinhos do Douro nos annos de 34 e 35 pelas causas que já ponderei, porque como a Companhia já não tinha o monopólio da Agoa-ardente, e havia o princípio de Liberdade de Commercio, correram as Agoas-ardentes daqui, e de outras partes do Reino, ao Porto, obteram preço, e em consequencia desse preço plantaram-se novas vinhas, procuraram-se mesmo sitios que só podem dar vinho proprio para Agoa-ardente, de maneira que se fábrica uma quantidade immensa de Agoa-ardente, que já não tem saida como se está vendo pelo

capitais fornecidos pelo subsídio de 150 contos, a Companhia poderia movimentar os seus créditos imobilizados que, segundo a Comissão, rondariam os 3000 contos[168].

A Comissão Especial dos vinhos vai responder às acusações lançadas através da voz do seu Relator, Félix Pereira de Magalhães. Esta é uma das personalidades respeitadas pelo seu conhecimento sobre a Companhia visto conhecer profundamente o negócio da produção e comércio dos vinhos ao ocupar o cargo de Secretário Geral da Companhia, em 1833. À argumentação da oposição ele responde com força: "A separação quantitativa é um abuso?" Segundo ele, este sistema beneficiava o Lavrador e o comércio pois, através do juízo do ano, são eliminados os vinhos de primeira qualidade em excesso e de forma equitativa. Evita-se a quebra dos preços e como a quantidade aprovada é inferior às necessidades da exportação dar-se-ía consumo ao vinhos armazenados no Porto[169].

Quanto ao argumento de falência, Félix Pereira de Magalhães acusa a Carta de Lei de 30 de Maio de 1834 de ter retirado indevidamente o exclusivo das aguardentes à Companhia[170]. Este acto prejudicou o comércio que adquiriu anteriormente onze mil pipas adubadas segundo os regulamentos mas que soçobrou perante a concorrência dos vinhos inferiores que inundaram o mercado do Porto.

A situação advinda, entretanto, era fruto da Liberdade de comércio e das adulterações mas não da Companhia. Aliás, a Companhia continua a abastecer as tabernas do Porto, apesar da concorrência dos vinhos da Bairrada, Anadia e vinhos verdes. Esta instituição é viável pois possui um crédito reconhecido internacionalmente.

---

baixo preço em que está, porque não têem saída os vinhos do Porto, e ainda há de vir para menos; e senão dérmos as providencias do Projecto ou outras equivalentes para animar e proteger os lavradores da Estremadura, hão de arrancar as vinhas, e semear as terras de pão, porque não terão quem lhe consuma a sua Agoa-ardente." Cf. "Discurso de Félix Pereira de Magalhães de 2 de Setembro de 1842". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 2 de Setembro de 1842.

[168] Embora no imediato fossem disponibilizados 500 ou 600 contos de réis.

[169] A quantidade aprovada é proporcional à produção total de cada Lavrador. O próprio comerciante encontrou uma prática para ultrapassar esta limitação ao adquirir os vinhos de primeira qualidade aprovados como vinhos separados, ao adquiri-los como tais, trocá-los pelos vinhos inferiores mas aprovados em primeira qualidade, aproveitando as suas guias para exportação e vendendo-os para consumo no Porto.

[170] Este exclusivo deveria perdurar até fins de 1836, facto que limitou a extracção dos vinhos inferiores durienses destinados a esse fim.

Não esquecer, ainda, que o Estado é-lhe devedor de cerca de 400 contos de réis por empréstimos realizados aquando do Cerco do Porto[171].

Num outro patamar, o argumento dos novos encargos e vantagens seriam característicos, conforme afirma Lopes Branco[172], da base de um novo organismo. O Relator da Comissão defendia a pretensão do projecto reforçar a sua acção protectora do comércio e agricultura dos vinhos durienses ao reafirmar, por um lado, o seu papel de reservatório da pureza perante o mercado inglês e, por outro lado, evitar a especulação desleal dos negociantes na aquisição dos vinhos. O subsídio dos 150 contos não se destinava a um financiamento directo da acção da Companhia mas antes movimentava um fundo de cerca 1000 contos de réis para investimentos sectoriais. A fixação dos preços dos vinhos de segunda e terceira qualidade procura garantir um lucro mínimo ao Lavrador e, ao mesmo tempo, respeitar uma liberdade de comércio dos vinhos para o Norte da Europa pois o seu escoamento é fixo sendo os preços garantidos *de per si*. Proteccionismo e Liberdade de comércio numa só medida!

Os argumentos da oposição revelaram-se ineficazes. O artigo vai ser aprovado, confirmando a existência da Companhia de 7 de Abril de 1838 como facto irrevogável.

a.2) A alteração do imposto de consumo[173]

Outro factor polémico deste Projecto é a constante busca de formas de consumo dos vinhos durienses de qualidades inferiores. Uma das soluções preconizadas era a abolição da diferença existente nos direitos de consumo entre os vinhos verdes e vinhos maduros. Esta diferença justificava-se pelas suas diferentes qualidades e custos de produção dos vinhos[174].

---

[171] Cf. "Discurso de Félix Pereira de Magalhães de 2 de Setembro de 1842". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 2 de Setembro de 1842.

[172] "Se a Companhia é a mesma, ela não póde ter mais encargos, nem mais deveres, do que lhe são marcados na lei de 7 de Abril.

[173]« Artigo 6.º Fica cessando na Cidade do Porto e em Villa Nova de Gaia, para o effeito sómente do pagamento dos direitos, a distincção que actualmente existe entre Vinho verde e maduro de consumo; devendo pagar um e outro de direitos a quantia de 4$ 500 réis por cada pipa».

[174] O Projecto preconizava a existência de um imposto único no valor de 4$800 réis por pipa. A diferença anteriormente existente era de 3$150 réis e 6$000 réis pelos vinhos maduros.

Serão as vozes do Minho que farão eco do descontentamento dos produtores do seu circulo[175]. Embora o projecto procure "votar um complexo de medidas de salvação, e de melhoramento para o Douro"[176], esta medida em particular vai onerar o comércio do vinho verde em 1$350 réis, sendo um tributo para esta região do país. Os próprios custos de produção não deixam de ser elevados ao atingirem um terço do preço total[177]. De facto, o problema incide na concorrência do consumo dos vinhos de segunda e terceira qualidade nas tabernas do Porto que são de uma qualidade superior aos seus concorrentes vinhos de enforcado. Este últimos só tinham a seu favor o preço que os colocava ao alcance das classes populares. O aumento do preço resultante deste tributo iria dificultar a venda dos vinhos verdes no seu principal mercado – a cidade do Porto – predestinando este produto à sobreprodução.

A comissão, representada pelo deputado Silva Cunha, justifica a adopção desta medida[178] pelos maiores lucros auferidos pelos proprietários dos vinhos verdes, fruto da maior produtividade das terras e das menores despesas[179]. Além disso, conforme argumentou o deputado Fonseca Magalhães, os próprios custos de produção são complementados, no Minho, com o recurso a outras produções e "a maior parte deste vinho, que entra na cidade do Porto, vem de uma pequena distância e paga menos imposto pois vem de Braga e Guimarães"[180]e é sobre o consumidor que este recaí.

Mas a maior defesa deste artigo proveio de um local inesperado: a Estremadura. Esta província, por meio do deputado César de Vasconcelos, equipara a situação em discussão com a existente entre os "vinhos de campo" e o "vinho de bairro" provenientes do termo de Lisboa e que na Alfândega das Sete Casas pagam o mesmo

---

[175] Principalmente as dos deputados Francisco Manuel da Costa e Vieira de Magalhães e Lacerda que defenderam a diminuição proporcional do imposto ou a supressão do artigo do projecto.

[176] "Discurso de Vieira de Magalhães de 5 de Setembro de 1842", *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de Setembro de 1842.

[177] O deputado minhoto Francisco Manoel da Costa calcula o preço médio de venda da pipa do vinho verde na Cidade do Porto em 6$000 réis. Deste valor, um terço (2$000 réis) corresponde ao custo do granjeio acrescendo, ainda, um custo de transporte de 480 réis a légua e 6 canadas de vinho para o carreteiro.

[178] De resto, ela é oriunda do projecto apresentado pela Associação dos Lavradores da Régua. Cf. "Representação da Associação de Agricultores da Régua para a Resolução da Questão Duriense". *Periódico dos Pobres*, Apenso ao n.º 115, p. 1 a 5.

[179] O preço médio de venda dos vinhos maduros ronda os 7 mil réis calculando-se os granjeios em metade do seu preço e os custos de transporte em 1$600 réis.

imposto[181]. Afirma "o que eu defendo é a igualdade de direitos,e então se o nobre Deputado tiver bondade de mandar para a mesa a sua emenda, com tanto que conserve este princípio de igualdade."[182] Estaria aqui a Estremadura interessada em colocar parte dos seus vinhos na cidade do Porto, sendo conhecida a proliferação de vinhos de várias regiões do País que ocorriam às suas tabernas – Anadia, Bairrada, Minho – sobretudo desde a abolição deste exclusivo da Companhia.[183]

Esta medida foi rejeitada no Projecto, pois os deputados minhotos negociaram a sua pretensão, fazendo depender a aprovação do projecto da Companhia da rejeição deste artigo.

a.3) A questão dos vinhos armazenados.

Um dos problemas que fazia perigar o comércio e cultura dos vinhos do Douro era o excesso de vinhos armazenados no Porto e Vila Nova de Gaia. A sua maioria estava aprovada para exportação mas a sua qualidade era má. A "invasão" dos armazéns por estes vinhos proveio da ausência de qualificação resultante da Carta de Lei de 30 de Maio de 1834 ao eliminar a Companhia como instituição fiscalizadora. Ao Porto vieram "baptizar-se" vinhos de outras regiões como Anadia, Bairrada e Estremadura. Esta situação foi agravada pela colheita de 1841 que aprovou cerca de 50 000 pipas para exportação, apesar da sua qualidade duvidosa. Neste clima de abaixamento da qualidade e preço do produto, a Associação Comercial do Porto propõe, no seu parecer, para escoamento destes vinhos uma declaração obrigatória nos 30 dias posteriores à aprovação do projecto dos vinhos destinados à exportação passando os restantes para a

---

[180] "Discurso do Deputado Fonseca de Magalhães de 5 de Setembro de 1842", *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de Setembro de 1842.

[181] Os vinhos de campo eram os de qualidade inferior e tinham o preço de 4$000 réis a pipa e os vinhos de bairro eram os de qualidade superior e alcançavam preços de 12$000 réis a pipa.

[182] Refere-se à emenda do deputado Francisco Manuel da Costa que propunha apenas a redução dos direitos de consumo dos vinhos maduros em 4$500 réis.

[183] Este argumento é combatido por Francisco Manuel da Costa que, ao falar nos vinhos de campo, afirma: "ao seu augmento é que se deve a depreciação do vinho em geral, e a escassez dos cereaes, que se vai sentindo, porque terras, que são proprias para produzir searas, se veem ocupadas por vinhas de má producção".

qualidade de consumo. Propunha, ainda, para os possíveis infractores o pagamento de uma multa de 9$600 réis[184].

O deputado Lopes Branco condenou esta medida pois a imposição em si é já um prejuízo para o negociante que, de resto, tratou de cumprir as regras estipuladas na Carta de Lei de 7 de Abril de 1838. Porquê onerar o negociante com uma pena de 9$600 réis?

Félix Pereira de Magalhães argumenta que esta medida foi proposta pelo órgão defensor dos negociantes. Ela respeitava o livre arbítrio dos negociantes que, para ficarem isentos da pena, devem cumprir os prazos legais da declaração. Acrescentou, ainda, que os direitos e respectivas multas só seriam pagos pelo negociante infractor quando os vinhos efectivamente saíssem dos armazéns.

a.4) Os vinhos a adquirir pela Companhia.

No artigo 9.° discute-se, sendo a oposição liderada por José Alexandre de Campos, a razão de ser do projecto[185]. Na sua discussão apontaram-se alguns problemas:

- o desconhecimento da produção média dos vinhos de segunda e terceira qualidade;
- a falta de apresentação dos custos médios de produção destes vinhos;
- a ausência de um estudo estatístico demonstrativo da necessidade do subsídio de 150 contos aos encargos da Companhia:
- os problemas de uma arbitragem limitada ao Governo;
- os diferentes custos de produção das aguardentes provenientes dos vinhos adulterados[186].

---

[184] A comissão dos lavradores da Régua propôs uma medida ainda mais dura ao pretender impor a qualificação coerciva de metade dos vinhos armazenados em primeira qualidade para vinhos de consumo, o que afectaria os próprios negociantes estrangeiros.

[185] Com o financiamento da compra dos vinhos de segunda e terceira qualidade imposto por este artigo e regulado pelo polémico artigo 14.° - a analisar no ponto seguinte – , o projecto vai ser adiado e só discutido na legislatura seguinte. Prevendo as dificuldades de um acordo, Félix Pereira de Magalhães, em nome da comissão, faz a leitura de uma emenda que fixa a venda dos vinhos até 30 de Maio e determina a quantidade a adquirir em 20 000 pipas a um preço médio de 14$000 a 16$000 réis por pipa nos vinhos de segunda qualidade e de 10 a 12$000 réis por pipa nos vinhos de terceira qualidade pagos a cada 2, 4 ou 6 meses.

[186] Isto porque, por possuir maior graduação alcoólica, os vinhos de segunda qualidade produzem aguardentes vínicas no valor de 10.° Thessa na fábrica a partir de 5 pipas de vinho para uma deste produto, o que perfaz o valor de 80 000 réis por pipa de aguardente. Mas para a obtenção da mesma quantidade de aguardente a partir dos vinhos de terceira

A Comissão defendeu o artigo já alterado como uma resposta às críticas realizadas pela oposição. Félix Pereira de Magalhães argumentou que a produção média destes vinhos de 25 000 pipas destinando-se 5 000 pipas para consumo da região. Daí a cifra de 20 000 pipas a adquirir pela Companhia. Esta medida procurava envolver o próprio sector produtivo na fiscalização e combate aos vinhos provenientes de fora da demarcação já que esta barreira reduzia imenso a margem de manobra ao contrabando, pois o lavrador duriense denunciaria os infractores.

Quanto aos preços, a Comissão procurou a forma mais justa de regulamentar os preços ao distinguir os custos dos vinhos de segunda (de 12 a 16$000 réis) e terceira qualidade (de 10 a 12$000 réis) e, dentro destas qualidades, os vinhos melhores e piores, reflectindo-se no próprio preço das aguardentes[187].

O problema da adequação do subsídio dos 150 contos com os encargos recorda que esta medida não se destinava à compra directa das 20 000 pipas – rondam os 400 contos de réis – mas para movimentar capitais para custear todos os encargos[188].

O problema da arbitragem dos conflitos entregue ao Governo com consulta das partes interessadas revela-se insuficiente, pois a Companhia é uma instituição tradicionalmente mais forte do que as "recentes" Associação Comercial do Porto e Associação dos Lavradores do Douro. Acresce ainda que a Companhia estaria sempre interessada em manter os preços baixos. A sua solução provém, curiosamente, da oposição. O deputado Faro de Noronha afirma que "esta quantidade de vinho que a Companhia fica obrigada a comprar, bem como os preços estabelecidos neste artigo poderão ser augmentados pelo Governo em Conselho d'Estado precedendo audiencia da Companhia, da Associação Agrícola da Regoa, e da Commercial do Porto"[189].

---

qualidade já são necessárias 8 pipas custando 96 000 réis. O projecto prevê um preço máximo de 85$000 réis por pipa de aguardente. Destinar-se-ia esta diferença a tentar melhorar a qualidade do vinho de consumo e das próprias aguardentes da região ao desmotivar o produtor dos vinhos de pior qualidade.

[187] O deputado Silva e Cunha reforça a argumentação de Félix Pereira de Magalhães ao distinguir, nas divisões tradicionais, as qualidades *U* (melhor qualidade) e *W* (pior qualidade). Cf. "Discurso do Deputado Silva e Cunha de 8 de Setembro de 1842", *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 8 de Setembro de 1842.

[188] Não deixa de ser sintomática a constante referência ao carácter conciliatório desta medida em que a Assembleia do Douro defendia o exclusivo das aguardentes. Inclusive, o parágrafo 3 não coloca de parte esta medida, pelo menos, para os vinhos contrafaccionados.

[189] Cf. Discurso do deputado Faro de Noronha de 8 de Setembro de 1842", *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 8 de Setembro de 1842. Posteriormente esta palavra vai ser corrigida para "alterados".

Neste artigo a oposição conseguiu uma maior flexibilização em, pelo menos, três sentidos:

- Uma maior definição dos elementos que estiveram na base da decisão da Comissão;
- Uma maior justiça nos preços a pagar pelos vinhos e aguardentes visando o combate ao contrabando e adulteração;
- A diminuição do poder decisório do Governo na arbitragem dos conflitos com a intervenção do Conselho de Estado e a auscultação de todas as partes.

b) O financiamento da Companhia: subsídio ou exclusivo?

A concessão de um subsídio à Companhia assumiu uma especial importância pois como afirmou o deputado Silva e Cunha, "estamos chegados ao ponto principal, em que se basea este projecto, e que foi base já adoptada por esta Camara, porque tendo sido aprovado já na generalidade este projecto, seria uma inconsequencia ser agora reprovada a sua base principal".

As atribuições concedidas no campo da fiscalização exigiam uma despesa que, por si só, a Companhia era incapaz de sustentar. Assim o Governo, logo no início da discussão, declarou todo o seu interesse na resolução deste problema. Procura conceder a esta instituição um subsidio de 150 contos extraído dos direitos de consumo da Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia e da exportação dos vinhos pela barra do Douro. Mas para o Governo, de acordo com uma lei de 6 de novembro de 1841, esta despesa devia possuir uma receita compensadora a apresentar à Câmara antes da aprovação do artigo 14.°.

A atitude do Governo, e da própria Comissão foi, no mínimo, estranha. No início da discussão, a 3 de Setembro, Costa Cabral compromete-se a apresentar um projecto para suprir esta despesa. Aparece para nunca mais o fazer ao longo da Legislatura. A Comissão fortaleceu esta posição do Governo ao justificar o cumprimento da obrigação dos rendimentos públicos se o projecto tivesse origem governamental. Ora ele teve origem na comissão que auscultou a sociedade civil para a sua elaboração. Para além disso, os meios aprovados eram meios produtivos e esta despesa era produtiva pois permite alimentar os cofres do Estado se a indústria sobreviver. A justificação para a adopção do subsídio resultou da constatação de os vinhos de primeira qualidade possuírem um consumo garantido enquanto os vinhos de inferior de qualidade não

podiam concorrer no comércio interno pelos seus elevados custos de produção que, também, inviabilizavam a sua redução a aguardente. Daí ser necessário o auxílio de um banco que devolvesse à região uma parte das receitas produzidas pelo seu principal produto. Este esforço seria compensado pelo aumento das exportações e o pagamento de tributos que só parcialmente são recebidos (sisas, décimas, foros, subsidio literário)[190].

Mas a oposição não desarma. Chama à responsabilidade o Ministro da Fazenda invocando a obrigatoriedade de apresentação de um plano de meios para custear o subsídio. Referia o testemunho do Ministro do Reino e da Fazenda da existência de um novo imposto para custear esta despesa, mas que tardava a ser apresentado aos órgãos legislativos. Cresce entre os Deputados o desejo de adiar esta questão até quando o Governo apresentar o referido plano. A questão passou a ser politizada pois, como afirmou José Alexandre de Campos, "é preciso derribar o Governo para acudir ao Douro, é nisto que consiste o remédio do Douro, e de todos os males".

Cessa a Legislatura de 1842 com o Projecto todo votado, com a excepção do artigo 14.°. O Governo permaneceu mudo na questão da atribuição dos meios à Companhia e na origem da receita dos 150 contos de subsídio.

O próprio Governo parece dividir-se quanto à via a seguir. Foi referida a intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao apresentar, nas reuniões das Comissões dos vinhos de ambas as Câmaras, a ideia de um exclusivo parcial das aguardentes.[191]Esta proposta foi bem acolhida por muitos dos Membros das comissões

---

[190] Além deste meio, a Comissão considerou outras três opções:

a) a concessão do exclusivo parcial das aguardentes, de acordo com o parecer da Associação da Agricultura da Régua;

b) A isenção dos direitos de exportação dos vinhos exportados pela Companhia que é excluído por colidir como Artigo 4.° do Tratado de Comércio assinado com Inglaterra a 3 de Julho de 1842. Acresce o facto de a Companhia não ser compensada dos vastos encargos que é obrigada a contrair para a promoção dos vinhos nos mercados estrangeiros;

c) A redução dos direitos não serve de estímulo para o maior consumo e exportação pois priva o Tesouro de um recurso importante, beneficiando o consumidor estrangeiro que compra mais barato, de acordo com o parecer da Associação Comercial do Porto.

[191] Recorde-se que esta ideia foi sugerida pela Associação dos Lavradores da Régua e não conhece a oposição da Associação Comercial do Porto. Cf. "Representação da Associação de Agricultores da Régua para a Resolução da Questão Duriense". *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.° 115, p. 1 a 5 e "Analyse do Projecto da Commissão nomeada pela Direcção da Associação Commercial do Porto". *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.° 100, p. 1 a 3.

(Agostinho Albano, Félix Pereira de Magalhães, Jerónimo Dias de Azevedo, Fonseca Magalhães, Conde de Vila Real, João Almeida Morais Pessanha, Barão de Vila Pouca e o Visconde de Vilarinho de São Romão). Mas a Comissão da Câmara dos Deputados manteve-se fiel à sua posição oficial. Agendada a resolução deste problema para o início de Fevereiro, o Deputado Dias de Azevedo[192] prolongou a sua discussão. No dia dois apresentou uma nova base onde propõe "o favor de certa porção de agoardentes as quaes ella venderà aos exportadores por um preço razoàvel"[193]. Esta base assentava em dois pressupostos:

- O exclusivo das aguardentes em favor da Companhia que era obrigada a comprar 20 000 pipas de vinho de acordo com os preços e qualidades fixados no Artigo 9.°. Este era complementado com a obrigatoriedade do exportador de vinhos adquirir uma quantidade fixa de aguardente de acordo com o seu destino: dois almudes para a Europa e um almude para os restantes continentes[194].
- O exclusivo da venda das aguardentes nas colónias de Àfrica e Àsia, concedido à Estremadura[195].

Na defesa da proposta, Dias de Azevedo assinalou que a Comissão não a adopta devido ao compromisso político representado pelo subsídio dos 150 contos: "A Commissão, ponderando as dificuldades que teve por impossíveis de vencer, trazendo à Camara a base do exclusivo, acceitando a lembrança de algum dos seus membros, que mais se opunha a essa base, combinou o meio proposto como único benefício possivel para o Douro, e apresentando-a ao Governo [este] acceitou pois a base, mas não a deu"[196].

---

[192] Homem experiente nesta questão dos vinhos, participou já no Projecto apresentado em Julho de 1840 como relator da comissão.

[193] "Discurso do Deputado Dias de Azevedo de 2 de Setembro de 1842", *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Setembro de 1842.

[194] Recorde-se que a aguardentação é uma das fases essenciais da produção do vinho fino, presente desde a fermentação até ao engarrafamento em Inglaterra. da sua qualidade, 9.° de Tessa, depende a qualidade final do produto duriense.

[195] Este artigo aparece como tentativa de aliciar os produtores da Estremadura, pois corresponde a uma das exigências do Projecto da Companhia dos vinhos da Estremadura. Cf. "Relatório e Projecto dos vinhos da Estremadura apresentado pelo Deputado Gorjão Henriques".

[196] "Discurso do Deputado Dias de Azevedo de 8 de Setembro de 1842". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 8 de Setembro de 1842.

O exclusivo das aguardentes é preferível ao subsídio dos 150 contos pois, no caso de subida dos preços pela compra das aguardentes do Douro, iria incidir no consumidor estrangeiro que, por preferir um produto de luxo, não vai deixar de consumir por uma pequena quantia por garrafa[197]. A segunda opção iria recair sobre todos os contribuintes portugueses.

A compra dos vinhos com o subsídio de 150 contos promovia a destilação das 20 000 pipas de aguardente pela Companhia a preços extremamente baixos, retirando da concorrência as aguardentes das outras Províncias. Poderia, ainda, traduzir a existência de um "exclusivo de facto" que inundava as tabernas do Porto com os vinhos da Companhia, afectando o consumo dos vinhos maduros da Estremadura e Bairrada e dos vinhos verdes do Minho.

O exclusivo não prejudicava as outras Províncias. De facto, o problema duriense residia no desequilíbrio entre o consumo e a produção representados pelos *stocks* armazenados no Porto, Vila Nova de Gaia e Douro que, segundo o juízo do ano de 1843, atinge as 253 158 pipas[198]. A intervenção da Companhia consistia na qualificação e separação dos vinhos e na garantia do seu benefício com aguardentes de qualidade. No entanto, este benefício[199] recorre a outras origens. O exclusivo é "parcial", pois só abarcava metade das aguardentes para benefício dos vinhos de exportação. Esta medida permitia escoar os vinhos excedentes e separados logo na qualificação. A sua quantidade ronda as 23 mil pipas, equivalentes a 2 666 pipas de aguardente. Mas o vinho de primeira qualidade necessita de 5 333 pipas, ao que acrescenta 388 pipas para consumo dos vinhos atabernados e manutenção dos depósitos. Ficava no mercado do Porto uma margem de 3 554 pipas para as Províncias da Estremadura e Beiras, quantia

[197] Parece esquecer a concorrência dos vinhos de Xerez e Málaga e a própria modificação nos hábitos de consumo que transformaram o vinho fino em vinho de sobremesa.

[198] Estes *stocks* acumulados desde 1834 e misturados indistintamente até 1843, visto a Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 introduzir a aprovação mas sem o mecanismo da separação quantitativa são aprovadas para primeira qualidade 40 a 50 mil pipas. Mas o mercado inglês só consome 25 mil pipas. Esta situação agrava-se se tivermos em conta que estes vinhos devem estagiar três anos armazenados no Porto e Vila Nova de Gaia, com todas as suas despesas inerentes.

[199] Os números apresentados são de 4 almudes para os vinhos de primeira qualidade (4 761 pipas), 2 almudes para os de segunda qualidade (1000 pipas), 9/10 canadas para o vinho de consumo no Porto (1000 pipas) 5 almudes para as jeropigas (1000 pipas). Desconhece-se a aguardente consumida nas tabernas. Mas o exclusivo só abarca o benefício dos vinhos de primeira e Segunda qualidade. Estes seriam os grandes consumidores de aguardente? Talvez, mas eram eles que garantiam a boa qualidade do produto duriense.

mais do que suficiente para o fomento desta "indústria"[200]. Segundo o deputado Agostinho Albano o exclusivo era útil às Províncias do Sul pois podia elevar o preço das suas aguardentes, até então de 45 000 réis por pipa, para valores próximos dos 60 mil réis. Os preços adoptados permitiriam combater o próprio contrabando das aguardentes francesas, vendidas entre 60 a 80 mil réis por pipa, mantendo a qualidade do produto.

Uma última vantagem residia no facto da base deixar livre o mercado das tabernas do Porto para a introdução dos vinhos de outras regiões, beneficiados pela retirada de circulação de um potencial concorrente, o vinho do Douro.

A oposição ao exclusivo provinha, essencialmente, das Províncias do Sul[201]. O deputado Dias e Sousa afirmou a inutilidade de uma nova base para o projecto já votado. Na sua opinião "de que se trata é de dar maior preço ao vinho peor do Douro, à zurrapa desse paiz". Continua a sua argumentação com o facto da Estremadura possuir uma produção vinícola quase três vezes superior, rondando as 160 mil pipas. Destas, 60 mil podem ser reduzidas a aguardente. Assim o exclusivo iria prejudicar esta região, pois fechava um mercado de quase 3 000 pipas de aguardente. Isso se a Companhia as destilar. Porque nada a obriga. Das 20 000 pipas adquiridas, muito deste vinho pode ser enviado para consumo, destinando-se para destilação apenas os de pior qualidade[202].

Outro argumento contra o exclusivo é que este onerava o comércio que adquiria as aguardentes mais caras em relação à Companhia com reflexos previsíveis na diminuição das exportações[203]. Para combater este efeito, o deputado Lopes Branco

---

[200] Refira-se que, segundo os cálculos apresentados, a produção média das aguardentes é, na Estremadura, de 880 pipas e de cerca de 350 pipas para as Beiras. A insuficiente produção nacional deste produto é uma das motivações, por um lado, para o preço elevado deste produto e, por outro lado, para o escandaloso contrabando das aguardentes de Espanha e França.

[201] As argumentações mais sólidas são apresentadas pelos deputados Dias e Sousa, José Alexandre de Campos e José Estêvão, deputados pela Estremadura e Guarda e Lopes Branco deputado pelo Porto.

[202] Conforme nota o defensor do exclusivo Moura Coutinho, dos vinhos de primeira qualidade produzidos anualmente (50 000 pipas), só 25 000 pipas são destinadas à exportação para Inglaterra sendo as restantes dirigidas à exportação para os outros continentes. Mas como não são todos escoados, inevitavelmente, a maioria destes vinhos passa para o consumo interno. A sua qualidade superior dificulta a concorrência no mercado do Porto dos vinhos estremenhos e da Bairrada e a própria exportação destes para os portos estrangeiros, nomeadamente o Brasil.

[203] Para alguns deputados a solução seria a diminuição dos direitos internos e de exportação. Estes favoreciam imediatamente o comércio mas também o Lavrador que passaria a escoar mais vinho e o consumidor que os adquiria mais baratos. Segundo Forrester, só em direitos directos, o vinho pagava 25 mil réis por pipa: 15 390 réis em direitos

lança uma nova base ao projecto: a diminuição dos direitos de exportação sobre os vinhos e aguardentes. Este projecto permitiria restabelecer o comércio dos vinhos, valorizar o consumo e produção das aguardentes nacionais e promover a exportação de todos os vinhos nacionais. Combatiam-se os baixos preços dos vinhos da Catalunha, Cete, Sicília e Málaga nos mercados inglês e brasileiro.

O comércio exportador temia um forte concorrente na Companhia que transformada "em fábrica de aguardentes" as adquiria mais baratas pois não pagava os 20 por cento da sua margem de lucro. Segundo José Alexandre de Campos, "a nova base tira inteiramente à Companhia o carácter de uma companhia commercial dos vinhos".

A nova base ignorava intencionalmente os vinhos de primeira qualidade e afectava o seu consumo. Não promovia a exportação no mercado inglês pois o seu consumo era inalterável. As medidas de fiscalização já aprovadas – arrolamento, provas, marcas, guias – eram suficientes para garantir a sua pureza. Mas o exportador, ao possuir uma posição desigual face à Companhia fazia recair a sua compensação sobre o lavrador que via os seus capitais empatados e seria forçado a vender os vinhos mais baratos.

É curiosa a posição de dois deputados estremenhos, José Alexandre de Campos e José Estêvão, relativamente ao subsídio dos 150 contos. O primeiro declarou que esta base, como parte do alívio dos impostos de exportação e consumo, era uma forma indirecta de diminuir estes direitos, por isso, é favorável à liberdade de comércio. A opinião do segundo é mais radical, pois este subsídio fará o produtor sofrer e "pedir a diminuição dos direitos e a extinção da Companhia"[204].

Os defensores do exclusivo, com destaque para o seu proponente, vão tentar rebater a argumentação dos seus opositores. Partem do princípio que "a Companhia não foi instituída nem para augmentar, nem para diminuir a exportação; foi creada para restaurar o commércio que estava abatido naquella occasião, e para conservar d´ahí por

---

de exportação e 10 mil réis no pagamento das guias. Cf. Forrester, J.J.– *Considerações sobre a carta de lei...*", p.41-42.

[204] Não deixa de ser curioso o carácter profético deste argumento que coincide com o proferido, anos mais tarde, pelo barão de Forrester. Este último assinala que o subsídio dos 150 contos não resultou na diminuição do depósito de Vila Nova, mas antes aumentou a produção dos vinhos inferiores. Em 1843, a produção duriense atinge as 72 000 pipas e, em 1848, ela é de 111 000 pipas.

diante a genuinidade do vinho, e pela sua concorrência no mercado do Douro, evitar o conluio dos compradores em detrimento dos Lavradores"[205].

Dias de Azevedo defendeu peremptoriamente as vantagens já referidas do exclusivo de aguardentes: escoamento dos excedentes, garantia de qualidade e preço certo ao Lavrador e ao Negociante. Valorizou os vinhos e aguardentes das Beiras e Estremadura, por permitir o crescimento desta indústria e a valorização do seu produto[206]. Sustentou ainda a sua posição com o pedido do exclusivo das aguardentes ser comum aos povos do Norte e do Sul.

O projecto do deputado Lopes Branco revelava-se contraproducente, pois criava um *déficit* de 500 contos nas receitas do Estado e legitimava o "baptismo" no Porto de todos os vinhos de Portugal. Para Félix Pereira de Magalhães era o retorno à Liberdade de 1834 "à sombra della concorreram vinhos da Bairrada e de Aveiro, para lá receberem esse "baptismo""[207]. O aumento dos preços era uma realidade com o exclusivo, mas ele recaía sobre o consumidor inglês e o seu acréscimo por garrafa era de 2 a 3 réis. Para obter resultados semelhantes aos propostos preconizava-se uma política de tratados comerciais que diminuísse os direitos de entrada sobre os nossos vinhos nos principais mercados.

Quanto ao facto do beneficio se dirigir aos vinhos de segunda e terceira qualidades e os de primeira qualidade não necessitarem de exclusivo, este argumento é inexacto, pois o vinho consumido em Inglaterra resultava da mistura dos vinhos verdadeiramente superiores da região do Cima Corgo com "um intermédio de vinhos, que são muito proximos do vinho genuino que são iguaes a elle logo que são beneficiados"[208]. Para além da qualificação e separação quantitativa, o exclusivo permitia garantir a qualidade dos vinhos resultantes deste beneficio.

Apesar das invectivas proferidas por estes últimos, o subsídio de 150 contos vai vingar[209]. Na nossa opinião a razão principal parece ser o desagrado provocado entre as

---

[205] " Discurso do Deputado Félix Pereira de Magalhães". *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de Setembro de 1842.

[206] As referidas 60 000 pipas que ficam sem consumo na Estremadura são escoadas pelo contrabando na Cidade de Lisboa. Cf. Idem. *Ibidem*

[207] " Discurso do Deputado Félix Pereira de Magalhães" *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 5 de Setembro de 1842.

[208] Idem. *Ibidem.*

[209] Apesar da votação ser bastante equilibrada o exclusivo é recusado por 59 votos contra 56 votos a favor.

várias regiões vinícolas, espelhada na divisão da própria Comissão. O próprio Governo cabralista, recém instalado no poder, e beneficiando de um conjunto complexo de alianças parlamentares, vai tentar manter-se alheio da polémica[210] de forma a manter a sua posição governativa. Mesmo os defensores do exclusivo irão votar a favor do subsídio, visto ser urgente conceder uma ajuda ao Pais do Douro.

c) A discussão na Câmara dos Pares.

Iniciou-se a discussão no dia 16 de Março de 1843 com a leitura do parecer da Comissão dos vinhos da Câmara dos Pares. Nesta Comissão, a fragmentação presente na Câmara dos Deputados foi claramente assumida com a apresentação de duas votações em separado. Foi unicamente discutido o Artigo 12.º relativo à base de financiamento do Projecto: o subsídio dos 150 contos ou o exclusivo parcial das aguardentes.[211] Mas a discussão ficou marcada por uma terceira via: a diminuição/abolição dos direitos de saída. Esta via polimizou a discussão de alguns dos Pares mais eminentes: José da Silva Carvalho, Conde do Lavradio, Conde de Vila Real e Visconde de Vilarinho de S. Romão.[212]

Os defensores de um favor a conceder ao Douro, seja exclusivo ou subsídio de 150 contos, contavam com um trunfo. O Relator da Comissão era o Visconde de Vilarinho de São Romão[213]. Este paladino da liberdade de comércio desde as Cortes de 1821, que nos seus opúsculos e artigos na Imprensa invectivou contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, afirmava que a salvação do Douro "era

---

[210] As intervenções dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Reino, apesar do apoio do primeiro ao exclusivo, vão no sentido de não politizar a questão.

[211] Ao lado do exclusivo das aguardentes estão o Conde de Vila Real, João de Almeida Morais Pescanha, Barão de Vila Pouca e o Visconde de Vilarinho de S. Romão (relator da comissão). O subsídio dos 150 contos é assinado pelo Conde de Lavradio, Bartolomeu de Gamboa e Liz e Venâncio Pinto do Rego Cea Trigueiros. Refira-se que o exclusivo aparece ampliado no ponto 2.º com a obrigatoriedade de beneficiar os vinhos destinados às colónias portuguesas e estrangeiras de África ou América com almude e meio de aguardente. Cf. "Parecer da Comissão Especial dos vinhos da Câmara dos Pares". *Diário do Governo*, N.º 66, 17 de Março de 1843, p. 235-236.

[212] Recorde-se que esta via, na Câmara dos Deputados, teve expressão sobretudo nas intervenções e projectos de Lopes Branco. No entanto, não obtiveram grande impacto.

[213] Este mesmo defendia a posição favorável ao exclusivo pois que "este favor à Companhia era uma cousa pequena, mas podia ser proficua, porque, pelo menos, elle compraria aos Lavradores a terça parte dos seus vinhos, e deste modo não irão cahir nas garras desses homens que lhe querem tirar tudo. Que com os 150 contos de réis ficaria o Douro da mesma forma, e o mesmo aconteceria se se diminuissem os direitos de exportação, porque nenhuma dessas medidas acabaria os conloios". *Diário do Governo*, n.º 73, 28 de Março de 1843, p. 526-528.

o pequeno privilégio que a maioria da Commissão propunha que se concedesse à Companhia"[214]. As razões são as mesmas que presidiram à sua apresentação na Câmara dos Deputados, por Dias de Azevedo. Existia o reconhecimento explicito que esta Companhia era, na sua essência, diferente do organismo pombalino e as suas medidas repressivas: "Que o favor proposto pela maioria da Commissão não tinha paridade com o antigo exclusivo, porque a Companhia não ficava sendo mais do que uma corporação commercial encarregada da direcção das provas (por um methodo em que não tem influencia) e dos arrolamentos: que agora se lhe impunha o onus de comprar vinte mil pipas de vinho por preço determinado, e se lhe concedia o beneficio de vender aos exportadores dous almudes d´agoa-ardente para adubo de cada pipa de vinho; que nesta proposta havia *encargo* e *favor*, e, portanto não se argumentasse fóra desta idéa, por isso não vinha a ponto."[215]

Os opositores do exclusivo vão ter a sua voz mais representativa na figura de José da Silva Carvalho. Ele foi o "responsável" pela abolição da Companhia, a 30 de Maio de 1834, e declarava-se fiel aos seus princípios: "Deixemos ao Lavrador cultivar, e dispôr do seu vinho como elle quizer, e ao commerciante compra-lo e leva-lo para onde entender que melhor lhe convêm". No seu entender, a razão da decadência do Douro advinha das seguintes motivações:

- a adopção do imposto dos 12$000 réis para financiamento do Tesouro Público e como meio de dissuadir a exportação dos vinhos de inferior qualidade;
- o regresso, lento, dos regulamentos da Companhia nomeadamente o Decreto de 2 de Novembro de 1836, que impunha as barreiras, os arrolamentos, varejos e guias, culminando na lei de 7 de Abril de 1838;
- A crise de sobreprodução que se abate na viticultura nacional e a concorrência dos vinhos estrangeiros nos nossos mercados consumidores.

A solução consistia em diminuir os direitos de exportação dos vinhos em 50% pois tornava-se produtiva uma despesa de 150 contos de réis, valor equivalente ao do subsídio, mas em prol de toda a Nação. Promovia-se, assim, a exportação dos vinhos e mantinha-se livre o mercado inter-regional de vinhos e aguardentes.

---

[214] *Idem*. Ibidem.

[215] *Idem*. Ibidem.

Esta doutrina vem complementar uma outra, apresentada pelo Visconde de Sà da Bandeira, de que "o Governo devia, em logar de exclusivos, procurar novos mercados aos nossos vinhos"[216]. Sugere as regiões do Báltico.

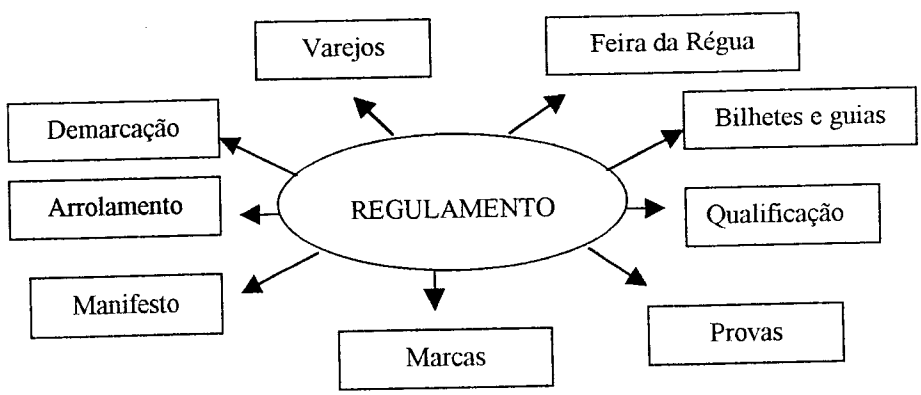
Nesta argumentação espelha-se a preocupação face ao cumprimento do Tratado de Comércio e Navegação assinado com a Inglaterra a 3 de Julho de 1842 e as negociações relativas aos direitos a pagar por ambas as nações, de acordo com o cumprimento do Artigo 15.° do dito Tratado. A posição do Ministro dos Negócios Estrangeiros era que "no caso de que passasse o exclusivo, que os negociantes inglezes ficariam no mesmo pé que os portuguezes"[217]. Este facto era um desagravo a estes exportadores, habituados à liberdade de comércio dos vinhos de primeira qualidade.

Não surpreende a opção politicamente correcta da adopção do subsídio dos 150 contos de réis.

2.1.2.3 A regulamentação de 23 de Outubro de 1843.

De acordo com o estipulado na Carta de Lei de 21 de Abril de 1843 cabia ao Governo, juntamente com a Companhia, providenciar os regulamentos necessários para o funcionamento dos princípios normativos nela estipulados. Foi assim que, a 23 de Outubro de 1843, Costa Cabral promulgou o "Regulamento para a execução das diversas disposições da Carta de Lei de 21 de Abril de 1843":

Esquema 1: Temáticas do regulamento



[216] *Idem*. Ibidem.

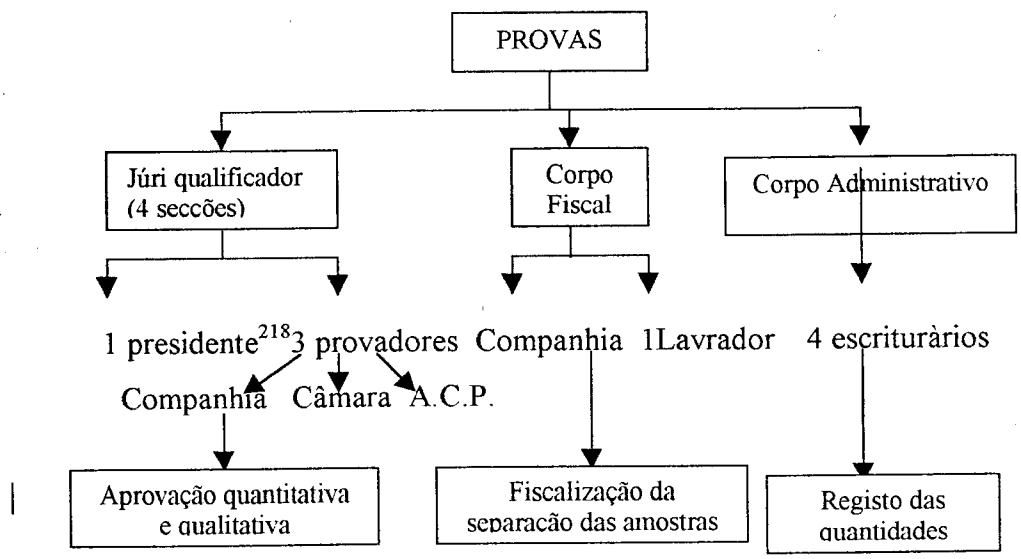
[217] *Idem*, Ibidem

Este regulamento delimitou a área de acção da Companhia aos territórios da Demarcação de Feitoria estabelecidos no Artigo 5.º da lei de 17 de Maio de 1822 especificando "todos os terrenos plantados de cepa baixa dentro da linha exterior"(Artigo 1.º). Neles seria realizado o arrolamento anual dos vinhos pelos empregados da Companhia e o seu respectivo manifesto.

O vinho, após a vindima, deveria ser envasilhado em tonéis que conteriam, marcada a fogo, a indicação da quantidade de pipas. Estas teriam a medida de vinte e um almudes e nove canadas da medida do Porto. A veracidade das indicações seria atestada por uma comissão de três elementos: um funcionário da Companhia, um Lavrador de Vila Real e outro de Lamego. A estes incumbe preencher uma tabela comprovativa das dimensões dos tonéis e suas capacidades. Só depois os funcionários da Companhia, juntamente com o Lavrador ou seu representante, poderiam marcar o número de tonéis da demarcação procedendo-se ao seu registo em livro próprio.

Só após a marcação dos tonéis e seu enchimento se poderia proceder às provas e passagem dos respectivos bilhetes de qualificação.

Esquema 2: organismos intervenientes nas provas



Saliente-se o controle exercido pelo sector produtivo e pela Companhia neste processo onde a Associação Comercial do Porto possui pouco poder interventor.

[218] Este será nomeado pelas Câmaras de Vila Real, Provesende, Lamego e S. João da Pesqueira.

A recolha das amostras seria realizada pelo corpo fiscal. A estas acrescentaria um bilhete oculto no lado da garrafa com as indicações da freguesia, adega, lavrador produtor, quantidade de pipas e o número do tonel da amostra. As garrafas seriam encerradas em caixas a guardar, lacradas, no depósito da Companhia.

As provas seriam divididas por quatro secções representativas das quatro Câmaras da região demarcada. Cada provador lançava os votos com as inscrições da sua qualidade. O presidente extraia os votos da urna e marcaria a garrafa com a qualidade respectiva (primeira, segunda, terceira, refugo) logo que obtivesse dois votos concordantes. Os resultados seriam lavrados em livro próprio pelos escriturários da Companhia.

Findos os trabalhos, os provadores e os presidentes das secções reuniam-se para elaborar o juízo do ano a enviar à Companhia. Posteriormente, este seria enviado ao Governo[219]. Este decidiria quantidade da exportação antes da abertura da Feira. Por fim, passariam-se os bilhetes da qualificação que dariam acesso às guias de transporte dos vinhos para embarque.

Previa-se a abertura da Feira da Régua até quinze de Fevereiro e a sua duração seria de seis dias. No entanto, a data da sua abertura dependeria das resoluções governativas sobre o juízo do ano. Durante a Feira, os compradores dos vinhos para exportação seriam obrigados a declarar à Companhia as quantidades adquiridas com este destino em troca das quais eles recebiam os respectivos bilhetes de qualificação. Durante a Feira, três dias após a sua abertura, os lavradores devem declarar as quantidades de vinhos de segunda e terceira qualidade para venda à Companhia, de acordo com o Artigo 8.º da dita carta de lei. Depois da feira devem declarar as quantidades sobejantes com destino à exportação.

Dando continuidade à tradição era vedado o acesso à exportação de qualquer "vinho tinto, branco, geropiga, ou outra qualquer denominação que seja". Todos os vinhos deveriam seguir o processo de qualificação da Companhia e possuir as

[219] Este instrumento, barómetro da eficácia da instituição, permitiria o controle da produção e comércio dos vinhos do Douro pois:

- controla os depósitos dos vinhos;
- propõe as quantidades a exportar do vinho de primeira qualidade;
- estabelece os preços a pagar pelos vinhos de segunda e terceira qualidade;
- estabelece o destino dos excedentes dos vinhos de primeira e segunda qualidade.

prespectivas guias, passadas na presença dos bilhetes de qualificação. Só estas dariam acesso ao transporte pelo rio Douro. Esta regulamentação proibia o transporte sazonal de vinhos de fora da demarcação, desde a vindima até ao arrolamento, com o fim "de evitar que com vinhos estranhos se augmente, adultere, e prejudique a natural producção e qualidade de cada colheita". A passagem das guias está sujeita ao imposto de 400 réis por pipa, a pagar no acto da sua passagem.

Um último mecanismo de controlo das qualidades de vinhos do Douro eram os varejos. Estes seriam, geralmente, anuais e realizam-se em Setembro, antes da vindima. Incidiriam sobre os vinhos de exportação armazenados quer nos armazéns do Douro, quer no Porto e Vila Nova de Gaia. Os seus donos deveriam possuir os bilhetes correspondentes às quantidades armazenadas incorrendo na pena de desqualificação.

Com este regulamento procurava-se aplicar à novidade de 1843 os princípios normativos formalizados na carta de lei de 21 de Abril de 1843. O objectivo seria introduzir tranquilidade no sector da produção e comércio dos vinhos do Douro. Definem-se as regras da qualificação dos vinhos e a forma de venda dos de qualidade inferior à Companhia. No entanto, permanece a indefinição face ao destino desses vinhos.

2.1.3 As forças intervenientes

Já referimos a singularidade da actuação partidária em Portugal, onde a opinião política está agrupada em formações protopartidárias, grupos reunidos em torno de um líder de opinião. A título de exemplo apontemos os principais para o período considerado:

- Sá Nogueira - facção setembrista moderada;
- José Estêvão, Celestino Soares, José Alexandre de Campos - facção setembrista radical;
- Joaquim Alexandre de Magalhães, Rodrigo da Fonseca Magalhães, conde do Bonfim, Agostinho Albano (até 1841) - facção ordeira ou centrista;
- Os irmãos Cabral, Agostinho Albano (desde 1842), Félix Pereira de Magalhães, Gomes de Castro - facção cabralista;
- José da Silva Carvalho, António Luís de Seabra, César de Vasconcelos, Lopes Branco – facção cartista "pura".

A Câmara dos Deputados seria o palco privilegiado onde estes contendores iriam esgrimir as suas forças na tentativa de imporem as suas ideias: "A vida interna da Câmara dos Deputados corresponde à actuação de grupos parlamentares com um determinado chefe, mas que se concretizavam pela falta de coesão interna e de projecção exterior de um modo permanente junto dos cidadãos"[220]. Para além dos interesses políticos, os seus líderes ou membros representavam grupos económicos ou regiões com importância económica vital para o País. Alguns destes *lobbies* eram importantes: é o caso da Associação Mercantil de Lisboa e sua congénere do Porto, e as províncias vinhateiras[221].

2.1.3.1 A definição das facções/agrupamentos

A discussão iniciava-se por iniciativa dos deputados da oposição logo após a apresentação dos Relatórios e Pareceres das Comissões. No entanto, as representações recebidas na Câmara dos Deputados permitem realizar uma associação geográfica aos grupos existentes nos órgãos legislativos, nomeadamente na oposição aos projectos associada às províncias da Estremadura e Beiras e na sua defesa pelas "províncias do Norte" lideradas pela região duriense[222]. Mas uma análise mais aprofundada destes agrupamentos revela uma maior complexidade e evolução de posições no período considerado. Entre os elementos da oposição destacam-se representantes quer dos produtores vinícolas, quer dos próprios órgãos comerciais de Lisboa e Porto. Analisemos separadamente cada um dos grupos intervenientes.

---

[220] SANTOS, Manuel José Pinto dos – *Monarquia Constitucional: organização e relação do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910. s.l.: s.e.*, [1986], p. 200.

[221] Cf. MARTINS, Conceição Andrade – *Vinha, Vinho e política Vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração*. Vol. II, p. 278-279.

[222] Refira-se o exemplo de César de Vasconcelos que propõe a discussão do projecto do Banco Rural a 8 de Março de 1841 pois "toda a Câmara sabe o transtorno e os males que estão produzindo só a existência do projecto, pela incerteza e que estão todos os proprietários da província da Estremadura, e os compradores d'agoa-ardente e vinho, não se fez já uma transacção só, porque se apresentou na Câmara aquelle projecto" *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 8 de Março de 1841.

a) Os Lavradores do Douro.

As Câmaras do Douro fazem eco da "dor e sofrimento" dos seus constituintes: "Senhores Deputados, nós temos fome"[223]; "a indigência destes povos pela estagnação do commercio dos vinhos"[224] motiva a exigência do restabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro com privilégios e exclusivos que permitissem adquirir os vinhos excedentes na Feira da Régua. Para garantir um preço do agrado de lavradores e comerciantes, e de acordo com a qualidade dos vinhos, tornava-se premente "um banco, que servindo de equilíbrio entre o agricultor e o commerciante, pudesse garantir um preço justo e razoável"[225].

Formou-se um partido denominado de "exclusivista", reflexo da pressão da opinião pública duriense (e também do Minho) sobre o Governo e a Câmara dos Deputados para uma pronta resolução da "questão duriense", iniciada na discussão da carta de lei de 7 de Abril de 1838. Esta questão possui um carácter de proteccionismo regional: "Senhores deputados, é nosso dever dar prompto remédio a nossos infortúnios; os nossos interesses são interesses da nação (...) vós sabeis que os vinhos do Douro são quasi exclusivamente o ramo de commercio e exportação, e que perdida a sua cultura e commercio perece e definha o manancial mais perenne da fortuna e de riqueza da Nação."[226]

As soluções preconizadas por este "partido" partiam de uma base sempre presente nos projectos analisados: a aquisição dos vinhos sobejantes na Feira da Régua e a sua destilação pela Companhia com o exclusivo da venda com 20% de lucro[227]. A par desta reivindicação apresentam outras que visavam recuperar parte do antigo estatuto da Companhia:

- alteração do sistema de qualificação e separação dos vinhos para a separação quantitativa;
- o exclusivo da exportação pela barra do Porto.

---

[223] "Representação da Câmara de Provesende". *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 71 de 24 de Março de 1839.

[224] "Representação da Câmara do Peso da Régua". *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 71 de 24 de Março de 1839.

[225] Idem. *Ibidem*.

[226] Idem. *Ibidem*

[227] Desde o projecto de Macário de Castro até à Companhia cabralista que esta solução é sistematicamente proposta. Cf. Nos vários projectos em anexo.

A par destas reivindicações surgem outras fruto das influências da Economia Política – Adam Smith e Jean Baptiste Say são profusamente citados – visto a instituição "reformada" pela carta de lei de 7 de Abril de 1838, se revelar insuficiente e, até certo ponto, responsável pelo agravamento da crise. Na origem, a Companhia aparecia como um organismo qualificador mas com os vícios próprios de um sistema regulador precário, pois permanecia em aberto o problema do escoamento de 20 000 pipas por ano. Como soluções sugeriam:

- a redução dos direitos de exportação em troca da obtenção de direitos de entrada favoráveis nos nossos principais mercados;
- o pagamento das dívidas contraídas pelo Governo durante a Guerra Civil;
- a redução/ extinção dos direitos de consumo[228];

Apesar das várias tentativas, os projectos autorizados pelo Governo – carta de lei de 7 de Abril de 1838 e carta de lei de 21 de Abril de 1843 – revelaram-se soluções de compromisso. Foi explicita a Comissão de 1838 quando, no Relatório do seu projecto, afirmou o seu cariz provisório, "preparando assim trabalhos, para que, as Cortes ordinárias possam com cabal conhecimento discutir a parte da matéria, que fica adiada"[229]. As soluções de financiamento das despesas da Companhia – o imposto de 400 réis por pipa pela guia de circulação para consumo no Porto ou sua exportação e o subsídio dos 150 contos para aquisição de 20 000 pipas de vinhos de qualidade inferior – acolheram uma maior aceitação do que um exclusivo, mesmo que parcial, das aguardentes pois as receitas provinham dos encargos pagos pelos beneficiários directos da actividade: os lavradores e comerciantes dos vinhos do Douro.

Uma *nuance* a registar: a votação largamente maioritária da base do Projecto cabralista – 110 votos contra 14 – escamoteia as longas discussões onde a argumentação utilizada é suprapartidária. É de constatar que muita da oposição realizada provinha dos círculos próximos do poder: Jerónimo Dias de Azevedo e os "exclusivistas" eram homens de confiança de Costa Cabral. A própria ideia do exclusivo foi incendiada pelo

[228] Recorde-se que, a 31 de Agosto de 1839, a Câmara do Porto lançou um imposto de consumo suplementar sobre os vinhos entrados na cidade no valor de 2$520 réis por pipa, com o qual pretendia recolher mais de 63 contos de réis – o consumo na cidade calcula-se em 25 mil pipas provenientes das várias províncias vinhateiras – para obras de embelezamento da cidade. Este imposto diminuiria o consumo nas classes pobres que baseiam o seu sustento no "pão, vinho e caldo", piorando a já difícil situação das Províncias vinhateiras do Norte. Um outro passo dado, embora sem sucesso, no projecto de 1842, quando se tenta equiparar o imposto de consumo dos vinhos maduros e verdes.

[229] "Relatório de apresentação do projecto n.º 129". *Diário do Governo*, n.º 56, 13/03/1838.

Ministro dos Negócios Estrangeiros. A razão aparente seria uma tentativa da lavoura duriense e as províncias tradicionalmente associadas recuperarem o poderio perdido a 30 de Maio de 1834. Mas os tempos mudaram. Ao liberalismo político, consolidado em 1834, presente no seio da sociedade burguesa, a ideia do monopólio absolutista da antiga instituição pombalina motivava suores frios. Permanecia o problema de conciliar liberdade e necessidade para resolver a questão duriense, carente de um reforço da posição assumida desde 7 de Abril de 1838. O partido "exclusivista", resignado, aceitou o compromisso do subsídio dos 150 contos sob o risco de ver rejeitado qualquer benefício ao Douro. O Governo cumpriu parcialmente a sua missão e anteviu dificuldades para manter uma maioria para governar[230].

a.1 A Associação dos Lavradores da Régua

Esta agremiação de lavradores do "distrito do Douro" foi convocada por Costa Cabral, por portaria de 22 de Março de 1842, com o objectivo expresso de "examinar o verdadeiro estado de decadencia e definhamento a que se acha reduzido o mais precioso producto da nossa Agricultura"[231]. Foi então constituída por um grupo de proprietários dos distritos de Vila Real e Viseu dos quais alguns serão deputados às Cortes pelo partido do poder, nomeadamente, António Alves Ferreira Pinto Vilar, António Sequeira Varjão Castelo Branco, João de Almeida Moraes Pessanha e Jerónimo Dias de Azevedo. Para além disso, conta com o apoio dos órgão autárquicos da região do Douro.

Aliás, é mesmo referido que estes representantes da região vão emitir o seu parecer "sobre varias propostas que lhe apresentou o Governador Civil de Villa Real, a quem havião sido remettidas com a portaria de 2 de abril para o sobredicto fim"[232]. O seu objectivo era funcionar como um auxílio para os órgãos do Poder Legislativo servindo para auscultar as propostas dos proprietários da região com vista a reformar a

---

[230] A base do exclusivo é apenas rejeitada por uma diferença de 3 votos: 59 contra e 56 a favor. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 17 de Fevereiro de 1843.

[231] "Representação da Associação de Agricultores da Régua para a Resolução da Questão Duriense" . *Periódico dos Pobres no Porto*, Apenso ao n.º 115, p. 1 a 5. Esta associação aparece também sob a designação de Associação dos Agricultores do Alto Douro que posteriormente irá elogiar os esforços de José James Forrester para a elaboração do mapa do País Vinhateiro do Douro. Cf. FORRESTER, José James – *Correspondências de illustres corporações em Portugal acerca do melhoramento da navegação do Rio Douro*. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1843.

[232] Idem, *Ibidem*

Companhia Geral da Agricultura dos vinhos do Alto Douro de uma forma coerente e equilibrada. Também serve como fiel da balança, visto o Governo ter actuado de igual forma para com a Associação Comercial do Porto.

Gostaríamos de sublinhar o seu carácter de *lobby* favorável ao poder. Não é uma iniciativa espontânea de associação, mas sim uma forma do Governo coordenar os trabalhos localmente para, mais tarde, os apresentar à Comissão Especial dos Vinhos.

b) As províncias do Sul.

A Câmara dos Deputados foi pressionada no sentido de encontrar uma pronta solução para a "questão duriense". Mas as restantes províncias vinhateiras procuravam, também, defender os seus interesses. Durante a discussão do projecto da Companhia de 1838, a opção defendida pelos deputados durienses, liderados por Macário de Castro, dividiu as forças liberais ao propor o exclusivo das aguardentes e o da exportação pela barra do Douro. Era considerado um monopólio odioso característico dos regimes absolutistas, e desagradou às "províncias do Sul" e seus representantes, como José Estêvão e José da Silva Carvalho, que viam os seus vinhos perderem o crédito adquirido com o "baptismo" no Porto e o sufocar da crescente indústria das aguardentes na Estremadura e Beiras[233]. Obteve uma vitória parcial ao conseguirem a aprovação de uma Companhia com uma função eminentemente reguladora das qualidades dos vinhos, mantendo-se até a própria liberdade no comércio dos vinhos para consumo e na indústria das aguardentes.

---

[233] São curiosas as referências ao crescimento da indústria da aguardente sobretudo na Província da Estremadura: "a extincção da Companhia creou outros interesses, na Província da Estremadura, e outras, mas principalmente esta tornou-se, para assim dizer, um alambique de Agoa-ardente; as terras que produziam excellente pão, foram plantadas de vinha, e por toda a parte se encontra um grande fabrico de Agoa-ardente: a este desenvolvimento deu impulso a apparente e artificial saida que tiveram os vinhos do Douro nos annos de 34 e 35 pelas causas que já ponderei, porque como a Companhia já não tinha o monopólio da Agoa-ardente, e havia o princípio de Liberdade de Commercio, correram as Agoas-ardentes daqui, e de outras partes do Reino, ao Porto, obteram preço, e em consequencia desse preço plantaram-se novas vinhas, procuraram-se mesmo sitios que só podem dar vinho proprio para Agoa-ardente, de maneira que se fábrica uma quantidade immensa de Agoa-ardente, que já não tem saida como se está vendo pelo baixo preço em que está, porque não têem saida os vinhos do Porto, e ainda há de vir para menos; e senão dérmos as providencias do Projecto ou outras equivalentes para animar e proteger os lavradores da Estremadura, hão de arrancar as vinhas, e semear as terras de pão, porque não terão quem lhe consuma a sua Agoa-ardente." Cf. "Discurso de Félix Pereira de Magalhães de 2 de Setembro de 1842". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Setembro de 1842.

Mas os seus interesses não foram abandonados a créditos alheios. Logo no "terminus" de 1838 foi criada uma Comissão presidida pelo Conde de Farrobo com o objectivo de estudar o estabelecimento de uma Companhia privilegiada, defensora da qualidade e autenticidade dos vinhos estremenhos[234]. Outro dos objectivos preconizados seria a defesa dos comerciantes nacionais no mercado internacional, quer facilitando os meios de investimento nesses mercados, quer a manutenção dos *stocks*.

Como garantia da sua acção pretendia usufruir do exclusivo do comércio dos vinhos, aguardentes e vinagres nas Províncias do Ultramar.

Este projecto seria inviabilizado parcialmente por alguns dos seus membros, mas também pelo próprio órgão mobilizador do comércio lisboeta[235].

As "províncias do Sul", lideradas pela Estremadura, pareciam recear a posição institucional favorável à região duriense e buscavam alternativas. Os seus receios pareciam basear-se em duas grandes razões:

- durante o período de liberdade comercial – 30 de Maio de 1834 a 7 de Abril de 1838 – os vinhos de outros distritos vieram aos armazéns do Porto baptizar-se com a marca "Porto" e "com a sua mistura diminuir o merecimento, o valor, e o consumo no estrangeiro"[236], facto benéfico para os vinhos destas províncias;
- O comércio dos vinhos de consumo e a indústria das aguardentes, em expansão no mesmo período, eram ameaçados com a pretensão de manter "o concerto e adubo dos vinhos superiores do Douro de ser feito ao menos com a metade das [aguardentes] extrahidas dos vinhos inferiores daquelle Paiz"[237].

---

[234] O decreto da formação da Comissão data de 13 de Dezembro de 1838. Esta possui um leque de nomes sonantes da época, ligados à cultura e comércio vinhateiro: Conde de Farrobo, o visconde de Porto Covo, António Francisco Machado, José Pinto de Araújo, Bartolomeu de Gamboa e Liz, Joaquim José da Costa Machado e Félix Pereira de Magalhães.

[235] Alguns elementos da Comissão, como Félix Pereira de Magalhães e José Maria da Fonseca votam vencidos em parte. A própria Associação Mercantil Lisbonense vota contra o projecto, pois os exclusivos propostos ferem a liberdade e os interesses comerciais, contrários às instituições nacionais.

[236] "Parecer e projecto de lei da Comissão Especial dos vinhos". *Periódico dos Pobres no Porto*, n.º 119 e 121, 22 e 24 de maio de 1839.

[237] Idem. *Ibidem*.

As "províncias do Sul" viam a prosperidade e abundância adquiridas durante o período de liberdade comercial retraírem-se com a possibilidade de uma Companhia dos Vinhos do Douro privilegiada e unem-se em torno do projecto do deputado por Lisboa, José da Silva Carvalho, irredutível defensor da liberdade comercial[238], contrapondo-se à nova arremetida lançada pelos defensores da Companhia com os projecto de 5 de Maio de 1839 e o do Banco Agrícola Comercial do Douro formulado em 1840 e discutido em 1841. As suas propostas orientavam-se para a abolição do pagamento de alguns direitos sobre os vinhos, bem como toda a fiscalização sobre os vinhos e aguardentes do Douro, por os considerar impedimentos para o desenvolvimento da "indústria" e comércio vinícola e para diversificação do produto de acordo com o gosto dos mercados[239]. Afinal a exportação sob a designação "Douro" parecia ser uma garantia de qualidade no mercado internacional dos vinhos.

c) A Associação Comercial do Porto

Para o organismo protector dos interesses do comércio portuense constituído por comerciantes na sua maioria nacionais, o problema parecia concentrar-se no acumular dos stocks. A solução passaria não por uma instituição reguladora dos interesses entre os lavradores e comerciantes, cujas relações deveriam ser convenientemente livres, mas antes em dois campos complementares:

- A redução dos direitos de saída dos vinhos de exportação e direitos de consumo;
- A assinatura de Tratados comerciais visando a criação de novos mercados.

Esta luta foi, na questão da Companhia, protagonizada por alguns episódios marcantes e que tendem para uma «colagem ao poder», como caracteriza Maria de Fátima Bonifácio. Em 1838, a sua posição mantinha-se algo distanciada dos projectos então apresentados. O projecto de Macário de Castro não chega a ser discutido e mesmo esse incluía uma medida legislativa que favorecia claramente os seus associados ligados ao comércio com o Brasil: a redução do pagamento de direitos de exportação para os portos fora da Europa a 1% *ad valorem*, além da totalidade do Projecto se referir aos vinhos de primeira qualidade, coutada quase exclusiva das casas exportadoras inglesas.

[238] Recorde-se que é de sua iniciativa o Decreto de 30 de Maio de 1834, aquando Ministro de D. Pedro.

[239] Segundo Silva Carvalho, a imposição do "tipo único" de vinho no mercado inglês impedia o consumidor de tomar contacto com os sabores e fragrâncias vínicas das restantes províncias portuguesas.

A Companhia aprovada a 7 de Abril não suscitou grave polémica pois, no fundo, não impunha encargos aos seus associados. Mas é a partir do ano de 1839 que a sua posição de aparente alheamento da questão da Companhia se vai transmutar numa posição mais interventora, devido a um conjunto de factores

- a quebra constante dos valores de vinhos exportáveis, sobretudo nos anos de 1841 a 1843 (média anual de 26 769 pipas);
- o agravamento de 50% dos direitos de importação pagos pelo vinho português no Brasil (decreto de 6 de Maio de 1839);
- a ameaça constante de um reforço dos poderes da Companhia com o regresso a um exclusivo parcial das aguardentes nos projectos de 5 de Maio de 1839 e do Banco Rural de 18 de Julho de 1840;
- A afluência de vinhos provenientes de outras regiões vinhateiras que reduzem as vendas dos vinhos inferiores do Douro[240].

"Não é em Portugal, Senhor Presidente, que nós devemos estudar esta questão, é fôra do Paiz", afirmou o deputado Francisco Joaquim Maia, representante da Associação na Câmara dos Deputados, indicando bem a posição desta instituição na discussão da implantação do Banco Rural em 14 de Março de 1841. Mas a sua posição modificou-se no ano de 1842, com um surpreendente apoio ao projecto aprovado a 21 de Abril de 1843.

Maria de Fátima Bonifácio assinala este período como uma «colagem ao poder»: "Esta radical mudança de atitude em relação a 1838 indica claramente que a A.C.P., pela mão de Henriques Soares (sucessivamente reeleito até 1844, amigo político de Costa Cabral, se decide pela intervenção política institucional e directa como meio de reforçar um poder em cujo apoio confia, num momento em que os problemas do vinho do Porto carecem ser atalhados através de medidas que suscitarão ou reavivarão rivalidades regionais e/ ou sectoriais"[241]

---

[240] Conforme já referimos, o papel dos negociantes nacionais na exportação de vinhos para Inglaterra deve ser reavaliada. Se, directamente, este é um comércio controlado pelos ingleses, os negociantes nacionais abasteciam, através dos seus vinhos qualificados de segunda qualidade, os depósitos dos negociantes ingleses para a composição dos lotes, em épocas de carestia. Também deve ser analisado a produção e o comércio das aguardentes que, como aparece várias vezes referido é um negocio lucrativo. E o próprio contrabando? Cf Capitulo 1, paginas 24 a 26.

[241] BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Associação Comercial do Porto no contexto político económico nortenho e nacional.* In «Análise Social», N.° 91. Lisboa: I.C.S., 1986, p. 331 – 367

O malogro da política externa relativamente ao alargamento de mercados com o impasse brasileiro e a desilusão norte-americana pareciam cair no esquecimento com a assinatura do Tratado com a Inglaterra de 3 de Julho de 1842 e a perspectiva de obter uma redução nos direitos de exportação. Mas algo mais teria de ser feito. De facto, se esta redução alguma vez fosse estabelecida através da Convenção Adicional, o aumento do consumo dos vinhos de primeira quantidade rondaria as 8 000 pipas, restando o problema de doze mil pipas a acumularem-se nos armazéns. Daí, e como já vimos, a proposta é oriunda do Governo, a convocatória lançada a 22 de Março de 1842 para o órgão portuense se reunir e analisar uma proposta de reforma da Companhia dos vinhos do Alto Douro instituída a 7 de Abril de 1838, já anteriormente analisada. Recuperemos apenas as orientações do seu projecto:

- Redução efectiva dos stocks;
- Isenção/redução dos direitos de exportação e consumo;
- Exclusivo parcial das aguardentes.

Qualquer uma destas orientações vai ao encontro da posição inicial desta instituição de promoção do comércio de vinho. Até a aparente contradição de apoiarem uma Companhia com um exclusivo ou subsídio pareciam ser soluções momentaneamente eficazes. A primeira solução permitia evitar o aumento dos *stocks* de vinhos inferiores para evitar a desvalorização do binómio qualidade/preço. Possuía a vantagem ainda de combater a concorrência das aguardentes estremenhas no mercado do Porto, bem como a introdução dos vinhos de outras regiões nas suas tabernas. A segunda solução corresponderia a uma redução momentânea dos direitos de exportação e consumo, conforme vem enunciada na própria carta de Lei da sua instituição. No entanto, a Associação Comercial do Porto olha o futuro com reservas pois permanece o verdadeiro problema: como esgotar os *stocks*? Mais. Antevêem um aumento da concorrência desleal da Companhia na exportação para o Brasil, no abastecimento do mercado do Porto e no fornecimento dos vinhos separados aos exportadores ingleses. Temem que, com o passar dos anos, vá prevalecer "a lógica da sociedade comercial sobre a lógica da instância reguladora".[242]

[242] MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto.* Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 87.

2.2 Organização e funcionamento.

Desde a fundação da Companhia que a protecção da agricultura duriense foi levada a cabo por um conjunto de organismos encarregados de cumprir a regulamentação legislada pelas instâncias superiores – órgãos directores ou governativos – responsáveis pelo cumprimento dos objectivos que nortearam a sua fundação. Se no seu cumprimento foram adoptadas medidas punitivas aos transgressores – recorde-se rapidamente a repressão do "Motim do Porto" (1757) e as represálias face aos "atravessadores"[243] – o seu papel é invocado como fundamental na auto-regulação do produto vinícola duriense[244].

Apesar da miríade de projectos apresentados, só o projecto do Banco Rural apresenta uma organização e funcionamento distintos dos restantes. O próprio modelo cabralista mantinha, em traços gerais, a organização de 1838 com a *nuance* de um maior centralismo e dependência do próprio Governo.

2.2.1 A organização e funcionamento dos modelos estudados.

Desde a sua fundação que a Companhia incidiu o seu papel na regulação e fiscalização da produção, vinificação e comércio dos vinhos duriense com especial atenção aos vinhos do Porto. Para isso exigiu um conjunto de prerrogativas e exclusivos que foram modificados de acordo com as mudanças políticas a nível do Estado e das próprias orientações que o comércio dos vinhos foi sofrendo quer a nível interno, quer a nível externo. Para o período considerado, vamos analisar não só as opções estatais efectivamente tomadas relativamente à Companhia, mas também os projectos de reforma recusados com as respectivas propostas de acção da instituição sugerida.

---

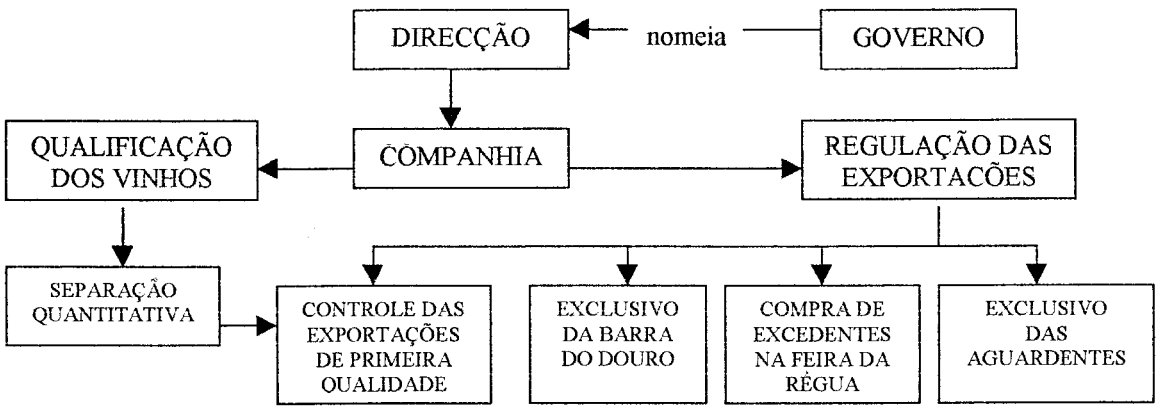
[243] Veja-se, a título de exemplo, os artigos publicados por PEREIRA, Gaspar Martins – *A Companhia contra os Lavradores do Douro I: a denúncia de António de Mesquita e Moura, juiz da devassa de 1771-1775* e *A Companhia contra os Lavradores do Douro II: o arranque das vinhas de Jugueiras, segundo uma Memória de José Jacinto de Sousa de 1783. Douro – Estudos e Documentos*. Porto: G.E.H.V.I.D., 1999, p. 137 a 177.

[244] «Por quanto se há visto (e às provas de facto ninguém resiste) que n´este estado, a não ser talvez mais lamentável, se achava o Paiz, e em especial o Douro em 1756 quando pelo então Conde de Oeiras, se creou a Antiga Companhia, e que a ella se deveu prompto remedio aos males desses povos, tornando-se florescente o commercio portuguez, sem embargo de que algum despotismo houvesse na execução (...)». Cf. "Relatório de apresentação do projecto de criação do Banco Agrícola Commercial do Douro". *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 18 de Julho de 1840.

2.2.1.1 A proposta de 2 de Janeiro de 1838.

O projecto apresentado por Macário de Castro previa a ressurreição da Companhia por um período de 30 anos funcionando através de uma direcção consttituída por accionistas e nomeada pelo Governo. Este organismo possuiria um duplo papel a regulação da produção e a fiscalização do comércio, pretendendo assumir um papel de intermeDiário no comércio dos vinhos de exportação. De facto, o seu objectivo explícito é a arbitragem dos vinhos de primeira qualidade "Artigo 10.° Á Companhia incumbe vigiar que o vinho exportado para Inglaterra não seja adulterado, para o que proporá ao Governo os regulamentos necessários"[245].

Esquema 3: A Organização e funções da Companhia (02/01/1838)



a) O papel do Governo

O modelo proposto aparece como uma forma do Governo tentar deter a perda de qualidade do Vinho do Porto. Senão vejamos:

- Deve aprovar as quantidades a exportar para Inglaterra bem como o destino dos vinhos separados (Artigo 6.°);
- Fixar o prazo de venda dos vinhos separados para a exportação para fora da Europa aos negociantes (Artigo 8.°, parágrafo 1.°);

[245] "Projecto de Lei de Macário de Castro de 2 de Janeiro de 1838". *Diário do Governo*, n.° 25, 30 de Janeiro de 1838.

- Fiscalizar, na Alfândega do Porto, as guias comprovativas da compra das aguardentes à Companhia para "adubo" dos vinhos a exportar pela barra do Porto (artigo 9.°, parágrafo 1.°);
- Aprovar todos os regulamentos propostos pela Companhia para evitar a adulteração (Artigo 10.°).

Responsabiliza-se o Governo pelo controle do sector comercial, principalmente na sua relação com as grandes casas exportadoras.

b) O papel da Direcção da Companhia.

A Direcção da Companhia, órgão colegial dependente da aprovação do Governo, executaria junto dos produtores um conjunto de funções reguladoras da qualidade dos vinhos de exportação:

- proceder à qualificação dos vinhos de acordo com o regulamento de 17 de Março de 1822 (Artigo 5.°, parágrafo 1.°);
- propor ao Governo os vinhos a separar para primeira qualidade (Artigo 6.°);
- passar as guias de exportação dos vinhos aprovados para Inglaterra (Artigo 6.°, parágrafo 2.°);
- comprar os excedentes do vinho separado na Feira da Régua (Artigo 8.°, parágrafo 2.°);
- destilar aguardentes para vender aos exportadores (Artigo 9.°);
- propor ao Governo os regulamentos necessários para evitar as adulterações (Artigo 10.°).

Daqui se depreende a orientação principal do projecto: a regulação da produção e o controlo do poder do sector exportador, principalmente as casas inglesas.

c) as suas funções

Para executar eficazmente as atribuições previstas no projecto a Companhia estava dotada de certos poderes e exclusivos. Logo, estava prevista a abolição entre vinhos de ramo e feitoria no interior da demarcação (Artigo 5.°, parágrafo 4.°). Parecia tentar conciliar os produtores durienses em torno de um inimigo comum: as contrafacções realizadas com vinhos de outras regiões vinhateiras, instigadas pela ambição dos negociantes, interessados em adquirir produtos mais baratos. A Companhia estaria interessada em qualificar os vinhos de primeira qualidade para a Inglaterra e o

separado para os restantes portos fora da Europa. Este controle seria exercido por alguns mecanismos:

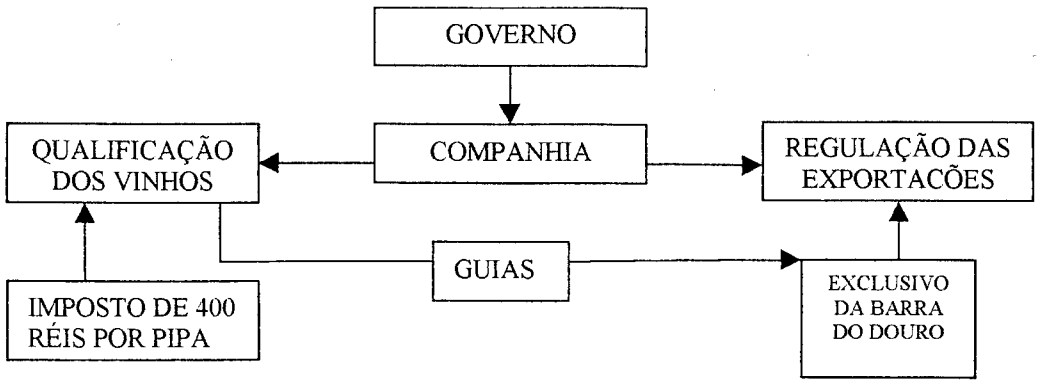
- a qualificação dos vinhos de primeira qualidade e em separado, usando a separação quantitativa;
- a compra dos excedentes da Feira da Régua;
- a obrigação de compra, pelo negociante, de uma quantidade de aguardente à Companhia para os vinhos de exportação;
- o exclusivo da exportação pela barra do Douro para os vinhos durienses;

Todas estas funções seriam financiadas pelo exclusivo das aguardentes concedido à Companhia: "É concedido à Companhia o privilegio das agoas-ardentes com vinte por cento de lucro sobre o preço que o Governo, d´acordo com a Companhia, fixarà em cada pipa d´agoa-ardente" (artigo 9.º). Aqui o exportador era obrigado a adquirir 2 almudes de vinho para beneficiar o vinho para o mercado inglês e 1 almude no vinho a exportar para os portos fora da Europa. As dificuldades que a lavoura duriense atravessava no momento eram atribuídas ao sector exportador. Então seria ele a pagar os prejuízos e responsável pela qualidade do produto vendido. Daí também a Comissão, ao discutir o projecto 124, ter remetido para trabalhos a realizar futuramente, depois de ouvir as associações mercantis e câmaras interessadas no negócio.

2.2.1.2 A Companhia de 7 de Abril de 1838

O Projecto 124 representou não só o assumir das dificuldades de conciliar os interesses do sector comercial com os da lavoura, mas também a vontade de apaziguar os conflitos existentes entre as diversas províncias vinhateiras. Assim, dos 14 Artigos originariamente propostos, a Comissão vai aprovar 5 artigos, modificados pelo debate político e adaptados às suas necessidades mais imediatas.

Esquema 4: A Organização e funções da Companhia (7/04/1838)



a) O papel do Governo

Na Lei aprovada a 7 de Abril de 1838, o Governo assumiu o papel de mero financiador das despesas da Companhia, pois devia descontar dos direitos de exportação e consumo os 400 réis para custeamento (Artigo 3.º) das suas funções e, também, autorizar o aumento dos seus fundos através de acções (Artigo 4.º). Estas medidas revelaram-se relativamente pacíficas já que recaíam sobre os interessados no negócio e não sobre toda a Nação. O próprio controle exercido pela Alfândega do Porto incide na mera recolha do imposto de 12$000 réis por pipa de vinho exportado para Inglaterra, não alterando o exclusivo da barra do Douro a situação vivida entre 1834 e1838[246].

b) O papel da Companhia

Esta instituição assumiria um papel regulador entre o comércio e a lavoura ao dedicar-se a "fazer o arrolamento e provas dos vinhos do Alto Douro, e por marcas, e dar guias aos mesmos vinhos" (artigo 1.º). Através do sistema de provas decidiria quais os vinhos exportáveis e os de consumo. Refira-se a medida conciliatória com o sector comercial presente no parágrafo 1.º do Artigo 2.º ao permitir a exportação dos vinhos armazenados anteriores à restauração da Companhia, com ou sem guia, desde que manifestados como tal.

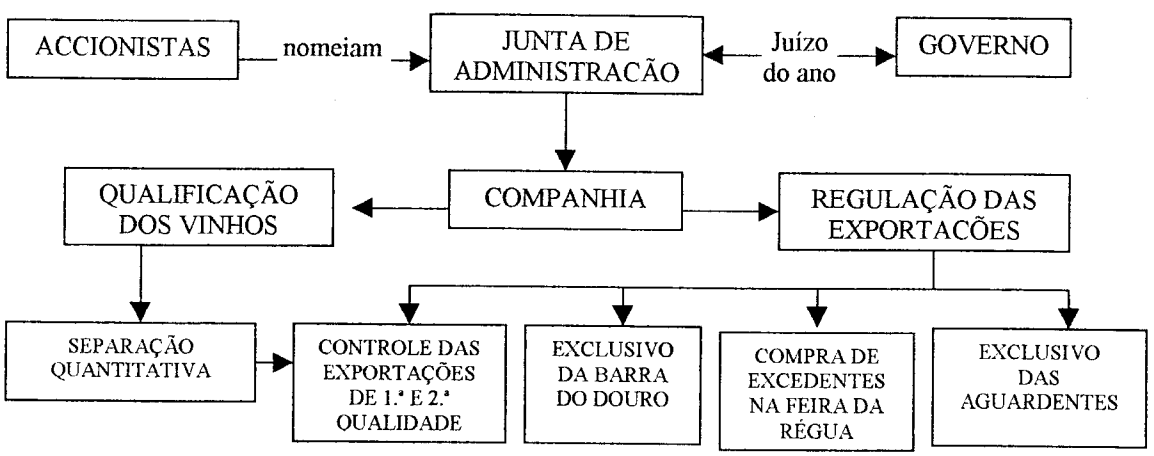
As suas funções não alteram o clima de relativa liberdade de comércio e, como já observámos, não vai impedir o agravamento da crise deste sector económico com a consequente acumulação de *stocks*.

2.2.1.3 O Projecto de 5 de Maio de 1839.

Apesar de aparentemente este projecto recuperar as medidas e funções propostas no projecto de Macário de Castro, o projecto aparece com algumas modificações relativamente ao universo dos vinhos a qualificar. Agora englobam-se os vinhos de segunda qualidade, visto a Companhia restaurada não resolver um problema que tende, a par da sobreprodução, a agravar-se:

- pela não separação de forma equitativa e proporcional dos vinhos de segunda qualidade verificando-se a sua acumulação nos armazéns;
- pela continuação da introdução dos vinhos da Bairrada e Anadia e Estremadura na Cidade do Porto;
- pela afluência das aguardentes inferiores que provêm das restantes províncias, nomeadamente da Estremadura.

Esquema 5: A Organização e funções da Companhia (3/05/1839)



a) O papel dos Accionistas

Os accionistas desta Companhia seriam constituídos pelos accionistas da actual, os credores e os lavradores do Douro, preferindo-se os investidores nacionais. A sua acção passaria pelo financiamento desta organização através da compra das acções no

[246] Recorde-se que a Carta de Lei de 30 de Maio de 1834 impunha o imposto de 12$000 réis como uma garantia da manutenção da qualidade dos vinhos do Douro, afastando a concorrência dos restantes vinhos da concorrência

valor de 200 mil réis cada. Para além disso, cabe-lhes a nomeação da Junta de Administração em Assembleia Geral.

b) O papel do Governo

Ao governo cabe um papel fiscalizador das quantidades e preços dos vinhos a exportar bem como das aguardentes para "adubo":

- fixa as quantidades a exportar para Inglaterra e resto da Europa;
- marca a abertura da Feira da Régua;
- fixa os preços da aguardente, sob proposta da Companhia;
- fiscaliza, na Alfândega do Porto, a autenticidade das guias;
- Elabora os regulamentos necessários, sob a proposta da Companhia;

Assume ainda um papel de financiador para saldar a dívida à Companhia aquando o Cerco do Porto através do pagamento de dez contos mensais.

c) O papel da Junta de Administração da Companhia

Este organismo, eleito por decisão soberana da Assembleia Geral, procura regular pela qualidade do produto a exportar. Para isso:

- realiza o arrolamento e provas dos vinhos para elaboração do Juízo do Ano;
- certifica as guias dos vinhos de acordo com o seu destino;
- compra os vinhos para destilação calculada em 84$000 réis a pipa de aguardente;
- estabelece as fábricas de destilação nos locais mais adequados;
- vende as aguardentes ao lavrador e negociante com 20% de lucro;
- promove a exportação através da manutenção dos padrões e balizas dos vinhos do Alto Douro nos principais mercados.

As suas funções seriam idênticas às estipuladas no projecto de 2 de Janeiro de 1838.

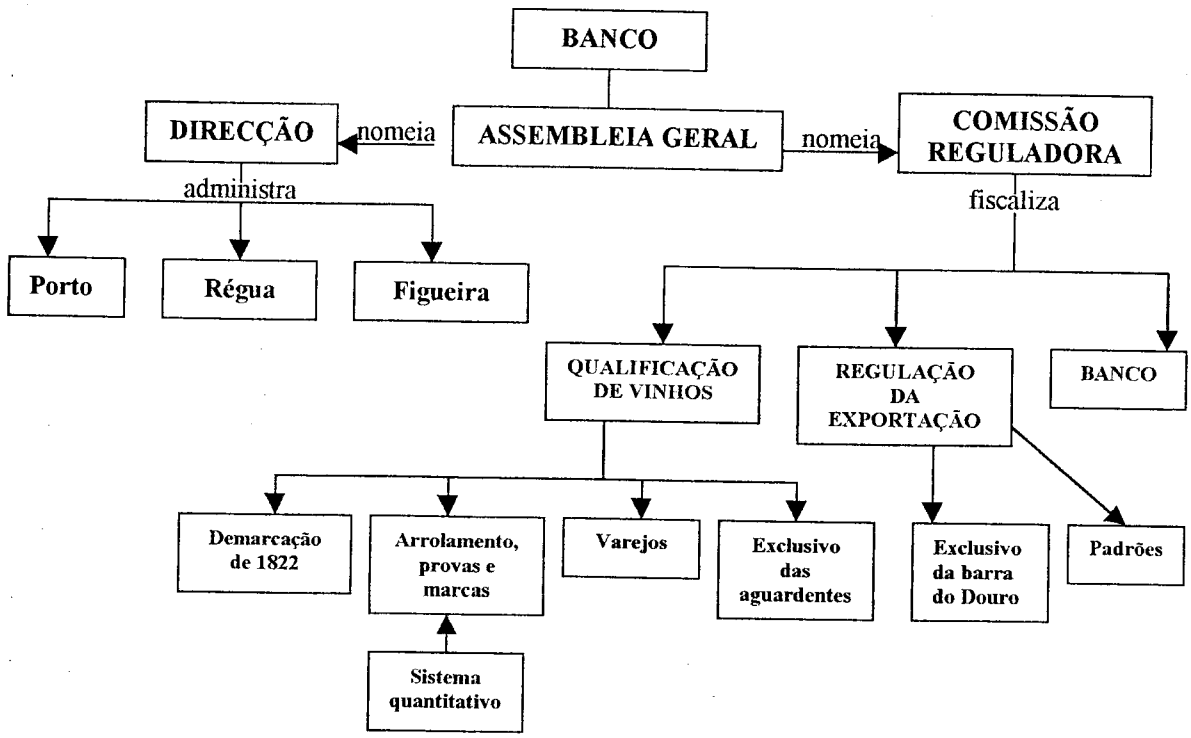
2.2.1.4 Organização e funcionamento do *Banco Agrícola-Comercial do Douro*

A denominação da instituição proposta no projecto de 18 de Julho de 1840 - *Banco Agrícola-Comercial do Douro* - indicia uma funcionalidade mais ampla do que a apresentada pela tradicional Companhia tida por "empresa comercial, votada à compra e

venda dos vinhos do Douro"[247]. De comum possui o facto de ser uma sociedade por acções (Artigo 3.º) mas à função reguladora e fiscalizadora junta-se o papel de banco emissor e crédito aos Lavradores durienses.

Esta complexa instituição previa para o seu funcionamento três organismos principais: a Assembleia Geral, a Direcção e a Comissão Fiscal Reguladora.

Esquema 6: A Organização e funções do Banco Agrícola e Comercial (18/07/1840)



a) a Assembleia Geral

Este órgão possuiria um papel capital nesta instituição em dois momentos distintos:

- Após a fundação da Companhia, caberia à Assembleia a eleição da Direcção, e a determinação dos rendimentos por ela auferidos, a data e o local de início de funções e o seu regulamento administrativo (Artigo 6.º);

[247] MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco: a organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p.15.

- No funcionamento corrente, ela reuniria anualmente no dia 1 de Julho para fiscalizar as contas, propor reformas administrativas, corrigir os abusos administrativos e nomear a Direcção (Artigo 8.º).

A Assembleia Geral deveria possuir, no seu seio, os cem maiores accionistas que constituiriam o *corpus* electivo (Artigo 5.º). Assim, este órgão possuía duas alçadas permanentes: legislativa e fiscalizadora.

b) A Direcção

Era o órgão administrativo por excelência. Elege-se, como vimos, a partir do *quorum* da Assembleia Geral de acordo com o seguinte perfil: ser português de nascimento ou naturalizado e possuir, pelo menos, seis acções[248] (Artigo 5.º). A sua função seria administrar os dois núcleos do Banco do Porto (sede) e Vila da Figueira (filial), esta última dedicada à promoção da exportação dos vinhos da Beira e Estremadura, assim como os armazéns da Régua (Artigo 9.º). A eleição dos seus membros é trienal, altura em que serão substituídos metade dos seus membros[249].

c) A Comissão Fiscal Reguladora

A este órgão caberiam funções de âmbito executivo: vigilância, fiscalização, policiamento. Vejamos a listagem das suas principais atribuições:

- verificar os empréstimos aos Lavradores;
- avaliar os investimentos da actual Companhia;
- verificar as guias de varejo dos vinhos armazenados, bem como controlar o comércio das aguardentes;
- realizar os arrolamentos, provas e marcações;
- marcar a abertura da Feira da Régua e adquirir os seus excedentes;
- vigiar as qualificações;
- passar as guias de transporte do Douro para o Porto;
- manter os padrões dos vinhos na Inglaterra e no Brasil.

É um órgão colegial e interprofissional constituído por quatro elementos:

[248] Este valor corresponderia a um capital investido na ordem de 1 200$000 réis.

[249] Esta opção destinar-se-ia a evitar os vazios do poder sendo a continuidade garantida pelos membros não eleitos.

- dois Lavradores eleitos em Vila Real e Lamego entre os produtores de vinte ou mais pipas de vinho e sob condição de não serem accionistas do Banco;
- um dos directores do Banco;
- um negociante da Praça do Porto (Associação Comercial do Porto).

Deve reunir anualmente no dia 1 de Outubro. Refira-se que esta Comissão possuía um presidente com a prerrogativa de voto de qualidade. Ao longo do mandato de 4 anos, este cargo seria ocupado, no primeiro ano, pelo lavrador de Vila Real; no segundo, pelo representante do Banco; segue-se o representante por Lamego; por último o negociante da Associação Comercial do Porto.

As tarefas de regulação e disciplina estavam concentrados em dois organismos da Companhia:

- A *Assembleia Geral* que controlava as finanças deste organismo e propunha as reformas administrativas necessárias;
- A *Comissão Fiscal Reguladora*, responsável pela aplicação sistemática dos regulamentos emanados pelos organismos superiores.

Definida a orientação, analisemos as suas funções e meios de aplicação previstos no Projecto. Continua a tradição iniciada pelo organismo pombalino ao regular a produção e comércio dos vinhos do Douro.[250] Reedita, também, o conceito de crédito agrícola associado à Companhia setecentista[251].

Na verdade a função bancária estabelecia o empréstimo das quantias necessárias ao "fabrico, granjeio e queima" dos vinhos dos Lavradores necessitados. Cobraria um juro anual de 5% mediante hipoteca dos seus vinhos (Artigo 10.º). Este empréstimo seria realizado sob emissão de "uma quantidade de notas pagáveis em metal, ou de Letras à ordem" (Artigo 12.º) sendo as notas válidas em todas as estações e repartições da Fazenda Pública (Artigo 13.º).

Mas o Banco assumia como fundamental para a regulação dos vinhos durienses a absorção dos poderes reguladores e fiscalizadores atribuídos à Companhia de 7 de

---

[250] «Nestas circumstancias, a vossa Commissão entende que convêm e é preciso fixar esse regulador especial para o importantíssimo ramo do nosso comércio dos vinhos». "Relatório de apresentação do projecto da criação do Banco Agrícola Commercial do Douro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Julho de 1840.

[251] «Um Banco regularmente combinado, e legalmente garantido, poderia reunir um fundo de capitaes assás poderosos para acudir de princípio aos males mais urgentes do Douro, e das duas outras Províncias do Norte, Beira e Minho». "Relatório de apresentação do projecto da criação do Banco Agrícola Commercial do Douro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Julho de 1840.

Abril de 1838 e daí defender a sua abolição[252]. Para tal possuiria dois grandes mecanismos: a qualificação dos vinhos e a regulação da exportação.

A qualificação dos vinhos assumia-se como a principal arma contra as deturpações e confeições responsáveis pela perda do crédito e reputação dos vinhos durienses[253]. Assim, propõe-se a adopção de três tipos de medidas:

- manutenção da fronteira exterior da Demarcação de 1822, sendo abolida a diferença entre vinho de Feitoria e de Ramo (Artigo 21.º). Esta medida pretendia limitar a entrada indiscriminada dos vinhos das regiões vizinhas, embora, contraditoriamente, permitia a inclusão de vinhos de qualidade de fora da demarcação, se aprovados pela *Comissão Fiscal Reguladora* (Parágrafo único do Artigo 21.º);
- A permanência dos arrolamentos, provas e marcas dos vinhos produzidos, separando, segundo o critério quantitativo, os vinhos de primeira qualidade para o Norte da Europa, os vinhos separados e de segunda qualidade para os portos exteriores da Europa e consumo na cidade do Porto, os vinhos de terceira qualidade para consumo no País e destilação (artigos 21.º a 24.º);
- O varejo, qualificação e aprovação dos vinhos armazenados desde o período de liberdade comercial, de acordo com as categorias anteriores (Artigo 20.º).

Essencial para o processo seria a passagem de um certificado de qualidade ou Guia que definia a qualidade dos vinhos e, consequentemente, o seu valor.

Na regulação das exportações competia-lhe:

- A fiscalização da adequação dos vinhos produzidos aos padrões existentes nos nossos principais mercados[254];

---

[252] Refira-se que se opõe à sua existência mesmo se reformada pelo projecto de 3 de Maio de 1839, que vai ser discutido conjuntamente com o apresentado por Silva Carvalho.

[253] Tenho para mim que esta adulteração dos vinhos genuínos do Douro, que pela sua especial bondade, tinham em todos os mercados do Globo decidida preferência, é devida à falta da antiga fiscalização da Companhia, que em todos os tempos teve sempre o maior empenho de os conservar na sua primitiva pureza. .Cf. *Revolução de Setembro*, n.º 97, 08/03/1841, p.3.

[254] Para o melhor cumprimento desta função, o Banco exige a concessão do exclusivo parcial das aguardentes. Este exclusivo seria uma compensação pela obrigação de adquirir os vinhos excedentes na Feira da Régua – 21$600 réis para os vinhos de segunda qualidade, 14$400 réis pelos vinhos de terceira qualidade e 9$600 réis pelo vinho de enforcado – para serem transformados em aguardentes nas Províncias do Norte (Artigo 28.º). A compensação seria obtida pela obrigatoriedade do exportador adquirir uma quantia de aguardente para benefício dos vinhos exportados (Artigo 30.º):

- A vigilância da exportação através do exclusivo da barra do Douro e a própria definição das quantidades a exportar.

Os mecanismos de regulação da qualidade dos vinhos e da própria exportação interpenetram-se de forma a garantir um vinho de qualidade e um preço justo aos agentes produtores e de comércio. Verifica-se uma transformação nas preocupações dos próprios Lavradores. O sistema de arrolamentos, provas e marcas dos vinhos tornava obsoleta a distinção entre vinho de Feitoria e vinho de Ramo. A demarcação consubstanciava, não uma regulação interna da produção duriense, mas antes uma protecção face aos vinhos produzidos nas regiões limítrofes. Esta protecção assentaria na reputação dos vinhos exportáveis garantidos por dois mecanismos complementares: a obrigatoriedade de adubar os vinhos com aguardentes de qualidade e o próprio exclusivo da barra do Douro[255].

2.2.1.5 A Companhia de 21 de Abril de 1843.

O modelo adoptado para renovar a situação criada a partir da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 antevê a atribuição ao Governo de um papel fulcral, pois "A Commissão reconhece que o desenvolvimento da maior parte das providencias determinadas neste Projecto depende de disposições regulamentares, as quaes devem ficar a cargo do Governo"[256]. Nesse sentido interveio o Governo ao convocar a Associação de Lavradores da Régua a 22 de Março de 1842 e a Associação Comercial do Porto a 7 de Abril. A sua marca vai ficar no projecto com um aumento das suas

---

- 2,5 almudes para os vinhos de primeira qualidade;
- 1,5 almudes para os vinhos a exportar pelas barras da Figueira e Aveiro;
- 16 canadas para os vinhos de segunda qualidade;
- 6 canadas para os vinhos de consumo na Cidade do Porto.

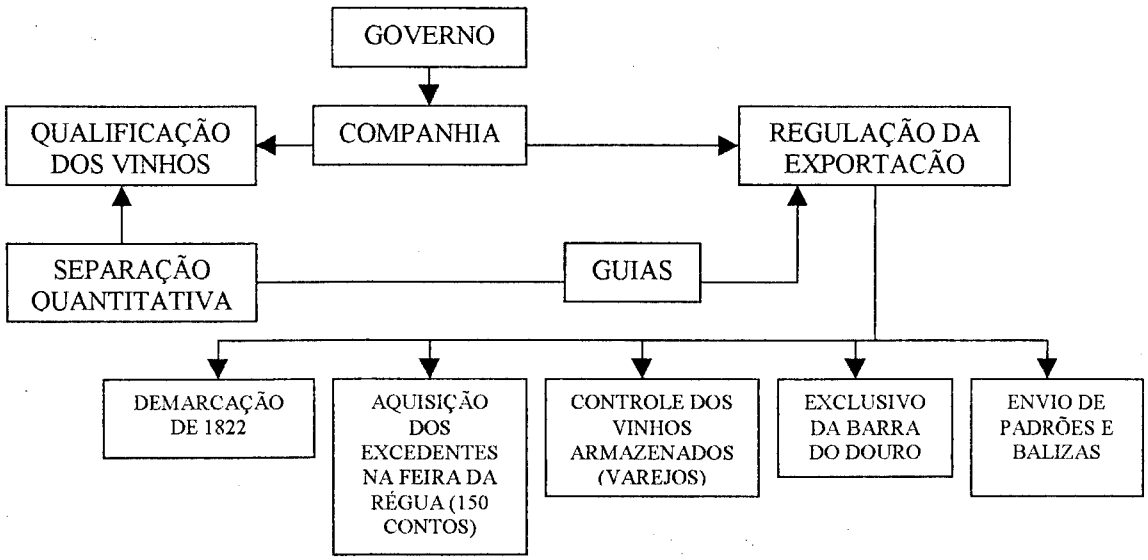
Estipula-se, ainda, a qualidade das aguardentes produzidas: "A sua força não descerá de nove graos, do Areometro de Tessa" (Artigo 33.º).

[255] Os próprios comerciantes seriam beneficiados: «Toda essa vantagem do banco reverte em proveito da massa geral dos Capitalistas, a qual abrange todos os Commerciantes, que quizerem ser accionistas; e a que sendo extensiva a todos os especuladores a obrigação de comprar as agoas-ardentes na conformidade do citado artigo, o equilibrio que se estabelece em todas as transacções deste genero, não torna proveitosa esta obrigação a uns em prejuizo de outros, enquanto della se segue uma vantagem incalculavel, por ser este o único meio de garantir a existencia e lucros do Banco». "Relatório de apresentação do projecto da criação do Banco Agrícola Commercial do Douro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Julho de 1840.

[256] "Relatório de apresentação do Projecto de Reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29 de Agosto de 1842.

competências na fiscalização e financiamento da Companhia. Em contrapartida a subordinação ao poder legislativo vai ser uma exigência[257].

Esquema 7: Organização e funções da Companhia de 21/04/1843



a) o papel do Governo

Cabe ao Governo fiscalizar, controlar e financiar o processo produtivo e comercial dos vinhos do Douro através das seguintes competências:

- decretar, com o apoio da Companhia, todas as providências para melhorar o sistema de arrolamento, provas, marcas e qualificação;
- fixar a quantidade de vinho aprovado para os portos da Europa;
- decretar a abertura da Feira da Régua até quinze de Fevereiro;
- fixar ou alterar os preços de compra dos vinhos de segunda ou terceira qualidade, com o conselho da Companhia;
- ordenar o envio dos padrões e balizas a pedido dos cônsules;
- conceder, através da Alfândega do Porto, o subsídio de 150 contos retirados dos direitos de consumo e exportação de vinhos;

[257] Mas muita da sua influência vai ser esbatida graças ao papel da oposição que, a título de exemplo, obtém a intervenção do Conselho de Estado, da Associação dos Lavradores da Régua e da Associação Comercial do Porto na fixação dos preços a pagar pelos vinhos de segunda e terceira qualidades, em vez do simples diálogo Governo e Companhia, originalmente proposto.

- decretar as providências necessárias para melhorar o comércio dos vinhos do Douro e para evitar o contrabando de vinhos e aguardentes

b) A Companhia

Com a carta de lei de 21 de Abril de 1843 a Companhia viu reforçado o seu papel como órgão regulador da produção, procurando colmatar as lacunas deixadas em aberto pela instituição aprovada a 7 de Abril de 1838:

- realiza os arrolamentos, provas, marcações e guias dentro da demarcação de feitoria, fixada em 1822;
- estuda a forma de melhorar o sistema de provas;
- envia o juízo do ano ao Governo;
- regista os vinhos vendidos para exportação na feira da Régua;
- passa as guias de condução dos vinhos para a cidade do Porto;
- participa no varejo anual dos vinhos armazenados no Porto e Vila Nova de Gaia;
- compra 20 mil pipas de vinho de segunda e terceira qualidades;
- aconselha o Governo sobre os preço de compra dos vinhos de segunda e terceira qualidades;
- vigia as possíveis adulterações e reduz a aguardente os vinhos adulterados;
- afixa as quantidades de vinhos excedentes na Feira da Régua;
- realiza o comércio de exportação sem vantagens em relação aos restantes comerciantes;
- estabelece padrões, amostras e depósitos no Rio de Janeiro dos vinhos puros do Douro;
- propõe as medidas necessárias para melhorar o comércio e agricultura dos vinhos do Douro e evitar o contrabando;
- estabelece caixas filiais dentro da demarcação para financiamento da lavoura duriense.

c) as funções

Para evitar a fragilidade do sistema de qualificação sentido pela situação criada a 7 de Abril de 1838, a Companhia reforçou a sua função reguladora ao explicitar bem a

sua acção dentro do "distrito de feitoria" fixado em 1822. Mas, para além do sistema já adoptado e que funcionava já com o exclusivo da exportação da barra do Douro, a sua alçada passou para a compra dos excedentes de segunda e terceira qualidade na feira da Régua. Aqui gastará o subsídio dos 150 contos de réis, para estabelecer um controle nas possíveis adulterações realizadas aos vinhos de primeira qualidade. Mas também adquiriu uma vantagem, enquanto possível comerciante, ao adquirir os vinhos que necessitará de uma forma mais vantajosa (recorde-se que recupera, através do subsídio 50 por cento dos impostos pagos sobre o vinho). De resto a sua função de exportadora também passa pela promoção dos vinhos puros do Douro, com a obrigação de enviar padrões e balizas dos vinhos puros (segunda qualidade) do Douro e o estabelecimento de um depósito no Rio de Janeiro. A própria concorrência e qualidade das exportações poderiam ser controladas através dos varejos anuais previstos aos armazéns dos comerciantes.

Com estes poderes a Companhia procura assumir um duplo papel: reguladora das relações entre a produção e comércio e negociante de vinhos do Douro. Assim, o comércio dos vinhos de primeira qualidade é deixado aos ingleses, enquanto o comércio nacional poderia ganhar um poderoso concorrente.

CAPITULO 3.
O COMÉRCIO DOS VINHOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

3.1 Introdução

O comércio de vinhos, com especial destaque para os vinhos finos durienses, constituía a principal fonte de riqueza da Nação agricultora e comerciante e do próprio Estado. No entanto, estes são ultrapassados, nos mercados extra-europeus, pelos vinhos de Lisboa e Figueira. Podemos, então, afirmar que o nosso principal recurso económico é a cultura dos vinhos. Cabe ao Estado assegurar que as relações económicas entre os vários organismos económicos procurem ser as mais vantajosas possíveis sem, contudo, ignorar os interesses da outra parte contratante e, também, do próprio Estado. É através do jogo das medidas alfandegárias, dos favores concedidos a naturais ou estrangeiros – ou a sua anulação – que os Estados formalizam os seus fluxos de troca. A sobrecarga ou alívio destas diferenças demarcam a orientação proteccionista ou de liberdade comercial ou, ainda, uma imensa área cinzenta, denominada de "mútua reciprocidade". Deste jogo advêm os preços dos produtos que, com maior ou menor vantagem, podem concorrer no interior dos mercados. Mas o Estado também se vê confrontado com um segundo dilema: como promover o aumento do consumo dos nossos produtos no exterior, sem prejudicar os cofres do Tesouro Público? Esta questão é premente para o nosso objecto de estudo, visto o vinho ser o único produto nacional capaz de compensar a nossa balança de pagamentos internacional, normalmente desfavorável para Portugal. Acresce o facto de ser a principal fonte tributária de receitas se exceptuarmos os Contratos da Coroa.

O grande mecanismo de concretização dos objectivos da diplomacia de uma Nação, no campo económico, é a formalização de tratados comerciais. A intensificação do comércio internacional ocorrida ao longo do século XIX torna fulcral a demarcação de áreas de influência económica, quer no continente europeu, quer no seu exterior. Portugal não permaneceu indiferente a tal tendência. Já sublinhámos um aumento da concorrência no nosso tradicional mercado europeu, a Inglaterra. Os vinhos espanhóis, franceses, italianos e do alemães (Reno) emergem com uma força crescente desde 1831, ano em que a Inglaterra iguala, sem excepções tributárias, os vinhos provenientes de fora do Império. Portugal vê a sua hegemonia conquistada, desde Methuen (1703), ameaçada por todos os vinhos que entram a preços mais vantajosos para o consumidor

britânico e com uma qualidade bem aceitável. Assim, Portugal procura "diversificar" o grupo de mercados consumidores. Busca a suspensão do diferendo económico com a nação brasileira desde 6 de Maio de 1839 e até mesmo abrir novos mercados no continente americano, principalmente os Estados Unidos da América[258].

O caso do "regulamento do tratado de Comércio e Navegação" com Espanha aparece como um mecanismo de defesa e não de expansão ou consolidação face a um fenómeno que atormenta o comércio em geral e, sem ser excepção, o dos vinhos: o contrabando. É sob esta óptica que este assunto é aqui abordado visto o seu principal objecto ser o comércio cerealífero.

3.2 As relações comerciais e diplomáticas com o Brasil

3.2.1 O comércio entre Portugal e o Brasil

Desde os inícios do século XIX, o comércio entre as duas nações conhecia uma regressão altamente lesiva dos interesses dos negociantes dos grandes entrepostos comerciais de Lisboa e Porto. A "aventura" francesa na Península Ibérica, com profundas repercussões no universo político português, cujos frutos advieram em 24 de Agosto de 1820, iniciou, com a fuga da Família Real para o Brasil, um processo de desarticulação da economia luso-brasileira, assente na exportação do algodão e açúcar do Brasil em troca dos produtos agrícolas e manufacturados de Portugal. Este processo desarticulador foi iniciado com a abertura dos portos brasileiros ao comércio britânico (1808) e agravada pela situação conflituosa na metrópole continental e do próprio continente europeu que sufocaram as redes de comércio e redistribuição tradicionalmente implantadas. Afirma Valentim Alexandre "A exportação total do Brasil mantém pelo menos o nível anterior a 1808, e talvez o exceda, verificando-se uma perda do papel de Portugal como entreposto dos géneros coloniais"[259]. De facto, o algodão, o açúcar, mas também o café e os couros, passaram a comercializar-se directamente com os países europeus, principalmente a Inglaterra, fornecedora sobretudo dos lanifícios. Tanto é que, "quanto ao comércio com o Brasil [e Portugal]

---

[258] Aparece uma referência a uma tentativa de estimular as exportações para Montevideu e Buenos Aires que se apresentam como mercados para a Estremadura, Figueira e Minho . Cf. *Periódico dos Pobres no Porto*, n.º 111, 26 de Abril de 1839.

[259] ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português.* Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 769

tomado isoladamente, o seu valor diminuí quatro quintos. Mantendo o ano de 1800 como base de índice 100, este número decaí para apenas 20 em 1831."[260]

QUADRO V1:
Variação dos valores médios de exportação de produtos brasileiros por Portugal (em contos de réis)

Local	1802-1807	1825-1831	Diferença(%)
Lisboa	11.936	1.111	93
Porto	1.232	309	25

Fonte: ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português.* Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 779.

A zona económica representada pelo porto de Lisboa é a mais afectada pois conheceu uma redução dos valores de exportação na ordem dos 90%. Os comerciantes lisboetas ficam sem grandes alternativas para reatar os seus negócios concentrando, como veremos, os seus interesses no negócio os vinhos.

A rival do Norte assentou o seu sector comercial de vocação exportadora num mercado dominante, a Inglaterra. Sublinhe-se que a assinatura do convénio de 1808 e do tratado 1810 favoreciam amplamente o sector do Vinho do Porto controlado pelas casas comerciais inglesas. Mas os comerciantes nacionais concentravam os seus esforços no mercado brasileiro e viram seriamente abalada a sua posição com a concorrência internacional. No entanto, o volume de negócios encetados entre o Douro e o Brasil eram de valores modestos. Ao longo do período que medeia entre 1831 e 1843 assiste-se a uma situação de impasse e até de agravamento da nossa dependência face ao mercado inglês.

3.2.2 O comércio dos vinhos no Brasil

Apesar da hegemonia económica do Porto nas receitas nacionais, no mercado de vinhos brasileiro tradicionalmente não domina o produto duriense. Neste mercado, inicialmente dominado pela reexportação dos produtos coloniais, após a independência

[260] BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 120.

do Brasil, o vinho vai transformar-se num produto fundamental nas relações entre as duas nações. De facto, a abertura dos portos brasileiros encetada em 1808 e 1810 demonstrara a desnecessidade de manter a Metrópole portuguesa e, em especial, Lisboa como plataforma de abastecimento dos mercados europeus[261].

Valentim Alexandre atribui, para o início do século XIX, um lugar de destaque para os vinhos como um dos principais produtos de exportação. O comércio dos vinhos do Douro denominados de segunda qualidade (no Brasil aparecem sob a designação de "vinhos de ramo") perdem para os vinhos do centro e sul do país.

Para o período de 1838 a 1843 este mercado permanece sem grandes alterações[262]. No entanto, sempre podemos constatar uma certa contracção para as exportações em geral, proporcionalmente mais sentidas nos vinhos de Lisboa e Figueira do que nos vinhos do Douro. A busca de vinhos de qualidade reconhecida, a baixos preços, motiva uma mudança no mercado brasileiro. Factores como o impasse das relações diplomáticas provenientes do fracasso do Tratado de comércio e navegação de 1836 e a política pautal e de protecção à navegação portuguesa são, como veremos, de considerar. Mas, desde 1810, muitos vinhos estrangeiros assumiram uma posição privilegiada no Brasil.

Os vinhos estrangeiros, mesmo de melhor qualidade eram vendidos a preços mais baixos que os portugueses[263]. Apesar das oscilações mensais esta é uma tendência verificada ao longo deste período, devido ao malogro das relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil (19 de Maio de1836) e a uma política agressiva dos seus concorrentes do Mediterrâneo.

---

[261] Lisboa enviava, nos inícios do século XIX, 5 946 pipas de vinhos, como o PRR Lisboa e o Sanguinal, enquanto a Figueira enviava os vinhos da zona da Bairrada e Dão com 3 857 pipas enquanto os vinhos do Porto (ramo) atingiam 2 204 pipas. Na totalidade os valores atingem as 11 002 pipas, neste período. Cf. ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português.* Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 56.

[262] No ano de 1838 os valores transaccionados foram de vinhos de Portugal de 8 400 pipas sendo os vinhos do Porto (ramo) 33% das quantidades transaccionadas (2 834 pipas). Fonte: *Periódico dos Pobres no Porto,* p. 244 e MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990, p.220.

[263] Refira-se que a percentagem dos vinhos nacionais no mercado brasileiro os 38 por cento do mercado brasileiro onde predominavam os vinhos do Mediterrâneo (Sicília, Cete, Catalunha) com 22 300 pipas transaccionadas face às já referidas 8 400 pipas de vinho Português. Os vinhos do Mediterrâneo de qualidade raramente ultrapassam os 90$000 réis a pipa, enquanto os vinhos do Porto (ramo) atingiam os 106$000 réis a pipa e o Lisboa PRR os 126$000 réis a pipa. Cf. *Periódico dos Pobres no Porto,* 3 /071838, p. 244

Afirmará, anos mais tarde, Rodrigues de Freitas "Não basta, porém, tudo isto para que os vinhos portugueses alcancem boa e ampla venda nos mercados brasileiros; é também indispensável que os vinicultores e comerciantes de Portugal preparem e expeçam os seus produtos de modo a serem não só bem recebidos naquela parte da América, mas também preferidos em muitos casos a vinhos de outras procedências"[264]

3.2.3 A diplomacia luso-brasileira e o comércio dos vinhos

Desde meados da década de trinta que as relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil conhecem um verdadeiro arrefecimento. A tentativa de negociação de um Tratado de Navegação e Comércio, durante os anos de 1835 e 1836, cujo negociador plenipotenciário português foi Joaquim António de Magalhães, fracassa. As razões prendem-se com uma reordenação doutrinária da política externa brasileira com o nascimento de uma tendência adversa aos tratados com favores especiais. De facto, Portugal pretendia uma posição de vantagem nas alfândegas brasileiras: "Sr. Presidente, eu não posso acompanhar o illustre Deputado nas suas esperanças de se fazer um Tractado com favores especiaes com o Brasil; para mim não as tenho, porque estou persuadido que se não ficaram inutilisados os meios de se concluir um Tractado com favores especiaes entre Portugal, e o Brasil, pelo menos ficaram extremamente redusidos"[265]

Esta posição contrasta com a dos governantes brasileiros que pretendiam uma redução dos privilégios, obtidos no período colonial pelas nações estrangeiras. Diz o deputado brasileiro Melo Matos : "Não desejo que a força e a prepotência estrangeira regule nossa política interna... devo dizer que de semelhante maneira de argumentar ou de entender os tratados, pode facilmente ser prejudicado o direito e a liberdade que cada nação tem de se governar e dirigir o seu sistema de legislação, conforme as conveniências públicas"[266]. A par deste anseio cresce nesta nação o desejo de valorizar as relações com os países irmãos do continente americano.

---

[264] FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Novas Pàginas Avulsas*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1996, p.424.

[265] "Discurso do deputado Joaquim António de Magalhães". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 5 de Março de 1841.

[266] Discurso do deputado Melo Matos citado por CERVO, Amado Luiz – *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 25

Os favores que Portugal desejava adquirir procuravam fomentar o comércio português de vinhos de forma a torná-los concorrenciais no mercado brasileiro. Mas a legislação promulgada pelo governo de Passos Manuel relativa aos direitos diferenciais[267] e à política pautal portuguesa desagrada ao governo brasileiro que considerou quebrado o compromisso assumido em 29 de Agosto de 1825. Reage energicamente através da lei de 6 de Maio de 1839:

"Artigo 1.°- Durante o anno financeiro de 1839 a 1840, os vinhos importados no Brazil, e todas as bebidas espirituosas de producção estrangeira, pagarão nas Alfandegas os direitos de cincoenta por cento, compreendidas todas as imposições a que taes objectos serão sujeitos até ao presente, salvo os de armazenagem.
Parágrafo único. Exceptuão-se d'esta disposição os vinhos e bebidas espirituosas que forem de producção dos paizes com quem o Brazil tem tractados em vigor"[268].

Dos grandes fornecedores de vinho ao mercado brasileiro, só Portugal não possuía um Tratado comercial firmado. Assim sendo, e apesar das reclamações dos comerciantes e do próprio Governo português, os produtos viram os seus preços aumentar e ampliar o fosso entre os vinhos nacionais e os das restantes nações. Considera-se mesmo esta preocupação com o mercado brasileiro como uma das razões do estrangulamento do nosso comércio com África: "Um dos princípios das Pautas, é o de favorecer os nossos generos de Africa, mas com um grande favor de direitos os generos do Brasil vão matar a indústria nascente dos nossos de Africa."[269] .

Assiste-se a um total impasse em termos diplomáticos e comerciais: as exportações dos vinhos estagnam perto das 2 200 pipas sendo a importância dos vinhos nacionais no mercado brasileiro em 37% perdendo claramente para os vinhos do Mediterrâneo.

3.3 O Regulamento do Tratado de Navegação e Comércio com Espanha de 1841

3.3.1. Introdução

[267] Estes direitos favoreciam a navegação portuguesa ao onerar o comércio realizado em barcos estrangeiros em 30% de direitos de entrada enquanto os navios nacionais pagavam apenas 15%.

[268] O *Periódico dos Pobres no Porto*, n.° 167, 16 de Julho de 1839, p. 734.

[269] "Discurso do deputado Moniz". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Março de 1841.

A navegação fluvial do Douro é uma via de comunicação imprescindível para a economia nacional, apesar das dificuldades de navegação apresentadas provenientes das correntes ribeirinhas e dos acidentes de relevo. Apesar de tudo, este rio vem, desde finais do século XVIII, a melhorar as suas acessibilidades:

- Até 1792 é navegável até ao Cachão da Valeira;
- 1792 dá-se a destruição deste obstáculo. O Rio torna-se navegável até Barca de Alva.
- A partir de 1832 o rio torna-se navegável até Vilvestre, em Espanha.

A sua importância advinha do comércio de dois produtos fundamentais: O vinho e os cereais. Relativamente ao primeiro produto, as quantidades transportadas oscilavam pelas 60 000 pipas de vinho, entre elas as 25 000 destinadas à exportação inglesa, principal riqueza nacional. Luís Pinto de Soveral afirmaria, em 1848, "54 975 pipas de vinho que anualmente vão do Douro para o Porto (médias dos últimos 5 anos); 100 cargas diárias, a saber 50 que partem do Porto e 50 que ali entram (...); 200 passageiros Diários que entram e saem do Porto"[270]. Este é um produto essencial à economia nacional.

Os cereais e o seu contrabando eram uma das maiores preocupações da agricultura nacional, nomeadamente do Sul do País que temem o barateio deste produto pela introdução de "800 mil fangas de trigo" ilegais, numa época em que o produto espanhol é amplamente consumido em Portugal. A sua legalização traduzia-se na ruína dos proprietários do Alentejo.

Com o liberalismo, os comerciantes de Lisboa e Porto reconhecem a importância do Comércio com os nossos vizinhos mas receiam a entrada dos barcos espanhóis em Portugal. Estes receios prendem-se quer com questões de segurança nacional quer com aspectos tributários relacionados com os direitos de entrada que reciprocamente deviam pagar as duas nações. Recorde-se que, no período por nós analisado, estava em vigor a Pauta Alfandegária de 1837, altamente protectora para os produtos nacionais.

Este interesse nas relações comerciais entre as duas nações é ensombrado por um fenómeno característico das nossas relações económicas com Espanha: o contrabando. Como refere David Justino: "O nosso contrabando baseava-se na

[270] Cit. In ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização dos transportes em Portugal (1850 — 1910). As vias e o tráfego.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990, p. 71.

reexportação de produtos importados do estrangeiro a que se deverà juntar alguns artigos nacionais, nomeadamente da produção das nossas fábricas (...). Desses produtos salientavam-se os têxteis de algodão cuja saída para Espanha detectàmos nos registos das alfândegas da raia".[271]

Em contrapartida, os espanhóis enviavam sobretudo dois produtos: cereais e aguardente. Daí a lavoura portuguesa temer a liberdade de comércio na zona do Douro que introduz os excedentes existentes destes produtos na vizinha Espanha em troca dos produtos manufacturados.

Estes motivos estiveram por detràs da assinatura, em 31 de Agosto de 1835, do Tratado de Navegação e Comércio do Rio Douro

3.3.2 Caracterização geral do Tratado.

A assinatura de um Tratado que previsse a partilha internacional de um curso fluvial está previsto desde o Congresso de Viena de 1815, cujos artigos 106 a 108 regulamentam as questões inerentes a rios comuns a dois ou mais países.

O Tratado supracitado defende a liberdade de navegação e igualdade de tratamento de ambas as partes relativamente à navegação e comércio do Rio Douro. Embora não possua uma duração explícita está reservada a possibilidade da sua revisão ao fim de 25 anos. O seu objectivo é a fixação, através de um regulamento criado por uma Comissão mista, dos direitos de navegação e métodos de vigilância onde esteja prevista a uniformidade de tratamento alfandegário de ambas as nações. No entanto, cada nação reservava-se no direito de alterar os direitos nacionais da forma mais conveniente. Prevê-se ainda a capacidade dos produtos espanhóis serem depositados na cidade do Porto, bem como o compromisso de ambas as nações cuidarem da navegabilidade deste curso fluvial. Seria, como afirma Maria da Conceição Meireles Pereira[272], "o balão de ensaio para um tratado geral de comércio e navegação entre os dois países".

---

[271] JUSTINO, David – *A formação do Espaço Económico Nacional: Portugal, 1810-1913*, Vol.1. Lisboa: Edições Veja, 1988, p. 216.

[272] PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *A navegação do Rio Douro no Século XIX – Algumas questões.* «Douro – Estudos & Documentos», Vol. II. Porto: G.E.H.V.I.D., 1997 (2), pp. 251 – 269.

3.3.3 O Regulamento de "Polícia e Tarifa de Direitos para a livre navegação do Douro".

a) caracterização geral do Regulamento

O deputado Agostinho Albano definiu o Tratado como de navegação e comércio. Deste adviria um grande bem para o sector comercial, pois, além de incentivar o comércio interno, motivava um maior empenhamento da navegação nacional. Por seu lado, a Espanha procura tornar navegável e comercial a região até ao Norte de Castela com as províncias centrais, colocando os géneros mais baratos e em quantidade suficiente para os portos do Norte, das Astúrias e Santander.

Mas algumas questões vão ser levantadas na discussão do regulamento.

b) benéfico para a Agricultura?

O parecer da Comissão de Agricultura foi desfavorável, visto a Lavoura temer as consequências do Tratado relativamente à concorrência dos cereais espanhóis. Este Regulamento contraria a Lei de 14 de Novembro de 1837 sobre a proibição da entrada de cereais estrangeiros no Reino para consumo interno ou depósito. Abre-se um precedente ao permitir a sua admissão no Porto: "sempre há de fazer-se um escandaloso contrabando e, principalmente, quando a admissão dos cereais for legalmente permitida haverá naufrágios simulados, arribadas fraudulentas"[273]. Agostinho Albano defendeu que o contrabando dos cereais espanhóis iria diminuir com o Tratado e chegarão ao Porto por baixo preço não ultrapassando os 400 réis o alqueire.

Além disso, refere a Comissão, a pauta alfandegária espanhola iria onerar os nossos produtos com direitos proibitivos ou remetia-os para depósito.

b.2 Legalidade ou ilegalidade da Convenção

A oposição considera a Convenção de 1835 como nula pois concede gratuitamente à Espanha a navegação do Rio Douro. Considera-o uma servidão em que a Espanha fica "co-proprietária, porque se não tem o domínio absoluto que tem Portugal, fica com o goso da propriedade"[274] estipulado no Artigo 7.º da Convenção em que Portugal não podia conceder qualquer exclusivo para a navegação do Douro

[273] "Discurso do deputado Mascarenhas". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Novembro de 1840.

[274] "Discurso de Moura Cabral". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 17 de Novembro de 1840.

podendo, segundo o Artigo 12.°, tornar-se perpétuo pois aqui previa-se a revisão ao fim de 25 anos e não a sua revogação.

O deputado Oliveira Marreca procurou demonstrar que o Regulamento representa uma nova Convenção visto alguns dos seus pontos serem contraditórios com a Convenção de 31 de Agosto:

- o ponto único do Artigo 5.° do Regulamento altera o Artigo 8.° da Convenção no que refere aos direitos da Nação mais favorecida;
- o parágrafo 1.° do Artigo 6.° altera também este Artigo da Convenção pois admite uma excepção: "fica prohibida a entrada e trânsito dos vinagres, vinhos, aguardentes e bebidas espirituosas bem como certos géneros de contractos da Corôa em Portugal";
- o Artigo 35.° também era contrário ao Artigo 3.° da Convenção pois, apesar de prever a igualdade dos direitos de navegação, estabelecia para os portugueses 900 e 450 réis e para os espanhóis 800 e 400 réis.

A posição do Governo foi defendida por Joaquim António de Magalhães. Este Deputado considera o Tratado válido, visto, em 1835, vigorar a Carta Constitucional que concedia ao Governo a prerrogativa de assinar tratados de comércio e navegação sem consulta das Cortes. Além disso, o Tratado não aliena qualquer direito sobre o Rio Douro mas antes cede parte do seu domínio ao permitir o uso da sua propriedade. A comprová-lo está o facto de todos os Governos posteriores o reconhecerem como tal. A limitação imposta no Artigo 7.° sobre concessão de exclusivos não é uma proibição e esta cláusula pode ser revista ao fim de 25 anos.

Esta discussão vai resultar favorável ao Governo com 75 votos a favor e 22 votos contra.

b) O polémico Artigo 6.° parágrafo 1.°

Este artigo vai suscitar polémica na Câmara, pois, apesar do artigo 8.° da Convenção estipular a concessão do direito de depósito a todos os produtos espanhóis na cidade do Porto com isenção do pagamento de direito de consumo, abriu uma excepção à introdução dos vinhos, vinagres, aguardentes e bebidas espirituosas do país vizinho. Por que não alargar a excepção aos cereais?

A esta questão respondeu o deputado Derramado, considerando que admitir uma excepção para os cereais era liquidar o principal intento de "nuestros hermanos" de

promover a exportação de cereais. Esta excepção só foi aceite porque foi demonstrado aos negociadores espanhóis que este privilégio também estava vedado aos vinhos de outras regiões vinhateiras de Portugal como a Bairrada e Monção. Esta era uma forma de preservar a autenticidade do vinho do Porto e combater o contrabando de vinhos e aguardentes nacionais e internacionais.

3.3.4 Conclusão

Apesar das peripécias que rodearam este Regulamento – 4 anos de discussão, a ameaça de uma invasão estrangeira – este é aprovado. O benefício iria recair sobre o governo espanhol que viu reconhecido o direito de exportar trigo para Portugal e promover a exportação dos seus produtos nas Províncias do Norte de Espanha. Para Portugal procurava-se estimular o comércio legal dos seus produtos e evitar o contrabando de cereais e aguardentes espanholas.

3.4 O Tratado de Comércio e Navegação assinado entre Portugal e os E.U.A. em 26 de Agosto de 1840.

3.4.1 Introdução

O grande interesse nas relações comerciais entre Portugal e os Estados Unidos surge da faceta atlântica das transacções internacionais das duas nações. A relativa facilidade de navegação do Atlântico transformava esta via em uma opção segura e barata. Aos Estados Unidos interessavam os vinhos e o sal bem como os estratégicos arquipélagos atlânticos. Em contrapartida, enviava cereais, produtos manufacturados e várias matérias-primas. Portugal mantinha um arreigado exclusivo colonial que onerava com fortes taxas alfandegárias a navegação, comércio e importação de produtos manufacturados agravadas pela Pauta de 1837 e mais legislação avulsa relativa à protecção da marinha nacional.

Mas, desde meados da década de 30, o mercado americano aparentou um crescente interesse por parte dos comerciantes de vinhos nacionais e, em particular, do Douro[275].

[275] «Ora desde 1832 até 1836, já existia esta Convenção[Tratado franco-americano], e os nossos vinhos exportaram-se para os Estados - Unidos, e começaram a exportar-se com muito mais actividade desde que se ajustou com os Estados - Unidos que os direitos differenciaes estabelecidos lá pelos nossos Navios ficariam reduzidos ao mesmo pé

A posição americana relativa às relações económicas internacionais era a de um reduzido envolvimento na política internacional favorecendo o aumento das trocas provindo este pensamento do século XVIII: "Por seu turno, na opinião de John Quincy Adams os sistemas europeu e americano deviam ser mantidos separados e distintos um do outro, tanto quanto possível. Na realidade, todo este pensamento e acção política irão desembocar em 1823, na célebre doutrina Monroe"[276].

No entanto, alguns sectores da política portuguesa viam, neste convénio, uma forma de contrariar a hegemonia britânica. Como afirmou José Estêvão: "declaro francamente à Camara, se d´este Tractado com os Estados Unidos podemos tirar algumas vantagen[s] para abrir um mercado consideravel aos nossos vinhos, (*apoiados*) que possa senão substituir no todo, ao menos em alguma parte o mercado Inglez, eu voto pelo Tractado"[277].

Assim sendo, o Tratado em análise apareceu como uma medida polémica que agitou a Câmara dos Deputados no início do mês de Março de 1841.

3.4.2 Historial do Tratado

As relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos datam da época da independência da antiga colónia britânica. Esta, numa estratégia de evitar um estrangulamento económico nos seus abastecimentos, procurou, segundo os princípios da liberdade de comércio, obter acesso aos mercados estrangeiros. Logo em 1783 Lisboa reconheceu a independência da nova nação e os dois países mostraram-se disponíveis a encetar relações comerciais privilegiadas para firmar um Tratado de Amizade e Comércio. Estes contactos foram protagonizados por uma comissão liderada por D. Vicente de Sousa Coutinho e, do lado americano, por Benjamin Franklin

---

em que elles estavam no nosso porto de Lisboa para os Navios dos Estados – Unidos; mas sobrevieram os Decretos de 14 de Novembro de 36 e 16 de Janeiro de 37; por um se estabeleceram os direitos de Tonelagem e por outro os direitos differenciaes a favor das mercadorias importadas em Navios de Construção Nacional; e contra estes reclamou o Presidente dos Estados – Unidos». "Discurso do deputado Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Março de 1841.

[276] RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e Diplomacia nas relações Norte-Americanas (1776-1822)*. Porto: F.L.U.P., 1997, p. 14 -15.

[277] "Discurso de José Estêvão Coelho". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 1 de Março de 1841.

secundado por Thomas Jefferson e John Adams. As negociações decorreram nos anos de 1785 e 1786 e dele resultou um Tratado que nunca foi ratificado por Lisboa[278].

Aparecem referências a posteriores contactos entre as duas nações mas dos quais não resultam acordos conclusivos para o estreitamento das suas relações económicas:

- John Adams e D. João de Almeida de Melo e Castro (?);
- Thomas Jefferson e Luís Pinto de Balsemão (?);
- General Dearbom com o Conde da Lapa e Silvestre Pinheiro (1822/23);
- O Tratado de Comércio e Navegação de 26 de Agosto de 1840 negociado por Almeida Garrett e Edward Havanagh cujas negociações foram iniciadas em 1833/34 pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Loulé.[279]

O Tratado de que nos ocupamos realiza-se sobre o signo da reciprocidade de comércio. Os Tratados até então realizados por Portugal implicavam favores especiais que agora são afastados, pois as nações poderosas raramente os cumprem: "É o único possível de negociar com os Estados Unidos da América porque elles não querem conceder favores especiais a Nação alguma"[280]. É o primeiro do género no nosso País.

O interesse por este Tratado reside na promoção do comércio dos vinhos de Portugal. Ao que parece, de 1832 a 1836, as exportações dos vinhos aumentam em quantidades crescentes até que os decretos de 14 de Novembro de 1836e o de 16 de Janeiro de 1837, impõem os direitos diferenciais. Estes decretos procurariam favorecer o comércio realizado pelos nossos navios. Isto ressentiu-se no comércio dos vinhos nacionais: os vinhos do Douro exportados passam de 2628 pipas em 1838 e 5471 em 1839, para 1400 pipas em 1840; os vinhos de Lisboa entre 1837 e 1839 são exportados á média de 400 pipas por ano, mas em 1840 é de 1 pipa e 14 almudes[281].

---

[278] Este tema é profusamente estudado na obra de RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e Diplomacia nas relações Norte-Americanas (1776-1822)*. Porto: F.L.U.P., 1997, p. 317 a 324.

[279] Informações retiradas dos debates parlamentares sobre a ratificação do Tratado, iniciados a 1 de Março de 1841"Discurso do deputado Agostinho Albano". Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 3 de Março de 1841 e "Discurso de Almeida Garrett". *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 1 de Março de 1841.

[280] "Discurso do deputado Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 3 de Março de 1841. De resto, trata-se de uma das orientações contidas na já referida doutrina Monroe.

[281] Idem, *Ibidem.*

Este Tratado destinava-se a colocar as nossas relações comerciais no sentido do progresso vivido entre 1832 e 1836, abalados pela legislação setembrista, que suscitou, nos Estados Unidos o aumento dos direito de entrada em 400 réis.

Outro factor que motiva a sua rápida ratificação pela Câmara dos Deputados é a conclusão do tratado assinado entre a França e os Estados Unidos a 2 de Fevereiro de 1842 que favorecia o vinho desta nação em menos 1/3 de direitos de entrada em relação às restantes nações. Em troca, a França cedeu "às reclamações por elle suscitadas relativamente à execução do Artigo 8.° do Tractado de cessão de Luisiana [vendida, em 1803, por 15 milhões de dólares]"[282].

3.4.3 Os objectivos do Tratado.

Segundo os pareceres pedidos às comissões Diplomática e do Comércio e Artes, a 14 de Fevereiro de 1841, este Tratado era favorável a Portugal. A Comissão do Comércio e Artes sublinhou a cessação dos decretos de 14 de Novembro de 1836 (direitos de tonelagem e porto) e de 16 de Janeiro de 1837 (direitos diferenciais) mas as vantagens compensavam:

- os navios mercantes nacionais podem ter acesso aos portos, até então interditos pelos seus elevados direitos,
- Portugal substituía a França no abastecimento dos vinhos com o fim do Tratado no ano de 1842 sendo favorável à Lavoura dos vinhos nacionais;
- estabelece os princípios da reciprocidade.

No entanto, a estes princípios imediatamente referidos pela comissão, outros vão somar-se ao longo da discussão. Como o alargamento do número de mercados disponíveis para os vinhos e restantes produtos nacionais. Este é um mercado de 18 milhões de habitantes capazes de consumir 75 a 80 mil pipas de vinho. É um mercado com os gostos dos ingleses, pelo que preferem consumir os vinhos da Madeira e do Porto, e abria a possibilidade de consumo aos vinhos inferiores, espaço até então ocupado pela França. A este junta-se um argumento moral: "Thomas Jefferson afirma ser um erro considerar um imposto sobre o vinho como um imposto somente sôbre os ricos, um tal imposto é uma prohibição de os vinhos às classes médias de nossos

[282] Idem, *Ibidem.*

concidadãos, e é condemna-los ao veneno do Whiskey (agoa-ardente de grão), veneno que tem causado a desolação de suas casas"[283].

Para além disso, permitiria trazer de uma forma mais vantajosa os produtos manufacturados americanos como aduelas e pipas. A vastidão deste mercado compensava largamente as desvantagens provenientes da equivalência dos direitos de tonelagem e diferenciais concedidos à numerosa marinha americana.

Outra vantagem consistia na continuação dos esforços para o estabelecimento de vantajosos tratados de comércio com as restantes nações, com destaque para o Brasil: "Não estamos inhibidos de continuar a frequenta-lo [o mercado brasileiro], e até mesmo de negociar com aquelle Governo vantajosamente para a nossa lavoura, sem nos privarmos das outras vantagens que nos Estados Unidos achamos com a adopção das estipulações presentes"[284].

Permitiria, ainda, combater uma tendência negativa do nosso comércio colonial com África, que privilegiava o consumo da cachaça brasileira (aguardente de cana de açúcar) em detrimento dos vinhos e aguardentes nacionais.

Estes factores são reconhecidos como vantajosos por todos os lados da Câmara. Então onde residia a polémica?

3.4.4 Os pontos polémicos.

Apesar da morosidade com que o Governo enviou, para ratificação nas Cortes o Tratado assinado em 26 de Agosto de 1840, demora atribuída as tentativas diplomáticas de reiniciar negociações diplomáticas entre Portugal e Brasil, foi a falta de informação que suscita os maiores protestos por parte dos opositores ao projecto pressionados pelo curto prazo atribuído à sua discussão, visto este dever ser ratificado em Washington, em 26 de Abril em 1841.

Estes opositores[285] revelam-se, por convicção, partidários da abertura de um novo mercado para os nossos vinhos que permitam a independência de Portugal face à opressão inglesa.

A curta duração do Tratado, seis anos, parece insuficiente para eliminar a concorrência francesa. Esta nação, nas vésperas da cessação do seu Tratado, irá inundar

---

[283] Idem. *Ibidem.*

[284] "Discurso do deputado Gomes de Castro". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Março de 1841.

[285] Representados por Joaquim Alexandre de Magalhães, José Estêvão, Sá Nogueira e José Alexandre de Campos.

estes mercados com os seus vinhos. Assim, como se iria estimular o consumo de 14 a 16 mil pipas de vinho português? Como eliminar os inconvenientes produzidos pelas imperfeições desta convenção?

a) A questão do comércio colonial

O deputado setembrista José Alexandre de Campos considera que o artigo primeiro é polémico, pois considera-o insuficiente para garantir os direitos de Portugal na manutenção do seu exclusivo colonial. De facto, não se inscreve explicitamente no Tratado os portos em que a permissão de comércio com as nações estrangeiras é livre, facto perigoso se o princípio presente no Tratado é a perfeita reciprocidade. A nota reversal enviada ao negociador americano estipula a aplicação do Tratado aos portos onde o comércio e navegação estrangeiros eram admitidos[286].

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodrigo da Fonseca Magalhães, afirma que o comércio colonial se encontra salvaguardado na expressão "sob condição de se sujeitarem às leis, e ordens do Governo que ahi regerem, especialmente aos regulamentos comerciais em vigor"(Artigo 1.º). Ora o único porto franco do Império é o porto de Goa. Logo, só neste serão admitidos os navios americanos.

Mas então, interroga-se o deputado Celestino Soares, "se é conveniente, se é util e político, sacrificar não só a navegação, mas outra qualquer indústria manufactureira, exclusivamente à cultura das vinhas?"[287]

O comércio de Goa com os Estados Unidos não seria lucrativo, pois a região não exportará arroz, cânhamo e outros produtos que os Estados Unidos possuíam mas estes poderiam introduzir os seus produtos industriais arruinando as indústrias nacionais. Além disso beneficiariam da supressão dos 15% dos direitos diferenciais, tornando os seus preços ainda mais vantajosos.

A este argumento vai responder o deputado Agostinho Albano, considerando que o princípio de perfeita reciprocidade soluciona este problema, pois a diferença existente entre as duas marinhas é compensada pela disparidade existente relativamente ao consumo: um mercado de 18 milhões de habitantes abrem-se às exportações de vinho, sal e frutas de Portugal.

[286] Publicada em *Diário do Governo*, n.º 21, 23 de Janeiro de 1841.

b) Os direitos de tonelagem e diferenciais

A oposição foi unânime em considerar os artigos 2.° e 4.° como fulcrais, pois atacavam directamente duas leis fundamentais promulgadas durante a governação setembrista de Passos Manuel: os decretos de 14 de Novembro de 1836 e 16 de Janeiro de 1837, que favoreciam o transporte dos produtos em embarcações nacionais. O primeiro discriminava um abatimento nos direitos de tonelagem e o segundo concedia à marinha nacional uma redução de 15% no pagamento dos direitos de entrada. Estes favores foram atribuídos aos Estados Unidos. A situação piora se constatarmos que o artigo 6.° dava a possibilidade aos americanos de reexportarem produtos. Cabe a esta nação grande parte do comércio com o Brasil, negociando com o café.

José Estêvão afirma mesmo que este Tratado traduz uma abolição efectiva das leis supracitadas o que, além de fazer perder ao Tesouro cerca de 200 contos de réis, promove o consumo ao permitir obter produtos mais baratos. Concluí que "concordo em que o beneficio dos direitos differenciaes fosse aliviado pelo que toca aos Estados Unidos, mas para isso devia mostrar-se convenientemente que o resultado desta concessão nos devia dar um mercado consideravel para o nosso vinho"[288].

Neste ataque directo à Comissão de Comércio e Artes respondeu o Relator da Comissão, o deputado Gomes de Castro, que o princípio de reciprocidade aqui presente, ao equiparar os direitos a pagar pelos navios americanos com os nacionais, não se prejudica o Estado. Porquê? Porque o algodão e a aduela, principais importações americanas eram consideradas matérias-primas e, como tal, pagavam direitos muito reduzidos. Mesmo o arroz consumido em Portugal, produto onerado pela Pauta, não sofreria grande impacto, visto ele proceder, na grande maioria, do Brasil. A navegação nacional era estimulada com a redução de 800 réis para 500 réis nos direitos de tonelagem a pagar nos portos norte-americanos[289]. Além disso, evitam o subaproveitamento dado à marinha nacional, já que motivava a utilização de navios que, visto os direitos referidos no artigo 2.° se aplicavam a produtos estrangeiros, tinham que realizar a viagem em lastro. De resto, os estrangeiros conseguem ludibriar a lei pois adquirem, através de um representante nacional, as nossas embarcações[290].

---

[287] "Discurso do deputado Celestino Soares". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 5 de Março de 1841.

[288] "Discurso do deputado José Estêvão" . *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 5 de Março de 1841.

[289] "Discurso do deputado Gomes de Castro" . *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Março de 1841.

[290] "Discurso do deputado Agostinho Albano". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Março de 1841.

Com o artigo 4.º a equiparação dos direitos diferenciais trazia benefícios à agricultura e o comércio ao eliminar as represálias levantadas pelas outras nações: a Inglaterra que aumentou os direitos de entrada 15% aos produtos portugueses, e o Brasil, que, com o decreto de 6 de Maio de 1839 aumentou para 50% os direitos de entrada para os vinhos e bebidas espirituosas portuguesas.

Conclusão

A discussão realizada na Câmara dos Deputados não alterou rigorosamente nada ao acordado no texto do Tratado com os Estados Unidos. De resto, já Almeida Garrett via, na discussão da generalidade[291], que este Tratado era uma experiência inócua para a nossa política internacional, pois não invalidava um acordo futuro com qualquer nação, destinando-se a terminar com a guerra das Alfândegas.

Os seus resultados seriam praticamente nulos para o comércio dos vinhos, já que, no ano seguinte, os direitos de entrada sobre este produto nos seriam prejudiciais:

"Parece que nos Estados Unidos, por um *bill* do Congresso, foi alterada a sua Legislação relativamente ao direito dos nossos vinhos, e estabelecem uma escala de direitos tal que em consequencia della os vinhos Portuguezes vem a pagar mais do que os estrangeiros"[292] .

3.5 O Tratado de Navegação e Comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha de 3 de Julho de 1842.

3.5.1 O comércio de vinhos na Grã-Bretanha

Desde finais do século XVIII que a Inglaterra se transformou no principal mercado mundial de vinhos. De facto, o Império "onde o sol nunca se põe" atraiu as atenções dos principais centros vinhateiros graças ao poder de compra de uma população em crescimento nas zonas urbanas.

Estes consumidores sequiosos vão procurar vinhos de boa qualidade, motivando, nos seus centros fornecedores esforços traduzidos numa especialização produtiva. A par dos vinhos comuns produzidos na zona do Mediterrâneo e colónia do

[291] "Discurso do deputado Almeida Garrett". *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 1 de Março de 1841.

[292] "Discurso do Par do Reino Visconde de Sá da Bandeira". *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 15 de Julho de 1842.

Cabo, surgem vinhos de qualidade como os oriundos de Jerez de La Frontera e Marsala, o Champanhe e os vinhos de Bordéus e o vinho do Porto. A par, consomem-se aguardentes de qualidade, como os Cognac. Estes produtos dirigem-se a uma elite conhecedora, com um grande poder de compra, e com refinamento de gosto.

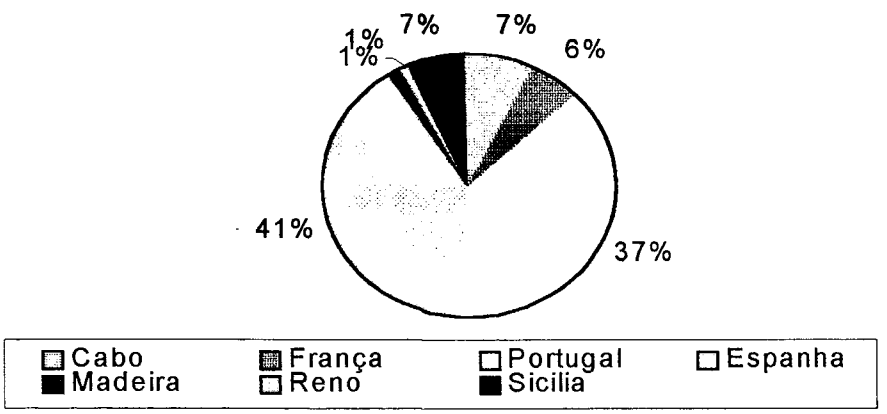
No entanto, o grande impulso é dado em 1831, data em que são equiparados os direitos de entrada para todas as nações marcando a ascensão do grande concorrente do "Port Wine", o Xerez.

a) Os vinhos consumidos

Ao analisarmos o mercado de vinhos britânico para o período cronológico abrangido pelo nosso trabalho temos:

GRÀFICO II

Consumo de Vinhos na Grã-Bretanha (1838-1843) (%)



FONTE: FORRESTER, J. J. –*The Oliveira Prize Essay on Portugal...* London: Hughes Printer, 1853. Porto, p.58

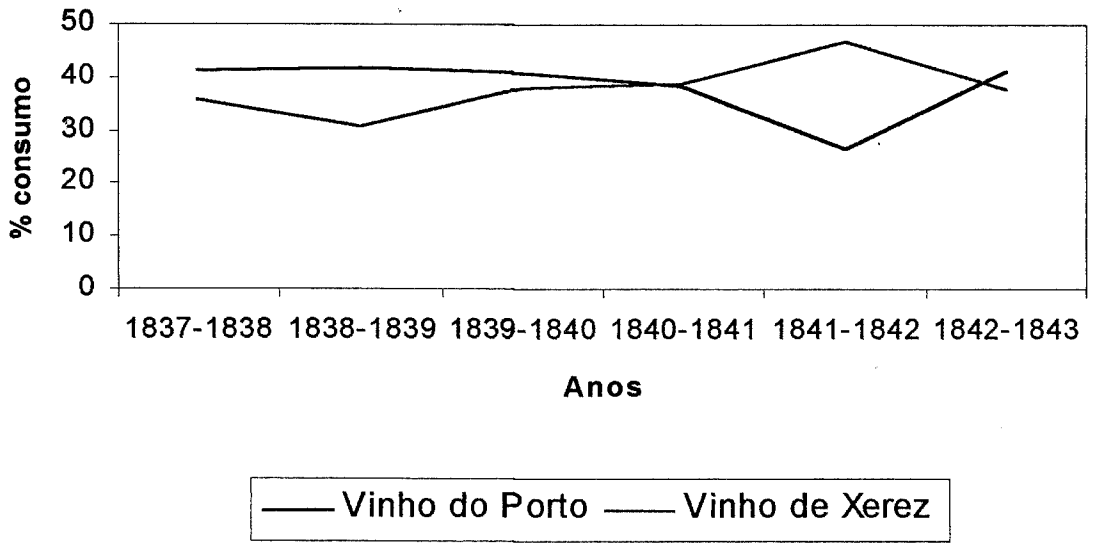
De facto, o mercado britânico é marcado por dois produtos vínicos de origem peninsular: os vinhos de Xerez (*sherry)* e os vinhos de Portugal (Porto). Mas o lugar ocupado por cada um deles é bem distinto.

a) Os vinho de Jerez de la Frontera

Em Inglaterra, a história dos vinhos de Xerez segue um caminho paralelo ao do *Porto*. Isto porque, se foi sufocado pelos privilégios concedidos pelo Tratado de Methuen (1703) aos vinhos portugueses, a partir de 1831 ele liberta-se e consegue aumentar o seu consumo no mercado inglês. De Puerto de Santa María, Cádis e Sanlúcar de Barrameda os comerciantes ingleses foram dando fama a este produto.

GRÁFICO III

Consumo dos vinhos peninsulares na Inglaterra 1838-1843 (%)



FONTE: FORRESTER, J. J. –*The Oliveira Prize Essay on Portugal...* London: Hughes Printer, 1853. Porto, p.58

As suas características enológicas são obtidas através das castas *palomino, pedro ximenes* e *moscatel*, pisados nos *caserios*. É sujeito a um longo período de maceração para obter o mosto. Mas o seu carácter provém de um complexo sistema de envelhecimento e beneficio, a *solera*. Este sistema consiste no envelhecimento dos barris de 500 litros dispostos em 3 ou 4 filas sobrepostas em que a primeira fila está assente em calços de madeira. A qualidade (*fino, amontillado, oloroso, palo cortado, Pedro Ximenes, Moscatel, Mistela*) provém do desenvolvimento da flor (leveduras da fermentação alcoólica) e do momento do corte com aguardente vínica.

Para o período considerado, o vinho de Xerez alcança um lugar de destaque no mercado inglês Equiparando lentamente o tradicional vinho do Porto. No auge da crise vinícola duriense é quando este concorrente adquire uma percentagem de consumo mais elevada (46,97%), em Inglaterra.

b) O vinho do Porto

Já estudámos as características enológicas deste produto em meados de Oitocentos. No entanto, a sua boa qualidade encontra-se ameaçada por factores internos

(adulterações, exportação de falsos vinhos do Porto, mau tratamento do produto com aguardentes de inferior qualidade) resultantes de uma deficiente fiscalização por parte da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, restaurada em 7 de Abril de 1838. O sector comercial clama pela adopção de medidas de promoção do consumo deste produto que passam pela redução dos direitos de entrada nos mercados consumidores e dos próprios impostos sobre o vinho.

O gráfico III consubstancia um período negro para o comércio do vinho com Inglaterra que atinge o seu auge nos anos de 1841-1842 com uma quebra de consumo na ordem dos 12%.

3.5.2 Os Tratados de Comércio e Navegação de Portugal com a Grã-Bretanha.

Como já referimos, as exportações sistemáticas de vinhos do Douro para a Grã-Bretanha iniciaram-se em 1678 e, a partir de então, foram aumentando até atingir um valor médio de exportação entre 25 a 30 mil pipas, no período estudado. O fomento do comércio entre estas duas nações foi impulsionado por meio de acordos comerciais. Nestes acordos ambas as nações procuraram obter vantagens para os seus produtos. Destes destacam-se:

- 1703 – Tratado de Methuen;
- 1810 – Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra;
- 1842 - Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra .

a) Tratado de Methuen

Este tratado foi o culminar de uma ascensão, lenta mas segura, do vinho do Porto no mercado inglês. A sua ascensão fez-se à custa do tradicional abastecedor do mercado britânico, a França. Atinge, em vésperas do tratado a quantia de 17 549 pipas. Por motivos diplomáticos e da própria mudança de hábitos alimentares, a Inglaterra começa a optar pelo consumo de vinhos mais alcoólicos, adequados ao clima inglês.

O Tratado foi negociado por D. Luís da Cunha e John e Paul Methuen e assinado em Dezembro de 1703 e consiste em dois artigos. No primeiro artigo, Portugal compromete-se a admitir os lanifícios ingleses. No artigo segundo, a Grã-Bretanha compromete-se a admitir os vinhos portugueses exportados para este mercado com uma redução de 1/3 no pagamento dos direitos de entrada em relação aos vinhos franceses

Consequência ou não do Tratado, assistiu-se a um desenvolvimento das exportações vínicas nacionais, embora de uma forma lenta até atingir cerca de 25 mil a 30 mil pipas por ano.

b) Tratado de comércio de 1810

Resultando da recusa de Portugal em realizar o Bloqueio Continental, decretado por Napoleão a 21 de Novembro de 1806, e a posterior invasão peninsular pelos exércitos de Junot, em finais de 1807, a família real e a corte portuguesa iniciou a sua fuga para o Brasil (29 de Novembro de 1807). Como resultado desta acção, Portugal ficou entregue a um Conselho de Regência. Após várias peripécias, Portugal recebe auxílio da sua mais antiga aliada. O General Wellesley entreviu a 1 de Agosto de 1808, comandando 10 000 homens afastando os exércitos de Junot, juntamente com as forças nacionais. Em troca deste auxílio, a Inglaterra vai exigir a abertura do mercado colonial brasileiro efectivado desde o ano de 1808. Mas o ponto mais alto seria atingido com o Tratado de Comércio de 1810 procurava regular as relações comerciais entre o Brasil e a Grã-Bretanha. O sua nota principal é a ausência de reciprocidade em todo o articulado com os privilégios concedidos aos súbditos britânicos – tribunais especiais, direitos de importação inferiores aos portugueses – e os poucos benefícios adquiridos viriam a ser anulados pelo acto do Parlamento inglês de 31 de Maio de 1811, confirmando as restrições à liberdade comercial e de navegação provenientes de Comwell.

A revisão deste Tratado estaria prevista para 1825. Portugal revelou a necessidade de proteger a lavoura com a reedição do Tratado de Methuen, ao mesmo tempo que protegia a indústria com a publicação de uma Pauta Alfandegária bem como a consolidação da nova relação Portugal - Brasil como estímulo para a economia nacional e ponto de partida para uma maior diversificação do comércio nacional.

Mas, em 1825, o Brasil era um estado independente que, em breve, seria reconhecido internacionalmente como tal. De novo, agiu a Inglaterra por meio do seu negociador Charles Stuart, representando a sua nação e Portugal nas conversações simultâneas de um Tratado de comércio anglo-brasileiro e o Tratado de independência do Brasil. Obteve, ainda, a prorrogação deste convénio até 1835, anulando os anseios da nação portuguesa para a reedição de um novo Methuen, onde os vinhos portugueses obteriam menos um terço nos direitos de entrada em relação aos vinhos de outras nações

e o próprio algodão e lãs britânicas com um favor de 15 por cento *ad valorem* enquanto os restantes produtos seriam sujeitos a uma Pauta Alfandegária.

A anulação definitiva do Tratado de 1810 deve-se ao duque de Palmela que procura obter a autonomia alfandegária, a equivalência da cidadania entre ingleses e nacionais e a reserva do comércio brasileiro. Este acto foi obtido entre 20 de Abril e 9 de Setembro de 1836.

3.5.3. O Tratado de Comércio e Navegação de 1842[293].

Para Costa Cabral, que acabava de tomar o poder, um acordo diplomático com a Grã Bretanha, em 1842, era um duplo trunfo possibilitando-lhe obter o reconhecimento internacional do seu movimento, ao mesmo tempo que poderia ir ao encontro dos interesses dos exportadores portuenses de vinho.

Mais uma vez, Palmela é o homem escolhido para negociar com o representante britânico, De Walden. Três objectivos vão ser prosseguidos e obtidos com o Tractado assinado a 3 de Julho de 1842:

- a abolição dos privilégios aos súbditos britânicos, principalmente o foro privativo e a isenção do maneio;
- a aceitação da possibilidade da restauração da Companhia dos Vinhos, desde que o seu regulamento abranja igualmente portugueses e ingleses;
- restabelecimento da soberania alfandegária ao impor a igualdade de tratamento na Pauta Geral Portuguesa.

No entanto, um pormenor muito importante fica por decidir: quais os benefícios alfandegários a adquirir por ambas as nações? Para validação do Tratado foi acordada a discussão próxima de uma Convenção Adicional de Comércio prevista no artigo 7.º, onde se procuraria resolver a crise do vinho do Porto. Recorde-se que ainda se discutia o reforço de meios da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, factor a ter em consideração nas negociações.

---

[293] Esta temática foi analisada por BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Pré-História e História do Tratado Luso-Britânico de 1842*. In *Seis estudos sobre o Liberalismo português*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

Para ambas as nações era essencial animar o comércio através da redução dos direitos de importação de ambos os países. Portugal procuraria por termo a crise duriense com o aumento das exportações do vinho do Porto e aguardente, enquanto a Inglaterra exigia um enorme desarmamento alfandegário para compensar o carácter exíguo do mercado português. De resto, cumpria-se uma estratégia da política internacional inglesa em que De Walden exigia uma redução geral dos direitos, enquanto o negociador português estava disposto a negociar em direitos fixos, produto a produto, de acordo com a pauta Alfandegária. O Governo britânico pretendia uma redução geral de 15% de todos os artigos da pauta (lãs, algodões e linho) e fixava em 15% *ad valorem* sobre os produtos metalúrgicos, enquanto o comércio bacalhoeiro era onerado apenas com um direito geral de 10%.

Face a estas exigências e as fracas contrapartidas oferecidas para os vinhos durienses que viam os seus produtos onerados ainda entre 100 a 400 por cento, as negociações atingiram um impasse e, a 17 de Abril de 1843, foram dadas por oficialmente concluídas as negociações. Precisamente quatro dias depois é publicada a Carta de lei que reforça os poderes da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

b) os interesses vinhateiros no Tratado

Em fins de Agosto de 1842, o Duque de Palmela referia-se, na Câmara dos Pares, às divergências de interesses dos viticultores de várias regiões do País:"Os cultivadores do vinho do Douro querem que se diminuam os direitos às fazendas Inglezas para que os para que os seus vinhos possam assim obter melhor preço, e isto em quanto os da Estremadura querem que se sacrifique uma parte dos interesses daquelles para obterem uma perspectiva de melhor consumo de seus vinhos; os fabricantes das diversas classes, cujos interesses podem com probabilidade ser attingidos, no caso de haver alguma reducção nas Pautas, reclamam contra qualquer alteração que nellas se queira fazer, e requerem que para augmento das fabricas haja direitos prohibitivos."[294]

[294] "Discurso do duque de Palmela". *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, sessão de 29 de Agosto de 1842.

Este extracto retrata perfeitamente as intenções e receios de cada uma das partes afectadas pelo Acto Adicional ao Tratado de 3 de Julho de 1842. No sector vinhateiro debatem-se duas tendências: o proteccionismo duriense e a liberdade estremenha.

Segundo o duque de Palmela, tendo em conta as pressões francesas e espanholas no mercado britânico, as orientações a seguir obedeciam a quatro grandes princípios:

- o não pagamento de direitos superiores aos dos outros países, tendo um estatuto equivalente ao de nação mais favorecida;
- a abertura do comércio ao mercado colonial britânico;
- a abolição dos privilégios dos cidadãos ingleses;
- uma redução dos direitos a acordar em negociações posteriores.

Pretendia a reciprocidade de direitos. Para os vinhos portugueses exigia-se a redução nos direitos de entrada. Esta redução seria uma forma de estimular o consumo dos nossos vinhos no mercado britânico. Segundo José James Forrester a redução de 5 xelins e 6 dimes por galão para 1 xelim por galão iria estimular o consumo e tornar acessível à população em geral os vinhos do Alto Douro. Mas para isso eram exigidas duas condições:

- a redução ou extinção do direito de exportação e outras despesas que aumentavam os preços da pipa em 15$190 réis;
- a redução nos direitos de entrada sobre os artigos de lã e algodão;

À exigência de isenção de pagamento dos direitos de saída responde o Duque de Palmela: "o imposto dos doze mil réis em pipa paga-se qualquer que seja a bandeira debaixo da qual esse vinhos é exportado, uma vez que não seja destinado para os portos do Brazil".

Por outro lado, os direitos sobre os vinhos portugueses pagos em Inglaterra oscilavam entre os 39 e os 54 por cento dos direitos cobrados na totalidade dos vinhos do mercado inglês[295], sendo uma importante fonte de receita no orçamento britânico. Para prescindir de tal receita exigia-se uma redução dos direitos alfandegários portugueses na ordem dos 15%, facto que arruinaria a indústria nacional e o próprio comércio de reexportação.

Perante o extremar de posições, o acordo revela-se impossível, logo, os vinhos do Douro teriam que recorrer a outros meios para sanear a sua crise. Tentaram a solução

[295] BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Op. cit.*

da Companhia aprovada a 21 de Abril de 1843, mas, com os anos, a sua produção iria aumentar de forma descontrolada - 111 000 pipas em 1848[296] - revelando a precariedade da solução. Sem o exclusivo das aguardentes, o problema permanecia.

Com o impasse das negociações assumido no Verão de 1843 gorava-se uma oportunidade única para estimular o sector vinhateiro nacional, com destaque para o Douro.

[296] Cf. FORRESTER, José James – *The Oliveira Prize essay on Portugal*. Londres: *Hugues Printer*, 1853, p.212.

CONCLUSÃO

A conjuntura económica e política do período analisado, a evolução das técnicas enológicas e no gosto dos consumidores, a busca de soluções para a promoção e comercialização dos vinhos nacionais e seus derivados nos mercados internos e externos envolveram vários interesses quer na região duriense, quer nas regiões circundantes.

Questão nacional, como era afirmado nos focos de decisão parlamentar, o problema duriense reflectia o período de convulsão e indeterminação vivido a nível nacional durante os períodos "ordeiro" e cabralista, em busca de uma estabilidade que garantisse aos sectores produtivos nacionais um rumo a seguir. Por outro lado, o sector vitivinícola atravessou uma crise recessiva, fruto da sobreprodução que culminou nos anos de 1840 a 1843, com uma produção média de 80 000 pipas só para a região duriense, e com tendência para aumentar[297], ao mesmo tempo que as restantes regiões, com destaque para a Estremadura, Bairrada e Minho passavam por situação análoga. Esta sobreprodução não encontrava o seu correspondente aumento nos mercados consumidores. A nível interno, o consumo dos vinhos durienses sofre da fraca capacidade de crescimento do seu principal mercado nacional, a cidade do Porto. Esta situação é agravada pela abolição dos privilégios e das funções reguladoras da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a 30 de Maio de 1834 que permitiu o acesso a este mercado dos vinhos verdes do Minho e maduros da Estremadura e Bairrada, com preços mais atraentes ao consumidor. Paralelamente, o sector nobre da nossa economia, o comércio do "port wine", conhece uma convulsão semelhante vivida no nosso principal mercado externo, a Inglaterra. Desde 1831, época em que esta nação igualou os direitos de entrada sobre os vinhos estrangeiros, Portugal perdeu a benesse adquirida desde o longínquo Tratado de Methuen, inalterada no Tratado de 1810, de redução em 1/3 no pagamento desses direitos. Este facto permitiu a ascensão dos nossos principais rivais, os vinhos de Xerez, que começam a contestar a nossa hegemonia em tal mercado. Outro factor consiste no aumento da contrafacção dos vinhos quer pelo "baptismo" com produtos de outras regiões vinícolas nacionais, como os vinhos da Bairrada e Anadia, na cidade do Porto ou em Gaia apesar de se sujeitarem ao pagamento do imposto de 12$000 réis pela exportação dos vinhos com destino a

[297] Como de resto se verificará em 1848, ano em que a produção atingiu as 111 000 pipas.

Inglaterra através da barra do Douro [298]. A par desta situação, crescem as habituais acusações de falsificação do vinho do Porto com a utilização de produtos, como a baga de sabugueiro, das lotações com vinhos provenientes de outras regiões e da utilização de aguardentes de inferior qualidade.

O sucesso da nossa principal riqueza nacional encontra-se a um conjunto de métodos de cultivo e preparação dos vinhos reconhecidos pela tradição e pelos mercado que fazem do "granjeio das vinhas" e das técnicas de laboração em armazém – lotação, benefício, trasfega – os motores da sua produção.

O "Port Wine" de meados de Oitocentos aproxima-se, progressivamente, do tipo actual: vinho doce, tinto e encorpado. Esta mudança corresponde a uma modificação nos hábitos de consumo no nosso principal consumidor. A luta de Forrester pelos vinhos puros do Douro reflectem esta tendência do nosso principal mercado revelado no seu pensamento: o consumo de qualquer tipo de vinho deve corresponder ao gosto do consumidor. A culpabilização da aguardentação "excessiva" dos vinhos durienses por esta perda do mercado, desvirtua a complexidade na satisfação dos gostos do *gentleman* inglês que encontrou a par do consumo deste valioso símbolo de prestígio, lugar para outros tipos de vinhos.

No entanto, dá-se o toque num dos pontos fulcrais da questão: a qualidade e concorrência dos vinhos. A "questão duriense" materializa-se num organismo controverso: a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Em 1838 é restabelecida como instituição reguladora da qualidade dos vinhos do Douro e parece conciliar as alas liberais moderadas da Câmara, rejeitando qualquer exclusivo. De facto, esta instituição restringe a sua alçada à qualificação dos vinhos durienses, não possuindo qualquer papel interventivo na regularização da sobreprodução ou promoção do escoamento dos vinhos inferiores, pois recusa quer o "protector" exclusivo das aguardentes bem como a "liberal" redução dos direitos de exportação.

O agravamento da crise vitivinícola demonstrou a ineficácia do modelo adoptado a 7 de Abril de 1838. O sistema adoptado desencadeou vários problemas. Em primeiro lugar, apesar da qualificação dos vinhos exportáveis de primeira e segunda qualidades, o problema da sobreprodução permanecia na ordem do dia, pois não

[298] Este facto, como de resto confessou Silva Carvalho, longe de servir como limitação à exportação promoveu uma invasão de vinhos que, sob a escudela da marca "Porto" abalaram a posição de inigualável confiança dos consumidores sobre este produto.

separava as 25 a 30 mil pipas necessárias aos negócios com a Grã-Bretanha, afectando os preços de venda da lavoura. Por outro lado, os vinhos excedentes ou separados eram vendidos para o comércio com o Brasil e até para consumo na cidade do Porto desencadeando mesmo um comércio paralelo de guias de qualificação vendidas a preços elevados e que ultrapassavam as limitações do sistema. Em segundo lugar, os comerciantes nacionais, ao negociarem com vinhos de inferior qualidade, sentem dificuldades em escoar o seu produto.. A agravar a situação vêem-se a braços com a já citada concorrência regional de vinhos nas tabernas do Porto, enquanto o Brasil, a partir de 6 de Maio de 1839, onerou em 50% os direitos de entrada dos vinhos portugueses. Em terceiro lugar, a questão da aguardentação dos vinhos durienses aparece como fulcral para a qualidade do produto[299]. Estabeleceu-se a utilização de aguardentes no benefício dos vinhos do Douro com a graduação de 9.° de Tassier como parâmetro do fabrico nacional. Este negócio, até então livre, permitiu o aumento das fábricas de destilação nas províncias extra-durienses, nomeadamente na Estremadura. Com a crise vivida na lavoura duriense, vozes existiam que reclamavam este benefício para a Companhia. Estas reivindicações partiam dos centros produtores e mesmo, momentaneamente, eram admitidos no sector comercial portuense. Seria uma forma de garantir a qualidade do produto, mas, também, de escoar as cerca de 20 000 pipas de vinho que, ano após ano, não encontravam destinatário, enquanto nos armazéns se amontoavam cerca de 254 000 pipas. Tal exclusivo levantou os receios da província estremenha que via os seus interesses gravemente afectados e que procurava a solução na redução dos direitos de exportação e consumo[300]. Finalmente, a própria concorrência internacional parecia ditar um novo equilíbrio de forças, que obrigava o comércio o comércio vinícola nacional a uma reestruturação.

A reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro era encarada como uma necessidade, como comprovam as várias representações enviadas às Cortes e os próprios projectos apresentados para a concretização de tal objectivo.

---

[299] Ao longo do período considerado procurou-se a promoção da sua indústria e exportação quer através do Projecto apresentado por Agostinho Albano em 30 de Junho de 1840 quer pela tentativa de estabelecimento do exclusivo parcial das aguardentes nos projectos de Macário de Castro (2 de Janeiro de 1838), o projecto de 5 de maio de 1839, o "Banco Agrícola-Comercial do Douro" de 18 de Julho de 1840 e a base proposta por Dias de Azevedo a 3 de Fevereiro de 1843.

[300] Estas posições aparecem defendidas por vários sectores do Parlamento nacional desde os setembristas José Alexandre dos Campos e José Estêvão, até aos cartistas como José da Silva Carvalho e Lopes Branco.

Destes, o mais original seria o "Banco Agrícola-Comercial do Douro" que procurava instalar um modelo liberal de apoio à Lavoura sem intervenção estatal, com um exclusivo parcial das aguardentes e, ao mesmo tempo, dotado da função de Banco emissor de forma a custear os granjeios da Lavoura e promover os vinhos da região nos mercados externos. De resto, aparece na senda das "propostas veiculadas por alguns jornais e revistas a partir da segunda década de 1800 para que se constituíssem companhias comerciais"[301]. O exemplo da criação de companhias de fomento da Agricultura e Comércio das vinhas conhece, ainda, algum reflexo em várias Câmaras da região estremenha, embora sem qualquer sucesso.

Este projecto, demasiado audaz para a mentalidade sócio-económica de algumas franjas da burguesia rural, sobretudo, a Sul do Douro e dos órgãos comerciais nacionais, que nunca concordariam com prerrogativas tão audazes como a emissão de notas com base numa garantia instável como o vinho e na tentativa de subordinar as instituições comerciais aos interesses da lavoura, através do recurso a um privilégio mesmo que parcial, sobre as aguardentes.

O modelo adoptado a 21 de Abril de 1843, que procura conciliar os diversos interesses do país com a resolução do problema vivido na região do Douro, parte de uma certeza: o modelo adoptado em 1838 é imperfeito por não possuir meios de intervenção ou financiamento que habilitem um maior controle sobre os vinhos de segunda qualidade . Desta forma, procura-se intervir quer na lotação dos vinhos, impedindo a mistura de vinhos do Douro com os de outra regiões, quer no benefício do produto com aguardentes de qualidade. A crise de sobreprodução reclamava soluções prementes. Este facto motiva, do próprio organismo representativo dos comerciantes portuenses tradicionalmente regido por um discurso liberal, a invocação de um exclusivo parcial das aguardentes para a Companhia reformada. De resto, a própria lavoura duriense, através da associação dos lavradores sediada na Régua pugna no mesmo sentido. Mas as regiões do Sul ao Douro apertam o seu cerco e invectivam tal acção. Costa Cabral, recentemente empossado e apostado em resolver os problemas da economia nacional vê-se chegado a uma posição de impasse e, em Setembro de 1842, encontra-se dividido quanto ao caminho a seguir. Uma aposta na liberdade comercial negociada com o nosso principal mercado através de um Acto Adicional ao convénio

[301] MARTINS, Conceição Andrade – *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração,*

assinado a 3 de Julho de 1842 ou, alternativamente, uma solução de continuidade com a tradição consistindo num reforço dos poderes de uma Companhia controlável pelo Estado. As peripécias ocorridas até Fevereiro de 1843 e que se prolongariam até ao Verão nortearam o rumo a segui. Dada a intransigência britânica na negociação de um acordo pautal, opta-se pela concessão de um subsídio estatal de 150 contos de réis à Companhia obtido a partir de um desagravamento fiscal sobre os direitos de exportação e consumo sobre os vinhos do Douro. Solução controversa e sempre de compromisso. Controversa, porque é tomada contra a vontade da região duriense e seus aliados (ou interessados) que preferiam o exclusivo parcial proposto por Dias de Azevedo. Estes, tristemente vencidos numa votação renhida aceitam humildemente o subsídio dos 150 contos como uma panaceia momentânea para os seus males. De compromisso, porque obteve um consenso, falsamente esmagador, de todas as regiões do País anunciando a fragilidade do sistema de Governo cabralista. Dos seus aliados durienses partiu a oposição à base original do Projecto. As restantes regiões, interessadas na produção e comércio de vinhos para lotação e indústria de aguardentes, não podiam ver definhar uma das suas fontes de riqueza, e daí o seu apoio quase unânime ao subsídio estatal.

Se estes esforços não vingam deve-se à precariedade das alianças facilmente influenciáveis por *lobbies* exteriores ao Parlamento mas com representatividade parlamentar.

Um destes *lobbies* é encabeçado pela Estremadura, líder das Províncias vinhateiras do Sul. Sob a voz de Deputados de várias tendências políticas – José da Silva Carvalho, José Estêvão, José Alexandre de Campos[302] – ecoa a tendência para uma liberalização do comércio dos vinhos e aguardentes nacionais, de forma a ganharem um ascendente no mercado do Porto, no mercado colonial e extra-europeu e, talvez mesmo, na Inglaterra. Sublinhe-se que a tentativa de instituição de uma Companhia protectora da Agricultura e Comércio dos Ninhos da Estremadura não colhe grande apoio na própria província. Prefere-se antes uma luta pela redução dos direitos de consumo e exportação que oneram o negócio.

A par desta corrente surge o *lobby* da Associação Comercial do Porto. Adepto das correntes liberais, regista uma mudança momentânea de posição com a ameaça de

---

p. 440.

[302] A posição de José James Forrester nas suas obras faz a apologia do comércio livre dos vinhos originais do Douro e outras regiões parece-nos um eco destas tendências presentes na Câmara dos Deputados.

estrangulamento dos seus sectores de acção tradicionais: o mercado das tabernas do Porto está grandemente invadido pelos vinhos e aguardentes das províncias do Sul e do Minho, a lotação é realizada nos armazéns com vinhos de qualidade inferior, os mercados extra-europeus, como o Brasil e os Estados Unidos, oferecem uma grande relutância ao consumo destes vinhos, em suma os *stocks* não se escoam e o comerciante, tal como o lavrador duriense, procura uma segurança para os seus produtos. Essa segurança advém do tabelamento dos preços dos vinhos a adquirir e da obrigação implícita do grande exportador consumir o produto duriense. O seu papel de intermeDiário entre a Lavoura e o grande exportador conhece uma segurança momentânea.

Os exportadores ingleses opõem-se terminantemente a qualquer exclusivo. Daí a sua hostilidade natural face à Companhia duriense. Destaque-se que os documentos legislativos de 7 de Abril de 1838 e 21 de Abril de 1843 nada referem quanto aos preços a pagar pelos vinhos de primeira qualidade, mas controlam fortemente as quantidades a exportar, criando um preço artificial. José James Forrester considera o sistema de regulação adoptado como defeituoso, promovendo o próprio contrabando de guias de qualificação e as adulterações vínicas. A liberdade de produção e comércio ditariam a aceitação dos bons vinhos, independentemente da sua origem. Para sua promoção defendia a abolição dos elevados direitos de saída, negociando uma redução proporcional nos direitos de importação britânicos. A comunidade britânica apoiou os esforços relativos à redução dos direitos sobre o comércio em geral e, em particular, sobre os vinhos portugueses, mostrando-se favorável a uma negociação diplomática que os retirasse da alçada da própria Companhia e promovesse a liberdade de comércio.

Mas os esforços de renovação e estímulo da produção duriense não se esgotam nos organismos parlamentares e governativos. As reivindicações da lavoura e do comércio estendem-se aos esforços diplomáticos encetados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de qualquer dos governos do período "ordeiro" e cabralista. Em comum procuram garantir o escoamento dos vinhos nacionais, com destaque para o produto duriense. Distinguem-se na orientação da sua política internacional. As movimentações diplomáticas do período ordeiro procuram, em primeiro lugar, limitar o

carácter privilegiado da nação inglesa[303] e, em segundo lugar, encontrar mercados alternativos à tradicional hegemonia britânica. Neste sentido, orientam-se os esforços encetados durante as negociações e discussão do Tratado com os Estados Unidos, em que, unanimemente, todas as correntes parlamentares partilham deste objectivo. Em terceiro lugar, assiste-se a uma liberalização da legislação proteccionista promulgada no período setembrista, em especial os direitos diferenciais, de porto, ancoragem e tonelagem. O período cabralista procura a solução dos conflitos existentes entre a lavoura no Douro e fora dele, sem esquecer o sector comercial no nosso mercado tradicional. Obtém-na de forma inconclusiva a 3 de Julho de 1842, mas não a concretiza devido ao já citado fracasso das negociações do Acto Adicional. A agravar a situação encontra-se o impasse brasileiro que, com o agravamento dos direitos de importação em 50% sobre os vinhos e bebidas licorosas nacionais, possibilitou a crescente hegemonia dos vinhos mediterrâneos e franceses. A região duriense viu-se impossibilitada de promover o seu produto com vantagem. De resto, este problema estendeu-se aos vinhos de Lisboa e Figueira, onde os preços elevados afastaram muitos dos nossos tradicionais consumidores.

Perante o ciclo depressivo vivido desde o ocaso da liberalização encetada a 30 de Maio de 1834, a lavoura e comércio de vinhos em geral procurava promover a ideia de uma política voltada para a promoção "da nossa principal indústria". No entanto, este período de transição revelou uma indeterminação quanto às soluções propostas, assistindo à solicitação de um papel mais interventor por parte do Estado, sobretudo na região duriense. Este papel revelar-se-ia na reforma da Companhia concretizada no ano de 1843, mas insuficiente para garantir o desejado debelar da crise. Isto, apesar do consenso momentâneo dos órgãos comerciais portuenses, forçados pelos fluxos concorrenciais nacionais e internacionais. Fluxos nacionais, por vezes fraudulentos, outras vezes beneficiando da liberdade de comércio que iniciavam a sua afirmação internacional e que se viam como complemento do próprio sistema duriense, sobretudo no fornecimento das aguardentes. Fluxos internacionais, sempre condicionados pelos interesses geo-políticos das superpotências da época aliados às modas dos consumidores, que privilegiam vinhos mais leves e vêem o produto português perdendo a supremacia tradicional. Não se antevê a necessidade de caminhar no sentido de uma

[303] Sucesso concretizado pelo Duque de Palmela em 1836 quando suspende, em definitivo, as prerrogativas

maior liberalização do comércio dos vinhos nacionais, facto revelador de uma incompatibilidade do proteccionismo nacional com o carácter liberalizador das grandes economias internacionais, e concretizado na segunda metade de Oitocentos?

estipuladas no Tratado de 1810.

BIBLIOGRAFIA

Periódicos

Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa: Impressão Régia, 1838-1843.

Diário da Câmara dos Pares do Reino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842-1843.

Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional: 1838-1843.

O Periódico dos Pobres do Porto. Porto: P. da F. S.V., 1838 - 1843.

A Revolução de Setembro. Lisboa: Tipografia J.B. de A. Gouveia, 1838-1843.

Estudos e monografias da época

FONSECA, Francisco Pereira Rebello da – *Descripção Económica do território que vulgarmente se chama Alto-Douro.* In «Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa», T.III. Lisboa: *s.e*, 1791.

FORRESTER, José James – *Uma ou Duas palavras sobre o Vinho do Porto dirigidas ao publico britânico em geral, e com especificidade aos particulares mostrando como e porque é adulterado e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal há onze anos.* Porto: Typographia Commercial Portuense, 1844.

FORRESTER, José James – *Wine trade of Portugal.* London: Royton & Brown: 1844.

FORRESTER, José James – *Vindicação de José James Forrester contra as imputações a elle feitas no parecer da Associação Commercial do Porto de 15 de Março de 1845.* Porto: Typographia Commercial Portuense, 1845.

FORRESTER, José James – *Considerações àcerca da Carta de Lei de 21 de Abril de 1843 e resultados que se tem colhido para o paiz vinhateiro do Alto Douro e comércio dos vinhos do Porto.* Porto: S/E, 1849.

FORRESTER, José James – *The Oliveira Prize – Essay on Portugal with the evidence regarding that country taken before a comitee of the House of Commons in May, 1852, and the author's surveys of the wine districts of the Alto Douro, as adopted and published by order of the House of Commons. Together with a statistical comparison of the resouces and commerce of Great – Britain and Portugal.* London: Hughes Printer, 1853.

FORRESTER, José James – *A verdadeira causa da crise commercial no Porto.* Porto: Typographia Commercial Portuense, 1859.

GIRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Tractado theorico e pratico da Agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade e conservação dos vinhos e da destillação das agoas ardentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

GIRÃO, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Memoria historica e Analytica sobre a Companhia dos vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. 12 Vols. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1873-1890.

MAGALHÃES, António da Silva Pereira – *A indústria escravisada pela Liberdade ou considerações geraes sobre indústrias manufactoras e vinicultura*. Porto: Typographia do Diário Mercantil, 1867.

OFFLEY, WEBBER & FORRESTER – *Representation made by Offley, Webber and Forrester of Oporto ...* . Oporto: Commercial Printing Office, 1845-1846.

OFFLEY, WEBBER & FORRESTER – *Second representation made by Offley, Webber and Forrester of Oporto ...* . Oporto: Commercial Printing Office, 1846.

RUBIÃO, Francisco Inàcio Pereira – *O Vinhateiro*. Porto: *s.e*, 1844.

SELLERS, Charles – *Oporto, old and new: being a historical record of the portwine trade and a tribute to british commercial enterprize in the north of Portugal*. London: Hebber E. Harper, 1899.

SILVA, Inocêncio Francisco da - *Diccionàrio Bibliogràfico Portuguez*. 24 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

VILA MAIOR, Visconde de – *Memoria sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do reino apresentado ao illustrissimo e excelentissimo senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

VILA MAIOR, Visconde de – *Tratado de Vinificação para vinhos genuínos*. Lisboa: Typographia da Academia, 1868.

VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de – *Viticultura e Vinicultura. Tràs-os-Montes e Alto Douro Central*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

Discursos do Senhor Félix Pereira de Magalhães sobre o Comércio e Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Lisboa: s.e, 1842.

Exame da questão sobre a livre navegação do Rio Douro. Porto: Typographia Commercial, 1840.

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: Estatutos de 1843. Porto: Typographia d´Alvares Ribeiro, 1843.

Provas de Vinho do Paiz Vinhateiro do Douro. Porto: Typographia J.L. da Silva, 1850.

Estudos

ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização dos transportes em Portugal (1850 – 1910). As vias e o tràfego.* Lisboa: Centro de Estudos Geogràficos, 1990.

ALEXANDRE, Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português.* Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALMODOVAR, António – *A institucionalização da Economia Política Clàssica em Portugal.* Porto: Edições Afrontamento, 1995.

AMARAL, José Duarte – *O grande livro do Vinho.* Lisboa: Circulo de Leitores, 1995.

BARRETO, António – *O Vinho do Porto e a intervenção do Estado.* «Análise Social», N.° 100. Lisboa: I.C.S., 1988, p.373-390.

BARRETO, António – *Douro.* Lisboa: Edições INAPA, 1993.

BENNETT, Norman R. – *The golden age of the "Port Wine" System 1781-1807. s.l.: s.e.,* 1990.

BENNETT, Norman R. – *O Sistema do Vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização.* «Douro – Estudos & Documentos», Vol. 1; Porto: G.E.H.V.I.D., 1996 (2°), p. 181-199.

BOISVERT, Georges; PEREIRA, Miriam Halpern e outros – *O Liberalismo Português no Século XIX: Livre Cambismo/ Proteccionismo.* Lisboa: Moraes Editores, 1981.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *1834-42: A Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes).* «Análise Social», N.° 20. Lisboa: I.C.S., 1984, p. 467-488.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Associação Comercial do Porto no contexto político económico nortenho e nacional.* «Análise Social», N.° 91. Lisboa: I.C.S., 1986, p. 331-367.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Em busca do setembrismo perdido – problemas em torno da análise de formações protopartidárias.* «Análise Social», N.° 98. Lisboa: I.C.S., 1987, 761-774.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *O proteccionismo como ideologia radical.* In «Análise Social», N.º 103 - 104. Lisboa: I.C.S., 1988, 1017-1036.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o Liberalismo português.* Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

BRAUDEL, Fernand – *A dinâmica do Capitalismo.* Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

BURMESTER, J. W. – *"Port Wine".* Porto: J.W.Burmester., 1985.

CERVO, Amado Luiz – *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889).* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester, Baron of Portugal.* Maia: Gràfica Maiadouro, 1992.

DUGUID, Paul – *A produção de famílias.* «Douro – Estudos & Documentos», Vol. 1; Porto: G.E.H.V.I.D., 1996 (1º), pp. 95-97.

DUGUID, Paul – *Lavradores, exportadores, intermeDiários e capitalistas: componentes da região do Vinho do Porto.* «Douro – Estudos & Documentos», Vol. 1 (2º); Porto: G.E.H.V.I.D., 1996, p. 201-224.

FEIJÓ, Rui Graça – *Liberalismo e transformação social.* Lisboa: Editorial Fragmentos, 1992.

FONSECA, Àlvaro Moreira da – *Apontamentos Históricos sobre o Douro e sobre a preparação do Vinho do Porto.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1941.

FONSECA, Àlvaro Moreira da– *Práticas culturais do vinhedo duriense antes e depois da filoxera.* Porto: I.V.P., s/d.

FONSECA, Àlvaro Moreira da – *As demarcações Marianas no Douro Vinhateiro.* Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996.

FONSECA, Àlvaro Moreira da e outros– *O Vinho do Porto: notas sobre a sua História, Produção e Tecnologia.* Porto: I.V.P., 1991 (4.ª edição).

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de– *A questão do Douro.* In « Novas Pàginas Avulsas». Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996, pp. 255 – 300. Org. de Jorge Fernandes Alves.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Relações com o Brasil.* In « Novas Pàginas Avulsas». Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996, pp. 421 – 451. Org. de Jorge Fernandes Alves.

FREITAS, José Joaquim Rodrigues de – *Relações com a Espanha.* In ALVES, Jorge Fernandes, « Novas Pàginas Avulsas». Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996, pp. 455 – 497. Org. de Jorge Fernandes Alves.

GRAY, John – *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

JOHNSON, Hugh – *Vintage: the story of Wine*. New York: Simon and Shuster, 1989.

JUSTINO, David – *A evolução do produto nacional bruto em Portugal: 1850-1910 - Algumas estimativas provisórias*. «Análise Social», N.° 97. Lisboa: I.C.S., 1987, p.451-461.

JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional: Portugal (1810-1913)*, 2 Vols. ; Lisboa: Vega, 1988.

LAINS, Pedro – *Exportações portuguesas, 1850-1913: A tese da dependência revisitada.* In «Análise Social», N.° 91. Lisboa: I.C.S., 1986, p. 381-419.

LAINS, Pedro – *O Proteccionismo em Portugal (1842-1913): Um caso mal sucedido de indústrialização concorrencial.* In «Análise Social», N.° 97. Lisboa: I.C.S., 1987, 481-453.

LEON, Pierre (Dir.) – *História Económica e Social do Mundo*, Vol.II. Lisboa: Sà da Costa Editora, 1983.

LIMA, José Joaquim da Costa – *O Vinho do Pôrto*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1936.

LIMA, José Joaquim da Costa – *Alguns aspectos do problema da distribuição do Vinho do Porto nos mercados estrangeiros*. Lisboa: V.C.I.V.V., 1938.

MACEDO, António Teixeira de – *Traços de história contemporânea: 1846-47*. Lisboa: Edições Rolim, s.d.

MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas da história da Indústria Portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Querco, 1982.

MACEDO, Jorge Borges de – *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. In «Revista Nação e Defesa», XVI. Lisboa: s.e., 1987.

MARQUES, Fernando Pereira – *Um Golpe de Estado: Contributo para o estudo da Questão Militar no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.

MAGALHÃES, Félix Pereira de – *vinhos do Douro*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000.

MAGALHÃES, José Calvet de – *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América*. Mem Martins: Publicações Europa - América, 1991.

MARTINEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986.

MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do Vinho do Porto: ensaio de periodização.* In «Análise Social», N.° 100. Lisboa: I.C.S, 1988, p. 391-430.

MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990.

MARTINS, Conceição Andrade - *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal: Do Pombalismo à regeneração*. Évora: *s.e*, 1998 (Dissertação de Doutoramento).

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal,* Vol.V. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MELO, Albano Homem de – *A fiscalização da qualidade dos vinhos para exportação.* Lisboa: Junta Nacional do Vinho, 1940.

MONTEIRO, Manuel – *O Douro: principais quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes*. Porto: Imprensa Moderna, 1911.

MOREIRA, Vital – *O Governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana – *Estrutura Indústrial e Mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Linda-a-Velha: Difel, 1994.

PEREIRA, Gaspar Martins – "Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII" . In *Primeiras Jornadas de Estudo Norte de Portugal/ Aquitânia*. Porto: CENPA, 1986.

PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro: A vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – *O Porto Oitocentista*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.) – *História do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

PEREIRA, Gaspar Martins – *A Região do Vinho do Porto – Origem e evolução de uma demarcação pioneira.* «Douro – Estudos & Documentos», Vol. 1; Porto: G.E.H.V.I.D., 1996 (1°), pp. 177 – 194.

PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZÀBAL, Maria Luísa - *Dona Antónia*. Porto: Edições Asa, 1996.

PEREIRA, Gaspar Martins; ALMEIDA, João Nicolau – *Porto Vintage*. Porto: I.V.P, 1999.

PEREIRA, Gaspar Martins – "A Companhia contra os Lavradores do Douro I: a denúncia de António de Mesquita e Moura, juiz da devassa de 1771-1775" «Douro – Estudos & Documentos». Porto: G.E.H.V.I.D., 1999.

PEREIRA, Gaspar Martins – *A Companhia contra os Lavradores do Douro II: o arranque das vinhas de Jugueiras, segundo uma Memória de José Jacinto de Sousa de 1783.* «Douro – Estudos & Documentos». Porto: G.E.H.V.I.D., 1999.

PEREIRA, João Manuel Esteves – *Portugal: Diccionario Histórico Chorografico, Heràldico, Biographico, Numismático e Artístico.* Lisboa: João Ramos Torres, 1904-1915.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *A navegação do Rio Douro no Século XIX – Algumas questões.* «Douro – Estudos & Documentos», Vol. II. Porto: G.E.H.V.I.D., 1997 (2), pp. 251 – 269.

PEREIRA, Miriam Halpern – *O Vinho do Porto na economia portuguesa da segunda metade do século XIX.* Amadora: Tipografia Livraria Bertrand, *s.d.*

PEREIRA, Miriam Halpern – *Absolutismo reformista e nacionalismo: as negociações para substituir o Tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824 – 26.* «Ler História», N.º 12, 1988.

PEREIRA, Miriam Halpern – *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo.* Lisboa: Editorial Presença, 1993.

REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL – *A Questão do Douro ou o nome dos seus históricos vinhos.* Porto: R.C.V.N.P., 1908.

REIS, António (Dir.) – *Portugal Contemporâneo.* Vol. I . Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX: 1850-1930.* Lisboa: I.N.C.M., 1993.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste – *Introdution à l'histoire des Relations Internationales.* Paris: Armand Colin,1991.

RIBEIRO, Jorge Martins – *Economia e política no burgo portuense através da correspondência dos cônsules dos Estados Unidos no Porto.* «Revista da Faculdade de Letras do Porto», Vol. 2. Porto: F.L.U.P., 1992.

RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e Diplomacia nas relações Norte – Americanas (1776 – 1822).* Porto: F.L.U.P., 1997 (dissertação de Doutoramento).

RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX.* «Douro – Estudos & Documentos». Vol. 3; Porto: G.E.H.V.I.D., 1998 (1°), p. 133 – 156 .

RIBEIRO, Maria de Lurdes Roque de Aguiar – *As relações comerciais entre Portugal e o Brasil segundo as "Balanças de comércio" 1801 – 1821.* Lisboa: *s.e.*, 1972.

ROBINSON, Jancis (ed.) –*The Oxford Companion to Wine.* Oxford: Oxford University Press, 1994.

SÁ, Victor e PEREIRA, Gaspar Martins «Do Porto ao Báltico, 1780. Achegas para a História das relações entre Portugal e a Rússia». In *Revista da Faculdade de Letras,* Vol. VII. Porto: F.L.U.P., 1990, p.219 a 232.

SÁ, Victor e RIBEIRO, Fernanda – *O Liberalismo Português (1820-1852): Recolha bibliogràfica.* Braga: Fórum, 1994.

RAMOS SANTANA, Alberto; MALDONADO ROSSO, Javier (dir.) – *Vinos, Vinagres, Aguardientes y Licores de la província de Càdiz.* Càdiz: Fundation provincial de la Diputación de Càdiz, 1997.

RAMOS SANTANA, Alberto; MALDONADO ROSSO, Javier (dir.) – *El comercio de vinos y aguardientes andaluces con América (siglos XVI-XX).* Cadiz: Servicio de publicationes de la Universidad de Càdiz, 1998.

SANTOS, Manuel José Pinto dos – *Monarquia Constitucional: organização e relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834 – 1910. s.l.: s.e.*, [1986].

SARDICA, José Miguel – *A Política depois da Era das revoluções.* «História», N.° 36. Lisboa: Publicações e conteúdos multimédia, 2001, p. 20-31.

SARDICA, José Miguel – *A política e os partidos entre 1851 e 1861.* «Análise Social», n.° 141. Lisboa: I.C.S., 1997.

SARDICA, José Miguel – *Os Partidos políticos no Portugal oitocentista.* "Análise Social", n.° 142. Lisboa: I.C.S.L., 1997, 537-556.

SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas.* Vol. I; Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionàrio de História de Portugal.* 6 Vol. Porto: Livraria Figueirinhas, *s.d.*.

SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo – portuguesas.* Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

SILBERT, Albert – *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista.* Lisboa: Livros Horizonte, s.d.

SOUSA, Fernando; PEREIRA, Gaspar Martins – *Alto Douro: Douro Superior*. Lisboa: Presença, 1988.

SOUSA, Maria Leonor Machado de – *Um ano na diplomacia Luso - Americana. Francisco Solano Constâncio (1822-23)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

TENREIRO, A. Guerra – *Douro. Esboços para a sua história económica*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1942 -1944.

TENREIRO, A. Guerra – *Problemas Durienses*. Sintra: Edições Grémio da Lavoura, 1954.

TENREIRO, A. Guerra – *Subsídios para a História do Vinho do Porto*. Porto: Tipografia Coimbra Editora, 1961.

UNWIN, Tim – *Wine and the Vine*. Londres: Routledge, s/d.

VÁRIOS – *Actas do I Encontro Internacional "História da Vinha e do Vinho do Vale do Douro"*. «Douro – Estudos e Documentos. Porto: G.E.H.V.I.D., 1996.

VÁRIOS - *O Vinho do Porto e os vinhos do Douro*. In «Enciclopédia dos vinhos de Portugal». Lisboa: Chaves Ferreira-Publicações, 1998.

VIEIRA, Alberto – *História do Vinho da Madeira*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993.

ANEXOS

1. DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

Lisboa, 2 de Janeiro de 1838 – Projecto de Lei apresentado pelo Deputado Macário de Castro para instalação da nova Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e que prevê o exclusivo das aguardentes.

Fonte: *Diário do Governo, n.º 25, 30 de Janeiro de 1838, p. 60*

Projecto de Lei

Artigo 1.º A lei de 30 de Maio de 1834, que extinguiu a Companhia das Vinhas do Alto Douro fica derogada. A Lei de 17 de Março de 1822, sobre a reforma da Companhia será modificada pelos Artigos seguintes.

Artigo 2.º A actual Companhia será augmentada com o numero de acções que o Governo, d'accordo com os Directores, designar para poder preencher as obrigações, que por esta Lei lhe são impostas.

Artigo 3.º Os Credores da Companhia não poderão exigir os seus fundos por espaço de cinco annos. Estes deverão declarar logo, desde o estabelecimento da nova Companhia, se preferem converter os seus creditos em acções. Não tendo sido feita uma similhante declaração não lhes será permittida esta conversão.

Artigo 4.º É decretada a creação da Companhia das Vinhas do Alto Douro por espaço de 30 annos.

Artigo 5.º Incumbe à Companhia proceder á qualificação dos vinhos, da maneira seguinte:

Parágrafo 1.º O regulamento de que tracta a lei de 17 de março de 1822, no Artigo 7.º, quanto ao methodo das provas, fica em vigor.

Parágrafo 2.º A Companhia mandará tirar as amostras áquellas ádegas, que seus donos tiverem designado.

Parágrafo 3.º O vinho provado será qualificado de primeira ou segunda qualidade, e desta será reputado o vinho não provado.

Parágrafo 4.º Fica abolida a antiga demarcação de ramo e feitoria.

Artigo 6.º A Companhia proporá ao Governo a quantidade de vinho que convem separar de primeira qualidade, segundo o calculo provavel da exportação annual.

Parágrafo 1.º A separação será feita a cada Lavrador em proporção do vinho separado na totalidade do approvado.

Parágrafo 2.º A Companhia passará guias pelo vinho de primeira qualidade com a designação de vinho de primeira qualidade de embarque, e vinho separado de primeira qualidade.

Artigo 7.º A exportação para Inglaterra pela Foz do Douro sómente e permittida ao vinho de primeira qualidade de embarque.

Parágrafo 1.º O preço deste vinho, tempo de venda, e escolha do comprado é livre ao Lavrador.

Artigo 8.º O vinho separado de primeira qualidade póde ser exportado para qualquer dos portos do mundo.

Parágrafo 1.º Este vinho póde ser vendido aos Negociantes sómente durante um praso fixo marcado pelo Governo.

Parágrafo 2.º Findo este prazo a Companhia será obrigada a comprar tudo o que ainda restar na feira por um preço que ella d'acordo com o Governo fixará.

Parágrafo 3.º O Lavrador não é obrigado a vender.

Artigo 9.º É concedido á Companhia o privilegio das agoas-ardentes com vinte por cento de lucro sobre o preço que o Governo, d'acordo com a Companhia, fixará em cada pipa d'agoa-ardente.

Parágrafo 1.º Todo o Negociante que exportar vinho para Inglaterra é obrigado a mostrar antes do embarque que comprou á Companhia dous almudes por cada uma pipa, e um almude por cada uma pipa que exportar para os outros portos.

Parágrafo 2.º Fica derogada toda a prohibição ou fiscalização quanto ás agoas-ardentes, excepto o que se achar legislado quanto á agoa-ardente estrangeira, e a fiscalização necessaria para levar a effeito o disposto no parágrafo 1.º.

Artigo 10.º Á Companhia incumbe vigiar que o vinho exportado para Inglaterra não seja adulterado, para o que proporá ao Governo os regulamentos necessários.

Artigo 11.º A Companhia proporá ao Governo as modificações que julgar convenientes para a eleição, número, approvação, e tempo de exercicio de seus Directores.

Artigo 12.º Fica expressamente prohibido á Companhia qualquer transacção com o Governo; e os Directores que contravierem o disposto neste Artigo pagarão pelos seus bens as sommas porque houverem transactado; ainda quando essas sommas tenham sido satisfeitas pelo Governo.

Artigo 13.º os direitos de exportação são os seguintes:

Parágrafo 1.º Vinho de primeira qualidade de embarque 12$000 reis por pipa.

Parágrafo 2.º Vinho separado de primeira qualidade, ou vinho de segunda qualidade, um por cento ad valorem.

Artigo 14.º Ficam derogadas todas as Leis até aqui existentes na parte que vão de encontro ao disposto na presente Lei.

Sala das Cortes, 2 de Janeiro de 1838. – Macario de Castro – João da Silveira de Lacerda – Marino Miguel Franzini – Manoel Rodrigues Ferreira – Joaquim Pompilio Motta – José Lopes Monteiro – Valentim Marcollino dos Santos – Barão da Ribeira de Sabrosa, com declaração – Basilio Cabral – Leonel Tavares Cabral – Barão do Casal – Francisco da Paula Leite – R.F. Furtado de Mello – Francisco José Gomes da Motta – José Liberato Freire de Carvalho – José Joaquim da Costa Pinto – João Lopes de Moraes – Conde de Lumiares – J.I.P. Derramado – José Estevão Coelho – Theodorico José de Abranches – Francisco do Mont'Alverno – Visconde de Vera – J.P.S. Luna – J.P. Judice samora – José Maria d'Andrade – João Pedro Tavares Ribeiro – A. Joaquim Duarte Campos – Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento – João Victorino de Sousa Albuquerque – Bernardo Gorjão Henriques – J. Soares de Albergaria – R.J. Fernandes Thomás – L.M.M. da Silva – M.S. Raivoso – Antonio Manoel Lopes Vieira de Castro – José da Silva passos – José Joaquim da Silva Pereira – Manoel de vasconcellos Pereira de Mello.

∴

Lisboa, 8 de Janeiro de 1838– Projecto de Lei propondo a redução a 1% ad valorem dos direitos de saída sobre os vinhos nacionais para os portos da Europa e a redução em 50% dos direitos de entrada das pautas sobre as aduelas e arcos de ferro para a construção de pipas e tonéis.

Fonte: *Diário do Governo, 9 de Janeiro de 1838, n.º 8.*

Artigo 1.º Todos os Vinhos de produção nacional exportados pela barra do Douro para os portos da Europa, pagarão sómente um por cento ad valorem de direitos de sahida.

Artigo 2.º O Artigo 3.º do Decreto de 30 de Maio de 1834 fica nesta parte derogado, continuando em vigor o Artigo 1.º do Decreto de 20 de Abril de 1832.

Artigo 3.º As aduellas, e arcos de ferro para construcção de pipas, e toneis pagarão sómente por direitos de entrada metade do que se acha estabelecido nas Pautas.

Sala das Cortes, em 8 de Janeiro de 1838. Barão da Ribeira de Sabrosa - Visconde de Fonte Arcada – José Pinto Soares – João da Silveira de Lacerda – Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento – Joaquim Pompilio da Motta – Visconde de Beire – Cezar de Vasconcellos – António José Pires Pereira de Vera – José Joaquim da Costa Pinto – José Fortunato Ferreira de Castro – António José Pereira Leite – venancio Bernardino de Ochoa – Manoel de Vasconcellos

Pereira de Mello – José Joaquim pereira Derramado – José Lopes Monteiro – Fernando Maria do Prado Pereira.

∴

Lisboa, 4 de Março de 1838 – Parecer e projecto n.º 124 da Comissão especial dos Vinhos reorganizando a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro através do sistema de arrolamentos, provas, marcas e guias e do exclusivo da barra do Porto.

Fonte: *Diário do Governo, 13 de Março de 1838, n.º 56, p. 253.*

Por ordem do Congresso se publica o seguinte:

Senhores, a Commissão Especial nomeada para dar o seu parecer sobre o Projecto n.º 124 – que tracta da reorganização da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – vem hoje submeter á vossa deliberação o resultado das suas meditações.

A Commissão considerou o Projecto debaixo de dous pontos de vista: a saber, organisar uma Companhia com fundos sufficientes para poder exportar este genero precioso da nossa agricultura; e dar a esta Companhia obrigações, e vantagens para poder comprar o vinho que ficasse no mercado sem comprador.

Considerada a Companhia debaixo do primeiro ponto de vista, a Commissão não póde deixar desde já approvar a sua creação, pois que a Commissão entende, que á Companhia deveu aquelle paiz em grande parte a riqueza, e prosperidade, de que gosou por espaço de oitenta annos, o ter visto augmentar a exportação de cinco a sessenta mil pipas com o augmento de preço de 4 a 40, 60, 80 e 115$000 réis por pipa, e que deve considerar a lei que aboliu esta benefica instituição, como um daquelles actos menos reflectidos, que sempre apparecem em occasião de revoluções.

A Commissão reconhece, como reconheceu o grande Pombal, e o illustrado Congresso das Necessidades, que sendo a producção das vinhas do Alto Douro muito superior á necessidade do mercado, todas as suas vistas devem dirigir-se a procurar a este vinho novos consumidores, sendo, como é, difficil, ou impossivel diminuir a producção por meio da adopção de outro genero da cultura daquelle paiz é difficil, porque a agricultura do vinho obriga ao emprego de um grande capital fixo para a construcção de lagares, e vasilhas, e para a plantação das vinhas. Este capital fixo seria destruido, ou inutilisado com a mudança de agricultura. É impossivel porque a aridez do terreno em que se produz o vinho, não permitte outra cultura.

A Commissão reconhece, que só uma Companhia com fundos avultados pode emprehender a abertura de novos, e longinquos mercados, fazendo por este meio, que a necessidade dos consumidores tenda a igualar a producção. Se pois em theoria é sempre verdade, que uma Companhia pode melhor do que um negociante, emprehender negocios arriscados, por isso que expondo um grande capital, não arrisca a fortuna de todos os seus accionistas, como o negociante arriscaria a sua, ainda é mais evidente esta verdade applicada ao caso muito diminuto em relação ao numero dos exportadores, e que quasi toda a exportação é feita para Inglaterra, aonde sendo conhecida no acto da exportação a abundancia, ou escassez do mercado, o empate de capital é menor do que o seria, se por ventura se dirigisse esta exportação a mercados menos conhecidos. A Commissão, pois não duvidou um momento de Vos propor um Projecto de Lei tendente a reorganizar a Companhia com as condições acima designadas: que esta Companhia seja encarregada da qualificação do vinho, não para excluir dos mercados estrangeiros os vinhos de inferior qualidade; mas para que cada qualidade do vinho do Douro alli appareça com a marca que designe o seu toque. Tambem entendeu a Commissão que a exportação pela foz do Rio Douro deve ser tão sómente permittida ao vinho qualificado, não se prohibindo aos outros vinhos a exportação pelas barras de Aveiro, Figueira, Lisboa, e quaesquer outras para todos os portos do mundo: sendo certo que a exportação destes vinhos se faz por muito menor preço, tanto pelo que respeita a conducção, como aos direitos de sahida por estas barras, do que pela do Porto, segue-se que esses vinhos só alli podem ser levados, com o fim de adulterar o vinho do Douro, cujos proprietarios tem direito de exigir, que a qualidade do seu vinho seja garantida por uma Lei, que proteja o que é sua propriedade. É pois debaixo deste ponto de vista, que a Commissão propõe a restricção que acima se menciona.

Como a Companhia é obrigada a despender sommas consideraveis no arrolamento, provas, guias, e marcas do vinho, a Commissão julgou dever indemnisa-la dessa despeza, visto que por agora lhe não concede as vantagens que outr'ora gosava, e das quaes tirava os fundos para o supprimento desta despeza. A Commissão lisonjêa-se de ter achado um meio de attender à despeza acima referida sem gravame dos contribuintes, ou do Thesouro. É este meio o pagamento de 400 réis por pipa que descer o Douro, que seja destinada a consumo, quer a exportação, abatendo-se esta somma nos direitos que houver de pagar, segundo o seu destino. Ora como muito do vinho que entra na Cidade do Porto para consumo, ou não paga, illudindo a fiscalização, ou paga como vinho verde, não o sendo, e como algum vinho que desce o rio Douro para exportação, vai ser embarcado em Aveiro, subtrahindo-se assim ao pagamento do direito de 12$000 réis por pipa, a que por lei é obrigado, segue-se, que sendo pelo methodo proposto os tributos rigorosamente fiscalisados, o Governo não diminuirá a sua renda, apesar do desconto proposto.

Quanto á segunda parte do Projecto, esta é dar vantagens à Companhia, e estabelecer-lhe obrigações, como se acha exarado nos Artigos 9.º, e 8.º, parágrafo 2.º: a Commissão reconheceu as difficuldades que tinha a superar, e procurou obter esclarecimentos aonde quer que os encontrasse. Examinou attentamente as representações de vinte e tantas Camaras, que desde Chaves até Penafiel, pedem a adopção do Projecto; leu as Representações de muitos Cidadãos distinctos por saber, e patriotismo, que concluem da mesma maneira: meditou os differentes impressos, que, sem assignatura se tem distribuido, e dirigindo mais particularmente a sua attenção sobre aquelle que parece impugnar o Projecto, viu que na ultima carta se lhe apresentam bases para uma Companhia, á qual na decima terceira base se concede a mesma vantagem, que o Projecto que a Commissão está encarregada de examinar, facultava no Artigo 9.º, e que são ainda maiores as restricções aconselhadas naquellas bases, do que as exaradas no vosso Projecto: conclue pois a Commissão de todas as quantas informações tem podido obter, que o Projecto é por todos, quantos tem emittido a sua opinião, approvado com a única divergência e é esta: organisar a Companhia velha, ou formar uma Companhia nova. A Commissão não duvida juntar a sua opinião á opinião da grande maioria dos Cidadãos, que sobre este objecto tem pedido ao Congresso a reorganisação da antiga Companhia. Só ella differe as vantagens de um grande capital fixo empregado nos objectos necessarios a este commercio. Só ella offerece uma grande massa de vinhos velhos, que se torna indispensavel para o adubo dos vinhos novos, e por último só ella offerece um credito já adquirido nos mercados estrangeiros.

Em vista do exposto, poderia a vossa Commissão adoptar o Projecto na generalidade das duas differentes partes, sobre que elle é baseado; mas sendo muitas e complicadas as medidas, que seria necessario empregar para remediar os males causados pela extincção da Companhia, e para os evitar de futuro, a Commissão entende que nesta Sessão não se deve tractar da Segunda parte do Projecto; mas que deve ser remettido ao Governo, para que sobre elle mande ouvir não só todas as camaras que representaram, mas tambem aquellas que ainda não o fizeram; sendo comtudo affectadas directa ou indirectamente com adopção do Projecto, bem assim as associações mercantis, e os lavradores, que em particular ou em reuniões publicas queiram offerecer suas opiniões.

Assim espera a Commissão obter a vossa approvação propondo para entrar em discussão aquella parte do Projecto n.º 124, que não offerece contestação, e pedindo esclarecimentos sobre a outra parte; preparando, assim, trabalhos para que as Cortes ordinarias possam com cabal conhecimento discutir a parte da materia, que fica addiada: dando um remedio que o terreno mais povoado e outrora mais rico reclama dos seus representantes.

Projecto de Lei

Artigo 1.º A Lei de 30 de Maio de 1834, que extinguiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro fica derogada. A Lei de 17 de Março de 1822 sobre a reforma da Companhia fica, desde já, e por espaço de vinte annos, em vigor na parte, que tracta de arrolamentos, provas e guias do vinho do Alto Douro.

Artigo 2.º Estes arrolamentos, e provas serão feitos pelo modo estabelecido na citada Lei, e regulamentos, a que ella se refere.

Artigo 3.º Só a Companhia poderá dar guias ao vinho de embarque, nas quaes se note a sua qualidade, para o que proporá ao Governo as medidas que julgar necessárias.

Artigo 4.º Fica prohibida qualquer exportação de vinho pela barra do Porto, que não for guiado na forma do Artigo antecedente.

Artigo 5.º Para satisfazer ás despezas que a Companhia é obrigada a fazer com o arrolamento, provas, guias, ou marcas, perceberá (sic) 400 réis por cada pipa de vinho que tiver recebido guia. Estes 400 réis serão descontados dos direitos de consumo ou exportação.

Artigo 6.º A Companhia poderá promover o augmento dos seus fundos por meio de acções, pedindo ao Governo a authorisação precisa, e propondo-lhe o mais que fôr preciso para execução da presente Lei. Sala da Commissão, 4 de Março de 1838. – Lopes Monteiro – Valentim Marcellino dos Santos – Barão da Ribeira de Sabrosa – João da Silveira Lacerda – Macario de Castro – José Fortunato Ferreira de Castro – João Victorino de Sousa Albuquerque – Visconde da Fonte Arcada – Alberto Carlos Cerqueira de Faria (com declaração) – Bernardo Gorjão Henriques – Roque Joaquim Fernandes Thomaz (com declaração) – Lourenço José Moniz – Leonel Tavares Cabral – A.C. de Sá Nogueira (vencido).

∴

Lisboa, 7 de Abril de 1838– Lei que restaura a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por um período de 20 anos, com a competência dos arrolamentos, provas, marcas e guias e o exclusivo da barra do Douro.

Diário do Governo, 9 de Abril de 1838, n.º 85, p. 351.

Dona Maria por Graça de Deos, e pela Constituição da Monarchia, RAINHA de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos Subditos, que as Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes Decretaram, e Nós Sanccionamos a lei seguinte:

Artigo 1.º A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, extincta pela Lei de 30 de Maio de 1834, fica de novo estabelecida pelo espaço de vinte annos. A esta Companhia porém compete sómente fazer o arrolamento e provas dos Vinhos do Alto Douro, e

por marcas, e dar guias aos mesmos Vinhos conforme as Leis de 17 de Maio de 1822, e 20 de Dezembro do mesmo anno, modificadas pelas resoluções de 6 de Dezembro de 1824, e 11 de Novembro de 1825, que prescreveram os methodos das provas.

Artigo 2.º Pela barra do Douro somente poderá ser exportado o Vinho que for approvado, e tiver guia da Companhia.

Parágrafo único. O Vinho actualmente armazenado no Porto, em Vila Nova de Gaia, e no Douro, deverá ser manifestado logo depois da publicação desta Lei, e poderá ser exportado pela barra do Porto, sem guia, ou com ella, se tiver sido qualificado.

Artigo 3.º Para satisfazer ás despezas que a Companhia é obrigada a fazer com o arrolamento, provas, guias, ou marcas, perceberá quatrocentos réis por cada pipa de vinho que tiver recebido guia. Estes quatrocentos réis serão descontados no pagamento dos direitos de consumo ou exportação, ficando a Companhia obrigada a dar annualmente contas ao Governo da receita e despeza, e a entregar-lhe o saldo quando o houver.

Artigo 4.º A Companhia poderá promover o augmento dos seus fundos por meio de acções, para o que pedirá ao Governo a authorisação necessaria, e proporá o mais que for necessario para a execução desta Lei.

Artigo 5.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as Authoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio das Necessidades aos sete de Abril de mil oitocentos trinta e oito – RAINHA com Rubrica e Guarda. – Antonio Fernandes Coelho.

∴

Lisboa, 10 de Julho de 1839 – Projecto de Lei do deputado José da Silva Carvalho, apresentado na Sessão da Câmara dos Deputados de 10 de Julho, onde propõe a abolição ou redução de direitos sobre os vinhos e a destruição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Fonte: Diário do Governo, 12 de Julho de 1839, n.º 163.

Senhores Deputados: - A Companhia dos Vinhos do porto achava-se em 1834 sem os tres principaes privilegios ou exclusivos, que por muitos annos lhe haviam assegurado a existencia: o termo da sua duração estava proximo, quando o Governo pelo Decreto de 30 de Maio daquelle anno extinguiu de todo o resto desses privilegios, juntamente com os direitos e

alcavas, que entropecião o commercio do importante producto do vinho do Douro. Este genero ficou desde então unicamente sujeito ao Subsidio Litterario, e a um direito de saída ou de consumo.

Foram expostos no preambulo daquelle Decreto os fundamentos desta medida salutar, e a practica dos primeiros tres seguintes annos demonstrou o acerto do pensamento que dictára a determinação. Mas subsequentes medidas governativas de tendencia opposta, combinadas, ou talvez fundadas em occasional diminuição de consumo, produziam a mal fundada crença de que a extincção da Companhia fôra irreflectidamente decretada.

Para generalisar tal persuação sobejavam os agentes: muitos individuos tinham vivido dos enormes abusos do estabelecimento, e natural era que todos elles avidamente aproveitassem o ensejo de desacreditar a medida, que immolava ao interesse publico seus interesses particulares.

Em assumptos desta natureza nada valem as theorias se os factos as não confirmam; e é facto innegavel que nos annos de 1834, 1835, e parte do de 1836 tiveram os lavradores venda dos seus vinhos, e preços muito regulares: esta vantagem seria desde logo muito maior se tivera sido isenta dos direitos de saída a qualidade secundaria daquelles vinhos, taes como os que ordinariamente têem mercado no Brasil. Esta obra ficou reservada para outras mãos, e honra seja a quem ousou efeitua-la.

Não é com tudo possivel deixar de ponderar que o Decreto de 2 de Novembro de 1836, pelo estabelecimento de barreiras, e direito de consumo pago á entrada do vinho na cidade do Porto, ou em Villa Nova de Gaia, fosse qual fosse o seu futuro destino, exigindo ao mesmo tempo igual pagamento de todo o genero que se achava em deposito, estagnou inevitavelmente todas as transacções com grave prejuizo da lavoura.

É certo que esta última medida não pôde ter execução, e nesta impossibilidade está a sua principal censura: tão pouco a teve o decreto de 30 de Novembro daquelle anno, que mandou estampar a marca de segunda qualidade nas vasilhas dos vinhos que se exportassem para o Brasil; mas a inexecução não é o effeito único de taes medidas: a desconfiança, o temor, e a instabilidade, seus resultados infalliveis começaram então, e ainda não cessaram de existir.

Varias outras medidas se seguiram a estas, e todas mais ou menos nocivas, ou inopurtunas, até que finalmente appareceu a Lei de 7 de Abril de 1838 restituindo á Companhia os arrolamentos, as provas, as guias, as marcas, de que fôra encarregada pelas leis de 7 de Maio, e 20 de Dezembro de 1822, e resoluções de 6 de Dezembro de 1824, e 11 de Novembro de 1825. Para satisfazer a estas despezas ficou á disposição da Companhia a somma de quatro centos réis em pipa, que devia deduzir-se dos direitos.

Continuou pois pesando sobre a lavoura e commercio, o antigo onus daquelle estabelecimento exclusivo, sem nenhum dos seus encarecidos beneficios. Augmentados desta

maneira os estorvos, que à annos se sentem pela superabundancia de quasi todos os productos agricolas, e fabris, resurgiu a idéa opressora de dar á Companhia, ainda outra vez, o exclusivo das agoa-ardentes, allegando-se que sem isto não poderia ella comprar os vinhos, que o commercio rejeitava em grande menoscabo dos productores; o que importa a falsa idéa de que o commercio não manufactura agoas-ardentes. Há sobre a mesa uma parecer em que, se não me engano, se propõe essa concessão.

O objecto das minhas cogitações não só este ramo de agricultura nacional, como em todos os outros, é abrir o maior consumo aos nossos productos; e este intuito, que encerra toda quanta protecção se lhe pode dar, é o que eu tenho, apresentando hoje á Camara um Projecto de Lei, que evite o estado artificial, e ruinoso, em que me parece se pretende de novo collocar o commercio dos nossos vinhos do Douro.

Em portaria de 13 de Agosto de 1834 foi restabelecida a salutar providencia das Cortes de 1820, que favoreceu a navegação, isentando de direitos a carga que saisse de nossos portos em navio Portuguez de primeira viagem. O Governo quis assim promover indirectamente a exportação dos vinhos para o Brasil, os quaes não podiam com o direito de doze mil réis. Não correspondeu o resultado ao intento, porque os navios favorecidos preferiam os portos d'Inglaterra. foi necessário fomentar directamente aquella exportação; e feito isto, a saida do genero, em que o anno immediato foi de sete a oito mil pipas para os portos do Brasil. Medidas directas de liberdade, e não restricções são as unicas que podem promover o consumo de todos os productos.

Com este pensamento, único reconhecido util pela practica de todos os Governos esclarecidos, proponho algumas medidas, cuja adopção não pode deixar de comprometter a existencia da Companhia, embora tenha ella sido ainda o anno passado decretada por vinte annos. Escravo da minha convicção, e persuadido de que esta há de operar nos animos dos outros como opéra no meu, entendo que seria trahirme a mim proprio deixar de patentea-la. A experiencia mostra claramente que os arrolamentos, e as provas cometidas á Companhia, só tem por effeito estagnar por trez mezes em cada anno o importante commercio de vinho, o qual felizmente este anno, graças ao incompleto da Legislação, foi comprado, apesar desses arrolamentos e provas, como se realmente não tivessem existido.

Accresce ainda, para corroborar os meus principios, a circumstancia mui ponderosa de que a Companhia nem convocou seus Accionistas, e credores, nem praticou acto algum preparatorio dos que a Lei lhe recomendava para a reconstrução de seu estabelecimento mercantil. Consistiram suas diligencias em conseguir privilegios novos, e se obtiver o das agoas-ardentes, cujo Projecto já está lavrado, não deixará de procurar outros até os alcançar todos. Este é o espirito daquella Corporação, e ninguém desconhecerá que a tal espirito deveu ella o funesto influxo que exerceu nos destinos deste paiz. Não procurou novos Accionistas,

nem os póde achar. Para manter-se carece de um exercito de privilegios. Esse das Agoas-ardentes, que agora solicita, fará imenso estrago á agricultura e ao commercio.

As suas guias, as suas inspecções, e mais actos de intoleravel ingerencia, que se oppõem á livre direcção do commercio só servem para affugentar capitaes, porque o emprezario, e o Capitalista evitam o exercicio de uma industria escravisada, quando tem outro caminho que seguir.

O resultado da conservação, e pureza dos vinhos do Douro, fantastico baluarte em que este cruel monopolio por tantos annos se sustentou, fulminando a industria do lavrador activo, e do commerciante, é perfeitamente livre da acção, e poderio da Companhia. A sua marca nos mercados d'Inglaterra não tem o valor de primeira ordem, e a prova disto consiste na decadência da sua exportação para os ditos mercados, em quanto a de casos particulares ganha em credito diariamente. Refiro-me ao que acontecia antes de 1832, porque então para cá não vale este objecto a pena de mencionar-se; poucas das casas mais medianas exportam hoje menos que a Companhia, não obstante possuir ella ainda antigas massas de vinhos, e conservar em londres a sua agencia.

Apesar de tudo isto encarece ella o grande aperfeiçoamento que obterá o vinho, monopolisando a agoardente com que deve adubar-se, e que lhe apraz denominar de superior qualidade, inculcando que este titulo pertence á fabricada por sua conta: asserção contradictoria, e destruida por tudo quanto a experiencia tem ensinado. Nas duas épocas de Liberdade, em que se fez cessar o monopolio, appareceram nas provincias vinhateiras, capitaes consideraveis empregados em maquinas de distilação, que se aperfeiçoavão de dia em dia, dando em resultado nestes curtos intervallos um progresso que não tem paralelo nos tempos da Companhia.

Estes capitaes, que como de improviso appareceram logo no ramo da distilação, são mais um documento de que em geral no commercio dos vinhos não faltão meios de costeamento nem falece aos negociantes toda a intelligencia necessaria, como acontecia ao tempo do estabelecimento desta corporação, e muitos annos depois, Inglezes havião descuberto o merecimento da uva do Douro, elevaram a sua exportação de alguns centos de pipas a umas vinte mil, por que já orçava annualmente pelo meado do século 18, este commercio era seu, e o segredo da preparação elles o guardavão, e os seus agentes: hoje uma e outra cousa é tanto d'inglezes como de portuguezes. Casas commerciantes de vinhos são inglezas e portuguezas assim nos nossos portos como nos d'Inglaterra: Commissarios, Agentes, e Corretores de ambas as nações: a industria rivalisa com a industria, e os conhecimentos uns com os outros. Se entre nós ainda carece de algum auxilio, e protecção é o da liberdade, porque nada mais absurdo do que suppor no dia d'hoje que haja negociantes tão nescios, que mandem vinhos de secundaria qualidade aonde só tem mercado os superiores, e vice versa. Isto aconteceu sob o regimen da

Companhia, absurdo que a nação pagou com a perda do consumo do Brasil, aonde ella deixou tomar o passo aos vinhos do Mediterraneo, por não querer amoldar-se ao novo gosto do paiz. Felizmente uma lei de liberdade acaba de nos restituir este consumo.

Pelo que toca aos vinhos superiores, estes, em consequencia do systema dos approves quantitativos seguido pela Companhia, saiam, compequenas differenças, um só vinho, e como que de um só tonel; ficando desconhecidas as mui variadas qualidades, e denominações deste genero, que no de outros paizes tanto desafiam a procura e multiplicão o consumo. É doloroso considerar que isto acontecia quando o terreno das vinhas do Douro produz mui differentes qualidades de uva, das quaes se podem extrahir vinhos mui diversos em sabor, em cheiro, e outras propriedades, e do maior merecimento para serem levados a todos os mercados do mundo.

Mas debalde se pretenderá conseguir a desejada e possivel perfeição nas qualidades comparativas, e absolutas do vinho do Douro, se se não removerem os tropeços que a isso obstão, sujeitando o genero a uma politica tirannica, que bem se pode affirmar que o subtrae ao dominio do seu dono. As liberdades que dezejo trazer em auxilio da cultura, as solicito, para ser consequente, a favor do commercio, de cujas mãos recebe o genero o mais bem calculado aperfeiçoamento em relação ao gosto dos mercados.

Por estes motivos não exito em propôr a abolição do direito de consumo na Cidade do Porto, e Vila Nova de Gaia, aonde a fiscalização deste direito oppoem grandes obstaculos á livre feitoria, e manipulação de vinhos.

Já por dous modos foi ensaiada a arrecadação deste direito, ou por contracto, ou por conta da fazenda com o estabelecimento de barreiras; o thesouro lucrou igualmente pouco por um e outro; e o único sensivel resultado foi o entorpecimento de giro mercantil tanto para consumo como para exportação. pode encarecer-se o desfalque do thesouro na somma correspondente ao direito de consumo, porém é preciso considerar que este desfalque não passa de uma quimera. Abolidos todos os tropeços a este commercio fica tambem abolida a despeza, que para o sustentar, sai dos cofres publicos, despeza de quatrocentos réis em pipa na totalidade do vinho d'exportação, e consumo, porque se pagão as inspecções da Companhia; despeza de manutenção de uma guarda numeroza, e de agentes, fiscaes, e malsins, com que se distrahe uma grande parte do rendimento dos direitos. Acresce a isto, e é o principal motivo da minha proposta, que a consequencia desta franqueza e protecção, é de necessidade o maior consumo no interior, a maior exportação, e em resultado geral o augmento da cultura, e dos interesses do lavrador, donde provêm necessariamente maior, e mais suave percepção ao Thesouro nacional. Os factos abonão a verdade destas theorias, que são fundadas em principios hoje familiares aos menos versados em economia e administração.

Cumpre fazer apparecer nos mercados distantes, a maior abundancia dos nossos vinhos, cumpre igualmente abrir-lhe mercados novos: eis o grande empenho das nações commerciaes e industriosas, e para o conseguir não há sacrificio que não fação, porque todos vai o resultado com este intuito proponho a livre saída deste genero para todos os portos de fora da Europa, como foi determinado pela Carta de Lei de 5 de Maio de 1837, com o simples direito de um por cento, mas tiro-lhe as restricções do Artigo 3.º da mesma Lei, que a tornão quasi inutil. Fundão-se estas restricções no principio da reciprocidade, e de favor, a certas bandeiras, principio que poderia ter logar em uma Lei de navegação, mas que ao caso presente, tendo exacta observancia, vem a castigar os productores, e commerciantes nacionaes no embaraço invencivel que oppõe á exportação, onerando-a de direitos com que não pode. Factos recentes ocorridos no Porto provão evidentemente esta asserção.

Para a Inglaterra e para o Brasil poderia o nosso vinho ter mais saida, se em um e outro paiz gosassemos de algum favor nos direitos de entrada. Em quanto ao primeiro, qualquer diminuição, que o Governo Inglez venha a conceder nos seus direitos de consumo, pode ter correspondida por outra diminuição da nossa parte nos direitos de saida; e no segundo, como as quantidades secundarias que para lá se exportão pagão unicamente o direito de um por cento, que não pode ter diminuição, importaria fazer ao Brasil quaesquer concessões em alguns dos seus generos, que mais importamos.

Para a Europa tambem se deveria fazer alguma concessão rasoavel em navios de primeira viagem de uma certa lotação, e em geral poderia ser totalmente livre de direitos por saida a agoa-ardente nacional.

O effeito de todas estas medidas não pode deixar de ser importantissimo para as duas industrias commercial e agricola, os quaes, como fica dito, definhão pelas restricções, e só prosperam á sombras da Liberdade. A tendencia a dar emprego a capitaes em especulações grandes está conhecida em Portugal, é preciso que haja confiança na prosperidade de taes especulações, e seguramente a haverá naquellas a que estamos accostumados, e que por assim dizer, são proprias do nosso solo. Novas, e menos naturaes nos são emprezas de pescrias, de navegação por vapor e instituições de Bancos; e sem embargo disso os capitaes affluem a ellas com grande proveito da Fazenda Publica, e augmento das fortunas individuaes. Estes estabelecimentos auxilião-se mutuamente pela communicação de interesses que os especuladores de todos melhor entendem, em melhor procurão do que ninguem. Promovamos a creação e subsistencia de todos, e deixemos-lhes a facilidade de mutuo auxilio. Ainda há pouco tempo vimos o Banco do porto tomar a braços a protecção da lavoura, e commercio dos vinhos, e salva-los da ruina, quando uma crise mercantil, communicada de paizes estrangeiros, ameaçava não só este ramo mas o commercio em geral.

Eis aqui no que consiste a verdadeira protecção, a única efficaz, porque irmana os interesses, e dá confiança ás especulações, por um recurso seguro nas adversidades commerciaes, cujo receio abala principalmente os animos daquelles, que não estão acostumados a aventurar-se a emprezas de maior escala.

Para assegurar esta confiança, é indispensavel a convicção da permanencia: a instabilidade é a morte do commercio, do credito, e da industria. Por este lado não posso deixar de julgar uma calamidade publica, a existência da Companhia, porque ameaça a prolongação desta instabilidade na lucta que jamais acaba da liberdade contra o privilegio. A Companhia foi extincta de direito, mas não morta. Pelo contrario, dirigio sagazmente os meios que lhe restavam para ir ganhando ascendencia, e conquistar a sua ressurreição. Pode conseguir do Governo o pagamento de setecentos e tantos contos de réis, dos quaes bem perto de quinhentos provinhão de viveres e dinheiros fornecidos ao exercito de D. Miguel, que ella seguira abandonada no Porto, com seus cartorios e capitaes. A Lei de 7 d'Abril a reanimou, e já hoje a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro se abalança a pedir o exclussivo opressor da agoa-ardente para o adubo dos vinhos d'embaque, e do consumo, mais oneroso do que nunca o gosara, justamente quando ella nem possue os depositos do genero, nem os mais correspondentes de distillação, nem os capitaes indispensaveis para tudo isto.

Como seria possivel hoje, depois de conhecidas com as vantagens da extincção dos monopolios, depois de onerados tantos novos interesses, sujeitar o negociante a comprar sem escolha, n'um ponto determinado, não a quantidade que precise, mas a que lhe impõe o vendedor, podendo alias ter melhor e mais barato o genero que procura?

Como há de o Lavrador sujeitar-se a desembolsos forçados na occasião que maior necessidade tem de apurar dinheiro para os novos amanhos?

Quem não hade revoltar-se contra a vontade caprichosa, que marca o tempo de transporte de vinhos do Douro para o Porto na estação mais impropria?

Como hade o negociante comprar o genero a um lavrador, e a habilitação para o embarque a outro, dando assim ao mesmo genero um augmento do preço artificial, ou absurdo?

Como continuará a tolerar-se o uso de guias para a simples mudança de uma vasilha de um local para o outro, os manifestos, os varejos, os balanços, e outros mil vexames que ameaçam o negociante a cada passo de uma multa, ou de se lhe fechar o armazem?

Será acaso tudo isto para multiplicar o consumo do genero, ou alias será isto necessário para a única percepção de um simples direito de saida?

É pois indispensavel remover para longe idéas de combates, e reacções, de patronatos, e oppressão, e sobretudo a desconfiança que nasce da instabilidade das cousas. Se queremos fomentar todos os ramos da nossa industria, e dar correspondente protecção ao que mais vale,

façamos a respeito dos vinhos do Porto o que vamos fazendo a respeito das outras industrias, aliviando de direitos alguns generos de consumo geral nos grangeios das vinhas, facilitando as communicações internas, e assegurando a economia na producção. Deixemos lidar o commercio no empenho de achar o seu equilibrio depois de rotos os diques artificiais, que por tantos annos o suffocaram nem nos assuste o fluxo e refluxo a que está sujeito inevitavelmente, e que produz as alterações que parecem afligir os que desconhecem ou fingem desconhecer a sua natureza.

Renovar a Companhia para obstar a estes inconvenientes, é restabelecer a causa perpetua da enfermidade; nem isto são asserções gratuitas; a experiencia nos mostra que a Companhia nada influe nas fortunas dos proprietarios das vinhas, embora se queiram confundir vantagens, que derivaram do estado de guerra prolongada na Europa, com os monopolios e regulamentos da Companhia.

Apesar das ponderadas difficuldades de dentro e de fóra do reino, assim mesmo se vendeu toda a colheita de 1837, e é facto que no fim do anno correspondente, já o Douro não tinha vinho para o seu proprio consumo. Vendeu-se toda a colheita de 1838, e já por melhores preços que a antecedente, não obstante o que inexactas informações fizeram com que alguem proferisse nesta Camera que dessa colheita se não podia vender uma pipa de vinho.

Do que fica referido, e de muitas outras considerações, que seria prolixo ennunciar aqui, e que terão por ventura logar na discussão, não pude deixar de concluir que attendendo as alterações frequentes no commercio em geral, e com alguma especialidade ás provenientes de causas domesticas, e até relativas ao genero de que se tracta, é obvio que a prosperidade delle depende, não de estabelecimentos artificiaes diametralmente oppostos á liberdade do seu tracto e producção, mas de uma liberdade protectora, permanente, e progressiva que convide os especuladores ao emprego dos seus capitaes pela facilidade dos consumos, e da extracção, e auxilio nos mercados estrangeiros. Pelo que me pareceu de alta conveniencia que fosse convertido em lei o Projecto seguinte:

Artigo 1.º É abolida a inspecção dos arrolamentos, guias, e marcas, dada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro pela Lei de 7 de Abril de 1838, e abolido o igualmente imposto de 400 réis em pipa, que a mesma Lei lhe concedeu para a despeza da dita inspecção.

Artigo 2.º É abolido o direito de consumo de vinhos na Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia.

Artigo 3.º Fica livre a exportação dos vinhos do Porto para todos os paizes fora da Europa pagando o simples direito de um por cento em conformidade do Artigo 3.º da lei de 5 de Maio de 1837; mas são abolidas todas as restricções declaradas no mesmo Artigo sobre reciprocidade e preferencia de bandeiras.

Artigo 4.º É o Governo authorisado para diminuir os direitos do vinho por saida para os portos d'Inglaterra logo que obtenha daquelle consumo dos nossos vinhos, dando conta ás Cortes na primeira Sessão seguinte.

Artigo 5.º É o Governo authorisado a diminuir o direito de entrada de qualquer ou quaesquer generos do Brasil, logo que obtenha uma diminuição especial dos direitos de consumo dos nossos vinhos, dando conta as Cortes na forma do Artigo precedente.

Artigo 6.º As carregações completas de vinhos, que forem navegados para os portos da Europa em embarcação de construção portugueza da primeira viagem, que não seja menor de dozentas toneladas pagarão somente metade dos direitos de saida.

Artigo 7.º A exportação de agoardente nacional é isenta de todo e qualquer direito de saida nos portos do reino, e pagará unicamente um por cento de entrada e consumo nas nossas possessões de Ásia e África.

Artigo 8.º A acção e ingerencia da Alfandega do Porto para fazer effectiva a cobrança de direitos de saida dos vinhos, fica reduzida á que se exerce na exportação de quaesquer outro genero de commercio.

Artigo 9.º Fica revogada toda a Legislação em contrario. Lisboa, 10 de Julho de 1839. José da Silva Carvalho, Antonio Luiz de Seabra.

∴

Lisboa, 30 de Março de 1840 – Decreto de Rodrigo da Fonseca Magalhães suspendendo a cobrança do suplemento do imposto de consumo de 2$520 lançado pela Câmara Municipal do Porto.

Fonte: *Diário do Governo, 1 de Abril de 1840, n.º 79.*

Continuando a subir á Presença de Sua Magestade as Representações de varias Câmaras Municipaes do Douro, que todas contém queixumes contra o novo imposto de 2$520 réis em pipa, que a Camara Municipal da Cidade do Porto lançou sobre o consumo dos vinhos, além dos onus a que já se achava sujeito; e allegando-se nas ditas Representações como motivos dignos de attenção, que tal imposto não póde deixar de trazer como resultado a desgraça total da cultura das Vinhas; pelo que o respectivo Conselho de Districto annulou a decisão da Camara Municipal, declarando illegal o tributo sobre o recurso que os Negociantes da Cidade interpuzeram perante elle, como competente para conhecer e decidir do objecto: e Considerando por outra parte que os Procuradores Geraes da Coroa e Fazenda differem de opinião sobre a legalidade ou illegalidade da imposição (se bem que ambos concordam na

competencia da authoridade do Conselho de Districto) porque um e outro dão diversa intelligencia ao artigo 82.º, n.º 5, parágrafo 3.º, do Codigo Administrativo, e á lei de 26 de Setembro de 1837, um reconhecendo legal a resolução da Camara, e o outro a do Conselho de Districto, no que também é conforme o Administrador Geral do Porto: por estes motivos, e porque no caso duvidosos em que o negocio se apresenta seja necessaria uma interpretação da lei, sobre o assumpto, não pode deixar de influir poderosamente na fortuna e subsist~encia de numerosas familias, ou antes de uma população inteira, pois bem sabido é que no estado de superabundancia de qualquer producto, qual o dos Vinhos daquela parte do Reino, recahe o imposto directamente sobre o productor, vindo assim uma Camara a lançar impostos sobre os habitantes de outra Camara: Ordena Sua Magestade que desde logo se suspenda a cobrança do referido imposto de 2$520 réis em pipa de vinho do consumo na Cidade do Porto, até que este importante objecto seja devidamente levado ao conhecimento do Corpo Legislativo, ficando por agora sem effeito a Portaria de 19 de Novembro de 1839, expedida por este Ministerio. o que a Mesma Augusta Senhora manda communicar ao Administrador Geral do Porto para sua intelligencia e effeitos necessarios. Palacio das Necessidades, em 30 de Março de 1840. - Rodrigo da Fonseca Magalhães.

.:

Lisboa, 3 de Maio de 1839– Relatório e projecto da Comissão Especial dos Vinhos que reforma a Companhia de 7 de Abril de 1838 com a atribuição do exclusivo das aguardentes.

Fonte: *O Periódico dos Pobres no Porto, 22 e 24 de Maio de 1839, n.ºs 119 e 121.*

Relatório

Senhores. – A Commissão Especial dos vinhos, encarregada de examinar, e interpor o seu parecer sobre o estado decadente a que se acha reduzido o mais valioso produto da nossa agricultura, tem hoje a honra de submetter á vossa consideração o resultado de seus trabalhos. Melindrosa, dificil tarefa, em verdade, lhe foi imposta. Muitos e váriados conhecimentos era mister possuir, e que nela falecem para que o parecer que vos vai ser patente, trouxesse o cunho da perfectibilidade. Todavia, o desejo de satisfazer de alguma forma a vossa confiança; a imperiosa necessidade de ocorrrer de pronto ao tristissimo estado de penúria a que já estão reduzidas tantas familias honestas, e que igual sorte ameaça tantas outras, foi motivo mais do que sufficiente para a vossa Commissão, sem respeito á difficuldade da matéria, se animasse apresentar-vos as suas idéas, o seu pensamento, certa de que a Camara relevará as suas faltas, e a sua sabedoria corrigirá, ou no todo ou em parte, este complicado trabalho.

Senhores: muito desejou a vossa Commissão apresentar-vos medidas legislativas, complexas, uniformes, que abrangessem a todos os Districtos Vinhateiros do país, que animadoras fossem dar vida a essa amortecida agricultura; mas conheceu que a posição geográfica de cada um desses Districtos, a variadíssima qualidade dos seus vinhos; seu custeio e amanho; as diferentes produções além do vinho, que uns produzem em vantagem a outros; as relações commerciaes já estabelecidas, ou a estabelecer, erão tão variáveis, que erro seria aplicar a todos as mesmas medidas, que para serem proficuas devem ser baseadas em relação ás peculiares circumstancias que lhes disserem respeito. Nestes termos, sem perder de vista os interesses gerais desses Povos, que fazendo parte da família portugueza, não merecem menos os desvelos dos Representantes da Nação: limita-se por ora apresentar aquellas que urgentes se tornam ao Comércio e Agricultura dos Vinhos do Douro. As energias, e bem fundadas suplicas das Camaras Municipais de Lamego, Régua, Armamar, Provesende, Canelas, Mesão Frio, Sabrosa, Amarante, Alfarela, Chaves, Cerva, Villa Pouca de Aguiar, e tantas outras no mesmo sentido, que não cessam de ser dirigidas á Câmara, e bem assim as de vários Povos e Lavradores do Douro, que patenteando o estado violento a que se vêem reduzidos, sem os meios indispensaveis de occorrerem às precisões da vida; reduzidos a fome, sem poderem com os encargos publicos; as suas montanhas, com tanta indústria e despezas, arroteadas, em vésperas de se tornarem incultas, por ser o vinho o único produto do seu sólo, e o menos apto a outra qualquer cultura; tudo isto, Senhores, que é tanto mais lamentável, quanto é certo não estar longe da realidade, pareceu á Commissão achar-se num caso excepcional, e que com preferencia devia pôr remédio. O riquissimo comércio dos vinhos do Douro existiu pelo estabelecimento da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, desde 1756 até 1834, debaixo da direcção de regulamentos particulares, e da protecção daquelle fortissimo Banco Comercial; apesar dos defeitos que tinham esses regulamentos, e mesmo abusos, que exercitou esse banco, o vinho do Douro, reduzido antes do estabelecimento da Companhia ao mais infimo estado de depreciação a que o havia levado a avareza e conluio dos Feitores Inglezes, prosperou em todos os seus ramos o valor do género, o valor das terras triplicou: propriedades até então estéreis, ou inúteis, reduzidas foram a cultura; pela barra do Porto entraram riquezas immensas, que difundiram nas três Províncias do Norte a felicidade, e abundância; a população aumentou, e o Thesouro ainda colhe no seu commercio um dos mais pingues réditos do Estado. E forçoso é confessa-lo, nas crises porque a nossa Patria à passado, os Cofres deste banco estiveram sempre abertos a ocorrer ás urgências publicas. Os valiosos serviços ultimamente prestados no memorado Cerco do Porto sirva de prova, se por ventura carece dela, o que por todos é sabido.

O Decreto de 30 de Maio de 1834 menos reflectidamente destruiu de repente esses regulamentos, essa Companhia. Uma grande calamidade pública, uma enorme perda Nacional

no bárbaro incêndio de quase 20 000 pipas de vinho, o roubo nos depósitos particulares de Villa Nova de Gaya, feito pelas tropas do Usurpador, no longo assédio da Cidade Invicta, não deixou de sentir logo os efeitos desse novo sistema: todavia, preenchida essa falta, de repente apareceu no mercado uma superabundancia tão considerável de vinhos tão execedente ao consumo, que a depreciação, ou o nenhum valor das colheitas regulares dos vinhos do Douro foi a consequência necessária. Em tão melindrosas circunstâncias, em que o bem-estar daquelle país, e até mesmo a tranquilidade pública se acha altamente compromettida, intende a Commissão que existe o mal: 1.º na falta de um Banco, ou Companhia, que sirva de meio regulador a este Comércio especial, e que se obrigue a comprar, e consumir o produto anual excedente ao consumo; 2.º na facilidade permitida a vinhos produzidos em outros Districtos que viessem usurpar nos armazéns do Porto o nome dos vinhos do Douro, e com a sua mistura diminuir o merecimento, o valor, e o consumo no Estrangeiro, aonde só a sua pura qualidade ou pode habilitar a concorrerem vantajosamente com o das outras Nações, ainda que este inconveniente se acha removido pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, todavia é necessário aponta-lo, porque foi sem dúvida uma das causas que muito concorreu para as crises em que actualmente se vê o Comércio dos vinhos do Douro; 3.º não terem tido separados os vinhos inferiores no Douro, para só ter aquelle destino a que a sua qualidade os habilita; 4.º a ampla liberdade que as agoa-ardentes inferiores têm tido, a serem introduzidas nos armazéns do Porto, e Villa Nova de Gaya. O concerto, e adubo dos vinhos superiores do Douro deve ser feito ao menos com a metade das extraídas dos vinhos inferiores daquelle Paiz porque a experiencia tem feito ver serem as mais próprias á conservação, e natureza desses vinhos. Medida útil, porque ela vai destruir em parte um escandaloso, e punivel contrabando; 5.º a desigualdade nos direitos.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada pela Carta de Lei de 7 de Abril do anno passado, é o Banco regulador, e protector da lavoura que á Commissão pareceu habilitar-se com fundos sufficientes para consumir os Vinhos inferiores, e superabundantes no mercado. O estar já estabelecida pela supracitada Lei do Congresso Constituinte, concorrerem nella conhecimentos particulares a este comércio, visto que qualquer Associação, ou banco de novo criado, sejam quaisquer que forem os seus meios pecuniários precisa sempre de mais, ou menos tempo para estabelecer o seu crédito, e adquirir relações; a consideração de que os estabelecimentos próprios a tal commercio, ninguém os possui tão excellentes como a actual Companhia foi o motivo porque a Commissão não hesitou na escolha. Impor um ónus á Companhia sem lhe conceder um equivalente que a ressarça dos enormes desembolsos que necessário é fazer para religiosamente cumprir aquella - era impossivel – e assim, combinando os interesses do negociante, e do lavrador, sem por tropeços a um, ou espezinha o outro; assentou obrigar o lavrador á compra de seis canadas de agoa-

ardente, por pipa de vinho que quizer habilitar a prova; e ao negociante vinte e quatro canadas por pipa aos vinhos de primeira qualidade, e doze nos de segunda. Não pareça, Senhores esta concessão um privilégio odioso em grave prejuizo dos outros Districtos vinhateiros, porque ele não tolhe que o negociante compre, e esses lavradores lhe vendam, a outra porção de agoa-ardente, indispensável ao vinho do Douro para se poder conservar e aparecer com vantagens nos differentes mercados do globo. Desta forma podem esses mesmos Districtos contar com um consumo certo a este género: devendo também ponderar-se que se algum favor se concede nisto dos vinhos do Douro, fica amplamente compensado com a avultada quantia de 300 a 400 contos de réis que annualmente entram no Thesouro de Direitos de exportação; quando em vista dos mapas estatísticos dos outros districtos vinhateiros do Continente o seu producto não excede de 12 a 15 contos!! O longo, e não interrompido negócio com a Grã-Bretanha tem demonstrado, que alli se não consome senão certa, e determinada quantia annual, e que se esta não varia, quer o vinho do Douro seja caro ou barato. A qualidade sim, influi ou mais, ou menos. Assentou pois a Commissão, que era útil ao Paiz, era politico separar daquelle mercado, não só os vinhos inferiores que a prova reputar tais: mas nesses mesmos dar um corte quantitativo para que a abundancia não destrua o preço elevado que no mercado devem ter os destinados ao mercado inglês. Contra a desigualdade dos tributos que actualmente pagam por exportação os vinhos do Douro, se tem mais ou menos declamado em epochas diversas; mas isso nada mais tem feito por patentear a justiça dos Lavradores do Douro, ficando todavia subsistindo o mesmo mal. É certo que os tributos devem pezar com igualdade sobre todas as classes da Sociedade, e sobrecarregar com Direitos de exportação o principal produto commercial de qualquer é inutilizar sem vantagem as prosperidades do mesmo: convindo sempre, quando a necessidade pública exige sacrificios, lançar esses Impostos á massa geral proprietária da Nação. Comtudo, como á Commissão não é oculto o melindroso estado das nossas Finanças, e os escassos recursos que o thesouro tem á sua disposição, sem querer pela sua parte aumentar embaraços em objecto tão transcendente, limita-se a propôr a igualdade nos direitos de consumo na Cidade do Porto, e Villa Nova de Gaia. A justiça pede, e a honra Nacional reclama, que esta Câmara authorize o Governo a solver em prestações mensais essa divida sagrada, contraída com a Companhia no Sitio do porto, visto que todos os credores em circumstâncias análogas, já há muito se acham embolsados dos seus débitos. Esta authorização será de summa vantagem á lavoura do Douro, e ao mesmo Thesouro. Tais são, senhores, os pontos mais salientes que a Commissão entendeu um pouco desenvolver para sobre elles basear o seu Projecto, que contêm todas as medidas já propostas nas Cortes Constituintes, e que as Câmaras do Douro, ouvidas a este respeito, concordam na máxima parte; bem como a mesma Companhia, na Representação e Projecto por elle offerecido a esta Câmara.

Em vista do exposto, a Commissão Especial dos Vinhos tem a honra de vos propor o seguinte:

Projecto de Lei

Artigo 1.º A gerência dos negócios da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, restabelecida pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, será feita pelos Administradores, privativamente nomeados pelos Accionistas, para comporem a Junta da sua Administração, na forma dos estatutos que actualmente regem a Companhia, ou daquelles que de futuro em Assembléia Geral accordarem.

Artigo 2.º A Companhia poderá augmentar o seu fundo com o número de Acções que julgar necessário, para poder preencher as obrigações, que por esta Lei lhe são impostas.

Parágrafo 1.º Este novo fundo não fica sujeito ás dividas públicas.

Parágrafo 2.º Nos primeiros doze mezes depois da publicação da presente Lei serão sómente admittidos Accionistas, primeiro os actuaes interessados na Companhia; os credores que quizerem converter os seus créditos em acções, entrando com uma terça parte em dinheiro efectivo; terceiro os Lavradores do Douro, podendo dois terços da importância das acções, com que se quizerem interessar, ser recebidos em vinhos, ou agoas-ardentes privativamente justo pela Companhia. Passando aquelle periodo serão admittidos os Capitalistas Nacionais em preferência aos Estrangeiros.

Artigo 3.º Os fundos da Companhia são invioláveis. O Governo não poderá exigir recurso algum da Companhia, sem amplo consentimento dos interessados por deliberação tomada em Assembléia Geral. Os Directores, que infrigirem esta determinação, serão responsáveis por todos os seus bens, das quantias que tiverem prestado. Os fundos, e interesses que na Companhia tiverem os estrangeiros, são garantidos, sejam qualquer que forem as circumstâncias, ou de paz, ou de guerra em que se achem envolvidos os respectivos Estados.

Artigo 4.º Competindo á Companhia mandar fazer os arrolamentos, e provas de vinhos na conformidade da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, será a mesma obrigada, logo que as provas terminarem, a dar parte ao Governo do seu resultado, informando sobre a sua qualificação, e qualidades caracteristicas da novidade provada, da quantidade de vinho existente nos armazéns do Porto, Villa Nova de Gaia, e Inglaterra, do numero de pipas que se exportou no anno anterior, e do que provavelmente se exportará no anno corrente. Declarando no seu Relatorio as providências, que julgar necessárias em beneficio da Agricultura, e Commercio dos vinhos do Douro.

Artigo 5.º O Governo á vista das informações mencionadas no Artigo antecedente, fixara a quantidade, de vinho approvado em primeira qualidade, que nesse anno fica habilitado para o commercio da Grã-Bretanha, nas Ilhas Adjacentes, Gibraltar, e mais Portos da Europa,

ficando o vinho separado da primeira qualidade, em todos os seus effeitos reputado como de segunda; e como tal habilitado para o commercio da América, África e Ásia.

Artigo 6.º A Companhia em conformidade com a decisão do Governo fará a divisão quantitativa, e proporcional do número de pipas de vinho de embarque de primeira qualidade, que a cada Lavrador pertencer, na proporção do que lhe foi approvado, e número fixado pelo Governo, e passará os respectivos bilhetes de que a cada um tocar, não podendo por conseguinte serem passadas Guias para os differentes destinos de exportação, senão á face dos respectivos bilhetes de habilitação. O Governo marcará o dia de abertura da Feira dos vinhos da Régua, (que nunca poderá exceder do primeiro de março) e o tempo da sua duração. A Junta fará publico por Editaes afixados na Praça do Porto, e Districto do Alto Douro, a resolução do Governo.

Artigo 7.º A Companhia, por isso que fica sendo a protectora da Lavoura das vinhas do Alto Douro, é obrigada a comprar aos Lavradores os vinhos que lhe offerecerem para destillação, desde Outubro, até 30 de Junho de cada anno, de qualquer qualificação que seja, ao prazo de três e seis meses, regulando-se o seu preço pelo seu produto em agoa-ardente a razão de 84$000 réis a pipa, de 9 graos do Areometro de Tessa, sendo por conta da Companhia toda a despesa de carreto, cascos, e mais custeio de destilação, alugueres de fabricas, armazens, e quaesquer outras despezas relativas ao mesmo objecto.

Parágrafo 1.º Todo o Lavrador, que não quizer esperar pelas qualificações, ou sujeitar o seu vinho a prova, poderá vender o seu vinho para consumo, mas só se lhe passará a respectiva Guia com este destino, depois de feitos os arrolamentos.

Parágrafo 2.º Os Lavradores poderão fiscalizar por si, ou por outrém, a destilação dos seus vinhos nas fábricas da Companhia, para conhecerem se é regular a sua produção em agoa-ardente.

Parágrafo 3.º O preço de 84$000 réis acima indicado estende-se nos annos de colheita regular, e poderá ser augmentado até 100$000 réis, nos annos de escassez, e diminuido até 70$000 réis nos annos de abundância. Este augmento ou diminuição será determinado pelo Governo mediante proposta, e informação da Companhia logo que tiver feito os arrolamentos.

Artigo 8.º A Companhia deverá estabelecer fábricas de destillação nos logares mais próprios do Alto Douro, empregando os melhores alambiques, e maquinas conhecidas, afim de obter a maior quantidade de agoa-ardente, melhor qualidade, e com a menor despeza possivel.

Artigo 9.º Para que a Companhia possa satisfazer aos encargos impostos no Artigo 7.º serão obrigados o Lavradores a comprar-lhe seis canadas de agoa-ardente por cada pipa de vinho que quizerem habilitar para ser qualificado em primeira qualidade; devendo no acto de se tirarem as amostras do vinho para ser provado apresentarem atestado da Companhia em como têm satisfeito aquella obrigação.

Os negociantes, e os Lavradores quando tomarem o carácter de negociantes, serão obrigados a comprar-lhe dois almudes de agoa-ardente por cada pipa de vinho da primeira qualidade de embarque. Porém pelo vinho separado da primeira qualidade, ou pelo qualificado em segunda, tanto o negociante, como o lavrador com este carácter serão obrigados a comprar somente um almude por cada pipa.

Artigo 10.º A obrigação imposta no Artigo antecedente começará a ter execução do primeiro de Outubro deste anno em diante. Os Lavradores serão obrigados a pagar á Companhia a agoa-ardente no acto de se passarem as guias. Os Negociantes serão também obrigados a pagar.. no acto de obterem as guias para conduzirem o Vinho para o Porto, de maneira que a Alfândega não admittirá a despacho vinho algum de embarque, primeira qualidade, separado, ou de segunda qualidade desde o primeiro de Outubro em diante, sem que por um atestado da Companhia, conste estar satisfeita a obrigação marcada neste Artigo, e no antecedente.

Artigo 11.º O preço da agoa-ardente por que o lavrador e o negociante será obrigado a comprá-la à Companhia, será aquelle por que ella lhe ficar, finda a destillação, baseando o seus calculo sobre o preço do vinho, despesas de destillação, armazenagem, e desfalque, com vinte por cento de lucro liquido para a Companhia. Tendo tudo isto sido previamente examinado pelo Governo, e por elle approvado; o que será immediatamente publicado pela Companhia.

Artigo 12.º No caso que a quantidade de agoa-ardente fabricada dos vinhos do Douro exceda o total da que os Lavradores, e Negociantes são obrigados a comprar à Companhia na conformidade do Artigo 9.º, será esta obrigação augmentada ou diminuida pelo Governo no anno immediato, na occasião de fixar a quantidade de vinho que se há de habillitar para embarque, na justa proporção aliás indispensável para estabelecer o equilibrio, que deve sempre haver entre a agoa-ardente produzida dos vinhos comprados aos Lavradores do Douro, e a vendida pela Companhia.

Artigo 13.º A Companhia será sempre obrigada a declarar ao Governo o augmento das pipas de vinho consumidas no Douro, nas fábricas de destillação alli estabelecidas, e o produto destas em agoa-ardente.

Artigo 14.º A Companhia continuará o seu commercio de vinhos de exportação como até aqui, e sem que haja entre ella os Negociantes e Lavradores, a mais pequena distincção, ou privilégio; porém, fica-lhe expressamente incumbido vigiar que os vinhos de exportação não sejam adulterados; bem como de levar os padrões, e balizas do vinho genuino e puro do Alto Douro nos mercados do globo, principalmente aquelle ainda não for conhecido. Dando destas especulações exacto conhecimento ao Governo.

Artigo 15.º Fica cessando na Cidade do Porto, e Villa Nova de Gaia, a distincção que actualmente existe entre vinho maduro, e verde, pagando todo o consumo a imposição de 4$000 réis por pipa.

Artigo 16.º O Governo solverá em prestação menores de dez contos de réis, pagos no primeiro dia de cada um, a principiar da publicação desta Lei em diante, pela Alfandega do Porto, a divida já liquidada á Companhia, proveniente dos fornecimentos feitos ao Exército Libertador, e solvida que ela seja, os Direitos dos Vinhos, Impostos ou quaesquer outras contribuições que a Companhia tiver a pagar, serão encontrados na dívida que for liquidando, aceitando-se-lhe, segundo a sua importância annual, os Títulos de qualquer natureza que a Companhia tiver recebido do Governo, inclusive os de divida consolidada.

Artigo 17.º Para levar a effeito as disposições da presente Lei, fica o Governo authorizado, ouvindo a Junta da Administração da Companhia, a fazer todos os Regulamentos necessários.

Artigo 18.º Ficam revogadas todas as Leis em contrário.

Sala da Commissão, 3 de Maio de 1839.-Lourenço José Moniz, Presidente - José António Borges Peixoto - José Pinto Soares - Bernardo de Lemos Teixeira de Aguilar – Joaquim António de Magalhães - Manoel Antonio de Carvalho (com ressalva do Artigo 16.º) - António Luiz de Seabra (vencido) – José Estevão Coelho de Magalhães (vencido em parte) – José Tavares de Macedo (vencido) – Antonio Joaquim da Costa Carvalho.

∴

Lisboa, 18 de Julho de 1840 – Relatório e projecto de um Banco Rural denominado Banco Agrícola e Commercial do Douro onde se propõe a abolição da Companhia dos Vinhos do Alto Douro instituida em 7 de Abril de 1838 por um Banco emissor de notas e regulador da qualidade dos vinhos do Douro com o exclusivo das aguardentes.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, Sessão de 22 de Julho de 1840*

Senhores. – A Commissão Especial dos Vinhos, encarregada de examinar, e interpor o seu parecer sobre o estado decadente a que se acha reduzido o mais valioso produto da nossa agricultura, tem hoje a honra de submetter á vossa consideração o resultado de seus trabalhos. Penetrada das difficuldades do objecto, e pezando toda a sua gravidade, e transcendencia, desde que foi installada, reconheceu a Commissão a quasi impossibilidade do desempenhar cabalmente a espinhosa tarefa, que lhe foi commettida. Tendo a luctar contra a força ingerente dos preconceitos, e contra uma outra ainda maior, a dos interesses, que por multiplos e

encontrados se crusam entre o commercio, e a lavoura, entre os proprios Lavradores, e entre os differentes districtos vinhateiros do paiz: agradando a uns a que a outros não convém, entendeu a Commissão do seu dever, depôr todas as considerações de quaesquer interesses, ou pertenções que menos razoaveis se affastassem da verdadeira conveniencia publica, e do principio por ella adoptado – o maior bem do maior numero – e assim, firando as bases do seu plano nas da utilidade geral, e da justiça, organisou a Proposta da Lei que vem hoje offerecer-vos. Mui vastos conhecimentos era mister possuir para que esta medida trouxesse o cunho da perfectibilidade; e, fallecendo estes na Commissão, incumbe á vossa sabedoria amplia-la, modifica-la, e corrigi-la de modo que possa ella satisfazer ao fim a que esta camara se propõe. A convicção da urgencia para a adopção da proposta, a conveniencia de ganhar antiguidade para ser em breve discutida, e a firme esperança da vossa complacencia, em desculpar defficiencias, próprias da grandeza, complicação, e difficuldade do objecto; eis o incentivo que nos encorajou ao trabalho, e nos anima hoje a traze-lo menos limado á Camara.

A questão dos Vinhos é de vida, ou morte para o paiz; e data da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1756, começando desde logo uma porfiada lucta entre os especuladores britannicos que pertenderam derribala, e a Companhia, que conseguiu sustentar-se, a despeito dos esforços, e tentativas dos seus antagonistas, até que proclamada a liberdade em 1820, appareceu no dia 5 de Fevereiro de 1821 uma moção feita nas Cortes das Necessidades por um illustre Deputado, propondo a extincção desse banco, que com tanto pesar dos Ingleses se mantinha ainda florescente. Patriotico e verdadeiramente Nacional, aquelle sabio Congesso, entendeu de conveniencia para o paiz não a extincção da Companhia, mas sim uma sisuda reforma, que podesse cortar-lhe os abusos, e conservar-lhe a utilidade; e assim, depois de uma longa e bem disputada discussão se ultimou essa reforma com as leis de 7 de Maio, e 20 de Dezembro de 1822.

Neste estado de reforma addicionada apenas com as duas resoluções de 6 de Dezembro de 1824, e 11 de Novembro de 1825, continuou a Companhia até Maio de 1834, dia em que foi promulgado o Decreto da sua completa abolição.

Bem depressa se fizeram sentir no Douro os effeitos dessa extincção; e, com quanto parecesse, pelas exportações nesse, e nos dous subsequentes annos, de verdadeira utilidade o acabamento da Companhia, as mesmas exportações em 1837, e ainda em 1838, provando que as vantagens naquelles tres primeiros annos, provinham de causas estranhas á existencia, ou não existencia daquelle banco (pois eram um effeito, e consequencia quasi necessaria das pequenas exportações nos cinco annos anteriores ao de 1834) levam á evidencia, que, não sendo consumidos senão em pequena parte os Vinhos que desde 1837 se hão exportado para Inglaterra, o argumento de que arteiramente se lança mão de um banco regulador do nosso commercio de Vinhos, longe de aproveitar aos antagonistas de tão uteis estabelecimentos,

denuncia ao contrario a fallencia de razões em prol da sua ruim causa. De mais o barateio a que foi reduzido este genero, e o seu empate no Douro, Porto, e Docas d'Inglaterra mostra sobejamente, que esse argumento tirado da exportação de alguns centos de pipas mais, é improcedente, e prejudica aos que delle se servem contra a installação de uma Companhia, ou banco; por quanto, se há visto (e ás provas de facto ninguem resiste) que n'este estado, a não ser talvez mais lamentavel, se achava o paiz, e em especial o Douro em 1756 quendo pelo então Conde de Oeiras, se creou a antiga Companhia, e que a ella se deveu prompto remedio aos malles desses povos, tornando-se florescente o commercio portuguez, sem embargo de que algum despotismo houvesse na execução, e bastante imprevidencia na organisação da lei, que estabeleceu aquelle banco; além de que a experiencia tem mostrado em todas as nações commerciaes, que a superabundancia de um genero, ou producto qualquer, maxime de um producto que faz, como entre nós o dos Vinhos, quasi exclusivamente o objecto do commercio de um paiz, demanda medidas especiaes, que levando o equilibrioà grande massa das transacções mercantis, dê um proveito geral o benefico resultado que a Nação reclama em despeito mesmo de algumas restricções, que ferindo os interesses de poucos, são justas em relação á conveniencia de muitos, e a do paiz em geral.

A experiencia pois do passado, a comparação com o que se observa nos paizes commerciaes e mais cultos da Europa, e a força dos males tão pungentes depois que a extincção da Companhia tem dado logar a sentirem-se os seus effeitos, tudo tem concorrido para que uma opinião abranja hoje a nação quasi inteira sobre a conveniencia e necessidade de remediar os males provenientes dessa extracção, ou rehabilitando a antiga Companhia restabelecida pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, ou creando um banco novo, que sendo intermedio ao commercio ou lavoura, sirva de regulador para um, e de protector para a outra. Que a opinião geral se tem pronunciado altamente em favor destes principios é innegavel, e em seu apoio se hão multiplicado dezenas de representações dirigidas ao Corpo Legislativo por quasi todas as Municipalidades dos differentes Districtos vinhateiros do Paiz, tendo sido essa mesma opinião tão extensamente desenvolvida, que na mesma Provincia da Estremadura se pertende por todos os meios estabelecer um regulador similhante aquelle mutatis mutandis que geralmente se acredita deve crear-se para prosperidade das Provincias do Norte, e da Nação em Geral.

Nestas circumstancias a vossa Commissão entende, que convém e é preciso fixar esse regulador especial para o importante ramo do nosso commercio de vinhos conseguindo-se-lhe um capital forte, e solidas garantias para a sua segurança e razoaveis interesses, de modo que possa fazer face a grandes compras do genero, arrastando mesmo com os empates delle, sem que possam abafar-se a sua existencia, a sua conservação, e osseus lucros. Os meios para chegar a um fim tão proveitoso, não podem deixar de basear-se n'alguns favores concedidos a

este regulador, e tem trazido á arena nesta questão o choque dos principios mais exagerados de Liberdade de Commercio, com os da conveniencia pública, e muito em especial da classe agricultora do Paiz. Entre a exageração de uma illimitada liberdade e a reprehensivel restricção do commercio agrilhoado pela odiosa pêa dos exclusivos, deve haver um meio que, sem pender para nenhum dos extremos, concilie os direitos sociaes do cidadão livre, com as necessidades da sociedade em geral, fazendo reverter em prol da mesma sociedade, em relação á somma de todos os interesses parciaes, o sacrificio de alguns e a desvantagem de poucos. Firmada nestes principios a Commissão não hesitou em se pronunciar pela creação de um banco, que regule e proteja o commercio e a lavoura de todos os vinhos do Paiz, como se pronunciaria pela rehabilitação da Companhia de novo instalada pela Carta de Lei de 7 de Abril, se esta rehabilitação se não tornasse impraticavel pelas circumstancias especiaes, em que ella se acha.

Nesta parte a Vossa Commissão separa-se do Projecto, que a Commissão Especial das Cortes dissolvidas apresentou á Câmara em maio do anno findo, naquelle Projecto rehabilita-se a Companhia creada pela citada Carta de Lei de 7 de Abril pelas razões seguintes: primeira por estar já estabelecida por Lei. Segunda por concorrer nella conhecimentos particulares a esta Commissão. Terceira por Ter um certo credito já formado. Quarta finalmente por ter os melhores estabelecimentos proprios para este commercio.

Em quanto á primeira razão entende a Commissão, que no mesmo relatorio, e até no mesmo paragrapho se prova a sua nenhuma força, quando se diz "impor um onus á Companhia sem lhe conceder um equivalente, que a resarça dos enormes desembolsos que necessario é fazer para religiosamente cumprir aquelle – era impossivel – Logo a Carta de Lei de 7 de Abril não tendo creado interesses, que por a sua abolição possam ser lesados; e reconhecendo-se ao mesmo tempo que similhante Lei é impraticavel quanto á grande extensão dos fins da Companhia, é claro, que a existencia ou não existencia da Lei de 7 d'Abril em nada implica a creação de um novo banco, quando por esta se não vão lesar direitos, que aquella não perde, porque os não tinha que tanto mais se contradiz nesta parte aquella mesma Commissão pelo que diz respeito a este argumento, quanto é certo que a verdadeira Lei da Companhia, approvado o seu Projecto, fica sendo este e não aquella; donde se deduz, que um outro Projecto qualquer, em que se combinem os verdadeiros fins do banco regulador do commercio, e protector da lavoura com os meios de prehenche-los, nem é incompativel com a existencia daquella Lei, nem contrario ao fim para que ella foi feita.

A segunda razão não é mais forte do que a primeira, e não póde por isso também convencer a Commissão das idéas que por elle se pertendem sustentar; pois é indubitavel que uma outra associação qualquer regularmente combinada, garantidos legalmente os seus fundos, bem como os seus lucros, não póde deixar de reunir os mais distinctos e abalisados

capitalistas, e os mais intelligentes Lavradores, e por consequencia um banco creado de novo, como o que hoje vos propormos com essas garantias, e acertada combinação que lhe assegure lucros certos e sem risco, comprehenderá conhecimentos, quando não superiores, iguaes pelo menos aos que concorrem a actual Companhia.

O outro argumento dedusido do credito, caduca, como os precedentes, na presença da geral convicção de que um estabelecimento qualquer, e muito especialmente aquelle que se crear para regular o commercio de vinhos, e proteger a sua lavoura, concentra na boa direcção de suas operações os interesses de todos os seus accionistas, os quaes devendo escolher quem preencha essas funcções com o seu proprio proveito; farão recahir a escolha sobre pessoas, que necessariamente se emprenharam com todo o esmero e desvelo em adquirir esse credito, que nenhuma boa razão póde presuppor mais vantajoso e solido no estabelecimento da Companhia, do que nest'outro que vos propomos.

A ultima razão finalmente tambem não colhe em favor da re-habilitação da Companhia; pois é nossa opinião que a ella lha convirá entregar as suas casas, maquinas, utencilios, cascos, etc. a qualquer nova associação que deva ou possa crear-se, e que não o fazendo, ou se prejudicará voluntariamente, e a responsabilidade será sua e só sua, ou na qualidade de emula desenvolverá um giro interno e externo da maior transcendencia e vantagem para o paiz; pois fazendo-se de todos esses objectos talvez melhores, que poderão ser mais simplices, e mais economicas, é certo que nenhuma inconveniencia nem obstaculo póde oppor-se por esse lado á sua installação, e ao desenvolvimento das suas operações. Além destas considerações muitas outras poderiam fazer-se sobre a inexequibilidade de uma similhante re-habilitação, desenvolvendo o verdadeiro estado da actual Companhia, e attendendo ás difficuldades de haver ella já o pagamento da divida do Governo (divida aliás sagrada, e que cumpre satisfazer quanto antes por os meios possiveis); ao seu debito e alcance para com os seus Credores; e finalmente ao valor que as suas acções tem no mercado, prova incontrastavel da sua decadencia, e da impossibilidade de satisfazer aos fins para que deveria ser re-habilitada, sendo chimerica a disposição do Artigo 2.º do Projecto da Commissão Especial apresentado em 3 de Maio do anno findo, por não haver quem possa querer confundir quantias certas e determinadas com valores presumidos, precarios e exagerados.

Por todas estas razões entende a Commissão, que não póde sem faltar á sua própria convicção propor-vos a rehabilitação da Companhia actual, assim como não póde pelas razões que vai expor-vos adherir á proposta apresentada pelo Senhor Deputado Silva carvalho na sessão de 10 de Julho de 1839.

O Projecto do Senhor Silva Carvalho trabalhando sobre principios os mais solidos, e defendidos em abstracto por todos os economistas, sendo o producto da mais brilhante concepção legislativa em theoria, cahe na presença da nossa posição especial, critica, e sobre

maneira desgraçada, e assim um olhar muito attento e detido no exame das circumstancias, que levam os povos a um clamor unanime e pungente, pedindo remedio a seus males, não se compadece com a rectificação dos effeitos d'uma medida (a lei de 30 de maio de 1834), que se por ventura não fôra repellida por a propria apreciação dos factos, teria ao menos inspirado a esperança d'um bonançoso porvir, e não firmaria a conscienciosa convicção, de que fôra extemporanea, e menos reflectida, como diz a Commissão especial no paragrapho 3.º do seu relatorio, dedusindo-se conseguintemente das duas primeiras linhas do paragrapho 4.º do relatorio do Senhor Silva Carvalho um corolario não só differente, mas opposto áquelle que o illustre Deputado deduzio em prol da sua proposta.

Por estes motivos, e por a sisuda ponderação, que obrigou a Commissão especial a fygir de uma medida qualquer, embaraçosa em relação aos escassos recursos do Thesouro (vide paragrapho 4.º do Relatorio), entende a Commissão, que o Projecto do Senhor Deputado Silva Carvalho não póde ser adoptado em despeito de tantas, e tão importantes reclamações dos povos, que sollicitam do Corpo Legislativo não uma liberdade illimitada no commercio dos seus vinhos, mas sim um antemoral, um regulador, que lhes conserve preços razoaveis, e que facilitando-lhes o consumo do superabundante por o augmento da exportação, e por uma circumspecta combinação nas especulações e giro interno, os acoberte das vexações dos usurarios e dos conloios dos especuladores, emprestando-lhes mediante um juro rasoavel e modico as sommas necessarias, para o custeio e fabrico de seus vinhos em pleno desafogo dos seus oppressores.

A Commissão tendo exposto em geral os motivos, que a levam a optar pela creação de um Banco Regulador do Commercio, e protector da lavoura, não abraçando a re-habilitação da actual Companhia, como impraticavel, e o Projecto do Senhor Silva Carvalho, como inadmissivel, nas circumstancias actuaes, entende dever fundamentar as bases da sua proposta nas seguintes considerações.

Reconhecida a necessidade de adoptar medidas especiaes, que animando o commercio, façam reviver a lavoura, a Commissão convenceu-se de que um Banco regularmente combinado, e legalmente garantido, poderia reunir um fundo de capitaes assás poderosos para acudir de prompto aos males mais urgentes do Douro, e das duas outras Provincias do Norte, Beira e Minho; e por isso no Artigo 1.º estabelece a creação desse banco, e no segundo uma caixa filial, que com o andar dos tempos poderá converter-se n'um verdadeiro Banco Rural para a Beira, e parte da Estremadura; e no terceiro fixa o capital de dois mil contos, como sufficiente, para todas as operações e encargos deste estabelecimento.

Nos artigos subsequentes até ao 9.º designando-se o modo de organisar o Banco, estabelecem-se as suas bases regulamentares, contendo-se no ultimo e no 10.º duas obrigações

de reciproca conveniencia para os lavradores e para o proprio Banco; em quanto no 11.º se fixa uma salva guarda, que o poem a coberto das exigencias do poder.

Fazendo-se nos Artigos 12.º e 13.º uma concessão da maior vantagem para os interesses do Banco, as disposições destes dois artigos juntas ás do 18.º, 30.º, e 44.º, devem sem dúvida servir não só de incentivo aos capitalistas para correrem com os seus capitaes a inscrever-se como accionistas, mas convencê-los de infallibilidade de seus lucros sem risco mesmo desses capitaes; muito principalmente combinando o favor destas disposições com as garantias, em que se firma a existencia do Banco em todas as outras disseminadas nos differentes Artigos deste Projecto de Lei; como são as do 14.º e 15.º; a do 16.º para os capitaes dos estrangeiros; e a dos preços das aguas-ardentes sobre as bases designadas no Artigo 33.º.

Além d'algumas outras bases regulamentares, como a do Artigo 17.º a Commissão especifica, um favor excepcional feito á actual Companhia no Artigo 19.º, porque o entende de justiça, e de reciproca conveniencia para ella e para o Banco; e manda no Artigo 20.º proceder a um exacto varejo, porque sem uma similhante medida, os abusos inutilisariam os effeitos salutares e promptos, a que só póde aspirar por o fiel cumprimento desta Proposta convertida em Lei; e bem assim ao arrolamento pelo Artigo 21.º, porque se há reconhecido pela experiencia, e se crê no Douro, que sem a separação para Inglaterra, Artigo 25.º, de uma quantidade determinada do melhor vinho genuino daquelle sólo, nenhuma medida póde aproveitar, e então forçoso é arrolar para depois qualificar (Artigo 22.º e 24.º) pelas provas, que com quanto sujeitas a dólos feitos por quaesquer methodos imaginaveis, pareceo á vossa Commissão dever preferir por agora o methodo sanccionado na Lei de 20 de Dezembro, como o faz no Artigo 22.º, e igualmente restabelece a feira no Artigo 23.º, para chamar a um ponto central os especuladores e lavradores, devendo servir previamente de incentivo a um fabrico regular, a idéa da concorrencia de muitas e differentes qualidades de vinhos a este mercado. Como um dos meios mais efficazes para o augmento das exportações, a Commissão consagrou a disposição do Artigo 26.º á verificação do vinho genuino das localidades mais acreditadas do Paiz providenciando de modo, que nos mercados que consomem grande porção do nosso genero, se conheçam as verdadeiras qualidades dos nossos vinhos, sem se confundirem as suas localidades; e eis o por que ao 26.º se segue o Artigo 27.º e o 29.º

A obrigação ou onus, que se impõe no Artigo 28.º ao Banco, é o resultado das vantagens, em que se lhe garantem lucros sufficientes para não ser-lhe pezada a compra dos vinhos por o modo indicado no sobredito Artigo, a qual se limita aos de segunda e terceira qualidade, porque obrigar a comprar os de primeira seria tornar impossivel e chimerica a obrigação do Banco, que em pouco tempo não poderia comprar em razão dos grandes empates; em quanto por aquelle modo se dá remedio efficaz aos males do Douro, deixando os Lavradores em desafogo para realisar as vendas do vinho destinado á Inglaterra por um preço

vantajoso; e chamando os Capitalistas (que verão nesta mesma obrigação um plano bem combinado em favor dos seus interesses) a concorrer gostosamente com os seus dinheiros para a instalação do Banco.

Em compensação deste onus apresenta-se a disposição do Artigo 30.º, a qual posto que pareça em grave detrimento dos commerciantes não o é em verdade, attendendo a que toda essa vantagem do banco reverte em proveito da mesma massa geral dos Capitalistas, a qual abrange todos os Commerciantes, que quizerem ser accionistas; e a que sendo extensiva a todos os especuladores a obrigação de comprar as agoas-ardentes na conformidade do citado Artigo, o equilibrio que se estabelece em todas as transacções deste genero, não torna proveitosa esta obrigação a uns em prejuizo de outros, em quanto della se segue uma vantagem incalculavel, por ser este o único meio de garantir a existencia e lucros do Banco; além de que no refferido Artigo se limita a obrigação das compras a uma quantidade rasoavel, deixando-se livre aos especuladores, e a todos os vendedores d'agoas-ardentes das differentes Provincias do Reino a compra e venda da restante (talvez outra tanta) necessaria para o beneficio completo dos vinhos destinados aos mercados mencionados no supracitado Artigo. No Artigo 31.º e 32.º especificam-se duas disposições que reforçam o effeito das do Artigo 30.º, e pelo 33.º se exige boa qualidade das agoas-ardentes, da qual depende o melhor beneficio e genuinidade dos vinhos, acrescentando-se no ultimo periodo a base em que deve firmar-se o preço por o qual os negociantes comprarão as agoas-ardentes, deixando-se ao bom senso de uma Commissão reguladora a fixação desse preço, o qual sempre assegurará um interesse rasoavel ao Banco.

Dedicando-se o Artigo 34.º, á fiscalização das agoas-ardentes estrangeiras, e á que se julgar necessaria para a verificação das compras em cumprimento do Artigo 30.º, a Commissão propõe no Artigo 35.º o meio de satisfazer ás exigencias e necessidade das duas Provincias - Beira e Minho - as quaes precisam para não definharem na sua industria agricultora, queimar uma grande porção de seus vinhos, consumindo-se-lhes as suas agoas-ardentes no fabrico e beneficio dos vinhos exportados pelas barras do Douro, Aveiro e Figueira. Tambem pareceu á Commissão dever exarar a disposição do Artigo 36.º, igualando o direito de consummo de vinho verde e maduro, pois que a differença dos seus valores não deve alterar-se pela differença da imposição, mas sim conservar-se na razão da sua qualidade.

O dolo a que uma inapreciavel desigualdade de pipas póde dar logar, subtrahindo-se centenares de almudes de vinho ao pagamento das imposições respectivas, fez consignar em o Artigo 37.º um padrão de pipas, e um padrão de medidas, tanto para os vinhos, como para as agoas-ardentes.

Sendo indispensavel estabelecer uma certa fiscalisação para a verdadeira e pontual execução de todas as disposições desta proposta de Lei, e entregar alguns arbitrios a quem

sisudamente fizesse delles o uso conveniente, a vossa Commissão julgou dever crear um Corpo ou Tribunal intermedio á lavoura, ao commercio, e ao Banco, concentrando por igual os interesses daquella e destes sem ampliar uns com a restricção dos outros; e por isso no Artigo 38.º se acha consignada a creação da Commissão Fiscal Reguladora, designando-se-lhes no mesmo as suas attribuições, e nos Artigos seguintes o modo de sua organisação, e duração, terminando esta Proposta com o Artigo 44.º, em que se dá uma garantia ao Banco, sem a qual se poderiam tornar nullos os effeitos do seguinte

Projecto de Lei

Artigo 1.º Erigir-se-há na Cidade do Porto um Banco protector da lavoura nas tres Provincias do Norte, Douro, Beira e Minho; denominado – Banco Agricolo-Commercial do Douro, o qual não poderá durar menos de 20 annos.

Artigo 2.º Este Banco terá uma caixa filial na Villa da Figueira, encarregada de promover por todos os meios possiveis a exportação dos vinhos da Beira e Bairrada.

Artigo 3.º O Capital do Banco será de dois mil contos de réis, devidido em dez mil acções do valor de duzentos mil réis cada uma, pagas em dinheiro de contado, em quatro prestações iguaes a um, quatro, oito, e doze mezes precisos da data da instalação do Banco.

Artigo 4.º A subscripção para este Capital abrir-se-há na Cidade do Porto, trinta dias depois de publicada a presente Lei, debaixo da direcção de tres pessoas nomeadas de commum acôrdo pelos Presidentes e Vice-Presidentes dos dois Corpos Colegislativos.

Artigo 5.º Logo que a subscripção tenha subido a oitocentos contos de reis em dinheiro effectivo, cem dos Subscriptores, que tiverem assignado para um numero maior de acções, se constituirão em Assembléa Geral do Banco, e nomearão á pluralidade de votos um Presidente, e quatro Directores, cada um dos quaes será Portuguez por nascimento, ou naturalisação, e proprietario de seis acções pelo menos.

Artigo 6.º A Assembléa Geral determinará os vencimentos do presidente e Directores, e estes nomearão os Empregados necessarios para o serviço do Banco. Os seus ordenados serão estabelecidos pela Assembléa Geral, a qual designará o dia em que, e o logar aonde o Banco deverá começar e continuar a regular as suas operações, e formará um regulamento, para a sua administração e escripturação, cuja doutrina seja conforme com as Leis vigentes.

Artigo 7.º Concluido o regulamento e entregue á administração do Banco ao Presidente, e Directores, a Assembléa Geral se dissolverá.

Artigo 8.º Uma Assembléa Geral composta do maior numero possivel de accionistas que nunca poderá descer de cem, se congregará todos os annos no dia primeiro de Julho para co conhecer e julgar as Contas do anno findo, reformar quaesquer abusos, que se tiverem

introdusido na sua administração, e requerer ás Côrtes os melhoramentos que dependerem de medidas legislativas.

Parágrafo 1.º Tambem procederá á eleição da Direcção, quando esta deva renovar-se, o que só se verificará de tres em tres annos em metade dos seus membros, escolhidos por votação os dois que deverem conservar-se.

Parágrafo 2.º A Assembléa poderá tambem ser convocada extraordinariamente, se fôr preciso deliberar em casos imprevistos, para a decisão dos quaes os Directores não estejam sufficientemente auctorisados: esta convocação será feita pela Direcção, ou requerida por 20 accionistas.

Artigo 9.º O Banco terá casas e armazens na Cidade do Porto, e na Regoa, persistindo constantemente neste local pelo menos um dos seus Directores, ou quem os represente debaixo de sua especial responsabilidade.

Artigo 10.º O Banco emprestará aos lavradores do Douro sob a hypotheca de seus vinhos qualquer quantia de que elles careçam, para o fabrico, grangeio, e queima dos mesmos, a razão de cinco por cento ao anno: a hypotheca ou será depositada nos armazens do Banco, mediante uma quota pela armazenagem, ou conservada nos armazens dos seus proprios donos, assegurando-se o Banco pelos meios que julgar necessarios do Capital e juro do seu dinheiro nas mãos dos devedores, podendo vender a hypotheca sem o consentimento destes, se elles não pagarem no tempo aprasado, fazendo proceder à venda em leilão, a qual se publicará por annuncios oito dias antes.

Artigo 11.º O Banco não poderá verificar nem contractar emprestimo algum com o Governo, ficando o Presidente e Directores responsaveis por qualquer quantia de que dispunham neste sentido.

Artigo 12.º Para effectuar o seu giro, poderá o Banco emittir uma quantidade de notas pagaveis ao portador em metal, ou de letras á Ordem com alguns dias precisos de vista, e esta emissão tanto de notas como de letras, será feita em proporção tal, que nunca exponha o Banco a defferir seus pagamentos, nem exceda o correspondente a dois terços do Capital da subscripção effectiva.

Artigo 13.º As notas seram recebidas em todas as estações, e Repartições da Fazenda Publica, como dinheiro de metal: Os credores porém do estado não serão obrigados a receber estas notas em pagamento dos seus creditos.

Artigo 14.º Os que falsificarem por quaesquer forma papeis pertencentes ao Banco seram processados e punidos como fabricadores de moeda falsa.

Artigo 15.º As acções do Banco podem ser vendidas, doadas, cedidas, ou hypotecadas, fazendo-se para este effeito os respectivos assentos aos Livros do Banco.

Artigo 16.º As acções, lucros ou fundos, que existirem no Banco pertencentes a estrangeiros, serão em quaesquer casos, ainda mesmo de guerra, tão inviolaveis e respeitados como a propriedade dos Portuguezes.

Artigo 17.º O producto do lucro liquido, será todos os annos repartido pelos accionistas: quando porém este lucro exceder a sete por cento ao anno, poderá a Assembléa Geral, converter o excesso em fundo de reserva com as condições que julgar necessarias.

Artigo 18.º De todas as suas transacções, emprestimos e negociações, não pagará o Banco tributo, imposto, ou contribuição alguma.

Artigo 19.º He concedido á Companhia actual dos vinhos do Douro o inscrever-se com o numero d'acções correspondentes aos capitaes, com que quizer entrar para o Banco, sendo-lhe recebidos todos os utensilios, maquinas, cascos, armazens, e vinhos, etc. como dinheiro de contado, isto dentro de prefixo praso de dois Mezes a contar da instalação do Banco.

Artigo 20.º O Banco logo depois de instalado procederá de combinação com a Alfandega do Porto, a um exacto e rigoroso varejo de todos os vinhos existentes nos armazens do Porto, Villa Nova de Gaia e Douro, destinados aos differentes mercados estrangeiros, e porá marcas próprias em todas as pipas, e passará Guias a seus respectivos donos, segundo a qualificação que tiverem ao tempo de Varejo.

Parágrafo Único: - Estas guias serão verificadas e referendadas pela Commissão Fiscal Reguladora, e tornarão de nenhum effeito todas e quaes quer outras anteriormente passadas, sendo o Banco e Alfandega obrigados a fiscalisar a exactidão das mesmas, no acto da exportação, para que não possa exportar-se, como existente, antes da instalação do banco, vinho armasenado depois.

Artigo 21.º haverá annualmente um exacto arrolamento de todos os vinhos produsidos no Douro, dentro das demarcações da Antiga Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, sem attenção á differença que havia de ramo e feitoria.

Parágrafo Único: - Os proprietarios de vinhos situados fóra desta demarcação poderão reclamar perante a referida Commissão Fiscal Reguladora, para que a seus vinhos sejão applicadas as benéficas disposições desta Lei, devendo faze-lo dentro de tres mezes a contar da instalação da Commissão, findo o qual praso não serão attendidos: a Commissão porém, requerendo-se-lhe competentemente não poderá desattende-los, excepto quando suas reclamações forem incompativeis com os fins e obrigações do Banco.

Artigo 22.º Todos os vinhos arrolados serão sujeitos ás provas pelo methodo estabelecido no Regulamento de que tracta a Lei de 17 de Maio de 1822, no Artigo 7.º, a Lei de 20 de Dezembro de 1822, ou por qualquer outro que em Assembléa Geral do Banco se reconhecer melhor, sendo commettida a sua execução á Commissão Reguladora.

Artigo 23.º Os vinhos sujeitos ás provas terão as seguintes qualificações.

Primeira qualidade de embarque para os Portos do Norte.

Segunda qualidade de embarque para todos os outros Portos do mundo, e consumo da Cidade do Porto.

Terceira qualidade para consumo do paiz, e destilação.

Artigo 24.º Dos vinhos qualificados de embarque, primeira qualidade, se tirará annualmente uma quantidade que se computar necessaria para a exportação dos Portos do Norte, a qual será regulada pelo termo medio da exportação dos tres annos anteriores, e ratiada quantitativamente por todos os possuidores destes vinhos, considerando-se o restante ou separado, como vinho de segunda qualidade para todos os effeitos desta Lei.

Artigo 25.º Haverá em cada anno uma feira de vinhos no Logar da Regoa, a qual será aberta impreterivelmente até ao dia quinze de Fevereiro, sendo fixado o dia da sua abertura, e os da sua duração pela Commissão Reguladora, a qual o fará publico por editaes affixados no Porto, e em todas as Freguesias do Districto do banco.

Artigo 26.º O Banco será obrigado a ter em Inglaterra e no Brasil Padrões proprios do vinho genuino do Douro, promovendo por todos os meios possiveis a sua exportação para todos os Portos daquelles dous Estados, bem como a ter nos differentte mercados estrangeiros, padrões dos vinhos genuinos da Beira e Bairrada, podendo estes ser tambem exportados para Inglaterra fazendo-se alli conhecer por as marcas respectivas o local da sua producção.

Parágrafo 1.º Todo o vinho que se exportar levará na testa da pipa uma marca de fogo designando a localidade aonde foi produzido, para que não possam confundir-se os vinhos genuinos do Douro com as das outras Provincias.

Parágrafo 2.º o Banco fará constar ás nações estrangeiras, que o vinho encascado em vasilhas que não tiverem a sua marca, não é vinho legal, nem do Douro, nem das outras Provincias aonde se estende a sua fiscalização, bem como o não será aquelle que deversificar da balisa ou amostra que o banco deve Ter remettido com antecipação para todos os mercados especificados neste Artigo.

Artigo 27.º Nenhum vinho será conduzido do Douro para a Cidade do Porto sem guia passada pelo banco da Regoa, com a especificação da qualidade do vinho, do Lavrador que o colheo, sitio aonde, pessoas que o comparam e a quem por qualquer titulo pertence, sob pena de não serem admittidos na Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia, deixando de satisfazer a disposição desta Lei.

Parágrafo 1.º Estas guias serão verificadas e referendadas pela Commissão Reguladora, e fiscalisadas no acto da sua apresentação pelo Director da Alfandega do Porto com o Escrivão da Mesa Grande, e um Verificador.

Parágrafo 2.º Para que tenha o seu devido effeito a disposição do parágrafo antecedente, serão entregues todos os annos, impreterivelmente até o dia oito de Fevereiro,

pelo Banco, ao Director da Alfandega do Porto, relações exactas e circumstanciadas, de todos os vinhos, com designação da sua respectiva qualidade, e quantidade, declarando-se nellas os nomes de seus donos, e sitios aonde foram produzidos.

Artigo 28.º Durante a feira de que tracta o Artigo 25.º é livre ao comprador, e vendedor, comprar e vender como melhor lhe convier, não podendo em caso nenhum ser o Lavrador compellido a vender.

Parágrafo 1.º Fica o Banco obrigado a comprar todo o vinho de segunda e terceira qualidade, que se não vender na feira, e que lhe fôr offerecido nos primeiros quinze dias depois de finda esta, fixando a Commissão Fiscal Reguladora o preço, o qual não poderá descer nunca de vinte e um mil e seiscentos por pipa para o vinho de segunda qualidade, e quatorze mil e quatrocentos réis para o de terceira, podendo pela Commissão ser augmentado em relação ao valor do mercado, e aos fins e meios do Banco.

Parágrafo 2.º o vinho de enforcado, que não é sujeito a prova, será igualmente comprado pelo banco, sendo produzido dentro da demarcação que tracta o Artigo 20.º, tendo-lhe sido fixado o preço pela mesma Commissão, que não poderá descer de 9$600 réis.

Artigo 29.º Os negociantes ou quaesquer outros compradores, serão obrigados a dar á Commissão Reguladora e ao Director da Alfandega do Porto uma relação exacta das pipas, que compraram, com a designação da qualidade dos vinhos, sitios aonde foram produzidos, nomes dos compradores, e vendedores, e datas das compras e venda; incorrendo na pena estabelecida no Artigo 26.º, no caso d'omissão, ao que neste Artigo fica determinado, e os vendedores serão obrigados da mesma fórma a entregar ao Banco na Regoa uma relação identica.

Artigo 30.º Os negociantes, bem como todos e quaesquer exportadores de vinhos, serão obrigados a comprar ao banco, por cadauma das pipas destinadas aos mercados do Norte da Europa, dous almudes e meio de agoa-ardente, e dezeseis canadas para cada uma das destinadas aos outros mercados do mundo, dentro do prazo de quinze mezes, a contar da data da compra do vinho.

Parágrafo 1.º Todos os especuladores que pelas barras da Figueira e Aveiro, exportarem para os portos do Norte vinhos da beira, e Bairrada na conformidade do que lhes é permittido pela disposição do Artigo 26.º e paragraphos respectivos, serão obrigados a comprar no banco, representado pela sua filial na Figueira, almude e meio de agoa-ardente, por cada pipa de vinho que exportarem, não se lhe admittindo a despacho na Alfandega, sem que mostrem ter satisfeito esta obrigação.

Parágrafo 2.º Ninguém poderá transportar ou fazer conduzir vinho para consumo na Cidade do Porto, sem que mostre no acto de se lhe passar a guia, Ter comprado no banco seis canadas de agoa-ardente, não se lhe passando aquella sem Ter satisfeito esta disposição.

Artigo 31.º O Banco de accordo com a Commissão Reguladora, e com o Director da Alfandega, fiscalisarão a exactidão das exportações em relação á quantidade das agoa-ardentes, vendidas pelo Banco aos exportadores, tendo presentes os fins da disposição do Artigo 19.º desta Lei.

Artigo 32.º Finda que seja a exportação de todos os vinhos armazenados e relacionados no varejo de que tracta o Artigo 20.º, serão os exportadores obrigados a mostrar antes do embarque, perante a Alfandega, que comprarão ao Banco a quantidade de agoas-ardentes, que por esta lei são obrigados a comprar, e que o Banco deve vender-lhe, sem o que os vinhos não serão admittidos a despacho na Alfandega.

Artigo 33.º Todas as agoas-ardentes vendidas pelo banco, serão de boa qualidade, e fornecidas aos negociantes, e lavradores na Regoa, Cidade do Porto, e Villa da Figueira: a sua força não descerá de nove gráos, do Areometro de Tessa, o seu preço será convenientemente marcado pela Commissão Reguladora, sob as bases de conservação e rasoaveis lucros do banco.

Artigo 34.º Fica derrogada toda a fiscalisação ou prohibição sobre agoas-ardentes, excepto o que estiver legislado a respeito das agoas-ardentes estrangeiras, em cuja fiscalisação serão muito escrupulosos, bem como em verificar a quantidade que o mesmo tem de vender nos differentes especuladores, segundo a disposição do Artigo 29.º.

Artigo 35.º O Banco fica obrigado a fazer queimar ou comprar as suas agoas-ardentes nas tres Provincias do Norte, Beira, Minho, e Traz os Montes: estabelecendo a Commissão Reguladora os preços por que devem ser vendidas pelo Banco, em attenção ao custo do vinho, e despezas de fabrico, tendo igualmente em consideração os fundos e lucros do Banco, e bem assim as obrigações que pela presente lei se lhes impõe.

Parágrafo Único. Os preços marcados para as agoas-ardentes poderão ser alterados, segundo as circumstancias, devendo (a não serem extraordinarias essas circumstancias) os preços fixados em janeiro, regular até o fim de Junho, e os que se fixarem nessa época, regular até o fim de Dezembro.

Artigo 36.º Fica cessando na Cidade do Porto, e Villa Nova de Gaia a distincção que actualmente existe entre Vinho verde e maduro, pagando todo o de consumo unicamente a imposição de quatro mil réis por pipa, sem differença.

Artigo 37.º A pipa commercial para as operações do banco será de vinte e um almudes e seis canadas, pelo padrão do porto, o qual existirá em todas as camaras Municipaes do Douro, para por elle serem afferidas as differentes medidas dos lavradores, não podendo vender-se Vinho algum senão por estas medidas, sob a pena de pagar o lavrador tres mil réis por cada pipa que assim não fôr medida, sendo um terço para o denunciante, e o resto para as despezas do respectivo Municipio.

Parágrafo Único A medida pela qual o Banco deve vender as suas agoas-ardentes será, igualmente, o padrão do Porto.

Artigo 38.º Crear-se-há uma Commissão apropriada aos interesses agriculo-commerciaes denominada Commissão Fiscal Reguladora á qual competia:

Primeiro Fazer verificar os Emprestimos de que tracta o Artigo 10.º, na razão das forças do banco, e necessidades dos Lavradores.

Segundo Fixar os valores dos objectos com que a antiga Companhia dos Vinhos prefizer o total das suas acções, na conformidade do Artigo 19.º, e apresentando o resultado de suas avaliações em Assembléa Geral do Banco, especialmente convocada para resolver este objecto, como fôr conveniente ao mesmo Banco.

Terceiro. Satisafazer á disposição do paragrapho único do Artigo 20.º.

Quarto. Vigiar pelo exacto cumprimento do disposto no Artigo 21.º, dando execução ao paragrapho único do mesmo Artigo.

Quinto. Fazer executar o methodo das provas na conformidade do Artigo 22.º, remettendo á Direcção do Banco todos os annos até ao fim de Junho impreterivelmente o resultado das provas; enviando igualmente o numero de pipas provadas, sua qualidade, nomes das pessoas a quem pertencem, e sitio aonde foram colhidas.

Sexto. Designar o dia em que deve abrir-se a feira, satisfazendo o que lhe fica ordenado no Artigo 25.º.

Setimo. Fiscalizar a exactidão das qualificações estabelecidas pelo Artigo 23.º.

Oitavo. Marcar a quantidade dos Vinhos que se julgar necessaria para a exportação dos Portos do Norte, fazendo a avaliação do que tracta o Artigo 24.º pelo modo no mesmo especificada.

Nono. Ter a maior vigilancia em que se cumpra a disposição do Artigo 26.º em todas as suas partes.

Décimo. Executar o que se decreta no Artigo 27.º, e bem assim no Artigo 28.º, regulando os preços dos Vinhos pelas circumstancias do mercado.

Décimo primeiro. Cumprir a disposição do Artigo 31.º, velar pela execução do Artigo 32.º, e designar o preço das agoas-ardentes, como lhes incumbe pelos Artigos 33.º, e 35.º, tendo o maior vigor na execução do Artigo 37.º.

Artigo 39.º Para satisfazer as despezas que esta Commissão é obrigada a fazer com o arrolamento, provas, guias ou marcas, perceberá quatrocentos réis por cada pipa de Vinho que tiver recebido guias: estes quatrocentos réis serão descontados no pagamento dos direitos de consumo ou exportação, ficando a Commissão obrigada a dar annualmente conta á Assembléa Geral do Banco da receita e despeza, e entregar-lhe o saldo quando o houver.

Artigo 40.º Os membros da Commissão Fiscal Reguladora residirão na Cidade do Porto, e vencerão um Ordenado que lhe será estabelecido pela Assembléa Geral do Banco.

Da eleição da Commissão Fiscal Reguladora

Artigo 41.º Esta Commissão será composta de quatro membros, dous Lavradores, um Director do banco, e um Negociante da Praça do Porto. Haverá tantos Substitutos quantos forem os proprietarios.

Parágrafo 1.º Os dous Lavradores serão eleitos, por votação directa, um em Villa Real, outro em Lamego.

Parágrafo 2.º Só poderão votar na elleição de Villa Real e Lamego os Lavradores que residirem nestes circulos, e que tiverem de seu vinte pipas de vinho, colhido em terras suas; e só poderão ser votados os que da mesma fórma tiverem quarenta pipas de vinho, e não forem accionistas do Banco.

Parágrafo 3.º O recenseamento dos eleitores e elegiveis será feito por concelhos, pelas camaras Municipaes respectivas, e affixado em todas as parochias do concelho no dia 20 de Junho; até ao dia 10 de julho receberão as Camaras Municipaes as reclamações dos interessados, e as decidirão em sessão publica até ao dia 20 do referido mez, com toda a justiça e imparcialidade; fazendo publicar no dia 29 duas listas de todos os apurados, que serão affixadas na porta da igreja de todas as parochias do concelho, uma contendo os nomes dos eleitores, e outra dos elegiveis.

Parágrafo 4.º A votação terá logar no 1.º de Setembro, na cabeça dos concelhos, e Casas da Camara: reunidos os votantes, o Presidente, o Fiscal da camara, e o Administrador do Concelho comporão a mesa, a qual será presidida pelo primeiro, servindo os dous um de escrutinador e o outro de secretario.

Parágrafo 5.º A mesa receberá as listas dos recenciados presentes, e cada uma conterá dous nomes tirados dos elegiveis.

Parágrafo 6.º Concluida a votação a mesa fará o apuramento dos votos, escrevendo os nomes dos votados em uma lista, que será assignada pelos tres membros da mesa, e lançada logo no livro do registo da camara, affixando-se uma copia tambem assignada na casa da Camara.

Parágrafo 7.º No segundo Domingo de Setembro os Administradores dos Concelhos concorrerão á Casa da Camara do respectivo circulo eleitoral, com a lista original da eleição do concelho.

Parágrafo 8.º Reunidos todos os Administradores dos concelhos na casa da Camara, o presidente desta nomeará d'entre todos elles dous escrutinadores, e um secretario, concluindo-se a eleição pelo apuramento final á vista das listas de todos os concelhos, sendo o mais votado proprietario, e o immediato em votos substituto.

Parágrafo 9.º Terminado assim o apuramento, será o resultado de todo este processo lançado no registo da camara Municipal, do qual se tirarão copias, que assignadas pela mesa, serão remettidas aos eleitos, com officio assignado pelo seu presidente.

Artigo 42.º A nomeação dos negociantes será feita pela Associação Commercial do Porto, no mesmo dia em que tiver logar a votação dos concelhos, e nesse mesmo dia a direcção do banco escolherá quem o represente na Commissão.

Artigo 43.º Os dous Lavradores, junto com o negociante, e com o Director do banco, constituirão a Commissão estabelecida no Artigo 38.º, a qual se reunirá todos os annos no primeiro de Outubro nas casas do Banco, na Cidade do Porto, e ahi fará as suas sessões.

Parágrafo 1.º. A Commissão não poderá tomar deliberação alguma sem que estejam presentes todos os seus membros, e no seu impedimento chamar-se-hão os substitutos.

Parágrafo 2.º O Presidente terá voto de qualidade, e a presid~encia será regulada da forma seguinte. No primeiro anno será presidente o Lavrador eleito por Villa real. No segundo, o representante do Banco. No terceiro o Lavrador eleito por lamego. No quarto o negociante nomeado pela Associação Commercial, e assim successivamente guardada esta proporção.

Artigo 44.º Esta Commissão durará quatro anno, sendo renovada no fim deste prazo pela fôrma prescripta na presente lei.

Artigo 45.º nenhuma outra corporação poderá estabelecer-se nas Provincias do Norte fóra da direcção do Banco creado pela presente Lei, com as vantagens, que a este ficam concedidas, exceptuando-se porém o desenvolvimento que poder dar-se ao Banco filial, que no Artigo 2.º desta mesma lei se decreta em beneficio das sobreditas Provincias.

Sala das Sessões, 18 de Julho de 1840.

Antonio Luiz de Seabra; Bernardo de Lemos Teixeira de Aguilar, Secretario; Francisco Gomes de Carvalho; Joaquim Antonio de Magalhães, Presidente, com declarações; José Borges de Carvalho e Vasconcellos; Jeronymo Dias de Azevedo, Relator.

∴

Lisboa, Julho de 1840 – Relatório e projecto de lei da autoria do Deputado Agostinho Albano concedendo vários benefícios à industria e comércio das aguardentes nacionais.
Fonte: *Diário do Governo, 30 de Julho de 1840, n.º 179.*

PROJECTO DE LEI

PREAMBULO

Todas as nações possuem uma industria especial, e por assim dizer, privativa, derivada da natureza das cousas, e determinada, por um complexo de circumstancias, cujo valor

especifico, ainda que á primeira vista de pouca importancia, a sua somma produz em resultado o principio enunciado. É deste principio que o commercio deriva a sua origem.

Se todas as nações podessem produzir, com a mesma abundancia, qualidade, e preço, os objectos de que todas carecem, ou para satisfação de suas necessidades reaes, ou para fruição de commodidades, diariamente crescentes pelos progressos da civilização, ellas seriam absolutamente independentes neste sentido; e esta independencia constituiria um estado de civilização especifica, e estacionaria; de modo que civilização progressiva, e independência absoluta são entidades contradictórias; fallo, como já notei, da independencia social, não da independencia politica.

Supposto pois o principio da civilização progressiva, como elemento da sociabilidade, poderemos tambem asseverar que, neste sentido, não há nações independentes.

Se pois umas quizerem gosar as producções que a natureza das cousas em outras cria em mais abundancia, de melhor qualidade, e por preço mais barato, tem de trocar por ellas outras producções, que, pelas mesmas razões, aquellas não criam tão abundantemente, tão boas, ou tão baratas. A Russia, cujo Governo é dos mais sabios da Europa, acaba de propor á Inglaterra receber-lhe suas manufacturas, com tanto que a Inglaterra lhe receba os seus cereaes (sessão da casa dos communs de 26 de Maio, falla de Mister Villiers).

E a tal ponto vai este principio que entre producções analogas de differentes Nações, e ainda de differentes districtos das mesmas, há tão grande differença, que se tornam, por assim dizer, especiaes, e a respeito das quaes se dá um verdadeiro monopolio natural.

A primeira obrigação pois dos Governos illustrados, e verdadeiramente patrioticos, é dar toda a protecção ao desenvolvimento da industria especial de seus paiz, que deve considerar sempre em primeira linha, sem contudo esquecer-se das outras, consideradas porém em cathegoria secundaria; uma vez que com com o producto da primeira possa pagar os produtos exteriores, que não póde obter em casa em igual abundancia, em qualidade identica, e por melhor preço. Em taes circumstancias estão os vinhos peculiares a certos districtos, por modo que em nenhum outro logar do mundo se produzem identicos em suas qualidades especificas.

Entre estes figura com grande distincção, e particularidade o vinho do Douro, cuja qualidade, devidamente apreciada, lhe dá sobre todos os vinhos conhecidos uma preferencia notavel.

Mas se a natureza foi mui liberal para com a Nação Portugueza dando-lhe um terreno susceptivel de producção que poderia abastecer a Europa com aquelle excellente genero, não o foi por certo no mesmo grao em relação á facilidade de o obter por tal preço, que, levado aos mercados da Europa, possa alli concorrer com os vinhos de outras nações; por tal modo, que sua qualidade especial lhe grangêe consumo facil, e todavia é essa qualidade, que, apesar do

preço, á que o elevam os gastos de producção, sustenta o seu credito, e mantem a sua procura; mas não estando seu preço aoalcance de todas as fortunas, é por isso limitado o seu consumo.

Em vencer estas difficuldades é que o genio nacional deve esmerar-se; porque a natureza das cousas quer que Portugal dê á Industria Agricola a mais seria attenção, e quer tambem que nesta industria occupe um distincto logar aviticola, tendo em consideração, que se todo o paiz, com poucas excepções, é susceptivel de grande augmento na cultura da vinha, e por consequencia na producção do vinho, nem todas as localidades o produzem tal, que com vantagem possa apresentar-se diante do seu concorrente de outras nações, em tal preço, e com tal qualidade, que possa contar com uma decisiva preferencia, a não ser o vinho do Douro em Inglaterra, aonde até agora tem achado o seu principal mercado.

Daqui se segue que á cultura aviticula do Douro deve dar-se uma decisiva protecção, para que produzindo-se com menos gastos de producção, se colha da sua especial qualidade toda a possivel vantagem; podendo dizer-se sem risco de errar, que se aos Lavradores do Douro fôr possivel por quaesquer meios conseguir diminuição nos gastos de producção, o consumo deste genero augmentará precisamente á custa do consumo dos vinhos da França, e mesmo da Hespanha, porque aquelle está mais em relação com o paladar do consumidor; e em tal caso o lucro do Lavrador será tanto maior quanto menores forem os gastos de producção.

Não está nas mesmas mãos a cultura da vinha em outras localidades no paiz, e que, produzindo excellentes vinhos, não podem comtudo competir com os do Douro, forcejando o interesse individual por confundi-los com estes, levando-os licita, ou illicitamente a seus depositos, para nelles obterem o nome que em seu paiz natal, elles não tem; ponto que espero há de merecer a attenção do Corpo Legislativo, qundo delle mais especialmente se occupar.

Mas estes vinhos podem ter para seu outros mercados, aonde o gosto e a relação das fortunas individuaes mais naturalmente o chamam; competindo só ao Governo de acordo com o Corpo Legislativo, destruir os embaraços, que se oppõem a esta natural tendencia; o que não será difficil, se mais em vista se tiverem os interesses materiaes dos paises reciprocamente productores e consumidores, do que preconceitos nocivos, ou caprichos inopportunos.

Os nossos productores de vinho parecem que até agora se têem persuadido que o seu genero não é susceptivel de extracção senão na propria forma de vinho, quando convertido em agoa-ardente exportavel, e exportada, não deixaria por isso de ser vinho extrahido, e sendo certo que em relação a todo o Reino, cada oito pipas de vinho produzem uma de agoa-ardente na concentração de 10 graos do pesa liquor de Tessa, equivalentes a 29.º graos de Cartier, ou a 0,75.º do alcoolometro centesimal (termo medio), é evidente, que a exportação de uma pipa de agoa-ardente corresponde á de 8 pipas de vinho.

Para explicar tão notável descuido não podem achar-se senão dous argumentos; o interesse é o primeiro; e este mui real, se o vinho vendido e exportado nesta forma der mais

lucro ao lavrador, argumento que só procede para este caso, mas que nada vale para com o muito vinho que se não exporta; porque nesse caso prevalece a ignorancia, que é o segundo argumento; e na verdade, por muito tempo, em nossa terra, se não conheceram outros processos destilatorios que aquelles, que nos vieram dos Árabes, e ainda hoje mesmo se não seguem os novos com a extensão e perfeição com que elles se praticam em outros Paizes, aonde os aparelhos de destilação continua inventados por De Rosne, e aperfeiçoados posteriormente, são os que hoje se empregam para obter, em differentes graos de concentração, a agoa-ardente grata, e macia ao paladar, e sem aquelles defeitos que quasi sempre ella offerece, quando obtida pelos antigos alambiques, e com os quaes nem póde ter prestimo na preparação dos vinhos, nem exportação possivel.

Perdeu-se a época mais favoravel de levar esta laboração a grande perfeição, e de obter della mui fecundo manancial de riqueza; mas nem por isso deveremos desistir dessa idéa: para a ter realisado é, que poderia ter prestado uma Companhia tão amplamente privilegiada, como fôra a extincta da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; mas durante sua administração, em vez de se ter procurado elevar este ramo fecundo da Industria nacional ao gráo de prosperidade de que é susceptivel, com muita mágoa notamos, que essa Companhia praticou o inaudito escandalo de pedir ao Governo a faculdade de importar alguns milhares de pipas de agoa-ardente de França; e vimos ainda mais que o Governo de então lhe concedeu a faculdade dessa importação para o paiz do vinho!!

Cumpre por tanto tentar outro de extracção aos vinhos, que tão abundantemente se produzem em Portugal, para coadjuvar aquella, que se faz em sua propria forma, e com tanta mais razão, que não é possivel esperar que os vinhos do Douro tornem dar os preços por que se venderam durante a guerra da independencia, e poucos annos depois; mas póde argumentar-se, que as despezas da conversão do vinho em agoa-ardente augmentam o custo do vinho, por modo que assim convertido apparecerá no mercado estrangeiro sem possibilidade de concurrencia; mas não será difficil a resposta, notando-se a differença de despezas resultantes da diminuição de fretes, transportes vasilhas, armazenagens, commissões, e costeamento de conservação; e sobre tudo com a differença dos direitos por entrada em Inglaterra.

Os Francezes têem dado a este objecto a maior consideração, porque sem se esquecerem de dar a seus vinhos a maior extracção possivel, especialmente para o Norte da Europa, tem, com o maior cuidado, favorecido o seu commercio de agoa-ardentes, aperfeiçoando sucessivamente sua qualidade, para nesta forma darem o maior consumo a seus vinhos; sendo certo que a quantidade de agoa-ardente, que de França se exporta com o nome de Cognac, excede muitas vezes aquella que se fabrica no paiz vinhateiro, que no Departamento de Charente tem este nome.

E porque não imitaremos os Franceses? Por ventura os nossos excellentes vinhos da Bairrada, Beira-Alta, e Estremadura não serão proprios para dar tão boas agoa-ardentes como os de França? E não são estes territorios os mais adequados para o estabelecimento de fabricas de destillação, em razão da abundancia de combustivel? Que falta senão facilitar as communicações para diminuir as despezas de conducção, e dar à destillação a possivel protecção, para que a agoa-ardente se fabrique tão boa como a de França?

Que a exportação deste ramo de industria promette grandes vantagens parece demonstrado, mas ainda faremos algumas observações quanto aos direitos por entrada. O vinho paga em Inglaterra por cada galão imperial 5 shellings e 6 pence: ou 1$100 réis ao cambio de 60 shellings por 1$000; e a agoa-ardente paga 1 libra, 2 shellings, 6 pence, ou 4433,2.

O galão imperial é igual a canadas 2, 139 da medida do Porto, do modo que uma pipa de vinho do Porto de 21 almudes equivalentes de galões imperiais 117.7 pagará 129$547 réis; e oito pipas pagarão 1 006$376. Assim:

8 pipas de vinho a 129$643 réis pagarão ..... 1 006$376
1 pipa de agoa-ardente pagará ..... 522$496
Sendo a differença nos direitos ..... 514$080
Que partidos por oito pipas dão a favor dos
direitos o lucro de ..... 64$308
De modo que cada pipa de vinho convertida em
agoa-ardente viria a pagar de direitos só ..... 65$312

Consta dos mais authenticos registos,, taes como Mac Culloch no seu Diccionario Commercial, e o Yarly Journal of Trade, que a importação média annual de agoa-ardente (Brandy) em Inglaterra é de 12 mil pipas, que equvalem pelo menos a 96 mil pipas de vinho, sendo cada uma de galões 117.77. Esta é a importação legitimada nas Alfandegas, mas aquella que se faz por contrabando nas Costas dos Condados de Kent e Sussex é immensa,como diz o mesmo Mac Culloch, e tal é o efeito do excessivo direito.

É pois objecto da maior importancia para este paiz trabalhar por diminuir, quanto se possa o custo da agoa-ardente no ponto do seu embarque para os paizes onde ella póde ter consumo: não só pela diminuição da despeza na conducção proveniente, assim do estado das estradas, como dos vehiculos de transporte, e fazer porque a nossa agoa-ardente adquira aquelas qualidades, ás quaes a da França deve a merecida reputação de que gosa.

Em quanto eu confio que se há de dar ao melhoramento das communicações internas a attenção que tal objecto demanda, proponho-me a dar ao processo destillatorio todo aquelle aperfeiçoamento de que elle é susceptivel, para que a possamos fabricar por modo que possa concorrer com a da França nos mercados da Europa.

Com este meio indirecto conseguiremos auxiliar a extracção dos nossos vinhos.

Quando todos os productos da industria estrangeira tem baixado consideravelmente de preço, não era possivel que só os nossos vinhos conservassem aquelle a que subiram em circumstancias excepcionaes, e que prasa a Deos nunca mais se renovem.

Hoje que elles tem contra si terriveis concorrentes nos de Hespanha e França, que então não tinham, todo o nosso desvelo deve consistir em attenuar o effeito de muitas causas naturaes, que se opp-oe a que os gastos de producção sejam reduzidos por modo que para a sua extracção, não seja mister confiar só na excellencia da sua qualidade; e dado que nella consiste em grande parte a razão de seu consumo, como o seu preço elevado não está ao alcance do maior numero de fortunas, o consumo será sempre mingoado, em quanto o lavrador o não poder obter com menos gastos de produção. Que importa que ainda hoje a exportação do nosso vinho do Douro orce pela mesma quantidade media, se o preço que por elle os lavradores recebem não chega para o seu grangeio?

Mas como há de o lavrador vendê-lo por mais se o consumidor lho não paga? E não lho paga, porque tem outro mais barato, e senão da mesma qualidade, o paladar do consumidor tem de fazer algum sacrificio à sua bolsa.

Debalde se pretende uma Companhia privilegiada, e dotada com um certo exclusivo poderá dar consumo, e melhor preço ao vinho; esse exclusivo não faria senão augmentar o seu preço natural; seu effeito seria o mesmo que o de um imposto directo lançado sobre elle, e não seria senão mais um embaraço á sua extracção.

O único meio de efficazmente proteger este fecundo, mas por agora tão precario manancial da riqueza nacional, é fazer os possiveis esforços para vencer as difficuldades de que procedem as grandes despezas que custa sua producção, e cortar aquelles estorvos que embaraçavam a sua exportação para os logares do seu destino.

Se com este intuito eu proponho a concessão de um premio á exportação da agoa-ardente; não se cuide por isso que com elle ficarão diminuidos os rendimentos publicos; muito ao contrario crescerão, porque os valores importados, mas comprados com o producto do genero exportado, pagarão na sua entrada direitos que muitas vezes excederão as importancias do premio.

Como principio da protecção á nossa industria aviticola, tenho hoje a honra de submetter á vossa consideração o seguinte projecto; o qual, se por ventura não corresponder ao fim que me propuz, será ao menos um testemunho dos desejos que tenho de concorrer quanto possa para o bem da minha Patria.

Projecto

Artigo 1.º Conferir-se-há o prémio de doze contos de réis em metal, pagos pelo Thesouro Publico Nacional, àquelle que dentro de um anno, contado da data desta lei,

apresentar um processo de destilação continua, pelo qual dos Vinhos Nacionaes se obtenha com mais vantagem, se for possivel, quanto ao processo, agoa-ardente a todos os respeitos similhante áquella que no commercio corre com o titulo de agoa-ardente de Cognac.

Parágrafo 1.º Se dentro de um anno prescrito não se apresentar o sobredito processo, o prazo de tempo é prorogado a mais um anno; mas em tal caso o premio será sómente de seis contos de réis.

Parágrafo 2.º O inventor, ou introductor do processo expenderá em uma memória explicativa e circumstanciada, a discripção do aparelho, seu mecanismo, e uso pratico, com os respectivos desenhos, ou modélo, e todos os promenores do mesmo processo.

Parágrafo 3.º O Governo fica authorisado para formular o programma de concurso, e o methodo de verificação das condições precisas, para se obter o premio decretado.

Artigo 2.º A exportação da agoa-ardente nacional é livre de direitos; mas se a mesma exportação for feita para quaesquer portos estrangeiros, e em quaesquer navios, será conferido ao exportador um beneficio, ou premio em cada pipa de vinte e um almudes do porto, ou vinte oito almudes de Lisboa, pelo modo seguinte:

Parágrafo único. O prémio será de cinco mil réis em metal em cada pipa, quando a exportação for de cinco a nove pipas, inclusivamente; e crescerá mais mil réis em cada pipa successivamente, quando a exportação for de dez até quatorze, inclusivamente. De quinze pipas por diante o premio será de doze mil réis em cada pipa.

Artigo 3.º Sómente dá direito ao beneficio ou premio estabelecido no Artigo antecedente, a exportação que for feita pelas Alfandegas de Vianna do Minho, Porto, Aveiro, Figueira, Lisboa, Setubal, Tavira, Ponta Delgada, Angra, Fayal, e Funchal.

Parágrafo 1.º O premio mencionado no Artigo 2.º será pago pelos rendimentos da Alfandega por onde se fizer a exportação.

Parágrafo 2.º O Governo formulará o respectivo Regulamento de fiscalização para evitar qualquer abuso e fraude que possa commetter-se, obrigando-se o exportador á verificação do que se contém dentro das pipas, e apresentação da certidão de entrada da Alfandega do porto para onde a agoa-ardente for despachada.

Artigo 4.º As fabricas de destillação continua, ora existentes, ficam, por espaço de dez annos isentas dos impostos directos, lançados as Fabricas, ou de quaesquer outros; e pelos mesmos dez annos, contados do dia em que começarem a trabalhar, todas aquellas que de futuro se estabelecerem.

Artigo 5.º Os Emprezarios, Mestres, e Operários das Fabricas, de destillação contínua, competentemente matriculados, não são obrigados as exercicio de qualquer cargo, para o qual, segundo as Leis vigentes, possam ser eleitos, nem em tempo de paz, ao serviço da Guarda Nacional.

Artigo 6.º Fica revogada toda a Legislação em contrario.

Camara dos Deputados, de Julho de 1840.O Deputado, Agostinho Albano da Silveira Pinto.

∴

Régua, Maio de 1842 – Representação e projecto da Assembleia dos Lavradores da Régua sobre a reforma da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro

Fonte: *O Periódico dos Pobres, Apenso ao N.º 115, 1 a 5.*

SENHORA

Os representantes da Lavoura, que por determinação expressa de Vossa Magestade se reunirão em Assembléa no lugar da Régoa para examinar o verdadeiro estado de decadencia e definhamento a que se acha reduzido o mais precioso producto da nossa Agricultura, e interpôr o seu parecer sobre varias propostas que lhe apresentou o Governador Civil de Villa Real, a quem havião sido remettidas com a portaria de 2 de abril para o sobredicto fim: tem a honra de submetter á consideração de Vossa Magestade o resultado dos seus trabalhos.

Para satisfazer e desempenhar tão espinhoso encargo esta a Assembléa entendeu, que o parecer da Commissão da Associação Commercial do Porto, e conjuntamente a Representação e proposta que a mesma Associação fez subir á Augusta Presença de Vossa Magestade deverião servir-lhes de baze, tanto mais approveitavel quanto é certo, que a doutrina da Corporação do commercio desenvolvida nessa Representação e parecer por tal modo reforça a justiça, com que a lavoura há solicitado a dotação d'um Banco Protector, que nenhum bom fundamento poderá hoje pretextar-se em opposição aos clamores dos habitantes deste malfadado paiz.

A lingoagem da Commissão do commercio é tão expressiva, e pinta com tão vivas côres a desgraçada situação da Lavoura, a decadencia do commercio, e a crize que o ameaça, que esta Assembléa julga dever abster-se de repetições enfadosas, e que só servirião para magoar o Coração benefico de Vossa Magestade, que se dignará de tomar como proprias destes Povos as expressões daquella respeitavel Corporação, da qual porem se apartão na applicação dos meios por a mesma indicados, sentindo, e muito, esta Assembléa ter nesta parte de combater o plano da Associação, como vai faze-lo entrando na sua analyse.

Se o commercio no paragrafo 3.º da supplica que dirige a Vossa Magestade não reconhecêra a impossibilidade de vivermos só dos productos do nosso solo; se no paragrafo 4.º não désse aos nossos Vinhos a essencia de toda a acção Commercial reconhecendo nelles o

talisman da salvação publica; a Associação poderia na combinação do movimento Commercial encontrar motivos mais ou menos fortes para solicitar medidas, que resgatando este não déssem á Lavoura, fonte distilladora desse germen de vida para nós, um golpe de morte que a todos assusta e aterra: o commercio porem apresentando como base do seu plano a necessidade de ampliarmos a nossa exportação, buscando muitos e variados regatos, que possão levar-nos para fóra os Vinhos excedentes ao consumo interno, indica como util e conveniente a feitura de Tractados com a Grã-Bretanha e com as nações do Norte, e sem que outro algum meio indique para remediar a desproporção entre o consumo e a producção, passa no paragrafo 11 a designar aquelles que tem por convenientes na actualidade.

Que nos devem convir os Tractados conciliando-se nelles todos os interesses materiaes do Paiz, fazendo-se mutuas e reciprocas concessões, eis o de que esta Assembléa se acha convencida, bem como o está de que a não serem auxiliados por medidas internas reguladoras, essa tão ambicionanda exportação será ephemera, e sem outro bom effeito além do immediato em beneficio d'alguns, que não de todos os Commerciantes, entendendo por isso que lhes não é dado fazer sobre este objecto exigencia alguma, confiando que a alta Sabedoria de Vossa Magestade providenciará sobre elle por o modo mais conveniente e util, negociando com aquelles Paizes, que poderem trazer-nos vantagens em troca dos favores que lhes concedermos.

Que a diminuição do deposito de Vinhos armazenados no Porto e Villa Nova de Gaya pela facilitação da sua passagem para consumo indicada no paragrafo 11 da Representação, convém aos possuidores destes Vinhos, eis o de que esta Assemblea não duvida, mas que uma similhante concessão se faça por o modo exclusivo e excepcional que se propõe no Artigo 3.º eis o que não lhes parece possivel por a injustiça, com que exclue aquelles dos Vinhos, que por não estarem nos depositos do Porto e Villa Nova, e não terem alli dado entrada nos armazens até 15 de Janeiro, nem por isso deixão de Ter igual direito a esse mesmo favor.

Que a izempção de direitos nos Vinhos que se exportarem para os differentes Portos deve facilitar bastante a sua sahida, também é certo, mas que esta medida exclua a colheita de 1841 habilitada por seus donos para Embarque, eis o que a esta Assembléa não parece admissivel, admirando nesta parte a pouca genorosidade do commercio para com a Lavoura, quando no terceiro paragrafo do parecer da Commissão da Associação se diz abertamente. No Douro os Vinhos novos e agoas-ardentes não se vendem, dão-se. Ora, se o commercio reconhece esta desgraçada posição dos Lavradores: se o único beneficio que póde fazer-se-lhes consiste em favorecer-lhes as vendas, como então se propõe uma medida, que só póde produzir o effeito opposto?

Que da não admissão nos armazens de deposito da novidade de 1841 hoje existente no Douro resulta grande provito aos possuidores dos depositos é claro, bem como o é o prejuizo que desta medida deve provir á lavoura com a adopção do Artigo 5.º do Projecto da

Associação, por quanto alliviados que sejão de direitos de consumo os vinhois especificados no Artigo 3.º é de presumir, que uma grande quantidade passe para esse consumo pelas razões desenvolvidas no paragrafo 3.º do Relatorio da Commissão de commercio, e então a disposição do Artigo 6.º torna-se illusoria em relação ao consumo da novidade de 1841, e ainda mais por a do Artigo 8.º por a qual similhante novidade seria desde já sob carregada com a compra de agoas-ardentes e não poderia concorrer com esses outros vinhos alliviados de direitos pelo Artigo 3.º, e que segundo a confissão da propria Commissão no seu parecer, são ordinarios, e só se exportão forçadamente com grave prejuizo dos seus donos. Além de que a exclusão proposta no Artigo 6.º daria motivo de queixa aos possuidores dos Vinhos, que hão sido constantemente consumidos no Porto, e que ficavão inhibidos d'entrar alli por espaço de um anno: resultando de tudo, que a accumulação dos Vinhos na sua totalidade diminuia apenas em certos pontos com o prejuizo dos Lavradores. Esta mesma não admissão da colheita de 181 nos armazens do porto e Villa Nova importava tambem um outro favor aos possuidores dos depositos, que ficavão melhor habilitados para se aproveitarem na maxima vantagem da disposição do Artigo 1.º por terem esses Vinhos baratos, em quanto os da novidade de 1841, que arteiramente se especificão como favorecidos pelo referido Artigo, o não são attendendo ao onus que se lhes impõe pelo Artigo 8.º que os obriga á compra de trinta canadas d'agoa-ardente por pipa. Similhante meio pois repugna a todos os principios d'equidade, e seria uma restricção odiozissima feita em puro damno dos Lavradores, os quaes verião os seus armazens pejados com todos ou quasi todos os seus vinhos dessa stygmatisada colheita sem que se lhes proporcionasse outro recurso mais que o d'alguns adiantamentos por aquelles que destillassem e entregassem á Commissão creada pelo Artigo 10.º da proposta da Associação , á qual lhes pagaria talvez a sua agoa-ardente por pouco mais da importancia dos mesmos adiantamentos: pois que nenhuma outra taxa, nenhuma garantia se dá á lavoura, que lhes assegure um preço razoavel, quando no plano do commercio não apparece um sorvededouro aos Vinhos accumulados, e só assim uma troca dos empates que a Associação pertende fazer pesar mais sobre a lavoura tão lamentada pelo commercio nas seguintes palavras do paragrafo terceiro do parecer. A Commissão sente Ter de dizer, que o futuro ameaça com a morte da nossa definhada Agricultura!

Propõe tambem o commercio a creação de uma Commissão para contractar e fazer os adiantamentos, que offerece como protecção á lavoura, que deixa de o ser combinando-se a disposição do Artigo 12 com a nenhuma garantia sobre os preços das agoas-ardentes, o que no estado actual da praça póde levar essa Commissão ao maior abuso da posição desgraçada dos Lavradores, que lhes sacrificarião o seu genero a troco de sommas sobremaneira insignificantes, em quanto a mesma Commissão livre no arbitrio da venda e com o exclusivo do Artigo 8.º assegurado por o 13, 14 e 15 da proposta Commercial augmentaria prodigiosamente

os seus capitaes á custa da miseria, e talvez da morte do Douro, e demais Districtos Vinhaes do paiz! Tantas ponderações se amontoão ao considerar esta medida nos seus effeitos mais provaveis em relação á lavoura, que esta Assembléa receoza de ferir ainda levemente o brio da illustrada Associação Commercial do Porto, podendo entrar em minunciosos detalhes sobre todas as consequencias presumiveis d'esta medida, se abstem de faze-lo por a contemplação e respeito que lhes tributa.

A compra das agoas-ardentes designadas no Artigo 8.º, e pelo 15 o commercio pertende se faça só dos Vinhos queimados no Douro, entende esta Assembléa ser esse o favor único e razoavel proprio para bazear um systema calculado sobre principios de reciproca conveniencia para o mesmo commercio e lavoura do Douro, sem ferir os interesses das differenttes Provincias Vinhateiras; e por isso acceita este meio proposto hoje pela Associação Commercial, e que de há muito tem sido solicitado por parte dos Lavradores para a creação de um estabelecimento, que salvando-os e arrancando-os do abysmo que se lhes antolha, possa regularisar o commercio como se há mister.

SENHORA! A experiencia do passado, a comparação com o que se observa nos paizes Commerciaes e mais cultos da Europa, e a força dos males tão pungentes depois que a extincção da Companhia tem dadp logar a sentirem-se os seus effeitos, tudo concorre para que de todas as bocas se ouça hoje uma linguagem energica sobre a conveniencia e necessidade de remediar os males provenientes dessa extincção, ou rehabilitando a antiga Companhia restabelecida pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 ou creando um banco novo, que sendo intermedio ao commercio e á lavoura, sirva de regulador para um e de protector para a outra. Que a opinião geral se pronuncia altamente em abono destes principios é innegavel, pois tendo a Provincia da Estremadura solicitado essa mesma creação por a Commissão que Vossa magestade Houve por bem Nomear em Maio de 1838 para conhecer do estado da Agricultura das vinhas dessa Provincia: e não tendo encontrado outra opposição alem da que lhe presentou o commercio, o qual hoje pelo órgão que o representa no porto reconhece no paragrafo 17.º do parecer da sua Commissão a necessidade de estabelecer um Banco Rural. É fóra de toda a duvida que na actualidade ninguem resiste ás provas de facto, que o nosso estado apresenta em favor da creação desse estabelecimento protector; e então esta Assemblea julga do seu dever propôr a Vossa magestade a rehabilitação da antiga Companhia pelas seguintes razões: primeira por estar já estabelecida por Lei; por concorrerem nella conhecimentos especiaes sobre este objecto; terceira pelo credito que tem ainda hoje os seus Vinhos no mercado estranho; quarto por ter bons estabelecimentos proprios para este giro; Quinta finalmente por ser o único estabelecimento possivel na actualidade.

Deixando de fundamentar os quatro primeiros motivos inteiramente dependentes do quinto, sobre elle fará esta Assembléa algumas ponderações, por as quaes evidenciará a lealdade e patriotismo, que a levão a decidir-se por uma similhante rehabilitação.

Convencida a Associação de que tudo serão horrores no futuro a não dar-se prompto remedio que salve a lavoura, e arranque o commercio da crize, que o ameaça; e mostrando-se pesarosa por não poder acudir aos Lavradores quando diz no paragrafo 12 do parecer bem quizéra vêr-se na possibilidade d'audir á desgraçada lavoura, terminando o referido paragrafo para a compra de todos aquelles Vinhos (os da novidade de 1841) á Lavoura eram necessarios capitaes, que não apparecião de prompto como era mister. Optando em consequencia por outro arbitrio na impossibilidade de conseguir um pelo qual se facilitasse a queima de todos os Vinhos para agoa-ardente por um preço, que deixasse a seus donos os meios de subsistir regradamente é claro que a poder combinar-se algum meio, que promova e garanta este beneficio á lavoura sem prejudicar o commercio, conciliando-se nelle todas as providencias que tendão a estabelecer o equilibrio entre o consumo e a producção, será esse meio o melhor, e o mais adaptado ás nossas circumstancias conforme a doutrina da Associação. Ora a antiga Companhia por estar já montada é a única que se offerece a funccionar neste sentido, logo a Assembléa adoptando os principios do commercio não podia deixar d'optar por a sua rehabilitação. Que ella é a única as expressões citadas que se lem no parecer da Commissão do commercio o provão, por quanto não é possivel reunir capitaes para comprar os Vinhos da novidade de 1841. Em tal caso ou deve confessar-se que á Lavoura se exige o sacrificio desta novidade em auxilio dos commerciantes que se arreceão de quebras ou desejão engrossar seus capitaes; ou ratificando a Associação que pertende curar conjunctamente os malles do commercio e da lavoura, ella mesmo reconhecerá que esta Assembléa tendo em vista o maior bem do maior numero, organiza um plano imparcial, e o único possivel na actualidade.

Compare-se agora a creação dessa Commissão proposta pelo commercio com a rehabilitação da Companhia, o que se encontra? Promette essa Commissão fazer compras certas por preços, ainda que modicos, razoaveis para as nossas presentes circumstancias? Indica ella algum sorvedouro aos nossos vinhos? Estabelece por ventura algum equilibrio justo entre a lavoura e o commercio que acoberte aquella da cobiça de muitos commerciantes? Não se infere acaso das palavras do paragrafo 12.º do parecer, que as agoas-ardentes serão compradas aos Lavradores por preços, que lhe não deixarão os meios de subsistir regradamente? Por ventura veda-se a essa Commissão o Ter ella ao tempo da sua installação depositos avultados d'agoas ardentes baratas, podendo conservar preços baixos nas primeiras vendas, obrigando assim o desgraçado Lavrador a entregar-lhes o seus genero quasi dado? Aonde estará então o favor feito por essa Assembléa á lavoura ?

Esta Assembléa infelizmente só depara na concepção do plano da Associação com o pensamento de beneficiar uma Corporação sem attenção alguma por a outra! Ao mesmo tempo que diz no paragrafo 4.º da sua Supplica a Vossa Magestade o Vinho nos dá a nossa existencia Commercial, a videira é o manancial, de que se derivão nossas relações, é a fonte donde corre o representante de todos os valores que de fóra recebemos; todas as outras fontes são pequenas mais de agoa que apagão a sede talvez á millesima parte dos Subditos de Vossa Magestade.

Se pois isto é verdade porque o commercio o confessa ea lavoura o não contesta; se a Commissão proposta pela Associação só offerece vantagem a quem tiver a fortuna de pertencer-lhes; perferivel, e muito perferivel é o plano desta Assembléa, que só exige um sacrificio do commercio em troca dos encargos a que se obriga a antiga Companhia, a qual no plano desta Associação contrasta com aquella Commissão por o modo seguinte.

Tendo a Commissão do commercio declarado no paragrafo 4.º do seu parecer que na presença dos preços demasiadamente baratos a concorrencia costuma ser mais no preço do que na qualidade, não podendo por isso os Vinhos genuinos e particulares concorrer sem a ruina total dos seus proprietarios rematando axiomaticamente que o consumo de Vinho em Inglaterra augmentará na razão do melhoramento da sua boa qualidade. Esta Assembléa entende, que todos os esforços se devem empenhar na verificação dessa boa qualidade, por a qual reganharemos o credito perdido, única táboa de salvação para o commercio e para a lavoura, e tanto mais se convence de que esta deve ser a principal baze de qualquer plano adoptavel quanto a mesma Associação confessa no referido paragrafo 4.º in principio que a exportação apenas se tem ressentido deste estado desgraçado; que ella tem baixado pouco em relação com a nossa miseria, mas que há sido forçada pela necessidade de buscar recursos, procurando mercados acurvados ao peso immenso de generos que não carecem, e que por isso se deprecião e arruinão! Se pois na exportação as differenças são pequenas; se por a extincção da Companhia em 1834 se entendeu favorecer o movimento Commercial por uma liberdade sem limites, e em vez de conseguir-se vantagem tem apparecido as mais funestas consequencias d'essa extincção; se o consumo em Inglaterra só póde augmentar na razão do melhoramento d'essa qualidade; se do barateio dos preços não resulta augmento na exportação, e só sim depreciação e descredito por serem ordinarios os Vinhos que forçados pelas circumstancias correm a procurar mercado; quem duvidará do muito que convem e se precisa adoptar a medida proposta no Artigo 1.º do Projecto da Assembléa'

Se a accumulação de Vinhos nos depozitos do Porto e Villa Nova carece de ser dimunuida e não augmentada, não podendo nem devendo sanccionar-se medida alguma com o effeito retroactivo, a mesma assembléa combina com a doutrina do Artigo 17.º da proposta do commercio por o modo porque a redige no Artigo 2.º do seu plano.

Tambem appresenta como necessaria a renovação das antigas Feiras na Regoa, para que os Lavradores, levando seus Vinhos á concorrencia dos Compradores, se esforcem por bem fabrica-los, resultando desse melhor fabrico diminuição na quantidade, conseguindo-se indirectamente um certo equilibrio entre a producção e o consumo.

Este equilibrio constitue a baze essencial do plano d'Assembléa e no Artigo 5.º aonde se depára com a dotação da Companhia se encontra tambem o meio directo de fazer apparecer a producção tal qual ella tinha sido, e não falsificada como costuma sê-lo, por o nenhum interesse que resulta aos donos dos Vinhos d'agoar aquelles que venderem á Companhia para queimar; preenchendo-se o duplicado fim d'estabelecer mais facilmente essa indicada proporção entre o consumo e a producção, e de levar ao mercado boas agoas-ardentes do Douro, aonde não sobrarão Vinhos regularisado que seja por este modo o seu verdadeiro e natural vehiculo. A força de 10 graus que se exige a essas agoas-ardentes é mais uma garantia desse equilibrio e do melhor beneficio dos Vinhos d'embarque; bem como o é d'ambos a disposição do Artigo 7.º e 8.º onerando-se por este modo a lavoura para tornar realizavel o pensamento do commercio: o qual por certo não póde repugnar á adopção do Artigo 5.º pois igual e muito mais esclusiva é a obrigação do Artigo 15.º exigida pella Associação.

SENHORA: se a Corporação do commercio propõe medidas em contrario aos principios que há defendido, e pede certas restricções, e exclusões menos generosas levadas na necessidade e do apuro das circumstancias, e destas só lhe resulta favor no presente, por isso que confessa serem para o momento; quam palpavel não será ao Paiz inteiro a justiça com que se propõe no plano da Assembléa a obrigação do Artigo 5.º em favor da Companhia? Reconhecida a urgencia para a creação prompta de um banco, e sendo consequencia necessaria desta creação uma dotação razoavel, que o habilite a proteger a lavoura por meio da compra dos seus productos, qual será essa dotação? A mesma Associação propondo á Commissão do Artigo 10.º com o simples encargo do Artigo 11.º não lhes assegurava vantagens espantosas por o Artigo 12, 13.º, 14.º e 15.º? e será por ventura o ónus do Artigo 5.º do Projecto d'assembléa mais gravoso e menos productivo em resultados favoraveis a Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e de mais Districtos Vinhaveis do Paiz? O Artigo 15.º do commercio estabelece uma exclusão prohibitiva ás agoas-ardentes que não forem do Douro; e não havendo garantia alguma sobre preços, qual será o que ellas terão fóra do Porto e naquella Cidade?

Bem longe de querer uma similhante exclusão a Lavoura do Douro sabe medir por si a posição desgraçada dos proprietarios de Vinhas nas differentes Provincias do Reino, e não deseja para os outros o que para si não quer: o Douro precisa, e precisa já para não succumbir, de quem lhes compre os seus Vinhos, o commercio não póde faz~e-lo, e diz que seria bom haver quem o fizesse, ora a Companhia offerece-se e presta-se a esse encargo

concedendo-se-lhe o beneficio do Artigo 5.º deste plano, mais razoavel que o exigido pela Associação no Artigo 8.º, e seguintes, logo a concessão e adopção do referido Artigo 5.º é justo relativa e absolutamente fallando, porque é necessario. Esta Assembléa não duvida de que todas as Provincias Vinhateiras exultarão com esta medida; que lhes assegura preços vantajosos ás suas agoas-ardentes, porque não havendo no Douro Vinhos sufficientes para a queima das que devem empregar-se no beneficio dos Vinhos d'Embarque; e reduzindo este plano a quantidade d'elles na sua totalidade, é de primeira intuição a certesa da venda dessas agoas-ardentes das differentes Provincias, que subirão de preço na rasão da nossa. Além de que a proposta da Assembléa é combinada tão systemathica e economicamente, que sem augmento nas exportações, o qual muito é para desejar se consiga, mas que nos cumpre prever não verificavel, se obtem o mais aproximadamente possivel esse equilibrio de que faz menção o commercio no paragrafo 6.º do parecer da sua Commissão, e assim longe de fechar-se a concurrencia ás agoas-ardentes da Estremadura, Beira, e Minho, ellas affluirão em maior abundancia. Ainda mais ; a creação de uma Commissão Reguladora tira a este Projecto toda a idêa de parcialidade, porque não só a Companhia será fiscalisada e inspeccionada para que não abuse, mas servirá ella de empreço aos contrabandos d'agoa-ardente, origem na maxima parte dos nossos maiores males; a organisação dessa Commissão assegura a fieldade no desempenho da sua missão.

Restaria considerar a possibilidade em que se acha a Companhia para satisfazer ao encargo a que se presta, se esta Assembléa insincera nos seus desejos, e desleal no cumprimento do seu dever, curando menos do bem da lavoura do que das vantagens particulares desse estabelecimento houvera tido com elle alguma contemplação injusta e egoistica; os Representantes porêm dos interesses materiaes do Douro não podião falsear-se a si e aos seus Conterraneos, e na falta desse tão reclamado balanço, que hoje não era possivel exigir, a não querer sob um similhante pretexto encobrir a intenção de nullificar qualquer trabalho ou fructo desta reunião, elles accordarão unanumemente na disposição do Artigo Transitorio, por o qual se satisfaz a todas as exigencias dos menos affectos á Companhia em quanto pela creação da Commissão Reguladora se lhes tira o receio, que tão avessos lhes há tornado alguns espiritos.

A disposição do Artigo 10.º é de tanta justiça, que sobre elle desnecessário é fazer commentos, pois se algum sacrificio se pede nesta forma de pagamento, outras dividas não mais sagradas hão sido assim satisfeitas, e a Companhia será habilitada para beneficiar o Paiz em geral, e em casos taes o sacrificio além de ser o cumprimento de um dever satisfaz uma das necessidades publicas a mais urgente.

Tambem entendeu esta Assembléa de conveniencia geral a disposição que leva consignada no Artigo 9.º, por quanto é ella justa attendendo á desiguldade dos valores da duas

qualidades de vinhos verdes e maduros, obtendo os verdes baratissimos no seu costeio e fabrico preços quasi iguaes aos maduros caros não só por as despezas avultadas desseb mesmo custeio e fabrico, mas ainda por a desigualdade desproporcionada, que se lhes impõe nos direitos de consumo: é além disso conveniente á lavoura, ao commercio, e não prejudica os proprietarios desses vinhos, por se obter por este meio um equilibrio mais seguro entre o consumo e a producção, queimando-se Vinhos que aliás se beberião, e bebendo-se aquelles que serião queimados, os quaes produzirião o duplo em agoa-ardente, e assim a differença que póde dar para menos no consumo contra os vinhos verdes, dá para mais na destillação desses mesmos, permitta-se a explicação mais clara. – Supponhamos que no Porto se consumião 20 000 pipas de vinho maduro, e 10 000 pipas de verde, e que d'ora em diante se consumem 25 000 ditas do primeiro e só 5 000 do segundo; teremos que as 5 000 pipas que se consumem a maior de vinho maduro demandão 8 ou 9 000 de vinho verde para substitui-las na destilação, e por consequencia houve uma diminuição de 3 ou 4 000 pipas na totalidade dos vinhos do Paiz em relação a todos os vehiculos de consumo interno e externo.

As medidas temporarias com que esta Assembléa remata a sua obra são baseadas todas nos mesmos principios, em que se fundamentão as permanentes, e não carecem por isso de novo desenvolvimento especialmente dedicado a justificar a imparcialidade e conveniencia que as dictou.

SENHORA, esta Assembléa reconhece Ter-se demorado demasiadamente no desenvolvimento dos motivos, que a levarão a propôr o seu plano só differente do da Associação Commercial do Porto na applicação dos meios, no entanto o objecto por a sua transcendencia, por a crize em que é tractado, por a respeitabilidade e importância da corporação que o incetou, demanda serias e mui graves ponderações; as quaes serião talvez melhor e mais correctamente combinadas e redigidas, se em tal curto espaço de tempo, e em tanta confusão não fôra impossivel confeccionar um plano tão vasto sem ser por isso muito defeituosa na forma, e na redacção: accrescendo a estas considerações a de que deve elle ser escripto em linguagem simples e clara para ser bem comprhendido por todos os homens de todas as classes, a quem directa ou indirectamente póde interessar a sua adopção;

Digne-se pois Vossa Magestade de Tomar na Sua Alta Consideração estes motivos, e attender aos infelizes habitantes deste Paiz, que desejão a Vossa magestade a dilatação por longos annos de uma vida preciosa, por a qual fazem os mais puros e sinceros votos todos os membros desta Assembléa, que esperão obter de Vossa Magestade alguma contemplação com o deferimento á sua Supplica no que Realmente Merece.

PROJECTO

Artigo 1.º A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro continuará a encarregar-se dos Arrolamentos, Provas e Guias dos vinhos na conformidade da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, fazendo as provas no logar da Régoa em duas assentadas na mesma casa por nove provadores escolhidos em número igual pela Lavoura, Commercio, e Companhia, conservando-se por modo mais adaptado á verificação da qualidade dos Vinhos.

Paragrafo 1. Cada um dos Fiscaes da Companhia será acompanhado na extracção das amostras por um Empregado da Alfandega do Porto, e por um dos Lavradores mais intilligentes e ricos do Concelho.

Paragrafo 2. Para que vigore a disposição do paragrafo antecedente, o Director da Alfandega do Porto escolherá os Empregados necessarios d'entre os mais probos, os quaes mediante uma razoavel gratificação, que não excederá os 1 600 réis diarios, passarão ao Douro no tempo proprio para os fins indicados no referido paragrafo.

Paragrafo 3. Para os mesmos effeitos serão nomeados pelo Governador Civil do respectivo districto dous d'entre seis dos Lavradores que colherem para cima de trinta pipas de Vinho de Vinhas suas, e que lhe devem ser propostos pelas camaras de cada Concelho, os quaes poderão recusar-se como lhes convier.

Nos Concelhos aonde não houver Lavradores que colhão o número de pipas indicado escolher-se-há d'entre os que colherem maior porção de vinho de vinhas suas.

Paragrafo 4. Os presidentes destas provas serão dous, um eleito pela Camara de Villa Real, e outro pela de Lamego, não podendo a eleição recahir em quem não colha para cima de sessenta pipas de Vinho de Vinhas suas.

Paragrafo 5. Terminada esta operação o seu resultado será promptamente remettido por a Companhia á Commissão reguladora para os fins convenientes.

Artigo 2.º A Commissão separará por uma quantitativa igual a quantidade necessaria do Vinho que, tendo sido qualificado em primeira qualidade, se julgar demasiado para as necessidades do Commercio, não consentindo que para essa primeira qualidade se designe quantidade superior á exportação da mesma primeira do anno antecedente.

Paragrafo único. A Commissão poderá fazer nesta parte as alterações que a bem da lavoura e commercio possam reclamar no futuro, quando o deposito de vinhos proprios para a exportação não exceder nos Armazens do Porto, Villa Nova de Gaya e Douro, a setenta mil pipas.

Artigo 3.º Haverá uma feira annual de Vinhos no logar da Regoa antes da abertura da qual, que não passará além do dia 15 de Fevereiro, ninguém poderá comprar vinho algum para exportação. Os dias d'abertura e duração della serão marcados pella Commissão que os fará

publicos com a devida antecipação por Editaes affixados no Porto e em todas as freguezias do Districto da Companhia.

Artigo 4.º Durante a feira serão manifestados regularmente pelos compradores á Companhia todas as compras que fizerem de Vinhos para exportação; devendo os Lavradores dentro em oito dias depois de fechada a feira fazer igual Manifesto da quantidade que deixarem de vender, e reservão para esse mesmo destino, não podendo receber guia para exportação o Vinho que deixar de ser por este modo manifestado.

Artigo 5.º A Companhia é obrigada a comprar regularmente uma metade do Vinho não approvado para exportação, incumbindo á Commissão reguladora fazer nesta parte as alterações para mais ou para menos conforme o julgar conveniente á lavoura e ao commercio sem risco para a Companhia. O preço será regulado pelo seu producto em agoa-ardente a razão de oitenta e cinco mil réis pelo menos por cada uma pipa da força de dez graus na fabrica segundo o areometro de Thesse, sendo todas as despezas de carretos e destillação feitas por conta da Companhia, e inspeccionando seus donos este processo como lhes convier.

Artigo 6.º Os negociantes, bem como todos e quaesquer exportadores de Vinhos, são obrigados a comprar á Companhia, por cada uma pipa de vinho destinados ao mercado da Europa, trinta canadas de agoa-ardente da força pelo menos de oito graus cobertos segundo o areometro de Thesse, dezoito por cada uma pipa destinada a todos os outros mercados do Mundo, e seis por cada uma das do Vinho de consumo que entrarem no Porto ou Villa Nova de Gaya.

Paragrafo 1. O preço desta agoa-ardente será estabelecido pela Commissão regulado d'accordo com a Companhia sobre o cálculo de todas as despezas e um lucro de vinte por cento para a Companhia.

Paragrafo 2. No acto da entrada o despachante não poderá admittir Vinho algum para entrar no Porto ou Villa Nova de Gaya, sem que o dono do mesmo, ou quem suas vezes fizer, mostre ter contractado a compra da agoa-ardente designada neste Artigo.

Paragrafo 3. O pagamento destas agoas-ardentes será satisfeito pelos compradores á Companhia em dous prasos, que nunca poderão exceder a seis mezes, sendo pelo menos satisfeita uma Terça parte no acto da compra.

Paragrafo 4. Será levada em conta pela Companhia ao comprador toda a agoa-ardente que o mesmo mostrar haver sido comprada conforme as disposições dos Artigos 7 e 8.

Artigo 7.º Por todo o Vinho d'ora em diante approvado para exportação que for conservado no Douro, seus donos comprarão á Companhia um almude d'agoa-ardente até trinta e um de Agosto do anno respectivo.

Artigo 8.º Todos os Lavradores que quizerem habilitar para a exportação dos seus Vinhos da proxima de futura colheita comprarão á Companhia seis canadas d'agoa-ardente por cada uma Pipa de Vinho.

Paragrafo único. A Commissão encarregará nos seus regulamentos a formula porque dizem ser feitos o pagamento destas agoas-ardentes, por um modo facil e favoravel ao Lavrador.

Artigo 9.º Fica cessando na Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya a distincção que actualmente existe entre Vinho verde e maduro, pagando todo o de consumo unicamente a imposição de 4 500 réis por pipa.

Artigo 10.º As inscripções que a Companhia possue na Junta de Credito Publico e que lhes forão ou venhão a ser dadas em pagamento de divida legalmente liquidada serão admittidas como dinheiro de contado no pagamento de metade do direito d'exportação.

Artigo 11.º Criar-se-há desde já uma Commissão apropriada aos interesses agriculo-commerciaes denominada de Reguladora, á qual competirá:

1. *Inspeccionar por meios efficazes o exacto cumprimento do Artigo 1.º*
2. *Fixar a quantitativa marcada no Artigo 2.º.*
3. *Designar os dias de abertura e duração da feira communicando as suas deliberações nesta parte á Companhia para esta lhes dar a publicidade conveniente.*
4. *Velar pela observancia estricta do Artigo 5.º para que a Companhia não deixe sob qualquer pretexto de verificar as compras a que é obrigada.*
5. *Estipular o preço das agoas-ardentes na conformidade do paragrafo primeiro do Artigo 6.º tixando por um regulamento especial a forma dos pagamentos indicados no paragrafo 3. do mesmo Artigo.*
6. *Fazer todos os regulamentos que julgar necessarios para a mais fiel e facil execução do presente Lei submettendo-os á approvação do Governo, e propondo todas as medidas concernentes ao melhoramento da Agricultura e Commercio dos vinhos do Alto Douro e todas as que tenderem a obstar á introducção de agoas-ardentes Estrangeiras no Porto, Villa Nova de Gaya e Douro.*
7. *Estabelecer os meios proprios para fazer bem differençar os Vinhos das colheitas futuras do das anteriores á rehabilitação da Companhia*

Artigo 12.º Esta Commissão reunir-se-há no primeiro de Outubro nas casas da Companhia da Cidade do Porto começando os seus trabalhos pelos regulamentos que julgar necessarios para o fiel desempenho das suas funcções, designando a epocha e o local das usa Sessões pelo modo mais conveniente aos interesses da lavoura, e adaptado ás necessidades do commercio, devendo metade das suas reuniões pelo menos verificar-se no logar da Regoa.

Artigo 13.º A Commissão não poderá tomar deliberação alguma sem que sejão presentes todos os seus Membros, chamando-se os Substitutos no impedimento dos proprietarios. A sua duração será tres annos renovando-se no fim deste prazo por a fórma prescripta na presente Lei.

Da Eleição da Commissão Reguladora

Artigo 14.º Esta Commissão será composta de cinco membros, dos quaes dous serão Lavradores, dous Commerciantes, e um dos Directores da Companhia. Haverá tantos Substitutos, quanto forem os proprietarios.

Paragrafo 1. Os dous Lavradores só poderão ser escolhidos d'entre os que não juntarem a esta qualidade a de Commerciantes, e serão eleitos por votação indirecta um em Villa Real e outro em lamego.

Paragrafo 2. So poderão votar, na Eleição de Villa Real e Lamego, os Lavradores residentes nestes Circulos que de Vinhas suas colherem pelo menos trinta pipas de Vinho; e só poderão ser votados aquelles que do mesmo modo colherem de sessenta pipas para cima. Nos Concelhos aonde não houver quem colha as trinta pipas reduzir-se-há este censo a vinte.

Paragrafo 3. O Recenseamento dos Eleitores elegiveis será feito pelas Camaras municipaes respectivas, e affixar-se-há no dia 20 de Junho de cada anno em todas as parochias dos differentes Concelhos no Districto da Companhia, até ao dia 10 de Julho serão recebidas pelas mesmas Camaras as reclamações dos interessados, as quaes serão decididas em Sessões públicas até ao dia 20 do referido mez, praticando-se em tudo o que diz respeito a este recenseamento o mesmo que se acha disposto no Codigo Administrativo sobre recenseamento das Municipalidades na parte que possão ser-lhe applicaveis similhantes disposições.

Paragrafo 4. A votação terá logar no primeiro Domingo do mez de Setembro na cabeça dos Concelhos e Casas da camara, presidindo a ella o presidente da mesma. As Actas da Eleição entregues em forma ao eleito serão o seu Diploma, com o qual deverão appresentar-se no segundo Domingo do mesmo mez, em Lamego os Eleitos pertencentes a todos os Concelhos do Districto da Companhia na margem esquerda do Douro, e em Villa Real os pertencentes aos Concelhos do referido Districto da Companhia, na margem direita deste Rio, para sob a presidencia dos dous Presidentes das Camaras respectivas procederem á escolha dos dous Lavradores Membros da Commissão pela fórma indicada no paragrafo antecedente.

Paragrafo 5. Os dous commerciantes serão nomeados pela Associação Commercial do Porto no mesmo dia em que forem eleitos Lavradores.

Paragrafo 6. A designação do membro da Companhia será feita no mesmo dia e á mesma hora em que deve verificar-se a escolha dos dous Commerciantes indicados no

paragrafo antecedente, não podendo ser nomeado senão aquelle dos Directores que sendo Accionista for igualmente proprietario de Vinhas no Districto da Companhia.

Artigo 15.º A Companhia satisfará a todos os encargos que lhe ficão commettidos, sob a immediata inspecção do Governo, que providenciará a respeito dos differentes objecto da competencia da Commissão, em quanto esta não for competentemente installada.

Artigo 16.º Para que seja satisfeita em toda a sua extensão a obrigação imposta á Companhia no Artigo 5,º, a Commissão fixará um rateio quantitativo por modo equitativo á lavoura do Alto Douro, providenciando o Governo sobre este objecto no caso indicado no Artigo antecedente.

Artigo Transitorio

Se a Companhia por qualquer incidente não puder satisfazer no presente ou no futuro os encargos que lhe são commettidos por esta Lei, o Governo de Sua Magestade promoverá dentro de um mez a creação de um Banco novo protector da lavoura e commercio dos vinhos do Alto Douro, ao qual serão concedidas todas as vantagens de que a mesma Companhia gozava ao tempo da sua dissolução, com a stricta obrigação de preencher os fins que se levão em vista na rehabilitação da mesma.

Medidas temporarias

Artigo 1.º São alliviados dos direitos de consumo na Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya aquelles dos vinhos existentes nestes logares com destino para exportação que no prazo de um mez passarem para consumo do paiz.

Artigo 2.º A Companhia, publicada que seja esta Lei, fará logo comprar todo o vinho que os Lavradores lhe queirão vender da colheita de 1841, pagando-o pelo seu producto em agoa-ardente da força de dez graoz na Fabrica segundo o areometro de Thesse, e pelo preço de oitenta mil réis a prazos de tres e seis mezes.

Artigo 3.º Todos os possuidores armazenados no Porto, e Villa Nova de Gaya e Douro, que quizerem conservar os seus vinhos na qualificação de Embarque, são obrigados a comprar á Companhia quatro canadas por cada pipa, e oito canadas por cada pipa do da colheita de 1841 que por o mesmo modo quizerem conservar para exportação, podendo a Commissão reguladora elevar esta obrigação a duas canadas mais por pipa se assim o entender necessario para a completa amortisação da colheita de 1841.

Paragrafo único. O pagamento das agoas-ardentes não passará além do dia 30 de Agosto do corrente anno.

Artigo 4.º Proceder-se-há oito dias depois da publicação da Lei a um varejo geral em todos os depositos de vinhos habilitados para exportação em qualquer parte que elles existão para verificar os volumes existentes.

Paragrafo 1. Este varejo será feito debaixo da responsabilidade e direcção de uma Commissão especial ad hoc, composta de um Lavrador nomeado pela lavoura, um commerciante pelo commercio, e um terceiro que não seja empregado fiscal, nomeado pelo Governo.

Paragrafo 2. Que em virtude d'esse varejo se passem titulos de existencia só aos possuidores dos Depositos, pelos quaes fiquem amortisados quaesquer titulos antecedentes de existencia ou qualificação.

O Conselheiro Governador Civil de Villa Real, José Cabral Teixeira de Moraes.

O Governador Civil do Districto de Vizeu, Antonio Malafaia Freire Telles.

O Presidente da Camara do Concelho de Alijó, Francisco Antonio Filippe Meilogo.

O Administrador do Concelho d'Alijó, Antonio de Castro Correia de Lacerda.

O Presidente da Camara d'Armamar, Joaquim cardoso da Silva pereira Mendonça.

O Administrador de Armamar, João Henrique Teixeira de Carvalho e Castro.

O Presidente da Camara de Barcos, Manoel Pereira de Carvalho.

O Presidente da Camara de Canellas, João Henrique Guedes.

O Administrador de Canellas, João Luiz Pereira d'Affonso.

O Presidente da Camara de Fabaios, José Maria da veiga Cabral de Sampayo.

O Administrador de Fabaios, Antonio Luiz da Veiga.

O Presidente da Camara de Lamego, Ayres Duarte da Fonseca Lobo.

O Administrador de Lamego, o Bacharel Miguel de Sobral Fiel.

O Presidente da Camara de São martinho de Mouros, Manoel Cardoso Mancilha Azevedo.

O Administrador do Concelho, Antonio Cardoso Mesquita.

O Presidente da Camara de Santa Martha, José Antonio Candido d'Azevedo.

O Administrador do Concelho, Ayres Augusto Pinto de Gouvêa.

O Presidente da Camara de Mesão Frio, José Camello de Almeida e Castro.

O Administrador do Concelho José Maria da Veiga Cabral.

O Presidente da Camara de Pêso da Regoa, José Teixeira Borges Soeiro d'Almeida.

O Administrador do Concelho, José Antonio Gonçalves.

O Presidente da Camara de Provezende, José da Veiga Cabral.

O Administrador do Concelho, João Vicente Taveira de Macedo.

O Presidente da Camara de Sabrosa, Luiz Pinto de Sousa Tobar.

O Administrador do Concelho, João Botelho Pimentel Sarmento.
O Presidente da Camara de Taboaço, Antonio d'Araujo Carvalho Perdigão.
O Administrador do Concelho de Villa Real, Antonio Alves d'Aguiar.
O Presidente da Camara do mesmo, Francisco Lourenço de Mattos.
O Presidente da Camara de Villar de Maçada, José Pinto Pimentel e Castro.
O Administrador do Concelho, Carlos Manoel de Seixas.

Proprietarios do Districto de Villa Real.
Antonio Alves Ferreira Pinto Villar.
Antonio Sequeira Varjão Castello-Branco.
Francisco Ferreira Pinto Ozorio.
Henrique da Cunha da Gama.
João d'Almeida Moraes Pessanha.
João Justino Pinto de Gouvea Seabra.
José Bernardo Ferreira.
João Paulo Teixeira de Figueiredo.
Luiz Antonio de Magalhães.
Marcos José Teixeira.
Thomaz Correia Leitão.

Proprietarios pelo Districto de Vizeu.
Padre Antonio Ferreira da Silva.
Antonio Teixeira de Sousa da Silveira.
Carlos Joaquim Ferreira de Carvalho e Cunha.
Jeronymo Dias de Azevedo.
João Clemente de Carvalho Saavedra.
Affonso Botelho de São Payo e Sousa.
João Antonio de Sousa e Carvalho.
João da Silveira Pinto.
Luciano Pacheco d'Albuquerque Barata.
Macario de Castro.
Manoel Antonio Pinto de Soveral.

Lisboa, 29 de Agosto de 1842 – Relatorio e projecto de Lei da Commissão Especial dos Vinhos para a reforma da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Douro.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, Sessão de 29 de Agosto de 1842.*

Relatorio: A Commissão Especial dos Vinhos, encarregada de propôr medidas para melhorar o estado decadente, a que está reduzido o mais valioso producto da nossa Agricultura, bem quizera apresentar à vossa consideração um trabalho completo, que pudesse abranger a todos os paizes vinhateiros de Portugal; porém esta empreza, por extremo difficultosa, exige grande somma de esclarecimentos, que ainda senão poderam obter; e pezando a gravidade das circumstancias, a difficuldade do objecto, e as suas transcendencias, não lhe é possivel apresentar agora um plano geral – attendendo porém á urgentissima necessidade de acudir com medidas promptas, e efficazes ao Paiz do Douro, que sobre todos os vinhateiros é o mais importante pelas qualidades especiaes e singulares do seu Vinho, cujo producto annual sobia a doze milhões de cruzados, com que faziamos face ás transacções com os Estrangeiros, e que pelo estado de estagnação em que se acha, ameaça este Reino de uma grande catastrofe; e examinando com todo o cuidado os differentes Projectos, pareceres e memorias, que existiam na Secretaria desta Camara, e os que foram remettidos pelo Governo, bem como as Representações da Associação Commercial do Porto, e o Parecer da Commissão da Regoa; e tendo ouvido tambem o parecer de muitas pessoas doutas sobre este objecto, não hesitou em coordenar o projecto de lei, que vem submetter á vossa deliberação.

Todas as pessoas, que teem conhecimentos especiaes do Commercio dos Vinhos do Douro, estão de accordo, em que a Agricultura e Commercio deste riquissimo producto da nossa Industria Agricola, não póde animar-se, nem melhorar-se sem a existencia de um Banco Protector – os numerosos projectos, Memorias, e mais documentos consultados pela Commissão, confirmam esta opinião.

A Commissão, considerando que a actual Companhia conserva ainda mui valiosos estabelecimentos, e uma bem merecida reputação nas Praças Estrangeiras, não podia deixar de lhe dar a preferencia.

A Commissão tomou na devida consideração as encontradas opiniões relativas ao Exclusivo de uma porção de Agoas-Ardentes á Companhia na fórma pedida pela Associação da Regoa – porém, convencida da necessidade de abandonar este pensamento, não restava outro algum meio de compensar a Companhia, das obrigações impostas nos Artigos 9, 11, e 12, senão o Subsidio declarado no Artigo 14.º, este é tirado dos impostos, que pagam os Vinhos do Douro para animar, e melhorar a Agricultura desses mesmos Vinhos, sem o qual acabará a cultura de um genero, onde esses mesmos impostos são lançados; e se causará a ruina total de

um importantissimo Paiz com enormissimas perdas das rendas do Thesouro, e total anniquilação da mai importante riqueza nacional.

O Projecto que se submette á vossa sabedoria, é baseado em principios totalmente differentes daquelles dos antigos Exclusivos; e sendo com limitação ao Districto do Douro, as suas disposições não podem ser offensivas aos lavradores dos outros Districtos.

A Commissão reconhece que o desenvolvimento da maior parte das providencias determinadas neste Projecto, depende de disposições regulamentares, as quaes devem ficar a cargo do Governo; e não sendo muito possivel exarar neste Relatorio todas as razões, e fundamentos, que a Commissão teve em vista na disposição de cada um dos artigos do Projecto, ella se reserva para na discussão as manifestar, e dar a este respeito todos os esclarecimentos.

À Commissão parece portanto ser de toda a conveniencia, que seja convertido em Lei o seguinte

PROJECTO DE LEI – Artigo 1.º A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro continua a ficar encarregada dos arrolamentos, provas, e guias dos Vinhos do Districto da demarcação de Feitoria na conformidade da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838.

Ponto único. O Governo decretará as providencias convenientes para melhorar e aperfeiçoar o actual systema de provas, que deverão ser feitas dentro do Districto do Douro.

Artigo 2.º O Governo á vista do juizo do anno, que a Companhia lhe deve remetter annualmente com as informações convenientes, fixará a quantidade de Vinho do approvado em primeira qualidade, que nesse anno fica habilitado para o Commercio dos Portos da Europa.

Ponto 1.º O Governo poderá augmentar ou diminuir esta quantidade attendendo à dos Vinhos em deposito, e ás necessidades do Commercio.

Ponto 2.º A Companhia, em observancia da resolução do Governo, fará a divisão quantitativa do numero de pipas de Vinho habilitado á exportação para a Europa, que pertence a cada Lavrador, em proporção do que lhe foi approvado.

Artigo 3.º Haverá todos os annos uma feira geral de Vinhos no logar da Regoa, a qual começará e acabará nos dias, que forem competentemente designados, não devendo exceder o dia de abertura ao dia quinze de Fevereiro.

Artigo 4.º Durante a feira, e até dous dias depois, serão manifestadas pelos compradores na Casa da Companhia na Regoa todas as compras de Vinhos que fizerem para exportação; devendo os lavradores, dentro em oito dias depois de fechada a feira, fazer igual manifesto da quantidade, que deixaram de vender e reservam para esse mesmo destino, não podendo receber guia para exportação o Vinho, que deixar de assim ser manifestado.

Artigo 5.º Fica prohibida a condicção do Vinho do Douro para o porto sem guia, a qual será passada pela Companhia gratuitamente na Regoa: se os Vinhos forem destinados

para consumo, será passada guia com esse destino ainda antes de qualificado, se seus donos a sollicitarem.

Artigo 6.º Fica cessando na Cidade do Porto e em Villa Nova de gaia, para o effeito sómente do pagamento dos direitos, a distincção que actualmente existe entre Vinho verde e maduro de consumo; devendo pagar um e outro de direitos a quantia de 4$ 800 réis por cada pipa.

Artigo 7.º os Vinhos qualificados em primeira qualidade actualmente existentes no Porto e suas visinhanças, em Villa Nova de Gaia, e no Douro, que seus donos declararem até fim de Outubro do corrente anno, que os destinam para consumo do paiz, pagarão os direitos estabelecidos no Artigo 6.º, findo o qual prazo, os que assim não tiverem sido declarados, e se lhes queira dar aquelle destino, pagarão 9$ 600 réis de direitos por cada pipa.

Ponto 1.º Destes Vinhos, os existente no Porto e em Villa Nova de Gaia, pagarão os direitos de consumo no acto em que forem despachados com esse destino.

Ponto 2.º Os Vinhos que assim forem declarados com destino para consumo, ficam inhabilitados para exportação, e para esse fim se porão as verbas, e se farão os assentos competentes.

Artigo 8.º Trinta dias depois da publicação desta Lei se procederá a um varejo geral em todos os depositos de Vinhos habilitados para exportação em qualquer parte que existam, para verificar a sua quantidade, segundo a qualificação respectiva.

Ponto 1.º Este varejo será feito por uma Commissão composta de um Lavrador nomeado pela Camara Municipal do Pezo da Regoa, de um Commerciante de Vinhos, nomeado pela Associação Commercial do Porto, de um empregado da Companhia, e de um Empregado da Alfandega do Porto.

Ponto 2.º Concluido o varejo, ficarão nullos e de nenhum effeito os titulos antecedentes da existencia e qualificação dos Vinhos em deposito, e se passarão outros, em que se guardem as respectivas qualificações dos Vinhos existentes.

Ponto 3.º este varejo será feito todos os annos, e as de mais vezes que se julgar conveniente; e as despezas que forem necessarias para o mesmo, serão satisfeitas pela Companhia.

Artigo 9.º A Companhia fica obrigada a comprar, desde a abertura da feira até 30 de Junho de cada anno, aos Lavradores do Douro, que lhe quizerem vender, os Vinhos de Segunda e terceira qualidade, sendo os da Segunda pelo preço de 16$ 000 réis por pipa, e os de terceira pelo de 12$ 000 réis também por pipa, e uns e outros aos prazos de dous, quatro, e seis mezes da data de compra.

Ponto 1.º Estes preços poderão ser alterados pelo Governo, ouvindo a Companhia, se as circumstancias do mercado o exigirem.

Ponto 2.º Esta obrigação começa na abertura da feira de 1843, e dura até ao fim do praso marcado para a existencia da Companhia, na Carta de Lei de 7 de Abril de 1838.

Ponto 3.º Cessa essa obrigação da Companhia a respeito d'aquelles Lavradores que adulterarem seus Vinhos, suscitando-se porém alguma duvida entre o Lavrador e a Companhia sobre a adulteração, o Vinho será reduzido a Agoa-ardente por conta da Companhia , inspeccionando o Lavrador este processo como lhe convier, e a quantidade de Agoa-ardente que produzir da força de dez graos de tessa – na fabrica, lhe será paga pela Companhia , a razão de 100$ 000 réis a pipa, se os Vinhos forem da Segunda qualidade, a razão de 80$ 000 réis, se os Vinhos forem de terceira qualidade, aos prazos declarados no Artigo 9.º.

Ponto único. Se os preços dos Vinhos taxados no Artigo 9.º forem alterados, a Agoa-ardente será paga na proporção dos preços que então estiverem taxados.

Artigo 10.º A Commissão fica obrigada a continuar o seu commercio de Vinhos de exportação e de consumo, sem que entre ella e os Commerciantes haja a mais pequena distincção ou privilegio.

Artigo 11.º Fica obrigada a Companhia a mandar padrões e balizas de Vinho genuino, e puro do Douro aos principaes mercados da Europa, e de qualquer outra Região, e especialmente ás Possessões Inglezas na India, d'Australia, e da America Septentrional.

Artigo 12.º É também obrigada a Companhia a estabelecer no Rio de janeiro depositos de Vinhos, que fará vender por grosso e retalho.

Ponto único. Iguaes depositos é obrigada a estabelecer em outras quaesquer Praças estrangeiras, logo que lhe for ordenado pelo Governo em consequencia de reclamações dos Consules Portuguezes, fundadas em representações e pedidos aos negociantes das mesmas Praças.

Artigo 13.º A Companhia fica incumbida de fiscalizar, que os Vinhos da exportação não sejam por qualquer modo adulterados.

Artigo 14.º Em compensação destes encargos, e dos que lhe foram impostos pela Carta de lei de 7 de Abril de 1838, a Companhia perceberá a quantia de 1$ 200 réis por cada pipa de Vinho, que se consumir no Porto e em Villa Nova de Gaia, deduzidos dos direitos de consumo estabelecidos no Artigo 6.º desta Lei; e mais a quantia de 6$ 000 réis porcada pipa de Vinho que se exportar pela barra do Porto para os portos da Europa, deduzida dos direitos de exportação.

Ponto 1.º Para a cobrança desta parte dos direitos de consumo e exportação, a Companhia estabelecerá junto do Thesoureiro da Alfandega do Porto um Empregado devidamente auctorisado e affiançado, a fim de a effectuar no acto em que os direitos forem pagos pelas partes, e assignar os respectivos documentos com o Thesoureiro da Alfandega.

Ponto 2.º A somma dos direitos consignados á Companhia neste Artigo, é fixada em cento e cincoenta contos de réis annuaes, ainda que o seu producto seja superior a esta quantia.

Ponto 3.º no caso que o producto dos direitos consignados á Companhia não importe em os cento e cincoenta contos, o Thesoureir da Alfandega, independente de ordem do Governo, completará á Companhia esta somma pelo producto de outros quaequer direitos.

Ponto 4.º Tanto a Companhia , como o Thesoureiro da Alfandega, são obrigados a dar conta todos os mezes ao Governo, da importancia dos direitos recebidos no mez antecedente.

Ponto 5.º A Companhia começará a perceber os direitos que lhe são consignados, no primeiro de Janeiro de 1843.

Artigo 15.º A Companhia poderá augmentar o seu fundo com o numero de Acções que julgar necessarias, ou por meio de emprestimos, como melhor lhe convier.

Ponto Único. Nem o novo fundo, nem os direitos que lhe ficam consignados, são sujeitos a dividas anteriores.

Artigo 16.º Os fundos da Companhia são inviolaveis, e o Governo não poderá haver della recurso algum sem o consentimento dos interessados, por deliberação tomada em Assembléa Geral; ficando os Directores responsaveis in solidum pelos seus bens, quando infringirem esta disposição.

Ponto Único. Os fundos e interesses que os Estrangeiros tiverem na Companhia , são garantidos, quaesquer que sejam as circumstancias de paz ou de guerra, em que se achem involvidos os respectivos Estados.

Artigo 17.º As Acções e interesses do novo fundo da Companhia ficam gozando dos mesmos privilegios e isempções, de que gozam as Acções do Banco de Lisboa, e as da Junta do Credito Publico.

Artigo 18.º Se a Companhia augmentar os seus fundos por meio de Acções, dividirá annualmente os interesses pelos Accionistas até 8 por cento; e o que exceder, ficará nos fundos da Companhia como interesses accummulados.

Artigo 19.º No mez de janeiro de cada anno a Companhia remetterá ao Governo um balanço geral acompanhado de um Relatorio circumstanciado sobre o estado do Commercio e Agricultura dos Vinhos do Douro, propondo as medidas, que julgar convenientes para o melhorar e proteger.

Artigo 20.º A Companhia fica obrigada a provar perante o Governo, que está habilitada com os fundos necessarios para cumprir plenamente as obrigações que lhe são impostas, e apresentar-lhe os estatutos, por que há de reger-se, para por elle serem examinados.

Ponto Único. Se passado o praso de dous mezes a Companhia não tiver satisfeito ao disposto neste Artigo, fica o Governo encarregado de organisar uma Associação de capitalistas que queiram encarregar-se da protecção e melhoramento do Commercio e Agricultura dos Vinhos do Douro, com as clausulas e condições expressas nesta Lei, e na de mais Legislação em vigor, ou que pelo Governo fôr decretada em virtude das auctorisações, que lhe são concedidas.

Artigo 21.º O Governo é auctorisado a decretar os Regulamentos necessarios, ou a declarar em vigor os da Antiga Companhia , no que for tendente a melhorar e animar a Agricultura e Commercio dos Vinhos do Douro, e fiscalizar a sua pureza, e a evitar o contrabando dos Vinhos, Agoas-ardentes, e Licores Estrangeiros, na parte em que se não oppozerem ás disposições desta lei.

Artigo 22.º Desde o primeiro de janeiro de 1843 fica extincto o imposto estabelecido no Artigo 3.º da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838.

Artigo 23.º Findo o praso da duração da Companhia marcado na Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, deverá ella proceder á liquidação dos fundos e interesses accumulados existentes, a qual deverá concluir impreterivelmente dentro de tres annos, o Governo nomeará dous Empregados, que conjunctamente com os da Companhia procedam nesta liquidação.

Ponto 1.º A Companhia , á proporção que fôr realisando os fundos, reembolsará os capitaes entrados para o novo fundo, até seu real e effectivo embolso.

Ponto 2.º Pagos e satisfeitos os capitaes do novo fundo, com os seus respectivos interesses, o resto será applicado pelo Governo á reparação e conservação das estradas, e á abertura de outras vias de communicação, não podendo dar-lhe outra applicação differente.

Artigo 24.º Fica revogada toda a Legislação em contrario. – sala da Commissão, em 29 de Agosto de 1842 – Rodrigo da Fonseca Magalhães, José Bernardo da Silva Cabral, Agostinho Albano da Silveira Pinto, Felix Pereira de Magalhães, José Cabral Teixeira de Moraes, Manoel Lobo de Mesquita Gavião (com declaração ao Artigo 6.º) – Antonio Felisberto da Silva Cunha.

∴

Lisboa, 5 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Mariz Coelho onde propõe a criação de um Banco Comercial para promover a cultura e comércio dos vinhos em todo o país.
Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 5 de Setembro de 1843.*

O Senhor Mariz Coelho: - Senhor Presidente, eis-nos outra vez a braços com uma hydra voraz, a quem vai a renascer uma nova cabeça, que é preciso desde já cortar, para não nos devorar.

Senhor Presidente, está em discussão o primeiro artigo do Projecto que encarrega a Companhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de continuar a fazer os arrolamentos, provas, e guias dos vinhos dos districtos da demarcação da feitoria.

Porém, Senhor Presidente, esta Companhia não convém ao Paiz: primeiro porque ella está fallida; ella apenas vive pella Moratoria da lei de 7 de Abril de 1838, e está desacreditada, porque não pagou as suas dividas, e nem tracta de prometter, já se quer de pagar as dividas anteriores a esta lei que está em discussão. E então como casa Commercial não póde continuar em transacções, porque o credito não vem do Poder das Leis; segundo não convém, porque ataca directamente a Agricultura das vinhas, e os interesses dos lavradores, porque della depende o juizo do anno, e conjunctamente com o Governo classifica as qualidades do vinho. E então quando lhe fizer conta, póde augmentar a Segunda qualidade de vinho, e diminuir a primeira, e vice-versa; terceiro ofende o commercio dos vinhos pelo varejo a que fica auctorisada a dar em todos os armazens dos commerciantes de vinhos.

Tal varejo, Senhor Presidente, faz publica a quantidade de vinho que está no mercado, e a revelação deste segredo sempre prejudica o commercio, primeiro porque a fiscalisação que ella póde fazer nos armazens de commerciantes, para examinar se os seus vinhos estão adulterados, torna a Companhia senhora das chaves de todos os armazens dos vinhos do Douro, e vem a ser uma arma terrivel para paralysar e transtornar todas as especulações aos commerciantes de vinhos: segundo porque estando a Agricultura das vinhas, e o commercio dos vinhos, em estado de decadencia em todos os districtos vinhateiros do Reino, como a illustre Commissão reconhece no principio do Relatorio deste Projecto, deviam as providencias beneficas do mesmo Projecto abranger todos esses districtos vinhateiros, e não se limitar só ao pequeno districto da demarcação da Feitoria, o que torna o mesmo Projecto nimiamente deficiente.

Por estas considerações remetto para a mesa as bases de um Projecto de Lei que faça prosperar a Agricultura das vinhas, e o commercio dos vinhos de todo o Paiz, pela creação de um Banco puramente Commercial, independente da acção do Governo, sem ser gravoso ao Thesouro Publico, e verdadeiro protector da Agricultura das vinhas, e do commercio dos vinhos, nos districtos do vinho maduro no Continente do Reino.

As bazes são as seguintes:

RELATORIO: - Certa como é a decadencia d'Agricultura das vinhas, e do commercio dos vinhos em todo o Reino, de donde resulta a perda d'avultados valores que entravam annualmente neste Reino por via deste producto da nossa industria agricola; e decidida como

está pela Camara a necessidade da formação d'um Banco protector d'Agricultura das vinhas, e do commercio dos vinhos; tenho a honra d'offerecer á consideração da camara as seguintes bazes d'um Projecto de Lei, que derrame por todos os districtos vinhateiros do Reino, beneficas providencias, visto que todos dellas grandemente carecem.

Bases. – Primeira a organização d'um Banco protector d'Agricultura das vinhas, e do commercio dos vinhos do Continente do reino na Cidade do Porto, como uma Commissão Filial nasta Cidade de Lisboa, e com outra na Villa da Figueira da Foz; composto de Accionistas Portuguezes, e Estrangeiros que voluntariamente se queiram associar para este fim.

Segunda. ao Governo cumpre dar todas as providencias necessarias para se dar principio á organização deste Banco, e coadjuva la até á sua primeira reunião em Assémblea Geral, composta pelo menos da metade dos Accionistas, e mais um.

Terceira. Esta reunião d'Assembléa Geral do Banco será immediatammente participada ao Governo cpm a Acta da mesma reunião pela Mesa d'Assembléa para desde então ficar cessando inteiramente toda e qualquer acção do Governo em os negocios do banco; excepto na approvação dos Estatutos, os quaes lhe deverão ser submettidos até trez mezes depois da dita participação.

Quarta. Pertence ao Banco em cada anno. até ao dia que se lhe assignar, mandar proceder ao arrolamento, provas e classificação de todo o vinho maduro, por um seu agente em concorrencia d'um Negociante de vinhos nomeado pela Associação Commercial da Cidade do Porto; e de um Lavrador probo e intelligente nomeado pela respectiva Camara Municipal do Concelho aonde se fizer o dito arrolamento, e simultanea taxa do preço.

Quinta. A sobredita classificação no districto da Feitoria do Alto Douro será em tres qualidades de melhor para peor. Nos outros districtos em duas qualidades sómente: primeira de vinho capaz de ser exportado: Segunda de vinho de consumo dentro do Reino, e de destilação.

Sexta. O Banco é obrigado a comprar até 30 de Junho de cada anno no districto da Feitoria do Douro aos Lavradores que lhe quizerem vender o vinho das ditas qualidades pelo preço taxado no acto do arrolamento e classificação: v.g. o da primeira qualidade por 24$000 réis; o da Segunda qualidade por 14$000 réis; e o da terceira por 10$000 réis. Nos outros districtos do Douro fóra do da Feitoria; o da primeira qualidade por 14$000 réis; e o da Segunda por 10$000 réis.

E nas outras Provincias do Sul será obrigado a comprar o vinho maduro aos Lavradores que lh'o quizerem vender até 30 d'Abril segundo os preços taxados igualmente no acto do arrolamento, e provas: v.g. o de primeira qualidade a 12$000 a pipa parea, e o de Segunda qualidade por 6$000 réis cada pipa de párea: pagos metade no acto da tirada, e a outra metade até seis mezes da tirada.

Sétima o fundo do Banco será formado por acções na quantia que se determinar; v.g de 3000 contos; mas cada Acção de 100$000 réis em dinheiro, ou em vinho. E lhe accrescerá a quantia de 5 por cento do valor do vinho taxado, pago pelos Lavradores annualmente, quer o tenham vendido ao Banco, quer não; pela segurança da venda ao Banco pelo dito preço taxado.

Oitava O Governo deverá satisfazer de prompto as requisições feitas pela Direcção do Banco para beneficio e melhoramento da Agricultura das vinhas, e do commercio dos vinhos á sua inspecção; e bem assim para prevenir e castigar o contrabando de vinhos e agoas-ardentes estrangeiras, para as quaes desde já ficará auctorisado com responsabilidade pela sua omissão; ou leva-las previamente ao conhecimento do Poder Legislativo, quando entender que se oppõem aos Tractados existentes com as outras Nações, ou ao Direito Publico das Gentes; ou que não sendo de manifesta utilidade publica, e interesse geral, demandam grandes despezas do Thesouro.

Envio-as para a mesa, e requeiro que sejam com urgencia impressas no Diario do Governo. Camara dos Deputados, 5 de Setembro de 1842. – José Alexandre de Mariz Coelho.

∴

Lisboa, 5 de Setembro de 1842 - Emenda do Deputado Lopes Branco propondo a criação de uma Companhia Comercial para a exportação dos vinhos do Douro.

Fonte: *Diario da Camara dos Deputados, Sessão de 6 de Setembro.*

EMENDA. – Artigo 1.º É creada na Cidade do Porto uma Companhia Commercial, com o fim de promover a exportação dos vinhos do Douro, do Capital de oitocentos contos, divididos em Acções d'um conto de réis.

Ponto 1.º O Director da Alfandega do Porto receberá as Propostas dos Accionistas, e depois de haverem duzentos, os fará reunir; e estes nomeando a Direcção da Companhia, e formando os seus Estatutos, os enviarão ao Governo, por serem approvados.

Ponto 2.º Esta Companhia é dotada com duzentos contos de réis, pelo espaço de quatro annos, pagos pelo Cofre da Alfandega do Porto em o primeiro de Fevereiro de cada um, e a primeira dotação, logo que a presente Lei se publicar, a fim de com estas dotações acudir de prompto, e sustentar a Agricultura das vinhas do Douro, em quanto a Companhia se não acredita.

Ponto 3.º O Governo no proximo Orçamento, depois de feitas todas as economias, que as novas circumstancias exigem, sem prejuiço do Serviço, vendo que a dotação annual,

consignada no ponto antecedente produz alguma diminuição na Receita do Estado, o fará juntar á somma da contribuição directa, que deve pedir ás Côrtes, para as despezas publicas.

Artigo 2.º Haverá na Cidade do Porto uma Commissão, composta do Director da Alfandega, e quatro Lavradores, que não commerceiem em Vinhos, nomeados de dois em dois annos pela respectiva Camara Municipal, a quem fica incumbido vigiar pela qualidade do Vinho, que se despachar no acto de embarque, lançando nos Despachos um Certificado, de que o Vinho embarcado é o mesmo, que consta nos Despachos, e em cada pipa um sêllo, que dê aos Despachos, e ao Certificado todo o credito no mercado, aonde o Vinho é destinado.

Ponto único. Estes Lavradores vencerão um ordenado, pago pelo Cofre d'Alfandega do Porto, e arbitrado pelo Governo.

Artigo 3.º Depois que a actual Companhia das Vinhas do Alto Douro liquidar as suas contas, e no fim do tempo da moratoria, concedida pela Carta de Lei de 21 de Fevereiro de 1838, se mostrar habilitada para commerciar, o Governo apresentará ás Côrtes um Relatorio exacto das circumstancias, em que a dita Companhia se achar, para se providenciar a seu respeito, como convier. – O Deputado A. R. O. Lopes Branco.

.:

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1843 – Relatorio e projecto do Deputado Dias de azevedo apresentando o exclusivo das aguardentes como substituição à base dos 150 contos de réis do Artigo 14.º do Projecto de Reforma da Companhia de 29 de Agosto de 1842.
Fonte:*Diário da Câmara dos Deputados, Sessão de 3 de Setembro de 1843*

***Relatorio**. – Senhores. Tendo accordado a maioria da Commissão Especial, por vós encarregada de sustentar o projecto n.º 6 approvado em parte na Sessão anterior, que sem se alterar a doutrina se continuasse na discussão do referido projecto; e não tendo permittido o meu máo estado de saude, que eu tomasse parte na feitura da citada proposta; entendo do meu dever apresentar-vos com a maior simplicidade o meu Parecer em separado, o qual tomareis na consideração que vos merecer.*

Adoptando a essencia e o proprio desenvolvimento da doutrina daquelle Projecto, eu prefiro á compensação proposta no Art.º 14 uma outra, que tenho como mais proficua nos seus effeitos; e como de semilhante alteração, possa resultar uma menos favoravel tendencia da camara rejeitando hoje em relação a esta nova base, o que approvou hontem para conceder aquella, a Maioria da Commissão receosa e com fundamento, d'accarretar sobre si a gravissima responsabilidade da rejeição d'uma Proposta qualquer que não fosse a já discutida e approvada em parte, sem deixar de ter por melhor o meio que venho propôr-vos. Não se

julgando comtudo sufficientemente habilitada para vencer a sua adopção, insiste pela continuação da discussão do projecto n.º 6, que eu, por a especialidade da minha posição n'esta materia, entendo do meu dever substituir pela proposta, que venho trazer-vos.

Em vez de conceder á Companhia a compensação em dinheiro por sua deducção feita nos direitos de consumo e exportação; eu lhes concedo o favor de certa porção de agoardentes, as quaes ella venderá aos exportadores por um preço razoável, que deverá ser conveniente e devidamente fixado pelo Governo, guardadas certas formalidades.

Este que eu tenho por melhor dos meios proprios para promover com equidade a sustentação de um Banco Protector da Lavoura e Commercio dos Vinhos do Douro sem o prejuizo das outras Provincias, reune a duplicada vantagem de dar o devido consumo a estas vinte mil pipas de vinho compradas pela Companhia, desaffrontando o Commercio e a Lavoura daquelle paiz de um sobrecellente, que trantornando todo o equilibrio commercial, e concorrendo para que seja viciada a producção, leva à ultima dissipação a Agricultura das Vinhas tanto do Douro, como da beira, Estremadura, e Minho.

Sem o melhoramento da Agricultura e Commercio das Vinhas do Douro a exportação não só diminuirá progressivamente. Mas será feita de vinhos menos genuinos, e de fabrico menos apropriado á sua qualidade: os lavradores exhaustos de recursos colherão seus vinhos sem aquella escolha na uva e outros preparativos, que os aperfeiçoa e melhora, e não podendo beneficia-los como e quando convém, vend~e-los-hão pouco fortes por preços muito baixos: estes vinhos assim fabricados não comportam o beneficio de toda a quantidade da agoardente, que aliás deveria aduba-los para serem perfeitos e genuinos vinhos de primeira qualidade de embarque, e em vez de quatro ou cinco almudes apenas levavam dous e meio a tres almudes deste licor? Uma similhante quebra no consumo que sóbe a trinta mil almudes de aguardente revertendo não só em prejuizo do consumo dos vinhos do Douro, mas muito especialmente em detrimento do consumo das agoardentes das tres Provincias Beira, Estremadura, e Minho, reclama a mais séria attenção desta Camara para adoptar de preferencia aquella das medidas, que abrindo o consumo natural á superabundancia do genero em uma das Provincias, deixa mais ampla margem ao consumo desse mesmo genero nas outras do Paiz.

Demais: o Lavrador sem instigação sobre a qualidade não duvidará falsifica-lo para concorrer no mercado com os vinhos inferiores e baratos, e augmentando artificialmente a quantidade e adulterando a qualidade, só terá por fim illudir para vender, devendo resultar maior desequilibrio entre a producção e o consumo; e assim as accumulações inevitaveis obrigarão os Lavradores do Douro a queimas forçadas, concorrendo ao porto uma porção excessiva de agoardentes, que excluirá daquelle mercado as da Beira, Estremadura e Minho?

E nem por isso se entenda que o favor do Artigo 14.º dará neste sentido as vantagens que devem tirar-se do meio que vos proponho; sobre este objecto cumpre-me guardar toda a

reserva para desenvolver as minhas convicções durante a discussão, mesmo porque não desejo desacreditar uma medida, que, na falta de outra melhor, deve necessariamente merecer a vossa consideração.

Convencido pois de que muito maior porção de agoardentes, e por preços mais subidos, será consumida na beira, estremadura, e Minho no mercado do Porto, aonde deverão comprar-se de quatro a cinco mil pipas de agoardente destas tres provincias, melhorada que seja a Agricultura e Commercio dos Vinhos do Douro; e convencido dse que sem este melhoramento por os meios propostos pela Commissão, ou por os que lhes venho hoje substituir, longe de concorrer para o bem ser das tres referidas Provincias, ao contrario as veremos dentro em poucos annos sem levarem ao Porto uma só pipa de agoardente: eu não hesito em arrostar com os preconceitos destituidos de fundamento, e que, tanto têem aterrado os menos conhecedores da materia, que em boa fé receiam das consequencias fataes dessa compensação, ou favor de uma parte das agoardentes da Provincia do Douro; favor que sob o odioso e terrivel nome de exclusivo fez tremer os lavradores das tres Provincias por a sua futura sorte; e assim olhando com a circumspecção que me cumpre na qualidade de deputado da Nação, e não de uma provincia; na qualidade de advogado dos interesses geraes do meu Paiz, sem o receio de combater de frente os preconceitos, que tenho por infundados; eu conciliando o meio que vos proponho com os embaraços do thesouro, e com o difficil complemento da organização financeira, á qual nos cumpre attender sizuda e prudentemente tenho a honra de apresentar-vos a seguinte Proposta de Lei.

***Projecto de Lei.** – Artigo 1.º A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro continuará a encarregar-se dos arrolamentos, provas, e guias na conformidade da Carta de lei de 7 de Abril de 1838.*

& único. O Governo fixará a demarcação de feitoria ouvindo a Associação Agricultora do Douro, a Commercial do Porto, e a Companhia; e designará os meios de melhorar e aperfeiçoar o actual systema das provas, estabelecendo igualmente o processo das guias.

Art. 2.º O Governo sob Proposta da Companhia regulará todos os annos a quantidade de vinho que convém separar da primeira qualidade, destinado aos Portos do Norte da Europa; não podendo esta ser superior á exportada no anno antecedente, em quanto o deposito de vinhos no Porto, Villa Nova de Gaia, e Douro não baixar de setenta mil pipas: devendo esta separação ser feita a cada lavrador em proporção do vinho separado na totalidade do approvado.

Art. 3.º Haverá todos os annos uma feira no logar da Regoa, antes da abertura da qual, que não passará além do dia 15 de Fevereiro, ninguém poderá comprar vinho algum para exportação, sob pena de perderem a qualificação que tiverem eses vinhos intempestivamente comprados.

& único. O Governo designará os dias de abertura e duração da feira, e regulará o methodo dos manifestos de todos os vinhos, que durante ella se venderem, e dos que deixarem de vender-se.

Art. 4.º todos os annos se fará um varejo geral nos depositos dos vinhos habilitados para exportação, sendo o primeiro trinta dias depois da publicação da presente lei. Ao Governo compete regular o modo porque devem ser feitos esses varejos, podendo repeti-los as vezes que o julgar conveniente.

Art. 5.º A Companhia é obrigada a comprar desde a abertura da feira até trinta de maio de cada anno vinte mil pipas pelo menos de vinho de segunda e terceira qualidade aos lavradores, que quizerem vender-lho, pelos preços minimos, o de segunda de 14$000 – 16$000 réis; e o de terceira de 10$000 – 12$000 réis.

& 1.º A disposição deste Artigo poderá ser modificada pelo Governo a Requerimento dos interessados, ouvindo o Conselho d'Estado, tendo sido préviamente consultada a Associação Agricultora do Douro, a Commercial do Porto, e a Companhia.

& 2.º esta obrigação da Companhia não terá effeito em favor dos lavradores, que adulterarem os seus vinhos: o Governo estabelecerá o processo que deve nestes casos eximir a Companhia do encargo da compra.

& 3.º Os lavradores que preferirem vender a aguaardente correspondente á quantidade de vinho que deve ser-lhe comprado, poderá optar a venda daquelle dos dous generos, que mais lhes convier. A força desta aguaardente será de dez gráos cobertos segundo o areometro de Tessa, e o seu preço, que não poderá descer de noventa mil réis, será fixado pelo Governo com as formalidades indicadas no & 1.º a respeito da alteração dos preços do vinho; alteração a que fica sujeito igualmente o destas aguasardentes.

& 4.º As vinte mil pipas serão rateadas por todos os lavradores na conformidade dos regulamentos do Governo, o qual providenciará sobre este objecto de modo que guardada a mais perfeita equidade, semilhante encargo não possa em caso algum deixar de ser satisfeito na sua plenitude.

Art. 6.º É concedido á Companhia em compensação dos encargos, que nesta Lei se lhes impoem, o favor das aguasardentes com vinte por cento de lucro, sendo o perço destas conveniente e devidamente fixado sob consulta da Associação Agricultura do Douro, a Commercial do Porto, e a Companhia.

& 1.º Todo o Negociante, ou qualquer outro individuo, que exportar vinho para os Portos do Norte da europa é obrigado a mostrar antes do embarque, que comprou a Companhia dous almudes de aguaardente por cada pipa; e um almude para os outros Portos, toda de dez gráos cobertos segundo o areometro de Tessa.

& 2.º O Governo regulará as épocas, em que devem verificar-se as compras, e em que devem satisfazer-se á Companhia as prestações pelos compradores; aos quaes será concedido pagar por esse meio.

Art. 7.º Todas as pipas de vinho que se exportarem pela barra do Porto, serão marcadas por modo, que não possa ser falsificada a sua qualidade; nem illudida a sua procedencia.

Art. 8.º A Companhia fica obrigada a continuar o seu Commercio de vinhos d'exportação, sem que entre ella e os seus commerciantes haja a mais leve distincção ou privilegio.

Art. 9.º Se a Companhia não podér satisfazer no presente, ou no futuro aos encargos que lhe são commettidos por estalei, o Governo promoverá immediatamente á cração de um Banco Novo protector da lavoura e commercio dos vinhos do Douro, ao qual serão concedidas todas as vantagens de que a mesma Companhia gozar ao tempo da sua dissolução.

Art. 10.º O Governo decretará os Regulamentos necessarios, ou declarará em vigor os da antiga Companhia, na parte em que estes tenderem a melhorar e animar a Agricultura e commercio dos vinhos do Douro, a fiscalizar a sua pureza, e a evitar o contrabando dos vinhos, aguasardentes, e licores estrangeiros; apresentando os ás Cortes para serem por ellas examinados, e approvados no em que o deverem e precisarem ser.

Art. 11.º Fica desde já concedido á Provincia da Estremadura o privilegio exclusivo da exportação das aguasardentes para as Provincias, e Ilhas da Africa e Asia portugueza.

Art. 12.º Fica derogada toda a Legislação em contrario. Sala da Commissão em 3 de Fevereiro de 1843. – Jeronymo Dias de Azevedo.

∴

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1843 – Nova base proposta pelo Deputado Lopes Branco para o financiamento da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro através da abolição dos direitos de exportação sobre os vinhos.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, Sessão de 15 de Fevereiro de 1843*

EMENDA: - Artigo 1.º Ficam abolidos em todas as Alfandegas do Reino os Direitos impostos nos vinhos e Agoardentes d'exportação.

Artigo 2.º Na Alfandega da Cidade do Porto e nas do Reino, se poderão despachar para os portos da Europa os vinhos de todas as qualidades que o Paiz produz; sendo os carregadores obrigados a manifestá-los segundo estas, e responsaveis pelo dólo que se achar na sua verificação.

Artigo 3.º Os Directores das Alfandegas proverão sob sua responsabilidade o que fôr conveniente, para que os vinhos despachados saiam para os portos, ainda são destinados, da qualidade que tiver sido manifestada na occasião do despacho, certificando-o nos papeis da Alfandega, e por meio de marcas nas pipas.

Ponto único. Para este fim o governo fará os Regulamentos necessarios.

Artigo 4.º A Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, liquidando immediatamente todos os seus fundos, e suspendendo o pagamento dos juros aos accionistas, converterá aquelles em um novo capital, no qual ficará sómente debitada para com elles.

Ponto Único. Com este capital, ou levantando sobre elle quaesquer sommas, a Companhia commerciará em vinhos quanto o permittirem os seus recurss; e formará uns novos estatutos, como convem a uma Companhia puramente Commercial, os quaes serão presentes ao Governo para os approvar.

Artigo 5.º Depois que a actual Companhia dos vinhos do Alto Douro, liquidar as suas contas, no fim do prazo concedido pela moratoria concedida pela Carta de Lei de 21 de Fevereiro de 1838, o Governo apresentará ás Côrtes um Relatorio exacto das circumstancias em que a Companhia se acha para se providenciar como melhor convier.

Artigo º 6.º Fica revogada a Carta de lei de 21 de Fevereiro de 1838, na parte que se opposer aos Artigos antecedentes. – Sala da Camara dos Deputados, 15 de Fevereiro de 1843. – Lopes Branco

.:

Lisboa, 15 de Março de 1843 – Parecer da Câmara dos Pares sobre a base de financiamento da Companhia a adoptar no Artigo 12.º do Projecto da sua reforma.
Fonte: *Diário do Governo, N.º 66, 17 de Março de 1843, p. 235-236.*

***Parecer** – A Commissão Especial, encarregada de examinar o Projecto de Lei que veio da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza, e que tem por fim remediar o estado lastimoso em que se acha o Alto Douro, e o commercio dos vinhos do Porto, ponderou com madura reflexão o importantissimo objecto de que se tracta; mas attendendo ás repetidas supplicas dos proprietarios daquelle paiz, ao voto da Commissão informante, que alli foi creada pelo Governo, ás representações e parecer da associação agricola, de de outros*

diversos Lavradores do mesmo districto, ponderando tambem, e tomando na devida consideração as petições que lhe foram presentes, e que enviaram a esta camara outros proprietarios vinhateiros das outras Provincias do Reino, em sentido contrário ás primeiras referidas, e finalmente pesando em justa balança os bens e os males qu poderiam resultar dos diversos arbitrios lembrados para evitar a total ruina de um ramo tão importante da nossa Agricultura, conveio no seguinte parecer: - Opina a maioria da Commissão que o Artigo 12.º do referido Projecto de Lei deve ser emendado e substituido pelo seguinte:

Artigo 12.º Em compensação destes encargos é concedido á Companhia um favor especial na venda da agoa-ardente para adubo e beneficio dos vinhos de exportação, de consumo das tabernas do Porto, e daquelle que ficar armazenado no Alto Douro por conta de negociantes especuladores ou exportadores; tudo pela maneira e forma que se declara nos paragraphos seguintes:

Ponto 1.º Aos exportadores de vinhos legaes de embarque para os portos da Europa e da Asia, não será concedido despacho na Alfandega do Porto sem que alli apresentem certidão da Companhia em como lhe compraram dous almudes de agoa-ardente fina de oito e meio graus do areometro de Tessa por cada pipa de vinho que pretenderem despachar.

Ponto 2.º Se os ditos vinhos forem despachados para as possessões Portuguezas ou estrangeiras da costa d'Africa oriental ou occidental, e para as ilhas africanas que jazerem ao sul do tropico de Cancer, ou para qualquer porto do Brasil e da America, apresentarão certidão em como lhe compraram u e meio almude de agoa-ardente dos mesmos ditos graus por cada pipa de exportação.

Ponto 3.º Quando os vinhos ficarem armazenados no Alto Douro, ou dalli sahirem com destino para consumo das tabernas do Porto, não poderão obter guia da Companhia sem lhe terem comprado um almude de agoa-ardente da mesma força alcoholica já dita no ponto primeiro por cada pipa guiada.

Parece mais á maioria da Commissão que, ou seja ou não seja approvado o Artigo de substituição, em todo o caso deve voltar o Projecto á Commissão Especial para o pôr em harmonia com o Artigo dito (se for approvado) ou para fazer algumas emendas nos outros Artigos que julga muito essenciaes. A minoria da Commissão offerece o seu voto em separado. Camara dos pares, 15 de Março de 1843. – Conde de Villa Real – João de Almeida Moraes Pessanha – Barão de Villa Pouca – Visconde de Vilarinho de São Romão.

Voto da minoria

Os abaixo assignados membros da Commissão especial dos Vinhos, não podendo annuir á substituição da maioria da mesma Commissão que altera a base do Projecto numero trinta e um vindo da Camara dos Senhores Deputados, e consignada no Artigo 12 em que se concede á Companhia dos Vinhos do Alto Douro cento e cincoenta contos de réis annuaes em compensação dos encargos que lhe são impostos, substituindo-lhe a base de um exclusivo. Primo porque entende que a base substituida é offensiva dos interesses das outras Provincias vinhateiras do Reino, e opposta até ao systema que nos rege, que não admitte privilegios em prejuizo do commercio; secundo, porque entende haver grande inconveniente em alterar um Projecto resultado de choques de todas as opiniões largamente agitadas, até mesmo porque alterada a base caducam quasi todas as disposições do mesmo Projecto, que com elle são connexas: é de opinião que o Projecto deve passar tal qual veio da Camara dos Senhores Deputados.

Salla da Commissão, em 15 de Março de 1843. – Conde de Lavradio – Bartholomeu de Gamboa e Liz – Venancio Pinto do Rego Cea Trigueiros.

.:

Lisboa, 18 de Março de 1843- Relatório e Projecto de Lei para a organização de uma Companhia protectora do comércio e agricultura dos vinhos da Estremadura, apresentado pelo Deputado Beirão.

Fonte: *Diário do Governo, N.º 74, 29 de Março de 1843, p. 534-537.*

Senhores: - Um pensamento grande e fecundo em resultados parece occupar hoje o espirito de todos os homens verdaeiramente interessados pela prosperidade nacional; este pensamento é o de se occuparem quasi que exclusivamente dos melhoramentos reaes, e matteriaes do paiz; por toda a parte se vê germinar esta bella semente: em toda a parte se reunem os homens mais cordatos, para com seus communs esforços crearem novas emprezas, ou fazerem ressuscitar industrias perdidas, e até mortas: colloca-se de parte o rancor politico, pospõe-se o ressentimento de partido, e todos os homenas de todas as côres politicas, mas verdadeiramente Portuguezes, animados de tão nobre sentimento querem dar um testimunho desta convicção, ligando-se, e trabalhando para este fim commum.

Tambem a salutar influencia deste principio de ordem, e de prosperidade publica impelliu os productores, e negociantes de vinhos da Estremadura para levantarem esta industria agricula, que tão definhada se encontra, que mal parece existir. Portugal não deve, nem póde ser considerado só como uma nação commercial ou agricula: ella deve ser

considerada comoparticipandodeste duplo caracter; e é por este motivo que as suas prodocções agriculas mal podem ser bem avaliadas, em quanto se não referem ao seu giro commercial, bem como este será desattendido sempre que fôr encarado isolada, e separadamente. Este principio economico faz referencia ao caracter da nação portugueza faz com que variem um pouco os principios da sciencia, quando se applicam ás nossas questões agriculo-commerciaes.

Se a industria agricula é geralmente reputada como uma das fontes de riqueza publica, esta verdade torna-se para nós mais que axiomatica; pois que limitados quasi a ella, é sobre tudo a ella que nos devemos entregar com maior afan, e disvello. Entre os productos da Provincia da Estremadura merece um logar muito distincto o vinho, ou geralmente fallando o vinho, a agoa-ardente, e o vinagre. Considerações topograficas, e agrarias fazem com que esta producção mereça uma seria attenção, e muita predilecção da parte dos possuidores de terras nesta Provincia; por outro lado o nome, e o credito que alguns de seus vinhos tem obtido nos mercados estrangeiros; e o lucro que n'outro tempo produziram, convidam os productores a este ramo agricula, e o commercio a esta empreza. Mas hoje a sorte do priprietario de vinhos da Estremadura é tal, que elle apenas vive dessas saudosas recordações, ou antes morre á mingoa pela depreciação do genero.

Motivos tão fortes fizeram com que um consideravel numero de proprietarios e negociantes deste genero se reunissem, e tractassem de tão grave assumpto; sua voz achou éco em toda a Provincia, e as municipalidades de todos os tres districtos administrativos de Lisboa, Santarem, e Leiria, solicitas pela sorte dos melhores proprietarios dos seus municipios, acudiram ao chamamento, e enviaram seus procuradores, homens probos e intelligentes, abastados e amigos do seu paiz, que zelassem sua mais valiosa industria e levantassem seu brado até ao recinto do poder legislativo, reclamando serias provisdencias para tão grande mal!

Foi a primeira vez que entre nós se viu posto em pratica um dos meios mais valiosos, que assiste a uma nação livre, quando quer fazer valer algum dos seus direitos: todos os interessados por qualquer modo que fosse desta industria se reuniram; e pausada, mas excrupulosamente redigiram um trabalho, que para elevar esta fonte de riqueza publica só lhe falta que vós deis o cunho de lei do Estado. E a mim o mais insignificante de quantos ajudaram a confeccionar esse trabalho, coube-me a honra de vo-lo apresentar, como um – Projecto de Lei – pela iniciativa, que a lei me concede. Passarei pois a fazer algumas reflexões sobre seus mais vitaes Artigos.

Entre muitas outras cousas, que concorrem para a crise, porque se está passando em Portugal ácerca do commercio dos vinhos, nenhuma de certi influe tanto, e com tão grande força como a disproporção entre o consumo,e a producção: todas as vezes que a producção excede o consumo, é forçoso que não só estas, mas todas as industrias soffram uma crise, que

muitas vezes chega a ser funesta. Para remediar tão grave mal não há a seguir senão de dous meios um, ou se há de augmentar o consumo, ou diminuir a producção; este segundo meio além de violento é mesmo impossivel; não podia pois de deixar de se optar pelo primeiro. Resolver pois esse problema era a missão de que se devia encarregar esse Projecto, se por ventura elle preencher o seu fim.

O consumo interno do paiz tem um limite, e esse está em harmonia com a população; sem que esta varie, ou mude consideravelmente em seus habitos, e costumes, mal se póde esperar que esse consumo augmente, ou diminua; é o que attestam os mappas estatisticos do consumo interno. Era pois forçoso o recorrer ao augmento da exportação', ou ao consumo do estrangeiro: e para este fim era de absoluta necessidade abrir novos mercados ao nosso vinho em paizes estrangeiros, ou augmentar o consumo do mesmo nos mercados já existentes. Mas quem poderia preencher esta indicação? Os nossos vinhos superiores pela sua qualidade a muitos estrangeiros mal podem competir com alguns, principalmente com os da Catalunha em virtude do preço. Para os nossos vinhos competirem com elles seriam necessarios ou que fossem lá mais favorecidos em direitos do que aquelles, ou que elles se podessem pôr a bordo pelo mesmo preço, ou por pouco mais que os da Hespanha. A primeira hypothese não a póde verificar uma camara legislativa, a esta só resta o segundo arbitrio. Mas como será possivel collocar a bordo os nossos vinhos da Estremadura por um baixo preço sem baratear o genero, antes ellevando-lhe o seu valor! Eis aqui está o que se preenche com a criação da Companhia protectora do Commercio e Agricultura dos Vinhos da Provincia da Estremadura; e eis aqui está justificada a necessidade, e por ventura a utilidade de algum privilegio, ou regalia concedida a essa mesma Companhia.

Avista destas considerações, e a quem estiver despido de prevenções, fica evidente que só uma Companhia forte pelo seu fundo, e pelo seu credito, que possa soffrer consideraveis empates, que melhore o genero, e que aventure e arrisque a abertura de novos mercados no estrangeiro, só a uma tal Companhia será possivel levar a effeito tão util empreza. Por outro lado é visivel que esse grande comprador de vinhos da Estremadura, essa c protectora desta industria, é forçoso que seja dotada com um lucro tal, certo e rasoavel, que applicando parte desses lucros para a compra do genero que há de exportar, elle lhe saia effectivamente mais barato do que aos outros compradores, e possa pelo seu barateio competir nos mercados estrangeiros com os outros vinhos mais baratos, sem com tudo depreciar o genero na mão do productor.

Este é o grande pensamento economico da creação desta Companhia, isto é crear um corpo intermedio entre o productor e o consumidor, tal que possa obter um lucro rasoavel deste sem prejudicar aquelle: e para conseguir tão vantajoso fim, concede-se a esta Companhia o privilegio da venda a ramo na cidade de Lisboa.

É contra o odioso desse exclusivo, que se tem levantado um clamor de sentimentalismo, que reflecte contra este Projecto; clamor que todavia não tem fundamento algum, quando se encara desapaixonadamente e á luz da verdadeira doutrina. Ainda que esse exclusivo de venda por miudo em Lisboa fosse effectivamente um grande mal, quem ousaria rejeita-lo, quando com esse direito concedido á Companhia lhe impomos as duras obrigações da totalidade da compra da colheita de uma Provincia, que póde montar a 180 000 pipas? Hoje, senhores, é que existe um verdadeiro monopolio, um exclusivo atroz que há de terminar, quando nascer a Companhia; o mercado do ver-o-pezo, no qual um pequeno numero de correctores faz todas as vendas de vinhos para consumo; hoje que os compradores deste genero se reduzem a muito poucos negociantes, que combinados entre si podem impôr o duro jugo sobre o pobre Lavrador; hoje, senhores, é que se póde dizer que existe de facto em Lisboa um odioso exclusivo no mercado dos vinhos; e não quando se instituir uma Companhia que terá interesses communs como os possuidores de vinte mil acções! As quebras quotidianas de negociantes de vinhos improvisados que arruinam todos os annos infinitos Lavradores, é outro flagello da Agricultura, que vai cessar com a creação da Companhia.

É necessario sobre tudo reflectir que este privilegio não offende interesses d'outra Provincia, é como uma questão de familia para a Provincia da Estremadura: não prejudica tambem a massa dos habitantes de Lisboa, por quanto para o consumidor é indifferente quem é o vendedor, e apenas lhe importa o preço do genero; o povo da capital lucrará igualmente pelo lado sanitario bebendo vinho, e não essa mistura informe dos armazens, que impropriamente corre com esse nome.

Finalmente, senhores, a Liberdade de Commercio só é precisa, em quanto della póde nascer a concorrencia que produz o maior valor venal dos generos commerciaes; mas em que prejudica o exclusivo concedido a uma Companhia, que se compromette a comprar todo o genero produzido por valores maiores do que esse genero obtinha, quando havia essa Liberdade de Commercio? A Companhia por consequencia dá todas as garantias possiveis para se acreditar que suppre de um modo muito notavel a falta de concorrencia, filha do privilegio que se lhe concede. Até mesmo asseverei que o pessoal actualmente empregado neste trafico, esse mesmo não se resentirá, porque a Companhia há de forçosamente necessitar delle, e talvez em maior escala!

Deste direito de venda exclusiva a ramo em Lisboa, nasce para a Companhia uma dura obrigação, e para a Lavoura da Estremadura a mais ampla garantia; e vem a ser a de comprar todo o vinho, agoa-ardente, e vinagre produzido na mesma Provincia, e que o productor lhe offereça, segundo está marcado neste Projecto. Tres exclusivos tinha a antiga Companhia do Alto Douro, e apenas a obrigação da compra de uma quota parte da colheita da área da feitoria; e esta Companhia (diga-se embora della o que disser) fez a fortuna e riqueza de

Portugal, por perto de um seculo! Um exclusivo apenas se consigna neste Projecto, e todavia essa Companhia que há de gozar delle, abre um mercado amplo a todo o vinho da Estremadura, cuja producção media anda por 180 000 mil pipas: interessa em seus lucros commerciaes o proprio agricultor, e cria uma especie de banco rural, tão necessario nesta Provincia! Quem negará á vista de tudo isto o proveito que esta industria agricula vai receber de uma tal instituição?

Mas como a Companhia nos primeiros tres annos da sua gerencia, forçosamente há de soffrer empates, mormente sendo obrigada a melhorar os vinhos para embarque, e rehabilitalos para seu futuro credito no estrangeiro; e sendo igualmente certo que da prosperidade da Companhia depende a da lavoura, era por isso forçoso que nestes primeiros tres annos se modificasse de tal modo este encargo da Companhia para não levar comsigo compromettida sua existencia; e é por isso que o Projecto concede á Companhia nos primeiros tres annos se modificasse de tal modo este encargo da Companhia para não levar comsigo compromettida sua existencia; e é por isso que o Projecto concede á Companhia nos primeiros tres annos da sua existencia que pague um terço dos vinhos que se offerecerem, em acções da mesma Companhia, ou, se o Lavrador assim o quizer, a dinheiro com o abatimento de 20 por cento; mas como esta maior emissão de acções da Companhia desacreditaria no mercado as já existentes, e damnificaria o credito da Companhia, que há de ser sua mais solida baze, considerada como uma grande casa commercial; o Projecto occorre igualmente a este inconveniente ordenado, que pela desigualdade de divindendos a quepodem ter direitos umas e outras, nunca possam competir reciprocamente no mercado senão passados tres a quatro annos, quando a estabilidade da Companhia for tal, que já não tenha que temer.

Ainda seriam illusorias todas estas disposições se á consignada no Artigo 4.º, por quanto podendo a producção vinicula da Estremadura augmentar indefinidamente, não vinha por isso a ter lemites a obrigação da compra imposta à mesma; e por isso naquelle Artigo se ordena que conhecida por um rigoroso cadastro, qual é hoje em dia a superficie da Estremadura occupada por vinhas; que é só á compra dessa producção futura, resultante das actuaes vinhas, ainda que melhoradas, que a Companhia se obriga, estipulação que já se havia consignado na legislação que se referia á Companhia do Alto Douro.

Como tractei do mais valioso direito da Companhia, e de sua mais onerosa obrigação, e tendo eu votado contra um igual direito que se quis conceder á Companhia do Alto Douro n'uma das sessões transactas, cumpre-me dar aqui uma explicação pessoal para não parecer contradictorio. O exclusivo das agoas-ardentes, que se quis conceder ao Douro foi combatido no campo dos principios, e no dos interesses reciprocos das diversas Provincias viniculas; eu votei contra elle por esta segunda razão, e como fiel representante e Deputado pela Provincia da Estremadura, a quem se dizia que aquelle privilegio offendia; e não porque eu entenda que

em these se possa affirmar que todo o exclusivo é prejudicial; já se vê pois que convencido eu que a industria vinicula das outras Provincias não é prejudicada com este exclusivo, antes pelo contrario, talvez favorecida, por isso posso optar este, rejeitando aquelle, sem contradicção de principios, e muito menos de conducta.

O estado da praça e do paiz em geral, foi devidamente apreciado, e por isso no Artigo 9.º se regula o modo da emissão das acções o mais suave que é possivel para o comprador, e ao mesmo tempo com todas as garantias para a Companhia. E como esta carece de utensilios muito dispendiosos, e tem de prover-se igualmente de generos, é por isso que no ponto 3.º deste Artigo se estipula o modo como se há de fazer esta permutação de taes objectos por acções.

O Projecto que em todas as suas disposições respira beneficio á lavoura, consignou no ponto único do Artigo 10.º o modo, em virtude do qual o Lavrador, se quizer, póde por uma maneira commoda, e adaptada no miseravel estado, a que esta classe se acha reduzida, ficar sendo ao mesmo tempo accionista; e assim duplicadamente elle vem a interessar com a formação da Companhia.

Consignada, senhores, a obrigação da Companhia de comprar todo o vinho e agoa-ardente da Provincia da Estremadura, que os respectivos Lavradores lhe queiram vender, necessario era marcar o preço dessa compra.

Observar quanto fosse possivel a igualdade, foi o desejo que presidiu sempre á confecção deste Projecto.

Sendo differentes as qualidades dos vinhos, differentes deveriam ser tambem seus respectivos preços; e nisto não póde haver discordancia. Os vinhos porém são produzidos em logares e distancias muito diversas do mercado geral – Lisboa – era por tanto necessario de dous methodos escolher um; ou não tractar o projecto de carretos, e fazer a Companhia o mesmo que actualmente praticam todos os negociantes de vinhos que é fazer o preço não só em relação á qualidade, e consignar ao Lavrador a obrigação de fazer por sua conta, e á sua custa a conducção até Lisboa.

O primeiro systema facil para um negociante particular, que faz um preço para cada occasião, e em cada adega, apresentava milhares de difficuldades, e algumas invenciveis, para se levar a effeito na Companhia, pois que lhe seria impossivel marcar com antecipação tantos preços, quantoas qualidades dos vinhos, não só em cada um dos concelhos da Provincia da Estremadura, mas até em cada uma das freguezias da mesma Provincia; e ainda com toda esta minunciosidade, seria ás vezes pouco explicita tal designação.

O segundo methodo era aquelle que mais facilidade apresentava na pratica, e que melhor conservava a igualdade; e foi por isso que se adoptou: accrescendo que elle offerecia para o Lavrador mais uma vantagem, e era a de preferir o fazer a conducção por sua conta, quando por ventura tivesse meios para a exercer.

Adoptado este meio, que foi consignado no Artigo 11.º tornava-se da absoluta necessidade além da igualdade da medida que se adoptou ficarem os carretos por conta do Lavrador: não se devendo omittir que ainda há um preconceito no vulgo, que parece descobrir neste onus dos carretos alguma novidade, ou alteração essencial no uso estabelecido; quando na realidade tal differença não se dá, pois que o negociante embora o não declarasse ao Lavrador, sempre sobre elle fazia pezar a despeza do carreto; sendo este calculo a primeira operação mental, que o comprador praticava apenas chegava á adega do Lavrador, e sempre antes de declarar o preço que lhe offerecia; tanto assim que sempre que o Lavrador mais do interior lhe notava a differença de preço que lhe offerecia, relativamente a outro da mesma qualidade que elle tinha comprado por melhor preço, porém mais proximo de Lisboa, o comprador o convencia de que não havia desigualdade, e que elle negociante comprava todo pelo mesmo preço, attenta a diversidade dos carretos.

Este preconceito é de esperar que o tempo faça terminar; e tanto mais depressa quanto é facil convencer a todos que adoptada a igualdade de preço em toda a parte, só com a única differença da qualidade; e se os carretos fossem por conta da Companhia, ella iria igualar o valor de todas as propriedades, qualquer que fosse a distancia, que as separa da capital, o que seria um absurdo; e além disso ficaria para logo destruida a igualdade do preço, pois as mesmas qualidades custariam á Companhia diversos preços.

Era porém de absoluta necessidade que este onus dos carretos se tornasse o mais suave que fosse possivel para o Lavrador, e que se cortasse o arbitrio á Companhia tanto quanto fosse possivel, e por isso no ponto 3.º do Artigo 11.º se impõe á Companhia a obrigação de confeccionar uma tabella dos preços dos carretos do mar e terra: dependendo a sua execução da approvação da Commissão designadora dos preços do anno, e ficando ainda livre a opção ao Lavrador: deste modo elle tem a maior garantia possivel de não ser lesado; e passados poucos tempos o Lavrador mais pequeno, e menos intelligente, com facilidade o comprehenderá.

Uma circumstancia foi reconhecida como alterando essencialmente o preço, isto é, a qualidade em genero, e tal principio sendo um axioma, só restava determinar quantas qualidades e qual o modo pratico de applicar essa determinação aos generos, que o Lavrador quizesse vender á Companhia.

Diversificando muitissimo entre si os vinhos da Estremadura, a multiplicidade de especies, ou um grande numero de qualidades seria para desejar; porém como esta multiplicidade importaria confusão, e traria comsigo muito arbitrio, por isso se reduziram a cinco, havendo ainda muitas boas razões para as redusir a quatro.

É sobre modo difficil marcar qual a qualidade do vinho contido em cada um dos toneis das muitas adegas da Estremadura, principalmente querendo dar seguras garantias ao Lavrador e á Companhia.

O vinho da Estremadura diversifica muito do do Douro, a grande superficie da Provincia da Estremadura, e aquella comprehendida na demarcação da Companhia do Alto Douro, tambem são mui differentes, e por isso o methodo alli seguido, quando o melhor para lá, pôde não ser adequado para esta Provincia.

O vinho da Estremadura diversifica completamente (fallando em geral) depois de engarrafado do que é a bocca do tonel, uimas vezes para melhor, e outras para peor, o que é mais constante.

A classificação porém não podia ser feita senão ou junto ao tonel, ou longe, e por amostra; as circumstancias já referidas fizeram com que se evitasse, quanto possivel, a classificação por amostras; e por isso se escolheu o methodo da prova na propria adega do Lavrador; e não ficando completa a classificação alli feita, senão no único caso do Lavrador, e os provadores combinarem, o Lavrador tem neste methodo a maxima garantia; e a Companhia tambem na boa escolha, e bons ordenados, que devem dar-se aos provadores, encontra a possivel, e senão maior, ao menos igual áquella que hoje teem os negociantes a respeito de seus caixeiros, por intermedio de quem effectuam suas compras.

Para o caso de não combinarem, não restava outro methodo, que não fosse o de garrafas; e por isso delle se lançou mão neste extremo.

Determinar porém quem havia de decidir estas duvidas era objecto de não pequena monta; a sua qualidade tornava necessaria nos juizes a pericia de conhecer das qualidades de vinhos; por isso se nomeiam tres peritos provadores; e para que a sua escolha désse garantias aos Lavradores, e á Companhia, se determinou que a Commissão classificadora dos preços os elegesse.

Parecia á primeira vista que, para a imparcial decisão deste jury, conviria que elle não soubesse qual era o dono da amostra, que tinha de classificar; todavia, attenta a mudança, que o vinho faz depois de engarrafado, e mais circumstancias que podia referir, comsignou-se no Projecto a doutrina de que tanto p Lavrador, dono do vinho, como o provador da Companhia, que visitou a adega, assistissem querendo esta decisão por si, ou por escripto; da qual comtudo o Lavrador póde recorrer, deixando de vender á Companhia, se lhe não convém; garantia esta que sempre tem o Lavrador, e que consiste uma differença essencial entre esta e a Companhia do Alto Douro, creada pelo Marquez de Pombal.

Uma das provisões mais importantes deste Projecto é na verdade o marcar o preço do anno: a época não podia ser outra senão a immediata, e posterior ao juizo do anno, isto é, ao arrolamento que marcasse as quantidades de vinho, que havia de cada uma das cinco classes;

pois que essa circumstancia poderosamente havia de influir no preço de cada uma dessas classes; pois que essa circumstancia poderosamente havia de influir no preço de cada uma dessas classes: e como para se apresentar o juizo do anno se não podia marcar época anterior a 15 de Janeiro, pois que não podendo fazer-se a prova antes de saber-se quaes os Lavradores, que se queriam habilitar para vender á Companhia; e não podendo esta declaração estar terminada, por mais breve que se fizesse, antes de 15 de Novembro, pois algumas colheitas deitam além do primeiro de Novembro; e não sendo possivel marcar para provas menos de dous mezes, já porque a extensão da Provincia assim o exige, já porque, se logares há,onde, como ao sul do Tejo, e margens do Tejo, em geral a 15 de Novembro já os vinhos dão prova, outros pontos há na Provincia, como atraz da Serra, e outros logares, onde só em Janeiro os vinhos dão prova; por isso se ordena no Artigo 11 ponto 14, que os preços se marquem, o mais tardar até fins de Janeiro.

Para designar os preços era necessario uma pessoa moral, que offerecesse garantias ao Lavrador, e á Companhia e por isso se adoptou a Commissão mencionada no ponto 19 deste Artigo 11; sendo que a eleição dos membros por parte da lavoura se torna mais facil, aproveitando para ella a occasião, em que, em virtude do decreto de 12 de Julho de 1838, os tres districtos de Lisboa, Leiria e Santarem, unicos da Provincia da Estremadura, elegem os membros da Commissão do Terreiro.

Composta a Commissão de numero par; o que era necessario para dar igual garantia á lavoura e Companhia, era forçoso prevenir o caso do empate: para esse fim se creou no ponto 20 do Artigo 11 um jury especial, alheio quanto possivel fosse ás influencias immediatas do vendedor, e comprador; e reconhecendo-se o grave inconveniente que resultaria de obrigar a seguir um dos votos do empate, se lhe deu a Liberdade de seguir, ou um delles, ou procurar um termo rasoavel entre elles.

A grande garantia que da Companhia resultava para a lavoura era affiançar não só a compra da totalidade da producção; mas tambem assegurar um certo preço: d'ahi nasceu a necessidade de marcar um minimo.

Se possivel fosse destruir todos os preconceitos, a boa razão pedia que no reciproco interesse da Companhia e da lavoura os minimos não excedessem a despeza provavel no grangeio do genero a vender; como porém isso não era possivel, necessario se tornava marcar um minimo, que possivel para a Companhia fosse agradavel ao Lavrador, e que evidentemente demonstrasse que ainda que tal minimo fosse o maximo muito melhorava sua sorte; e estas razões levaram a marcar os minimos do ponto 10.º deste Artigo.

Marcados por este modo os minimos, era forçoso que houvesse um correctivo que podesse sanar algum mal grave, que d'ahi resultasse, o que no muito espaço não era possivel prevenir, e que a experiencia podesse comprovam; a fim de prevenir esta hypothese se deu á

Commissão creada no ponto 19 do Artigo 11.º a authorisação limitada do modo por que lá se acha, para que tambem se não annullasse a vantagem maior que da Companhia resulta á lavoura. E para em objecto tão grave dar mais uma garantia ao Lavrador se exigiu no dito ponto para a validade de tal arbitramento a homolgação do tribunal commercial.

Na área demarcada para o privilegio da Companhia muito poucas ou rarissimas vinhas se comprehendem, seus proprietarios comtudo (para assim dizer) forçados a vender á Companhia, ou mais propriamente fallando inhibidos da venda a miudo para o consumo de copo na propria adega, methodo mais usual da venda de taes adegas, necessitavam de alguma vantagem sobre os outros; e por isso se lhe marca o augmento de 10 por cento, o que não pesa sobre a Companhia, por isso que ella consumindo estes generos alli, como deve consumir por utilidade propria, tem a vantagem de pagar de direitos só 300 réis por almude, em quanto que daquelle que importar de fóra do termo para ahi, paga 380 réis; o que equivalle a 10 por cento.

A Companhia é creada para proteger os Lavradores de vinho, e não os negociantes de agoa-ardente, que a respeito da Companhia fazem em parte as vezes dos atravessadores, e por isso o ponto 21.º só lhe impõe a obrigação de comprar a agoa-ardente aos Lavradores, e só a que é resultante do vinho em Estremadura.

Para fixar as épocas do pagamento é de absoluta necessidade de fixar as épocas das compras; e como pelos principios de legislação patria que regula o contracto de compra e venda, esta se conclue logo que há cousa certa a preço certo, embora não tenha havido entrega da cousa vendida e do preço; por isso se marcou no Artigo 12.º, de modo que nelle se acha mencionado, quando se entende effectuada a compra. E como podia acontecer que alguns Lavradores que quizessem vender ainda antes de sabido o preço. Como porém por muitas razões conviesse que entre a prova e a venda não mediasse longo espaço, por isso conciliando os interesses da Companhia e do Lavrador, attendendo a que as provas se concluem até 15 de Janeiro, e os preços do anno, o mais tardar, até de 31 do mesmo, por isso se marcou o maximo espaço de tempo para o Lavrador declarar se quer, ou não vender á Companhia até ao dia 15 de Fevereiro; não se alongando mais o prazo, pois que podendo o vinho alterar-se pela demora, e sendo estas alterações muito antes percebidas pelo Lavrador do que pela Companhia, a demora seria toda em vantagem do Lavrador doloso, e de enorme perjuizo para a Companhia, desigualmente intoleravel!

Pelo que diz respeito aos riscos do genero depois da venda, sendo este objecto completamente desenvolvido nas disposições legislativas, que regulam o contracto de compra e venda, havendo alem disso usos, e costumes de longo tempo introduzidos, se considerou mais conveniente não fazer delles, nem do caso em que corre por conta do comprador, ou do vendedor o risco, expressa menção; pois que a declaração de uns e a omissão de outros, impossivel talvez de evitar, daria logar a um sem numero de duvidas; e sendo certo que todos

os perigos do genero depois da venda correm por conta do comprador, que o fez seu, havendo só da parte do vendedor a obrigação da entrega não sendo possivel enunciar nem prevenir todas as hypotheses, e não havendo alteração no methodo estabelecido no Projecto para a compra e venda á Companhia do actualmente usado e seguido, senão a dos carretos, e medida, que hoje por methodo igual tambem em alguns casos se pratica, bastaria que se enunciasse neste relatorio, que esta única excepção de medida e carretos no modo pratico actual, e usual da compra e venda deste genero não alterasse a responsabilidade da Companhia compradora, e os riscos do genero, que como é costume, cessam para o Lavrador apenas faz a entrega na sua propria adega, sendo que os da detioração do genero correm logo por conta do comprador desde o momento da compra; pois que para o Lavrador só corre o rico do genero desde a sahida da adega até á entrada nos armazens da Companhia no único caso delle optar o fazer essa conducção per si: caso em que corre o risco até onde fizer esse transporte: não se consignando porém esta especialidade no Projecto, por isso que é consequencia necessaria da legislação vigente do contracto de compra e venda, não carece por isso de nova medida legislativa.

O espirito do Projecto é de tal modo justo e igual, que marcando no Artigo 13.º os prazos a que é feito o pagamento pela Companhia, nem se esqueceu do Lavrador pouco abastado, e cuja adega póde montar de 100$000 a 200$000 réis, para os quaes a forma de pagamento é mai rapida, attenta a pobreza do vendedor, e o nenhum gravame que dahi resultará para a Companhia.

O Artigo 14.º marca os preços segundo os quaes a Companhia ficará obrigada a vender os seus generos para o consumo da capital; circumstancia essencialissima, e pela qual o consumidor tem a certeza de que o preço do objecto comprado não póde estar a variar segundo o capricho do vendedor. Se attendermos aos enormes direitos de consumo, com que o vinho é sobrecarregado em Lisboa, e ás despezas e riscos que elle soffre, parecerão assaz moderados estes preços. Entendeu-se que se deviam banir do mercado esses vinhos adulterados, e nocivos á saude, que, desacreditando o genero, se baratêam á custa da saúde d'uma cidade populosa!

A providencia humana, sempre fallivel em seus calculos, mal podia estabelecer razoavelmente preços para 20 annos, sem que se arreceasse de que causas imprevistas podessem um dia fazer variar esses preços, com quanto elles fossem parcos, e razoaveis; hypotheses desta natureza ficaram resalvadas pelas disposições do Artigo 15.º, e com todas as garantias para as duas partes contractantes.

O agricultor vinicula do districto administrativo de Leiria, como mais excentrico á sede principal da Companhia, necessitava providencias especiaes para a armazenagem do seu genero, e despezas de conducção do mesmo até Lisboa, e tudo isto fica consignado no Artigo

16.º de um modo util para o Lavrador, e igual para ao productor dos outros districtos administrativos, a quem a sua sorte collocou em melhores circumstancias.

O privilegio que o presente Projecto confere á Companhia, e que ella compra por um tal preço como se acaba de vêr, ainda assim mesmo soffre todas as modificações, que por ventura se entenderem necessarias para garantir a maxima Liberdade do consumidor: este, quando seja proprietario vinicula, e exista dentro do termo priviligiado, mas sua propriedade fora delle, goza do direito de consumir, onde e como quizer, o producto da sua lavra, uma vez que a acção fiscal da Companhia possa conhecer que não é lesado o seu privilegio: tal é a salutar provisão do Artigo 19.º

Desde o Artigo 20.º até ao Artigo 23.º se estabeleceram as prerrogativas, que, segundo o uso e costume, gosam os corpos desta natureza, taes são os meios repressivos do contrabando, as immunidades para os seus empregados, e a consideração dos seus fundos.

Se todo o commercio interno depende essencialmente das communicações faceis e multiplicadas entre os diversos pontos da producção e do consumo, esta necessidade cresce quando se tracta do commercio dos vinhos, pois que é um genero que pelo seu volume e difficuldade de conducção muito depende do systema de communicações internas, tanto fluviaes como de estradas. Quando estas communicações internas chegarem ao seu maximo de perfeição, os estipendios de carretos tocarão o seu minimo de custo, o que fará variar em parte disposições essenciaes deste Projecto. E como actualmente o Poder Legislativo se occupa de occorrer a esta grande necessidade publica, confeccionando, e melhorando as estradas principaes, a Companhia quando estabelecida desenvolverá o complemento daquella lei, abrindo e melhorando as estradas ramaes e transversaes da Provincias da Estremadura, com o que muito lucrarão as industrias todas desta Provincia; e será mais um titulo, pelo qual este Projecto se torne digno da vossa consideração e meditação.

A Assembléa Geral da Companhia, esse corpo moral que representa, e administra, ou antes inspecciona a administração da fortuna de tantas familias, e que tem a zelar os interesses da lavoura, e do commercio, não podia deixar de ser confeccionada dos maiores accionistas não Lavradores, e de um igual numero de accionistas proprietarios, escolhidos dos mais abastados; pois são aquelles, que presumptivamente deverão zelar com mais interesses as prerogativas da classe a que pertencem; o que tudo vai devidamente calculado no Artigo 27.º.

Os estrangeiros, que por todos os principios não podiam deixar de ser equiparados aos nacionaes, podem por consequencia ser accionistas, e ter parte mesmo na formação da Assembléa Geral, se por ventura o numero de suas acções lhe der esse direito.

De pouco valeriam tantos disvelos, tantas providencias, e tão calculados disposições, se os fundos da Companhia podessem d'um instante para outro ser destrahidos para outros fins, e entrarem talvez nessa roda voluvel, e inconstante dos caprichos revolucionarios; e foi

por isso que muito de proposito no Artigo 29.º, se acautelou esta hypothese, e se tornaram responsaveis pelos fundos da Companhia os directores que tal fizessem.

Finalmente, Senhores, o Projecto, que tenho a honra de submetter á vossa meditação e approvação, termina com a mais bella das instituições economicas, a creação d'um banco rural: há muito que a sorte dos Agricultores desta Provincia reclama tão salutar instituição. Caudalosos rios, que regam e fertilisam esta Provincia, tambem algumas vezes submergem debaixo de suas estrondosas enchentes as mais lisonjeiras esperanças d'uma colheita proxima, e abundante. Ainda há pouco os corpos co-legislativos se viram obrigados a decretar um emprestimo, por causa d'uma destas catastrofes! É pois de absoluta necessidade que haja entre nós um estabelecimento, que por modico preço adiante ao Lavrador o dinheiro que lhe fôr necessario, sem dependencia de mais fiança, ou hypotheca que a sua honra, e o fructo do seu trabalho! Eis aqui pois o que se entende conseguir com as disposições fiscaes do Projecto que tenho a honra de vos offerecer.

Terminarei, Senhores, este relatorio, talvez demasiadamente longo, assegurando-vos que a Provincia inteira da Estremadura, pela qual tive a honra de ser eleito Deputado, aguarda com impaciencia a vossa decisão.

Projecto de Lei para a organisação de uma Companhia protectora do Commercio e Agricultura dos vinhos da Provincia da Estremadura.

Artigo 1.º Crear-se-há uma Companhia, denominada – Protectora do Commercio e Agricultura dos Vinhos da Provincia da Estremadura.

Artigo 2.º Esta Companhia obriga-se a comprar todo o vinho, e agoa-ardente produzido na Provincia da Estremadura, que os respectivos Agricultores para esse fim lhe offereçam.

Artigo 3.º Igualmente se obriga a levar a exportação destes generos ao maior auge, procurando quanto fôr possivel novos mercados.

Artigo 4.º A obrigação imposta no Artigo 2.º limita-se a todo o vinho que produzem, ou hajam de produzir para o futuro os terrenos, que actualmente se acham plantados de vinhas.

Ponto Único. Para conhecer quaes estas plantações, organisará quanto antes um cadastro pelo modo que determinarem os regulamentos, feitos pela Companhia, e approvados pelo Governo.

Artigo 5.º A Companhia terá o privilegio da venda do vinho, vinagre, e agoa-ardente, para consumo, dentro das barreiras da cidade, e além dellas só na pequena área marcada no edital do administrador geral da Alfandega do Terreiro Publico de 24 de outro de 1842, para a fiscalisação do terreiro, incluindo porém a freguezia de Belem.

Ponto Único. Exceptua-se a venda de vinhos engarrafados do Porto, madeira, Pico, e estrangeiros.

Artigo 6.º A Companhia durará 20 annos, e sua maior duração dependerá de lei do poder competente, e da approvação da Companhia representada em Assembléa Geral.

Artigo 7.º O fundo da Companhia será de dous mil contos, divididos em acções de 100$000 réis.

Artigo 8.º A primeira subscripção das acções para a formação da Companhia não excederá a mil contos de réis.

Artigo 9.º O pagamento das acções poderá realisar-se em dinheiro, vinho, vinagre e agoa-ardente (sendo da Provincia da estremadura) vazilhame, e mais objectos que a Companhia precisa para estabelecer-se.

Ponto 1.º As entradas em dinheiro serão feitas na razão da decima parte do capital das acções com o intervalo de trinta dias, ficando ao arbitrio da direcção exigir as quotas partes, segundo as necessidades que tiver para o seu emprego, com tanto porém que não poderá exigir quotas de mais do que o correspondente a quinhentos contos de réis sem decisão da Assembléa Geral.

Ponto 2.º A todo o accionista que no prazo marcado não poder satisfazer as prestações que lhe forem pedidas, poderá a direcção prorogar o prazo, pagando o premio da móra de meio por cento ao mez, findo o qual prazo, não satisfazendo, fica por esse facto, e sem dependencia de acto algum judicial, excluido da Companhia, perdendo o direito ás acções e prestações que tiver satisfeito,as quaes reverterão em beneficio da Companhia.

Ponto 3.º O preço dos liquidos, vazilhame, e mais objectos, com que se pertendam comprar acções, dependerá da convenção entre a Companhia e os offerentes.

Artigo 10.º Os mil contos de réis da Segunda emissão só serão emittidos, quando dous terços dos accionistas, que formam a Assembléa Geral, o julguem necessario, e o terço do vinho, cujo pagamento é feito em acções, como ao adiante se estipula no Artigo 24.º, sê-lo-há dos primeiros mil contos de réis, em quanto fôr possivel.

Ponto Único. Quando tiver logar Segunda emissão e se conhecer que as acções dadas aos Lavradores, em conformidade da disposição do Artigo 24.º, em pagamento do terço do vinho, não chegam a duzentos contos de réis, os que quizerem terão direito a acções até essa quantia.

Artigo 11.º O preço será igual em toda a parte, só com a única differença da qualidade.

Ponto 1.º Os carretos de agoa e terra até aos armazens da Companhia em Lisboa serão á custa dos Lavradores.

Ponto 2.º Fica á escolha dos ditos Lavradores o fazê-lo em todo o transito, ou só em parte, por sua propria conta, ou pagá-lo á Companhia.

Ponto 3.º Para se saber quanto os Lavradores teem de pagar, isto é, a descontar no preço da venda, a Companhia fará antes da primeira tirada uma tabella, designando os preços os preços dos carretos de agoa e terra, a mais ampla possivel, abrangendo o maximo numero de localidades, ficando as não expressas para se regularem pelas analogas, que tiverem preço fixado, cuja tabella deverá ser approvada pela mesma Commissão designadora dos preços do anno, creada no ponto 19.º deste Artigo, a cuja tabella se dará a maior publicidade, e que annualmente deverá ser alterada com intervenção das mesmas pessoas, para á vista della o Lavrador no acto da venda poder declarar se opta porque a Companhia lhe faça os carretos por aquelles preços, ou se quer faze-los elle mesmo Lavrador per si, ou por outrem que escolha, sem ser a Companhia.

Ponto 4.º No caso do Lavrador não querer que a Companhia lhe faça o carreto, ella lhe adiantará o dinheiro necessario para tal despeza, e tanto neste caso, como quando a Companhia se encarregar do carreto, a despeza será encontrada no ultimo pagamento, e quer em um, quer em outro caso a Companhia fornecerá gratuitamente os cascos vazios, nos cáes,e demais pontos do costume.

Ponto 5.º o vinho dividir-se-há em cinco classes:

Primeira- Superior.

Segunda- Para embarque.

Terceira- Para cópo.

Quarta- Para lotes.

Quinta- Para queima.

Ponto 6.º A designação das classes será determinado por systema de provas, as quaes serão feitas pelo modo indicado nos pontos seguintes, entendendo-se porém desde já que a entrega será feita nas adegas dos Lavradores, pelo almude do padrão de Lisboa, e pipa de 26 almudes, seguindo-se na entrega, e para tudo o mais, os usos até aqui estabelecidos.

Ponto 7.º Até 15 de Novembro de cada anno todos os Lavradores, que se quizerem habilitar para vender á Companhia, irão ou mandarão, perante o administrador do concelho, declarar a situação da sua adega, e qual a quantidade de vinho: e deste receberão documento comprobatorio da sua declaração.

Ponto 8.º Até 15 de Janeiro a Companhia por intervenção dos respectivos provadores, que serão, um nomeado pela Companhia, e outro pela Camara Municipal de cada concelho, terão provado todas as adegas.

Ponto 9.º Se os dous provadores, e o Lavrador combinam na classificação, esta fica completa; e della passarão declaração ao Lavrador.

Ponto 10.º Se porém qualquer delles discordar, e o Lavrador quizer, poderá exigir nova prova; para esse fim os provadores tirarão logo na presença do Lavrador uma amostra em

garrafa, que será lacrada com sinete do Lavrador, e da Companhia; esta amostra será remettida para Lisboa á Companhia.

Ponto 11.º Em Lisboa haverá para determinar esta nova prova um jury, composto de tres peritos provadores, nomeados pela Commissão designadora dos preços, creada no ponto 19.º deste Artigo 11. Estes abrirão as amostras a proporção que forem chegando, e da classificação ahi feita não há recurso. O Lavrador porém ainda lhe fica, como sempre, a liberdade de poder vender ou não á Companhia.

Ponto 12.º Quando a Companhia não mandar no tempo devido o seu provador a cada concelho, deverá o Lavrador prejudicado reclamar a visita dos provadores, e se até 30 de Janeiro não comparecerem, deve recorrer ao administrador do concelho para que pelo provador da Camara mande fazer a prova; e o que este fizer considera-se em tal caso com a mesma força que o feito nos outros casos por elle, e pelo provador da Companhia.

Ponto 13.º A Companhia fará as tiradas quando lhe convier, com tanto que até ao ultimo de Agosto esteja feita, excepto nos pontos aonde vem embarcar ao Tejo em sitio superior a vallada, pois ahi a tirada deverá estar feita até ao fim de Maio.

Ponto 14.º Concluida a classificação, a Commissão respectiva, creada no Artigo 19.º deste Artigo 11, marcará os preços do anno, o maistardar até 31 de Janeiro.

Ponto 15.º Este methodo de provas poderá ser alterado pela Companhia, representada pela Assembléa Geral com authorisação do Governo, ouvindo o Conselho d'Estado, quando a experiencia mostrar a necessidade; e para o seu desenvolvimento haverá os regulamentos necessarios.

Ponto 16.º O preço minimo de cada pipa de primeira classe será 18$000 réis, da Segunda 14$000 réis, da terceira 11$000 réis, da Quarta 8$000 réis.

Ponto 17.º O vinho da Quinta classe deverá sujeitar-se á analyse de sua força alkoolica, a agoa-ardente de 30.º, que lhe corresponder pelo areometro de Cartier, nunca baixará de 1$600 réis por cada almude. Quando este vinho fôr vendido já em agoa-ardente, terá o augmento de 4$800 réis em pipa de 30 almudes, e de 30 gráos, ou de 160 réis por almude de agoa-ardente sobre o preço que se marcar, para pela agoa-ardente regular o valor do vinho: e quando a agoa-ardente fôr de menos de 30 gráos, regular-se-há o preço pelos gráos que tiver, e em proporção com o preço marcado para a de 30 gráos.

Ponto 18.º Os Lavradores que estiverem dentro da demarcação do privilegio da Companhia terão o augmento de 10 por cento sobre o preço que fôr designado annualmente para cada classe.

Ponto 19.º Uma tabella, que deverá fazer-se annualmente, estabelecerá os preços correspondentes aos vinhos comprehendidos em cada uma das cinco classes.

Esta tabella será feita por uma Commissão, composta de um Lavrador não accionista de cada districto administrativo, dos tres em que se divide a Provincia da Estremadura, eleitos pelo modo que o Governo determinar, etres membros eleitos pela Companhia.

Ponto 20.º Quando esta Commissão, nesta, ou em outra das attribuições que lhe vão designadas, tiver empate, far-se-há o seguinte:

Crear-se-há um jury especial tirado á sorte de um recenseamento a que o Governo deverá mandar proceder, de Lavradores e Negociantes, uns e outros não accionistas: este jury em numero de seis, tres de cada classe, e presidido pelo juiz do tribunal commercial de primeira instancia, decidirá os empates, tendo porém a faculdade de, ou se ligar a qualquer das quantias do empate, ou de procurar um termo entre elles.

Ponto 21.º A agoa-ardente só poderá ser admittida sendo de vinho, e proporcionada em quantidade ao producto presumptivo que o introductor houver manifestado para subsidio, regulando-se o preço pela graduação que tiver, e proporcionalmente ao estabelecido no Ponto 17.º deste Artigo.

Ponto 22.º O vinho alterado ou acetoso, e agoa-ardente neste estado, ou com outro defeito ficam sujeitos ao preço que se convencionar.

Artigo 12.º A compra entende-se feita desde o momento em que o Lavrador diz á Companhia que o vinho é seu: o que póde fazer desde o momento da prova até 15 de Fevereiro de cada anno.

Artigo 13.º o pagamento da compra será realisado em quatro pagamentos iguaes: o primeiro que corresponde ao signal, logo que se effectuar a compra: o segundo a dous mezes; o terceiro a quatro mezes; e o quarto a seis mezes.

Ponto único Exceptuam-se as adegas pequenas, cujo valor não exceder a 100$000, cujo pagamento será logo que se effectue a compra, e de uma só vez; e as que não chegarem a 200$000 réis, cujos pagamentos serão metade logo no acto da compra, e outra metade a dous mezes: harmonisando porém os pagamentos de modo que a Companhia fique garantida a entrega do genero.

Artigo 14.º A Companhia obrigar-se-há a fornecer aos consumidores, dentro da área do seu privilegio, os generos de boa qualidade pelos seguintes preços. Por cada almude de vinho tinto ou branco 1$ 200 réis, 1$ 440 réis, e 1$920 réis. Vinagre tinto a 600 réis, branco a 840 réis – e agoa-ardente a razão de 130 réis por cada grão.

Ponto 1.º Estes preços variarão segundo o augmento ou diminuição dos direitos ora estabelecidos.

Ponto 2.º A Companhia será obrigada a ter á venda nos seus armazens os vinhos generosos da Provincia e os das outras; e quando os não tiver e lhe forem pedidos, desempenhará com brevidade qualquer encommenda.

Artigo 15.º Os minimos marcados no ponto 16.º do Artigo 11.º poderão ser alterados no fim de tres annos, quando a Companhia representada pela Assembléa Geral prove a necessidade de tal alteração pelos lucros cessantes, ou damnos emergentes, que tenham delles resultado á Companhia.

Esta prova terá logar perante a Commissão estabelecida no ponto 19.º do Artigo 11.º, que os poderá diminuir até 2$000 réis em cada classe, não podendo porém nunca baixar os da primeira classe de 16$000 – os da segunda de 12$000 réis – os da terceira de 9$000 réis – e os de quarta de 6$000.

Este arbitramento só terá força depois de homolgado pelo tribunal commercial de primeira instancia de Lisboa.

Artigo 16.º A Companhia terá para a recepção e compra dos vinhos do districto de Leiria áquelles Lavradores, a quem não convier a conducção directa para Lisboa, um armazem no dito districto de Leiria ou na Figueira, á sua escolha; e no preço marcado annualmente pelo modo declarado no ponto 19.º do Artigo 11.º abaterá mais ao Lavrador, além da despeza necessaria para a conducção até esse armazem, a quantia necessaria, e só a necessaria para o transporte de mar, e direitos da foz em Lisboa, no único caso da Companhia para ahi o exportar.

Artigo 17.º O preparo e venda para exportação de vinho, vinagre, e agoa-ardente continuará a ser livre para todos os que a emprehenderem, mas a Companhia terá nos respectivos armazens a mesma acção fiscal que compete a Alfandega das Sete Casas.

Ponto Único. Esta acção será extensiva ás barreiras, e portas do mar, pelo que respeita a entrada e saida dos liquidos de seu privilegio, assim como ás lojas de venda do vinho exceptuado no ponto único do Artigo 5.º.

Artigo 18.º Fica inteiramente livre a venda dos respectivos productos vinhateiros, nas localidades fóra das demarcações do privilegio da Companhia.

Artigo 19.º Será permittido aos proprietarios vinhateiros da Provincia da Estremadura, residentes dentro da área do privilegio da Companhia o introduzirem para gastos de suas familias productos da sua lavra vinhateira, uma vez que a introducção seja authorisada pela Companhia.

Artigo 20.º A introducção clandestina do vinho, vinagre, e agoa-ardente será reputada contrabando, e os introductres punidos com as penas correspondentes ás estabelecidas para o contrabando do tabaco.

Artigo 21.º Serão concedidos á Companhia relativamente todos os privilegios, isenções, e vantagens de que gosam os contractos do tabaco e sabão.

Artigo 22.º As acções da Companhia gosarão dos mesmos privilegios de que gosam as do Banco de Lisboa.

Artigo 23.º A Companhia terá o privilégio do fóro nas causas civeis.

Artigo 24.º Nos primeiros tres annos da existencia da Companhia ella só pagará em dinheiro effectivo dous terços dos generos, que os respectivos Lavradores lhe offerecerem.

O terço restante será pago em acções, estas porém sómente terão dividendo depois de tirado o lucro de 10 por 100 para os accionistas capitalistas; pera este fim observar-se-há o seguinte:

Conhecido qual o lucro no fim do anno por meio do respectivo balanço, tirar-se-há a quantia necessaria para prefazer o lucro de 10 por 100 ás ditas acções dos capitalistas; o resto do lucro será dividido pro rata entre as acções ditas dos Lavradores até 10 por 100, e excedendo observar-se-há o disposto no Artigo 25.º

Ponto 1.º Quando qualquer Lavrador prefira receber este terço em dinheiro, recebê-lo-há com abatimento de 20 por 100.

Ponto 2.º Findo o primeiro triennio, a Companhia pagará todo o vinho e agoa-ardente que se lhe offerecer em numerario sem abatimento, e todas as acções quer dos capitalistas, quer dos Lavradores, recebidas pelo terço do vinho, terão igual dividendo, em proporção do seu valor nominal.

Ponto 3.º Quando pelo exame dos livros da Companhia no fim do primeiro anno, se conhecer que a Companhia póde pagar em numerario o vinho todo, ella será obrigada a paga-lo assim, ou á escolha do vendedor em numerario, ou acções, quando elle prefira estas; assim tambem se praticará no segundo anno.

Ponto 4.º Quando o terço que tiver de ser recebido fôr inferior ao nominal das acções, isto é a 100$000 réis, ou quando além dos 100$000 réis, houver alguma quantia porém que não chegue a 100$000 réis, o vendedor poderá receber ou em dinheiro com abatimento de 20 por 100, ou em acções dando o minimo em dinheiro á Companhia para perfazer o valor da acção que recebe, sendo este minimo na proporção do valor no mercado, quando ellas subam do par.

Artigo 25.º Depois de deduzido do lucro o necessario para prefazer 10 por 100 a todas as acções, quer dos capitalistas, quer dos Lavradores, a Companhia do excedente applicará quatro contos de réis annuaes para reparo das estradas transversaes da Provincia, e isto por tantos annos quantos durar a Companhia.

Ponto 1.º As estradas serão aquellas que a Assembléa Geral designar.

Ponto 2.º Os reparos serão effectuados de accôrdo com as camaras Municipaes respectivas.

Ponto 3.º Quando ainda dos lucros haja excedente, este será dividido pró rata entre todas as acções.

Artigo 26.º Nenhum accionista poderá ter voto na assembléa geral, senão quando tiver as acções averbadas em seu nome há mais de seis mezes, excepto quando as tiver adquirido por titulo de herança.

Artigo 27.º a Assembléa Geral é composta de cincoenta dos maiores accionistas, capitalistas, e outros tantos ditos Lavradores.

Artigo 28.º Poderão ser accionistas tanto nacionaes como estrangeiros em qualquer numero de acções.

Ponto único. Os fundos e lucros, que os estrangeiros tiverem na Companhia, serão inviolaveis, ainda mesmo no estado de guerra entre os respectivos Governos.

Artigo 29.º Os fundos da Companhia não poderão ser distraidos para outros objectos alheios aos seus fins, e os directores que o fizerem serão responsaveis pelos seus bens.

Artigo 30.º A direcção authorisada pela Assembléa Geral, quando o Governo pelo Projecto que tem pendente nas Camaras, ou por outro seja authorisado a arrematar os direitos das alfandegas, poderá contractar com elle os direitos de consumo dos generos do seu privilegio.

Artigo 31.º A Companhia se obriga, passados os primeiros tres annos, a emprestar aos Lavradores de vinho da Provincia da Estremadura, até uma terça parte do valor presumivel do seu vinho da mais proxima colheita, ao premio de seis por cento ao anno, este vinho, assim como a fazenda que o produz, quando fôr do proprio Lavrador, constitue hypotheca especial da Companhia, além da geral em todos os bens do Lavrador com preferencia a outro qualquer ad instar da Fazenda Nacional.

Ponto 1.º Os Lavradores que assim forem devedores á Companhia, se constituem depositarios de seus vinhos, e não poderão dispôr delles sem o consentimento da direcção da Companhia, e aquelles que o fizerem, ficam sujeitos ás leis do fiel depositario.

Ponto 2.º Pelo emprestimo supra mencionado não se entende vendido o genero, mas só hypothecado; por isso é livre aos Lavradores vende-lo á Companhia, ou a quem melhor lhe convier; de modo porém neste ultimo caso que a Companhia não seja fraudada, para o que se fará o regulamento necessario.

Ponto 3.º Quando o vinho da colheita hypothecada não chegar para o embolso da Companhia, ou em quanto por outro qualquer motivo, que a mesma não possa remover, não tenha sido paga, fica a Companhia com igual direito ao vinho da colheita futura, quando o Lavrador seja proprietario, e quando rendeiro se continuar na renda.

Artigo 32.º O Governo mandará fazer a fiscalisação necessaria, e a mais rigorosa para que a Companhia não abuse, nem em quanto á qualidade dos generos, nem quanto aos preços, por que fica obrigada a compra-los e vende-los; assim como tambem, para que elle cumpra

religiosamente todas as obrigações que contrahe, e pelas quaes lhe são concedidos os differentes privilegios supra mencionados.

Artigo ultimo. A Companhia começará no primeiro de Janeiro futuro.

Lisboa 18 de Março de 1843. – Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, Deputado pela Provincia da Estremadura.

.:

Lisboa, 21 de Abril de 1843 – Carta de lei que reforma a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, através da atribuição do subsídio de 150 contos para custear as suas despesas.
Fonte: *Diário do Governo, N.º 93, 22 de Abril de 1843, p. 679 e 680.*

Dona Maria, por graça de Deos, Rainha de Portugal, e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos Subditos, que as Côrtes Geraes Decretaram, e Nós Queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É ampliada e modificada, nos termos da presente Lei, a Carta de Lei de 7 de Abril de mil oitocentos e trinta e oito, pela qual foi restabelecida, por tempo de vinte annos a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Ponto 1.º A competencia da Companhia pelo que toca aos arrolamentos, provas dos vinhos, marcas, guias entende-se tão sómente a respeito dos vinhos produzidos no Districto da ultima demarcação de Feitoria e que costumam ser arrolados pela Companhia.

Ponto 2.º O Governo, de accôrdo com a Companhia, decretará as providencias convenientes para melhorar e aperfeiçoar o actual systema de provas por garrafas, a fim de que não sejam conhecidos os donos dos vinhos antes do juizo dos provadores; e devendo ser feitas dentro do districto da demarcação.

Artigo 2.º O Governo á vista do juizo do anno, que a Companhia lhe deve remetter annualmente com as informações convenientes, fixará a quantidade de Vinho do approvado em primeira qualidade, que nesse anno fica habilitado para o Commercio dos Portos da Europa, não podendo ser habilitada quantidade superior á exportada com o mesmo destino no anno antecedente, em quanto o actual deposito dos vinhos nos armazens do Porto, de Villa Nova de Gaia, e Douro, exceder a setenta mil pipas.

Ponto Único. A Companhia, em observancia da resolução do Governo, fará a divisão quantitativa do numero de pipas de Vinho habilitado á exportação para a Europa, que pertence a cada Lavrador, em proporção do que lhe foi approvado.

Artigo 3.º Haverá todos os annos uma feira geral de Vinhos no logar da Regoa, a qual começará e acabará nos dias, que forem competentemente designados, não devendo exceder o dia de abertura ao dia quinze de Fevereiro.

Artigo 4.º Durante a feira, e até dous dias depois, serão manifestadas pelos compradores na Casa da Companhia na Regoa todas as compras de Vinhos que fizerem para exportação; devendo os lavradores, dentro em oito dias depois de fechada a feira, fazer igual manifesto da quantidade, que deixaram de vender e reservam para esse mesmo destino, não podendo receber guia para exportação o Vinho, que assim deixar de ser manifestado.

Artigo 5.º Fica prohibida a conducção do Vinho do Douro para o Porto sem guia, a qual será passada pela Companhia na Regoa: se os Vinhos forem destinados para consumo, será passada a guia com esse destino ainda antes de qualificado, se seus donos a sollicitarem.

Artigo 6.º Os Vinhos qualificados em primeira qualidade actualmente existentes no Porto e suas visinhanças, em Villa Nova de Gaia, e no Douro, que seus donos declararem, dentro em trinta dias da data de publicação desta lei, que os destinam para consumo do Paiz, pagarão de direitos seis e trezentos réis por cada pipa; findo o qual prazo, os que assim não tiverem sido declarados, e se lhes queira dar aquelle destino, pagarão doze mil réis por cada pipa.

Ponto 1.º Destes Vinhos, os existente no Porto e em Villa Nova de Gaia, pagarão os direitos de consumo no acto em que forem despachados com esse destino.

Ponto 2.º Os Vinhos que assim forem declarados com destino para consumo, ficam inhabilitados para exportação, e para esse fim se porão as verbas, e se farão os assentos competentes.

Artigo 7.º Trinta dias depois da publicação desta Lei se procederá a um varejo geral em todos os depositos de Vinhos do Douro habilitados para exportação em qualquer parte que existam, para verificar a sua quantidade, segundo a qualificação respectiva, sendo os donos dos vinhos obrigados a declarar á Companhia, no prazo de tempo que ella marcar, o local e o armazem onde os vinhos existem, sob pena de perderem a qualificação que tiverem.

Ponto 1.º Este varejo será feito no Porto, em Villa Nova de Gaya, e suas visinhanças, por uma Commissão composta de um Lavrador nomeado pela Camara Municipal do Pêso da Regoa, de um commerciante de Vinhos nomeado pela Associação Commercial do Porto, de um Empregado da Companhia, e de um empregado da Alfandega do Porto. No Districto do Douro será feito este varejo por uma Commissão composta do Administrador do Concelho, do Fiscal da Camara, do Regedor da parochia, ou Juiz Eleito, e de um Empregado da Companhia.

Ponto 2.º Concluido o varejo, ficarão nullos e de nenhum effeito os titulos antecedentes da existencia e qualificação dos Vinhos em deposito, e se passarão outros, em que se guardem as respectivas qualificações dos Vinhos existentes.

Ponto 3.º Nenhum vinho de exportação poderá ser armazenado senão dentro do districto de demarcação do Douro, ou das barreiras do Porto, ou de Villa Nova de Gaia; e perderá aquella habilitação o vinho, que se achar em outro local, seis mezes depois de findar o varejo.

Ponto 4.º Este varejo será feito todos os annos, e todas as vezes que se julgar conveniente; e as despezas que forem necessarias para o mesmo, serão satisfeitas pela Companhia.

Artigo 8.º A Companhia fica obrigada a comprar, desde a abertura da feira até 30 de Maio de cada anno até vinte mil pipas de Vinho de segunda e terceira qualidade aos Lavradores que lho quizerem vender, sendo o de Segunda qualidade de 14$000 réis a 16$ 000 réis por pipa, e os de terceira pelo preço de 10$000 réis a 12$ 000 réis por pipa, e uns e outros conforme a marca que tiverem sendo pagos aos prazos de dous, quatro, e seis mezes da data de compra, deduzidos os sinaes, que serão pagos na fórma do costume.

Ponto 1.º Estes preços poderão ser alterados pelo Governo, ouvindo o Conselho d'Estado, e sendo consultadas previamente a Companhia, a Associação dos Agricultores da Regoa e a do Commercio da Cidade do Porto.

Ponto 2.º Esta obrigação começa na abertura da feira de mil e oitocentos quarenta e quatro, e durará até á feira de mil oitocentos cincoenta e sete inclusivamente, cuja época comprehende quatorze novidades completas.

Ponto 3.º Cessa essa obrigação da Companhia a respeito d'aquelles Lavradores que alterarem seus Vinhos, suscitando-se porém alguma duvida entre o Lavrador e a Companhia sobre a adulteração, o Vinho será reduzido a Agoa-ardente á custa da Companhia , inspeccionando o Lavrador este processo como lhe convier, e a quantidade de Agoa-ardente que produzir da força de dez graos de Tessa na fabrica, lhe será paga pela Companhia , a razão de oitenta e cinco mil réis a pipa nos prazos declarados no Artigo 8.º. Se o Lavrador preferir distilar este vinho por sua conta, a Companhia será obrigada a comprar-lhe a agoa-ardente que produzir pelo preço de noventa mil réis por pipa, sendo sem defeito, e dos graos que ficam designados. Quando se suscite duvida acerca da boa qualidade da agoa-ardente, sera esta decidida por dous Arbitros, um nomeado pela Companhia ou seu Delegado, e ouro pelo Lavrador ou seu Procurador; e no caso de empate, será este decidido por um de seis Commissarios de negociantes de Vinhos, residentes no districto da demarcação, tirado á sorte, os quaes serão para este fim eleitos pela primeira sessão de cada anno, não podendo a Companhia, nem o Lavrador recusar mais de dous cada um. Se o preço dos vinhos taxados no Artigo 8.º forem alterados, a Agoa-ardente será paga na mesma proporção.

Ponto 4.º Quando as offertas á Companhia excederem as vinte mil pipas, será esta quantidade rateada pelos Lavradores em proporção do que cada um offerecer, e das respectivas qualidades.

Ponto 5.º Os Lavradores nos primeiros tres dias depois de aberta a feira, manifestarão na casa da Companhia na Regoa, aquelle vinho que lhe quizerem vender da segunda e terceira qualidade: estemanifesto consistirá em uma relação em duplicado, a qual deve conter o nome do Lavrador, freguezia, adêga, numero dos toneis, e quantidade e qualidade dos vinhos. Uma destas relações será entregue ao Lavrador, referendada pelo Empregado da Companhia para esse fim authorisado.

Ponto 6.º A Companhia, nos oito dias immediatos, formará as relações dos vinhos que lhe forem offerecidos, e do rateio que coube aos Lavradores, as quaes serão affixadas nos logares do costume em cada uma das freguezias do Douro.

Ponto 7.º Quando algum Lavrador deixe de ir realisar a venda á Companhia até trinta de Maio, deverá esta comprar uma quantidade de vinho proporcional á quantidade e qualidade que lhe queiram vender, verificará a compra dessa quantidade com os da outra qualidade immediata que lhe quizerem vender.

Ponto 8.º A Companhia fica obrigada a mandar affixar até trinta de Junho de cada anno, em todas as freguezias do Districto do Douro, relações impressas dos Vinhos que comprou para satisfação da obrigação que lhe é imposta nesta Lei, com designação dos Lavradores, quantidades e qualidades.

Artigo 9.º A Companhia fica obrigada a fazer o commercio de Vinhos de exportação e de consumo, sem que entre ella e os Commerciantes haja a mais pequena distincção e privilegio.

Artigo 10.º Fica obrigada a Companhia a mandar padrões e balizas de Vinho genuino, e puro do Douro aos principaes mercados da Europa, e de qualquer outra Região, e especialmente ás Possessões Inglezas na India, d'Australia, e da America Septentrional.

Artigo 11.º É também obrigada a Companhia a estabelecer no Rio de janeiro depositos de Vinhos, que fará vender por grosso e retalho.

Ponto único. Iguaes depositos é obrigada a estabelecer em outras quaesquer Praças estrangeiras, logo que lhe for ordenado pelo Governo em consequencia de reclamações dos Consules Portuguezes, fundadas em representações e pedidos aos negociantes das mesmas Praças.

Artigo 12.º Em compensação destes encargos, são concedidos á Companhia cento e cincoenta contos annuaes, deduzidos dos direitos de consumo e exportação, que os vinhos do Douro pagam na Alfandega do Porto.

Ponto 1.º O Thesoureiro da Alfandega do Porto fica obrigado, com responsabilidade sobre os seus bens e fianças, a entregar á Companhia, no primeiro dia de cada mez, metade da importancia dos direitos pagos no mez antecedente pelos vinhos exportados para os portos da Europa; e mil e duzentos réis por cada pipa de vinho que se tiver despachado para consumo do Porto e Villa Nova de Gaia.

Ponto 2.º A Companhia poderá estabelecer um Empregado junto da Alfandega do Porto, devidamente affiançado, a fim de effeituar a cobrança destes direitos no acto em que forem pagos pelas partes, devendo assignar os respectivos documentos para o Thesoureiro da Alfandega.

Ponto 3.º No caso que o producto dos direitos consignados á Companhia não importe os cento e cincoenta contos de reis, o Thesoureiro da Alfandega do Porto, independente da ordem do Governo, completará, sob a sua responsabilidade, á Companhia esta somma, pelo producto de outros quaesquer direitos.

Ponto 4.º Tanto a Companhia, como o Thesoureiro da Alfandega, são obrigados a dar conta todos os mezes ao Governo, da importancia dos direitos recebidos no mez antecedente.

Ponto 5.º A Companhia começará a perceber os direitos que lhe são consignados, no primeiro de Julho de mil oitocentos e quarenta e três.

Artigo 13.º A Companhia se habilitará com os fundos necessarios, ou por meio de emprestimos, ou de acções ou como melhor lhe convier.

Ponto Único. Nem o novo fundo, nem os direitos que lhe ficam consignados, são sujeitos a dividas anteriores.

Artigo 14.º Os fundos da Companhia são inviolaveis, e o Governo não poderá haver della recurso algum sem o consentimento dos interessados, por deliberação tomada em Assembléa Geral; ficando os Directores responsaveis in solidum pelos seus bens, quando infringirem esta disposição.

Ponto Único. Os fundos e interesses que os Estrangeiros tiverem na Companhia , são garantidos, quaesquer que sejam as circumstancias de paz ou de guerra, em que se achem involvidos os respectivos Estados.

Artigo 15.º As Acções, interesses, ou empréstimos do novo fundo da Companhia ficam gozando dos mesmos privilegios e isempções, de que gozam as Acções do Banco de Lisboa, e as da Junta do Credito Publico.

Artigo 16.º Se a Companhia augmentar os seus fundos por meio de Acções, dividirá annualmente os interesses pelos Accionistas até 8 por cento ao anno; se fôr por meio de emprestimos, pagará o juro, e a amortisação que convencionar; e o que exceder, ficará nos fundos da Companhia como interesses accummulados.

Artigo 17.º No mez de Agosto de cada anno a Companhia remetterá ao Governo um balanço geral acompanhado de um Relatorio circumstanciado sobre o estado do Commercio e Agricultura dos Vinhos do Douro, propondo as medidas, que julgar convenientes para o melhorar e proteger.

Artigo 18.º A Companhia fica obrigada a provar, dentro de trez mezes, perante o Governo, que está habilitada com os fundos necessarios para cumprir plenamente as obrigações que lhe são impostas, e apresentar-lhe os estatutos, por que há de reger-se, para por elle serem examinados.

Ponto Único. Se passado o praso de trez mezes a Companhia não tiver satisfeito ao disposto neste Artigo, fica o Governo encarregado de organisar uma Associação de capitalistas que queiram encarregar-se das obrigações declaradas nos Artigos 8.º, 10.º, e 11.º, ficando a cargo da Companhia as provas, arrolamentos, e guias, na conformidade da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838.

Artigo 19.º O Governo decretará as providencias necessarias, para o fim de melhorar e animar a Agricultura e Commercio dos Vinhos do Douro, e fiscalizar a sua pureza, e a evitar o contrabando dos Vinhos, Agoas-ardentes, e Licores Estrangeiros, na parte em que se não oppozerem ás disposições das leis.

Artigo 20.º Desde o primeiro de janeiro de 1843 fica extincto o imposto estabelecido no Artigo 3.º da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838.

Artigo 21.º Findo o praso da duração da Companhia marcado na Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, deverá ella proceder á liquidação dos fundos e interesses accumulados existentes, a qual deverá concluir impreterivelmente dentro de tres annos.

O Governo nomeará dous Empregados, que conjunctamente com os da Companhia procedam nesta liquidação.

Ponto 1.º A Companhia , á proporção que fôr realisando os fundos, reembolsará os capitaes entrados para o novo fundo, até seu real e effectivo embolso.

Ponto 2.º Pagos e satisfeitos os capitaes do novo fundo, com os seus respectivos interesses, o resto será applicado pelo Governo á reparação e conservação das estradas, e á abertura de outras vias de communicação, não podendo dar-lhe outra applicação differente.

Artigo 21.º A Companhia, depois de organisada, e postas em plena execução todas as disposições desta lei, deverá estabelecer dentro do districto da demarcação do Douro, nos logares mas apropriados, caixas filiaes dotadas com fundos sufficientes para fazer emprestimos aos Lavradores para a cultura, e colheita de suas vinhas até ao valor de um terço da respectiva novidade, com o juro de seis por cento ao anno; ficando toda esta especialmente hypothecada ao pagamento da quantia, e a Companhia com direito de preferencia a outro qualquer credor ad instar da fazenda publica.

Artigo 22.º A Companhia é authorisada a emmittir notas representativas dos fundos da dotação das caixas filiaes no valor de dous mil e quatrocentos a dezanove mil e duzentos réis cada uma.

Artigo 23.º A Companhia poderá receber nestas caixas filiaes as quantias que os Lavradores do Douro quizerem depositar nellas, pagando-lhes ella o juro de cinco por cento ao anno.

Artigo 24.º Fica revogada toda a Legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. Os Ministros e Secretarios d'Estado dos negocios do Reino, e da Fazenda, a façam imprimir, publicar, e correr. Dada no Paço das Necessidades aos vinte e um de Abril de mil oitocentas e quarenta e tres. – A RAINHA com Rubrica e Guarda - Antonio Bernardo da Costa Cabral – Barão do Tojal.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Tendo Sanccionada o Decreto das Côrtes Geraes, de cinco do corrente mez, que amplliou e modificou, nos termos nelle prescritos, a Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, em virtude da qual foi restabelecida por tempo de vinte annos a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; outrosim concede á dita Companhia, em compensação dos encargos que pela presente Lei lhe são impostos, cento e cincoenta contos de réis annuaes, deduzidos dos direitos de consumo e de exportação que os vinhos do Douro pagam na Alfandega da Cidade do Porto, com a clausula de que não prefazendo esta somma o producto dos direitos consignados á Companhia, o Thesoureiro da mencionada Alfandega, independentemente da ordem do Governo, completará á mesma Companhia os ditos cento e concoenta contos de réis pelo producto de outros quaesquer direitos; manda cumprir e guardar o sobredito Decreto pela forma acima declarada – para Vossa Magestade vêr – José Carlos Rodrigues a fez.

∴

Lisboa, 23 de Outubro de 1843 – Regulamento do Governo para a realização das provas dos vinhos, arrolamentos, marcas, feira, guias e varejos da Região do Douro.

Fonte: *A Revolução de Setembro, 15 a 23 de Novembro de 1843.*

Havendo-me representado a direcção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que a Carta de Lei de 21 de Abril do corrente anno, que restabeleceu a companhia, com quanto, em diversos pontos, ocorresse com sabias disposições tendentes a minorar os males que pesavam sobre os povos do Douro, deixára todavia extensa margem para o estabelecimento de varias outras providencias não menos uteis e indispensaveis ao

complemento da lei, já, e com especialidade, no systema das provas dos vinhos, já nos arrolamentos, marcas, feira, guias, e varejos, tudo em harmonia com o preceito do paragrafo segundo do artigo primeiro, e artigo decimo segundo da mesma lei, que deixou ao Governo a faculdade de providenciar convenientemente sobre tal objecto, de acordo com a referida Companhia, e que por isso submettia á minha real approvação o regulamento que cintinha as indicadas providencias, cuja necessidade era geralmente sentida por todas as classes que mais interessam no commercio e lavoura das vinhas do Alto Douro: hei por bem, conformando-me com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa approvar o mencionado regulamento, com as alterações que pareceram convenientes, o qual, contendo sessenta e cinco artigos em seiscapitulos, faz parte do presente decreto, e baixo assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios do reino. O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido, e faça executar. Paço, em 23 de outubro de 1843. Rainha. Antonio Bernardo da Costa Cabral.

REGULAMENTO

Para a execução das diversas disposições da Carta de Lei de 21 de Abril de 1843

Capitulo I

Artigo 1.º A ultima actual demarcação da Feitoria do Alto Douro a que se refere o paragráfo 1.º do Artigo 1.º da Carta de Lei de 21 de Abril do corrente anno é definido pelo Artigo 5.º da lei de 17 de Maio de 1822, e comprehende todos os terrenos plantados de cepa baixa dentro da linha exterior que circuitava as duas antigas demarcações.

Artigo 2.º Todos os vinhos produzidos nos ditos terrenos, cujos donos pretenderem gosar dos beneficios da referida lei de 21 de Abril do corrente anno deverão ser manifestados com toda a exactidão no acto do arrolamento annual que delles tem de fazer-se.

Artigo 3.º Este arrolamento é feito pela Companhia e por empregados para isso especialmente nomeados pela sua direcção, e continuara a verificar-se immediatamente que a vindima terminar.

Artigo 4.º O manifesto verifica-se por um termo lavrado pelo respectivo empregado da Companhia no livro competente assignado por elle e pelo dono dos vinhos, ou pelo seu feitor, em que se declare a quantidade de vinho que for da propria lavra do manifestante, e a quantidade que elle tiver occupado e a quem.

Artigo 5.º Nenhum vinho porém poderá sere incluido neste manifesto que não seja produzido dentro da mesma demarcação definida no Artigo 1.º.

Artigo 6.º A quantidade de pipas de vinho que houverem de declarar-se no termo de cada manifesto será determinado pelas marcas da capacidade total dos toneis em que o mesmo vinho estiver envasilhado, abatendo-se a falta que nelles houver.

Capitulo II

Das Marcas

Artigo 7.º Todos os toneis em que se envasilharem os vinhos produsidos dentro da actual demarcação do Alto Douro terão uma marca de fogo expressando a quantidade de pipas de vinte e um almudes e nove canadas da medida do Porto que a sua capacidade contêm.

Artigo 8.º Uma outra marca de fogo proxima e antes da primeira indicará a sua numeração em cada adega, começando desde o numero 1 até ao numero dos que nella existirem.

Artigo 9.º A quantidade de pipas contidas nos diversos toneis que deve expressar a marca mencionada no Artigo 7.º determinar-se-há por uma tabella que em vista das dimensões exteriores de cada tonel demonstre a sua correspondente capacidade; aproveitando-se neste calculo até a fracção de meia pipa.

Artigo 10.º A direcção da Companhia fica incumbida de mandar formalisar esta tabella, que está sujeita ao preciso e seguro exame da sua veracidade e exactidão.

Artigo 11.º Este exame é feito por uma Commissão composta de um empregado da Companhia, e de dois lavradores nomeados pelas comarcas de Villa Real, e Lamego.

Artigo 12.º Ultimado o exame da tabella indicada no antecedente Artigo assignará a Commissão verificadora tres exemplares da mesma tabella, ficando um delles depositado no archivo da Companhia, e os outros nos das comarcas de Villa Real e Lamego. A direcção da Companhia fará estampar os que forem precisos, e remetterá um numero regular desses impressos a todas as comarcas da demarcação.

Artigo 13.º Depois de cumprida a disposição do Artigo antecedente incumbe aos empregados da Companhia competentemente nomeados pela direcção, parear, numerar e marcar todos os toneis existentes dentro da demarcação pela forma prescripta nos artigos 7.º, 8.º e 9.º.

Artigo 14.º estas operações serão feitas na presença dos lavradores donos dos toneis, ou de seus feitores, lavrando-se em um livro a esse fim destinado termo a respeito dos toneis de cada adega, que será assignado pelos respectivos Lavrador ou seu feitor, e empregado da Companhia que as verificar. Ás mesmas operações se procederá todas as vezes que se fizerem novos toneis, ou se reformarem os velhos.

Artigo 15.º Quando algum Lavrador se não conformar com a medição e calculo feito pelo empregado da Companhia, nomeará a camara do respectivo concelho um dos seus vereadores, que repetirá com o referido empregado e conferirá a sobredita medição e calculo; o qual ficara por esta repetição definitivamente determinado, a menos que não queira o

respectivo Lavrador proceder na presença de todos á medição com agua do tonel ou toneis em que não concordar.

Artigo 16.º Removida por qualquer das formas referidas a duvida em que possa entrar o Lavrador, serão postas definitivamente as marcas nesses toneis, e se lavrará o competente termo ordenado no Artigo 14.º.

Artigo 17.º As antigas marcas dos toneis só continuarão a servir de norma ou arrolamento, em quanto não forem postas na devida execução as disposições dos dez Artigos antecedentes.

Capitulo III

Das provas

Artigo 18.º Todos os vinhos tintos, brancos, geropigas, ou de qualquer outra denominação que sejam produzidos dentro da actual demarcação do Alto Douro, arroladas na forma do capitulo 1.º deste regulamento serão provados e qualificados por amostras, sem que os respectivos provadores tenham o mais leve conhecimento ou indicio dos donos a quem esses vinhos pertencerem.

Artigo 19.º Estas provas serão feitas no logar da Regoa dentro de um mesmo recinto por um jury qualificador dividido em quatro secções, cada uma das quaes será composta de tres provadores. Cada secção terá um presidente para dirigir os respectivos trabalhos, mas sem voto na qualificação.

Artigo 20.º Os presidentes das quatro secções do jury são respectivamente nomeados pelas camaras de Villa Real, Provesende, Lamego, e pesqueira, devendo ser Lavradores que colham pelo menos cincoenta pipas de vinho de sua lavra cada um.

Artigo 21.º Os três provadores de cada secção são eleitos, um pela direcção da Companhia, outro pela Camara que tiver nomeado o presidente da secção, e o terceiro pela direcção da Associação Commercial do Porto em lista triplice, da qual a direcção da Companhia designará o que effectivamente deve servir.

Artigo 22.º Os provadores eleitos pela direcção da Companhia devem ser escolhidos entre os seus empregados mais entendidos e intelligentes no conhecimento especial dos vinhos do Douro. Os provadores eleitos pelas camaras deverão ser lavradores que colham pelo menos vinte e cinco pipas da sua lavoura. Os individuos da lista triplice que propozer a direcção da Associação Commercial serão escolhidos entre as pessoas mais peritas e experimentadas no commercio de vinhos, que não sejam Lavradores do Douro.

Artigo 23.º Cada uma das Camaras de Villa Real e Provezende nomeia o presidente e provador que lhe compete d'entre os Lavradores da margem septentrional do Douro. As

Camaras de Lamego e Pesqueira escolhem os presidentes e provadores que tem a nomear entre os Lavradores da margem meridional.

Artigo 24.º A extracção das amostras dos respectivos toneis verifica-se na presença dos respectivos donos ou seus feitores, e é recolhida cada uma dellas em uma garrafa por dois fiscaes nomeados uma pela lavoura , e outro pela Companhia.

Artigo 25.º cada uma das Camaras da demarcação do Alto Douro nomeia dois fiscaes d'entre os Lavradores do respectivo concelho para que cada um delles nas freguesias do mesmo concelho concorra com um fiscal da Companhia na extracção das amostras de que tracta o Artigo antecedente. A direcção da Companhia nomeia doze fiscaes para a referida extracção em toda a demarcação.

Artigo 26.º Os fiscaes eleitos pelas camaras devem ser Lavradores que colham pelo menos vinte e cinco pipas da sua lavra, e quando aconteça que em algum concelho se não encontrem individuos que lavrem este numero de pipas serão eleitos os mesmos fiscaes d'entre os doze maiores Lavradores do mesmo concelho. Os fiscaes nomeados pela direcção da Companhia devem ser escolhidos entre os seus empregados de maior confiança.

Artigo 27.º As camaras do Douro a quem compete eleger os presidentes, provadores e fiscaes, designados nos Artigos antecedentes, nomearão ao mesmo tempo igual numero de substitutos para os ditos logares. A direcção da Companhia além das nomeações que lhe ficam pertencendo, elegerá sómente dois substitutos para substituir os provadores da mesma Companhia, e escolherá outros dois para substituir os do commercio entre os mesmos individuos da lista triplice de que tractam os Artigos 21 e 22.

Artigo 28.º As nomeações dos presidentes, provadores, fiscaes, e substitutos por parte da lavoura, assim como a nomeação dos individuos da lista triplice pela direcção da Associação Commercial serão feitas annualmente no primeiro de Dezembro, e communicadas sem demora aos eleitos que serão obrigados a servir o emprego para que forem nomeados, com cargo de concelho. Em caso de ligitimo impedimento deverão os mesmos eleitos representá-lo immediatamente ás corporações que os elegeram a fim de fazer-se nova eleição, sendo justificados os motivos que allegarem; de maneira que todas as nomeações se ahem definitivamente ultimadas até 15 do mesmo mez, em cujo dia serão participadas á direcção da Companhia. Esta participação designará quanto aos fiscaes da lavoura e seus substitutos as freguezias em que elles tiverem os seus vinhos, e os logares da sua residencia.

Artigo 29.º No dia 2 de Janeiro de cada anno deverão achar-se reunidos na casa da Companhia na Regoa os quatro presidentes das secções do jury, os quatro provadores e um substituto eleito pelo commercio do Porto, os quatro provadores e um substituto, os doze fiscaes, e quatro escropturarios para as quatro secções nomeados pela Companhia. D'entre os quatro presidentes, o mais velho em idade tomando a presidencia do jury verificará os titulos

de nomeação, de todos os outros presidentes, provadores, fiscaes e escripturarios em vista de uma relação geral que lhe está remettido a direcção da Companhia, e de accordo com os outros tres presidentes tomará as necessarias providencias para que no seguinte dia 3 de Janeiro se dê principio á extracção das amostras.

Artigo 30.º Ao referido presidente decano compete designar o presidente, e provadores que devem compôr cada uma das secções do jury, composição que será diversa e alternada duas vezes em cada um dos dias de prova, sem que por este methodo deixem de ficar, como devem ficar sempre os tres provadores de cada secção sendo um dos eleitos pela lavoura, outro pelo commercio, e outro pela companhia. Igualmente compete ao mesmo presidente decano designar o escripturario que se deve unir a cada secção, distribuir os fiscaes da Companhia que tem de acompanhar os da lavoura, determinar as freguezias em que lhe incumbe tirar as amostras, tendo em vista que a nenhum delles pertença a freguezia em que haja vinhos seus, chamar os substitutos que devem supprir as faltas ou impedimentos que occorrerem, manter a boa ordem, e regular em geral todo o acto das provas, tomando especial cuidado em manter intactas as duas principaes bases deste systema – a fidelidade na extracção das amostras – e a sua prova sem o mais leve conhecimento ou indicio de que sejam seus donos.

Artigo 31.º A extracção das amostras executa-se na forma indicada no Artigo vinte e quatro, e á medida que se fôr verificando, o fiscal da Companhia no mesmo acto, e sempre na presença do respectivo Lavrador, ou seu feitor, e fiscal da lavoura, escreverá em um bilhete o nome da freguezia, adéga, lavrador, quantidade de pipas e numero de tonel a que respeitar cada amostra, e a pregará em um dos lados da respectiva garrafa com a escripta para dentro.

Artigo 32.º As garrafas, depois de pregados os referidos bilhetes, serão encerradas em caixões que terão duas chaves, das quaes cada fiscal recoherá a sua; e á medida que cada caixão esteja cheio será sellado a lacre e remettido ao presidente do jury, que o fará guardar na casa da Companhia em deposito seguro, que terá igualmente duas chaves, uma das quaes conservará o mesmo presidente decano sempre em seu poder, e a outra aquelle presidente que lhe fôr immediato, em idade.

Artigo 33.º Logo que neste deposito se achem reunidos vinte e quatro caixões que comprehendam amostras de vinho pelo menos de doze concelhos differentes, serão abertos os ditos caixões e confundidas as amostras na presença dos presidentes de todas as secções, praticando-se o mesmo com os que subsequetemente derem entrada no deposito sempre que se achem reunidos, e por abrir doze dos mesmos caixões, de modo que em todo o decurso de prova não possa sahir para ella amostra ou amostras algumas com particular conhecimento da freguezia ou concelho a que pertencem.

Artigo 34.º Feita a primeira operação da abertura dos caixões, e confuzão das amostras, dar-se-h principio ao acto das provas pelas quatro secções simultaneamente,

começando e continuando, indiscriminadamente pelas amostras assim confundidas. Cada secção terá um fiel nomeado pelo seu presidente para abrir as garrafas e mnistrar o vinho aos tres provadores. Os provadores á medida que forem provando as amostras lançarão em uma urna os seus votos a respeito de cada uma, por letras indicativas da qualidade que em seu juizo lhe compete na forma das regras de qualificação marcadas no Artigo seguinte. O presidente respectivo extrahirá da urna, e lerá essas letras ou votos, e achando dois conformes fará numerar a garrafa que lhe é relativa, e o escripturario da secção que deve estar ao lado do mesmo presidente escreverá no livro a este fim destinado o numero da amostra, e a sua respectiva qualidade, sendo este assento rubricado pelo referido presidente. Se da votação dos provadores não resultarem dois votos conformes, será repetida a prova e votação, e em caso de nova divergencia será adoptada e escripta a qualificação média.

Artigo 35.º A qualificação dos vinhos do Douro continuará a ser especial e precisamente regulada pelas disposições do Artigo 6.º do alvará de 21 de Setembro de 1802, observando-se restrictamente o que por esta lei se acha determinado, a saber: que os vinhos proprios para embarque sejam qualificados nas tres distinctas qualidades que naturalmente se lhes encontram – em primeiro os que tiverem as qualidades necessarias para si, e para beneficiar outros: em segunda, as que tiverem as necessarias para si só; e em terceira os que tendo algumas qualidades carecerem de ser auxiliados com as que superabundam nos primeiros, e separando-se com a designação de refugo os vinhos defeituosos ou frouxos que só podem servir para o consumo do paiz, e destilação.

Artigo 36.º O acto de provas durará sete horas por dia, sendo uma dellas destinada para descanço, dividida em dois ou mais intervallos, segundo a opinião dos provadores, e continuará sem interrupção por todos os dias que forem necessarios até que sejam provadas todas as amostras, seguindo-se invariavelmente em todos esses dias a mesma solemnidade e processo.

Artigo 37.º Findas que sejam as provas passarão logo os presidentes e provadores e depregar os bilhetes das garrafas que em cada secção se tiverem provado; e a fazerem escrever a face dos mesmos bilhetes no respectivo livro, adiante de cada qualificação, o nome da freguezia, adega, lavrador, numero do tonel, e quantidade de pipas que lhe respeitar; e em seguida cada um dos escripturarios passará a sommar o livro que lhe compete, lavrando no fim delle um termo de encerramento por elle subscripto, e assignado por todos os presidentes e provadores, em que declare a quantidade de vinhos qualificados em cada uma das tres differentes qualidades, e refugo.

Artigo 38.º Encerrados e assignados os quatro livros de provas, na forma do antecedente Artigo, se reunirão todos os provadores sob a presidencia de que fôr mais velho em idade, para conferenciarem sobre o juizo que formaram da qualidade, em geral da novidade,

remettendo logo a direcção da Companhia a respectiva informação, contendo o resultado desse juizo, e conceito que tem formado, acompanhado de um mappa geral das qualificações da mesma novidade, extrahindo dos termos de encerramento dos livros das quatro secções. Nesta conferencia os mesmos provadores nomearão d'entre si um dos eleitos da lavoura, outro do commercio, e outro da Companhia para permanecerem no logar da Regoa, e conferirem e assignarem os bilhetes de qualificação, que em vista dos livros de provas, e posterior resolução do Governo, sobre o rateio quantitativo devem ser passados e distribuidos aos Lavradores antes da abertura da feira. Antes desta distribuição dos bilhetes é vedada a publicação das qualificações.

Artigo 39.º Depois da distribuição dos bilhetes determinada no Artigo antecedente, e de ser escripturado á face dos livros de provas, o livro de arrolamento geral com as competentes qualificações de que a Companhia carece para a passagem das guias, serão os mesmos livros de provas depositados no archivo da camara do Pezo da Regoa.

Artigo 40.º Todos os individuos empregados nas provas, que por qualquer modo faltarem ao cumprimento de seus deveres, poderão ser suspensos por dicisão collectiva dos presidentes das secções do jury dando estes logo parte á direcção da Companhia, a fim della tomar ou promover o procedimento que fôr de justiça.

Artigo 41.º Aos provadores, por parte do commercio eleitos pela direcção da Associação Commercial será abonada uma gratificação correspondente ás despezas de jornada, e dias de demora na Regoa.

Capitulo IV

Da Feira

Artigo 42.ºTodos ao annos se abrirá até ao dia 15 de Fevereiro, no logar da Regoa, a feira geral dos vinhos do Douro, em conformidade do Artigo 3.º da Carta de Lei de 21 de Abril ultimo. Esta feira durará seis dias e a sua abertura será annunciada pela direcção da Companhia, depois que receber a competente resolução do Governo sobre o juizo do anno.

Artigo 43.º O juizo do anno será remettido ao Governo pela direcção da Companhia, logo que receba de todos os provadores reuniões na Regoa, a informação sobre o typo geral da novidade, e mappa das qualificações que fica determinado no Artigo 38.º.

Artigo 44.º O juizo do anno deve comprehender: primeiro a informação e mappa enviado pelos provadores de que tracta o Artigo antecedente; segundo, o mappa demonstrativo da quantidade e qualidade dos vinhos do Douro de exportação, existentes no fim do anno antecedente nos diversos depositos do reino; terceiro um mappa ou informação a mais aproximada que ser possa, das quantidades do mesmo vinho existentes nos paizes estrangeiros; quarto a indicação da quantidade total do vinho do Douro, exportada pela barra do Porto no anno antecedente, e de todas as circumstancias que possam influir no commercio deste genero;

quinto, a proposta da quantidade de vinho de primeira qualidade que convirá habilitar para o commercio da Europa, e que não deve exceder á que se tiver exportado com o mesmo destino do anno anterior, em quanto o deposito do Porto, Villa Nova, e Alto Douro não descer de setenta mil pipas, como é expresso no Artigo 2.º da Lei de 21 d'Abril; sexto a proposta dos preços reguladores porque a companhia deverá realisar a comprados vinhos de segunda e terceira qualidade a que é obrigada, que serão tomados entre os limites estabelecidos na lei, segundo a marca ou typo ou qualidade geral da novidade, indicada pelos provadores, e segundo a sua escacez ou abundancia: setimo a sua opinião sobre o destino que deverá ter o vinho da primeira qualidade que fica separado, bem como o de segunda qualidade que são excluidos da exportação para a Europa: oitavo, a proposta de quaesquer providencias regulamentares da feira, que possam adoptar-se em beneficio commum da agricultura e commercio dos vinhos do Douro.

Artigo 45.º Expendida pelo Governo, e recebida pela direcção da Companhia a devida resolução ácerca do juizo do anno, fará proceder a mesma direcção ao rateio qualitativo dos vinhos de primeira qualidade, que ficam habilitados para a exportação da Europa, conforme ao que fôr prescripto na dita resolução; e logo que se acharem lavrados, e em vista do rateio referido, definitivamnente ultimados todos os bilhetes de qualificação, os fará distribuir pelos respectivos lavradores, affixando os editaes em que se designe o dia da abertura da feira, e se transcreva a parte determinativa e de preceito contida na supracitada resolução do Governo.

Artigo 46.º Durante o praso da feira, e até os dois dias immediatos, são obrigados todos os compradores de vinhos de exportação a manifestar á Companhia, na Regoa as compras que tiverem verificado com esses destino, por meio de relações por elles assignadas, em que declarem os nomes dos Lavradores vendedores, freguezias, adegas, numero de bilhetes de qualificação, e quantidade de pipas. Aquelles bilhetes serão tambem apresentados neste acto para nelles se averbar o manifesto que delles se faz.

Artigo 47.º Todos os Lavradores que durante o prazo da feira deixarem de vender os seus vinhos de exportação e os queiram conservar com o mesmo destino, são obrigados no termo de oito dias contados desde o ultimo dia da mesma feira a manifestar igualmente á Companhia esses vinhos que assim reservam com aquelle destino de exportação, apresentando tambem no acto do manifesto os respectivos bilhetes a fim de nelles se inscrever a competente declaração.

Artigo 48.º Todos os vinhos que deixarem de ser manifestados na forma dos Artigos antecedentes não poderão receber guia para exportação.

Artigo 49.º Nos primeiros tres dias depois de aberta a feira deverão os Lavradores manifestar na casa da Companhia da Regoa, os vinhos de segunda e terceira qualidade que lhe quizerem vender para ser realisada a sua compra na quantidade, forma, e preços estabelecidos

no Artigo 8.º da lei de 21 de Abril deste anno, a resolução do Governo. Este manifesto e mais actos subsequentes serão regulados pelos diversos pontos do referido Artigo 8.º da lei.

Artigo 50.º se por demora da necessaria resolução do Governo, ou outro extraordinario motivo, não poder realisar-se a abertura da feira até ao dia 14 de Fevereiro, como fica determinado, a direcção da Companhia e fará annunciar préviamente por editaes affixados na Cidade do Porto, e districto do Alto Douro para conhecimento dos interessados.

Capitulo V

Das guias

Artigo 51.º Nenhum vinho produzido dentro da demarcação do Alto Douro póde ser conduzido para a Cidade do Porto, e Villa Nova de Gaya, sem que venha acompanhado de guia passada pela Companhia na Regoa, na fórma do Artigo 5.º da Carta de Lei de 21 de Abril do corrente anno.

Artigo 52.º Nenhum vinho tinto, branco, geropiga, ou outra qualquer denominação que seja, será admittido a despacho na Alfandega da Cidade do Porto por entrada para os armazens da mesma cidade, e Villa Nova de Gaya, com destino de exportação, que não seja produzido na demarcação do Alto Douro, competentemente qualificado e guiado pela Companhia segundo a Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, Artigo 2.º.

Artigo 53.º As guias dos vinhos de exportação serão passadas pela Companhia em presença dos respectivos bilhetes de qualificação, pondo-se delles nota da quantidade de pipas de que se passar guias. As guias do vinho de consummo serão passadas do mesmo modo depois que tiver logar a operação das provas e distribuição dos bilhetes.

Artigo 54.º Os vinhos que, com destino de consummo, se quiserem transportar antes de serem qualificados ser-lhe-há passada a respectiva guia á face de um bilhete assignado pelo Lavrador a que respeitarem, em que declare a freguezia, adega, numero do tonel, e quantidade de pipas que pretende fazer guiar.

Artigo 55.º Para se tornar effectiva a disposição dos artigos antecedentes são restabelecidos os registos do caes do Tua, e Bernardo, que tocam os pontos extremos da demarcação no littoral do Rio Douro. Nestes registros nenhum vinho da demarcação poderá transitar sem que seja acompanhado da competente guia da Companhia, que deverá nelles ser apresentada pelos arraes conductores, a fim de ser verificada e devidamente notada.

Artigo 56.º Os vinhos de fóra da demarcação do Alto Douro que tiverem de transportar-se pelo rio, e houverem de transitar pelos referidos registros, deverão nelles apresemtar as guias da respectiva auctoridade administrativa de que vierem acompanhados na forma do Artigo 12.º do decreto e regulamento de 8 de Maio de 1837, a fim de tomar a devida nota dos mesmos vinhos, e se pôr nas guias o competente – visto.

Artigo 57.º Fica com todo prohibido o transporte e transito destes vinhos de fóra da demarcação pelos ditos registos desde o principio da vendima até ao fim do arrolamento. Igualmente fica prohibida, durante o mesmo tempo, a introducção de quaesquer vinhos de fóra para dentro da mesma demarcação por quaesquer pontos da linha exterior que a circunda, a fim de evitar que com vinhos estranhos se augmente, adultere, e prejudique a natural producção e qualidade de cada colheita.

Artigo 58.º os empregados da Companhia, encarregados dos ditos registos e da expedicção das guias, deverão promptificar-se a qualquer hora no dia ao desempenho dos seue deveres, abreviando quanto seja possivel a verificação e despacho que lhe é incumbido.

Artigo 59.º O imposto de quatrocentos réis que a Companhia cobra de cada pipa de vinho que recebe guia para consumo ou exportação, e que em virtude da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 é descontado no pagamento dos respectivos direitos continuará a ser exclusivamente applicado ás despezas do arrolamento, marcas, provas, e guias estabelecidas naquella lei, e que houverem de fazer-se com as disposições que lhe são inherentes, e vão marcadas nos respectivos capitulos deste regulamento.

Artigo 60.º o saldo das contas da receita e despeza deste imposto que se liquidar a favor ou contra a Companhia será lançado e devidamente encontrado nas diversas contas do Governo com a mesma Companhia, que actualmente se acham em liquidação.

Capitulo VI

Dos varejos

Artigo 61.º os Vinhos do Alto Douro habilitados para exportação são todos sujeitos a um varejo annual, e aos mais que extraordinariamente se julguem necessarios na forma do Artigo 7.º, paragrafo 4.º da Carta de Lei de 21 de Abril do corrente anno.

Artigo 62.º O varejo annual dos referidos vinhos existentes dentro da demarcação terá logar no mez de Septembro na proximidade e antes da vindima; e á direcção da Companhia incumbe avisar as pessoas que compõem as Commissões que o tem de verificar, designar o dia em que deve ter principio, a receber das mesmas Commissões o mappa respectivo em que se demonstre o resultado desse varejo.

Artigo 63.º Estas commissões á medida que forem verificando a quantidade existente em cada adêga, farão notar nos respectivos titulos de existencia, os bilhetes de qualificação que os Lavradores lhes devem apresentar, essa mesma quantidade, pela qual esses titulos os bilhetes sómente ficarão validos para o effeito de lhe serem passadas no futuro as competentes guias.

Artigo 64.º O varejo annual dos vinhos de exportação existente nos armazens da Cidade do Porto, e Villa Nova de Gaya, como na demarcação do Alto Douro competirá á

companhia indicar ás Commissões que os teem de verificar, os dias em que devem ter principio, e receber dellas o mappa demonstrativo do resultado desses varejos.

Paço, em 23 de Outubro de 1843. António Bernardo da Costa Cabral.

REPRESENTAÇÕES

Lamego, 13 de Março de 1839 – Representação da Câmara Municipal de Lamego favorável à aprovação do projecto do Banco Agrícola Comercial do Douro.
Fonte: *O Periódico dos Pobres no Porto, Apenso ao n.º 75, 31 de Março de 1839.*

Senhores Deputados:

A Câmara Municipal da Cidade de Lamego vem novamente perante os Representantes da Nação reclamar o restabelecimento da Companhia dos Vinhos, juntando assim seu brado ao das outras Câmaras do Douro, e ao dos Lavradores da Bairrada e Estremadura, os quais pugnam com igual força por um semelhante estabelecimento. Senhores, os habitantes do Douro tiveram uma Companhia; a qual, ainda que rodeada de abusos, comprava o sue vinho, evitava o barateio deste, e mais que tudo assegurava a venda, primeira de todas as necessidades em um Paiz, aonde os géneros necessário á vida se compram com o produto do vinho. O solo que produz o vinho da Bairrada e Estremadura é susceptivel de outra cultura, os Lavradores daquellas duas Provincias nunca tiveram uma Companhia, mas se eles reclamam uma semelhante medida segue se que o Douro unicamente apto para a Agricultura do vinho (a Companhia) deve ter soffrido muito, e que desse sofrimento veio a convicção profunda da necessidade de a organizar já definitivamente.

Senhores, que a instituição da Companhia foi uma medida pouco reflectida não é hoje um objecto de contestação, e por isso não virá á Câmara cansar vossa attenção com novos argumentos; mas ela não deixará em silêncio, que algumas compras foram feitas com mais vantagem do Lavrador, logo que pela Lei de 7 d'Abril de 1838, pareceu raiar a esperança do estabelecimento da Companhia; nem vos occultará que todas essas esperanças foram destruídas logo que se publicou no Douro que o vinho approvado em primeira qualidade fora declarado vinho legal de embarque para Inglaterra. estes dois factos, Senhores são da opinião da Câmara a argumentação mais terminante da necessidade de organizar uma Companhia com os meios, obrigações e prerrogativas, que as necessidades do paiz reclamam. Grandes proprietários e capitalistas poderão soffrer o empate de uma ou mais novidades, pois que possuem agoas-ardentes para o adubo do vinho, e cascos para não o encascar; mas o pequeno Lavrador apenas possuidor de três a dez pipas de vinhos, carecendo do pão quotidiano, e de tudo quanto se torna necessário á vida, precisa contar com uma venda certa para ter quem lhe fie o sustento diário. Tais são, Senhores, as circumstancias da grande maioria dos habitantes do Douro, pois que alli a população é numerosa, e a propriedade muito dividida.

Precisa pois o Douro - que o seu vinho seja qualificado para que elle apareça genuino aos mercados do mundo e que assim não perdido o credito do que até hoje tem gozado: - que a

saída por aquella Barra a qualquer outro vinho: - que se faça uma separação quantitativa para que abundância em certos mercados não produza o barateio, e com este a impossibilidade de agricultar as vinhas: - que a Companhia seja obrigada a comprar o vinho excedente da feira para com elle abrir ou seguir novos mercados, fazer aguardentes, e suprir o consumo do paiz: - que a Companhia tenha um ou mais exclusivos para com o lucro delles haver as sommas necessárias a uma grande compra a que por Lei deve ser obrigada.

Senhores, se reflectirdes que o Paiz do Douro supre os encargos gerais da Nação com uma somma enorme proveniente dos direitos excepcionaes de exportação, que a qualidade do vinho é propriedade do Lavrador que o agricultа: e por último que este ramo da Agricultura sustenta ainda nosso definhado commercio, e tem reduzido as mais elevadas e alcantiladas montanhas a uma verdejante Agricultura, não duvidareis auxiliar assim o paiz outrora o mais rico e o mais povoado.

A Camara Municipal conhecendo vosso espirito de justiça não duvida que habilitareis o Governo para pagar à Companhia o capital que foi distraído para as despezas gerais; não sendo justo que este capital depositado nos bancos da mesma para o Commercio dos Vinhos , continue por mais tempo separado da sua natural aplicação. O pagamento do juro em inscripções de quatro por cento não supre o emprego que desse capital se devesse fazer, e o mesmo juro sem uma amortização annual não reembolsa o capital.

Á Câmara não é desconhecido o estado do thesouro, e se em vista deste ella não pode pedir o reembolso immediato, pode reclamar que os direitos de saída que a Companhia houver de pagar sejam encontrados na sua divida até final extincção.

Esta Camara em nome do Município que representa recorre aos Representantes da Nação para que acudam de pronto a este paiz reduzido á fome e á mizéria, organizando uma Lei que supra as necessidades apontadas, e combinada em todas as suas partes como se espera do vosso patriotismo e sabedoria, a qual dispensa a Câmara de entrar em mais pormenores, declarando tão sómente, que o Projecto n.º 124 parece preencher os desejos dos Lavradores. - Lamego em Sessão de 13 de Março de 1839.

(Seguem-se as assinaturas).

∴

Provesende, 12 de Março de 1839 – Representação do Concelho de Provesende pedindo o restabelecimento da Companhia com os privilégios e exclusivos necessários para resolver a crise no Douro.

Fonte: *O Periódico dos Pobres no Porto, Apenso ao n.º 71, 24 de Março de 1839.*

Senhores Deputados da Nação Portugueza.

Os habitantes do Concelho de Provesende abaixo assinados, vem perante esta Câmara pedir promptas, enérgicas providências, que e reclamam o infeliz estado em que se acha o Paiz do Douro.

Senhores Deputados, nós temos fome; nós precisamos de meios necessários para matar esta fome; para pagarmos as contribuições que nos são lançadas; e em fim para ir alimentando uma existência que se nos vai tornando odiosa pelo misero estado a que estamos reduzidos.

Senhores Deputados promptas providencias he que requeremos, promptas providencias é que esperamos de vossa sabedoria, restabelecendo a Companhia dos Vinhos do Alto Douro com os privilégios necessários, e exclusivos inherentes, para soffrer os encargos a que necessariamente se há de obrigar pela compra dos Vinhos restantes, que ficarem na Feira; e só desta maneira Senhores Deputados é que se pode salvar este desgraçado Paiz.

Os abaixo assinados esperam de Vossa Sabedoria hajam de attender ao que levam exposto.

Provesende, 12 de Março de 1839. – Com 61 assinaturas

.:

Torres Novas, 3 de Março de 1841 – Representação da Câmara Municipal de Torres Novas contra o Projecto do Banco Agrícola Comercial do Douro.
Fonte: *A Revolução de Setembro, n.º 97, 8 de Março de 1841.*

Senhores Deputados da nação Portugueza. Mais um motivo de grave ponderação para os habitantes de Torres Novas, e de séria meditação para o sabio congresso, impelle solicita a camara municipal desta villa a mostrar aos representantes da nação, os damnos provenientes, se, por negra sorte, passar o projecto de lei tendente a organisar uma Companhia com a prerogativa de só ella vender agoas-ardentes para adubo e conservação dos vinhos do Douro. Até quando, e a que extremo se pretende humilhar a grande parte da familia portugueza em proveito de alguns zangãos, devoradores do público!! Senhores deputados, a vós cumpre curar o todo; em vós espera a nação – mas a nação chorosa, vio approvado o tractado de navegação do Douro, e desta fórma o fatal golpe da Agricultura – este precedente amedronta-a e sugere-lhe desconfiança de outros; mas em vossa sabedoria deve brilhar a opposição, objectando o Projecto exterminador dos vinhos na maior parte do Reino, e conseguintemente dos

Artigo 15, por vós feita em 1838, por Sua Magestade jurada, e pela nação toda – a constituição não vêda o commercio interno, Artigo 9.º: a constituição não auctorisa privilégios, Artigo 20.º. Senhores Deputados, vós fizestes a lei, Sua Magestade sanccionou-a, a Nação approvou-a, e todos nós a juramos. E como se atrevem alguns d'entre vós, a tal proposta sem receio, não dizemos de maldições, mas do justo castigo?! Em summa os homens de boa fé perdem-se no monte de tantas cogitações sem quererem pertencer ao tribunal critico, nem dizerem que a liberdade, a segurança, e a propriedade são visões que na maior parte não existem, existindo com tudo o direito de reconquistarmos e infligirmos, a deficiencia dos que pregam a constituição, e despedaçam todos os seus Artigos. Senhores Deputados, attendei que os males preteritos devem ser a espada exterminadora dos futuros. Ete povo, e esta camara assim o esperam, e poem sua confiança no vosso amor civico. Torres Novas, em sessão de 3 de Março de 1841. Agnello Freire Salter de Sousa Cid, presidente, João Corrêa Freire de Andrade, José Maria dos Santos Tavares, Desiderio da Silva Cortez, José Corrêa Monteiro Gorjão, Manoel de Oliveira

.

.:

São João da Pesqueira, 10 de Abril de 1842 – Representação da Câmara de S. João da Pesqueira, requerendo a concessão do exclusivo das aguardentes à Companhia das Vinhas do Alto Douro.

Fonte: *A Revolução de Setembro, 26 de Abril de 1842, p. 2.*

Consta-nos que fôra apresentada a Sua Magestade a Rainha, a petição da Camara Municipal e habitantes do concelho da pesqueira, que a pedido dos mesmos publicamos; e pelo cidadão respeitavel que levou a dita petição á soberana soubemos, que Sua Magestade não só acolheu com benignidade a petição; mas que se informou miudamente do estado do Douro, mostrando-se mui disposta a concorrer para o alivio dos males que agora affligem aquelle districto.

Senhora. A Camara Municipal e os habitantes do concelho da villa de São João da Pesqueira affligidos pelos males que actualmente os opprimem, e receiosos de outros maiores de que estão ameaçados vem com o mais profundo respeito aos pés de Vossa Magestade pedir remedio a suas desgraças.

A esta Camara foi enviada, há pouco por uma Commissão da Associação Commercial do Porto, uma proposta contendo vários Artigos, e um convite para formalisar requerimento baseado naquelles mesmo Artigos. Porem, Real Senhora, o que nelles se propõe, bem longe de

baseado naquelles mesmo Artigos. Porem, Real Senhora, o que nelles se propõe, bem longe de remediarmos nossos males, vem, pelo contrario, agrava-los. Aquelles Artigos foram dictados pelo egoismo, disfarçado com a mascara do bem commum!

Aquelles que ajudaram a reduzir-nos á miseria, e que promoveram a fatal crise em que estamos, aquelles que levados sómente do espirito da ganancia, foram os primeiros a contrabandear em vinhos e agoas-ardentes; aquelles que nos seus armazens estabeleceram laboratorios para fabricar vinhos artificiaes e contrafeitos, que alteraram a genuina e singular qualidade dos vinhos do Alto Douro, misturando com estes vinhos inferiores de outros sitios, que com elles não ligam, e agoas-ardentes extraidas de grãos, ou fructos diversos, e talvez nocivos; aquelles que falsificando o genero, conseguiram fabricar vinhos baratos, e obter por elles grandes preços no mercado estrangeiro, são os que grandes preços no mercado estrangeiro, são os que agora vem pedir a Vossa Magestade que mande inutilisar, e destruir todo o vinho de nossa colheita de 1841; a qual senão foi em geral tão boa como costuma ser, produzio comtudo alguns vinhos excellentes, e superiores sem duvida a todos esses vinhos contrafeitos e degenerados, que hoje existem nos armazens de Villa Nova de Gaya e do Porto; aonde com tudo se encontram muitos outros vinhos genuinos e excellentes, que varias casas de commercio respeitaveis compraram aos Lavradores por altos preços. Agora porem que esses contrabandistas e adulteradores se encontram ameaçados da desgraça, que só elles mesmo promoveram, pretendem que este mal se remedeie á custa dos miseraveis Lavradores; e querem que se inutilise o vinho e são destes, da colheita de 1841, para elles poderem vender os vinhos adulterados, e talvez nocivos á saude, que tem em seus armazens; e nem se quer ao menos propõem, que uma parte do mal, de que elles são os unicos authores, recaia tambem sobre elles mesmos? Parece aos supplicantes, real senhora, que ajustiça, a razão, até o bom senso indicam, que tanto os vinhos armazenados em Villa Nova de Gaya e no Porto, como os que se acham ainda hoje no Douro nas adegas dos Lavradores; quer esses vinhos sejam das colheitas anteriores, quer desta ultima de 1841, sejam todos elles arrolados, e nova e escrupulosamente provados por homens intelligentes e imparciaes; e que de todos elles se separe o vinho inferior, ou adulterado; e que só ao restante se conceda despacho para o commercio legal de Inglaterra.

Real senhora, as experiencia tem sobejamente mostrado a necessidade de uma corporação, a cargo da qual esteja a fiscalização do vinho legal de embarque; porque sem esta fiscalização não póde conservar-se a pura e genuina qualidade desse vinho. Ora como a actual Companhia dos Vinhos do Porto possue ainda grandes meios, e inspira geral confiança aos Lavradores do Douro, confiam a camara municipal e habitantes do concelho da pesqueira, que Vossa magestade para mais efficazmente acudir aos males da lavoura do Douro, se dignará encarregar dessa fiscalização a dita Companhia dos Vinhos do Porto, concedendo á mesma Companhia o privilegio exclusivo das agoas-ardentes, ou outro qualquer beneficio, que lhe

estabelecimentos, e de aliviar os males, que presentemente affligem os habitantes do Douro, e os ameaçam de uma total ruina.

Real senhora, já em outros tempos um dos mais illustres predecessores de Vossa Magestade acudio com um remedio similhante a uma crise fatal que affligia o Douro, crise comtudo menor do que aquella em que se acha hoje involvido.

Os supplicantes confiam que Vossa magestade se dignará acolher com benegnidade seus votos, e remediar suas desgraças. E.R.M.

São João da Pesqueira 10 de Abril de 1842.

.:

Torres Novas, 23 de Abril de 1842 - Representação da Camara Municipal de Torres Novas contra o exclusivo das agoas-ardentes.

Fonte: *A Revolução de Setembro, 29 de Abril de 1842, p. 2.*

Senhora. Já em 5 de Março do preterito anno esta municipalidade respeitosamente foi abrigar-se perante o throno de Vossa Magestade e do Poder Legislativo a fim de revelar o desastroso golpe que ameaçava o paiz no privilegio exclusivo das agoas-ardentes na Provincia do Douro: com effeito d'aquella vez foi a nação incolume, e os clamores da patria ouvidos pela soberana, e attendidos em cortes. Hoje senhora, não são menos encessantes as suplicas do povo, pois os raios de flagello o assombram de mais perto, nem menos vexatorias a Portugal as pretenções de meia duzia de homens se Vossa Magestade ouvir a desabrida proposta d'Associação Commercial do Porto na exigencia tributal de 12 mil réis em cada pipa d'agoa-ardente ali entrada.

Senhora, admira que a animosidade d'alguns Portuguezes se não é engano, chegue a tanto, e que assim se queiram velipendiar as memorias do immortal D. pedro IV as leis que nos outhorgou, e em summa ir d'encontra nos interesses geraes em todos os tempos, e por todas as nações respeitadas. Deos quarde a preciosa vida de Vossa Magestade como é de mister e desejam todos os bons Portuguezes. Torres Novas em sessão de 23 de Abril de 1842. O Presidente, Aguello Freire Salter de Sousa Cid. O fiscal, João Correia Freire d'Andrade. Desiderio da Silva Cortes, José Maria dos Santos Tavares, José Correia Monteiro Gorjão, Manoel d'Oliveira

Constancia, 1 de Maio de 1842 - Representação da Camara de Villa Nova de Constancia contra o exclusivo da aguardente.

Fonte: *A Revolução de Setembro, 5 de Maio de 1842, p. 3.*

Senhora. A Camara Municipal da villa de Constancia vendo que vossa magestade nomeara á pouco uma Commissão especial para o melhoramento d'Agricultura dos vinhos do Douro; e não ignorando já que a dita Commissão ultimara seos trabalhos, propondo, como medida agricula para o Douro a prohibição das agoas-ardentes da Bairrada, e Estremadura no Porto, não póde nem deve ficar neutra e silenciosa em um objecto que tanto offende a agricultura e commercio de vinhos e agoas-ardentes do sul do reino; e por isso vai respeitosamente representar a vossa magestade e elevar até ao throno os seus rogos, a fim de que se não sanccione similhante medida, contraria, e destruidora da cultura do commercio; sem a qual não póde prosperar a agricultura, commercio e artes.

Senhora, uma tal concessão equival ao arrancamento das vinhas da Bairrada e Estremadura, e acabaria por estinguir a já muito definhada Agricultura e commercio de vinhos e agoas-ardentes do sul do Reino que lavrando pela mór parte vinhos ordinarios, e que só servem para queimar, só tem como único emporio da extração e exportação das agoas-ardentes, o Porto.

Uma similhante concessão é um exclusivo odioso; e bem longe está de evitar os males d'Agricultura decadente do Douro; estes são internos, e suas causas são talvez as geraes da decadencia do nosso commercio. E como é que a Nação póde ganhar quando uma só cidade, e Provincia productora recebe um beneficio contra e em prejuizo de todos os productores de todo o reino?

É por tanto, augusta senhora, pelas rasões já expendidas,e muitas que por brevidade se omitem, e que são bem notorias ás luzes de vossa magestade, que esta municipalidade considerando sobre a gravidade do negocio com a maior reflexão, por si e como fiel órgão dos povos do municipio vão aos pés de vossa magestade e respeitosamente imploram e pedem se digne vossa magestade acceitar os rogos da municipal e deste povo, para que dignando-se prover de remedio se atalhe um tão grande mal que, adoptando, breve se faria sentir ao sul do reino, reduzindo á pobreza e miséria a todos os seus habitantes. Constancia 1 de maio de 1842.

Cadaval, Maio de 1842 - Representação da Camara do Cadaval contra o exclusivo da aguardente.

Fonte: *A Revolução de Setembro, 21 de Maio de 1842, p. 3 - 4.*

Senhora. A Camara Municipal do Concelho de Cadaval trahiria a confiança que nella depositaram os seus constituintes, se deixasse de erguer um brado forte, e unido ao clamor geral que tem excitado nas Provincias da beira, e Estremadura, a injustissima pretenção da Associação Commercial do Porto, expressada na representação que a Vossa Magestade dirigio, suscitando os meios de melhoras o desalentado commercio, e Agricultura dos vinhos do Douro.

Os direitos de 12 mil réis que a associação pretende que se imponham sobre cada pipa de agoa-ardente que concorrer ao mercado do Porto, e que não fôr producto dos vinhos do Douro, são altamente injustos, e prejudiciaes á Agricultura, e commercio dos vinhos das outras Provincias, os quaes sendo de uma qualidade muito inferior ás do Douro, não podem Ter outra applicação que não seja a destillação em agoa-ardente destinada ao preparo e concerto destes, propriamente creados para o fim de exportação. Nem se diga senhora: que á afluencia d'agoa-ardente das Provincias meridionaes no mercado do Porto, é devida á decadencia, e extagnação deste commercio e Agricultura, porque esse argumento sofismatico é inteiramente destituido do mais leve fundamento. Outras causas têem motivado este resultado, e se a Associação por mesquinhos interesses não quis fazer cargo d'algumas dellas, não pertenda tambem remedia-lo com um exclusivo opposto á Liberdade de Commercio, e ao proveito generico das outras Provincias do Reino, as quaes se tivessem a desventura de vêr convertida em lei tão odiosa pretenção passariam ao extremo da desgraça e da indigencia. As Provincias do Sul do Reino, senhora, não se acham certamente em um estado mais lisongeiro do que o Douro, neste importantissimo ramo de seu commercio e agricultura. Ao contrario, ellas se veem ainda mais vexadas e oppressas pelos vilissimos preços deste genero que todavia, a despeito do mais insignificante valor d'agoa-ardente no mercado do Porto se veem obrigadas a levar lá convertido neste Artigo e a troca-lo por caprixos de compradores por despesas onerosas na sua conducção e venda, por empates avultados e finalmente por um preço pouco sobranceiro a zero!!

Não há ninguem que ignore, que a excellencia dos vinhos do Douro, sobre a de todas as outras Provincias, lhe faz sustentar uma primazia em preço, e ainda mesmo uma preferencia em consumo nos mercados estrangeiros, muito superior a todos os outros vinhos Portuguezes, e ninguem desconhecerá tambem, que estes pelo contrario forçados pela sua baixa qualidade a serem convertidos em agoa-ardente, não podem ter outro consumo que não seja similhante conversão, nem esta outra applicação alheia ao preparo dos vinhos do Douro, quasi todos

conversão, nem esta outra applicação alheia ao preparo dos vinhos do Douro, quasi todos proprios para exportação, e esta camara, senhora, prescinde de sugerir os meios, pelos quaes a Associação Commercial do Porto, poderá alcançar um melhoramento no commercio, a cultura dos vinhos da sua Provincia. A associação, reconsiderando-os maduramente, designará outros que julgar mais proficuos a esse melhoramento, e menos vexatorios, e odiosas ás outras Provincias vinhateiras, que não deverão ser victimas de um monopolio absurdo, que aquelle que ella pretende estabelecer, obstando á franca e livre circulação do commercio nacional, garantida pelo pacto que nos rege.

É pois por isto, que esta camara municipal, fundada nas graves apprehensões que tem causado aos habitantes deste municipio, e aos dos concelhos lemitrophes a simples noticia de tal pretenção, ousa submetter a consideração de Vossa magestade as reflexões expostas, e supplicar-lhe com a maior efficacia, o abandono, ou despreso de uma idéa tão fatal, e perniciosa á maioria da nação, tão destruidora da Liberdade de Commercio, e horrorosa pelo tropel d'infortunios, e miserias que trará após de si. – Cadaval em sessão de etc.

∴

Barcos, 14 de Maio de 1842 – Representação da Câmara Municipal de Barcos sobre a estagnação dos vinhos do Douro.

Fonte: *O Periódico dos Pobres, 23 de Maio de 1842, p.541-542.*

SENHORA! A Camara de Barcos no Districto Administrativo de Vizeu, não póde deixar de vir magoar o Coração magnanimo de Vossa Magestade, appresentando na sua Augusta Presença a desgraçada situação dos habitantes do seu Municipio no paiz Vinhateiro do Alto Douro.

SENHORA: a estagnação dos Vinhos da colheita passada nos armazens dos Lavradores por falta de comprador, é a causa da espantosa miseria, não só deste Municipio, mas de todo o paiz em geral, sentindo-se a fome e os seus effeitos.

Accuda Vossa Magestade á desgraça desta porção de seus subditos, approvando já as medidas propostas pela Assembléa que Vossa Magestade mandou reunir no Diouro pela Portaria de 22 de Março passado, que, ainda que não salvem de todo este paiz, ao menos dão algum lenitivo ao mal presente.

Esta Camara assim o espera, e confia na Innata Bondade de vossa magestade, que Deos Guarde por dilatados annos. Barcos em Sessão da camara extraordinaria de 14 de Maio de 1842. – O presidente, Manoel Pereira de Carvalho. O Fiscal, Antonio Cardoso da Silva. O Vereador, Antonio Pinto Cardoso de Araujo.

Óbidos, Maio de 1842 - Representação da Camara de Óbidos contra o exclusivo da aguardente.
Fonte: *A Revolução de Setembro, 21 de Maio de 1842, p. 4.*

Senhora. O brado geral erguido de todos os angulos da nação, não podia deixar de fazer ecco nesta camara municipal, nem tão pouco deixar de lhe excitar o vivo desejo de unir o seu nos demais clamores que tão unanimemente se deploram em o nosso paiz, pela extrema penuria aque hão chegado, os infelizes cultivadores das vinhas. Nem esta Camara poderia conscienciosamente despresar um dever, que tão imperiosamente é reclamado pela necessidade dos seus constituintes; em nome dos quaes ella vem hoje respeitosamente, sollicitar a Vossa magestade que se digne de lançar uma vista protectora sobre esta classe, por ventura, a mais interessante da Nação.

A camara confia que Vossa magestade attenderá ás suas supplicas, tanto quanto ellas são justas, e universaes. O vinho entre nós, senhora, é a producção mais adquada no nosso tereno, e industria: mas que animação pode haver nestes dois elementos, se o seu resultado no mercado, não equipara o costeamento do seu tracto?! Nenhuma: e as classes agricula e commercial, abandonarão esta cultura, e commercio, e se votará á mingoa, e desgraça que desde tanto tempo as aguarda!!

Os motivos desta decadencia, e as causas que a poderão fazer cessar, conhece Vossa Magestade especulativamente: mas esta camara conhecedora d'ellas na pratica, não pode deixar de lembrar a Vossa Magestade que a falta de exportação deste genero para fora do reino, é, e continuará a ser mais consideravel ruina dos seus subditos. Há immensos depositos de vinho da penultima colheita, e a de 1841, está toda por extrahir, correndo por isso preços tão baixos, como não há memoria entre nós.

Digne se pois Vossa Magestade ouvir benignidade as expressões desta Camara, cifradas unicamente no bem geral da nação, e na gloria de Vossa magestade a quem o Ceo prospere uma vida tão dilatada, como he nosso mister. – Obidos em sessão etc.

∴

Peso da Régua, 23 de Maio de 1842 – Representação favoravel ao parecer e projecto da Associação de Lavradores do Douro.
Fonte: *O Periódico dos Pobres, 1 de Junho, p.579-580.*

SENHORA!

A Camara Municipal do Concelho do Pezo da Regoa Districto Administrativo de Villa Real orgão dos votos e das necessidades dos Povos do seu Municipio, vai ainda mais uma vez

A Camara Municipal do Concelho do Pezo da Regoa Districto Administrativo de Villa Real orgão dos votos e das necessidades dos Povos do seu Municipio, vai ainda mais uma vez magoar o benefico coração de Vossa Magestade com a recordação dos males que flagelião este paiz, e supplicar com o maior respeito e anciedade as providencias que os podem remediar; sendo já desnecessario descrever o estado de abatimento e miseria a que o Douro se vê reduzido por isso que a verdade tem chegado aos ouvidos de Vossa Magestade, como se evidencia da Portaria de 22 de março proximo passado, que mandou convocar uma Assembléa Geral para discutir e propôr medidas adequadas a prover sobre as necessidades presentes e futuras da importante lavoura dos vinhos do Douro.

Esta camara porém, não deve occultar a Vossa Magestade que os grandes males que pesão sobre este malfadado Paiz em nada tem minorado, antes de dia em dia se tornão mais acerbos e assustadores: porquanto os vinhos da colheita de 1841 achão-se na maior parte ainda por vender nas mãos dos Lavradores, obtendo estes nas poucas vendas que tem realisado apenas os desgraçados preços de 5 a 6$000 réis por pipa, quando é certo que no Districto deste Municipio a despeza do seu grangeio regula de 9 a 10 mil réis; e desta sorte já a maior parte dos habitantes do Douro carecem dos meios indispensaveis para sua modica subsistencia e muito mais para o amanho de suas vinhas e pagamento das contribuições geraes e locaes com que se achão onerados.

Esta camara pois, trahiria o seu primeiro e mais rigoroso dever se não fosse aos Reaes pés de Vossa Magestade reproduzir com o maior acatamento os brados de milhares de infelizes, que unanime e anciosamente pedem a adopção das medidas propostas pela Assembléa que Vossa magestade Se Dignou Mandar convocar; sendo ellas as unicas providencias que podem salvar o Douro da iminente calamidade que o ameaça; e se aquellas providencias em nada offendem os interesses do resto das Provincias do Reino, como se demonstra no Relatorio da mesma Assembléa, tem os Povos do Douro mais um poderoso motivo para esperar a sua prompta approvação.

Digne-se portanto Vossa Magestade Acolher benignamente esta reverente supplica, e Lançar suas vistas piedosas sobre os infelizes habitantes deste municipio, que na grande tribulação que os opprime tudo confião e esperão da Excelsa neta do Senhor Rei D. João I.

Deos Guarde a preciosa vida de Vossa Magestade; como todos havemos mister. Peso da Regoa em Sessão de 23 de maio de 1842. Está conforme. Pezo da Regoa e Secretaria da Camara Municipal, 28 de Maio de 1842. O Secretario da camara Frederico Cesar Pinto d'Azevedo.

O Decreto de 30 de Maio de 1834 que extinguiu a Companhia, único Banco protector da Lavoura do Alto Douro, immediatamente fez resentir seus habitantes: o curto periodo de sete ou oito annos d'experiencia foi bastante para a lavoura e o Commercio conhecerem os crueis effeitos daquella menos reflectida medida. A Vossa magestade pois já não são estranhos os males que tanto nos urgem, o Lavrador já principia a definhar-se, nem póde por mais tempo sustentar-se, e menos acudir ao clamor geral dos jornaleiros, que em grupos se reunem pedindo em que trabalhem, a fim de poderem alimentar suas desgraçadas familias; finalmente a lavoura e alto commercio, e todas as classes em geral, estão em ruina, cujos effeitos dattão da ilimitada Liberdade de Commercio; e apenas meia duzia d'ambiciosos Contrabandistas, que, especulando na mizeria do Lavrador, fingem uma apparente fortuna, e só elles e ninguem mais é que nos teem arruinado; as repetidas quebras d'aquelles provão de sobejo sua má fé, e assim se vão precipitando após uns dos outros.

Senhora! Todos os habitantes deste infeliz sólo sabem avaliar os bons desejos que Vossa magestade tem de socorrer-nos; porêm inimigos há que procurão supitar (sic) as providencias que deverião ser efficazes, tornando-as manosamente inuteis para para roubar-lhe as sympathias que ainda uma grande parte de Portuguezes lhe consagrão.

O remedio a nossos males se consegue pondo em práctica os mesmos meios de reedificar que servirão para destruir e anniquilar o banco protector da lavoura.

A necessidade, Senhora! É inimiga da virtude, e esta só se mantem com leis que offereção resultados felizes, ás quaes todo o Cidadão tem direito e o Governo de Vossa Magestade restricta obrigação d'acudir e procurar todos os meios ao seu alcance para melhorar a sorte dos que lhe são sujeitos.

Se os habitantes de Ribatejo, e Villa da Praia merecêrão séria consideração ao Governo de Vossa Magestade, que motivo haverá para que os habitantes deste infeliz paiz não partilhem dos Socorros que se procurarão para aquelles? Se uma catastrophe inesperada deixou em ruinas aquelles habitantes, a sorte dos Lavradores do Douro não é menos cruel, e seria de summa justiça que o Governo de Vossa magestade sustasse o lançamento de quaesquer contribuições, bem como a cobrança das já lançadas, em quanto existisse a causal do nosso mal.

Senhora! Se a demora em accudir a nossos males mais se alonga, estas montanhas outróra ricas, ficarão deshabitadas, e a Nação perderá a parte mais rica do seu sólo, e seus infelizes habitantes terão de mendigar esmola aonde a fortuna lhes seja mais propicia.

Esta camara muito confia que Vossa Magestade, como mai protectora da Familia Portugueza acolherá benigna nossas supplicas pondo termo aos males que este paiz está soffrendo.

Provezende em Sessão de 28 de Maio de 1842.

Esta camara muito confia que Vossa Magestade, como mai protectora da Familia Portugueza acolherá benigna nossas supplicas pondo termo aos males que este paiz está soffrendo.

Provezende em Sessão de 28 de Maio de 1842.

O Presidente, José da Veiga Cabral. O Fiscal, Sebastião Tavares França, Antonio Julio Teixeira Monteiro, João Rodrigues Motta, Luiz Antonio d'Oliveira.

.:

Santa Marta de Penaguião, 28 de Maio de 1842 – Representação favorável ao parecer e projecto da Associação de Lavradores do Douro.

Fonte: *O Periódico dos Pobres, 2 de Junho de 1842, p.585,586*

Senhora. A Camara Municipal do Concelho de Santa Martha, Districto administrativo de Villa Real, instada pela miseria que continua a flagellar os habitantes d'este Municipio, vem reiterar a súpplica que ainda há pouco dirigiu a Vossa magestade, não carecendo repetir sua lastimosa narração dos males que affligem os povos do Douro, por isso que se achão bem expressos e reconhecidos na Portaria de vinte e dous de março d'este Anno, que mandou convocar uma Assembléa Geral d'este Paiz para propôr os meios mais adquados que devão empregar-se, tanto para realisar com vantagem a venda do vinho existente, como para promover com segurança o consumo da producção das fucturas colheitas.

Aquella Assembléa, Senhora, não ousou pedir tanto quanto expressava a magnanima Vontade de Vossa Magestade, querendo que o Vinho existente fosse vendido com vantagem, nem propoz o restabelecimento dos grandes privilegios e favores com que o Augusto Fundador da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro o fez dotar para prover de remedio a uma não mais imminente calamidade do que aquella que hoje ameaça a total ruína de immensas fortunas creadas por esse importantissimo e util Estabelecimento.

A Assembléa do Douro, subordinado as suas pertenções ao imperio das circumstancias, propoz e pediu sómente os indespensaveis para salvar a Lavoura e Commercio dos vinhos do Douro da horrivel crise em que se achão; assegurando de futuro interesses moderados, sem vexame nem sacrificio do resto das Provincias do Reino; porquanto o Projecto da mesma Assembléa se limita a estabelecer meios para amortizar em agoa-ardente uma parte da excessiva producção dos vinhos do Douro proporcionando-lhes uma venda certa por preço rasoavel, e onerando como compra d'essa agoa-ardente aquelles dos mesmos vinhos do Douro que derem entrada nas barreiras do Porto para a exportação ou consumo; sendo a compra e venda daquella agoa-ardente commettida á actual Companhia Geral do Alto Douro,

forçada no caso contrario, ao violento meio d'execução judiciaes com que se descarregaria o golpe fatal da ultima ruina d'este malfadado Paiz. No conflicto de tantos e tão grandes males seria para recear o extremo da desesperação, se não fôra a consoladora esperança com que os habitantes do Alto Douro tudo confião nas excellsas virtudes de Vossa Magestade, affiançados pelo Maternal sollicitude e Augustas promessas, que Vossa magestade se Dignou Mandar consignar na Portaria de vinte e dous de Março.

Espera pois esta Camara, e pede humildemente que Vossa magestade reconhecida a extremidade do mal e a urgencia do remedio, Haverá por bem Sanccionar desde já as medidas propostas pela assembléa do Douro, tão necessarias para melhorar a futura sorte d'este paiz, como indispensaveis para occorrer á presente necessidade.

Deos Guarde a Perciosa (sic) Vida de Vossa magestade, por dilatados annos. Villa de Santa Martha em Secção da Camara de vinte e oito de Maio de mil oitocentos quarenta e dous. O presidente José Antonio candido d'Azevedo. Fiscal, Pedro Guedes Correia de Sequeira Pinto. O Vereador, Francisco Joaquim da Silva Guimarães. O Vereador, José taveira de Magalhães. José Avelino Almeida Pinto, Secretario da Camara.

∴

Favaios, 28 de Maio de 1842 – Representação favoravel ao parecer e projecto da Associação de Lavradores do Douro.

Fonte: *O Periódico dos Pobres, 8 de Junho, p.625.*

Representação

SENHORA!

A Camara Municipal do Concelho de Favaios, unindo seus clamores aos das outras Camaras representantes do Paiz do Douro, vem com o mais profundo respeito e submissão pedir a Vossa magestade providencias e socorros que de prompto salvem os habitantes de seu Municipio do mais espantoso estado de fome e de miseria a que se achão reduzidos, por não terem até agora achado, e nem talvez acharão este anno, venda ao seu vinho, único producto de que podem haver meios para sustentarem parcamente sua malfadada existencia.

Senhora! Esta situação é a mais violenta, os proprietarios, os lavradores e os operarios, são victimas da maior calamidade; é impossivel a arrecadação das contribuições Municipaes, e de quaesquer outras que devem entrar no Thesouro, a não serem pagas ao proprio genero, mas se Vossa Magestade se dignar decretar as medidas adoptadas e propostas pela Assembléa crada por Portaria do passado Abril, esta camara entende que os males que

Municipaes, e de quaesquer outras que devem entrar no Thesouro, a não serem pagas ao proprio genero, mas se Vossa Magestade se dignar decretar as medidas adoptadas e propostas pela Assembléa crada por Portaria do passado Abril, esta camara entende que os males que soffrem os habitantes do Douro minorão, e que a sua infeliz sorte hade melhorar, para o que muito efficaz e publicação do Tractado Commercial com Inglaterra.

Bem desejava esta Camara ter sómente satisfactorios motivos para felicitar, e não este com que de certo vai vivamente magoar o maternal Coração de Vossa Magestade; mas como são sobejas as provas que tem de que Vossa magestade nada mais quer e deseja do que por todos os meios promover e consolidar o bem estar e felicidade de seus fieis subditos, esta Camara ousa implorar da Real Clemencia de Vossa Magestade iguaes socorros aos que Houve por bem liberalisar em circumstancias analogas, ainda que produsidas por differentes causas, aos lavradores do Ribatejo, e habitantes da Villa da praia, aos quaes nem esta Camara nem os seus representados, de quem é fiel interprete, nem os Lavradores do Douro, cedem nos puros sentimentos de respeito, amor e devoção pela Augusta Pessoa de Vossa Magestade.

Senhora! Digne-se Vossa Magestade attender ás humildes súpplicas desta camara: e assim terão estes povos mais uma rasão para louvar e bem dizer o feliz reinado da Sua Augusta Soberana, a quem os Ceos enchão de bençãos, o Deos conserve por dilatados annos tão preciosa vida, como Vossa magestade deseja e a Nação há mister.

Favaios em Sessão da Camara de vinte e oito de maio de mil oitocentos quarenta e dous. O Presidente, José Maria da veiga Cabral Sampaio. Fiscal, João Baptista Pires. Vogal, Manoel Antonio Pinto de Queiroz. Dito, Fernando Teixeira Moutinho. Dito Substituto, Mathias Teixeira Malheiro.

∴

Canelas, 1 de Junho de 1842 – Representação atestando os males do Douro e favoravel ao parecer e projecto da Associação dos Lavradores da Régua
Fonte: *O Periódico dos Pobres, 17 de Junho de 1842, p.663.*

SENHORA

A desgraça, e miseria, que em geral affecta o Paiz do Alto Douro, e que tem sido presente a Vossa Magestade, como se vê na Portaria de 22 de Março último, e m virtude da qual se reuniu na Regoa uma Assemblea de Lavradores, com o fim de propôr medidas, que lhe ponhão termo, não foi escaça para com os habitantes do Concelho de canellas. Por este motivo a camara do mesmo Concelho, não devendo ser surda aos clamores, e gemidos dos infelizes,

que se fazem victimas da mesma desgraça, e miseria, que cresce de dia para dia, recorre a Vossa Magestade, e pede que se digne approvar as medidas propostas por aquella Assembléa, as quaes, quando não sejão absolutamente sufficientes para remediar tão grande mal, com tudo acodem de prompto, e muito o podem minorar.

Senhora, a infeliz situação destes Povos, se é fatal para elles, não póde deixar de ser sensivel a Vossa Magestade e precaria para as Rendas do Estado: porque os Lavradores querem, mas não lhe é possivel pagarem os numerosos tributos, que pesão sobre este importante ramo d'agricultura, e não menos o é para esta camara; porque não tendo ella mais rendimentos do que os que lhe provem das contribuições, que authorisa o Codigo Administrativo, não lhe é possivel em tal estado de miséria, receber as já lançadas, nem lançar outras, como exige a satisfação de seus legaes encargos. Em 1755 a lavoura do Douro soffreu igual crise, e em identicas circumstancias, pediu, e obteve do providente, e paternal Governo do Senhor D. José I Augusto Avó de Vossa Magestade na creação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, um remedio, que põz termo a seus males.

Esta Companhia, não obstante os privilegios de que gozou, animou, e fez prosperar a Agricultura, e florescer o commercio, e habilitou os consumidores de nossos Vinhos, para que livres de fraudes, podessem beber puro o genuino vinho do Alto Douro, cujo consumo interno cresceu, bem como o externo pelas providentes Leis, que regularão aquella saudavel e util Estabelecimento, que deste modo, restabeleceu o credito dos primeiros vinhos, que daqui apparecerão nos mercados da Europa.

A Camara representante não espera menos de Vossa Magestade e se a crise, Real Senhora, em que nos achamos, é a mesma de 1755, e se são iguaes, e identicas as circumstancias, como senão póde duvidar em presença dos factos, que a Vossa magestade terão sido presentes por outras vias, parece que providencias iguaes ás daquella época, com as modificações, que propôz a Assembléa supra mencionadas, deverão pôr termo aos males, que nos affligem, e que não podem deixar de magoar o magnanimo, e compassivo coração de Vossa Magestade.

O Tractado de Commercio, que, segundo a vós publica, está concluido, ou proximo a concluir-se, póde ser util ao commercio, e Agricultura dos Vinhos a par da Companhia, e Commissão, que fiscalize sobre o contrabando das agoas-ardentes, e qualidade dos Vinhos, evitando a viciação destes, regulando a feira dos mesmos Vinhos conforme o pedirem as precisões da lavoura, e exigencias do commercio; porém se lhe faltar este leme, o Tractado será infructuoso, e a lavoura, e commercio não milhorarão de sorte; porque a desmedida Liberdade deste, a abundante feira de vinhos, sem distincção de qualidades, e o barateio destes (a que só um regulamento póde pôr cobro) foi que escravisou o mesmo commercio, e o metteu

em difficuldades, de que não poderá sahir se Vossa magestade o não auxiliar com medidas efficases, de que se faz digno, e sua posição exige.

As Camaras Municipaes das Provincias do Sul, estão no habito de representar contra as providencias, que pedem a lavoura, e commercio dos vinhos do Douro; porém são menos justas as rasões que em seu favor allegão; porque primeiro se a naturesa favoreceu o Douro com o rio deste nome, e barra do Porto para a facil conducção, e exportação de seus Vinhos, esta não foi menos proficua para com a beira, e Estremadura, que alli teem o seu Tejo, e Mondego, de que podem fazer uso para os mesmos fins. Segundo porque o Douro pede, e parece que tem direito a exigir, que o vinho daquellas Provincias, não venha ao Porto receber nome, e viciar seus vinhos: porque o consumo, e credito do vinho do Alto Douro exige, que este appareça só, e que outros se não cubrão com o seu nome. Terceiro porque o Douro apenas pede um meio exclusivo de agoa-ardente em seu favor, e da Companhia, que suas criticas circumstancias reclamão, e pede este, não para os Vinhos das Provincias do Sul, mas para os seus proprios; porque o Douro se tem vinhos de primeira ordem, tambem os tem de Segunda, e quando outro consumo se lhe não offereça, como lhe não convem a mistura, precisa fazer uso destes para beneficiar aquelles.

Este pedido parece de tanta razão, e justiça, que não póde, nem deve questionar-se nem servir de motivo a queixas, ou representações daquellas Provincias do Sul. Ou querem estas, que nós sejamos obrigados a fazer uso da sua agoa-ardente somente em nossos Vinhos, com exclusão da nossa? Quarto, finalmente porque se as medidas propostas pela Assembléa dos Lavradores, que Vossa Magestade mandou reunir por Portaria de 22 de Março ultimo forem approvadas, não serão menos favoraveis aos vinhos das Provincias do Sul, que á Lavoura, e commercio dos vinhos do Douro, porque ordinariamente o valor, e consumo do Vinho destas Provincias, hade augmentar, ou diminuir, na proporção, que cresce, ou decresce o preço do do Douro, ou haja, ou não Companhia. É tanto assim, que se aquellas Camaras olharem sem prevenção para a depreciação actual de seus vinhos, e agoas-ardentes, e a combinar com o valor, que tiverão antes da fatal inahabelitação da Companhia, não deixarão de conhecer sua illusão, e neste caso unirão sues rogos aos rogos nossos para pedir approvação das medidas, que as actuaes circumstancias reclamão; porque as vantagens, que destas resultarem serão communs, e especialmente o farão; porque devem conhecer, que o deposito daquelle exclusivo, em grande parte, virá a ser fornecido pelas suas agoas-ardentes.

Deos guarde a Vossa Magestade Canellas primeiro de Junho de 1842. O Presidente, Domingos Abilio Pinto Barreiros; O Fiscal, Thomaz Correa Leitão; O Vereador, João Henriques Guedes; O Vereador, André de Almeida Alcoforado; O Vereador, Antonio Ayres de Lourenço de Carvalho.

.:

Mesão Frio, 8 de Junho – Representação atestando os baixos preços dos vinhos do Douro e favoravel à aprovação do parecer e projecto da Associação dos Lavradores do Douro.

Fonte. *O Periódico dos Pobres, 10 de Junho de 1842, p.635.*

SENHORA.

A Camara Municipal do Concelho de Mesão Frio, Districto Administrativo de Villa Real, em desempenho do seu dever, e em nome dos Povos do seu Municipio, vem representar a Vossa Magestade os votos de seu respeito e gratidão pela maternal solicitude com que Vossa Magestade se dignou Attender as suas necessidades, Mandando por Portaria de 22 de março proximo passado convocar uma Assembléa geral neste Paiz com o fim de propor medidas adequadas a remediar os grandes males que soffre a lavoura dos vinhos do Douro.

Esta camara porém faltaria ao seu mais rigoroso dever para com os mesmos povos do seu Municipio se deixasse de declarar francamente a Vossa Magestade que a execução das medidas propostas pela Assembléa reunida na Régoa, se torna cada dia mais urgente e indispensavel, por quanto se conserva ainda por vender a maior parte dos Vinhos da malfadada colheita de 1841, apesar da especie de desesperação com que quasi todos os Lavradores se desidirão a entregar cada pipa do mesmo vinho pelos infimos preços que tem regulado de 5$000 a 6$000 réis tendo-lhe custado de grangeio não menos de 8 a 10$000 réis.

Em tal situação, Senhora, é bem manifesta a horrivel crise e grande calamidade de que se achão ameaçados os mais que muito infelizes Povos do Douro, assim privados de todos os recursos necessarios á sua subsistencia, e dos que lhe são tambem indispensaveis para o amanho de suas vinhas e para o pagamento das differentes contribuições que lhe são lançadas; havendo ainda um grande numero de Lavradores a quem se accumula a circumstancia de serem demandados pela solução de dívidas já contrahidas pela penuria dos ultimos annos avultando sobre todas uma enorme somma de que a actual Companhia lhes é credora.

Digne-se pois Vossa Magestade avaliar em Sua alta sabedoria a lealdade e soffrimento dos habitantes do Alto Douro e completar a obra de Sua Real Munificencia Sanccionando de prompto as medidas propostas pela Assembléa da Regoa, como único meio de salvar o Paiz do Douro da grande calamidade que o flagella.

Deos guarda por dilatados annos a preciosa vida de Vossa Magestade. Mesão Frio em sessão de 8 de Junho de 1842. Presidente Felix de Mattos Teixeira Pinto; o Fiscal, josé Camello de Almeida e Castro, Manoel de Almeida Guedes; Carlos pereira Cortez.

Está conforme a original, Secretaria da Camara Municipal de Mesão Frio era ut suppra; Escrivão da Camara, José Cardoso.

Fonte Arcada, 30 de Julho de 1842 – Representação favoravel ao parecer e projecto da Associação de Lavradores do Douro.

Fonte: *O Periódico dos Pobres, 19 de Agosto de 1842, p.904.*

SENHORA:

A Camara da Villa de Fonte Arcada na Comarca de Moimenta da Beira vem hoje representar humildemente a Vossa magestade os males dos Povos do seu Municipio, e implorar, e pedir o remedio delles.

Senhora: houve tempo em que os proprietarios dos vinhos das Provincias, que se achão fóra da linha demarcação do Douro, pensavão que a Companhia dos Vinhos lhes era prejudicial pelo exclusivo das agoas-ardentes que possuia: no entanto a expèriencia dos factos veio destruir completamente a theoria dos raciocinios. A extincção desta Companhia importou comsigo a ruina da Agricultura e Commercio dos vinhos do Douro. A ruina deste commercio cortou pela raiz o consumo de quatro mil pipas d'agoa-ardente, que estes vinhos consumião das outras Provincias: fechou a porta á entrada de dez a doze milhões de cruzados, que do Douro annualmente partião para todos os pontos do reino, e que fornecião o numerario para se pagarem as contribuições ao estado, servião de themometro do preço dos generos e manufactura internas e contrabalançavão o valor daquellas que importavamos dos Estrangeiros.

Senhora: as fataes consequencias desta extincção bem depressa passarão do Douro ao centro das outras Provincias. A escassez do numerario se tornou geral por toda a parte. Os vinhos do Douro não tendo no circulo que as leis da Companhia lhe marcavão o seu regular consumo, vierão pela primeira vez innundar as outras Provincias vinhateiras, e fazer baixar o preço dos da sua producção a um ponto tal como nunca se havia visto no tempo daquella Companhia, ainda mesmo nos annos da maior producção e inferior exportação a que se tem havido nos presentes annos.

Senhora. O mal do Douro é um mal geral e nacional que pesa sobre todas as classes da familia Portugueza. Sem o dinheiro que por elle entrava (não tendo nós descoberto outro canal por onde nos venha, e tantos impoliticamente abertos para lhe dar sahida) não podemos pagar as contribuições que se exigem de nós, nem supprir ás necessidades da vida, a que estamos habituados. O volcão que o Decreto de 30 de Maio abrio no Douro, e que tem sepultado no abysmo da miseria e da fome os seus habitantes, já se sente com uma inssupportavel violencia nos povos deste Municipio, elle evadirá todos os outros, e baterá ás portas de Lisboa se Vossa

Deos Guarde a preciosa vida de Vossa Magestade por dillatados annos. Fonte Arcada, em Camara de 30 de Julho de 1842. O Presidente. Augusto Borges. O Fiscal, José Antonio de Ansides Proença. Vogaes, Manoel Joaquim dos Santos, Antonio José Malquenão, Thomas Borges Pinto. O Secretario, Antonio de Beja.

∴

Guimarães, 31 de Agosto de 1842 - Representação favoravel ao parecer e projecto da Associação de Lavradores do Douro.

Fonte: *O Periódico dos Pobres, 2 de Setembro de 1842, p.962.*

Representação

Senhores Deputados da Nação.

A Camara Municipal da Villa de Guimarães sensivel á mingoa que fere de morte os Lavradores do Douro, e com elles a ventura da Nação, vem hoje ante vós levantar seu brado e respeitosa implorar que com a maior celeridade approveis as medidas propostas pela Assembléa creada em Portaria de 22 de março deste anno. Senhores Deputados da Nação, embora a Companhia dos Vinhos do Alto Douro fosse regada com sangue, ella todavia medrou sensivelmente e continuou produziu dourados fructos. Uma exportação que annualmente trazia ao Reino doze milhões de cruzados, seiscentos contos de reis entrando nas caixas do thesouro, o Paiz do Douro elevado ao fastigio da opolencia, a Segunda Capital do Reino augmentada em um terço de edificios, população e riqueza, as obras da Barra, os caes da Navegação do Douro, a Academia da marinha e Commercio, e tantos outros beneficios que longo fôra enumerar, de sobejo mostrão quanto ella promoveo a publica prosperidade, e quão pouco odiosos erão por isso os exclusivos com que se sustentára e com que se sustentão as Companhias de Commercio nas nações mais civilisadas. Infelismente porêm entre outras Leis da Dictadura que despenharão a nação no vertice de um abysmo trovejou tambem o omnipotente Decreto de 30 de Maio de 1834 que de um golpe derrubou aquelle tão possante Estabelecimento que derrubar não pudera o Governo inglez a despeito do Tractado de 1810 e de todo o ardil que para o seu cumprimento empregara.

Não foi mister que decorressem annos, para que a logica dos factos mostrasse a insensatez daquella medida e arvorasse o pendão contra as enganosas theorias da absoluta Liberdade de Commercio. O descredito daquelles tão accreditados vinhos, sua depreciação, e nenhuma exportação, a penuria que hoje rala os Lavradores, os crimes que já após della vagão soltos; eis os golpes arrojados no Districto do Douro, e que d'elle tão sensivelmente tem repercutido no seio das Provincias.

soltos; eis os golpes arrojados no Districto do Douro, e que d'elle tão sensivelmente tem repercutido no seio das Provincias.

Hoje porêm ninguem há que desconheça a necessidade de se governar aquelle Districto por Leis especiaes, e tendo Sua Magestade, por sua maternal solicitude, mandado reunir os Representantes da lavoura para examinar a decadencia do mais precioso producto da nossa industria agricola, e exarar seu parecer sobre propostas que para a obviar lhe forão indereçadas, appresentarão elles salientes medidas, que se não bastão para inteiramente decepar tão grande mal, podem com tudo adoça-lo de prompto.

Aquella Assembléa não ousar pedir o restabelecimento dos antigos privilegios com que o Augusto Avô de Sua magestade se Dignou dotar a Companhia para salvar o Douro d'uma crise, por ventura não mais pressante e calamitosa que a d'hoje: ella propõe somente os que estão dentro da esphera das circumstancias e que negar-se lhe não podem sem manifesta parcialidade e injustiça. Esta Camara pois, unindo seu voto ao daquella judiciosa Assembléa, do coração implora que presto voteis as providencias por ella propostas, de que tanto deriva a possivel ventura daquelle districto, e do vosso tão bello Reino. Representantes da nação, um momento suspendei os Debates da alta politica para attentar na miseria do Douro: approvai aquelle tão sensato Projecto, e fazei assim que os miseros, que ainda não morrerão ás mãos da penuria, possão escorar sua definhada existencia. Guimarães em Camara de 31 de Agosto de 1842. O Presidente, José Joaquim Vieira. O Fiscal, Manoel Joaquim de Macedo e Cunha. Manoel Joaquim Arcos. João Barroso Pereira. Miguel Fernandes da Silva Villela.

∴

Santarém, 9 de Fevereiro de 1843 - Representação da camara de Santarem contra o exclusivo da aguardente.

Fonte. *A Revolução de Setembro, 17 de Fevereiro de 1843, p. 1-2.*

Senhores Deputados da nação portugueza! A Camara Municipal da mui nobre, e sempre leal villa de Santarem, mereceria sem duvida a exacração de seus constituintes, se ficasse silenciosa, e deixasse de levantar um brado forte contra o projecto de lei offerecido na sessão de 4 do corrente mez, pelo senhor Deputado Jeronymo Dias de Azevedo. Aquelle Projecto, senhores, que é quasi o mesmo que o apresentado em sessão e 18 de Julho de 1840, sobre a criação de um banco agriculo commercial do Douro, (que com a só apresentação começou o Sul do reino a soffrer transtornos, e inconvenientes incalculaveis) que é identico á injusta, e odiosa pertenção da Associação Commercial do Porto, contra a qual esta camara, e quasi todas as outras prejudicadas fizeram subir á presença de sua magestade pelo ministerio

do reino, seus justos queixumes. Projecto anti-nacional, porque encerra em si um exclusivo, e um monopolio no Artigo 6.º, e que não tende senão a inriquecer alguns capitalistas da Provincia do Douro, que queiram especular á custa dos Lavradores e a matar completamente a Agricultura dos vinhos das Provincias do Sul do Reio, e especialmente a da Estremadura!!! Projecto que destroe a igualdade da lei, que deve proteger a todos, garantir a propriedade individual, e a liberdade de commercio (carta constitucional artigos 145 pontos 12,15,21), aquelle Projecto em fim, que, dando uma companhia um exclusivo, vem roubar ás outras Provincias do reino, seu trabalho, cultura, industria,e commercio deve ser rejeitado.
A camara de Santarem, senhores, tem no seu coração o bem estar do Douro, como o das outras Provincias; e deseja ardentemente que se melhore a exportação do vinho do Douro, porque nisso interessa a nação inteira; mas não póde v~er com indifferença a maneira porque se quer prover á felicidade de certos individuos d'uma provincia, ou mesmo da provincia do Douro, á custa das outras Provincias.

Senhores! O mal que peza sobre os vinhateiros da provincia do Douro, é a falta de exportação; e este mal afflige ainda mais a da Estremadura, e em especial este districto; e o Projecto que se apresenta, ou para melhor dizer, o tyrannico privilegio do exclusivo da agoa-ardente dado á Companhia, bem longe talvez de remediar aquelle mal á Provincia do Douro, como se inculca, irá lançar na maior miseria, e na mais horrivel desgraça, os vinhateiros das outras Provincias do Reino.

Senhores! A camara de Santarém poderia pintar-vos com cores verdadeiras, a calamidade a uqe se acham redusidos já os vinhateiros da Provincia da Estremadura, e que talvez vos fizesse sensibilizar, e infiar de horror; porém como ella é conhecida de alguns senhores deputadas, elles o farão sentir necessariamente a essa camara, e por isso só se limita a levar ao vosso conhecimento, que a colheita dos vinhos de 1841, foi vendida na maxima parte pelo preço de 3$000 réis cada uma pipa, e lavradores houve, que se viram na necessidade de vender a 1$600 e a 1$200 réis!! E que esta ultima colheita, apesar de ser escassissima, porém de boa qualidade, ahi se está vendendo a 4$000 réis vinho de campo, e a 7$000 réis o vinho do bairro, como por favor dos compradores!!!... Estará por ventura a Provincia do Douro redusida a uma desgraça como esta?! Por certo que não; e quere-se-há agravar ainda mais este mal que peza sobre as Provincias do Sul do Reino, prohibindo-se a exportação das suas agoas-ardentes para as Provincias do Norte, que tanto importa o odioso exclusivo apresentado no Artigo 6.º do Projecto? A camara de santarém não o espera, porque confia na rectidão, e nas luzes dos Senhores Deputados, que não quererão lançar esta maldição sobre as Provincias do Sul, porque fazem parte da nação portugueza, porque seus habitantes são portuguezes, e merecem tanta protecção, e teem o mesmo jus, e o mesmo direito à consideração dos senhores Deputados, como as Provincias do Norte.

Melhore-se a sorte dos desgraçados vinhateiros de Portugal, a camara de Santarém o deseja, e o pede. mas não se decrete o arranco das vinhas da Estremadura: não se vote á miseria, á fome, e á devastação uma Provincia inteira, cujo manancial primeiro de riquesa, é o producto das suas vinhas: não se decrete a morte de milhares de familias: não se decrete que os braços empregados na cultura das vinhas do Sul do reino; não tendo já onde manejar a enchada, e o pudão, victimas da necessidade, empunhem o ferro assassino para o embeber em si desesperados, ou em nossas entrenhas, lembrando-se de que os representantes da sociedade que os deverião proteger, os reduziram á ultima miseria! Não se decrete em fim, a não recepção dos avultados impostos de que tanto carece o thesouro publico, para acudir ás urgentes necessidades que pezam sobre elle! Tudo isto, senhores, se decretará para as Provincias do Sul, se o Projecto for aprovado, se o exclusivo fôr sanccionado, resultando sómente com elle o amontuar riquezas a meia duzia de capitalistas, e a opressão mesmo dos vinhateiros do Alto Douro!!!...

Melhore-se a sorte dos vinhateiros de portugal, mas abrindo-se novas communicações ao consummo dos vinhos, favorecendo-se ao mesmo tempo a sua exportação pelo abatimento dos direitos de sahida, e promo vendo-se um novo tractado de commercio com a Inglaterra, e Brazil, para que alli tenham abatimento dos mesmos na entrada. Abracem-se as medidas propostas nos Projectos apresentados nessa camara em 10 de julho de 1339 (sic), e 25 de Junho de 1840; façam-se sacrificios, mas faça-os a nação inteira: não se votem a uma Provincia, para melhorar outra Provincia: a causa é da nação Portugueza, e por isso a camara de Santarém confia, e espera da sabedoria, e inteiresa dos senhores Deputados, a regeição do exclusivo apresentado do Projecto.

Santarem em camara extraordinaria de 9 de Fevereiro de 1843. O presidente, José Jeronimo Nogueira. José Antonio Marques. José d'Almeida. Antonio Hygino dos Santos. O fiscal, Francisco Martins Ferreira Serrano. Antonio Gonçalves Branco.

DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS

3. DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1841– Parecer da Comissão Diplomatica sobre o Tratado de Comércio celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América a 26 de Agosto de 1840.
Fonte: *Diário do Governo, 3 de Março de 1841, p. 240.*

A Commissão Diplomatica, restringindo seu exame ao ao lado das relações, porque em sua qualidade especial lhe compete considerar o dito Tractado, e Notar, não descobre nelles estipulação alguma, que seja contraria a Convenções, ou Tractados já existentes; ou aos principios do direito das gentes geralmente recebidos; nem tão pouco encontra estipulação, que seja offensiva das prerrogativas da Corôa, ou do decôro, e independência nacional, antes pelo contrário observa que o mencionado tractado está exarado no espirito daquelles principios, por que entre as nações mais esclarecidas se regulam taes assumptos; e que nelle estão escrupulosamente guardadas as considerações de mutuo respeito, e decóro, que Governos illustrados sabem sempre manter.

A Commissão pois é de parecer que pelo lado das relações Diplomaticas nada se oppõe a que o Tractado de Commercio, e Navegação, celebrado entre Sua Magestade Fidelissima, e os Estados Unidos da America, em 25 de Agosto de 1840, seja approvado por esta Camara.

.:

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1841 – Parecer da Comissão de Comércio e Artes sobre o Tratado de Comércio celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América a 26 de Agosto de 1840

A Commissão de Commercio e Artes examinou com escrupulosa attenção o tractado de Commercio, e Navegação ajustado entre Sua Magestade Fidelissima a Rainha de Portugal e dos Algarves, e os Estados Unidos da America, em 26 de Agosto de 1840, cujas ratificações devem ser trocadas em Washington dentro do prazo de oito mezes, contados da data da assignatura; e, havendo-o considerado em suas relações Commerciaes, único ponto de vista em que á Commissão competia considera-lo, ella entende que este Tractado deve ser approvado, e que, posto que com elle não possam continuar para com esta nação as disposições dos Decretos de 14 de Novembro de 1836, e de 16 de janeiro de 1837, as vantagens, que hão de colher-se da approvação do mesmo Tractado, compensarão amplamente algum prejuizo, que

por ventura resulte da dessação do effeito dos mencionados Decretos; por quanto desta maneira ficam habilitados os nossos Navios mercantes a ir aos portos dos Estados Unidos da America, onde actualmente não podem ir, em razão dos excessivos direitos, que em represalia lhes foram impostos, abrindo-se por este modo um novo, e proveitosomercado aos nossos productos, em geral, porém com especialidade dos nossos vinhos, objecto, que nas actuaes circumstancias reclama a mais decidida protecção; e é esta a mais efficaz e valiosa que póde dar-se ao mais importante ramo da nossa industria agricola, ao que accresce a vantagem, que há de resultar-lhe desde o mez de Fevereiro de 1842 em diante, tempo em que cessa a estipulação admittida na Convenção celebrada entre os Estados Unidos da America, e a França, a respeito dos vinhos de producção franceza; porque aquella Nação não póde renovar algum Tractado Commercial com a França, em que possamos ficar menos favorecidos.

E considerando a Commissão, por outra parte, que em todas as estipulações se observa a mais stricta reciprocidade, sem que sejam mais favoraveis em Portugal os Subditos dos Estados Unidos do que os naturaes do paiz, nem vice-versa, os Subditos Portuguezes nos estados Unidos, sendo mantida em toda a sua integridade a independencia, e honra nacional:

É de parecer que o sobredito Tractado de Commercio, e Navegação deve ser approvado por esta Camara.

∴

Lisboa, 26 de Agosto de 1840 – Tratado de Comércio e Navegação realizado entre os Estados Unidos da América e Portugal onde se estabelece a perfeita reciprocidade entre as relações comerciais e de navegação dos dois países.

Fonte: *O Diário do Governo, n.º 21, 23 de Janeiro de 1841.*

TRATADO COM OS ESTADOS UNIDOS

Em nome da Santíssima e Indivizivel Trindade.

Sua Magestade Fidelissima A Rainha de Portugal e dos Algarves, e os Estados Unidos da America, igualmente Animados do dezejo de manter as relações de boa intelligencia que até aqui tem felizmente subsistido entre Seus respectivos Estados, e extender outro sim, e consolidar as relações Commerciaes entre Elles, e Convencidos de que este (sic) objectos se não póde melhor conseguir do que pela adopção de um Systema de inteira Liberdade de navegação, e perfeita reciprocidade, fundada nos principios d'equidade, igualmente beneficos para ambos os Paizes, Assentaram em consequencia d'entrar em negociações para a conclusão

d'um Tractado de Commercio e navegação para cujo fim Nomearam por Seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade Fidelissima A Rainha de Portugal, ao Illm.º Exm.º Sr. João Baptista Almeida Garrett, Seu Choronista Mór, Deputado da Nação Portugueza, Cavalleiro dÁntiga e Muito nobre Ordem da Torre Espada do Valor, Lealdade e Merito, Commendador da Ordem de Christo, Official da de (sic) Leopoldo na Belgica, Juiz do Tribunal Superior do Commercio, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto a S. Magestade Catholica.

E o Presidente dos Estados Unidos d'America. Ao Sr. Eduardo Havanagh, Encarregado dos Negocios dos mesmos Estados nesta Corte.

Os quaes, depois de terem communicado um ao outro os seus respectivos Plenos Poderes, que se acharam em boa e devida forma, ajustaram e concluiram os Artigos seguintes:

Art. 1.º Haverá entre os Territorios das Altas Partes Contractantes reciproca liberdade de Commercio e Navegação.

Os subditos e cidadãos dos seus respectivos Estados poderão mutua e livremente entrar nos Portos Logares, e Rios dos Territorios de cada uma das ditas Partes Contractantes, aonde quer que o Commercio Estrangeiro é ou vier a ser permittido. Terão igualmente liberdade de pousar e residir em qualquer parte dos ditos Territorios, afim de tractar de seus negocios;; e gosarão, para esse fim, a mesma segurança e protecção que os naturaes do paiz onde residem, sob condição de se sujeitarem ás Leis e Ordens do governo que ahi regem, especialmente aos Regulamentos Commerciaes em vigor.

Art. 2.º Os Navios Portuguezes que aportarem carregados ou em lastro, nos portos dos Estados Unidos d'America e reciprocamente os navios dos Estados Unidos d'America que aportarem, carregados ou em lastro, aos Portos do Reino e Possessões de Portugal, serão tratados, á entrada, durante a sua estada no porto, e á sahida delle, do mesmo modo que os Navios Nacionaes, vindos d'iguaes procedencias, em relação aos direitos de tonelagem, de faroes, pilotagem, e ancoradouro, e bem assim quanto aos emolumentos e propinas das Authoridades Publicas, ou a quaesquer outros encargos e direitos, de qualquer natureza ou denominação que sejam, e que costumam levar-se aos navios de Commercio, ou seja por conta do Governo, das Authoridades locaes, ou de qualquer outro Estabelecimento Publico ou particular.

Art. 3.º Não se imporão outros nem maiores direitos, na importação em os Estados Unidos da America, de genero algum que seja producto natural ou de manufactura do Reino de Portugal, e suas Possessões, nem outros ou maiores direitos serão impostos na importação, em o Reino de Portugal e suas Possessões, de nenhum genero de producção natural ou de manufactura dos Estados Unidos da America, além daquelles que pagam, ou vierem a pagar, iguaes generos da producção natural ou manufactura de qualquer outro Paiz Estrangeiro.

Nem se estabelecerá prohibição alguma na importação ou exportação de qualquer genero de producção natural, ou manufactura do Reino de Portugal e suas Possessões, ou dos Estados Unidos da America, respectivamente em alguns delles, que do mesmo modo senão estabeleça igualmante (sic) para todas as outras Nações Estrangeiras.

Nem se estabelecerão outros, ou maiores direitos, ou encargos, em qualquer dos dous Paizes, sòbre a exportação de quaesquer generos para os Estados Unidos da America, ou para o Reino de Portugal respectivamente, além dos que se pagam pela exportação de iguaes generos para outro Paiz Estrangeiro.

Entendendo-se todavia que nada do que neste Artigo se contém, poderá prejudicar a estipulação admittida pelos Estados Unidos da America, por um equivalente especial, a respeito dos Vinhos Francezes na Convenção celebrada entre os ditos Estados e a França em quatro de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e trinta e um, a qual estipulação há de terminar, e deixar de ter effeito no mez de Fevereiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e dous.

Art. 4.º Pagar-se-hão os mesmos direitos, e serão concedidos os mesmos favores, deducções ou privilegios, pela importação em os Estados Unidos da America, de qualquer genero de producção natural, ou manufactura de Portugal, e suas Possessões quer a dita importação seja feita em Navios Portuguezes, ou em Navios dos ditos Estados: e reciprocamente se pagaram os mesmos direitos, e serão concedidos os mesmos favores, deducções, e privilegios pela importação em o Reino e Possessões de Portugal, de qualquer genero de producção natural ou manufactureira dos Estados Unidos da America, quer a dita importação se faça em navios dos ditos Estados, ou Navios Portuguezes.

Art. 5.º Convieram as Altas Partes Contractantes, que se em algum tempo fôr permittido o importar em todos, ou em alguns dos portos do reino, e Possessões de Portugal, em navios de qualquer Nação Estrangeira, algum genero de producção natural ou manufactura de outro Paiz que não seja aquelle a que os ditos Navios pertencerem; o mesmo favor será immediatamente extensivo aos navios dos Estados-Unidos da America com os mesmos direitos, e favores que fôrem, para esse fim, concedidos à Nação mais favorecida. Em consideração do que, e reciporcamente, os navios Portugueses gosaram de direitos, e favores na mesma extensão correspondente nos portos dos Estados-Unidos da America.

Art. 6.º Toda a sorte de mercadorias, e artigos de Commercio que legalmente podem ser exportados ou re-exportados dos ditos portos, em os Navios da outra parte respectivamente, sem pagar outros ou maiores direitos, ou encargos de qualquer modo ou denominação que sejam, do que se as ditas mercadorias ou artigos de Commercio fossem exportados ou re-exportadas em Navios Nacionais.

E conceder-se-hão os mesmos favores, e deducções de direitos quer a exportação ou re-exportação seja feita em Navios de uma ou de outra das ditas Partes.

Art. 7.º Fica expressamente entendido, que nenhuma das estipulações conteúdas no presente Tractado será applicavel á Navegação Costeira ou de cabotagem de qualquer dos dous Paizes, que cada uma das Altas Partes Contractantes, exclusivamente se reserva.

Art. 8.º Fica mutuamente entendido que as precedentes estipulações não são applicaveis aos portos e territorios no Reino, e Possessões de Portugal, em que não são admittidos o Commercio e navegação de Portugal, directamente dos ditos Portos para os Estados-Unidos da America, e dos ditos Estados para os ditos portos, e territorios, são igualmente prohibidas.

Mas Sua magestade Fidilissima consente em que, quando emal (sic) gum tempo os ditos portos e territorios, ou algum delles vierem a ser abertos ao Commercio e Navegação de qualquer Nação Estrangeira, desde esse momento fiquem abertos ao Commercio e Navegação dos Estados-Unidos d'America com os mesmos previlegios, direitos, e favores, que foram concedidos á Nação mais favorecida, gratuitamente se a concessão tiver sido gratuita, ou pela mesma concensação, ou o equivalente della se a concensação tiver sido condicional.

Artigo 9.º - Os Subditos ou Cidadãos, de qualquer das Partes Contractantes, que forem obrigados a procurar refugio ou asylo em alguns dos rios, bahias, portos, ou territorios da outra, com os seus Navios, ou sejão mercantes ou de guerra, por causa de temporal, preseguição de piratas ou inimigos, serão recebidos e tractados com humanidade, dando-se-lhes todo o favor, facilidade e protecção para reparar os seus Navios, procurar mantimentos, e pôr-se em estado de continuar a sua viagem, sem nenhum obstaculo ou molestação.

Artigo 10.º - As duas partes Contractantes terão a liberdade de nomear para os portos uma da outra, Consules, Vice-Consules, Agentes, e Commissarios, os quaes gosarão dos mesmos previlegios, e poderes, que os da Nação mais favorecida.

Mas antes que qualquer Consul, Vice-Consul, Agente ou Commissario possa funcionar como tal será na divida e usual fórma, approvado e admettido pelo Governo do Paiz a que é mandado.

Mas se algum destes Consules exercitar o Commercio, ficará sujeito as mesmas Leis e usos a que são sujeitos os indeviduos particulares de sua Nação nos mesmos logares relativamente as suas transacções Commerciaes. E aqui fica declarado que no caso d'offensa contra as Leis, o dito Consul, Vice-Consul, Agente ou Commissario, poderá ser, ou punido conforme o Direito, ou mandado sahir, declarando o Governo offendido ao outro as rasões do seu procedimento.

Os Archivos, e papeis dos Consulados serão respeitados inviolavelmente, e por nenhum pretexto poderá qualquer Magistrado embarga-los, ou de outro modo entervir a respeito delles.

Os Consules, Vice-Consules, e Agentes Commerciaes, terão o direito como taes d'exercer as funções de Juizes, e Arbitros nas questões que venham levantar-se entre os Mestres, e Companhias dos navios da Nação, cujos interesses lhe são commetidos, sem intervenção d'Authoridades locaes; excepto se o procedimento das ditas Companhias, e Mestres pertubar a ordem, ou a tranquilidade, ou offender as Leis do Paiz ; ou tambem se os ditos Consules, Vice-Consules, ou Agentes Commerciaes, requererem o seu auxilio para haver de levar a effeito as suas decisões.

E com tudo entendido, que esta especie de julgamento, ou arbitragem, de nenhum modo privará os litigantes do direito que tem a recorrer depois ás Authoridades Judiciaes do seu Paiz.

Art. 11.º Os ditos Consules, Vice-Consules, e Agentes Commerciaes serão authorisados a requerer o auxilio das Authoridades locaes para a busca, prisão, detenção, e custodia dos desertores dos Navios de guerra, e mercantes da sua Nação. Para este fim poderão dirigir-se aos competentes Tribunaes, Juizes, e Officiaes Publicos, e pedirão por escrito os ditos desertores, provando pela exibição dos registos dos Navios, matricula dos marinheiros, ou por qualquer outro documento official, que taes individuos pertenciam á tripulação delles; e documentada assim a reclamação, será feita a entrega sem demora.

Os desertores, apenas presos, serão postos á disposição dos ditos Consules, Vice-Consules, ou Agentes Commerciaes, e poderão ser detidos nas Cadeias Publicas a rogo, e á custa dos que os reclamarem, para haverem de ser detidos até se restituirem aos seus Navios a que pertenciam, ou mandados para o seu Paiz, por um Navio da mesma Nação, ou por qualquer outro.

Se porém não forem mandados para o seu Paiz dentro de quatro mezes contados do dia da prisão, serão postos em liberdade, e não tornarão a ser presos pela mesma causa.

Mas, se vier a conhecer-se que o desertor commetteo algum crime, ou offensa contra as Leis do Paiz, será demorada a entrega delle, até que o Tribunal a que o caso estiver affecto, pronuncie Sentença, e a Sentença se execute.

Art. 12.º Os Subditos, e Cidadãos de cada uma das Altas Partes Contractantes, poderão dispôr dos seus bens moveis que se acharem dentro da jurisdicção da outra, por testamento, doacção, ou por qualquer outro modo, e os seus representantes poderão succeder nos ditos bens particulares por testamento, ou ib intestato, e poderão tomar posse delles por si ou por seus Procuradores, e dispôr livremente dos mesmos, pagando sómente aos respectivos Governos e que os habitantes do Paiz em que os ditos bens estiverem, forem obrigados a pagar em iguaes casos.

E se por morte d'alguma pessoa que possua bens de raiz dentro do territorio de uma das Altas Partes Contractantes, esses bens de raiz tiverem de passar, conforme as Leis do Paiz,

a um Subdito ou Cidadão d'outra Parte, e a dita pessoa os não pudér possuir por sua qualidade de estrangeiro, ser-lhe-há dado o tempo marcado pelas Leis do Paiz; ou se estas o não tiverem marcado, ser-lhe há dado tempo rasoavel para vender, ou de qualquer outro modo dispôr dos ditos bens de raiz, e a retirar ou a exportar o seu producto sem gravâme, e sem ter de pagar para os respectivos Governos outro algum direito, além dos que em iguaes casos são impostos aos habitantes do Paiz, aonde os ditos bens de raiz forem situados.

Art. 13.º Se uma das Partes Contractantes vier a conceder a qualquer outra Nação qualquer favor particular em Navegação, ou em Commercio, o dito favor será immediatamente extensivo á outra Parte livremente, se livremente fôr concedido, ou pela mesma compensação, ou por outra equivalente quam proxime, se a concessão for condicional.

Art. 14.º Sua Magestade Fidelissima, e os Estados-Unidos d' América, desejando fazer duraveis quanto as circumstancias o permittam, as relações que vão estabelecer-se entre as duas Partes em virtude deste Tractado, ou geral Convenção de reciproca liberdade de Commercio e Navegação, Declaram solemnemente, e consentem nos seguintes pontos:

Primeiro. O presente Tractado durará, e estara em plena força e vigor, por espaço de seis annos contados da data deste, e por um anno mais depois que uma das Partes Contractantes tiver intimidado á outra a sua intenção de terminar o mesmo: reservando-se cada uma das Partes Contractantes o direito de fazer essa intimação em qualquer tempo depois de ter expirado o referido termo de seis annos; e do mesmo modo fica ajustado entre ellas, que um anno depois de ser recebida por umma dellas, da outra Parte, a dita intimação, este Tractado cessará, e terminará inteiramente.

Segundo. Se um ou mais Subditos, ou Cidadãos d'uma das partes Contractantes infringir qualquer dos Artigos deste Tractado, será o mesmo Subdito ou Cidadão pessoalmente responsavel por aquella infracção; e a boa harmonia e corespondencia entre as duas nações não será por isso interrompida, obrigando-se cada uma das ditas Partes a não proteger de nenhum modo o offensor, e a não sanccionar tal violação.

Terceiro. Se (o que não é de esperar) infelizmente algum, ou alguns dos Artigos no presente Tractado contheudos vier a ser, por qualquer modo, violado ou infringido, expressamente se estipula, que nenhuma das Partes Contractantes poderá ordenar, ou authorisar nenhum acto de represalia, nem declarar guerra a outra por aggravos de injurias ou damnos, provados por competentes documentos, e pedido justiça e satisfação, que ou lhe tenha sido recusada, ou desarresoadamente demorada.

Quarto. O presente Tractado será approvado, e ractificado por Sua Magestade Fidelissima com previo consentimento das Côrtes Deraes da Nação, e pelo Presidente dos Estados-Unidos d'America, por e com annuencia, e consentimento do Senado dos ditos

Estados; e as Ractificações serão trocadas na Cidade de washingthon no praso de oito mezes, contados da data d'assignatura, ou antes se possivel fôr.

Em testemunho do que, os respectivos Plenipotenciarios o assignaram, e lhe pozeram o Sello das suas Armas.

Feito em treplicado na Cidade de Lisboa aos vinte e seis dias do mez d'Agosto do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e quarenta (L.S) – João Baptista d'Almeida Garrett – Edward Havanagh. – Está conforme, secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros 20 de Janeiro de 1841 – António Joaquim Gomes de Oliveira.

.:

Lisboa, 27 de Agosto de 1840 - Extracto da Nota de 24 de Agosto de 1840, do Plenipotenciario Portuguez ao Plenipotenciario Americano onde se prestam esclarecimentos sobre a posição dos navios americanos na navegação colonial e os produtos sobre os quais recaem so favores acordados.

Fonte: *O Diário do Governo, N.º 2, 2 de Janeiro de 1841.*

Quanto á declaração do equivalente mencionado no Artigo 8.º do Tractado não há duvida nenhuma em declarar que desde já fique considerado como o dito equivalente pela abertura dos Portos das Possessões Ultramarinas de Sua Magestade ao Commercio e Navegação directos dos Estados Unidos da America, a admissão e igual Commercio e Navegação directos dos ditos Portos para os Estados Unidos em Navios Portuguezes.

Que quanto aos portos Ultramarinos, que por agora se consideram vedados ao Commercio estrangeiro, o Governo de Sua Magestade julga necessario proceder a importantes investigações antes que possa cathegoricamente designa-los; mas que em um proximo tempo será necessariamente tomada uma resolução definitiva, que sem demora há de ser communicada ao Governo dos Estados Unidos da América.

Está conforme, Secretaria d'Estado dos negocios Estrangeiros, 23 de Janeiro de 1841. Antonio Joaquim Gomes de Oliveira

O abaixo assignado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, e interinamente encarregado da pasta dos Negocios Estrangeiros, respondendo a Nota que lhe dirigiu em 10 do corrente o Senhor Eduardo Kavanagh, Encarregado de Negocios dos Estados Unidos d'America, na qual Sua Excelencia pedia que se lhe declarasse quaes eram os Portos e Territorios deste Reimo de que é excluido o Commercio Estrangeiro, tem a honra de participar a Sua excelencia que tendo-se dirigido ao Senhor Ministro da Fazenda para obter as necessarias informações; Sua Excelencia lhe communicou em officio da data de hoje, que nos Portos de Lisboa e Porto são admittidos a despacho e consumo todos os generos de Commercio

Estrangeiro, uma vez que satisfaçam às condições que com a Pauta Geral das Alfandegas os admitte, exceptuando-se tão somente os generos prohibidos como, Cereaes, Farinhas e outros; e que nos outros Portos do Reino em que há Alfandegas, é igualmente admittido o Commercio estrangeiro, não tendo com tudo Despacho nelles os Artigos especificados no Artigo 1.º dos preliminares da mesma Pauta.

O abaixo assignado tem igualmente a honra de confirmar ao senhor eduardo Kavanagh na sua opinião de que nenhuma duvida há que pelas palavras "Reino e Possessões de Portugal" se designam todos os territorios e logares sobre que a Corôa de Portugal reclama ou exercita Soberania e Jurisdicção.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar ao Senhor Eduardo Kavanagh os protestos da sua mais distincta consideração.

Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, em 27 d'Agosto de 1840.

.:

Lisboa, 27 de Agosto de 1840 – Tratado realizado entre Portugal e os Estados Unidos assinado
Fonte: *O Diário do Governo, N.º 2, 2 de Janeiro de 1841.*

CONVENÇÃO

Feita entre o Governo de Sua Magestade Fidelissima, e de Sua Magestade Catolica para a livre navegação do Rio Douro.

Suas Magestades a Rainha Fidelissima D. Maria II, e a rainha Regente e Governadora de Hespanha, durante a menoridade de Sua Augusta Filha a Rainha D. Izabel II, desejando dar toda a extensão possivel ao commercio reciproco entre os dous Estados por meio da livre Navegação dos Rios, que são communs a ambos, e conhecendo, que este prinipio fecundo é applicavel desde já ao Rio Douro, Determinaram celebrar uma Convenção para regular este ponto importante, e nomearam com este fim seus plenipotenciarios, a saber: Sua Magestade Fidelissima a D. Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmella, Par do Reino, Presidente da camara dos Pares, Conselheiro d'Estado, Grã Cruz da Ordem de Christo e da Torre de espada, Cavalleiro da Insigne Ordem do Tosão de Ouro, e Grã Cruz das Ordens de Carlos III em Hespanha, da Legião de Honra em França, de Santo Alexandre de newsky na Russia, Conde de Sanfré em Piemonte, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, etc., etc.; e sua Magestade a Rainha Governadora de Hespanha a D. Evaristo Peres de castro y Colomera, cavalleiro do numero da Real Ordem de Carlos III, Grã Cruz da Ordem de Christo em Portugal, do Conselho d'Estado, Procér do Reino, enviado extraordinario, e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Catholica a rainha D. Izabel II junto a Sua magestade

Fidelissima, os quaes depois de haverem conferido entre si, e trocando os seus plenos poderes, conviram nos Artigos seguintes:

Artigo 1.º Declara-se livre para os subditos de ambas as Corôas, sem restricção alguma, e sem condição especial, que favoreça mais aos de uma, que aos de outra a Navegação do Rio Douro, em toda a extensão que fôr navegavel agora, ou que possa vir a ser navegavel para o futuro.

Artigo 2.º As duas Altas Partes Contractantes se obrigam pelo Artigo presente a conservar desembaraçada a Navegação do Rio Douro, e no estado, em que actualmente se acha cada uma na parte respectiva do seu territorio, fazendo para esse fim as obras necessarias, e promettem além disto occupar-se efficazmente de melhorar pela maneira que fôr possivel a sobredita Navegação.

Artigo 3.º os Direitos de Navegação e o systema de Policia della se fixarão por meio de uma tarifa e regulamento, cujas disposições sejam uniformes, e perfeitamente iguaes para os subditos de ambas as Coroas, conforme se acha estabelecido entre as Nações que gosam das agoas de um mesmo rio.

Artigo 4.º Para formar a tarifa e regulamento mencionados no Artigo precedente, se creará uma Commissão mixta, composta de quatro Commissarios, dos quaes dous serão portuguezes, e dous hespanhoes, nomeados pelos seus Governos respectivos.

Artigo 5.º A dita Commissão mixta se reunirá no termo de um mez ao mais tardar, depois da troca das ratificações da presente Convenção, no ponto do territorio de Sua Magestade Fidelissima ou de Sua Magestade Catholica, que por arbitrio dos dous Governos parecer mais conveniente para facilitar os seus trabalhos.

Artigo 6.º nenhum os Governos respectivos poderá augmentar o Direito de Navegação, que fôr fixado nas tarifas formadas pela Commissão, a não ser de commum accôrdo, e quando assim se julgar conveniente, nem poderá impôr debaixo de outra qualquer denominação algum direito novo, que pese sobre os Navegantes.

Artigo 7.º As duas Altas Partes Contractantes se obrigam pelo presente Artigo a não conceder nenhum privilégio exclusivo para o transporte pelo Douro de generos ou de pessoas, e a deixar sempre aberta a competencia.

Artigo 8.º Sua Magestade Fidelissima se obriga a tomar as providencias necessarias para formar na Cidade do Porto um deposito para todos os fructos e generos, que vierem de Hespanha pelo Rio Douro em barcos Portuguezes, ou Hespanhoes, e que se destinarem ao commercio Estrangeiro, ou a serem introduzidos pelo litoral da peninsula Hespanhola. Os generos assim depositados pagarão unicamente ao Governo de Sua Magestade Fidelissima o mesmo Direito modico de Deposito, que se acha estabelecido actualmente nos Portos Francos de Lisboa, e do Porto; porém se fôr conveniente ao commercio introduzir em Portugal alguns

destes generos depositados, cuja entrada e mercancia seja licita, pagarão os Direitos de Alfandega, que pagar a Nação mais favorecida, e neste caso não se exigirá o Direito de Deposito.

Artigo 9.º Sua Magestade Catholica se obriga pelo presente Artigo a declarar porto de admissão o porto de embarque, o qual terá de providenciar-se por agora nas visinhanças de Fregeneda; e neste Porto os generos de Commercio licito introduzidos de Portugal serão sujeitos aos mesmos direitos, que se pagam nos mais Portos de Hespanha.

Artigo 10.º Pelo que toca aos Direitos de Alfandegas, ao modo de os receber, ás regras administrativas e de segurança para evitar as fraudes contra as leis fiscaes, cada um dos Governos respectivos procederá ácerca dos referidos pontos usando a sua independencia natural, pelo methodo e fórma, que mais convier aos seus interesses.

Artigo 11.º A tarifa e regulamento, de que tractam os Artigos 3.º e 4.º, logo que forem approvados por ambas as Partes Contractantes, se entenderá que formam uma parte integrante da presente Convenção.

Artigo 12.º A presente Convenção poderá sere revista, e modificada a requisição de qualquer das duas partes Contractantes no fim de vinte e cinco annos depois da data da sua ratificação.

Artigo 13.º As ratificações da presente Convenção serão trocadas no prazo de um mez, ou antes se fôr possivel.

Em fé do que os Plenipotenciarios respectivos a firmaram e sellaram com o Séllo das suas Armas, em Lisboa aos trinta e um dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil oitocentos e trinta e cinco. (L.S.) Duque de Palmella. (L.S.) Evaristo Peres de Castro. Está conforme. Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, em 21 de Setembro de 1835. Idelfonso Leopoldo Bayard.

Cópia da Ratificação da Convenção entre Portugal e Hespanha, para a livre Navegação do Rio Douro.

Dona Maria, por Graça de Deos, Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquem e d'além Mar em Africa, Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que a presente Carta de Convenção e Ratificação virem, que aos trinta e um dias do mez d'Agosto do corrente anno, se concluiu, e assignou na Cidade de Lisboa, entre Mim, e Serenissima e Potentissima Senhora Rainha Regente, e Governadora de Hespanha, durante a menoridade de Sua Augusta Filha, a rainha D. Isabel II, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos de competentes poderes, uma Convenção, com o fim de dar toda a extensão possivel ao commercio reciproco entre os dous Estados, por meio da livre navegação dos Rios, que são communs a ambos, começando desde

já pelo Rio Douro, do qual especialmente se tracta na presente Convenção, cujo theor é o seguinte.

(Segue a Convenção)

E Sendo-me presente a mesma Convenção, cujo theor fica acima referido, e bem visto, considerado, e examinado por Mim tudo o que nelle se contém, depois de ouvido o Conselho d'estado, a ratifico e Confirmo em todas as suas partes, e pela presente a Dou por firme, e valida para haver de produzir o seus devido effeito: promettendo em Fé, e palavra real de observa-la e cumpri-la, e faze-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito, Fiz passar a presente carta por Mim assignada, passada com o Sêllo pendente das Armas Reaes, e referendada pelo Conselheiro d'Estado Ministro e Secretario d'estado abaixo assignado. Dada no paço das necessidades, aos vinte de Setembro de mil oitocentos e trinta e cinco.

Rainha. (Com Guarda). Marquez de Saldanha.

Está conforme, Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, em 19 de Setembro de 1840. Antonio Joaquim Gomes de Oliveira.

Regulamento de Policia, e Tarifa de Direitos para a livre Navegação do Douro.

Titulo I

Disposições Geraes

Artigo 1.º Declara-se para os Subditos de ambas as Coroas sem restricção alguma, e sem condição especial, que favoreça mais aous d'uma que aos de outra a navegação do Rio douro em toda a extensão, que fôr navegavel agora, ou que possa a vir a ser navegavel para o futuro.

Parágrafo 1.º Esta Liberdade se entenderá sómente de Reino a Reino, em toda a extensão do rio para os barcos de ambas as nações, porque a navegação de Cabotagem, que tiver logar na parte do Rio de que as duas margens pertencerem a um dos dous Reinos, continuará privativa de cada uma das duas nações a que pertencerem as duas margens.

Parágrafo 2.º As pessoas e barcos, que se empregarem na navegação do douro, em conformidade da Convenção celebrada entre Portugal, e hespanha em 31 de agosto de 1835, ficam sujeitas a este Regulamento, e á tarifa junta.

Artigo 2.º O importe dos Direitos de transito, a que fica sujeita esta navegação, oertence exclusivamente aquella Nação, em cujo territorio se cobrar.

Artigo 3.º Nenhum dos Governos poderá conceder privilégio exclusivo, para o transporte pelo Douro, de generos, ou de pessoas, e será obrigado a deixar sempre alerta a competencia.

Artigo 4.º Nenhum dos Governos respectivos poderá augmentar o Direito de navegação, que fôr fixado nas tarifas deste Regulamento, a não ser de commum accôrdo, e quando assim se julgar conveniente, nem poderá impôr debaixo de qualquer denominação algum outro direito novo, que pese sobre os navegantes.

Artigo 5.º As pautas das Alfândegas actuaes, ou que para o futuro existirem ficam em força e vigor, e o Commercio, que se fizer pelo Rio, sujeito ás Leis geraes dos dous estados sobre a importação, e exportação de generos nacionaes e estrangeiros, regulando-se o pagamento dos Direitos pelo theor litteral do Artigo 8.º da Convenção de 31 de Agosto de 1835. Fica por tanto ao livre arbitrio dos Governos de cada um dos Paizes estabelecer as disposições fiscaes, que julgarem convenientes para evitarem o contrabando, e o descaminho de Direitos.

Parágrafo Único. Mas se em alguma das duas Nações forem iguaes os Direitos que pagarem todas as Nações estrangeiras, de modo que nenhuma seja mais favorecida, não terá logar em tal caso o que estabelece o Artigo 8.º da Convenção, sobre o pagar os Direitos da Nação mais favorecida, mas sim o terá a respeito das suas Contractantes naquella, em que não sejam iguaes os Direitos, que se exigirem ás mais Estrangeiras, por haver alguma mais favorecida.

Artigo 6.º Todos os generos, fructos, e effeitos procedentes de Hespanha, de qualquer especie que seja podem ser conduzidos pelo Rio até á Cidade do Porto, onde serão depositados, ou baldeados para serem baldeados pela barra do Porto como convier aos interessados.

Parágrafo 1.º Fica prohibida a entrada e transito dos vinagres, vinhos, aguas-ardentes, e bebidas espirituosas procedentes de Hespanha pelo Rio Douro, até que os dous Governos se accordem sobre este importante objecto.

Parágrafo 2.º Os generos que são, ou vierem a ser por estanco em Hespanha, e os que são, ou forem de Contractos da Corôa em Portugal, ficam sujeitos ás leis, e Regulamentos, por que se governam taes estancos, e Contactos.

Artigo 7.º Os generos, e objectos, que entrarem pela barra do Porto para o porto-franco, e delle saírem para serem importados pelo Douro na Hespanha, poderão ser conduzidos a ella pelo mesmo Rio, pagando os Direitos de entrada, e consumo estabelecidos, ou que estabelecerem as leis em Portugal, e neste caso não pagarão direitos de deposito.

Artigo 8.º Os Governos das duas Nações se obrigam a conservar desembaraçada a navegação do Rio Douro, e no estado, em que actualmente se acha, cada uma na parte respectiva do seu territorio, fazendo para esse fim as Obras necessarias, e promettem além disso occupar-se efficazmente de melhorar pela maneira, que fôr possivel, a dita navegação.

Artigo 9.º para pagamento das despezas, a que dem logar as obrigações do Artigo antecedente, se applicará não só o importe dos Direitos de navegação; mas tambem o importe das multas, que se impozerem pelas infracções deste Regulamento, isto além de qualquer outro

rendimento, ou auxilio, que qualquer dos Governos possa prestar a um objecto de tão grande interesse.

Artigo 10.º Os individuos que limitarem o exercicio da navegação a um só dos dous Paizes, e os que se occuparem da passagem de effeitos, ou pessoas de uma margem para outra, sem tocar no Reino visinho, não são comprehendidos neste Regulamento, em quanto não prejudicarem o livre transito; e cada uma das duas Nações estabelecera para estes as regras de policia, que julgar convenientes.

Artigo 11.º A navegação do Rio Douro, de Portugal para Hespanha, e vice-versa, fica reservada aos Subditos das duas Nações indistinctamente, e os barcos Portuguezes em Hespanha, e os Hespanhoes em Portugal, serão considerados como Nacionaes. Os barcos serão tripulados segundo dispoem as Leis maritimas dos respectivos Paizes para as embarcações do alto mar.

Artigo 12.º Se por desgraça (o que não é de esperar) se declarar a guerra entre os dous paizes, não poderão soffrer embargo, ou confissão, assim os barcos, como os effeitos depositados, ou conduzidos pelo Rio até ao tempo de declaração de guerra, e igualmente os edificios destinados ao uso de navegação, e da arrecadação dos Direitos. Também serão religiosamente respeitadas as pessoas na navegação empregadas; assim como toda a propriedade particular, que se ache no caso prevenido neste Artigo.

Artigo 13.º Em caso de peste cada Estado adoptara as regras eventuaes, que melhor convenham a sua segurança, procurando que o Commercio soffra o menos possivel

Titulo II

Das obrigações dos Arraes, e Conductores de Barcos, Carregadores, e mais interessados.

Artigo 14.º O Portuguez e Hespanhol, que na qualidade de Arraes, ou Conductor de um barco se dedicar à navegação do Douro, deverá mostrar a sua idoneidade perante as Authoridades designadas pelos respectivos Governos, dos quaes obterá uma patente devidamente authorisada, pela qual conste seu nome, aptidão, e mais circumstancias, que não deixem duvida da identidade da sua pessoa, expressando também as obrigações e penas, a que fica sujeito.

Artigo 15.º O Arraes é tambem obrigado a levar comsigo um manifesto da carga, que conduzir, na fôrma que explica o modêlo N.º 1. O manifesto será assignado pelo Arraes, ou Conductor e, se não souber escrever, por pessoa authorisada por elle, e será responsavel pelo que se declarar neste documento. Ao Manifesto se ajuntarão como documentos justificativos os Conhecimentos, ou Notas assignadas pelos interessados, dos effeitos, que entregam ao Conductor, o qual procurará que o referido manifesto seja visado, e delle tomada a competente Nota pelo respectivo Agente Consular, se o houver no Porto do embarque; e, não o havendo, fará as suas vezes o Administrador da Alfandega, e na falta deste a Authoridade local. Os

Arraes dos barcos, logo que cheguem aos portos, em que estiverem situadas as Alfandegas, aprsentarão nas mesmas os seus Manifestos com aquellas formalidades, que exigirem as leis dos dous paizes.

Artigo 16.º O Araes, ou Conductor é responsavel pelos effeitos aos carregadores, e interessados, desde que os receber no embarcadouro ou logar, em que se dê por entregue delles, e não lhe servirá de escusa o ser obrigado a separar-se do barco com motivo justificado, pois neste caso deve deixar pessoa de sua confiança, que o substitua.

Artigo 17.º O ajuste dos salarios, e o preço dos fretes serão de tal maneira livres entre os Arraes, Marinheiros, e mais interessados, que nem os Governos poderão servir-se dos barcos, sem que os donos, ou Arraes convenham com eles nos preços.

Titulo III

Dos Barcos, e Balsas

Artigo 18.º Os barcos destinados a navegar de um para outro reino devem ser construidos com a solidez, e requisitos peculiares á natureza deste rio, e nenhum poderá ser de lotação menor de cem quintaes. O dono do barco o apresentará á Authoridade, que em um único logar a proposito designar cada um dos Governos, para ser inscripto na matricula, e acreditar a sua lotação, e tomar o numero, que lhe corresponder, expedindo-se uma Patente ou documento, que declare estas circumstancias. eSte documento, ou Patente do barco junto à Patente da idoneidade do Arraes estipulada no Artigo 14.º deste Regulamento são bastantes para fazer esta navegação.

Artigo 19.º As Balsas, ou Conducções de madeiras, que se fizerem pelo Rio deverão ser precedidas por uma lancha ou barquinha na distancia de 100 braças, pelo menos, com o fim de avisar aos Arraes dos barcos, e aos donos, ou encarregados de qualquer maquina, ou effeitos, que possam soffrer damno, e além disto levarão tambem uma bandeira azul na elevação sufficiente. Estas formalidades não porão a coberto a responsabilidade do Conductor se elle não tiver adoptado as mais precauções necessarias para evitar até o menor prejuizo.

Artigo 20.º Todos os barcos destinados a esta navegação levarão a bandeira nacional, e o numero marcado na sua patente, escrito em grandes algarismos na vela, e na prôa, e popa em lados oppostos.

Titulo IV

Dos Portos habilitados, armazens e Depositos

Artigo 21.º Cada um dos Estados habilitará em seu territorio os Portos, que tenha por conveniente escolher para esta navegação. Portugal designa a Cidade do Porto. Designa tambem para registo o sitio mais a proposito no confluente do Rio Agueda com o Douro, e mais outro no confluente do Rio sabor com o Douro. Em qualquer destes registos se estabelecerá uma Alfandega para o despacho dos generos vindos de hespanha, que sejam admitidos a

consumo no interior de Portugal. Na Cidade do Porto haverá outro registo, Deposito, e Alfandega Geral. A hespanha designa por agora a Fregeneda; e para o sitio em que se há de estabelecer Caes, a confluencia do Agueda com o Douro, ou outro igualmente commodo.

Artigo 22.º Para evitar fraudes nenhum barco poderá conduzir effeitos para consumo, juntamente com os destinados para Deposito, nem passar de noite o registo da confluencia do Douro com o sabor, nem carregar, ou descarregar senão nos Portos habilitados, excepto depois de ter pago os direitos de consumo. É permittido com tudo embarcar, e desembarcar passageiros, sem por elles se pagar Direito algum de navegação, conformando-se com os Regulamentos de Policia.

Artigo 23.º Em cada Porto haverá os Armazens necessarios para recolher as mercadorias, e se farão os edificios uteis; e para governo destes, e dos Portos e Caes, cada Nação formará os Regulamentos opportunos, de que dará conhecimento á outra para haver a possivel uniformidade.

Artigo 24.º Em quanto se não organisar na Cidade do Porto o Deposito espcial, mencionado no Artigo 8.º da Convenção de 31 de agosto de 1835, se seguirão as regras geraes estabelecidas para o porto-franco, que actualmente existe na mesma cidade.

Titulo V

Dos Direitos de Navegação, modo de os arrecadar e os Empregados para este objecto

Artigo 25.º Todo o individuo que conduzir um barco pelo Douro, pagará os seguintes direitos de navegação.

Primeiro. O Direito de transito pelo peso da carga com a denominação de Direito de carga.

Segundo. O direito d'estada, de ancoragem, ou do porto, com a denominação de "Direitos de Porto".

Os direitos de transito pela carga se pagarão pelo peso do que conduzirem, regulando-se pela tarifa n.º 2. O direito único de estada, ou ancoragem se pagará pela permanencia do barco, nos Portos habilitados do Rio, cobrando-se conforme a Tarifa n.º 3.

Artigo 26.º Pagará mais nos casos que assim o exijam, os Direitos de Deposito, e armazenagem dos effeitos que conduzir.

Para o pagamento dos Direitos de Deposito na Cidade do Porto se estará pelo que determina o Artigo 8.º da Convenção, e o Artigo 24.º deste Regulamento.

Os direitos de armazenagem nos mais Portos habilitados, ou que se habilitarem se determinarão de commum acôrdo, logo que cada um dos Governos tenha construido, ou designado os Edificios, que destina para este objecto.

Artigo 27.º Os effeitos mencionados na tarifa n.º 2 pagarão os direitos de navegação nella especificados, calculados pelo seu pêso, mas as madeiras em bruto, conduzidas em balsas, não pagarão direito algum de transito.

Artigo 28.º Haverá as competentes casas de arrecadação para o recebimento destes Direito, nomeando cada Governo os empregados que julgar convenientes, estabelecendo as regras mais simples para a cobrança, a fim de evitar embaraços, e vexames na navegação.

Artigo 29.º Haverá em Portugal duas casas de arecadação, uma no logar onde se estabelecer a Alfandega da fronteira, e outra na Alfandega da Cidade do Porto. Na Hespanha haverá, por agora, uma casa de arrecadação desta espécie, a qual se collocará no Porto de Fregeneda.

O importe dos direitos estipulados na Tarifa n.º 2, se entenderem ser pela navegação em toda a extensão do Rio pertencente a Portugal, e se cobrará metade em cada uma das duas casas de arrecadação, tanto descendo como subindo o Rio. Na Fregeneda não se pagará por agora Direito algum de navegação; mas pela parte que no futuro o Rio fôr navegavel, dentro o território hespanhol, se cobrará o que proporcionalmente lhe corresponder conforme a indicada tarifa.

Artigo 30.º As tarefas serão impressas, e affixadas nas casas de arrecadação para serem vistas pelos interessados.

Artigo 31.º Para o pagamento de toda a classe de Direitos de navegação servirá de base o Manifesto que deverá ter o Arraes ou Conductor, nos termos indicados no Artigo 15.º deste Regulamento, e não se procederá a verificar acerteza do que nelle se refere senão quando haja duvida fundada da sua exactidão.

Artigo 32.º O pagamento dos Direitos se fará na moeda do Paiz, em que se pagar, em quanto os dous Governos não fizerem Tarifas para a admissão das moedas d'ambas as Nações indistinctamente.

Artigo 33.º Na occasião, em que se fizer o pagamento, os Empregados tomarão uma Nota resumida do manifesto, que que contenha o nome do Arraes, o numero do barco, o seu destino, e a quantia paga; passando o recibo da mesma no Manifesto, com o numero que lhe corresponder pela ordem dos pagamentos.

Artigo 34.º Para que os Empregados sejam conhecidos, se lhes dará um distinctivo particular; e os barcos, de que se servirem no exercicio de suas funcções, trarão no centro da bandeira Nacional o letreiro "Douro".

Artigo 35.º Para evitar arbitrariedades, e exacções injustas, se estabelecem de commum accordo os emolumentos seguintes:

Primeiro. Pela Patente de idoneidade do Arraes oitocentos réis em Portugal, ou um peso duro na Hespanha.

Segundo. Pela patente do barco quatrocentos réis em Portugal, e meio pêso duro na Hespanha.

Terceiro. Por visar o Manifesto pelos Agentes Consulares quatrocentos réis em Portugal, ou meio pêso duro em Hespanha.

Titulo VI

Das Avarias, e Arribadas forçadas

Artigo 36.º Se algum barco naufragar, ou soffrer avaria tal, que occasione a perda total, ou de parte da sua carga, o Arraes, ou Conductor, ou as pessoas, que se tiverem salvado, se apresentarão immediatamente a Authoridade local mais proxima, a fim de que esta, passando sem demora ao sitio, em que tiver acontecido a desgraça, e em companhia de um Escrivão, e duas testemunhas, lavre um Auto de tudo o que tiver acontecido, averiguando a certeza do facto, e formando um Inventario de todos os effeitos salvados para uni-lo às diligencias, que se praticarem. De todas estas diligencias se dará um documento ao Arraes, ou Conductor, e o original será remettido á Alfandega, para onde se destinava o barco.

Artigo 37.º Os effeitos, que por arribadas forçadas especificadas no Artigo antecedente se descarregarem em qualquer logar, serão conduzidos, se fôr possivel, a edificios, em que fiquem bem arrecadados, pagando neste caso os Direitos de armazenagem, e as despezas, que se fizerem com a conducção dos effeitos, e com os mais auxulios, que receberem.

Artigo 38.º Os Arraes, ou Conductores, não poderão demorar-se, nem baldear, nem descarregar, senão nos logares habilitados, e com as formalidades prescriptas, excepto quando o exigir a natureza particular do Rio, e os obstaculos da sua navegação, que faz indispensavel alliviar os barcos para passar certos pontos, e neste caso o Arraes é responsavel pelas fraudes, que se commetterem sem prejuizo das precauções, que para as evitar adoptarem os dous Governos.

Artigo 39.º Os barcos, e effeitos, que pelas causas indicadas se vejam obrigados a voltar atraz, não pagarão nessa viagem novos Direitos de navegação, nem de Porto.

Artigo 40.º As Authoridades d'ambas as margens do Rio auxiliarão os barcos, que por temporaes, ou avarias que possam continuar a sua viagem, pelos meios, e com os recursos, que a humanidade exige, e são conformes com a intima alliança de dous povos irmãos.

Titulo VII

Das penas por infracções deste Regulamento

Artigo 41.º Os que infrigirem as disposições deste Regulamento ficam sujeitos ás penas correccionaes nelle especificadas, as quaes consistem:

Primeiro: na indemnização de perdas, e damnos;

Segundo: em multas;

Terceiro: na suspensão, ou privação do exercicio de navegação;

Quarto: na suspensão, ou destituição do Emprego.

Artigo 42.º A pena por indemnisação de perdas, e damnos será imposta quando estes forem causados pela falta de cumprimento das regras estabelecidas, e especialmente pela infracção dos Artigos 14.º, 19.º, e 20.º deste Regulamento, alem da multa determinada no seguinte Artigo.

Artigo 43.º Aquelles, que se não proverem com a competente Patente de navegação, e os que não apresentarem seus barcos para a matricula, e numeração, e os que obstruirem os caminhos lateraes, e de sirga, ou alagem, e os que não levarem Manifesto na devida forma, e finalmente os que não observarem qualquer das regras estabelecidas pagarão uma multa de mil e seiscentos, e dezesseis mil réis, ou de quarenta, a quatrocentos reales.

Artigo 44.º Aquelles, que defraudarem o pagamento dos Direitos de navegação, passando maliciosamente o sitio, onde deva pagar-se aquelle imposto, desprezando as intimações, que se lhes tiverem feito; e aquelles, em que se encontrar a differença de mais de 5 por cento entre o manifesto, e o pêso da carga, ficarão sujeitos as penas impostas pelas leis fiscaes.

Artigo 45.º O Arraes, ou Conductor, que for condemnado tres vezes por infracções deste Regulamento, será suspenso do exercicio desta occupação por um anno, e, se ainda reincidir, será suspenso para sempre.

Artigo 46.º O recibo das multas se passará no Manifesto com a explicação das causas que as tiverem motivado, e se affixara todos os mezes publicamente nas Casas de arrecadação, e ao lado das Tarifas de Direitos uma lista das exigidas.

Titulo VIII

Dos Juizes, e do modo de proceder nas Causas de Navegação

Artigo 47.º Os Juizes respectivos de primeira Instancia, ou as Authoridades a quem competir em cada um dos dous Reinos, tomarão conhecimento das contravenções deste Regulamento, e da applicação das respectivas penas dos infractores.

Artigo 48.º Cada um dos Estados se reserva a faculdade de registar extraordinariamente os barcos suspeitosos de fraude nos Direitos desta navegação, não se procedendo a isso sem motivo, ou causa legal, debaixo da responsabilidade dos Empregados. Neste caso se procurará que a detenção seja a menor possivel, e que o exame da carga se verifique sem seu detrimento.

Titulo IX

Da execução deste Regulamento

Artigo 49.º Este Regulamento terá força e vigor tres mezes, o mais tardar, depois de approvado pelos dous Governos, que se fará em em um mez, ou antes, se fôr possivel, e não

poderá ser alterado sem o seu mutuo conhecimento, como parte integrante da Convenção de 31 de Agosto de 1835, segundo o artigo 11.º da mesma. Fica com tudo sujeito às disposições dos artigos seguintes.

Artigo 50.º Passados dous annos contados do dia em que se pozer em vigor este Regulamento se reunira precisamente uma Commissão mixta, a qual inteirando-se do cumprimento das precedentes regras, das difficuldades ao executa-las, e das reformas ou melhoramentos de que forem susceptiveis, proponha as alterações que acharem necessarias.

Artigo 51.º Uma Commissão mixta na forma da antecedente se reunirá de certo em certo tempo; mas a sua convocação (que não poderá exceder o intervallo de tres annos) será fixada pelas duas Potencias, a fim de vigiar sobre a execução e melhoramento de tudo o que diz respeito à livre Navegação do Douro.

Lisboa, e sala do Thesouro, em 23 de Maio de 1840. Francisco Joaquim Maya. João Ferreira dos Santos Silva Junior. (e na parte hespanhola assignados) Carlos Brens. Juan Rodrigues Blanco.

N.º 1

Navegação do Douro

Manifesto, que debaixo de sua responsabilidade apresenta o Arraes N.N. do Barco Portuguez n.º 1, de quatrocentos quintaes, como consta da sua patente, e sahe da Fregeneda com destino para a Cidade do Porto, conduzindo a carga seguinte:

N.º dos Conhecimentos	Marcas e numero dos volumes	Qualidade e quantidade dos vol.	Peso em quintais portuguezes	Qualidade do género	Destino	Nome do carregador	Nome do consignatario
1 2 3 4	MC 6 ID 1 a 16 FM 1 a 90 OB 7 a 67	1 Pipa 6 Caixas 90 Sacos 60 Sacas 157	10 quint. 2 arrob. 2 quint. 3 arrob. 100 quint. 250 quint. 363 quint. 1 arrob.	Azeite Sedas Trigo Lãs	Porto ou o que fôr		

Declaro que, conforme os Conhecimentos, a carga, que conduz o meu barco, consta dos generos acima mencionados, e que o seu peso total é de trezentos e sessenta e tres quintaes e uma arroba portuguezes.

Fregeneda, em 15 de Agosto de 1840.

O Arraes N.N., ou a seu pedido por não saber escrever.

Visto

N.N., Agente Consular.

Francisco Joaquim Maya; JoãoFerreira dos Santos Silva Junior; Carlos Brens; Juan Rodriguez Blanco.

N.º 2

Navegação do Douro

Tarifa dos Direitos de transito pelo Douro pelo peso da carga que navegar em toda a extensão, em que ambas as margens pertencem a Portugal, desde o Confluente Agueda até á Cidade do Porto, pagando-se metade em cada uma das duas casas de arrecadação estabelecidas.

Todos os fructos, generos, e effeitos de qualquer natureza que sejam (excepto os abaixo especificados), pagarão, sem attender á sua qualidade, ou valor - por quintal portuguez - oitenta réis.

Toda a qualidade de cereaes e legumes pagarão por quintal portuguez da mesma fórma, quarenta réis.

Os generos seguintes pagarão por quintal portuguez – vinte réis.

Primeiro. Terras e pedras aluminosas.

Segundo. Lenha, carvão, e cinzas.

Terceiro. Gesso, cal, e telha.

Quarto. Louças ordinarias.

Quinto. Carvão de pedra, e vitrato commum.

Sexto. Pedras, e terras vitriolicas.

Septimo. Adubos para as terras.

Oitavo. Hervas de pasto, feno, forragem, e palha.

Nono. Pedras de cosntrucção.

Décimo. Madeira lavrada, e aduellas.

Décimo primeiro. Fructas frescas.

As madeiras em bruto conduzidas em balsas são livres de todo o Direito de transito.

Os cereaes só poderão ser conduzidos ensaccados, embarrilados, ou de qualquer fórma em volumes fechados que contenham numero certo de fanegas, que serão marcadas neste volume, assim como a seu peso, e nunca poderão ser conduzidas a granel.

Os liquidos serão conduzidos em volumes que contenham nymero certo de arrobas, que será marcado, e o seu peso na mesma forma.

Os outros generos só poderão ser conduzidos em volumes fechados, declarando por fora seu pêso, medida, e qualidade. Exceptuam-se destas disposições os generos constantes dos onze Artigos acima, que pagam 20 réis por quintal.

A clausula para serem conduzidos em saccos os cereaes desde hespanha até ao Deposito no Porto, tem sómente por objecto impedir fraude e contrabandos, pois, logo que cheguem a entrar nos Armazens do deposito, poderão despejar-se os saccos, e pôr-se a granel com o fim de serem geneficiados, e impedir a sua detioração.

Francisco Joaquim Maya; João Ferreira dos Santos Silva Junior; Carlos Brens; Juan Rodrigues Blanco.

n.º 3

Navegação do Douro

Tarifa dos Direitos do Porto, ou estada, e ancoragem

Sómente nos Portos habilitados no Rio em que haja Alfandega, os barcos pagarão em cada viagem com carga, ou vasios, a saber:

Os barcos de lotação de cem até trezentos quintaes - quatrocentos réis em Portugal, ou dez reales de vellon em Hespanha.

Os barcos de lotação de trezentos e um quintaes para cima – oitocentos réis em Portugal, ou vinte reales de vellon em Hespanha.

Francisco Joaquim Maya; João Ferreira dos Santos Silva Junior; Carlos Brens; Juan Rodrigues Blanco.Está conforme. Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 22 de Junho de 1840. Antonio Joaquim Gomes de Oliveira.

DISCURSOS PARLAMENTARES

4. DISCURSOS PARLAMENTARES

Lisboa, 10 de Março de 1841 – Discurso do Deputado Francisco Maia contra o Projecto do Banco Agrícola-Comercial, apresentado pela Comissão Especial dos Vinhos a 18 de Julho de 1840, por ser contrário à liberdade de comércio.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de Março de 1841.*

O Senhor Maia: - Senhor Presidente, tem-me surprehendido o calor com que se tem tratado uma questão que exigia a maior tranquilidade de espirito, por isso que ella é de maior transcendencia, e da maior consideração, e talvez maior do que qualquer outra que se tenha apresentado a esta Camara. A maior producção agricola do nosso Paiz é sem dúvida o vinho; e ella póde ser ainda maior no Douro, e mais Provincias do Reino, se lhe procurarmos consumo nos Paizes estrangeiros.

Senhor Presidente, eu sento-me nesta Camara na qualidade de Deputado pelo Porto, mas tambem tive a honra de ser eleito Senador Substituto por Villa Real, isto é, pelo Districto em que se acha o Paiz que se chama o Alto Douro; esta eleição me impõe a obrigação de advogar quanto em mim me impõe a obrigação de advogar quanto em mim couber os interesses daquella Provincia, sem comtudo offender os interesses das outras Provincias. Em consequencia pois desta obrigação, e dos interesses locaes daquelle Paiz é que eu rejeito o Projecto em discussão na sua generalidade, e na sua especialidade, porque eu entendo que com elle em logar de se beneficiar no Douro, vai destruir-se inteiramente a agricultura dos vinhos daquelle Paiz.

Senhor presidente, eu não cançarei a Camara com historias, nem me importará muito com o que se passou em 1680, ou em 1756, tratarei do anno de 1841 em que nos achamos, porque não entendo que seja conveniente estabelecer hoje em Portugal uma instituição que foi boa em 1756 (se é que o foi) quando aEuropa tida, todos os Estados commerciaes tem alterado essencialmente as suas relações economicas, politicas, e industriaes, quando novos principios estão regulando todos os Estados, quando a nossa propria Monarchia soffreu alterações consideraveis, quando se perdeu uma parte importante della, e quando temos jazido na miseria, pelos erros dos Governos que então nos dirigiam. Não é em Portugal, Senhor Presidente, que nós devemos estudar esta questão, é fôra do Paiz.

Senhor Presidente, eu devo apresentar aqui as razões, ou as causas que produsiram a estagnação dos nossos vinhos, e a depreciação do seu preço.

Eu creio que ninguem se persuadirá que o possuidor de uma fazenda, ou de um genero qualquer lhe possa taxar o preço, ou dizer que tal e tal quantia lhe hade resultar delle; pois isso depende absolutamente da concorrencia que elle encontrar de outros similhantes no mercado a

que o mandar, da sua maior ou menor abundancia, dos interesses dos negociantes, dos gostos dos consumidores etc., e muitas outras circunstancias; e são estas que marcam, e abatem ou levantam os preços: porque os generos que n'uma época tem muitos consumidores, e n'outra ninguém os quer, hão de forçosamente soffrer as alterações de preços, a que nenhum poder obstará. Eu demonstrarei que erros commettidos pela antiga Companhia concorreram para a perda de alguns mercados dos nossos Vinhos, e que dous erros de Administração da Fazenda commettidos depois da restauração do Throno da Senhora Dona Maria 2.ª concorreram tambem, e muito para o estado em que nos achâmos; demonstrarei mais que o estado actual em que nos achâmos provém de muitas causas, mas não por causa da extincção da Companhia que nada influio, nem podia infuir sôbre o estado dos mercados dos Vinhos, nem sôbre a producção das Vinhas no nosso Paiz. A Companhia do Alto Douro, existio até ao anno de 1834 em que foi extincta, gosava de privilegios e exclusivos, e um delles era o de exportar ella só para o Brazil os Vinhos produzidos no Alto Douro: todos sabem que este exclusivo durou até ao anno de 1820, e qua a Companhia que tinha a seu cargo o vigiar a agricultura dos Vinhos do Alto Douro, e que por conseguinte devia promover a sua extracção, mas ella pello contrario não só conservou este exclusivo até ao anno de 1820, mas conservou-o sem diminuir o preço de 150 mil réis, o que fez com que os Vinhos dos outros Paizes ali fossem mandados, e os Brazileiros se acostumassem ao seu gosto; pois sendo muito baratos, eram preferidos aos nossos Vinhos, não pela qualidade, mas pela barateza, que não tinha comparação com o preço do exclusivo: e por isso foram quasi excluidos d'aquelle principal mercado os Vinhos chamados de segunda qualidade.

É esta uma das causas que nos conduzio ao estado em que nos achâmos. – A Companhia pareceu ignorar o facto estrondoso da retirada de Sua Magestade o Senhor D. João 6.º; e da abertura dos portos do Brazil ao Commercio extrangeiro: pois nada alterou na sua marcha deste seu exclusivo; e o governo tambem nada providenciou a seu respeito, como lhe cumpria; apesar de verem a grande quantidade de Vinhos extrangeiros que continuamente entravam no Rio de Janeiro. – Um juiso severo não deixaria de condemnar criminosa esta falta de alteração em negocio tão importante; mas ella nasceu unicamente do desleixo e desmazelo, sempre inherentes a Companhias priviligiadas, que tendo lucros certos, e grandes se esquecem, ou pouco lhes importa os prejuisos ou embaraços que os outros soffrem.

Passemos a outra cousa. O mercado de Inglaterra? Senhor Presidente, este paiz esteve muito tempo consummindo os nossos Vinhos com preferencia aos outros; mas isto foi em quanto ali predominava o gosto delles, em quanto existio um Tractado que nos dava favor nos direitos, e em quanto as nossas relações eram mais estreitas com a Grã Bretanna, especialmente em quanto subsistio o Tractado de 1703 denominado – o Tractado de Methuen – então foi favorecido este nosso genero, e porque ali ainda não concorriam em abundancia os

Vinhos de outros paizes, que hoje estão competindo comnosco naquelle mercado – mas o tempo que altera todas as cousas, convenceu as Nações que deviam largar as lanças e as espadas, e cuidar das verdadeiras fontes de riqueza e força das Nações; o que todas tem reconhecido; e por isso tem procurado augmentar as producções da sua Agricultura, e proteger o Commercio, que é quem dá valôr ás ditas producções. E as que tinham a producção de Vinhos, trataram de os introduzir naquelle mercado, e effectivamente os introduziram.

No anno de 1825 em Inglaterra, aonde se sabe o que é economia politica e Administração da Fazenda, não duvidaram igualar os direitos de consumo a todos os Vinhos Estrangeiros, e de os diminuir; e em consequencia disso concorreram aos mercados Inglezes, os vinhos Francezes, os vinhos Catalães, os vinhos de Xerêz etc., os quaes pela sua novidade, ou pelo gôsto que incutiram naquelle mercado fizeram com que de 10 mil pipas de vinho Hespanhol que se importaram no anno de 1824 subissem a 39 mil pipas em 1840 pouco mais ou menos: Ora está visto que um mercado em que entra um genero novo tal como este, infalivelmente há de sahir outro, porque não póde consumir-se tanto; e é isso o que succedeu aos nossos vinhos.

Ainda farei outra observação importante; e que é um facto, e consequencia do que acabo de dizer, - Antes desta grande concorrencia dos vinhos Estrangeiros em Inglaterra, a exportação dos vinhos do Porto era sómente de vinhos superiores e preços caros: mas agora se exportassemos sómente estes vinhos superiores, a exportação pouco excederia a uma terça parte da actual; porque as duas terças partes são de vinhos baratos: para que as misuras que em Londres se fazem dos vinhos do Porto superiores com os vinhos ordinarios, se façam antes com estes vinhos nossos, do que com os Estrangeiros – Ninguém ignora que estas misturas se fazem continuamente:e que em Londres se vende muito vinho debaixo do nome de vinho do Porto, por esta mistura que delle fazem com outros vinhos. É pois necesario não embaraçar a exportação dos vinhos mais ordinarios, e mais baratos.

Além deste mercado inglez, havia tambem o da Russia, com quem nós tinhamos um Tractado feito no reinado de D. maria 1.ª no anno de 1780 em que se concedia o privilegio de pagarmos uma 4.ª parte dos direitos pelos nossos vinhos, dos que pagavam as outras Nações Estrangeiras, Tractado que ao menos deve ser lido por aquelles que tratam similhantes materias: então havia exportação para aquelle paiz que cessou inteiramente. – Ainda no anno de 1814 foram exportadas para S. Petersburgo mais de 1400 pipas de vinho, e conduzidas em Navios Portuguezes: e há dous annos querendo mandar duas pipas, fui obrigado a carrega-las para Hamburgo, para dali serem re-exportadas para S. Petersburgo: por não haver Navio que fosse para ali directamente.

Temos pois que as nossas exportações diminuiram pelas causas que acabo de ennunciar, e por tanto devemos procurar remedio a este mal, o que só se conseguirá provendo-

se a exportação dos vinhos do Douro por todos os meios ao nosso alcance: único meio efficaz de proteger directamente a Agricultura e Commercio dos Vinhos. Compararei agora o estado actual com o estado anterior do Commercio dos vinhos do Porto: de que a exportação em algumas épocas não foi melhor do que tem sido ultimamente: pois forçosamente ella há de variar sempre, que as circumstancias variem: e é certo que nos annos em que a exportação era mais pequena, ou maior, era isso effeito de não encontrarmos ou de encontrarmos compradores, ou consumidores nos mercados Estrangeiros aos nossos vinhos, segundo a abundancia ou escassez, que delles havia, o que tambem influia essencialmente no seu preço.

Senhor presidente, eu hei de mostrar com a maior evidencia quaes as causas que nos conduziram ao estado em que nos achamos, para que a Camara as tome na devida consideração que merecem, e á vista dellas resolver na sua sabedoria, o que convier: mas nunca adoptando as providencias apresentadas neste Projecto, que bem longe de aproveitar no douro o prejudicará. Não me admira, Senhor presidente, que a exportação dos vinhos do porto esteja reduzida agora a 28, 30 e 32 mil pipas, porque isso tambem acconteceu no tempo da extincta Companhia, a qual estando com todo o seu poder, e com as attribuições que tinha, e com a protecção decidida do Governo, não póde nunca dar remedio a essas differenças de exportações, que no anno de 1817, e creio que neste anno ainda não havia commoções politicas, a exportação nesse anno foi 21 910 pipas, e em 1813 até 1819 não foi maior de 19 mil e tantas pipas; e o termo médio não excedeu de 22 000 pipas.

Tenho por tanto demonstrado que não é a existencia de Bancos, nem Companhias, que podem remediar este mal; porque só nos mercados, é que se estabelecem os preços dos Vinhos, e as preferencias das suas qualidades, segundo os differentes gostos, que tambem variam; e só procurando ou promovendo o consumo n'esses mercados é que se póde conseguir o augmento da exportação dos Vinhos, e o melhoramento dos seus preços. Por tanto querer estabelecer um preço fixo ao genero fóra do mercado, é uma cousa tão absurda que não merece que gastemos tempo com isso: o exemplo está á vista – dizem os do Alto Douro – nós estamos em um estado tão desgraçado, que não temos quem queira comprar os nossos Vinhos – e tem muita rasão de assim se expressarem, e qual é o motivo? O motivo é o não poderem concorrer com os outros vinhos nesses mercados, já porque em alguns o gosto variou pelo apparecimento de outros Vinhos, já por que estes são mais baratos do que os nossos, do que resultou o extraordinario deposito de mais de 120 000 pipas de Vinho do Douro, nos armazens do Porto, que valem mais de nove mil contos de réis; o qual não tem sido possivel diminuir, apesar das maiores diligencias, que para isso têm feito os Negociantes, a quem custa soffrer tão grandes empates, e que não poupam diligencia alguma para se desfacerem de um genero, cujo preço, ou custo augmenta consideravelmente pelo menos dez por cento, em desfalques, despezas e juros do capital empregado. Á vista da estagnação em que se acha este ramo do Commercio, e da pouca

esperança de um prompto melhoramento, muitos negociantes já tem julgado melhor para os seus interesses, sacrificarem-se a algum prejuizo, do que conservar por mais tempo empatado o seu negocio: e até se tem resolvido fazer exportações, e carregações forçadas para fóra do Paiz, em que sóffrem graves perdas. Pois, apesar dos preços baixos porque os negociantes offerecem os seus Vinhos aos Estrangeiros, estes não tem alli sahida nem consumo, como há quem diga, que com este projecto se hão de levantar os preços, e que o comprador se há de sujeitar a elles? Isto é um absurdo incomprehensivel. Como acreditar que não podendo os Vinhos do Douro competir com os outros Vinhos, pelos baixos preços actuaes, elles hão de achar maior consumo sendo mais, como necessariamente hão de ser, se adoptasse a providencia proposta? Quem acreditará que uma Companhia, e privilegiada há de fazer, ou possa fazer mais do que os Negociantes, que tem mais interesse immediato do que os Directores dessas Companhias? Não é tanto o remedio a creação de bancos ou Companhias; nem a extincção da que existe foi causa da crise em que nos achamos. Houveram outras para além das que já expuz, que embaraçarão a exportação dos nossos Vinhos; que haviam de affectar a sua agricultura: e estas foram algumas providencias erradas, adoptadas e decretadas por alguns Ministerios, e que produziram desastrosos resultados. Não é aqui o logar de censurar e analysar essas providencias, e por isso fallarei sómente do effeito que produziram. Uma destas medidas, e que mais prejudicou o Commercio e agricultura dos Vinhos do Douro, e mesmo á Navegação Nacional, foi a imposição do direito de sahida de doze mil réis em pipa exportada pela Foz do Douro, pelo Decreto de 30 de Maio de 1834, indistintamente a todos os Vinhos; e para qualquer parte que fossem exportados. Com este direito pois de doze mil réis não era possivel exportar Vinhos para a América do Norte, nem para o Brasil, e outros Estados da America do Sul; do que resultou a diminuição da exportação para estes destinos, e especialmente para o Brasil; ora se nós tivessemos tido a fortuna de que se não tivesse estabelecido aquelle direito, que equivaleu a uma prohibição de sahida de um genero que nos superabunda e cresce, era possivel e quasi certo, que desde 1834 até 1838 em que foi abolido este direito, se tivesse exportado mais 10 000 pipas em cada anno, o que montaria a quarenta mil pipas, e estas abatidas do deposito existente no Porto, ficaria redusido ao deposito ordinario e necessario; pois já em outros tempos elle foi de mais de 80 mil pipas em alguns annos.

Senhor Presidente, logo que se abolio aquelle direito cresceu a exportação para todas as partes aonde consummião os Vinhos mais ordinarios; e a do Brasil subiu no anno de 1838 a 7151 pipas, que nos annos antecedentes regulou por menos de 2000 pipas: o que demonstra a toda a luz, quão fatal foi similhante Decreto; de que o Ministro d'então esperava tirar alguns recursos para o Thesouro; que não tirou; e pelo contrario prejudicou aquelle importante ramo

da nossa Agricultura e Commercio; pois não houve exportação, e por consequencia não podião haver direitos.

Seguiu-se a desintelligencia entre o Governo do Rio de janeiro, e o nosso, e pelo augmento dos direitos de entrada dos Vinhos no Brasil tornou a diminuir a exportação dos nossos para alli: e muito conviria que se fizesse alguma Convenção Commercial com aquelle Imperio para obter algum favor a este respeito. Outro erro da Administração foi op Decreto e Regulamento de 8 de Maio de 1837, e os prejudicialissimos e iniquos Decretos de 2 e 30 de Novembro, e Portaria de 7 de Dezembro de 1836, que pelas suas desacertadas disposições causaram grandes sustos e terrores sÔbre o mais importante Commercio da Praça do Porto. Quem já mais pensaria que havia de existir um Governo, que exigisse o pagamento do direito do consumo de todo o Vinho existente nos armazens do Porto, e destinado para exportação, e isso repentinamente? Como se podesse exigir tal pagament, com o pretexto de ser encontrado nos direitos de exportação de que grande quantidade d'aquelles Vinhos era isemptos pelos Paizes a que era destinado: e tres quartas partes do outro, se não exportava no anno seguinte! Esta violencia não foi a effeito, porque os negociantes do Porto, conscienciosos da sua justiça não duvidaram oppor resistencia legal; e fizeram declarar ao Administrador da Alfandega, que estavão dispostos a não cumprir tal exigencia. Mas o golpe estava dado; e em cinco mezes não se fez transacção alguma sôbre os Vinhos, tudo ficou parado, e receoso de outras similhantes exigencias: e isto nos mezes em que mais vendas se faziam no Porto, e na proximidade do tempo das compras no Douro.

Além do que acabo de expôr, ainda observarei que as outras providencias condas nos ditos Decretos, parecem dictadas por quem não entendia do objecto que tratava, pois em logar, e querendo protegello, o prejudicou. – Fallo da preferencia que deu a navios Portuguezes e estrangeiros que conduzissem os nossos vinhos -; a exigencia de certificados de descarga nos portos a que eram destinados; e de classificação de Paizes que nos concedessem favores reciprocos, etc., etc.; como se nos importasse ou devesse importar, que os vinhos fossem consumidos por amigos ou inimigos, com tanto, que nos pagassem o seu valor; e que a única cousa que deviamos procurar era a sua exportação, quer fosse em vasos nossos, ou estrangeiros; e para qualquer Paiz que fosse; pis é um genero que como disse nos cresce, e o seu producto é um dos melhores lucros, que a Nação pode ter. – Sôbre os regulamentos fiscaes, e sôbre as penas desproporcionadas, e talvez injustas pellas suas transgressões, nada mais direi, senão que elles sómente serviram para oprimir aos Negociantes e lavradores de boa fé, e augmentar os embaraços e as despezas, quando se deve promover a sua maior facilidade, e liberdade; e que por isso é necessario revellos, e emendalos em grande parte, o que muito recommendo ao Governo faça quanto antes.

Citou-se, Senhor Presidente, a conservação da qualidade dos vinhos do Douro, e disse-se que para isso era necessaria uma Companhia, e eu entendo que não há necessidade alguma d'ella para este fim; e hoje era de grave prejuizo para o Commercio, e Agricultura dos vinhos do Douro, se seguissemos nesta parte o que se acha ordenado na creação da extincta Companhia, a respeito das qualidades que se exigiam que os vinhos tivessem para poderem ser approvados em primeira qualidade: e para isto servirá de incontestavel demonstração e argumento o que aconteceu no anno de 1824, em que a Junta da Companhia d'aquelle tempo consultou o Governo, pedindo que fosse permittida a troca de vinhos de 2.ª qualidade pelos da 1.ª qualidade; e os vinhos velhos pelos vinhos novos, o que se fazia necesario pela differença de gosto, que no anno antecedente se tinha manifestado em Inglaterra; e que era forçoso seguir o gosto dos consumidores; e assim foi resolvido, e continuou a praticar-se nos annos seguintes pelo mesmo motivo; e porque se separava para o mercado de Inglaterra uma parte quantitativa de produção do Douro. Está visto que pela mesma Companhia e no tempo do Governo absoluto se entendeu, o que interessava ao paiz; e que o vinho se devia preparar á vontade do consumidor. – A idéa de conservar a genuina qualidade do vinho do douro está no mesmo vinho, e todo o mais é fantazia. – Se senão adoptasse o principio d'aquella consulta e teimassemos em mandar o vinho contra o gosto dos consumidores, talvez teria sido inteiramente excluido do mercado de Londres os nossos vinhos. Desistamos pois de principios abstractos, sigamos os factos e a experiencia; e quando nos pedirem vinhos velhos e seccos, mandemos vinhos novos e doces; e se vinhos novos com muita côr, mandemos vinhos conformes a esses pedidos: e assim teremos consumidores em todos os mercadores. – Alguem parece suppôr que nenhum outro Paiz produz vinho senão Portugal, ou quer dar a este qualidades especiaes e singulares: e eu concedo que as tem, e mesmo sei que as tem. Mas os factos demonstram que os vinhos dos outros Paizes tambem tem qualidades que lhe são proprias e que os nossos tem: do que se segue, que conforme os differentes gostos e habitos dos diversos povos, assim são proferidos uns ou outros vinhos. Que direi sôbre a concessão de um exclusivo, ou de um tal qual privilegio, que produz um lucro a esse Banco ou Companhia, que se pertende estabelecer? Senhor Presidente, d'onde há de sahir este lucro? D'onde hão de sahir as despezas da administração desse estabelecimento e suas dependencias? Hão de sahir do Commercio, ou da Agricultura dos vinhos; e qual é o resultado? O augmento do preço ou custo dos vinhos; o que equivale a um direito de sahida, que ninguem de certo se lembra de impôr, pois pelo contrario todos querem abolir os existentes. O exclusivo para uma porção de Agoardente, produz o resultado que acabo de enunciar, porque há de ser mais cara, do que se poderá comprar livremente, e este excesso de custo, augmenta o preço do vinho na proporção da quantidade, que se gastar no seu preparo: e por consequencia há um preço artificialmente

mais caro, que o prejudica, porque obsta a sua exportação, porque quanto mais caro é qualquer genero menos consumo tem.

Rectificarei algumas asserções que avanço u Senhor Deputado que fallou em penultimo logar; inexactidões as quaes não deixará de reconhecer, pois que as não disse como suas, mas que as tinha recebido de pessoas,que o informaram a esse respeito. – Disse que cada pipa de vinho consome cinco almudes no seu almude e beneficio, e para se conhecer que não é assim, basta saber, que cinco almudes é quasi uma quarta parte de uma pipa, e que se em uma pipa se lançasse esta quantidade ninguem poderia beber tal vinho; ao menos como vinho. Mas o que é verdade é, que o vinho mais Agoardentado, do mais superior, não consome mais de tres almudes, e a maior parte do que se exporta para o Brasil não gasta mais de dous almudes. – O Decreto de novembro de 1836 quando legislou ou quiz legislar sôbre objecto similhante, calculou dous almudes para o vinho de primeira qualidade, e um almude para o vinho de segunda qualidade. Parece-me que o Senhor Deputado se confundiu com a factura da jeropiga, na qual não só se lançam cinco almudes d'Agoardente, mas anda por sette almudes por pipa no lagar. Tambem fallou o Senhor Deputado em monopolio dos Negociantes: e leu uma definição de monopolio que o não é. – Isto parece-me incrivel que se diga nesta Camera, e no anno de 1841! – é uma idéa imaginaria, e impossivel de se comprehender. – Como é possivel que mais de 100 Negociantes de vinhos, se possam conloiar (e não monopolisar, que é expressão impropria), para o fim que o Senhor Deputado suppoz? – Os Negociantes combatem, e não se conloiam, todos querem comprar por menos, e vender por mais: e os factos o demonstram. Porque motivo é tão desigual a condição dos negociantes possuidores do Vinho do Porto? Porque perdem mais uns do que outros? Por que se acham uns mais embaraçados em diminuir os seus depositos do que outros? Será por effeito de monopolio ou conloio; ou por effeito das differentes bazes em que cada um calculou as suas compras, e as suas especulações? Monopolios são unicamente aquelles que a Lei estabelece e sustenta: como o do Tabaco e Sabão; e como eram os exclusivos que gosava a extincta Companhia.

Tudo mais não é monopolio, e quem assim o não entende, não entende as cousas em que falla. Contarei para corroborar o que digo, o que se passou com a presente novidade de 1840. Pareceu que esta novidade havia de ser boa, porque o tempo lhe correu favoravel, e em consequencia algumas Casas de Commercio maiores, querendo ter vinho genuino, sem lhe importar existencia de Companhias, nem provas, resolveram-se a comprar as Uvas ainda nas vinhas para serem vindimadas por sua conta, e debaixo da sua inspecção, e assim o effectuaram, dando preços altos. Chegou o tempo da vindima, e continuou a acreditar-se que a novidade era de superior qualidade, como na realidade é; e então correram ao Douro mais Negociantes para comprarem as Adegas de melhor fama, ou que se fazem melhores, e isto para acreditarem os seus Armazens com essas compras, pois tambem isso é necessario no

Commercio, porque a opinião é que rege tudo, e tambem estes deram grandes preços, mas desiguaes; e segundo cada um entendeu á vista das qualidades, e do que precisavão. Todas estas compras subiram a vinte e cinco mil pipas, mas a novidade é de mais de cincoenta mil pipas, e que fazer do resto? Há de vender-se, e já se terá vendido talvez mais de dez mil pipas, é verdade que por preços menores, porque não há poder que possa destruir a natureza das cousas; e é o resultado da abundancia do genero, e do grande deposito do Porto; e agora há de comprar-se talvez igual quantidade de Vinho por menos trez por cento do que no principio se comprou. Mas como remediar isto? Poderá uma Companhia comprar os que os negociantes não podem? Aonde está aqui o monopolio? Não se viu pela concorrencia livre entre os negociantes, e Lavradores? Se houvesse conloio, ou monopolio, não compratiam todos pelo mesmo preço, ou não esperariam todos por esta especie de barateio, que constitue tão grande differença nas compras de uns e outros? Ora pois sejamos francos, e fallemos a verdade aos Povos, que representamos. Nem a causa da decadencia do Commercio, e Agricultura dos Vinhos do Douro procedeu da extincção da Companhia, nem é o estabelecimento de similhantes Corporações, e menos com exclusivos.

Supponhamos que se creava esse estabelecimento, a que se désse o titulo pomposo de protector da Agricultura, e Commercio dos Vinhos; vejamos que meios elle pode empregar para fazer sahir os Vinhos do Douro da situação em que se acham; diz o Projecto: que esse estabelecimento será o obrigado a comprar até tal quantidade de Vinho por tal preço; para que? Para o consumir no Paiz? Não póde ser. Para o levar aos mercados Estrangeiros? Mas se os Lavradores vendendo os seus Vinhos por um preço tão desgraçado aos Negociantes, estes não podem concorrer nos mercados Estrangeiros, como é que essa Corporação ha há manda-los lá? Isto são argumentos de experiencia, e não de theorias, são argumentos de factos. (Apoiados) Eu tenho estudado esta materia há muitos annos; tenho um interesse particular em promover a prosperidade dos Povos das Provincias do Norte, e declaro que ainda não tenho achado o meio; porque o meu desideratum é este – promover a maior quantidade d'exportação dos nossos productos, de que o principal é o Vinho.

Muitas vezes, no tempo da extincta Companhia, houve falta d'Agua-ardente, e muitas vezes o seu preço foi excessivo, e influiu essencialmente na carestia do vinho, que com ella se preparava; em umitos annos o seu preço excedeu os duzentos mil réis a pipa, quando, se ella atendesse aos seus interesses, e aos da lavoura, teria sempre um grande deposito de boa qualidade e barata, pois que gozava de um exclusivo forte, que lhe garantia compradores ao preço que ella estipulasse: mas o desleixo e o desmazello anda sempre inherente a Companhias e Privilegios.

Foi no anno de 1818, se bem me lembro, que se verificou o maior dos contrabandos, permitta-se-me a expressão, feito por essa Companhia do Alto Douro, quando mandou vir de

Paizes estrangeiros quatro mil pipas d'Agua-ardente, que medindo pelo Areometro de Tassa mais de quatorze gráos, equivaleram a mais de 50 mil pipas de vinho. Esta introducção, que devia ter-se evitado, causou effeitos desastrosos, e deu logar a transacções menos decorosas; e a tal ponto, que o Governo, então no Rio de Janeiro, as desapprovou, ordenando que a Companhia pagasse 50 000 de direitos em pipa.

Depois que se aboliu o exclusivo, que tanto prejuiso causou á riqueza nacional, e particularmente das Provincias, tem sempre havido agua-ardente nacional sufficiente para o preparo dos vinhos, e de boa qualidade; tem-se approveitado na destilação todos os vinhos ordinarios, sem se perderem, como acontecia no tempo do exclusivo: e pela introducção das novas maquinas, pela de innumeraveis Fabricas de destilação por todo o Reino, se tem augmentado muito a plantação de mais vinhas; e este novo ramo de industria tem crescido, e em breve tempo será um dos mais consideraveis, e de maior interesse para o Paiz; vindo a fazer-se exportação de agoa-ardente, de que cada pipa igualará a 3 pipas de vinho. (apoiados)

Promovendo-se pois este ramo d'industria, a destilação dos vinhos em agua-ardente; aliviando-a de todos os embaraços, e construindo as estradas para facilitar o seu transito, será o meio mais efficaz de evitar esse contrabando, contra o qual tanto se grita; e que sempre há de haver, se o preço corrente fôr tão alto que offereça um grande lucro ao contrabandista, pois é na proporção desse lucro, ou dessa margem de lucro, que existe ou augmenta o contrabando. – Mas como o progresso que vai tendo a destilação em todas as Provincias, a agua-ardente terá um preço regular e barato, que não offereça aquella margem ao contrabando, a que ninguem se arrisca, sem esperar um grande lucro; e este não o podem obter em quanto a nossa agoa-ardente não vale mais de 80$000 réis: e ninguem duvida de que por este preço se póde fabricar em qualquer Provincia, e em alguns annos, mesmo no Douro. Mas se ella subir a 120$000 réis, o contrabando é inevitavel.

O contrabando sempre o houve nos tempos antigos, em que as Leis comminavam penas mais fortes, e eram executadas: e por esta razão o contrabando do tabaco fez-se effectivamente sempre, apezar de muito se fiscalisar; e porque? Porque por um ganhava-se oito. Ora todas estas munhas asserções e facto que tenho referido, tendem a mostrar, que não é pelo estabelecimento d'uma Corporação qualquer, e muito particularmente por esta que estabelece o Projecto, que se podem remediar os males dos Lavradores do Douro; são outras as medidas e providencias que se devem adoptar, e eu ainda não pude fixar sôbre ellas as minhas idéas, apezar de ter colhido o maior numero de dados estatisticos, que é possivel, tanto dentro como fóra do Paiz. Não é por medidas restrictivas ou de monopolio, que a exportação dos nossos vinhos há de augmentar; porque já no tempo da existencia da Companhia elle não podia obstar á diminuição continuada dessa exportação; porque de 54 mil pipas, 42 mil, e 46 mil, veio 18

mil, 21, e 22 mil. Tambem a Companhia não approvava só os vinhos de boa qualidade; todos sabem que ella approvava vinho mau, e rejeitava vinho bom; (apoiados).

Todos sabem que a Companhia, era não a protectora da agricultura do Alto Douro; mas sim a protectora de certos Lavradores do Alto Douro; porque aprovava como bons só os vinhos d'aquelles Lavradores, que lhe parecia. Não procede o argumento do illustre Deputado que acabou de fallar, a respeito do preço das novidades, porque as novidades tem differentes preços conforme a sua qualidade; as novidades de 1837, 1838, e 1839 não tiveram comprador, porque são reputadas más. Este Projecto por tanto além de nocivo ao mesmo alto Douro a quem se quer proteger, e a quem eu desejo muito proteger, é nocivo à riqueza das outras Provincias. – Se se provasse que o sacrificio das outras Provincias era menor que o beneficio, que se suppõem fazer ao alto Douro, de certo nenhum Membro desta Camara deixaria de votar por elle; (apoiados) mas além destas duas qualidades, que tem o projecto, elle é de mais a mais inexequivel; decreta-se n'este Projecto – que se formará uma Companhia, que deve entrar com tal e tal capital, debaixo de taes e taes condições, etc. – este caminho é o contrario daquelle que se costuma seguir; as Associações formão-se e depois é que se pedem ao Governo, que approve os seus estatutos. Eu Senhor Presidente, tive a honra de fazer uns poucos d'Estabelecimentos no momento em que se desenvolvia o espirito d'Associação; quasi todos elles estão em terra, mesmo os de melhores esperanças, e os que promettião grandes lucros; outro tanto acconteceria a esta Associação se por ventura ella se chegasse a crear: onde há de a Companhia ir buscar os capitaes necessarios para realisar os fins que aqui se tem em vista? Eu já disse que se ella comprasse a novidade d'um anno com o capital, que podesse juntar, não poderia comprar a novidade do anno seguinte, porque a do anterior se há de amontoar nos armazens da Companhia como agora se amontôa nos armazens dos Negociantes: além disto o Projecto tem concessões inexequiveis; quer-se conceder á Companhia o privilegio, que está concedido ao Banco de Lisboa, das suas notas serem recebidas nas Repartições do Estado; não é possivel que só por esta providencia estas notas possão ter credito, porque ninguém será capaz de persuadir a alguem, que tome uma nota que não pode realizar immediatamente a dinheiro de contado; essas notas são emittidas pelo Estabelecimento, para comprar vinhos, e não há de dar pipas de vinho em troca dessas notas. Demais como salvar a Companhia a desigualdade em que fica com os Negociantes? A Companhia é obrigada a comprar em todas as novidades boas ou más o restante dos vinhos, por um preço fixo; ora é evidente que quando as novidades forem más os negociantes não comprão, e esperão pelas novidades, que de ordinario são abundantes; e então comprão destas pelos preços que se convencionarem, das quaes a Companhia não poderá comprar senão em concorrencia com elles, e o que se segue é que a Companhia há de ter sempre vinhos maos; porque os bons serão comprados pelos Negociantes.

Em fim repito, este projecto, é uma verdadeira Fantasia.

Não é por tanto o estabelecimento d'uma Companhia que há de evitar os males que soffrem os Lavradores do Alto Douro; o meio é augmentar o mais possivel a exportação dos seus vinhos, e para esse fim são outras as medidas que se devem adoptar; algumas dellas já mereceram a approvação desta Camara: o tractado com os Estados – Unidos espero que produza alguma vantagem para este ramo; muito era para desejar que se estabelecessem negociações com o Brazil, apezar do que aqui se disse, eu não desespero que se possa vir a fazer um Tractado com aquelle Imperio, - porque eu tenho a convicção de que é o Brazil o grande consumidor dos nossos vinhos. – Muito mais poderia dizer; mas creio mais que sufficiente o que tenho dito, e não quero fatigar a Camara, que me tem prestado tanta attenção:

Concluo votando contra o projecto por nocivo e prejudicial á Agricultura dos vinhos do Douro; e oposto ao fim para que se pertendia Legislar; porque era injusto e offensivo ás mais Provincias do Reino, porque era inexequivel, e porque continha artigos essenciaes, que se não podiam conceder. Espero que a Camara tambem o rejeitará pelos mesmos motivos: mas se o approvar, eu não serei responsavel pelas suas consequencias.

∴

Lisboa, 10 de Março de 1841 – Discurso do Deputado Gomes de Castro favorável ao projecto do Banco Agrícola-Comercial, apresentado pela Comissão especial dos Vinhos a 18 de Julho de 1842.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de Março de 1841.*

O Senhor Gomes de Carvalho: - Senhor Presidente, principiarei por declarar franca, e sinceramente, que sou perfeitamente leigo na materia em discussão, pois que não possuo os conhecimentos Commerciaes, e de Economia Politica, que é mister, para de la fallar com dignidade: com tudo, como tenho a honra de ser Membro da Commissão especial de Vinhos, e a questão, como diz o Relatorio, que procede ao Projecto, é de vida ou de morte para o Paiz, não posso, nem mesmo devo, emittir o meu voto silencioso, e abordarei com lealdade a grave questão, que se agita, a qual se reduz a saber - se deve, ou não, haver um Banco regulador do Commercio dos Vinhos do Douro. Senhor Presidente, qualquer que fosse o uso do Vinho de Portuigal na Inglaterra, e a sua exportação para este Paiz nos annos anteriores a 1702, passa com tudo como certo, que só no principio do Século 18 (em 1703) no Reinado da Rainha Anna, tempo em que se fez o Tractado de Methuen,pelo qual se diminuiu a terça parte dos direitos dos nossos Vinhos em relação aos de Hespanha, começaram a pedir-se para Inglaterra os Vinhos do Douro, e é desta épocha, que podemos datar o uso do Vinho do Porto na Inglaterra,

encorporando-se de seu livre arbitrio os Feitores Inglezes existentes no Porto, e fazendo o Commercio dos Vinhos sôbre certas regras. Ao principio foi a sua exportação de cinco mil pipas sómente, e sendo o seu preço em 1701 de 2 libras, e 15 P., isto é 10$000 réis cada pipa (segundo o cambio desse tempo) elle foi augmentando progressivamente, por maneira que em 1731 já se vendeu a 13 libras ou 48$000 réis, e em 1753 a 17 libras ou 61$200, sendo a exportação desse anno de 1753 de 21 107 pipas. Chegou porém o mez de Setembro de 1754; e porque estava, para se principiar a vindima de uma colheita abundante, conloiaram-se os Feitores Inglezes estabelecidos no Porto, para crucificarem os Lavradores, e escreveram aos seus Commissaris do Douro uma especie de circular, dizendo-lhes, que em consequencia da decadencia da reputação dos Vinhos do Douro na Inglaterra, por ser este todo contrafeito com estranhas confeições, estavam resolvidos a não o comprar, e até mesmo nem teriam o trabalho de lhos ir provar, porque reputado venenoso na Inglaterra, o seu consumo, e conseguintemente a sua exportação tinha diminuido de mais de uma terça parte. A carta circular tão dictatoria, e insultante dos Feitores inglezes, responderam os Commissarios no Douro de uma maneira digna delles, dizendo-lhes no mesmo Setembro de 1754, que o deploravel estado, a que se tinha reduzido o negocio dos Vinhos do Douro sensibilizava os Lavradores tanto mais, quanto vai da compaixão alheia ao padecimento proprio, e que essas confeições, e misturas a elles mesmos eram imputaveis, e não aos Lavradores, que as ignoravam. Apesar disto porém os feitores Inglezes levaram a effeito suas ameaças, e diabolico intento, como lhes era muito facil, por serem Senhores deste principal ramo do Commercio, e o Vinho, que ainda em 1753 se vendeu por 17 libras (61$200 réis) a pipa, se achava anniquilado pela preponderancia da Feitoria Ingleza, e passou a vender-se em 1754 e 1755 por 2 ou 3 libras ou dez mil réis. Neste estado pois de abatimento do nosso mais valioso producto agricola, era mister acudir com prompto remedio a tamanho mal, criando um Poder, que neutralizasse o da Feitoria Ingleza, e uma força, que restabelece-se o Commercio dos Vinhos, e eis-me aqui naturalmente cahido na epocha da instituição da Companhia, cujo restabelecimento é o objecto do presente projecto de lei, o qual com justa razão occupa hoje a attenção desta Camara. E na verdade os clamores dos Lavradores chegaram até ao Throno por meio de uma Deputação, que representou ao Ministro as desgraçadas circumnstancias, a que se viam reduzidos, por não se venderem os Vinhos á Feitoria, e esse Ministro sabio, illustrado, e patriotico 8fallo do grande Marquez de Pombal ainda então Conde de Oeiras) para desconcertar esse machiavelico, e infernal conloio dos Feitores Inglezes, em sua sabedoria concebeu um Banco Rural como única taboa de salvação, e a Companhia da Agricultura Geral dos Vinhos do Alto Douro foi creada pelas Leis de 31 de Agosto e 10 de Setembro de 1756. Benefico, e protector da principal e por ventura a única fonte da riqueza Nacional, este banco correspondeu á grande concepção do seu actor, e perfeitamente prehencheu o fim da sua instituição; pois que em 1779 já a exportação foi de 30

000 pipas, e se vendeu por 8 libras ou réis 30 000, e desde então este Commercio foi prosperando progressivamente, e os Lavradores do Douro em attenção ao grande preço, a que chegaram os seus Vinhos, devido aos bem combinados Regulamentos particulares, e de protecção da Companhia, mandaram rotear, e plantar todos os montes alcantilados, e propriedades até então esteries, ou inuteis do Douro; pela barra do Porto entraram riquezas immensas, que diffundiram nas tres Provincias do Norte a felicidade e abundancia tal, que a qualquer dos lados aonde se lançasse a vista sôbre as margens do Douro, se observava uma florescente Agricultura, uma População laboriosa, um sem numero de habitações,quintas e logares, que formão quasi uma única Povoação, n'uma area de mais de 12 leguas, e tudo isto era effeito da benéfica influencia de similhante estabelecimento. É porém bem certo, Senhor Presidente, que de tudo se abusa; e por isso não admirará, que pelo andar dos tempos nós vejamos alguns abuzos introduzidos neste estabelecimento; pelo que esse sabio Congresso das necessidades, a que Vossa Excelência tambem presidiu, curou da refórma desta Companhia, ordenando em 25 d'Agosto de 1821 a Joaquim josé Monteiro torres, que mandasse proceder á eleição de duas Commissões formadas de negociantes e lavradores do Douro, cada uma das quais formaria um projecto de refórma, que seria presente ás mesmas Côrtes. Que succede porém, Senhor Presidente? O que era de esperar. O respeitavel Corpo do Commercio offereceu um Plano de Refórma tirando todas as atribuições á Companhia, e reduzindo-a a uma simples Sociedade Mercantil, e os Lavradores, que não eram utopistas, e que ignoravam o principio de Liberdade Commercial – deixai-nos fazer, deixai passar – pediram a continuação da Companhia e ainda lhe deram mais poder do que ella tinha; e neste estado de cousas a Junta da Companhia formou um Plano, que com poucas alterações reuniu a opinião geral das duas Comissões, o qual sendo examinado pelas Comissões de Commercio, e Agricultura daquellas Côrtes, foi convertido em projecto de Lei, que foi approvado por ellas, e a Companhia ficou subsistindo com as refórmas e modificações necessarias para prehencher os saudaveis fins da sua instituição estabelecida na Carta de Lei de 17 de Maio de 1822, cujas disposições no meu modo de vêr satisfazeram a todas as indicações, e desejos da Commerciantes, e Lavradores. Apesar disto porém, Senhor Presidente, os Inglezes residentes no Porto em todos os tempos se queixavam ao seu Governo das vechações, e opressões da Companhia, alegando que ella fôra instituida com o fim de os prejudicar; e porque suas queixas não tivessem sido attendidas, ainda em 14 de Outubro de 1824, derigiram ao seu Ministro e Secretario principal dos Negocios Estrangeiros Jorge Canning um Requerimento, que se acha na sua integra na Memoria, que tenho presente, e no qual ainda outra vez pedem a extincção da Companhia, fundados até no Tractado de 1810; porém foi elle também desattendido, e justamente desprezado, respondendo-se-lhes, o que já o grande génio Inglez William Pitt outr'ora havia respondido, quando se via sôbre carregado das innumeraveis, e continuadas instancias dos

feitores Inglezes do porto, para que solicitasse a abolição da Companhia. Todos os paquetes se renova esta pertenção 8dizia o illustre e avisado Ministro) porém fazelo seria imprudente; porque a não ser a fiscalização da Companhia, não se poderia obter em Inglaterra um só copo de Vinho do Porto, que não fosse adulterado. Assim pensava, Senhor Presidente, o grande Pitt, e com elle graver Escriptores, cujas doutrinas se acham estampadas na Memoria do Senhor Mascarenhas nosso Cônsul em Bristol, e premittame a Camara, que léia a pag. 6 o seguinte (lêu) e não obstante estas judiciosas ponderações, um Ministro igualmente patriotico e illustrado, em boa fé, e com a melhor intenção não duvidou abolir pelo Decreto de 30 de Maio de 1834 um estabelecimento, o qual por muitos annos fez a felicidade do Paiz do douro, e das provincias do Norte, e a favor do qual fallava uma constante experiencia. Não se resentiu porém logo, Senhor Presidente, o Commercio e Agricultura dos Vinhos desta medida, por sem duvida inconciderada, porque o cêrco do Porto, a exportação neste intervalo de quasi todos os Vinhos existentes nos Depositos alli conservados, e a destruição de quasi 20 000 pipas pelo incendio mandado lançar nos Armazens da Companhia, tinham deixado um vazio nos Armazens do porto e Villa Nova; que não devia ser preenchido com a novidade de 1834, ainda quando ella fosse abundante; porém ao contrario foi ella assaz diminuta em quantidade, e a melhor em qualidade, que nos vinte annos antecedentes produziu o Douro, e foi por isso, e não por outra cousa, diga-se o que se disser, que a novidade de 1834 se vendeu por muito bom preço. Estas razões porém cessaram, e ahi temos o citado Decreto de 30 de Maio produzindo os seus maleficios, e ruinosos effeitos, os quais forçosamente se deviam seguir pela ampla liberdade do Commercio dos vinhos do Douro. E quaes foram elles, Senhor Presidente, foram o diminuitissimo preço, a que nos annos subsequentes chegaram os vinhos daquelle Paiz, a ponto de não bastar nem se quer para o indispensavel amanho das vinhas, foram o estado geral da penuria, que reduziu á fome, e á mizeria, centenares de familias, que no tempo da Companhia viviam na abundancia, sendo até conhecidas nos arraies, banhos, e logares poblicos como naturaes d'aquelle bello Paiz pela decencia, com que se apresentavam, assombrando e cauzando emmulação ás de mais Provincias do Reino, quando agora só se distinguem pela mizeria, que os opprime; foram a morte, e a decadencia das vinhas, que em grande parte estão já incultas, e reduzidas a ingremes, e descarnados penhascos, foram ... Mas para que cançarei eu a Vossa Excelência e a Camara, descrevendo-lhe o abatimento deste Commercio, quando elle consta do registo publico, e não há ahi, quem o ignore!! Pois, Senhor Presidente, estes males já em parte foram remediados pela providente Lei de 7 de Abril de 1838, que começo a animar este definhado mercado, e a alentar lavradores, e negociantes com a esperança do regresso da prosperidade antiga e do complemento da Legislação que a Commissão offerece no presente projecto, o qual sendo approvado fica sendo a verdadeira Lei da Companhia. Por elle, Senhor Presidente, se cria um Banco novo, que sendo intermedio ao Commercio, e á lavoura

sirva de regulador para um, e de protector para a outra, e que sendo possuidor de um capital forte , pode fazer grandes compras, e arrostar impates, se com tudo se abalarem a sua existencia, a sua conservação, e os seus lucros. Por elle, Senhor Presidente, se dá protecção assim ao vinho do Douro, e de outros Paizes vinhateiros, como ao Commercio, porque estes dois ramos da nossa industria Nacional fraternisam entre si, e são tão dependentes um do outro, que não pode dar-se Commercio sem agricultura, nem esta sem aquelle. Quanto mais: todos sabem, que no Porto há grandes Depositos de vinhos, que se calculam em mais de 100 000 pipas, resultado da illimitada liberdade, com que se primittiram vinhos de toda a parte nos armazens de Villa Nova, e Porto, e pela maior parte de preço muito subido, e não se approvando este projecto com as alterações e modificações, que a Camara entender em sua Sabedoria, os Commerciantes possuidores destes vinhos são por sem duvida ameaçados de grande crize, e se arruinarão completamente. Seria porém absurdo, que este Banco fiscalizasse as operações dos Commerciantes, e não houvesse um Corpo, ou Authoridade, que fiscalizasse as suas; e por isso pelo Projecto se criou uma Commissão fiscal reguladora, como intermedio á Lavoura, Commercio, e ao Banco, a qual deve executar, e fazer cumprir as disposições deste Projecto. Convencida pois a Commissão, como está, de que só por esta salutar medida se pode salvar o Paiz do Douro do abysmo, em que se acha sepultado, já se vê, que não podia ella ceder á força ingente dos preconceitos, contra os quaes tem a luctar, e menos deixar de fazer o bem possivel e razoavel áquelle Paiz, só porque levemente se offendem por ventura os interesses dos outros differentes Districtos vinhateiros, e de alguns Commerciantes; pois que o pensamento da Commissão, e o principio por ella adoptado foi – o maior bem do maior numero. E na verdade, Senhor Presidente, está assaz demostrado pela experiencia dos factos, que esses principios exagerados de liberdade absoluta de Commercio, não tem, nem podem ter, applicação ao Paiz do Douro, que demanda, e reclama desta Camara medidas excepcionaes, como se prova com as muitas, e vehementes Representações das Municipalidades deste Paiz. Declamações vagas tantas vezes repetidas, pomposas theorias de ampla liberdade tantas vezes apregoadas, mas que não tem produzido no especial ramo do commercio dos vinhos do Douro se não calamidades, e mizeria, não merecem hoje entre pessoas entendidas na materia, a mais pequena refutação. Diz-se, porém, Senhor Presidente, que por este projecto se estabelece um odiozo monopolio a favor do Banco, e em prejuizo dos interesses do commercio, e dos de mais lavradores dos outros paizes vinhateiros: porém da definição mesma de monopolio se vê, que elle não se dá porque sendo este a compra de todo um artigo feita clandestinamente, para embaraçar, que a sua renda seja publica, e deliberada na sua primeira fonte, ao commercio fica ainda larga margem, para comprar o resto das aguas ardentes, de que precisa aos lavradores dos outros paizes vinhateiros, e se o seu preço for um pouco mais subido, bem merece o douro, que elle faça este pequeno sacrificio em seu favor, mormente se se attender,

que foi com o producto do seu solo, e á custa da mizeria dos seus habitantes, que tantas fortunas só tem levantado, e que obtem toda a commodidade as melhores agua ardentes, sem adulteração, sem risco, e ao local, aonde lhe são necessarios. Não offende tambem os mais paizes vinhateiros; porque a situação destes é muito differente da do paiz doDouro, onde não póde haver outra qualidade de cultura, a não ser o vinho, o qual demanda grandes despezas, pelo que tem seus habitantes um direito indispensavel, a que se tomem medidas efficazes, a fim de se alimenarem e sustentarem a cultura já feita, não podendo por isso considerar-se como odioza qualquer medida excepcional a favor da lavoura do Douro, porque é filha da necessidade. Quanto mais pelo Projecto só incumbe ao commercio, como tem dito, comprar ao Banco dous e meio almudes de agua-ardente para adubo e concerto de cada uma pipa de vinho, que se destinar aos mercados do Norte da Europa, e sendo necessarios cinco almudes para beneficio de cada uma pipa, é a todas as luzes claro, que os lavradores dos outros Districtos vinhateiros podem ainda vender ao exportador deste genero outra ametade: accrescendo, que com o estabelecimento do Banco, o movimento commercial dos vinhos por certo há de crescer, e então o consumo das agua-ardentes há de vir a ser muito maior e tambem mais subido o seu preço, bem como o dos outros generos e productos, de que essas Provincias abundam, e que tem o seu mercado natural no Douro, o qual florecendo, há de compra-los a dinheiro de contado, como comprou sempre no antigo systema de restricções que alguem stigmatizado; e eis aqui como animando-se o commercio dos vinhos do Douro se leva tambem a abundancia e riqueza aos outros proprietarios de vinhos.

Resta por ultimo, Senhor Presidente, fazer algumas ponderações ácerca do Projecto apresentado na Sessão de 10 de Julho de 1839 por um Deputado illustre, o qual a Commissão não adoptou. Elle contem na verdade sublimes pensamentos, que se acham judiciosa e habilmente desenvolvidos no seu Relatorio como a Commissão confessa: com tudo sendo em ultima analyse oseu único fim fazer reviver o decreto de 30 de maio de 1834, cujas disposições de modo algum se compadecem com o estado decadente, a que está reduzido o paiz do Douro, que vehementemente reclama outras medidas, que não sejam a ampla liberdade e abandono, um que aquelle Decreto colocou o commercio dos vinhos, entendo, que por ora deve existir um leme, que o dirija debaixo de regulamentos taes, como o Projecto da Commissão propõe. – Demais o mesmo nobre Deputado dis no &4.º do seu Relatorio "que em assumptos desta natureza nada valem as theorias, se os factos as não confirmam" ora os factos abonam tudo quanto venho de dizer a favor do Projecto da Commissão, logo pela confissão mesma do illustre Deputado eu não posso dar o meu debil apoio ao seu Projecto. Além disso, Senhor Presidente, o mesmo Senhor Deputado sem querer talvez prejudicar questão tão grave, como a que se agita, declarou na Sessão de 18 de janeiro último, que em 1840 se haviam exportado 33 000 pipas do vinho do Douro, e por preços mais altos do que nunca se vendeu, e já antes (em 4

de Abril do mesmo anno) no caderno N.º 4 dos Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional, appareceu um Artigo relativo ao Commercio dos vinhos do Douro, no qual se diz – que nos cinco annos anteriores á extinção da Companhia (excluindo os de 1833 e 1834), se exportaram para Inglaterra setenta e tres mil oitocentas e cincoenta e sete pipas quando nos cinco annos posteriores a exportação foi de 136 105 pipas, adusindo-se isto como argumento a favor da extincção da dita Companhia; porém, Senhor Presidente, com quanto fosse á exportação em 1840 de 88 000 pipas, o que se confessa, com tudo o seu preço foi assaz baixo, e diminuto, como é de todos bem sabido, vendendo-se em Londres vinhos muito superiores por 30 libras, das quaes deduzidas todas as despezas, vinham a ficar quando muito 15 libras liquidas para o exportador, soffrendo este pelo menos o prejuizo de 25 por cento, em attenção ao preço por que lhe estava o genero.

Quanto ao articulista, de que fallei, por certo elle se enganou em seu calculo, pois que a exportação para Inglaterra foi de 99 113 pipas, e se excluirmos o anno de 1832, em que se carregaram apenas 13 722 pipas, por se prohibir a sua sahida pela barra do Porto desde Setembro desse anno, e tomeremos em seu logar o anno de 1827, teremos que nos 5 annos anteriores á extincção da Companhia foram exportadas para Inglaterra 109 732 pipas. Qualquer que fosse porém a exportação antes ou depois da abolição, eu entendo, que o interesse Commercial e agricola não consiste na maior, ou menor exportação; mas sim na maior somma de valores, que ella produz; e como depois da abolição da Companhia a maior parte dos vinhos são carregados sem ordem, resulta daqui, que elles se venderam regularmente por 15 a 25 libras; e por isso o Commercio e a Lavoura tem soffrido por um calculo aproximado nos 5 annos posteriores á abolição da Companhia o enorme prejuizo de 4. 474 030$ 000, e aqui está, Senhor Presidente, a vantagem, que se deve em verdade a uma similhante, e inconsiderada medida.

Agora, cumpre Senhor Presidente, dizer alguma cousa á cerca do Requerimento desses Senhores Lavradores, que acaba de lêr-se na mesa, e que parecendo fazer alguma impressão na Câmara, a mim nenhuma faz. Porque, Senhor Presidente, no Periodico – O Atheleta – de 8 de Janeiro de 1839 vejo eu um Projecto feito por uma Commissão composta de Cidadãos respeitaveis pelo seu muito saber, e patriotismo, pela qual é creada uma Companhia dos Vinhos da Extremadura, e no artigo 31 se estabelece o privilegio exclusivo da exportação dos vinhos, aguas - a-dentes, e vinagres; logo não deve maravilhar-se alguem, de que a Commissão Especial de Vinhos no artigo 30 do Projecto em discussão propossesse este chamado monopolio, ou exclusivo das aguas – ardentes em beneficio d'um ramo, que na opinião da Commissão há de dar vida ao Commercio, e Lavoura dos vinhos do Douro quase de todo exague e amortecido. Passo agora, Senhor Presidente, a responder ás judiciosas observações do meu nobre, e antigo amigo João Elias, que abriu esta discussão, visto que elle teve a

bondade de pedir á Commissão, que lhe soltasse algumas duvidas que tinha sôbre a materia. Diz elle, que no Porto consultara alguns Lavradores do Douro, e que os achava divididos em opiniões, julgando uns a Companhia util, e outros ruinosa á Lavoura: o que esses Lavradores disseram ao Senhor Deputado não sei eu, porém sei que o Douro, com muitas poucas excepções quer e deseja uma Companhia, como o Projecto propõe, ou como a Camara entender em sua sabedoria; o que bem se prova das diversas Representações dirigidas a esta Camara. Diz mais o illustre Deputado, que não quer que a Companhia tenha abusos: porém, Senhor Presidente, a Commissão acompanha o Senhor Deputado nos mesmos sentimentos, porque sem duvida tambem não quer Companhia com abusos, que não sabe, como possa crear-se, e sustentar-se este Banco sem as Tabernas, e só com o exclusivo das Aguardentes, pelo que teme, que com o andar dos tempos elle se arrogue outros privilegios: todavia a Commissão entendeu, que o banco podia conservar-se com o beneficio das Aguardentes, e quando elle queira exorbitar, lá está a authoridade, que forte com a Lei, o hade fazer conter nos seus limites. Que não póde conceber, como a Commissão usou igualar os direitos de consumo do vinho maduro e verde: a Commissão no seu Relatorio dá a rasão desta disposição, e apesar disto para socego do Senhor Deputado não terá ella duvida em annuir aos seus desejos. Que quantidade d'aguardente é necessaria para o adubo, e completo beneficio de cada uma pipa de Vinho? Já disse Senhor Presidente, que minha opinião é serem sómente cinco almudes para cada uma pipa, que se exporta para os mercados do Norte da Europa, e se estou em erro, peço aos Senhores Deputados conhecedores da materia, que me tirem delle, illustrando-me. Pergunta emfim o Senhor Deputado á Commissão, se há outro meio para a creação, e conservação do banco proposto no Projecto, que não seja o exclusivo das aguardentes. A Commissão Senhor Presidente, sabia bem, que a medida adoptada havia de soffrer renhida, e forte opposiçaõ: comtudo ella entendeu, que este beneficio das Aguardentes era o recurso mais valioso para a sua existencia, e possibilidade de satisfazer o seu fim, e não descobriu ainda outro, e se a Camara em sua sabedoria o encontrar, a Commissão de bom grado o desposará.

Quanto ao Senhor Deputado por Cabo Verde, que por muitos titulos respeito; diz elle, que pelo projecto vai fechar-se o mercado ás Aguardentes da Estremadura: ora eu já mostrei, que o Commercio fica obrigado a comprar sómente ao Banco quando muito ametade da que é a necessária, e como assim, lá irá elle compral-a, aonde a achar melhor, e mais barata. Quanto mais, pelo Mappa de Exportação, e consumo em lisboa, e Termo vejo eu, que em 1840 se exportaram, e consumiram 64 806 pipas mas ainda quando a colheita annual do Douro seja de 100 000 rs. (que hoje não é) se precisam 30 300 pipas das outras Provincias, para serem destiladas em Agua ardente, como asseveram os intelligentes na materia, logo alli temos um consummo certo para os Vinhos dessas provincias, e conseguintemente sem fundamento é esse panico do Senhor Deputado, aliás muito louvavel. – diz mais, que a Commissão não terá

presentes os dados estatisticos, que era mister tivesse para apresentar um bom Projecto, e que deveriam ser previamente ouvidos todos os lavradores e Commerciantes: ora o nobre Deputado há de permittir que lhe diga, que a Commissão não andou de leve nesta materia tão transcendente, e que por certo lhe não cabe a acre censura que lhe faz. – Os Lavradores ouvidos foram, e ahi está a expressão de seus desejos nas diversas Representações pró e contra o Projecto, e do Commercio que resposta esperava o nobre Deputado? Não queremos restricções, e entraves ao nosso Commercio, nada de monopolio, eis aqui o seu brado unisono, porque todos os Negociantes lêem pela mesma Cartilha. Porém, Senhor Presidente, quem mais monopolista do que o Commercio do Porto!!! Que o diga o Douro neste mesmo anno. Foram em Janeiro alguns Negociantes ao Douro, e compraram meia duzia de toneis de vinho fino a 40$000 rs., é verdade, talvez para se dizer aqui, que sem Companhia se vende o Vinho por preço muito subido, e de resto dizem agora, que tem a sua conta feita, e lá está quasi toda a novidade sem ter comprador, quando passa por ser excellente, e igual á de 1834. O augmento da producção, e falta de mercados aos nossos vinhos, é na opinião do nobre Deputado a causa do abatimento deste producto agricola: não é assim, Senhor Presidente, por sabido é, que a producção não é maior, antes é muito menor; e para se procurarem esses novos mercados, é que a Commissão offerece o seu Projecto. Que se ferem os interesses dos Accionistas da antiga Companhia, diz mais o Senhor Deputado: porém eu não posso conceber, como zelando tanto o Senhor Deputado esses interesses, que em verdade são respeitados, e attendidos no paiz, votasse contra elle. Além disso se a camara quizer antes rehabilitar a antiga Companhia, não será porventura a Commissão, que se opporá, se for convencida da possibilidade de satisfazer essa Companhia ao fim do mesmo projecto. Que sem Companhia tem extracção os vinhos da Extremadura, e por isso sem ella tambem o hão de ter os do Douro. É verdade, e eu já demostrei, que a Extremadura é mais feliz do que o Douro, porque vende os seus vinhos por preço rasoavel: não acontece porém assim desgraçadamente ao Douro, que depois da extincção da Companhia os tem vendido por preço tão baixo, que nem para o costeio das vinhas basta, quanto mais para a parca sustentação dos Lavradores deste genero. reCommenda finalmente o Senhor Deputado ao Governo, que tenha todo o cuidado ácerca da emissão das notas do Banco, que pelo Artigo 13 do Projecto são recebidas nas estações da Fazenda Publica como dinheiro de metal: ora, Senhor Presidente, a Commissão com esta medida não cuidou prejudicar o Thesouro, antes, para que nelle continuem a entrar 300 a 400 contos de réis de direitos, é, que dezeja um regulador para o Commercio dos vinhos do Douro, no qual se emprega um capital de nada menos de oito a dez milhões de cruzados, e se necessário for, ella retirará esse Artigo. – Finalmente eu não quero abusar da paciencia da Camara: os factos são estes e não outros, e não devemos despresa-los, para nos lançarmos no vasto campo das therias abstractas, e é por isso, que eu avaliando-os devidamente approvo o Projecto na sua

generalidade, e se a Camara outro tanto fizer, o Paiz do Douro digno por certo de melhor sorte a bem dirá, quando não, anathema sit - –repetidos apoiados e vivos applausos – foi abraçado pelos Deputados que partilhavam as suas idéas sôbre a materia.)

Lisboa, 11 e 12 de Março de 1841 – Discurso do Deputado Sousa Magalhães favorável ao exclusivo das aguardentes do projecto do Banco Agrícola-Comercial. Apresentado pela Comissão especial dos Vinhos a 18 de Julho de 1840, para financiamento desta instituição.

Fonte: *O Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de Março de 1841.*

O Senhor Sousa Magalhães: - Senhor Presidente, o desejo de concorrer para o maior bem do meu paiz, e a qualidade de Deputado pelo Douro me obrigam a entrar nesta discussão; mas quando estes motivos não existissem, eu como Deputado da nação reconhecendo a summa importancia do objecto, commo Portuguez empenhado em promover o bem da minha Patria não exitaria um só momento em me pronnunciar a favor do Projecto porque estou persuadido que a agricultura e commercio dos Vinhos Porto (sic) é o primeiro manancial de riqueza do nosso Paiz; a placidez e circumspecção com que tem sido tractada esta questão, e com que tem sido dirigida é uma prova de que todos os Membros desta Commissão desejam concorrer para o melhoramento possivel deste ramo de industria que todos elles tem tanto a peito como eu tenho de melhorar o commercio do Douro de o livrar da crise que o ameaça, e que a única differença que existe das differentes opiniões está na conciliação dos interesses das differentes localidades, na apreciação dos meios que se hão de pôr em pratica para conseguir o fim que se tem em vista: debaixo desta impressão lisongeira para mim, eu entro na questão.

O 1.º topico que naturalmente se offerece á nossa consideração reduz-se a saber se o estabelecimento de um benco é ou não é util ao commercio e agricultura dos Vinhos do Douro, ou se pelo contrario uma liberdade absoluta e sem limites é a única, e verdadeira protecção que se pôde dar a este ramo de industria.

Senhor Presidente os illustres impugnadores do Projecto recorrendo a todos os argumentos que desde tempos antigos se tem produzido contra o estabelecimento de um Banco, ou Companhia que proteja o Commercio dos Vinhos do Douro dentro e fóra do Paiz tem invocado a favor das suas doutrinas as theorias economicas, os factos e a experiencia; eu confesso que estes principios são aquelles porque tem de ser resolvido este problema, que estes são os principios porque tém de resolver-se a questão que nos occupa, entre tanto não posso convir na conclusão que os mesmos Senhores delles tem lirado, porque os principios são mal applicados, e os factos são mal apreciados. D'acordo com os illustres Deputados eu sou o primeiro a reconhecer que a liberdade de industria geralmente fallando é meio de produzir a maior riqueza possivel; que os monopolios, as restricções e prohibições desnecessarias só servem de empecér o Commmercio. Mas ao mesmo tempo que reconheço que a liberdade de

Commercio é eminentemente salutar, tambem sei que a economia politica é uma sciencia de applicação que como todas as outras sciencias desta natureza varia as suas regras, as suas doutrinas segundo variam as differentes circumstancias e as differentes hypoteses a que é applicada; há circumnstancias proprias de certo ramo de industria de certa localidade, e de outras relações que modificam o principio geral da liberdade do Commercio, quando se trata da sua applicação. O principio da liberdade de Commercio é exacto e verdadeiro, mas elles não podem ser executados em toda a sua plenitude, pelos factos, pelas experiencias, muitas vezes o modifica assim: eu entendo, Senhor Presidente, que o economista e o politico não dirigem as suas combinações, os seus calculos, só pella applicação de um principio, ou regra geral, applica esse principio a todos os casos comette um erro de theoria e de pratica, um erro cujas as consequencias tem muitas vezes compromettido a fortuna dos Povos, commette um erro de theoria e de pratica, um erro, cujas as consequencias seriam funestas por seus resultados. Senhor Presidente bom era que se proclamasse o principio da Liberdade quando o Commercio dentro do proprio Reino estava agrilhoado debaixo do systema opressor do feudalismo, quando existiam direitos de portagem, e outras muitas banalidades, mas depois que isto desappareceu a experiencia tem mostrado que o principio da liberdade do Commercio precisa restricções, e que estas restricções estão longe de ser prejudiciais antes pelo contrario são tidas como interessantes, e como um meio de fomentar a industria; assim como a Liberdade politica, a Liberdade religiosa, e a propria Liberdade de imprensa precisam de restricções e modificações: esta opinião não é nova, não é minha, ella é do proprio Adam Esmitte, cuja authoridade não póde ser suspeita, o qual reconhecendo em geral o principio da liberdade de commercio como meio melhor de proteger a industria, assim mesmo diz que pode ser util haver restricções, e que os proprios monopolios n'um, ou n'outro caso podem ser convenientes: depois destes principios o que resta saber é se a Agricultura e Commercio dos vinhos do Douro estava nesta regra geral, ou se está no caso excepcional; quem duvida, Senhor Presidente, que a Agricultura e Commercio dos vinhos depende de circumstancias particulares, que tem Leis fisicas inalteraveis, que determinam a sua prosperidade, ou a sua decadencia. Primeiramente os vinhos do Porto são de maior valor que os outros vinhos, porque o valor natural de qualquer producto está sempre na razão directa da quantidade e do trabalho necessario para o produzir, e nenhum vinho custa tanto a produsir como o Vinho do Douro; além disso é um Commercio que se vai fazer com uma Nação estrangeira; porque o vinho do Douro não se consome dentro do Paiz, e o terreno onde se produz este vinho é um terreno que não é proprio para outro qualquer fructo; é uma maquina que não se póde applicar para outro fim.

Todas estas circumstancias são particularissimas, todas denotam que a Agricultura e o Commercio dos Vinhos do Douro não entram na regra geral dos outros Commercios, mas que precisam providencias particulares, que protejam a sua exportação e consumo, e sôbre tudo

que garantam o seu credito e reputação nos Mesrcados Estrangeiros, que estabeleçam aos Lavradores a certeza da venda por preços certos e razoaveis; porque, como disse, se o Lavrador se vir na necessidade de colocar a sua fortuna nas mãos dos Negociantes, bem depressa toca a meta da miseriaa e da desgraça.

Senhor Presidente, deixemos ao livre giro do Commercio quebrar todos estes factos, deixemos ao livre giro do Commercio conservar o credito dos nossos vinhos, deixemos ao livre giro do Commercio segurar as vendas deste producto; e bem depressa conheceremos por uma desgraçada experiencia que o exportador, interessado em tirar o maior lucro de seus capitaes não só adultera este producto lotando-o com vinhos de inferior qualidade, e por isso mesmo de menor preço, mas além disso decora com o nome de vinhos do Porto vinhos produzidos em outras localidades, juntando-lhe substancias heterogeneas, e até perniciosas á saude, com que lhe dão uma côr, um gosto, e um aròma que elle não tem, e com que fazem de vinhos novos vinhos velhos.

Disse-se, Senhor Presidente, o interesse dos Comerciantes está em levar aos mercados das nações consumidoras vinhos puros e genuinos. Não é isso, Senhor Presidente, o interesse do Commercio não está nisso; o fim commercial é tirar o maior lucro possivel das suas especulações: se o commerciante poder, lotando vinhos de inferior preço com vinhos genuinos do Douro, obter o mesmo preço no Mercado, ainda que seja temporariamente, elle não duvidará, a troco dessas vantagens e interesses do momento, comprometter o credito, e a reputação em geral deste Commercio, causando um gravissimo prejuiso á nação.

Mas, Senhor Presidente, como é que se hão de evitar todos estes males? Qual o meio por que se há de segurar ao Lavrador uma venda certa por um producto razoavel, correspondente ao valor natural do producto?

Os impugnadores do projecto dizem que este meio de proteger a Agricultura é a liberdade do Commercio: isto bem traduzido quer dizer, que o negociante possa adultrar, que possa lotar com vinhos de inferior qualidade os vinhos superiores, que possa juntar substancias hyterogenias a esse mesmo producto para lhe dar uma idade que elle não tem que possa decorar, e honrar com o nome dos Vinhos do Porto, Vinhos, que são produsidos em outras localidades, n'uma palavra que possa retardar as compras para produzir o barateio, e para que os Lavradores se vejam na necessidade de vir offerecer os Vinhos com diminuição de preço,para elle então comprar á sua vontade, vendo-se em fim os Lavradores na necessidade de abandonarem aquelle ramo de industria por não achar interesse, ou a conservar.

Por consequencia, Senhor Presidente, se o meio da liberdade de Commercio não é sufficiente, já se vê a necessidade que há de estabelecer Leis protectoras. O estabelecimento de um Banco, tal como o apresenta a illustrada Commissão com as modificações, que a mesma offereceu na sessão, e que eu há muito tinha combinado, é o único meio, no meu entender, e no

de muitos homens, que em differentes tempos pensaram da mesma maneira, é o único, digo, para salvar os Lavradores do Douro dos males, que os tem affligido. Este Banco, ou se considere como um estabelecimento Commercial, ou como uma entidade fiscalizadora, em ambos os casos é de absoluta necessidade, sem elle não pode haver salvação para a Agricultura dos Vinhos se nós consideramos o Banco como um estabelecimento Commercial, ou como uma entidade fiscalisadora, em ambos os casos é de absoluta necessidade; sem elle não pode haver salvação para a Agricultura dos Vinhos se nós consideramos o Banco como um estabelecimento Commercial, devemos notaras suas obrigações, e as vantagens que offerece aos Lavradores; se o consideramos como uma entidade fiscalizadora, devemos tambem considerar que os meios propostos são capazes de produzir o effeito desejado. Como estabelecimento commercial, o Banco tem a seu cargo promover o maior consumo dos Vinhos do Porto, e abrir-lhes novos mercados, mandar para esses mesmos mercados os padrões de Vinhos genuinos, que se produzem nas differentes localidades do Douro a fim de que ali possam servir de termometro, para assim me explicar, dos Vinhos do Douro.

Como entidade fiscalizadora está o Banco obrigado a fazer os arrolamentos, proceder as provas, a passar as guias, a fim de que os Vinhos do Douro sejam acompanhados até ao local onde hão de ser consumidos, de um documento que prove a sua authenticidade, para que não possam ser adulterados. Por tanto debaixo de quaesquer considerações que encaremos o estabelecimento deste Banco, vemos que elle é o único meio que há para conservar o credito e reputação dos vinhos, para segurar-lhes nos mercados das Nações Estrangeiras o preço que devem ter, para estabelecer aos lavradores uma venda certa e segura no fim de todas as colheitas, porque já mostrei que sem esta venda não podem os lavradores existir; n'uma palavra para obter todas estas vantagens que os lavradores desejam, e que nos tambem não podemos desprezar.

Senhor Presidente, tenho até aqui considerado a questão pelo lado das theorias economicas, e tenho demonstrado que o principio geral da liberdade do commercio, sendo verdadeiro em these, não se póde applicar a esta questão, porque se reveste de circumstancias particularissimas e especiaes; agora resta considera-la pelo lado dos factos e da experiencia; porque os illustres Deputados, que têm impugnado o parecer, ao mesmo tempo reconhecem que em assumptos desta importancia nada valem as theorias, se não forem confirmadas pelos factos.

Senhor Presidente, é geralmente sabido que a descoberta dos Vinhos do porto, e o seu uso e gasto na Inglaterra data desde o principio do seculo passado; foi só em 1703, no Tractado de Methwen que se estabeleceram pela primeira vez, favores à exportação dos nossos vinhos, determinando-se que pagassem um terço menos que os outros nos direitos do consumo. Quaesquer que fossem as razões que concorreram para esta descoberta, quaesquer que fossem

os motivos que tambem concorreram para se introduzir o seu gosto na Grã-Bretanha, o certo é que desde esta época a exportação dos Vinhos do Porto cresceu consideravelmente, que o seu uso na Grã-Bretanha principiou a ser geral, e com tanto proveito para o nosso commercio que os inglezes até nelles reconheciam usos medicinaes. Neste tempo o commercio dos vinhos do Douro era só feito por inglezes, que para este fim tinham no Porto uma associação de commissarios ou correspondentes, conhecida pelo nome de feitoria ingleza; os Negociantes Portuguezes não tinham parte alguma nesta exportação, nem mesmo o Governo daquelle tempo a promovia; porque ainda rico com o ouro que lhe vinha doas colonias, curava pouco de promover a riqueza que se deriva da fomentação da industria.

Assim se conservou por algum tempo o Commercio dos Vinhos do Douro nas mãos dos Inglezes, esses mesmos feitores que faziam o Commercio dos Vinhos os adulterassem, não tardou que elles descobrisem o meio de lhes dar uma côr e idade prematura. E que aconteceu com esta adulteração? É que os Vinhos do Douro, que até alli eram reputados uteis e até com virtudes medicinaes, foram considerados damnosos e nocivos á saude. É facil de ver que a descredito dos vinhos do Douro devia causar uam diminuição extraordinaria no seu consumo, e com effeito já no anno de 1754 a exportação tinha diminuido um terço do seu consumo ordinario; esta exportação foi-se estagnando, as encommendas de Inglaterra cessaram, e os lavradores, não tendo quem lhes comprasse o seu producto, viram-se na necessidade de o offerecer por diminuto preço; em uma palavra, colocaram a sua fortuna na mão dos negociantes e foram reduzidos a uma miseria espantosa. Foi então, na presença de uma crise que ameaçava aquella parte da Monarchia Portugueza, que os lavradores, depois de sisudas e muito reflectidas considerações sôbre o meio de evitar os males e a decadencia do Commercio, conceberam a idéa de formar uma Companhia. Eu, Senhor Presidente, não quero confundir a antiga Companhia com o Banco estabelecido neste Projecto; conheço que tinha privilegios, monopolios odiosos e concessões inadmissiveis; mas o projecto não participa desses abusos; o Projecto está confeccionado de maneira que concilia os interesses da agricultura do Douro com os das outras localidades do Paiz.

Este pensamento que os Lavradores do Douro tiveram de estabelecer uma Companhia, que reunisse os cabedaes necessarios de estabelecer uma Companhia, que tivesse os capitaes necessarios para poder fazer o Commercio dos vinhos do Douro, foi um penasamentodigno de ser abraçado por quem então governava o Paiz; a Companhia foi authorisada em 1756, e com quanto houvessem alguns abuzos, com tudo os seus melhoramentos forão logo consideraveis, e immediatamente o preço dos vinhos que até ali não passava de 6 a 8 mil réis, chegou a 30, e 35; a companhia estabeleceu aos Lavradores a certeza da venda, e libertou-os do conluio dos Negociantes, restaurou o credito dos mesmos vinhos, e abrio novos mercados para o seu consumo; a Companhia augmentou a exportação que tendo sido até ali de doze mil pipas,

chegou a ser de 66 mil pipas, como aconteceu em 1801. Neste tempo existirão cauzas extraordinarias; a exportação que se fez durante a existencia da Companhia foi muito maior do que aquella, que existia antes d'isso: Senhor Presidente, a Companhia não offerece só esta vantagem de nacionalizar o Commercio dos vinhos, tirar das mãos dos Inglezes, e estabelecer entre nós uma corporação capaz de o fazer por sua conta, e além d'isso augmenta por uma maneira indirecta a nossa Marinha mercante, porque, nacionalizado o Commercio, este augmento é de uma consequencia necessaria.

Quando o Marquez de Pombal authorizou o Estabelecimento da Companhia, teve em vista tirar das mãos dos Negociantes Inglezes este monopolio exclusivo que elles exerciam, teve em vista reunir dentro do Paiz uma somma consideravel de capitaes para este fim com manifesto proveito dos Lavradores, da Nação, e do Thesouro, porque deste Commercio provém ao Thesouro sommas consideraveis, com o Estabelecimento da Companhia o Douro nadou em riqueza, e esta riqueza era levada pelas arteria da circulação commercial ás mais remotas estremidades do Reino; taes tem sido as vantagens deste Estabelecimento quando appareceu o decreto da sua extinção; eu não tracto de fazer observações sôbre a conveniência desta medida, porque o meu fim não é senão livrar o Douro do estado de decadencia em que se acha este ramo do Commercio de libertar os Lavradores da horrivel crise que o ameaça, por tanto limito-me a observar os fenomenos, e tractar de lhe investigar as causas: desde mil oitocentos e trinta e quatro que appareceu o Decreto de Instituição da Companhia os nossos vinhos do Douro desacreditaram-me no mercado das Nações consumidoras, o preço foi muito pequeno, não chega a pagar a despeza que faz, o Lavrador perdeu a certeza das vendas que tinha, e como os Lavradores não tem outro ponto donde tirar a sua subsistencia, os Lavradores não podendo vender os seus vinhos tem-se visto na necessidade de ir ao Porto offerece-los por muito diminuto preço; muitas vinhas tem ficado sem cava porque os Lavradores não vendendo o vinho, não podem pagar a quem lhe faça o grangeio; o Commercio do Douro tem ido em uma decadencia grande, e rapida.

Senhor Presidente, é verdade que em 1834 os Vinhos do Douro tiveram preços muito regulares; mas, Senhor Presidente, se a mesma causa deve produzir os mesmos effeitos, era tambem certo que as novidades de 1835 e 1836, e outras, deviam dar o mesmo, e o facto é que os Lavradores não poderam obter nesse tempo senão preços pequenos; em 1839 venderam-se a 18$000 réis, o que posso attestar até de facto proprio; ora é necessario saber que 18$000 réis apenas chegam para as despezas que faz o Lavrador. Senhor Presidente, todos estes factos que são verdadeiros, mostram que não só as theorias, mas que tambem a experiencia reclamam a necessidade de estabelecer um Banco ou Companhia que aos Lavradores assegure a venda dos Vinhos certa; Senhor Presidente, aqui não há senão dous meios a seguir, ou a creação de um Banco que anime esta desgraçada industria, garantindo aos Lavradores a certeza da venda por

um justo preço, ou a anniquilação completa desta riqueza. Como deu a hora, peço a Vossa Excelência que me reserve a palavra para amanhã continuar (apoiados).

O Senhor Sousa de Magalhães: - Senhor Presidente, na Sessão de hontem tinha eu mostrado que a única causa da decadencia, e abatimento do Commercio dos vinhos do Douro, tinha provindo da extincção da Companhia dos vinhos do Alto Douro, que este Estabelecimento era indispensavel para conservar o preço ao valor deste producto nos mercados das nações estrangeiras, por isso mesmo que elle conservava a pureza dos mesmos vinhos: resta-me agora responder a algumas observações, e argumentos que contra esta doutrina tem sido produzidos por alguns illustres Deputados que fallaram contra o Projecto.

O Senhor Deputado João Elias disse que a sua opinião particular se inclinava a favor da necessidade de Leis protectoras do Commercio dos vinhos do Douro, e do Estabelecimento de um Banco protector deste ramo da Industria, entretanto que tinha alguns escrupulos em approvar o Projecto, primeiramente porque achava excessiva a quantidade de agoardente que o banco ficava com direito de vender aos exportadores, e em segundo logar porque achava inconveniente a igualdade nos Direitos de consumo, sem se fazer differença entre o vinho verde, e maduro. Mas o illustre deputado que apresentou estas unicas difficuldades contra o Projecto deve estar satisfeito em vista das explicações do relator da Commissão especial, e por isso acredito que não terá dúvida em votar pelo Projecto.

Outro illustre Deputado que fallou contra o mesmo Projecto foi o Senhor Deputado por Cabo Verde, o Senhor Sá Nogueira. Este Senhor Deputado principiou o seu discurso por dizer que era impossivel conhecer a causa da decadencia do Commercio dos vinhos do Porto, sem que o Governo mandasse investigar por uma Commissão, de inquerito, quaes eram essas causas que contribuem para essa decadencia: entretanto pouco depois não duvidou estabelecer a proposição de que a decadencia do Commercio dos vinhos do Porto provinha do augmento da producção. O Senhor Deputado, estabelecendo esta proposição, não allegou facto algum para appovar, como lhe cumpria, nem os podia allegar, por isso mesmo que depois de 34 a producção dos vinhos do Douro, tão longe de ter augmentado, pelo contrario diminuiu consideravelmente: os lavradores não tem tido meios para arrotearem novas terras, e por tanto esse producto em vez de augmentar, tem diminuido.

O Senhor Deputado, para mostrar que a decadencia do Commercio dos vinhos provinha das causas alheias á extinção da Companhia, serviu-se unicamente de um argumento, este argumento é oseguinte: que assim como os vinhos da Estremadura, e Bairrada tinham prosperado sem o concurso de uma Companhia privilegiada, o mesmo teria acontecido aos vinhos do Porto, se outras não fossem as causas da sua decadencia. Este argumento é de analogia, e em rigor logico os argumentos de analogia tão somente se devem empregar quando faltam outros meios de provar; por consequencia o illustre Deputado annunciou a esta Camara

que não tinha outras razões para provar que a causa da decadencia dos vinhos do Porto não provinha da extincção da Companhia.

Senhor Presidente, se eu mostrar que o Commercio dos vinhos do Porto não está no mesmo caso dos da bairrada, e da Estremadura, o seu argumento cahe immediatamente por terra. E quem duvida, Senhor Presidente, que entre um, e outro Commercio há uma razão de grande e extraordinaria differença? Quem duvida que os vinhos do Porto para se prepararem precisam de um empate de grandes capitaes por espaço de tres annos, porque é o tempo necessario para se pôrem em estado de poderem ser levados aos mercados das nações Estrangeiras?

Quem duvida que aquelle vinho tem um valor differente sôbre todos os outros vinhos, que nunca póde concorrer em preço com os que se apresentam nos mercados das Nações Estrangeiras? Todas estas circumstancias particulares não se verificam a respeito dos vinhos da Bairrada, nem dos da Extremadura. Portanto o único argumento que o Senhor Deputado produziu é sem força.

O Senhor Deputado por Santarém, meu amigo, o Senhor Vasconcellos Mascarenhas disse que a cauza da decadencia do commercio dos vinhos não provinha da extincção da Companhia, que se no tempo da Companhia os lavradores do Douro obtiveram preços vantajosos pelos seus vinhos, isso procedeo do estado de guerra que houve entre a França e a Inglaterra desde 1782 até 1815. Ora como poderá o Senhor Deputado explicar a prosperidade do Commercio dos vinhos desde 1758 até 1782? Este espaço é de nada menos que 26 annos, e nestes 26 annos aquelle commercio floresceu, os lavradores obtiveram preços superiores para os seus vinhos, e por esta origem entraram no Paiz capitaes consideraveis. Já se vê portanto que esta não foi a verdadeira causa da prosperidade do commercio dos vinhos durante a existencia da Companhia: não só naquella época não havia guerra, mas tambem a não houve nesta outra época não havia guerra, mas tambem a não houve nesta outra época desde 1815 até 1834, em que a lavoura do Douro prosperou da mesma maneira que tinha prosperado durante a existencia da Companhia.

Outro Senhor Deputado pelo Porto, o Senhor Maia disse que a cauza da decadencia do commercio dos vinhos provinha não da existencia ou não existencia da Companhia,mas d'outras razões particulares, e referindo estas razões particulares enumerou primeiramente as relações commerciaes que existem entre Portugal e a Inglaterra; em segundo logar, a concorrencia que tem soffrido os vinhos do Douro nos mercados das Nações consumidoras, concorrencia que os tem affrontado e depreciado consideravelmente. Mas como póde o illustre Deputado explicar a decadencia daquelle commercio que se verificou no anno de 1754 e 55? Não existiam nesse tempo as mesmas relações commerciaes entre Portugal e a Inglaterra que durante o tempo da Companhia? Não existia o celebre Tractado de Methuen, pelo qual os

vinhos Portuguezes eram favorecidos no mercado Inglez, pagando menos a terça parte dos direitos de consumo do que os vinhos francezes? Portanto estas não são as verdadeiras rasões, porque se fossem, podiam explicar todos os fenomenos em todos os tempos.

O mesmo illustre Deputado disse e confessou que em 1824 a importação dos vinhos de Xerez nos mercados Inglezes apenas se elevava a dez mil pipas de vinho, e que no anno de 1839 tinha chegado a quarenta mil pipas. Notou elle que um dos graves erros da antiga Companhia, tinha sido não querer alterar os preços dos vinhos, e conservar nos mercados da Inglaterra preços extraordinarios, preços que tinham feito que os vinhos das outras Nações affontassem os de Portugal. mas eu estou persuadido que não é a quantidade do preço que altera o consumo, mas sim a qualidade dos vinhos; porque se em 1824 a Companhia conservava preços muito altos, e assim mesmo os vinhos de França e d'outras Nações não podiam concorrer com os de Portugal, o que se prova pela importação que então se fazia, e se agora que os vinhos do Douro estão muito mais baratos é que são afrontados pelos dos Xerez e d'outras Nações, a consequencia que daqui se deve tirar é que não é o valor differente dos vinhos do Porto, como o illustre Deputado pretendeu, a cauza da diminuição do consumo, mas sim uma cauza estranha, e esta cauza estranha é aquella que eu tenho explicado, e que é reconhecida por todos, é a depreciação do vinho (apoiados).

(...)Senhor Presidente, esta depreciação é um facto que ninguem pode contestar: aos mercados do Brasil não vão senão vinhos do Douro adulterados: o illustre Relator da Commissão Especial dos Vinhos, que foi Ministro naquella Côrte, disse que durante o tempo da missão não appareciam alli senão vinhos adulterados, vinhos de pessima qualidade. Os nossos Consules na Grã-Bretanha attestam este facto, que de cincoenta mil pipas que existiam nas docas de Inglaterra sem consumo, a menor parte, em geral é produsido no Douro, que a maior parte são vinhos d'outras localidades, que alli são levados com nomes emprestados. Senhor Presidente, aqui mesmo no mercado de Lisboa não vem os chamados vinhos do Douro senão depois de muito adulterados; e esta adulteração não se póde deixar de considerar a causa única e verdadeira do descredito dos vinhos, e consequentemente da diminuição do seu consumo. O grande Pitt dizia que se não fosse a fiscalização da Companhia dos Vinhos do Alto Douro não se poderia beber na Inglaterra uma só pipa de vinho puro que não fosse adulterado.

Senhor Presidente, o illustre Deputado pelo Porto disse mais, que o Projecto em vez de favorecer o Commercio dos vinhos hia prejudicar a sua exportação consideravelmente; porque pelo Projecto se impunha um onus ao Douro; que este novo onus hia augmentar as despezas, porque tornava aquelle vinho muito mais caro, e por consequencia o tiravam do alcance da concorrencia. Se o illustre Deputado se persuade que os vinhos do Douro podem concorrer com os das outras Nações nos mercados estrangeiros pelos mesmos preços, está o illustre Deputado muito enganado, porque a differença do preço é uma differença natural, que se não

póde alterar de nenhum modo: o mercado destes vinhos couperou-se só pelo seu crédito. Por tanto se por um lado os vinhos de primeira qualidade soffrrem mais o onus de pagarem as aguas-ardentes mais caras, pelo outro lado obtem uma vantagem consideravel, que consiste em não se consentir que sejam levados aos mercados Inglezes senão vinhos de pura qualidade, e não se consentir que os inferiores vão alli occupar o logar que compete aos superiores. Por tanto este argumento não prova cousa alguma contra a doutrina do projecto.

Senhor Presidente, depois de ter mostrado a necessidade do estabelecimento de um Banco Vommercial, tratarei agora da sua dotação que é a doutrina do Artigo 30 do parecer da Commissão. N'este Artigo estabelece-se para os exportadores de vinhos a condição de comprarem por cada pipa de vinho que se exportar para os portos do Norte, dous almudes e meio d'agoardente ao banco. Senhor Presidente, esta obrigação que se impõe ao Banco, e aos exportadores é sem duvida como disse o illustre Relator da Commissão, uma condição sem a qual o mesmo Banco não pode existir nem organizar-se, porque ao Banco impõe-se a obrigação de comprar os vinhos de inferior qualidade, são postos fora dos mercados de Inglaterra, e por conseguinte era necessario que o Banco fosse obrigado a compra-los para os consumir no Paiz, e para os destillar, afim de que os lavradores se não vissem na impossibilidade de os vender; e para que os vinhos de primeira qualidade não soffram com isto como já disse, por isso mesmo que vão encontrar na Inglaterra um mercado mais amplo, conservam ahi o seu crédito e a sua reputação, e não soffrem o risco de serem affrontados com os vinhos inferiores; os vinhos de primeira qualidade lucram, e soffrem um onus, mas é um onus que é compensado pela obrigação que tem o Banco de comprar os vinhos de inferior qualidade, que são postos fóra do mercado de Inglaterra, mas ao mesmo tempo o Banco goza do direito de vender dous almudes e meio por cada pipa aos lavradores, por isso mesmo que seria uma incoherencia impôr-lhe a obrigação de comprar estes vinhos sem lhe dar os meios de os consumir. Logo, Senhor Presidente, na disposição d'este Artigo o direito que se dá ao Banco, e a obrigação que se impõe aos vinhos de primeira qualidade, é um direito, é um favor, é uma obrigação indispensavel para que o Banco se possa estabelecer. Mas, Senhor Presidente, disse um illustre Deputado "este favor que se concede ao Banco importa um exclusivo, este favor é um monopolio que vai offender os interesses dos lavradores dos outros districtos do Reino" é para este ponto que eu chamo a attenção do illustre Deputado; porque me parece poderei demonstrar que os seus receios são sem fundamento. Senhor Presidente, o favor que se concede ao Banco não importa o exclusivo das agoardentes, o Commercio das agoardentes dos lavradores dos outros districtos, fica no mesmo pé em que existir antes do estabelecimento do Banco; para que se podesse dizer que este favor importava o exclusivo da agoardente, era necessário primo – que ninguém mais a podesse vender; secundo – que estes dous almudes e meio d'agoardente que os exportadores são obrigados a comprar ao Banco, involvessem toda a

agoardente que se necessita para o preparo e adubo dos vinhos do Porto, quando este não é o facto, o facto é que para se preparar e adubar uma pipa de vinho do Porto nas circumstancias de poder ser levada a Inglaterra, é necessario palo menos, tres almudes e meio d'agoardente. Eis aqui temos nós os lavradores de agoardente dos districtos vinhateiros com o mercado livre para poderem vender esta agoardente que ainda falta aos exportadores.

Além d'isso, Senhor Presidente, para que este favor se podesse considerar como monopolio perfeito e verdadeiro, era necessario que elle servisse de obstaculo á exportação da agoardente dos outros districtos, tal obstaculo não existe, porque não só os exportadores hão de ter necessidade de comprar esta agoardente que ainda falta, mas além d'isso o mesmo banco há de ter necessidade de a comprar, porque o Banco não pode fazer dos vinhos do Douro, cujo producto é limitado, nem talvez uma 3.ª parte d'esta agoardente que elle tem de vender; por conseguinte o mercado d'agoardente fica no mesmo pé que estava antes. É verdade, Senhor Presidente, que as agoardentes que se distillam dos vinhos do Porto tem a vantagem da preferencia; é verdade, não quero dissimular esta circumstancia porque ella é exacta, não a quero dissimular para que os Senhores deputados conheçam a boa fé com que procedo n'esta questão, e que os meus desejos são unicamente conciliar os interesses; mas esta preferencia é a natural, se isto é monopolio, é um monopolio natural, é um monopolio que existe sem dependencia da Companhia, que tem existido sempre, e que há de existir em quanto não se destruirem e arrancarem as vinhas do Douro.

Senhor Presidente, sem duvida que a agoa-ardente que se faz dos vinhos do Douro se vende no mercado por melhor preço que a agoa-ardente dos outros Districtos vinhateiros do Reino, sem duvida que o mercado pela agoa-ardente doDouro dá 87$000 réis actualmente, em quanto que pela agoa-ardente da Extremadura dá apenas 80$000 réis; a preferencia é da sua superior qualidade porque a agoa-ardente do Douro é mais propria para preparar os Vinhos que se exportam para os Paizes Estrangeiros; esta preferencia não se estabeleceu no Projecto, estabeleceu-se pela natureza, e uma Lei que pertendesse destruir este monopolio actual, em vez de ser uma Lei providente, seria injusta, anarchica, e tyrannica. Senhor Presidente, se o Banco é unicamente obrigado a comprar os vinhos que se produzem dentro da demarcação, de inferior qualidade, se a producção destes Vinhos é circumscrita e limitada, se as agoa-ardentes que se podem fazer daquelles Vinhos tem a preferencia no mercado, eu não sei que perjuizo possa este favor que se concede ao Banco, tão longe está de prejudicar os interesses dos outros Districtos vinhateiros, que antes pelo contrario todas as tendencias Comerciaes são em proveito dos Lavradores dos outros Districtos; porque, Senhor Presidente, quanto maior fôr a exportação dos vinhos do porto, tanto maior será o crédito que ellesadquiriram nos mercados das Nações que os consomem, tanto menor será a porção dos Vinhos que ficar para consumo do Paiz, e tanto menor será a porção dos Vinhos do Douro que se possa converter em agoas-

ardentes; quanto maior fôr a exportação dos Vinhos, tanto maior será a necessidade das agoas-ardentes para os beneficiar, e quanto maior fôr esta necessidade tanto mais amplo será o mercado para as agoas-ardentes, não só do Douro mas de todas as Provincias, e com a differença de que, o mercado lhes hade dar muito maior preço do que aquelle que estão tendo actualmente; porque presentemente apenas se encontra no mercado agoa-ardente a 80$000 réis; por tanto estabelecido o Banco, augmentando o preço dos Vinhos do Porto, as agoa-ardentes tambem subiram de preço por isso mesmo o Banco tambem as hade vender mais caras; as agoas-ardentes dos outros Districtos hão-de encontrar preço muito mais subido, e em vez de se venderem como agora se vendem a 80$000 réis, com o estabelecimento do banco hão de vende-las a 120 e a 140$000 réis. Por tanto todas as tendencias Commerciaes indicam, que o estabelecimento de um Banco Commercial em vez de prejudicar os interesses das outras Provincias vinhateiras, pelo contrario hade promove-los, e promove-los consideravelmente; e se os Senhores deputados que aqui combatem pelos interesses desses Districtos, que se julgam prejudicados mas sem fundamento, se persuadirem de que isto que eu digo é verdade, eu creio que elles não terão duvida alguma em conceder ao Banco que se pretende organisar o favor que a Commissão lhe pretende dar no Artigo 30 do projecto sem elle não póde o Banco existir e não existindo o banco o commercio dos Vinhos do Douro não póde reformar-se nem prosperar.

∴

Lisboa, 12 de Março de 1841 – Discurso do deputado Gomes de Castro contra o projecto do Banco Agrícola-Comercial, apresentado pela Commissão Especial dos Vinhos a 18 de Julho de 1840, contrário à liberdade de comércio.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 12 de Março de 1841.*

O Senhor Gomes de Castro: - Depois do que acaba de dizer o illustre Deputado que me precedeu pequena é a minha tarefa, ou quasi nulla; direi simplesmente que me conformo muito e muito com o essencial das suas doutrinas, e que se em alguma cousa divergir, há de ser em pontos de muita pouca importancia.

Senhor Presidente eu estimo muitissimo que se tracte a fundo desta materia, e que venhamos a um accordo sôbre tão importante ramo da nossa industria. Escusado é mostrar a importancia delle, escusado é demonstra-la prolixamente; basta só dizer que por um termo medio se exportam 25 000 pipas de vinho para Inglaterra, e perto de 10 000 para outros Paizes, o que dá um capital entrado pela barra do Porto annualmente de mais de 8 milhões de cruzados. Quando se apresenta esta cifra está feita a recommendação á Camara para tractar

este negocio com toda a madureza, e para tirar o paiz da anciedade em que se acha sôbre os meios de o regular mais estaveis e permanentes para estabelecer um dogma, se me é dado expressar-me desta maneira, sôbre assumpto de tanta magnitude. É minha opinião que tanto sôbre este importante ramo como nos demais de interesse material do paiz, é necessario virmos aqui a definições claras, e maduramente assentadas: quando soubermos o que convém aos interesses geraes; quando tivermos definido a situação do nosso Paiz em relação ás outras Nações, então persuado-me que até não há de haver tantas questões de partido; tanto importará que governe a direita como a esquerda; mas sôbre vinhos; sôbre relações commerciaes estrangeiras; sôbre pautas e sôbre outros grandes interesses, é de absoluta necessidade que venhamos a pontos definidos, e quanto antes; e não há sacrificios que se não devam fazer neste sentido. (O Senhor Sá Nogueira: - Ouçam, ouçam).

Senhor Presidente, não sei o que se encerra n'aquella recommendação, nem por ella sei o que Senhor Deputado pensa sôbre o objecto; o que eu posso dizer é, que antes que o nobre Deputado principiasse a fallar, quando hontem teve a palavra, já eu tinha affiançado aqui aos meus vesinhos o que elle ia dizer: que ia dizer que não tinhamos meios nenhuns de decidir sôbre a materia; que não faziamos o que faziam a França, a Inglaterra e outras Nações civilisadas, creando Commissões de Inquerito, e tomendo informações em toda a parte do Reino, e finalmente, que a Camara ia decidir como sempre, sem conhecimento de causa; dou por testimunhas deste facto os meus vesinhos, (apoiados) de que antes do Senhor Deputado fallar eu lhes affiancei isto, porque é este o recheio com que costuma occupar as duas terças partes dos seus discursos. Ora, Senhor Presidente, desde 1820 que se tem tractado esta questão com a maior publicidade: tem havido Commissões e mais Commissões; Commissões na praça do Porto, commissões em Lisboa; Commissões dentro da Camara, Commissões fóra; os seus Pareceres andam impressos, e a propria imprensa jornalistica se tem occupado muito a fundo sôbre esta materia: portanto só não sabe della quem não quer saber. Perdoe-me a Camara esta digressão; mas o ouçam, ouçam ironico do Senhor Deputado não podia deixar de obrigar-me a dizer cousas que eu não tinha tenção alguma de dizer.

Senhor Presidente, eu heide fallar só praticamente, só com os factos; e hei de deste modo fazer uma leve censura aos nobres deputados que estão no campo opposto, os quaes têm dito que d'aqui só há theorias, e d'alli só há factos; eu hei de só usar de factos, e deixar-lhes as theorias de que não pouco se tem já occupado: já se cançaram em nos mostrar como se formava a riqueza das Nações; os elementos de que se compunha o preço, e outras noções a meu ver mais proprias da Academia, que de uma Camara Legislativa. Mas não é isso que agora me importa; o que me dá cuidado no momento actual, é que não fiquem sem resposta as asserções que os nobres Deputados têem feito, porque, se ellas passassem, as conclusões haviam de ser tão más, quanto os dados são inexactos. Eu entendia que esta questão se decidia

com a resolução do seguinte problema:se a agricultura do Douro está realmente no estado em que se descreve, e se o Projecto que se apresenta é capaz de a tirar d'esse estado. Esta é a questão a que eu tencionava restringir-me, levando as minhas observações a um periodo de tempo muito limitado e muito ao alcance de todos; mas os nobres Deputados têem entrado pela historia desta nossa industria, e tem-na apresentado de uma maneira tão pouco fiel, qve talvez me veja forçado a alludir a algumas de suas asserções.

A primeira inexactidão que comme um Nobre Deputado pelo Douro foi, perdôe-me, S. S.ª, um erro chronologico de nada menos de 25 annos, porque, disse o Senhor Deputado: os vinhos do Douro começaram a ter extracção depois do Tractado de Methewen, sendo a verdade que já em 1678 se exportava para Inglaterra vinho do Douro; posso mostrar com documentos authenticos que nos dez annos antes do Tractado de Methwen já a exportação média do Douro orçava por 8 mil pipas por anno; ora, creio que já não era tão insignificante esta exportação, principalmente quando comparada com o limitado terreno que a produzia.

O mesmo Senhor Deputado na parte do discurso que guardou para hoje accrescentou outra asserção, que nas docas de Londres estavam 50 mil pipas de vinho portuguez, S. S.ª hade permittir-me que lhe diga que isto não é exacto, estão 24 mil sómente, segundo a ultima consulta da Companhia dos Vinhos, que não é autoridade suspeita.

O mesmo Senhor Deputado , a que alludo, disse que antes da instituição da Companhia, se vendiam os Vinhos a 6 mil réis, e que depois de creada a Companhia subiram logo a 25 e 30 mil réis: outro Senhor Deputado cujo discurso até já se acha no diario do Governo, disse que subiram de 6 mil réis a 180 mil réis. Grandes em verdade, e maravilhosos foram os milagres da Companhia! Senhor Presidente, farei um simples raciocinio, na falta da Tabella que aqui queria apresentar; mas o meu raciocinio espero eu que não hade ter menos força. Em 1678 começou a exportação para Inglaterra por 400 pipas, e subindo esta exportação progressiva e rapidamente a ponto de chegar até as 20 mil pipas antes da creação da Companhia, é evidente que era necessario que houvesse um grande incentivo de preço para que os Lavradores dessem tão decidida preferencia a esta qualidade de cultura: os nobres Deputados têem dito e repetido que as vinhas do Douro são de dificil grangeio, as terras escabrosas, e alcantiladas, e tudo isso que é verdade e em que eu concordo; são pois os Senhores deputados os que dão materiaes para o meu argumento, e que tornam desnecessaria a Tabella que me falta; porque sendo o amanho das terras difficil, á cultura dispendiosa, era impossivel que 6 mil réis por pipa fosse nunca incentivo parta tão rapido desenvolvimento. Seria um preço animador, mas sómente no caso em que os Lavradores encubassem o seu Vinho com tanta facilidade como os Indios apanham as bananas está pois demonstrado que é impossivel que este fosse o preço do Vinho do Douro antes da instituição da Companhia. Eu tenho para mim a certeza, porque o vi em documentos que me convenceram, que variando

conforme a maior ou menor procura, houve anno em que chegou a 50 e 60 mil réis antes da Companhia. Senhor Presidente, depois da Companhia, nos primeiros annos soffreumuito o Douro, e a Companhia foi creada debaixo d'um falso pressuposto: os annos de 1754 e 55 tinham sido de difficuldae de venda; isto acontece em todos os ramos; ainda há bem pouco os proprietarios do Além- Tejo e Riba-Téjo se viram assoberbados com grande quantidade de pão a que não podiam dar sahida, heis o que aconteceu lá tambem por este ou outros motivos, e então uns poucos d'homens ambiciosos approveitaram algumas reflexões que muito naturalmente lhes fizeram os compradores, e esforçando-se a interpreta-las pelo lado odioso, conseguiram que o grande homem que n'esse tempo estava á testa do Governo, decretasse o estabelecimento da Companhia: mas pergunto eu, se os annos de 1754 e 55 tinham sido máus para as vendas, fosse o motivo o da abundancia, ou da má qualidade da vendima, ou finalmente da pouca sahida, não seria rasoavel esperar pela reacção d'este mao preço? E se isto é o que acontece em toda a casta de Commercio, havia d'avançar-se uma medida heroica, uma medida que transtornando todas as fortunas, ia crear interesses, mas interesses arteficiaes? Realmente com todo o respeito que eu consagro ao author d'este estabelecimento, acho que a medida foi muitissimo impolitica; e que só os erros dominantes do tempo a podem desculpar.

E aqui posso eu dizer – nunca as Companhias apparecem, nunca os ambiciosos apresentam os seus alvitres senão quando um commercio está creado; este commercio estava creado havia mais de setenta annos, e então foi que appareceram homens que se atreveram a aconselhar o transtorno da sua marcha regular formando uma Companhia com monopolios e exclusivos (apoiados) não appareceram com o começar, ou para lhe abrir mercados; vieram quando já estava creado, e até de idade madura. Isto mesmo tem acontecido têm acontecido em todos os Paizes, e é por isso que eu em these voto contra todas as Companhias de privilegios, com muitas pequenas excepções. Quando fosse necessario, por exemplo, crear um commercio no meio de uma nação barbara, que fosse indispensavel fortificar o local da Feitoria, fazer entricheiramentos, construir castellos; que fosse necessario despender uma grande somma de dinheiro antes de entrar em operações, não podendo chegar para tudo os capitaes de um particular, nesse caso, ou outro similhante, não duvido que uma Companhia com privilegios podesse ser proveitosa, mas pelo contrario não ha senhá atrazo e ruina quando se cria de uma Companhia para um commercio que já está creado sem auxilio algum do governo (apoiados).

Senhor Presidente, o progresso que fez o commercio dos vinhos depois da Companhia é nada, é absolutamente nullo comparado com o que tinha observado nos annos antecedentes: dentro nos trinta annos immediatamente anteriores á creação da Companhia subio a exportação desde oito mil pipas annuaes a mais de dezoito mil; e a oito mil tinha elle subido desde quatrocentos em um periodo precedente um pouco meior; e ao depois, isto é, dentro em trinta annos immediatos a creação da Companhia o termo médio foi um augmento annual de

duas mil e tantas pipas!... Haverá alguma comparação entre um e outro progresso? Pelo contrário ninguém poderá dizer que depois da Companhia não houvesse uma especie de paralisação nesse progresso: (apoiados) aqui estão os mappas, Senhor Presidente, são authenticos; nos primeiros trinta annos regulou a exportação termo medio 21107 pipas que comparado com o termo medio dos trinta annos precedentes, de 18494 pipas, dá o simples augmento annual de 2613 pipas mesquinho em verdade, quando comparado com o progresso de um igual periodo antecedente da liberdade commercial temos aqui nos trinta annos anteriores á Companhia 180494 pipas de saida, termo medio; veja-se o progresso que tinha feito este commercio sem dependencia de restricções, nem de Bancos, nem de cousa alguma; unicamente entregue ás faculdades naturaes do comprador e vendedor; e depois da Companhia, os primeiros dez annos foram de uma paralisação completa, foram de preços menores; foram de uma crise; e mesmo tomando o numero de trinta annos dão termo medio 21107 pipas; por consequencia duas mil e tantas pipas de accrescimo que como acabo de dizer não tem comparação alguma com o que se havia observado anteriormente. Agora, Senhor Presidente, no que se faz a maior força, é em que annos seguintes a exportação chegou a 40 e 50 mil pipas; não há duvida, que assim foi; chegou a mais, Senhor Presidente; chegou no anno de 1801 a 66629 pipas, aqui tenho tambem os mappas relativos a esse periodo; mas acaso a razão desta immensa saida não foi já muito bem explicada pelo illustre Deputado Senhor Silva Carvalho; não é ella há muito sabida de todos os homens que despreocupados tem considerado esta materia: esta grande exportação não podia deixar de a haver, porque a guerra primeiro da America, e depois e principalmente da Europa tinha feito grandemente augmentar a procura; e pela revolução franceza houve anno que fechados todos os portos da Europa nos mercados Inglezes só lhes restava o do Porto e da Madeira, e então neste tempo, o termo medio foi de 47012 pipas: agora pergunto eu, será rasoavel attribuir este excesso aos officios da Companhia, ou ás circunstancias politicas da Europa?

Compare-se anno por anno a sahida dos nossos Vinhos com as vicissitudes europeas, e achar-se-há a razão: ninguem porá isto em duvida (apoiados). Não se entenda que com essas observações eu queira provar que o Douro não carece de todo o auxilio, ou que eu me queira negar a concorrer para tudo aquillo que possa utilutilizarelle interessantissimo Paiz. Já disse que é da maior importancia tractar deste negocio; já disse que é certamente esta a única industria que nos paga aquillo que precisamos de receber do estrangeiro, e que devemos ter todo o cuidado e todo o zello por ella. Eu faço a justiça aos nobres Deputados da Extremadura de acreditar que se acaso fosse necessario algum sacrificio local para que aquelle commercio prosperasse, seriam elles os primeiros a faze-lo, (apoiados) e seriam, não sei se me atreva a dize-lo, seriam ingratos se o não fizessem, porque as Camaras Legislativas tem tido sempre a maior contemplação com os Senhores deputados do Riba-Tejo; sempre que a occasião o tem

reclamado, e algumas vezes mesmo com parcialidade; (apoiados). Quando aqui se votaram 600 contos para auxiliar as sementeiras dos lavradores do Sul estava o Douro em muita maior necessidade, (apoiados), havia tres annos que não vendiam as suas novidades; chegando-se a arrombar os toneis, e deixar correr o vinho, só por não haver em que envasilhar a novidade seguinte; e não obstante isso, o Douro não teve aqui um Deputado que o repressentasse; nessa ocasião não teve aqui quem pedisse que esse auxilio fosse repartido com elle!... (Apoiados) Em outras occasiões os Senhores deputados tem visto, que aqui se tem tractado muito seriamente do objecto da sua particular agricultura; e eu me considero alistado na sua mesma bandeira; porque ainda que votei pela baldeação não se introduziria trigo estrangeiro que viesse offender a agricultura dessas Provincias; convicção que tive então, e ainda tenho, alias votaria contra a baldeação; eu que me considero identificado com elles em sentimentos, não posso duvidar do que sacrificariam interesses menores ao grande interesse da prosperidade geral. Estou persuadido que o nosso Paiz é realmente uum Paiz agricula, (apoiados) e um Paiz navegador; já assim o definio um grande homem que tem nome preclaro no nosso Paiz; é naturalmente navegador, porque é uma orla de mar crivada de portos; é agricula, porque não póde deixar de o ser um solo e um clima como nós temos: (apoiados) então neste caso, Senhor Presidente, sendo a lavoura a nossa principal riquesa, e sendo, aquella de que exportamos, a que nos proporciona a troca com os generos de que carecemos do estrangeiro; parece-me, ou antes estou seguro, que se fosse necessario algum sacrificio parcial os Senhores Deputados destas Provincias seriam os primeiros a faze-lo; (apoiados) e tambem no objecto de que se tracta não seriam muito prejudicados com isso ainda quando necessario. Quando se diz aqui – isto abala pelos fundamentos taes interesses – é se quasi sempre exagerado; nem o abalo é tamanho, nem as fortunas são taes como se imaginam: diz-se – esta agoa-ardente que daqui vai para o porto, vai lá augmentar o empate em que estão os vinhos, porque vai n'uma quantidade muito grande -, e por outro lado diz-se – mas se agoa-ardente não fôr fica a extremadura perdida – não póde succeder nem uma cousa nem a outra; nem a extremadura ficaria perdida, nam para o Porto vai um tal numero de pipas dágoa-ardente que podesse lá fazer alteração sensivel: ahi está, Senhor Presidente, que talvez daqui a 15 dias já não podrá ter sahida para o porto: está hoje a agoa-ardente em Lisboa por tres mil reis o almude; são precisos 32 e meio almudes para fazer uma pipa do porto; a tres mil réis anda isso por 100$000 réis a pipa; hade pagar fretes, commissões etc., de maneira que já daqui a dias não poderá fazer conta por um tal preço, salvo se a do Norte subir mais.

Ora agora, Senhor Presidente, este fluxo e refluxo é proprio do commercio; (apoiados) aqui está a nota da Agoa-ardente que tem sahido nos ultimos annos pela foz do Téjo: no anno de 1835 sahiram 1803 pipas d'Agoa-ardente: em 1836, 1754; em 1837, 1860; 1838, 802; 1839, 830; em 1840, 39 pipas!... (O Senhor A. Albano: - Ouçam, ouçam) Eis aqui a somma da Agoa-

ardente que foi para o Porto em 1840!... agora em 1841 já tem ido proporcionalmente muita mais: a sahida até o presente tem sido de 236 pipas, mas vai escasseando, e o preço que o indica: mas supponhamos que vão mil ou duas mil pipas; fará isto grande differença para os Vinhos do Douro? Faz grande differença, é verdade, se nós comparamos esta importação com o Vinho produzido no proprio limite do Douro; mas se nós a compararmos com o Vinho que produzem as tres provincias do Norte, que não será talvez menos de trezentas mil pipas, assim para a exportação e consummo, como para a destillação, esta cifra de Agoa-ardente que vai de Lisboa para o Porto, não póde ter influencia alguma prejudicial: a influencia que tem é uma influencia salutar, porque ainda ninguem se attreveu aqui a dizer, que não era de absoluta necessidade, ou pelo menos que não era de grande utilidade beneficiar os Vinhos com as Agoa-ardentes que melhor poderem combinar com elles, e aperfeiçoa-los; (apoiados) ora eu que tenho estado no Douro, que tenho visto o apreço que dão á Agoa-ardente da Estremadura; que tenho visto Lavradores do Douro comprarem com preferencia Agoa-ardente da Extremadura porque a acham tão bôa como a do Douro, e ás vezes melhor, (apoiados) como heide eu votar que se ponha um tropeço a isto, que está na ordem natural das cousas – se o meu systema é que se faça o Vinho com as menores despesas que seja possivel, (apoiados) e que se faça da melhor qualidade que seja possivel,?(apoiados) Longe de nós o forçar o Lavrador, ou o negociante a fazer as suas cotações com Agoardente má quando a tiver bôa: d'ahi se seguiria que a preciosidade do Vinho ficaria affectada; que não poderia leva-lo á perfeição de que aliás seria susceptivel, e em ultima analyse o regulamento que taes disposições contivesse iria directamente atacar a prosperidade do Douro, que consiste principalmente na excellencia dos seus productos.

Ora, Senhor presidente, tem-se aqui dito e repetido, e não é só de agora, que se não vende um quartilho de Vinho; tem-se dito que os Lavradores estão na ultima miseria – que os salvemos do precipicio em que estão por instantes a cahir – tem-se feito mil outras asserções tão fortes como estas, e é de absoluta necessidade que nós as examinemos discretamente: não se pense porém que eu pertenda affirmar que o Commercio está florescente; não Senhor; eu argumento de boa fé, e então não escureço o estado do Douro; conheço que elle tem passado pela crise inevitavel da mudança de um para outro systema; conheço que alle tem passado pelas vicissitudes politicas que são sempre opostas á regularidade das transacções: reconheço que carece de uma attenção muito particular dos Corpos Legislativos; mas destas circumnstancias reaes áquilo que aqui se tem avançado, e dado certo, parece-me que vai uma grande differença, e é necessario para procedermos com acerto averiguar aonde está a verdade, e só a verdade.

Quando o anno passado a Companhia mandara o seu juizo do anno, declarava nelle que a novidade era de 53 mil pipas, e pedia que se fizesse um corte nos de 1.ª qualidade,

porque, dizia a Companhia, o deposito é muito grande, e senão houver um corte, hir-se-há aglomerando de tal sorete nos Armazens, que em pouco tempo será da maior difficuldade o Commercio dos vinhos do porto. Esta foi a opinião, e este o pedido da Companhia ao Governo, e já no anno antecedente tinha feito igual pedido por identico motivo, sendo Ministro o Senhor F. Coelho. Repetido desta vez com a mesma, ou maior instancia, ou porque não entendeu bem a Lei de 7 d'Abril de 1838, ou porque, se a entendeu, imaginou que o Governo podia supprir a falta que supponha nella; nestas circumstancias o Governo mandou ouvir não só os procuradores Fiscaes da Corôa, mas algumas pessoas que entendeu lhe podiam dar algumas luzes sôbre a materia; aqui está o meu Amigo Senhor Albano a quem o Governo consultou, e tambem eu tive a honra de ser consultado; e disse nessa occasião o seguinte que a Camara me permittirá que eu lêa: "Não pertendo de maneira alguma dizer com isto que a existencia dos nossos vinhos não seja no momento actual muito superabundante, e que dahi não venham grandes males á lavoura, e ao Commercio deste ramo, mas é necessario que elles se vão progressivamente remediando segundo as Leis, e que quando outras se proponham, tenham a benefica tendencia de hir levantando este Commercio ao seu estado natural., o que de maravilha se poderá conseguir mediante medidas arteficiaes. Se eu visse em perigo eminente no actual estado de cousas eu tambem aconselharia a Vossa Excelênciaque tomasse sôbre si a responsabilidade da medida; mas o que eu vejo é, que a novidade de 1839 foi muito mais pequena, que a dos annos precedentes, e a consequencia necessaria é a diminuição do deposito; e esta circumstancia, junta com a da promulgação da Lei novissima, que desobstruiu a sahida dos nossos vinhos pela barra do Porto para os Portos da Asia, Oceania, etc. não collocam o negocio em peior situação do que estava o anno passado, quando o Governo, fundando-se em um Parecer de uma Commissão das Côrtes, resolveu pela Portaria de 18 de Maio de 1839, que não havia logar para o corte que a Companhia lhe propunha." O que eu aqui disse verificou-se exactamente, e não era preciso grande perspicacia para oesperar assim: eu vou mostrar á Camara como se verificou: aqui estão os documentos da Companhia por onde se prova a existencia do anno passado que é a seguinte: isto é a que corresponde á novidade de 1839, e que foi dada na consulta da Companhia de 21 de Fervereiro de 1840: - novidade 58.150 pipas – vinho manifestado pelos Lavradores 28 174 – existente no Porto e Vila Nova 135 459 – fora das barreiras 14 951 – agoa-ardente e geropiga 7 813 – Docas de Londres 23.844 – total 266.751.

Ora a colheita deste anno foi 72 039 pipas, isto é em numeros redondos mais 14 mil pipas de que o anno passado; sommada pois esta verba com todas as outras das especies que acima fiz menção, segundo estão mais ou menos alteradas na ultima Consulta da Companhia de 22 de janeiro de 1841, devia existir no deposito geral um acrescimo de 14 mil pipas, caso se tivesse vendido uma porção igual á da colheita; mas felizmente não succedeu assim, porque

apenas na somma total há mais 4 mil pipas, donde se segue que se consumia uma porção de vinho igual, á novidade, e mais 10 mil pipas; então, Senhor presidente, com quanto digamos que este ramo está desgraçado, não o podemos considerar na ruina em que o querem figurar; pelo menos, e esta é a minha opinião; não está tão ameaçador que nos obrigue a tomar uma medida heroica, e desesperada, que traria consigo riscos, que nós não sabemos aonde iriam parar. Se a Camara me dá licença, eu mostrarei o que me informa uma pessoa do Porto de toda a capacidade, e muito versada nestes negocios, porque os tem estudado como Lavrador no Alto Douro; porque os tem visto na Praça do Porto como commerciante; e porque os tem visto de perto nas Docas de Londres, porque por lá esteve uns poucos de annos quando emigrado, e frequentou as docas, e conheceu estes negocios a fundo, e gastou muito mais tempo, seja-me permittido dize-lo, que nos pasmatorios: se me dão licença eu lerei a sua informação, que coincide nos pontos principaes com outras que recebi.

Diz este meu antigo Amigo na sua carta, que é datada do Porto de 26 do mez passado, o seguinte "Os preços dos vinhos na ultima novidade podem-se dividir em todo o Douro em duas classes ou em dous valores, quasi do dobro de um para outro, pelo modo que vou explicar. Os Inglezes zangados com as misturas fraudulentas que os vendedores fazião nos vinhos, (note-se bem, e avalie-se a exactidão com que aqui já se fallou das misturas e adulterações que os compradores fazião nos vinhos) " estabeleceram-se há trez annos o uso de comprarem as uvas nas vinhas – sujeitare-se á incertesa da qualidade pelo tempo da vendima, e mandarem por sua conta vindimar, e fazer os vinhos, a fim de os obterem puros sem confeição nem mistura; e pagando ao Lavrador quantas pipas correrem no lagar. Este uso tem sido mais geral no alto Corgo, que é onde há mais quantidade de vinhos finos, e pelos vinhos finos feitos assim regularam na vindima os preços para os Lavradores desde 29 a 30 mil réis dos annos de 25 a 35 mil réis, porque se venderam Vinhos de quintas mais conceituadas. Os Lavradores porém que não venderam na vindima, e esperaram para vender em Dezempbro e Janeiro, obtiveram quasi o duplo, pois que os vinhos da qualidade que se vendeu na vindima a 35 mil réis se venderam depois a sessenta". Aqui refere o meu Amigo a causa desta subida, mas eu receio enfadar a Camara com a leitura de uma carta (Lêa, lêa) " As causas para tal preço, nem foram as boas vendas em Inglaterra, nem aqui; foi o conceito de bondade que a colheita obteve, e a necessidade que fizessem quasi todos os Negociantes de comprar, em razão de terem os vinhos aqui armazenados compostos com bastante geropiga, que era o gosto anterior – não havia outro remedio senão comprar vinhos assim fortes como foram os da ultima novidade. Os vinhos chamados verdes, ou mais do alto, e longe do Douro, que ordinariamente se empregam para destilar em agoa-ardente valeram pela vindima a 8 mil réis, mas agora querem por elles 12 mil réis em rasão da alta dos maduros e mais proximos ao rio. Os Vinhos do baixo Corgo, de que

ordinariamente se fazem as exportações para o Brazil, valeram pela vindima a 15 mil réis, e ultimamente tem valido de vinte a vinte e oito.

O vinho fino está todo vendido – o immediato, ou de segunda, quasi todo – do de terceira porém ainda há bastante; e posto se não possa saber qual a existencia total no Douro, não vendido, parece-me que não serei exaggerado calculando-a em vinte e cinco mil papas, attendendo a que do anno passado para o presente passaram em existencia no Douro entre dezasseis e vinte mil. Os annos de 1836, 37, e 38 foram talvez os de mais estagnação em vendas, e de adversidade para os Lavradores; não se vendeu então metade da producção, porque a ampla Liberdade fez com que no anno de 1835 viesse para o Porto quanto vinho ordinario e confeicionado se produsiu pelo Districto todo do Douro, e suas visinhanças, e apar delle immenso da Anadia; e então appareceu uma immensidade de negociantes, ou antes vendilhões que vieram estragar o mercado; fizeram desacreditar o genero, e fizeram esmorecer e desanimar os comerciantes regulares, que julgaram quasi impossivel o tornar se a regularisar este Commercio, continuando a mistura, e sahida pela Barra do Porto de vinhos que pela maxima parte não eram do Douro, no anno de 1837 comprou-se vinho excellente da novidade de 1836, a vinte e dous mil réis que agora se vendeu a sessenta. Tudo estava então na maior apathia. Seguiu-se ao mal ponderado, que os Inglezes começaram a comprar, como acima digo, os vinhos da vindima, e a faze-los debaixo das suas vistas para evitar as confeições. Os vendilhões, ou porque não poderão esperar, ou +porque se lhes arruinava o género, por ser de origem má e adulterado, foram muitos delles a terras, e posto que outros tenham apparecido sempre são em menor numero, e tem-se conhecido palpavelmente que os effeitos do dolo são temporarios, e que a verdade é uma necessidade para o Commercio, e para tudo em que se pretende utilidade com permanencia – e destas circumstancias já derivou alguma regularização para este objecto. No Douro a agoa – ardente que valeu nos tres mezes passados a dezessete moedas, vai agora vinte, motivada a alta pela subida dos vinhos proprios para destilação; e este artigo deve este anno ter muito consumo pelas grandes compras de vinho que se fizeram, posto que na Anadia consta haver bastante, etc.

Ora agora, Senhor presidente, eu não posso fazer mais do que affiançar á Camara debaixo da minha palavra de honra, que a pessoa que me deu estas informações merece todo o credito; que está acima do alcance dos interesses actuaes, e por consequencia não tinha necessidade alguma de me enganar; e ainda se fosse preciso eu citaria algum Lavrador que me está vendo, que fez as suas vendas este anno com muita mais facilidade que no anno passado, e obteve muito melhor preço; e no anno passado que no anno anterior; isto é exactissimo. Por tanto, Senhor Presidente, se nós vamos melhorando alguma cousa, se á força de luctar com as circumnstancias temos estabelecido um meio termo, que não é a antiga Companhia, com todos os seus abusos, e privilegos, que devassava todo este Commercio, sem crear nenhum mercado

novo, antes destruindo-os, como destruiu o mercado do Brazil, e da Russia; destruiu, e destruiria tudo; porque a sua politica era a politica de uma Companhia privilegiada; não era a do Negociante infatigavel que dia, e noite pensa como póde alargar a esphera das suas importações ou exportações; porque a sua politica da Companhia era, para assim dizer, a politica da Fabrica Real das Sedas, que fazia um padrão novo, e quer mudasse a moda ou não mudasse, ainda dahi a dez annos fabricava a mesma seda; se a Companhia digo não existe, mas uma inspecção salutar que desvia do mercado do Porto os vinhos que não são do Douro, que necessidade temos de recorrer a novas alterações? A Companhia não queria mandar para o Brazil, como hontem disse o Senhor Maia, os vinhos a que os consumidores queriam dar a preferencia, e quis conservar sempre a remessa de vinhos de superior qualidade; por isso ella perdeu aquelle Commercio depois da abertura dos Portos, Commercio que ella podia vedar aos Estrangeiros ainda que nos primeiros annos fizesse algum sacrificio, se fosse verdadeiramente animada do espirito mercantil. Perdeu tambem o da Russia pela razão inversa, e porque se não deu ao trabalho de ir estudando a variante que se ia operando no gosto dos consumidores: vieram os Francezes, e os Sicilianos aproveitar-se do nosso descuido, e lançaram-nos fóra do mercado. Todas estas perdas são do tempo da Companhia, e estas e outras hão de sempre acontecer com Corporações privilegiadas, porque os seus Directores tem mais cuidado nos ordenados do que no interesse real dos Accionistas, e na protecção para que foram creados.

Senhor Presidente, o meio de achar a verdade não é fazendo aqui asserções exaggeradas; eu desejo só que se empregue só a verdade, porque sem o emprego della não podemos acceitar na escolha das medidas. Não posso admittir que se diga: vendiam-se os vinhos a 6 mil réis antes da Companhia, e depois a 180 mil réis; não posso admittir que se diga que nas cócas de Londres estão 50 mil pipas, quando só estão 24 mil, não posso admitir que se asevere que não se vendeu o vinho do anno passado, quando se vendeu todo, e mais dez mil pipas. Se vamos reflectindo deste modo, podemos ter toda a certeza que não faremos senão desacertos. Tendo pois mostrado que o estado do Douro não é tão precário como aqui se apresenta, posto que seja mui necessario melhora-lo pelos modos possiveis, tambem devo mostrar que não é este banco o que havia de salva-lo. Este Banco ia fazer um transtorno total em todas as relações do Douro: cada uma das grandes Casas Commerciaes tem a sua roda de freguezes: se se estabelecesse um Banco de 2 mil contos, que é um capital consideravel, que havia de acontecer, Senhor presidente, a maior parte desses homens, ás difficuldades que estão soffrendo com grandes empates nos armazens, vendo accrescer outras difficuldades haviam de fazer ponto: os freguezes haviam de fugir-lhes, e entre a fuga delles, e a vinda de freguezes ao Banco havia de mediar uma grande distancia, de cuja distancia se havia de ressentir necessariamente a Companhia nova; e o paiz do Douro seria a primeira victima.

Eu não quero entrar nas minuncias do Projecto, nem pretendo censurar nenhuns do Senhores que o assignaram; o negocio é muitissimo complicado e muito complexo, homens de muita boa fé têem votado por um e por outro lado, mas por isso mesmo é preciso vermos onde nos levava este Projecto. Este negocio de vinhos é de sua natureza capaz de absorver quantos capitaes tenha disponiveis o Commerciante; a experiencia mostra que quando um homem começa com 100 contos, a fazer o Commercio dos Vinhos, em pouco tempo, apezar da tenção que formasse, se acha com 300 empatados; o dinheiro e o credito poe-se logo em jogo porque o apetite de uma boa novidade não tem regra; todo quanto dinheiro houvesse no Banco havia de ser empregado em vinho, e ainda que o Banco não perigasse pela ambição que é mais propria dos particulares, lá estava o preço fixo, e a obrigação de comprar, que em breve lhe poria o capital todo em movimento; e então que se segueria? O Banco estava a espalhar as suas notas; vinha uma corrida destas que frequentemente accontecem, e não tinha fundos com que podesse resgatar; dentro em trez mezes estava fallido! Não havia outro remedio; e ou falisse o Banco, ou a sua creação fizesse fallir os Negociantestudo erão desgraças para o Douro.

Os Bancos de desconto, e de circulação não têem os seus capitaes n'uma fazenda tão pouco apuravel como é o vinho: todos sabem que este Banco de Lisboa tem as suas notas na circulação; mas tem sempre uma quantidade de metal á disposição dellas; e a experiencia ensina qual é a porção de metal que deve ter existente para occorrer d'um caso d'apuro ao resgate das notas que tem na circulação; esse acaso lhe falhar este calculo, tem boas Letras de Cambio, tem ouro em barra, tem brilhantes, tem outros objectos de prompta realisação, que vai empenhar a um ou mais Capitalistas, com a differença de um ou dous por cento, e cijo producto mette na sua caixa á disposição dos portadores das suas obrigações. Mas alli no Banco rural, commercial, ou como lhe quizerem chamar, se houvesse esta corrida, e se quizesse vender o vinho, quero vêr como havia de apurar dinheiro para apurar as notas; estava fallido! O Projecto realmente é suicida; não podia existir seis mezes, não podia achar em si Accionista, porque ninguem queria pôr o seu dinheiro n'um rico maior do que o dos que mandavam polvora para se vender no tempo do cêrco do Porto.

Senhor Presidente, não é por este meio que havemos de salvar o Douro; é prudente não fazermos saltos; a liberdade que as circumstancias reclamaram em 1834 está hoje regulada por uma inspecção de qualidades, que commum a muitos generos, e a muitos Paizes. Vemos que tem havido muitos melhoramentos neste ramo, vemos que a Lei que izentou o vinho de visitas por saida para todos os Portos que não fossem da Europa, tem tambem produzido o seu effeito: parece-me que é de toda a prudencia continuarmos neste estado de cousas, e vermos o resultado disto; parece-me que é de toda a prudencia irmos negociando, e tractando com as Nações que nos podem consumir aquelle genero; tracte-se ou com favores especiaes ou sem elles, sôbre a base de uma perfeita reciprocidade; mas em todo o caso evitando que as Nações

Estrangeiras, a França, Nápoles, ou Hespanha, consigam para os seus vinhos aquillo que nós não tenhamos conseguido para os nosso.

E este negócio é muito sério, seja-me permittido dizer tudo o que me parece vêr diante de mim: póde ser que isto seja fructo de uma imaginação esquentada; mas tudo o que eu vejo diante de mim, se tivermos juizo, é de grande prosperidade para o Douro, quero dizer, havemos de ir melhorando muito a industria daquelle Paiz, por uma razão muito simples; porque a tendencia geral nos Paizes com quem commerciamos é a diminuição nos direitos de importação: as Commissões creadas ad hoc em Inglaterra para darem o seu parecer sobre certos Artigos da Pauta que estavam muito carregados, declararam que os vinhos não deviam de pagar mais do que o direito de dous shillings por galão, isto é, pouco mais da terça parte do que pagam actualmente; com esta opinião foi d'acordo a Commissão da Camara dos Comuns, cujo Relatori por ahi anda impresso: se os inglezes derem este passo, nós havemos de exportar muito mais vinho, até, digo mais, se os inglezes derem este passo, convém que nós façamos o sacrificio que podermos para tirar os 12$000 réis em pipa, que se pagam por sahida na Alfandega do Porto. (Apoiados). Eu não hei de dizer que lancem de repente por terra 300 contos de réis da nossa receita, porque realmente isto nos poria hoje em grande embaraço; mas sempre advertirei á Camara que esses 12$000 réis se sustentaram neste único pensamento, e foi que o vinho do Porto em Inglaterra pagava 28 libras de direitos por pipa, e que n'uma fazenda, cujos direitos eram tão pesados, 3 libras mais ou menos no seu custo, que aliás o genero já antigamente supportava debaixo de diversas denominações, não faziam vender nem menos, nem mais.esta é a opinião que grassou nesta Camara quando em 35 se ventilou este negocio muito extensamente, e por isso se deixou permanecer aquelle direito. Mas agora, digo eu, se em logar de 28 libras vier o direito para 8 libras, então vamos a calcular como os 12$000 réis se hão de substituir, por que será de absouta necessidade o aboli-los, aliás nos poriamos em grande desvantagem para com os vinhos de Xerez, e com os outros que têem consumo nos mercados inglezes; e então, Senhor Presidente, se alguma modificação houver nos direitos de entrada nos Portos do consumo; se nós tambem tirarmos os 12$000 réis, ou a maior parte delles, quem póde duvidar de que o Douro há de prosperar? Creio que ninguém poderá negar.

Mas supponhamos que, apesar de todos esses pareceres, as Camaras de Inglaterra não querem fazer abatimento algum, ao menos temos a necessidade de vigiar que não vão os Inglezes fazer algum Tractado com a França, do qual resulte que os nossos vinhos fiquem pagando mais. eu não o posso acreditar, porque na verdade seria da parte da Inglaterra uma ingratidão para com este Paiz; porque a França, por mais que lhe gaste, nunca lhe há de consumir nada em proporção do que nós gastamos e pelo nosso intermedio as Provincias limitrofes da Hespanha. Eu tenho aqui uma carta de um amigo meu, respeitavel negociante de Londres, que diz alguma cousa a este respeito: é de moderna data; é de 27 do mez passado; e

parece-me que o assumpto della merecerá a attenção da Camara. "estará ao facto (diz o meu amigo) de que quando se soube do Tractado que se andava negociando entre esta e a França, e na supposição de que um dos pontos fosse a reducção dos direitos nas agoas-ardentes e nos vinhos francezes, o commercio do nosso vinho do Porto foi mais ou menos interrompido, suppondo-se que o vinho Francez viesse ser admittido a um direito mais baixo. Os negocios Turco – Egypcios comtudo puzeram um termo, por um tempo, a possibilidade da conclusão do tal Tractado commercial; mas de ultimo tem-se fallado nelle, e tanto os papeis Francezes, como os Inglezes dizem que em pouco tempo se assignará (pois elle parece que estava quasi concluido); estes voates, repetidos amiudamente, tem de novo feito com que haja receio em compras de vinhos de Portugal – isto com tudo não chegaria a ponto grande ou serio, se não fosse aresposta dada na Casa dos Communs o outro dia pelo Presidente da Mêsa do Commercio (The Presidente of the Board of Trad) a uma pergunta de um Deputado, se havia alguma probabilidade de similhante Tractado se concluir, em que dava a entender que não só havia essa probabilidade, mas que muito em breve se esperava que isso tivesse logar."

Este meu correspondente é o Sócio de uma das principaes Casas de Commercio Portuguez estabelecidas em Inglaterra, e que exporta regularmente acérca de 1400 pipas annuaes; mas, quando esta circumstancia lhe não grangeasse todo o credito, ahi estão os papeis publicos que podem ser consultados.

Isto deve servir de governo ao nosso Ministerio para ter cuidado em que os Francezes nos não levem a avançada neste negocio, porque, como aqui diz, mais para baixo, se acaso se conceder aos Francezes a diminuição dos direitos ainda que depois possamos conseguir outro tanto, a demora que houver entre a feitura de um e outro Tractado póde ser muito prejudicial ao nosso Commercio. Eu não receio demasiado, porque a tendencia geral do dia é para a igualdade nas Alfandegas, e reciprocidade nas bandeiras; mas com tudo a vigilancia é sempre recommendavel em materia de relações commerciaes.

Então por estas, e outras razões é que eu digo que não precisamos de recorrer a medidas tão extraordinarias e tão anachronicas como a da creação do banco que se propõe. Todo o mundo sabe, Senhor presidente, quaes tem sido as causas que tem feito diminuir o nosso Commercio, já algumas tem sido removidas, não o forão ainda todas; houve uma causa que fez um grandissimo mal, e causa que foi atalhada pelo actual Ministro dos negocios do Reino, que foi um direito novo que se estabeleceu no Porto de dois mil e quinhentos e vinte réis em pipa lançado por a Camara além do que estava estabelecido por Lei. Por occasião de dar o meu parecer o anno passado de que aqui já li uma ou duas passagens, dizia eu ao referido Senhor Ministro: "um grande beneficio na minha opinião poderia fazer Vossa Excelênciafazer desde já a este interessante ramo, e era o fazer vigorar a resolução do Conselho do Districto do Porto (desattendida por um antecessor de Vossa Excelencia) para fazer cessar e annular o tributo

novo de 2520 reis de consumo em cada pipa de vinho. Este tributo foi lançado pela Camara sôbre um Artigo que já pagava legalmente para o consumo 6.300 réis por pipa. Na minha opinião o Conselho de Districto mui sensatamente resolveu annulando a disposição da Camara, mas o tributo ainda hoje se cobra, e por desgraça pesa directamente sôbre os Lavradores, qomo acontece sempre que há superabundancia de qualquer genero."

Eu peço desculpa desta allegação que talvez não pareça muito modesta, mas eu tenho empenho em dar provas aos dignos Deputados do Douro, que a prosperidade do seu Paiz é objecto dos meus mais ardentes votos. Este direito novo, e mal cabido, foi sem duvida um dos motivos, que contribuiram muito para o abatimento deste Commercio na parte do consumo interno, e a sua abolição é um dos motivos que tambem concorreram para o melhorar; e á maneira deste ainda temos outros meios sem ser percizo recorrermos ao Banco, porque quanto maior sahida nós podermos dar ás qualidades secundarias mais facilitaremos as vendas, e mais fomentaremos os preços.

Senhor Presidente, eu sei que me tenho desviado do ponto da questão, mas peço perdão; não póde ser por menos. Disserão os Senhores Deputados do Douro que se tem exportado muito menos do que exportavam, e se se lhe mostra que tem exportado mais, dizem mas esse mais não dá o dinheiro que dava o menos em outro tempo. Eu tenho aqui a estatistica desde o anno em que começou a Companhia até ao anno de 1840, desde a Paz geral de 1815 até 1824.

Eu podia lêr á Camara tudo isto, não digo só desde a formação da Companhia, mas desde que se exporta Vinho do Douro para Inglaterra, entretanto seria muito abusar, na hora em que estamos, da paciencia da Camara. Tudo isto corre impresso. Mas dizem os Senhores Deputados, quando colhidos no ponto das quantidades exportadas: - mas com toda esta sahida não recebemos o dinheiro, que recebiamos então com menor exportação; ora creio que dou uma prova de boa fé n'esta materia apresentando os augmentos mais fortes dos Senhores Deputados em toda a sua exactidão: vamos a ver seriamente quaes são os motivos d'isto; se a causa fôr o de não haver Companhia, então desde já declaro que voto para que haja Companhia, mas se for outra a causa, então voto contra. Temos a exportação de Vinhos do Xerez em Inglaterra, que principiou há menos de vinte e cinco annos, e cuja exportação, sem Companhia, é hoje de quarenta mil pipas, sendo d'ellas tres quarta partes, ou muito perto d'isso gastas em Inglaterra – temos a prolongação da paz geral – temos a diminuição dos preços nos artigos de luxo, que têm progredido na razão directa da maior produção; e do mesmo modo, ainda quando houvesse Companhia. Mas com estas reflexões, não pertendo eu desviar a questão dos preços. Disse o Senhor Gomes de Carvalho que em 1834, valeu o Vinho trinta e quatro libras, em 1835, vinte e duas libras, e em 1836, vinte libras, etc., etc., e agora dezassete libras, o que mostrava que em o curto espaço de sete annos havia este genero

baixado meio, por meio. Esta informação que o nobre Deputado deu á Camara, tendo na mão o Nacional, affirmou ser dada por uma Casa de Correctores muito respeitavel, e que não era suspeita. Longe estou eu de dizer que os preços se tinham sustentado desde então, mas há de permittir-me o nobre Deputado, que lhe diga que se deixou illudir por um documento, do que nada menos fez falsear a referencia, a que se socorreu. Não é exacto o que n'esse sentido se allega, eu conheço muito de perto a Casa Mathew Clark, etc. Keeling citada n'esse escripto; faz-me ella o obsequio de mandar os seus preços correntes, e juizo do anno, que costuma publicar na estação competente; é certamente uma das primeiras Casas de Correctores em Londres, e uqe merece o maior conceito, não só pelo que respeita aos nossos Vinhos, como aos de todas as outras Nações, sôbre que igualmente faz o seu juizo, a fim de que se possa formar uma idéa geral d'este grande ramo de Commercio. Eu aqui tenho o seu ultimo preço corrente, e notas, que está bem longe de servir de apoio ao que disse o Senhor Gomes de Carvalho. Diz alli quanto ao nosso artigo: "A importação dos Vinhos Portugueses do Porto, e outras partes, no anno de 1839 no Reino Unido subiu a trez contos duzentos e setenta e dous mil e duzentos e oito gallões, o que comparado com a importação de 1838 dá um augmento de cento e trinta e oito mil quatrocentos e oitenta e tres gallões.

Isto pelo que diz respeito á quantidade, agora quanto a preços eis aqui o que eu leio no mesmo papel: Porto, velho muito superior quarenta a quarenta e oito libras – velho bom vinte e oito a trinta – velho de outras qualidades de vinte e um a vinte e quatro – muito superior " de 1834" de cincoenta a cincoenta e cinco libras – bom Viho novo de vinte e quatro a trinta – novo de outras qualidades de dezessete a vinte libras. Ora em quantos eu vejo preços de trinta, quarenta, e cincoenta libras, e quando eu considero que uma grande parte do Vinho que se exporta pelos Negociantes regulares é do das melhores qualidades, não posso acreditar que o resultado total do seu producto tenha tão desproporcionalmente diminuido, como aqui se tem pertendido fazer acreditar. O que as Casas regulares exportaram no anno preterito, eu aqui o tenho n'este mappa, e por elle se poderá a Camara inteirar da exactidão, com que fallo, e da exaggeração do documento, que produziu o Senhor Deputado, a que me refiro. Ora se o verdadeiro estado é este, nós havemos vir a uma conclusão, que é a de regeitar o Projecto in limine, (apoiados) e depois vermos os meios proprios indirectos, e naturaes do milhorar este negocio, como é do nosso dever. Não há duvida que a primeira cousa que se devia recommendar ao Governo seria o tractar quanto antes com o Brazil, e com Inglaterra, como já filizmente fizemos com os Estados – Unidos d'Americano (sic), vigiando, sôbre tudo, a marcha dos negocios para não ficarmos na expectativa do que essas nações foram com as outras que são nossas rivaes n'este producto. Com as medidas que tenho apontado no decurso da minha falla, e com outras que a experiencia há de ir aconselhando, espero eu que havemos de ir melhorando a sorte d'esse famoso Paiz do Douro, e do seu Commercio, o que na minha opinião

de certo não conseguimos com a creação do Banco; (apoiados) voto por consequencia contra a qualidade do Projecto.

Lisboa, 13 de Março de 1841 – Discurso do Deputado Agostinho Albano da Silveira Pinto defendendo o exclusivo parcial das aguardentes na discussão do projecto do Banco Agricola-Comercial, apresentado pela Comissão Especial dos Vinhos.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de Março de 1841.*

O Senhor Agostinho Albano: - Senhor Presidente, no primeiro dia em esta materia se apresentou em discussão pedi eu a palavra depois de muitos Senhores Deputados já a terem pedido, e até alguns haverem fallado sôbre o assumpto, a esse tempo ainda nenhum, ou mui poucos illustres Deputados desta Camara sabiam o sentido em que eu havia de fallar; as minhas opiniões naquelle momento eram as mesmas que hoje são; por outro modo, tenho as minhas convicções que tinha naquelle dia, e as que tinha então são as que communiquei a alguns dos illustres Membros que pertencem á Commissão Especial; e apello para o seu testimunho: a aquelles a quem me dirigi, conversando sôbre o assumpto, disse que adoptava o pensamento do Projecto, mas que não patilhava de maneira nenhuma as opiniões emittidas em alguns dos seus Artigos. O pensamento do projecto é o estabelecimento d'um corpo entermedio entre os Lavradores e os Commerciantes, a fim de sustentar o preço desta rara producção: de todas as mais provisões que vem neste Projecto eu não posso admitir senão algumas, ou mui poucas; parte dellas já estão fóra de combate, e eu lamento muito que depois de alguns artigos terem sido retirados pelo illustre Relator em nome da Comissão, ainda houvesse algum illustre Deputado que se entertivesse a combater o que já não era objecto de questão: perdoem-me os illustres Deputados que isto fizeram, que lhe diga haver sido muita falta de genorosidade; e tal foi o empenho que mostraram em impugnar a circulação das notas emissiveis pelo projectado Banco, quando tal projecto estava retirado: entretanto fez-se disso grande argumento para mais affeiar se mais fosse possivel á hodiondez do projecto; mas são águas passadas; não fallemos mais nisto. Agora, Senhor presidente, para sustentar o principio, a sentença principal, ou como disse, o pensamento do Projecto, terei de passar em revista os principaes argumentos que seus illustres impugnadores produsiram, que segundo me parece, fizeram uma impressão profunda nas convicções; todos esses argumentos produsidos pelos meus adversarios nesta questão acham-se refundidos nos primeiros que apresentou o meu illustre amigo, e Deputado peloPorto o Senhor Maia; os mais que se addicionaram não foram senão uma parafrase do texto, a reproducção d' alguns factos, e seu desenvolvimento; e pela maneira com que foram apresentados por certo teriam de produsir effeito; mas desses factos não se mostraram senão uma face, eu mostrarei o reverso da medalha, que segundo meu modo de ver mostra bem o contrario do que se pretendeu provar.

Senhor Presidente, alguns adversarios meus n'esta questão e que combateram o Projecto não tenho satisfação de os vêr em seus logares; não lhes mereço a honra que me dessem attenção; e só destes serei ouvido pelo illustre Deputado por Santarem que se acha presente; cumpre-me porém dizer que um delles não compareceu por motivo muito justificado porque sei ter passado incommodado; mas outro quejá esteve n ésta Camara illiminou-se. Não lhe mereci a honra de me ouvir; na verdade muito pouco contavam os illustres Deputados com o que eu tinha a dizer, e muito contavam com o seu triupho: sim contavam com o seu triunpho, e este triumpho é certo! Mas, Senhor Presidente, nem por isso deixarei de combater até a ultima extremidade com as armas da boa fé, da rasão, dos factos, e creio que da logica; esta questão involve objecto da mais alta importância, e como eu tenho de desfazer argumentos, d'explicar factos que foram apresentados, ou explicados por tal maneira que eu entendo que delles se deduz inteiramente o contrario que se quis provar; eu devo ser prolixo e não tenho mais remedio senão combater cada um dos argumentos que os illustres impugnadores do Projecto produziram; não poderei pois de deixar de ser longo; e por isso desejo chamar a attenção desta Camara, e porque no combate desses argumentos não poderei gastar pouco tempo, hei de precisar de toda a sua paciencia; mas eu ainda espero mais de sua bondade: os mais fortes e os principaes argumentos como digo, foram ennunciados pelo Senhor Deputado Maia, os outros Senhores Deputados só trataram de os desenvolver, e eu procurarei tambem decifra-los.

Começou o illustre Deputado por Santarem o Senhor Izidro por estranhar muito que a Commissão especial creada por esta Camara para tractar do objecto especial, e especialissimo dos Vinhos, viesse a esta Camara trazer um Projecto, porque uma Commissão é só para dar Pareceres! Oh Senhor Presidente, que censura tão amarga e deslocada!!... Perdôe-me o illustre Deputado: pois esta Camara cria uma Commissão especialmente só para este objecto a fim de apresentar providencias sôbre pontos tão importantes, como aquelles que se sujeitaram á sua consideração; quando lhe foram mandadas as representações, nas quaes se acham os clamores, e os queixumes dos Lavradores do Douro, e estranha-se que a Commissão apresentasse – um Projecto que tem por fim attender a seus justos brados! Perdôe-me o illustre Deputado; a Commissão especial dos Vinhos desempenhou a sua missão, se a prazer desta Camera, se a seu desprazer, a votação o mostrará; mas ella cumprio com a missão que lhe foi incumbida pela Camara. E cumpriu-a no sentido em que as suas convicções entendeu. (Apoiados) esta illustre Commissão era composta dos Membros respeitaveis que aqui se acham; alguns delles assignaram o Projecto com declarações, e já se vê que os illustres Membros que o assignaram com essas declarações não partilharam inteiramente as opiniões dos outros Membros.

O pensamento do Projecto, Senhor Presidente, exprime a opinião univoca hoje em dia de todos os Lavradores do Alto Douro, raro será aquelle que discorde; e se ainda um ou outro poderá não gostar do meio proposto que eu alludo, a maioria dos Lavradores do Alto Douro, estes hoje só tem uma voz única; a salvação que elles entendem haver para o seu Paiz, e para a Industria agricola do mesmo; está na creação de um estabelecimento intermedio entre elles, e os Commerciantes; neste Estabelecimento intermedio é que elles põem a sua esperança; é o que tanto tem contestado os lavradores da Estremadura; mas, Senhor Presidente, se esta Camara não der attenção aos continuados clamores daquelles Povos, paciencia; serão mais felizes os Lavradores das Provincias do Sul, acharão mais sympathias, tiveram esta feliz sorte; e a desgraça seja lá para o Douro!! (Vozes: - Muito bem, muito bem). Mas, Senhor Presidente, não há de ser com sentimentalismo, nem há de ser com invectivas, nem hade ser com recriminações que eu hei de sustentar aquelle pensamento; eu não digo o Projecto, note-se bem, mas o pensamento do Projecto, então, Senhor Presidente, recorrerei aos factos. Os illustres Deputados que o impugnaram ou quizeram levar á evidencia as suas demonstrações, entendo que provarão de mais quando quizeram mostrar que não havia necessidade deste corpo intermedio, que este corpo intermedio não podia ser, e que mesmo jamais fóra o intrumento promotor da fortuna que aquelle riquissimo Paiz de Portugal havia obtido durante muito tempo: e por tal modo apresentaram as suas razões, a tal ponto levaram as suas demonstrações, que passaram muito além do que pretendiam demonstrar, porque em vez de figurar a verdade, de representar o estado misero em que elle se acha, o apresentaram-no como um Paiz de abundancia!! Mas para seu desengano leiam as Representações que ahi estão sôbre a Mêsa, e se o quizerem vão lá mesmo, e desenganem-se com seus olhos, mas eu creio que elles não tem a vontade, nem o desejo de lá ir; mas se lá fossem veriam como eu vi no anno mesmo em que tive a honra de ser eleito Deputado (não por aquelle Districto), veriam reduzidas á mingoa, e á desgraça, familias ricas, familias que viviam na abundancia; veriam hoje muitas na mesquinhez, poucos na mediania, o maior numero na miseria, e na pobreza! (Vozes: È verdade). E eis aqui o quadro do Douro, mas este não é o quadro que se nos faz ver, antes se nos apresenta aqui um quadro de luxo, de brilhantismo, e de abundancia.

Senhor Presidente, se qualquer das Nações cultas da Europa que entenda o que é isto de augmentar os meios de riqueza nacional, possuisse o Districto do Douro no seu seio; por exemplo, se a Inglaterra podesse converter os Grampians da Escocia nos montes alpestres escabrosos, e empinados do Douro; se a Hungria podesse comverter os montes Krapackes nos pedregosos rochedos do Douro, providencias sôbre providencias, e as mais energicas, seriam tomadas para fazer com que continuasse a ter valor um terreno cuja única faculdade productiva é a de produzir um vinho exquisito, um vinho singular que não tem igual que não tem similhante na Europa. (Muitos apoiados). Eis aqui, Senhor Presidente, o territorio em que

se produzem, e em que se criam os vinhos do Douro, cuja nomeada era conhecida em todo o Mundo; e sendo a videira uma das plantas fructiferas, comuns a quasi toda a Europa, e cuja cultura seja mais universalmente espalhada, e da qual com mais cuidado se tracta; a terra não cria videira se cujo fructo se tire vinho que iguale ao do Douro, cujas qualidades intrinsecas emparelhem com elle; debalde me fallaram dos vinhos de Champagne, dos vinhos de Bordeos, dos vinhos do Rheno, dos vinhos de Joanisberg, de todos estes vinhos, a muitos dos quaes eu darei antes o nome de vinhôco (riso), porque tem um merecimento puramente artificial, e só de méra estimativa; querer offuscar o merecimento natural, o merecimento singular, e peculiar ao vinho que se cria no Alto Douro; realmente, Senhor Presidente , é irrisório que taes vinhocas para assim dizer pertendem destruir a incontestavel reputação daquelle. Senhor Presidente, eu envergonho-me da falta de attenção, e cuidado que nos tem merecido os vinhos do Porto, principal fonte da nossa riqueza publica (apoiados), envergonho-me disto, e então o terreno do Douro que não póde produzir outra cousa não há de merecer consideração alguma? Senhor Presidente, figurem V. Exc.ª, e a Camara alcantiladas rochas. (Uma voz: Isso já se disse). O Orador: - Já está dito isto; mas a verdade é esta, e a que nunca deve cessar de se repetir; e continuo a dizer, que fôrmoso espetaculo nos apresentam essas alcantiladas rochas, que desde a sua base até ao cume se acham neste belo tempo coroadas de vinhas dispostas como em throno, e plantadas, como se chama em geios!

Estas gêias são espaços de terra de 4, 6 até 8 palmos quando muito sustentados por sucalcos succedendo-se uns aos outros até chegarem ao seu tope; estes sucalcos não se podem estabelecer sem grandes despezas, a terra não se póde sustentar sem estes sucalcos, e são sujeitos ao impeto das torrentes aos quaes necessariamente pelo facto da resistencia que encontrão arrojão uma grande parte delles uns sôbre os outros, e os levão de jorro até ao fundo do vale destruindo os terrenos, descarnando as próprias videiras, e até arrancando-as, demandam consideraveis despezas para entreter-se; sem elles esses terrenos improprios e incapazes de produzir cousa alguma, são todavia exclusivamente proprios para produzir um genero, um fructo de um valor tal como nenhum outro em Portugal. não, Senhores, não há genero algum de exportação em Portugal que possa pôr-se em parallelo daquelle. Senhor Presidente, desde muitos annos o producto annual, ou a exportação annual dos valores da importação como já muito bem notaram os illustres Deputados meus antagonistas, mas que eu tambem repetirei, porque isto mesmo me serve: anda quasi na importancia de 4$000 contos?!... que se me diga qual é o producto da exportação em Portugal, que possa lá chegar no estado actual? Um Paiz pois que produz nada menos que o valor de perto de 4$000 contos ou muito proximo delles, um Paiz destes é aquelle que parece que se quer entregar á sua sorte, ás Leis de economia politica, e ás Leis da Liberdade de Commercio!! (Apoiados). Senhor Presidente, um Paiz tão especial, onde producção tão especial é um monopolio nacional, não se pode de

maneira alguma sustentar senão com providencias muito especiaes, senão com uma Legislação muito especial, com ..., não sei se o diga..., eu tenho d'offender os puritanissimos ouvidos dos illustres Deputados que se horrorisão de ouvir a palavra monopolio, e que diante dos seus olhos consentem tantos!! Para que consentem os Senhores Deputados o monopolio dos Tabacos? Porque elle produz 1$200 contos (vozes: - é verdade) e então não se há de ter em consideração um producto que é um monopolio natural, mas que por sua circumstamcia especialissima carece para continuar a ser productivo d'uma cousa que se diz que há de ser monopolio? Um producto que actualmente em direitos de exportação produz mais de 358 contos de réis, isto lá vem nos Orçamentos, e em valor exportado mais de 4$000 contos! Senhor Presidente eu estou descorrendo debaixo de impressões muitissimo tristes; e já se vê que estou tirando das fraquezas forças, que estou tirando do fundo do meu coração alentos para sustentar uma causa que já foi dada como morta; mas que eu com minhas debeis forças não tenho a presumpção de resurgir; nem tenho elixir proprio para tanto; causa que morrerá, mas pelo menos há de morrer com as honras de guerra, e há de morrer com o conhecimento formal que espero que este paiz tenha, de que assim como teve impugnadores tambem teve quem a advogou, mesmo com a consciencia profunda da triste sorte que a espera.

Já se vê, Sr Presidente, que quem assim discorre, ou que quem se vê obrigado a discorrer assim, e em taes circunstancias, está n'um terreno muito desfavoravel; e elle não se póde tornar um pouco favoravel senão pela justiça que eu supponho que existe nesta questão; e pela bondade dos Drs. Deputados que me escutam passarei aos factos.

A historia da Companhia passada foi aqui já produzida, e eu tenho de examinar essa historia, e de a seguir pela mesma ordem que ella foi apresentada pelos Senhores deputados; elles a aduziram para dahi tirarem as provas de que a tal Companhia não deve o Douro cousa alguma da sua prosperidade passada, mas eu dos factos aduzidos heide tirar consequencias oppostas, sem que todavia queira sustentar que tal Companhia fez o que podia fazer; porque é minha convicção que fazendo muito, podia fazer muito mais, e para o demonstrar eu não lerei papeis, lerei factos consignados em obras impressas. Devo notar outra cousa e fazer observar que eu não defendo a Companhia passada, longe de mim similhante intuito, a Companhia passada assentou sôbre cadaveres, cresceu regada com lagrimas, segurou-se com lagrimas, com perseguições, com exterminios, com alçadas no seu nascimento, com alçadas mesmo no seu progresso, porque em 1711 lá foi uma alçada ao Douro que assolou os terrenos, e fez estragos horriveis naquelles desgraçados Lavradores; eu não sustento uma Companhia com os privilegios, com os exclusivos, com as prerogativas immensas que aquella Companhia tinha; nem os Lavradores do Douro querem tal Companhia (Apoiados).

Assim quantos argumentos se houverem de produzir ou se poderem produzir para combater a Companhia passada por este lado, e a projectada agora, estão fóra de combate,

porque nós os defensores do Projecto defenderemos o pensamento do Projecto, não a Companhia como ella foi: a Companhia, Senhor presidente, talvez devesse acabar como nasceu, e todavia acabou melhor; mas os seus resultados foram desgraçados como logo lá mostrarei. Longe de mim a idéa de querer que os Deputados desta Companhia que assistiram ao seu enterro, e que soffreram a pena de todas as suas culpas, a tivessem proporcional aos males que sua instituição fez, longe de mim esta idéa, e basta que morresse, para eu a deixar em paz.

Vamos á historia dos Vinhos. Disse um dos meos nobres amigos com quem sinto muito achar-me por esta occasião em campo oposto, e vendo-me obrigado a crusar a minha debil lança, com a sua forte, e valida, e que com a destreza que costuma, elle maneja: mas n'esta questão elle tem o direito de sostentar a sua opinião, e eu a minha; o meu nobre amigo o Senhor Silva Carvalho asseverou dogmaticamente que a Companhia nãofoi a causa, isto é, que não se pódia attribuir á Companhia nenhuma das vantagens, e do estado prospero a que chegou o Districto do Douro, porque antes da sua existencia já o Douro tinha um estado prospero: ora eu vou considerar a Companhia antes da sua instituição, durante a sua gerencia, e depois da sua extincção, que é a maneira de poder tractar esta materia; e durante a sua gerencia marcarei também duas épocas, a primeira desde o seu nascimento até ao desenvolvimento da revolução Franceza; a segunda desde a terminação da guerra Continental na paz geral de 1815 até a sua extincção: estas épocas na verdade não são desiguaes em tempo, mas eu que estou marcando os pontos principaes, porque eu hei de procurar tirar partido de todas estas circumstancias para combater as aducções analyticas, que fizeram os meus illustres adversarios. Começarei pela Companhia antes da sua instituição. A cultura do Vinho genuino, do vinho bom do Douro, começou muito pouco antes do anno de 1678. Por este tempo o Commercio de Vinhos era feito em outra Provincia do Norte; embarcava-se então vinho para Inglaterra produzido em um Paiz onde hoje não vai: era o vinho de Monsão, que em Inglaterra era então conhecido, como vinho de Portugal, e Vinho genuino, e generoso: perdôem-me os illustre Deputados se eu errar, mas eu appelo para o testimunho dos Senhores que são da provincia do Minho, porque o que digo é filho das minhas informações: o primeiro Vinho, que do Douro foi para Inglaterra disseram alguns illustres Deputados n'esta Camara, que foi do sitio aonde elle hoje é o mais genuino, não é assim, perdôem-me elles, foi do sitio onde elle hoje é de peor qualidade: ora note-se bem que estas circumnstancias lá para o calculo têm muita influencia; a primeira exportação de que há conhecimento de vinhos do Douro, foi aquella feita no anno de 1678, o que sóbre este assumpto estou dizendo acha-se no livro, que tenho na mão, e do qual vou lendo os factos ahi lançados, e ainda que este livro fosse feito por um dos Membros da antiga Companhia, a mim não me importa nada com o que elle escreve em defeza da Companhia, o que me importa são os factos que são authenticos: o author

d'este opusculo imaginou que os facto, que ia apresentando provaram muito a favor da Companhia, mas enganou-se, porque ainda que com elles se podem comprovar as violencias da Companhia, elles servem-me agora para estabelecer a deducção chronologica do ponto em questão, este opusculo é feito, como disse, por um Deputado da Companhia, contém factos authenticos, que até aqui ainda ninguem contestou, e eu dei-me ao trabalho de os collegir, e coordenar; e não foi pequeno, Senhor Presidente, porque grande parte d'elle foi feito desde hontem; dei-me pois ao trabalho de procurar o termo medio da importação de dez em dez annos, para marchar debaixo do mesmo ponto de vista, em que marchou o meu nobre amigo, que comba o projecto. De 1677 a 1678 o termo medio da exportação n'estes dez annos foi de quinhentas e setenta e duas pipas de Vinho.

Senhor Presidente, torno a repetir eu tenho de ser longo, talvez a Sessão seja minha, mas enfim só se faltarem as forças abandonarei esta causa; porque tem-se contado com o triumpho aqui, e nos Periodicos, que me tem vexado até a maneira porque elle se tem contado antes da Camara ter votado. De 1687 até 1697 medeão 10 annos e a exportação foi crescendo de modo que nesses 10 annos ella foi de 6803 pipas, e á proporção que foi crescendo (isto são factos historicos) a exportação destes vinhos produzidos como digo nos terrenos, hoje infimos do Douro (Apoiados) foi diminuindo a exportação dos vinhos de Monsão, de Vianna, e de Arcos de Val de Vez: agora invoco o tistimunho dos illustres Deputados da Provincia do Minho, elles darão testimunho disto, e se mo não derem, da-me a historia. Desta maneira é que cresceu a exportação dos vinhos do Douro e diminuindo muito consideravelmente, ou de todo acabando a exportação dos vinhos de Monsão; e posto que de 1697 até 1707 em que medeião outros 10 annos aquella ascendeu a 7188 pipas, assim mesmo cresceu alguma cousa. Cumpre que eu faça aqui uma pausa, para fallar do Tractado de Methuen assignado aqui em Lisboa (Rumor) em 27 de Dezembro de 1703; o que eu vou dizer não é para instrucção nova dos Senhores Deputados, porque sabem muito bem a historia, mas eu preciso de a chamar em meu auxilio. O Tractado de methuen de 1703 foi reputado em Portugal como uma calamidade, e como calamidade foi depois reputado em Inglaterra; posto que no momento em que foi feito ali se entendesse que Portugal ficava sendo uma feitoria de Inglaterra; mas a impressão agradavel que a sua conclusão produzio em Inglaterra desappareceu em menos de dous annos; succedendo um fatal engano naquillo que os Inglezes chamavão um triumpho Commercial; porque então estava o nosso Commecio com o Brazil em grande vigor, elles contavam achar aqui entre nós uma mina sem terem necessidade de irem ás minas do Brazil, achando um mercado aberto inteiramente aos seus productos e manufacturas; e entenderam pois que a confecção deste Tractado lhes era de summa vantagem; mas logo que tiverão mais tempo de reflectir, em vez de acharem o Tractado de Methuen uma vantagem para a Inglaterra, acharam-no o mais nocivo aos seus interesses; no em tanto nós os Portuguezes assentámos que esse Tractado tinha sido para nós

uma calamidade. (Vozes: é verdade) Pois lhes digo o que foi: pelos annos de 1689 e tantos, um dos nossos mais illustres Compatriotas, o primeiro Colbert Portuguez, o Conde da Ericeira, entendeu que o nosso paiz devia ser eminentemente fabril; erro que se tem reproduzido quasi até nós, pelo menos é esta a minha opinião porque entendo que nós não podemos ser senão um Paiz eminentemente agricola, podemos e devemos ter uma industria fabril mas o nosso fundo principal de riqueza há de vir da industria agricola; o Conde de Ericeira digo entendeu que o nosso Paiz devia ser eminentemente fabril e tinha lançado os fundamentos das Fabricas de Fundão e Covilhã, as quaes na verdade tão prosperando muito, estas Fabricas foram sacrificadas é verdade ao interesse agricola; mas permitta-se-me que eu faça as minhas observações; porque em questões de cifras são as cifras de um lado comparadas com as cifras do outro com que se há de combater, e em taes materias não há outro remedio.

Dava-nos este Tractado a vantagem de um terço menos nos direitos d'importação, em relação ás outras Nações, nos vinhos Portuguezes que houvessem d'entrar no mercado Inglez, esta vantagem era extraordinaria em relação ás que nós davamos, e tanto é assim que eu citarei, para prova disto, auctoridades da primeira ordem d'Inglaterra que escreveram a este respeito, e são a de Hume, e de Maccullock; estes dois economistas asseveraram, e com muita razão, que o Tractado de 1703 foi a disgraça de Inglaterra, disseram elles que a Inglaterra tinha trocado um mercado de tres milhões d'habitantes, por um de 16 a 18 milhões, que tal era a população da França, reparem bem os Senhores Deputados nisto, o Tractado de 1703 foi para nós de muita vantagem, e com o beneficio delle cresceu consideravelmente o valor dos nossos vinhos já no preço, já na producção; nos primeiros dois ou tres annos não se conheceu nada, porque os bons effeitos delle não se podia conhecer tão cedo, e é por isso que eu já fiz a devisão das ephocas de dez, em dez annos, e para provar a exactidão desta minha observação, referirei a importação que houve de 1707 até 1757, e é o seguinte (leu) nos 10 annos até 1717 foi o de 9 544 pipas (anno medio) de 1717 a 1727 foi – de 17652; de 1727 a 1737 foi de 14 264; de 1737 a 1747 foi de 18 557; e desde 1747 até 1757 foi de 15 967. Em 1756 foi instituida a Companhia; os seus effeitos não podiam ainda sentir-se nos primeiros annos de 1757 a 1767 o termo medio d'exportação annual foi 19 383; e nos dez annos findos em 1777 foi de 22 139 – nos seguintes findos de 1787 foi de 28 082: nos seguintes dez annos até 1797, foi de 43 808; nos que findaram em 1807 foi de 48 496, nestes ultimos 16 annos e nos 8 seguintes está o periodo da guerra continental; depois dela o termo medio anda entre 25 a 30 mil pipas d'exportação.

Já se vê que depois da instituição da Companhia houve alguma differença, pelo menos não podia deixar de ser, mas vemos que depois foi augmentando. – Agora apresentarei á Camara as considerações que precederam á creação da Companhia, em primeiro logar as doutrinas de Colbert estavam na cabeça de todos, e havia tambem sido adoptadas pelo Marquez de Pombal, que as trouxe da Alemanha e da França, impressas no seu espirito, mas

há outras razões que determinaram a creação deste estabelecimento, e Senhor Presidente, eu vou apresentar factos, e factos de todos conhecidos, e lerei para este fim alguma cousa de um livro que a respeito das nossas cousas estatisticas é único, e ao qual sinto se tenha dado pouca leitura; aqui se encontram Documentos Officiaes; foi de certo uma acção importante do Governo d'aquelle tempo determinar que em todas as estações competentes se dessem todas as informações officiaes que havia a este respeito, ao homem eminentemente trabalhador que o coordenou; e que se póde dizer sem suspeita, por ser estrangeiro; no que o erudito Balbi diz, não póde haver duvida, porque é tudo official; e quanto á sua opinião eu passo a lêr o que elle diz. (Leu) este pequeno espaço (o do Districto dos famosos vinhos do Douro) que antes da instituição da Companhia era quasi deserto e inculto, passou a ser um dos Cantões mais poderosos de Portugal, e cuja cultura póde ser comparada a quanto neste genero há de melhor na Italia, na França, Inglaterra e Alemanha.este pequeno canto do Reino dá a seus numerosos habitantes desde muitos annos de 8 a 9 milhões de cruzados de renda annual, além de quasi milhão e meio de direitos que o Governo percebe (sic) pela exportação, sem contar o que recebe pelo imposto territorial, etc. – E mais abaixo diz "reflectindo nestes factos (factos que eu referirei) não se póde duvidar que a instituição da Companhia contribuira muito para augmentar a População, e Agricultura nas margens do Douro, etc., etc. ora este testimunho é o resultado dos facto; e vou ainda reforçar quanto digo com outros argumentos que não tem replica. – Despeitados os Inglezes ainda pelo Tractado de 1703, porque lhe tinha sido muito nocivo, como já demonstrei, pois como disse trocaram um mercado de tres milhões, por um de dezesseis a dezoito milhões, e isto na realidade foi um erro crassissimo, e até impolitico, e d'ahi veio que a França fez represálias, e renovaram as anthipatias que havia antigamente, além de várias outras cousas que é escusado innumerar.

Mas como ia dizendo, os Inglezes despeitados tractaram de por meios indirectos acabar com os interesses do Douro, e tractaram, por insidiosos conselhos, de convencer os Lavradores do Douro a adoptar vários meios que elles lhes propozeram para a cultura e preparação dos vinhos, que foram seguidos; mas o grande caso é que d'ahi veio que os nossos vinhos perdessem na Inglaterra o credito que tinham; porque os meios que elles ensinaram, não servirão senão para detiorar a boa qualidade dos vinhos; succedeu de mais a mais, que nesse tempo não havendo nem um Commerciante Portuguez que voltasse os olhos para o Paiz do Douro, porque estavam todos engodados com o Commercio exclusivo do Brasil, e alli empregavam todos os seus capitaes, e faziam muito bem; porque lhes dava muitos interesses, pois que traziam em Navios seus os productos das nossas Colonias para aqui, e aqui os vinham buscar as outras Nações da Europa, estavam pois, como disse engodados com o Brazil, e não reparavam ao menos no terreno que se cultivava no Douro, e então o que succedeu foi serem os Inglezes os unicos que se occupavam deste Commercio do vinho exclusivamente; ninguém

exportava senão os Inglezes: existia então no Porto um Hespanhol chamado d. Bartolomeu Pancorbo, que traficava em alguns objectos de Commercio: este homem reconheceu a importancia do Commercio dos vinhos, e lamentou muito que os Commerciantes Portuguezes se não lembrassem de tão importante ramo; e então elle com alguns dos seus amigos, formaram uma Associação para poderem tirar o exclusivo aos Inglezes e poderem salvar o Douro: conseguiu por algum tempo o fim que desejou, pois que o vinho do Douro augmentou em preço e qualidade; porém como para poder fazer esta espécie de guerra aos Inglezes eram precisos muitos cabedaes, não pôde resistir ás intrigas, e confederação dos Negociantes Inglezes, pela sua fortaleza pecuniaria, e então não teve remedio senão ceder, e morreu pobre: este homem era muito instruido, e nos seus despojos se acharam alguns manuscriptos sôbre assumpto de Companhia e Associação, dos quaes alguns se approveitaram, e se acharam muito rasoaveis; isto pois com as doutrinas que tinha o Marquez de Pobal sôbre Companhias, foi a causa de se estabelecer a Companhia, e tambem não sendo elle muito affeiçoado aos Inglezes, e conhecendo que a creação da Companhia lhes podia fazer algum mal, decretou a sua creação; e, Senhor Presidente, se foi o peor de todos os expedientes de que algum bem resultou, e muito grande, e vou prova-lo: irei tocar primeiro no augmento da população d'algumas Parochias do Douro depois da instituição da Companhia, e aqui está neste Livro – leu – Penaguião tinha em 1733 – habitantes 508; em 1775 habitantes 675, e 952 em 1819. – Lobrigos nas mesmas épocas – 576 – 750, e 1164 – Cumieira 604 – 866 – 1297 – Pezo da Regoa em 1781 tinha 1248 habitantes, e 1622 em 1819: do argumento de non causa pro causa, mas é que os meus adversarios não podiam contestar isto de modo dicisivo e conveniente, um augmento de população destes suppões um augmento proporcional de industria, um augmento de cultura e um augmento de riqueza, isto é um augmento em todo o sentido, logo a prosperidade do Douro se elle cresceu antes da Companhia, cresceu muito mais depois da instituição da Companhia, isto são factos e quem os quizer encarar por outra maneira creio que não olha para isto, com aquella boa fé com que deve olhar, e então diz-se que a Companhia não produziu prosperidade alguma! Produziu sim Senhor, mas produziu tambem muitas perseguições, muitas victimas e muitas desgraças; mas a Companhia entendo eu e sinceramente o digo, foi a que fez estabelecer em um territorio de todos o mais terrivel, o mais escabroso, o mais alpestre e fragoso, todas aquellas vinhas que produzem o vinho mais generoso, e aquellas pedras têm sido montes de ouro porque o vinho é ouro quando se vende; aquellas pedras tem dado muitos milhões, isto Senhor Presidente é necessario ponderar-se; mas eu Senhor presidente, não louvo da Companhia senão as vantagens a que ella deu occasião; e as vantagens que póde dar uma instituição adquada; mas eu não quero de maneira alguma nem as suas Alçadas, nem os seus excessivos exclusivos, nem os seus Corregedores, nem os seus vexames, nem quantas alcavalas

a Companhia tinha, longe de mim similhante idéa, quero a substancia do estabelecimento, quero dizer a vantagem que resulta da instituição do estabelecimento. (Apoiados).

Ora agora torno a reconsiderar a Companhia, assim foi ella até á época da gurra peninsular, e mesmo nesta época era Portugal a única Nação que levava a Inglaterra os seus vinhos, e foi isto causa que os capitaes da producção se multiplicassem, e se extendesse como de facto se extendeu a cultura a um ponto muito amplo; quero dizer muitos terrenos até então incultos por escabrosos, mas dentro da demarcação do vinho d'embarque, se converteram em Paizes de riquissima producção, e nestas circunstancias já se vê que para fazer taes culturas era necessario consumir uma grande quantidade de capitaes fixos, os Lavradores com effeito empregarãm ahi o dinheiro que tinhão, e que não tinhão porque para reduzir a cultura um Paiz desta ordem é necessaria fazer enormes e avultadas despezas, e consumir capitaes extraordinarios: a sorte deste desgraçado paiz, Senhor Presidente, forçosamente havia de vir ao estado em que se viram os Lavradores Inglezes, depois da Lei geral em razão da cultura de cereaes: Sabem todos os Senhores Deputados que em consequencia da depreciação da moeda papel em Inglaterra, pela operação das notas do banco em papel moeda e seu curso forçado como dinheiro corrente, e em razão da prohibição absoluta da entrada de cereaes na Inglaterra, foram chamados á cultura muitos terrenos que não eram susceptiveis della, porque então o preço do trigo cobria as despezas da producção nestes terrenos pobres; porém veio a paz geral e as notas do Banco deixaram de ser papel moeda, tornando ao valor que tinhão anteriormente, e em fim estabeleceram-se todas as communicações até então interrompidas com a Europa, e claro estava que estes terrenos não podiam mais cultivar-se porque a producção não cubria os gastos da cultura, e o resultado foi que muitos Lavradores se perderam, e se arruinaram; o mesmo aconteceu aos Lavradores do Douro; mas Senhor Presidente, permitta-me V. Ex.º que faça aqui uma pequena digressão, ou um segundo parallelo; eu estou persuadido que o projecto em questão em nada offende os interesses dos Lavradores do Sul como mostrarei; estou persuadido disto, e estou tão persuadido disto que para mim é um dogma, é um ponto de fé e espero monstra-lo com documentos na mão; estou inteiramente persuadido que o resultado deste Projecto em nada affecta os interesses agriculas das Provincias do Sul, pelo contrario favorece estes interesses e hei-de prova-lo logo.

Se, pois, Senhor Presidente, o que aconteceu é que aos lavradores do Douro que cultivaram os seus terrenos asperos e fragosos, em cujo amanho e cultivo consumiram capitaes immensos, deverão elles ficar reduzidos á mizeria, quando é possivel evitar-se esse mal, mediante a providencia estabelecida no Projecto? Elles estão a ponto de perder tudo, porque o seu terreno nada mais póde produzir. Eu digo muito alto que se os interesses dos Lavradores do Sul do Reino fossem affectados por este Projecto, o mais que lhe poderia acontecer éra a sorte a que os condemnou o marquez de Pombal, a arrancarem as vinhas para as semear de trigo;

mas estes tinham trigo para comer, e os habitantes do Douro amassariam pedras e sustentar-se-iam com ellas!!! Eis aqui está o estado a que elles se reduzirão, se não fôr tomada uma medida salvadora. Ora agora o argumento que eu considero mais poderoso entre os aqui produzidos vem a ser, que depois de 1815 em que houve a paz geral, e em que os portos da Europa ficaram francos para a Inglaterra, começou a concorrencia dos vinhos de Xerez e dos vinhos da França, tornando-se antagonistas tremendos para os vinhos de Portugal, e deixaram de ter no mercado o mesmo valor que tinham. Ora, Senhor Presidente, isto foi em 1815, então permitta-me a Vossa Excelênciaque faça tambem uma outra historia, e esta é coeva comigo: em 1810 estando eu em Hespanha, sinto muito não estarem aqui presentes um dos Senhores Ministros e alguns outros Collegas que foram meus Camaradas daquelle tempo: então o vinho do Xerez em 1810 era apenas conhecido, o vinho que então mais se conhecia, mesmo em Hespanha, era o de Malaga e de Alicante, e de Rioja; o vinho do Xerez o vinho do Xerez tinha tão pouca extensão e cultura, que o terreno que hoje produz 60 a 80 000 pipas não produzia então mais de 3 ou 4 000, e o desenvolvimento deste commercio tem sido tão grande, que no espaço de 10 annos multiplicou consideravelmente; as circunstancias daquelles vinhos são exactamente as mesmas em que se achavam os vinhos de Champagne, do Rheno e de Portugal, e todos os outros vinhos; o terreno em que se dá este precioso vinho, é um terreno muito pouco cobiçoso, a maior parte destes terrenos é como as margens do tejo na Chamusca, e em Santarem. De mais, Senhor Presidente, o interesse do Lavrador é quem determina a qualidade do vinho. Em Xerez de la Frontera a cultura dos vinhos que acabo de dizer faz-se em fileiras, entre as quaes há um espaço consideravel, apello para os viajantes, e apello para os livros, e quem não souber que leia como esta cultura se faz; faz-se em fileiras, entre si paralellas, e emprega-se o espaço intermedio na cultura dos Cereaes; o producto desta cultura suppre as despezas da cultura dos vinhos; e isto é o que não póde fazer o Douro pela qualidade do terreno, este é o facto; assim um Lavrador que colhe o seu vinho, colhe ao mesmo tempo o trigo, e no Douro como o terreno é ingrato e não consente cereaes não tem o Lavrador esta vantagem: é elle que faz aqui o effeito que eu pretendo que faça uma Companhia, destinada a proteger a cultura do Douro, sustentando a sua qualidade, que é a única garantia que póde ter a sua extracção, por que sua producção por mais cara nunca poderá competir com outro vinho de qualquer nação; qual será pois o incentivo para seu consumo, se não a sua qualidade!

E como se há de sustentar sempre genuina e pura esta qualidade conveniente e preciosa, a não ser por um meio especial; se excepcionei em razão dos principios de economia politica, conforme as circunstancias do terreno em que se faz a sua cultura, que por especies e excepcionaes demandam providencias excepcionaes. E para mostrar que é a qualidade a única garantia de sua extrracção, referirei o que se passa.. se alguma vez algum Commerciante ou por especulação, ou por evadir-se a certos direitos tem carregado vinhos em navios que têm de

ir a Hamburgo, aonde todavia não descarregam, mas aonde vão procurar a certidão d'entrada que alli se lhes dá facilmente; e ao mesmo tempo embarcar o mesmo vinho em pipas com a mesma marca, mas remmettidos directamente para Inglaterra; aquelle e este chegando ás Docas de Londres tem preços differentes, sendo todavia os mesmos vinhos remmettidos pela mesma barra, conhecidos e accreditados por suas marcas; o que foi por Hamburgo provado, acha-se ser exactamente simulhante ao que foi directamente, e vale 6, 8 e 10 libras menos, só porque tocou em Hamburgo, só porque era possivel, que tocando em Hamburgo fosse adulterado; se me forem capazes de negar estes factos,então pensarei como os Senhores Deputados. E ainda vou produzir outro facto que é nosso. Quando durante o cerco alguns especuladores quiseram levar o vinhos do Porto para Inglaterra, não o podendo fazer sahir pela barra do Porto, levaram a Aveiro este mesmo vinho da Romaneira, do Bom Retiro, do Roriz e de outras quintas afamadas; mas só porque sahiram pela barra d'Aveiro tiveram nas Docas o valor de menos 10 ou 20 libras: eis aqui o que vale a qualificação; isto não se destróe, o que a Companhia fez foi sustentar esta qualificação, restabelecer aquillo que os Inglezes tinham querido destruir, e fazer readquirir ao vinho a supremacia que pela sua qualidade há de ter sôbre todos os outros; quando não fosse outro o beneficio desta instituição, este só para mim era muto grande. (apoiados) Ora se há de querer agora senão tirar partido d'esta qualidade, para á vista della sustentar o preço, não digo aquelle que os vinhos tiveram nos tempos felizes da Guerra Continental; nenhum dos Lavradores do Douro áspira a isso, elles já se contentam com esses 35 mil réis por pipa, mas o que querem é que esses 35 mil réis lhes não saiam das mãos e não sejam reduzidos a 8 ou 10 mil: (apoiados) por tanto, não são argumentos de ambição dos Lavradores do Douro; muito mesquinhos têm elles sido nas suas pertenções, e muito menos ainda attendidos pelo Corpo Legislativo: tenho a firme crença de que se não fôr este Corpo legislativo, outro virá que há de estabelecer este beneficio para aquella lavoura. (apoiados) agora volto outra vez ao vinho de Xerez. O vinho de Xerez começou a ir para Inglaterra em 1815; cresceu a sua exportação n'uma proporção ascendete, e chegou em 1836 a fazer face ao do Douro, e até ao anno passado vejo a sua importação em Inglaterra foi superior á do Douro; mas pergunto eu: diminuiu a exportação do vinho do Douro n'esse tempo? Não, logo para que se argumenta com a concorrencia do vinho de Xerez, se ella não fez nem ainda hoje faz diminuir a exportação d'aquelle do Douro? Essa exportação tinha-se conservado no mesmo statu quo até ao anno de 1834, não fallo dos dous annos do cerco, porque esses não podem servir para termo de comparação.

Chego, Senhor presidente, e com bem mágoa ao anno de 34, porque tudo quanto tenho dito de 34 para cá parece-me que me tem dado a victoria na causa que estou defendendo, (apoiados) e que os factos apresentados em contrario não podem contrastar estes que apresento. Em 1834, como agora, tinha eu fraquissimos conhecimentos de economia politica; e

talvez que se então a minha humilde pessoa fosse consultada para a confecção desse Decreto de 34, daria o meu voto para que elle se promulgar tal qual, mas hoje me teria arrependido milhares de vezes de o ter apresentado: as melhores intenções presidiram sem duvida á sua apresentação; a época era propria para derribar um colosso tão forte, e por tanto era preciso aproveita-la, assim como se aproveitou para abolir os frades, e outras cousas desta natureza, mas não se previram as consequencias que necessariamente haviam de vir da extraordinaria extensão com que elle se apresentou.

Ora, Senhor Presidente, em 30 de maio dessa época estavam os commerciantes do Porto no Alto Douro para fazerem as suas compras: então contavam os commerciantes ter no Douro Vinho de embarque que calculavam em 30 mil pipas, e os Lavradores não contavam com outra concorrencia mais que a destas 30 mil pipas. Que fez aquelle Decreto? Elevou á cathegoria de Vinhos de embarque os Vinhos mais infimos de ramo, e em vez de 30 mil pipas acharam-se immediatamente em concorrencia cento e tantas mil, porque era todo o vinho de ramo, e não era só este, foi todo o Vinho que havia na Bairrada e visinhanças, o qual foi logo conduzido para o Porto. (numerosos apoiados) D'aqui vem o maior damno que soffre actualmente o Commercio dos Vinhos do Douro, e o empate extraordinario que está em Villa Nova.elevou-se á cathegoria de Vinho de embarque aquelle que nunca se imaginou poder achar-se nessa cathegoria; e então é evidente que tendo em logar de 20 ou 30 mil pipas apparecido muito mais de de 100 mil, o preço havia de cahir como cahio; e assim que ao Porto chegou o Decreto de 30 de Maio expediram-se proprios a ganhar tempo e horas aos commerciantes que no Douro estavam para fazerem as suas compras, mandando-lhes o Decreto: foi a pallidez da morte que cahio no Douro: foi um abalo, uma concussão tão grande que ainda hoje se sente e hade sentir-se por muito tempo, facilitando-se a exportação com o nome de Vinhos do Douro daquelles que durou até ao Decreto da Dictadura de Novembro de 1837, ou para melhor dizer até que pela Lei de 7 d' Abril de 1838, se restabeleceu a Companhia authorisada para mandar annular, provar e qualificar; mas isto não basta. Que aconteceu pois? Que os especuladores que no Porto, permittase-me dize-lo, se chamaram chaparaleiros nasceram, pullularam como os dentes de Cadmo: uma grande parte delles levaram, é certo, o seu ensino; mas os que lhe confiaram os seus capitaes, esses é que ficaram perdidos.

Innundaram-se os mercados de Inglaterra com immensidade de pipas de vinho da Bairrada e d'outras visinhanças, que vinham ao porto baptisar-se, para com este nome poderem ter lá mais preço; se suas esperanças se não realisaram, fizeram mal a si e aos legitimos exportadores, e mais que tudo ao credito, á qualidade do Vinho do Douro, que é a sua única garantia.

Note-se mais que a novidade de 1834 foi uma das mais bellas que tem havido no Douro; mas desde então até 36 não podia ainda conhecer-se essa differença, e então o vinho que se exportou para Inglaterra até 1836 não foi da novidade de 34, foi daquella immensa quantidade accumulada no Douro durante os tres annos de 31, 32 e 33, em que se não exportou. Mas aconteceu uma desgraça muito grande, que foi o incendio de Villa Nova, e outras circumnstancias que passo a mencionar, e que diminuindo um tanto a quantidade deram causa a alguma elevação de preço. Em 30 de maio de 1834 existiam dentro das barreiras do Porto só 9082 pipas de vinho approvado para embarque; e havia 15 500 e tantas de vinho separado de segunda qualidade; nenhum havia de ramo, e tanto não havia que a tropa se fornecia com o vinho verde, e até foi algum das Provincias do Sul, porque o não havia no Porto. Ora note-se mais; nesse anno de 34 não havia vinho algum em ser nas Docas de Londres, e no Douro havia a novidade que acabo de dizer: por tanto já se vê que a necessidade de vinho era muito grande; mas como uma quantidade de vinho de tres novidades não podia deixar de não avultar, apesar dessa muita necessidade, o que de facto se seguio foi não augmentar o preço; vendeu-se, e vendeu-se menoS mal. Mas agora em 1835 a affluencia de vinhos da bairrada para o Porto, para receber alli a qualificação, foi tão grande que fez um damno consideravel ao Commercio dos Vinhos do Alto Douro. Isso são verdades innegaveis (appoiados).

Eu não tenho aqui presente o juiso do anno proximo findo, a que alludio o Senhor Deputado que me precedeu; mas tenho o do anno anterior a respeito do qual tambem tive a honra de ser consultado, e naquelle caso tambem, dei a minha opinião, e já se vê que contraria á do Senhor Deputado, ainda que o meu parecer não foi seguido; mas por essa occasião pude obter a estatistica dos vinhos do Porto, e·ei-la ahi em resumo.

Vinho qualificado em 1.ª qualidade . 32 357 pipas
" em 2.ª dita ..... 16 844 "
" em 3.ª dita ..... 8 498 "
Refugo ..... 810 "

58 510

(Mas o arrolamento posterior mostrou ser de 65 619)

Vinho velho manifestado pelos La-
vradores ..... 26 174 pipas

Vinho existente nos armazens do
Porto, e Vila Nova para expor-

tação ..... 135 459 "

Vinho velho existente fóra da Bar-

Reira da Cidade ..... 14 951 "

Total ..... 235 094 "

Existente nas Docas em Londres ... 23 844 "

Calcula-se existente em outros por

tos ..... 24 000 "

282 938 "

Exportaram-se no anno de 1839 ..... 33 206

O vinho existente nos Armazens do Porto para exportação era nesse tempo de 135 459 pipas, quantidade immensa, que só por si bastou para baratear o genero, e este barateio desgraçadamente não foi por causa da abundancia do Vinho do Douro qualificado de embarque; nem com o de 2.ª qualidade ou de ramo, se o fosse o mal era menor; porque ao menos era tudo vinho da producçao do Douro, mas este acha-se adulterado pela quantidade de vinho da Bairrada e das visinhanças, vinho que hoje está fazendo a grande accumulação nos Armazens, e que é causa da desgraça do Douro.

Já se vê o resultado desgraçado do Decreto de 30 de Maio de 1834, apesar das boas intenções que presidiram á sua confecção, e do bem exarado do seu preambulo, á vista do qual parecia que devião resultar consequencias vantajosas, considerando-se o direito de 12 mil réis em pipa como protector da quantidade deste vinho!! Entenderam os seus legisladores que com esses 12 mil réis se impedia que o vinho da Bairrada viesse alli, e se dava uma sufficiente garantia, para a qualificação do vinho, e o tempo mostrou o contrario, o vinho da Bairrada estimou muito ter occasião de vir pagar os 12 mil réis, para assim adquirir um valor que não tinha, e por esta rasão abundaram no mercado britânico vinhos máos: chegaram os annos de 35, 36 e 37 que foram de novidade de má qualidade; esta circunstancia fez com que a exportação nestes annos fosse menor, e os productores que se sujeitão ás alterações da natureza, tiverão de soffrer os seus inconvenientes, mas não devião contar com o augmento do mal proveniente da introducção do vinho da Bairrada, que não só augmentava a quantidade; mas adulterava a qualidade: para evitar tão grande mal, e para valer a taes incidentes, e tão perniciosas circumstancias é que entendo que muito convirá que haja um corpo intermedio entre o Commercio e a Agricultura que possa sustentar o preço a fim de que o Lavrador vendo-se em afflicção se não perca, isto não se póde fazer agora porque o Commercio dos Vinhos como já se disse não se póde fazer sem grandes sommas de capitaes, só quem os tem á sua disposição pode soffrer esse empate; daqui se vê a necessidade de tal Corpo intermedio, cuja

importancia, cuja necessidade me parece eu tenho evidentemente provado. Chegou o anno de 1838 e tambem foi de novidade má, e só o anno de 40 foi de novidade de excellente qualidade. Senhor Presidente, eu tenho provado quanto a mim que á Companhia se deve pelo menos a conservação da qualidade deste rico ramo da nossa industria, e a causa de se sustentarem os preços por muito tempo; e os teria sustentado até hoje, porque existindo ella não tinha apparecido, ou não tinha tido logar a invasão vinhatica que veio sôbre o Douro, e que veio destruir o credito que até então tinha o vinho do Douro, e de que decahio pellas razões que deixo ditas, e se o vinho do Douro ainda tem reputação esta é sustentada pelo vinho velho que ainda existe. Se as cousas tivessem estado no mesmo estado, eu estou certo que não teria acontecido isto; comtudo não se pense que eu quero dizer que a antiga Companhia não devia acabar algum dia; pelo contrario, ella morria de facto e de direito no dia 31 de Dezembro de 36; era este o praso até ao qual havia sido prorogada a sua existencia; outros mui ponderosos motivos se davão pelas quaes a sua existencia era impossivel, não é esta a occasião de os referir; mas quisera eu que o Decreto de 30 de Maio em lugar de declarar extincta a Companhia, declarasse que o praso da sua duração não seria mas prorogado, conservando comtudo a legislação existente quanto o arrolamento, provas, e qualificação, ou melhorando-o se fosse possivel, e durante o resto da sua existencia deveria proceder-se a estas opperações, e deveria continuar-se no futuro a proceder a ellas administrativamente, pelos meios que o Codigo Administrativo marca: se assim se tivesse feito ter-se-hiam conseguido immensos beneficios; a necessidade das provas, etc., foi reconhecida pelo illustre Deputado que me precedeu, porque S. Senhoria confessou que a Lei de 7 d'Abril de 38 foi salvadôra, e na verdade o foi, fazendo parar a continuação d'um mal gravissimo, e é esta circumnstancia a que mais justifica a necessidade de estabelecimentos; de maneira, Senhor Presidente, que há cousas em que todos estamos de accôrdo, há outras em que não, por exemplo os illustres Deputados, reputam que males imensos fez a Companhia, e eu vou com elles, mas não acharão que ella fizesse bem algum, e nisto discordo eu, porque entendo, e demostrei que a Companhia fez alguns beneficios. Sei, e reconheço que por effeitos de Tractados poderemos conseguir o desejado fim de procurar consumir os nossos vinhos; e já felizmente concluirmos de que espero grandes resultados, posto que alguem não espere tanto, esta é pois a occasião propria de responder a um illustre Deputado, e meu amigo quando disse que os Americanos não gostam de vinho; permitta-se-me que eu lhe mostre a estatistica da importação naquelle Paiz, e por ella se verá se elles gostam ou não de vinho: este documento é authentico, e vou le-lo, recorrendo para isso ao meu Vademecum, elle é extrahido do Diario do Governo N.º 8 do anno de 1838 que o copiou do Relatorio do Secretario do Thesouro dos Estados – Unidos na 1.ª Sessão do 24.º Congresso, e é como vou lêr.

Importação do vinho nos Estados – Unidos da America desde o 1.º de Outubro de 1834 a 30 de Setembro de 1835.

Vinho da Madeira – gallões	*236 177*	*correspondem pouco mais*
- Açores ..... - "	*411 858*	*ou menos a 33 589 pipas*
Vinhos tintos de França ...	*2 900 142*	*24 661 pipas*
Outro vinhos ditos	*189 361*	*1660 "*
Vinhos tintos de Hespanha e Austria	*255 242*	*2 170 "*
Outros vinhos de Hespanha Alemanha, e do Mediterraneo	*1 699 747*	*14 368 "*
Da Sicilia	*252 764*	*1 979 "*
Vinhos de Portugal	*502 136*	*4 276 "*
D'outros Paizes	*343 961*	*2 924 "*

Segundo a medida do Porto é um total de Pipas – 55 580 que orça por mais de 60 mil da medida de Lisboa.

Muita pena tenho eu de não ter aqui as estatisticas d'outros annos, tenho-as no Porto, paciencia; mas poderemos contentar-nos com esta.

Temos pois estas 4 276 pipas, ora eu vou fazer-lhe a analyse,ou a anatomia: directamente do porto foram 2 500 pipas, do Porto reesportadas do Brazil 500, e de torna viagem de Inglaterra para lá 1 200, e de Lisboa 276. E ainda se dirá que os Americanos não gostam de vinhos? Com o Tractado que fizemos, e nas circumnstancias em que nós nos achamos colocados no anno de 42, depois de espirar a convenção Franceza, havemos de vir a emparelhar com a exportação dos vinhos Francezes, porque é mui sabido que os Americanos gostam muito de vinho do Porto, mais que de outras partes com excepção do nosso da Madeira; mas como o do Porto é mais caro, e como elles são economicos e sabem regular-se perfeitamente com as suas posses, vão vendo se podem satisfazer o seu gosto com outro genero mais barato, mas é facto que elles gostam do vinho do Porto, e só lhe preferem o da Madeira, que é o seu gosto especial; e já desta Ilha, a qual já exporta perto de 9 mil pipas, das quaes orça por 4 mil as que vão para os Estados – Unidos.

Eu concordo em que os Tractados são excelentes meios para se extrahirem os generos da nossa industria agricola; e apenas temos um e apezar de que os seus effeitos tenham de ser mui reaes, com tudi hão-de virum pouco mais tarde, e outros Tractados estão ainda nas massas possiveis. Tenho ainda a appresentar outro documento que bem mostra qual é o effeito resultante da qualificação do vinho, e quando esta influe no credito do genero, e na

conservação deste ramo do Commercio: é elle uma lista de preços correntes no Rio de Janeiro em 14 de Março de 1839, publicada pelo Corrector faria e Irmãos, antes da desgraçada publicação do Decreto de 6 de Maio no Brasil. Lerei apenas a nota. "o mercado está muito abundante de vinhos, principalmente ordinarios, em consequencia das recentes importações, e não há meio termo; os bons vendem-se facilmente, e ainda com vantagem; entretanto que as qualidades inferiores custam a realizar, mesmo por baixos preços. Os vinhos do Porto estão no maior discredito por culpa e negligencia dos exportadores. Os compradores receiam compralos, depois dos repetidos exemplos de deteriorarem depois de algum tempo d'armazenado. Uma venda do Vinho do Porto em leilão em pequenos lotes, que se realisou de 57 a 60 mil réis, produzio o mais desfavoravel effeito." aqui está pois o effeito da qualificação. Mas, Senhor Presidente, tambem se motejou alguma cousa de quem aqui fallou no preço; e eu acho que os preços são o grande objecto, elles expões o valor de tudo.

Senhor Presidente, appresentaram-se-nos aqui os preços correntes dos commissários Mathew Clark etc., Relling no preterito anno de 1840, eu tambem aqui os tenho e são effectivamente os que notou o meu nobre amigo que me precedeu hontem nesta discussão, mas eu vou fazer-lhe a minha dessecação, como anathomico; qual é o preço mais alto dos vinhos? Não se deve fazer o calculo pelos vinhos velhos, que se achão nos armazãens, que vão sendo benificiados todos os dias, e que por esse benificio se tornão milhores, mas tambem por elles augmentão tambem de valor, e de preço, deve fazer-se o calculo pelo vinho recebido, correntemente durante o anno; e ahi vemos que os vinhos muito velhos, e de há muito armazenados no Porto e nas Docas, tem o preço de 50 a 60 libras, que os velhos tem o preço de 30 a 40; ahi vemos que o preço infimo dos vinhos do Porto é de 17 libras!! Parece-me ter provado a necessidade d'um Estabelecimento que tenha a seu cargo fiscalisar, pelo menos, a qualidade do vinho do Porto, e de sustentar-lhe um preço regular.

Passarei agora a mostrar aos Lavradores da estremadura, que o pensamento do projecto em nada pode affectar os seus interesses, e que muito ao contrario a extensão do Comercio dos Vinhos do Norte lhes é mais proveitosa; extensão que eu julgo facilitar-se com a providencia proposta.

Eu não tenho a honra de ser Deputado pelo Douro, nem esperanças de o ser, mas a minha opinião é muito imparcial; espero provar em como a disposição principal do projecto não pode affectar as provincias do Sul, e que pelo contrário; há de promover a extracção da agoa-ardente destas Provincias para o Douro. O meu pensamento ácerca da exportação da agoa-ardente, e para fazer della um elemento importante no nosso Commercio externo não é de agora; eu tenho-o há muito, e logo no principio desta Legislatura eu tive a honra de apresentar um projecto sôbre o assumpto; a illustre Commissão de Commercio e Artes ainda não poude dar o seu parecer sôbre elle; eu não tenho a convicção de que o meio indicado no mesmo

Projecto seja o melhor; mas o relatorio que o precede todo estatistico, para provar a necessidade de dar tambem ao Commercio das agoas-ardentes uma protecção necessaria e prompta, talvez offereça os dados para melhor coordenação, para tudo quanto seja promover interesses materiaes do Paiz, e para promover os deste nascente ramo d'industria os Senhores Deputados das Provincias do Sul hão de me achar sempre a seu lado; já se vê pois que as minhas idéas a este respeito são conhecidas por esta Camara, porque já as tinha apresentado aqui; mas tornemos ao ponto em quetão. eu Digo que o pensamento do Projecto não affecta os interesses dos Lavradores das provincias do Sul, vou mostrar porque não. Eis aqui a demostração.

Eis aqui a demonstração, Senhor presidente, e nesta parte serei menos enfadonho do que tenho sido até aqui para sustentar a minha causa (vozes, não, não) e eu estou muito agradecido aos illustres Deputados por a attenção, que me tem prestado sem eu lha merecer (vozes, não, não). A producção media annual do vinho do Douro no Districto da sua Demarcação orça por 80 000 pipas; é preciso notar que nos calculos que faço, entendo que não há excesso, e mui ao contrario tenho para mim, que são os mais rasoaveis, e no interesse dos Lavradores do Sul, destas 80 000 consomem-se no Porto dentro das Barreiras, cerca de 30 000 pipas (O Senhor Maia, metade). O Orador: - Metade!! Nego; dentro do Porto, e no Districto doDouro consomem-se de 30, a 35 mil pipas, isto é exacto, (O Senhor Maia: - peço a palavra para uma explicação), e as mais que se distribuem para a Beira do Minho andam por perto de 10 mil; eu continuo.

Destas 80 mil pipas são para
Embarque 30 000
Para consumo dentro das
Barreiras do Porto, e no
Districto do Douro 30 000
Para consumo nas Provin-
Cias Adjacentes 10 000
Ao Todo 70 000
Restam para destilar 10 000
Que a razão de 8 pipas de
Vinho para 1 d'agoa-ar-
Dente produzem 1 250
Mas 25 000 pipas de vinho
Exportado para Inglaterra
A 3 almudes e meio por pi-
Pa requerem pipas de

Agoa – ardente 4 166
5 000 pipas exportadas para
outros Portos requerem a
razão de 2 almudes ..... 476 pipas d'agoa-ardente
e as 40 000 para consumo
do Paiz reqerem a razão
de meio almude 833
Cujo total são 5 486
Para que tem 1 250
E precisa comprar 4 236
Mas esta quantia não fica
Aqui, e tenham a bondade
d'ouvir, porque o vinho
depositado em Villa Nova,
e fóra das Barreiras,
e nas Adegas do Lavrador
orça por ..... 175 000 pipas
que demandam cada anno
para conservar-se ao me-
nos 6 canadas d'agoa-ar-
dente, ou de ..... 7 291 pipas
Deve haver constantemente
Um deposito de ao menos
4 mil pipas d'agoa – ardente,
que precisa para ser
entretido a razão de 3 ca-
nadas 43
Mas precisava para o trafico
Do Commercio externo, e
Interno 4 236
Vem a precisar por tudo de 14 570 pipas d'agoa –ardente.

Qual é pois a margem que fica para a extracção da agoa-ardente da Extremadura? Eu vou mostrar a cópia de um documento authentico que se acha na Secretaria desta Camara, qual foi a importação da agoa-ardente pela Barra do Porto em differentes annos. e os logares donde foi, e por elle provarei qual a quantidade que póde consumir-se alli d'outra agoardente estranha ao Douro.

Aguardente importada no Porto, nos seguintes annos.

Donde importada	*1834*	*1835*	*1836*	*1837*	*1838*
	Pipas	*Pipas*	*Pipas*	*Pipas*	*Pipas*
Lisboa	*126*	*1 761*	*1 503*	*1 820*	*631*
S. Martinho	*46*	*63*	*143*	*269*	*182*
Peniche	"	*59*	*34*	*45*	"
Figueira	*546*	*1 125*	*506*	*1 111*	*1 732*
Vianna	*396*	"	*135*	*200*	*23*
Caminha	"	*94*	*23*	"	*20*
Total	*1 113*	*3 102*	*2 334*	*3 445*	*2 638*

Já se vê que o termo médio da exportação de Lisboa não excede a duas mil e quinhentas pipas, e aquellas de que o Porto se carece ainda grande margem offerece para esta quantidade, pois que a agua-ardente que pode ir por terra fabricada no Minho, na Beira, e em Traz-os-Montes não pode exceder a oito mil pipas, e a prova a tenho eu em outro documento que tenho presente, pelo qual se mostra

Que no Porto entram do Minho pipas 2744
Traz-os-Montes 4374
Beira 970

Total 8086

O Senhor Conde da Taipa: - E do Mondego? – O Orador: Valha-me Deus, lá vou. Pois não se vê destes documentos a qualidade d'agua-ardente que foi exportada pela Figueira? E esta nã é a que veio pelo Mondego? Além disso os Senhores Deputados devem ter em consideração que nestes Paizes se bebe tambem muita agua-ardente, e que os vinhos do territorio desses Paizes tambem levam adubo d'agua-ardente; aqui se vê pois que estas pipas todas ainda não chegam para tudo quanto é necessário (vozes: para isso é que se pretende o exclusivo) O Orador: O exclusivo não affecta nada, os interesses dos productos daagua-ardente, porque esta há de ter quem a compre, seja quem fôr, seja embora essa Companhia para seu exclusivo; mas os Senhores Deputados podem votar como quizerem, e entenderem; (apoiados) tenho ainda a dizer que se os Senhores Deputados estão persuadidos que os interesses do Douro estão em collisão com os interesses do Sul estão muito enganados; não há collisão nenhuma; no Douro ninguem quer reduzir vinho a agua-ardente, se os Senhores

Deputados estão persuadidos disso, estão enganados, não é assim; e eu vou mostrar em como não é assim: os Senhores deputados do Sul desejam exportarmuito vinho, mas não póde ser, porque por muito bom que seja o seu vinho, não pode competir no mercado com o vinho do Douro; ora. O Douro não pode fazer agua-ardente, porque o preço porque lhe seria preciso vender cada pipa de vinho fica sempre muito abaixo do preço natural, e dos gastos de producção, o peor mal que pode vir ao Lavrador do Douro é queimar o seu vinho em agua-ardente. O que nesta materia decide é o interesse do Lavrador; se os Lavradores do Sul não tivessem lucro em fazer agua-ardente não a faziam, e os do Douro se a fizessem perdiam muito, logo, os interesses do Douro não affectam os interesses do Sul (apoiados) quanto maior fôr o lucro proveniente da agua-ardente; (apoiados) porque de mais agua-ardente se serve. Já estou muito cançado; mas não acabarei sem ainda ver se respondo ao principal argumento contra o pensamento do Projecto, argumento de que se serviu o meu nobre amigo. Diz-se que o privilegio exclusivo concedido á creação deste Banco é a mesma cousa que um augmento de direitos; e que em consequencia se agumenta o valor do genero, que nós queremos levar ao mercado estrangeiro, aonde convém apresenta-lo pelo menor preço possivel.

Mas, Senhor Presidente, como a qualidade dos vinhos é a sua principal garantia (apoiados), e eu já demonstrei que o fim e o objecto essencial deste Banco é sustentar esta qualidade; bem como facilitar e regular a exportação, uma vez que elle vigie que só vá vinho de boa qualidade, ainda que tenha de ir só uma certa quantidade, precisamente se há de sustentar um preço regular; porque não se deve exportar mais do que a quantidade que provavelmente se consome; e como o consumo dessa dada quantidade é certo, porque não é possivel já que os Inglezes deixem de beber vinho do Porto, ainda que com esse insignificante aumento de preço, distribuido em toda a quantidade exportada, e consumivel, realmente se dê o que diz o meu nobre amigo, nem por isso se prejudica a extracção, porque esta é assegurada pela qualidade; e o que se pretende é sustentar ao genero um preço regular, e que exceda o preço natural, ou o dos gastos de producção: eis aqui o objecto principal do Banco; objecto importantissimo e que só por este meio artificial póde obter-se.

Senhor Presidente, as conclusões que eu quero tirar são que eu rejeito um grande numero de provisões do Projecto, mas o seu pensamento é que eu não posso deixar de approvar, porque o Douro é um Paiz que produz o rendimento de 4 000 000 $000, valor que nenhuma Provincia póde produzir, e se se olha para esta circumstancia com seriedade e se nega ao Douro este recurso, é a mesma cousa que approvar o egoismo o mais fatal contra o Paiz do Douro, em nome delle fallo e não sou do Douro, mas fallo em nome do meu Paiz; e por isso digo que o Douro reclama e exije promptas, energicas e decididas providencias; eu não acho nenhuma possivel nas circunstancias actuaes a não ser as que se acham no pensamento do projecto e se as há eu voto por ellas.

Lisboa, 7 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado José Maria Grande, defendendo a posição de uma nova Companhia (artigo 1.º e 2.º).
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 7 de Setembro de 1842.

Senhor José Maria Grande: - Senhor Presidente, cançada vai já esta discussão, e cançados estamos todos com ella; certamente eu devo ser breve por mais de uma razão.

No Artigo 1.º do Projecto de Lei, que se discute, consignam-se, no meu entender, duas idéas, uma é a continuação da Companhia, que se diz existir já, mas que, no meu entender, é uma Companhia diversa daquella sobre que estabeleceu a Lei de 7 d'Abril de 1838. É diversa, porque tem diversas attribuições; é diversa, por que há de Ter diversos encargos, e por que nós tambem lhe damos vantagens, que a outra Companhia não tem. Por consequencia é necessario que se discuta o Artigo 1.º e não me parece que a opinião do illustre Deputado Relator da Commissão, quando asseverou que elle não admittia discussão, possa ser admittida. Eu entendo que o Artigo deve ser approvado; por que estou convencido de que não podemos presentemente proteger a Agricultura e Commercio dos Vinhos por outro modo. Um outro modo de a proteger existe, mas esse não pertence a esta Camara; e todavia talvez seja o mais efficaz.

Tem-se aqui concordado geralmente que é necessario tirar o Commercio dos Vinhos do abatimento em que está; uns porém teem apresentado a idea da necessidade de um Banco protector,outros teem apresentado a idéa de applicar a este objecto os principios da maior Liberdade Commercial. Senhor Presidente, contra a maior Liberdade Commercial estão os factos; porque essa maior liberdade já lhe tinha sido dada pelo Decreto de 1834; porque, á excepção de um direito que alli se impunha aos Vinhos, de resto a Liberdade de Commercio foi completamente consignada nesse Decreto. Suppôr-se-há porém que o direito estabelecido alli era bastante opressivo; mas eu não o entendo assim; porque esses 12 mil réis que se estabelecem sobre cada pipa de Vinho, que se exporta, não veem a ser a final cousa nenhuma no principal mercado deste genero, que é a Inglaterra. Estes 12 mil réis não vem a ser senão meio penny, ou 10 réis em cada garrafa; e de certo nenhum Lord deixará de beber a sua garrafa de Vinho, por lhe custar mais meio penny; além de que este direito é nada em comparação do grande direito, que o Vinho tem em Inglaterra, que como todos sabem, são 30 Libras por pipa, approximadamente. Por consequencia era pequeno este direito, posto que apparentemente parecesse grande, e então a Liberdade de Commercio estava, para assim dizer, consignada neste Decreto. Mas os factos, que são a Filosofia das nações, e a verdadeira Potencia no mundo intellectual, fallam contra essa Liberdade Commercial, e clamam altamente contra as disposições dessa Lei; porque o que se seguiu foi desacreditar-se, perder o seu nome, a sua reputação, o Vinho do Porto, ficando completamente estagnado este Commercio; e os

inconvenientes que d'aqui resultaram para a Nação, foram bem desastrosos e bem transcendentes.

Vê-se, portanto, Senhor Presidente, que não podemos seguir o caminhoque já uma vez se encetou; vê-se que esse caminho nos conduz a um máo resultado, e que é necessario abandonal-o. Temos outro caminho, ou alvitre lembrado, que é o de uma Companhia, ou Banco protector. É necessario pois que se crie essa Companhia ou Banco protector. Mas esse Banco protector não póde ser o da Lei de 7 d'Abril de 1838, porque era nada; porque essa Companhia realmente não existia de facto, mas só de direito, por isso que se lhe não dava nenhum interesse importante, e só encargos, que ella não podia desempenhar. Não deve ser portanto essa Companhia, nem aquella creada em 1756, por isso que essa Companhia, armada como estava de privilegios, tinha graves inconvenientes; não podia deixar de exercer no Paiz uma influencia daninha, senão immediatamente a producção dos vinhos do Douro, pelo menos, a producções identicas d'outros districtos vinicolas. Nem nós podiamos hoje fundar essa Companhia, porque não podiamos ir estabelece-la com privilegios tão odiosos e tão contrarios á Lei Fundamental.

Por consequencia, Senhor Presidente, não se tracta, nem da Companhia creada pelo Marquez de Pombal, nem da creada pela Lei de 1838; tracta-se de estabelecer uma outra Companhia, que há de Ter certos encargos, e a qual necessariamente se devem dar certas vantagens, para poder fazer face a esses mesmos encargos. É pois esta a Companhia cuja existencia se consigna no Artigo 1.º, que está em discussão; e torno a repetir, não me parece que seja a Companhia de 7 de Abril de 1838. Por isso parece-me que este Artigo deve ser redigido diversamente, não se empregando a palavra – continúa, porque de facto não é essa Companhia: se fosse ella, nada faziamos; e para que vinha então aqui o Artigo? Era já uma cousa legislada; era inutil apresenta-lo aqui.

Senhor Presidente, a existencia de uma Companhia para proteger este ramo d'industria é indispensavel, ainda que não fosse senão para evitar a satisfação que ordinariamente se introduz em objectos d'esta natureza. É indispensavel, além disso, porque no Commercio de que se tracta são necessarios grandes capitaes, porque os empates são muito grandes. É indispensavel ainda por mais razões que eu não ennumarei para não cançar a Camara. É muito provavel que d'aqui se tirem algumas vantagens, não tantas como aquellas que o Douro tirou immediatamente da Companhia creada em 1756; porque de facto não há duvida que aquelle Districto vinicola, tirou muitas vantagens, embora outros Districtos vinicolas do Reino padecessem, como realmente padeceram, com a existencia d'esta Companhia. Mas se das vantagens que o vinho do Douro tirou d'aquella Companhia, nós podemos pouco mais ou menos concluir para as que agora se hão de tirar, ellas devem ser grandes, porque em 1756 valia uma pipa de Vinho 2 a 3 libras, e logo que a Companhia se

creou ficaram valendo 30 a 35 libras esterlinas. Em 1756 apenas se exportaram 11 mil pipas, e 22 mil se exportaram logo que a Companhia se creou no anno seguinte. E, segundo nos disse o Relator da Commissão, póde avaliar-se approximadamente em 3000 contos, os capitaes que aquelle ramo nos produzia cada anno.

Mas esta reputação e este nome dos vinhos do Douro é tanto mais necessario á sua conservação, quando é certo que estes vinhos têem hoje grandes antagonistas. Esta Camara toda sabe que, depois da liga das alfandegas allemãs, os vinhos que se produzem nas margens do Rheno, nas Provincias Rhenanas, podem vir aos mercados inglezes, o que d'antes era impossivel; e lá vão effectivamente. Esta Camara sabe tambem que os vinhos de Xerez e Malaga têem hoje muita extracção em Inglaterra. Sabe esta Camera certamente que, nisto de beber vinho, tambem há modas; e a moda hoje parece não ser o Vinho do Porto, pelo menos, não tranto como noutra época. E para prova citarei um facto que me parece demosntração muito decisiva. Em Inglaterra, como todos sabem, há um grande jantar em certo dia do anno, dado pelo Lord Maire; esse jantar costuma ser o regulador dos jantares desse anno. Nesse jantar, onde apparecem iguarias de todas as qualidades, vinhos de todo o mundo, não se viu apparecer o vinho do Porto, que antigamente fazia as honras de todas as mezas inglesas. Este facto quer dizer muit; sobre tudo n'um paiz, onde a maior parte das cousas se fazem por calculo e por patriotismo; porque é muito provavel que até por patriotismo e politica se fizesse o que então se fez nesse celbre jantar. É por tanto necessário visto que o vinho do Porto tem agora tantos competidores, que nós tractemos de lhe conservar o seu nome e a sua reputação no meu modo de entender não pode ser conservado hoje senão por uma Companhia; porque não há duvida nenhuma que se tem desaccreditado consideravelmente em Inglaterra, e não há duvida nenhuma que em virtude deste descredito mais de 100 000 pipas existem nas docas de Londres, e mais de 200 000 nos armazens do Porto. É necessario, por consequencia, tornar a ressuscitar, a fazer reviver o nome e o credito desta cordial bebida que, além das qualidades hygienicas que tem, ainda algumas medecinaes se lhe attribuem.

Muito se tem dito, Senhor Presidente, contra a creação desta Companhia, e é necessario que eu rebata alguns dos argumentos de que tomei nota, eque me parece que podem considerar-se mais ou menos especiosos.

Em 1834 e 1835 foi maior a exportação, disse um illustre Deputado, depois da extincção da Companhia do que era antes. Mas se Sua Excelencia prestasse ao illustre Relator da Commissão toda a attenção ou antes se a distancia em que se acha delle lhe consentisse ouvir tudo o que o illustre Relator da Commissão disse ouvir-lhe já dizer, que nesses dous annos a grande exportação dependera de que os armazens em Inglaterra estavam inteiramente faltos desta mercadoria; não podia por consequencia nesses dous annos deixar de ser a exportação muito mais abundante do que nos annos anteriores. Mas se o illustre Deputado fôr

depois ver o que aconteceu nos annos seguintes, há de achar differença. É verdade que pouco mais ou menos quasi sempre se exporta um certo numero de pipas de vinho, porque este é que é o facto consignado até em alguns Relatorios, sempre se exporta um certo numero de pipas de vinho, e não influe a maior ou menor exportação o preço, o que influe, é a qualidade; sempre há annos a esta parte se tem exportado proximamente 30 000 pipas; mas não pensem que daqui se póde tirar argumento contra a Companhia, por isso que o preço durante a sua extincção tem sido muito insignificante: e note o illustre Deputado pelo Porto, que antes do estabelecimento da Companhia, o vinho não valia quasi nada, e depois veio logo a valer 30 a 40 libras por pipa; mais de 10 ou 12 annos valeu o vinho do Porto de 60 a 70 libras por pipa durante a existencia da mesma Companhia, note o illustre Deputado que em 1821 e 22 o vinho do Porto chegou a um descredito e depreciação extraordinario e pela mesma razão. Por consequencia, Senhor Presidente, os factos mostram que a existencia da Companhia é vantajosa principalmente á conservação do seu nome e do seu credito.

O illustre Deputado fallou do estado em que se acha essa Companhia e dise que nós iamos dar e entregar grossos capitaes a uma Associação que se achava fallida. Mas eu que prestei uma grande attenção a este seu argumento vim a concluir daquillo mesmo que elle disse, que realmente essa fallencia por ora não existe, existe uma moratoria, se no fim dessa moratoria a Companhia não tiver pagado as suas dividas, é então que se deve reputar fallida no meu modo de entender; mas visto que esta moratoria só termina no anno de 1844, nãopodemos por ora dizer que ella o está.

"Que o vinho sempre havia conservado a sua reputação mesmo quando a Companhia não havia existido." Não me parece, que isto seja exacto, e até contra esta asserção depõem os factos, que acabo de apontar; e a existencia de grande quantidade de vinho não genuino nas docas em Inglaterra e mesmo nos armazens do Porto. O vinho, Senhor Presidente, só pode ser conservado por uma Companhia, este corpo moral, que vive para assim dizer do futuro, que vive do credito, que tem de fazer transacções da maior importancia, que lhe é por consequencia necessario todos os dias ir estabelecendo mais e mais a sua reputação e a do seu genero, é sobretudo este corpo moral aquelle que póde Ter mais interesse em estabelecer a reputação do genero, o que não acontece sempre aos negociantes, como já aqui na Sessão antecedente se ponderou, e ponderou muito bem, os quaes muitas vezes fascinados pelo desejo de lucros ephemeros sacrificam o futuro ao presente.

O illustre Deputado emittiu durante a discussão (e até mandou para á Mesa uma Substituição de que me não occupo visto que ella não está agora em discussão) a idéa da creação de uma outra Companhia. Mas, Senhor Presidente, então se o illustre Deputado está concorde hoje comnosco na creação de uma Companhia, é necessario que tambem concorde em que aquella que o Projecto estabelece tem muitos mais meios, tem muitos mais recursos do

que essa outra que elle ia crear. Mas o illustre Deputado apresentou na Sessão passada uma opinião diversa; porque o illustre Deputado na Sessão de Sabbado emittiu idéas muito differentes, pois que appelava para a inteira Liberdade Commercial; dizia, que eram essas as medidas que se deviam adoptar, e nunca a creação de uma Companhia, e veio agora já a esta idéa; talvez seja isto filho da força da verdade, e ainda é possivel que Sua Senhoria com a imparcialidade e bom juizo que o caracterisam, por que respeito não só as suas luzes, mas até sobre tudo as qualidades superiores da sua intelligencia, venha ainda inteiramente ao parecer da Commissão rendendo uma inteira homenagem á verdade. Mas o illustre Deputado, que nos propõe a creação de uma v com 800 contos de capital, e 200 que o Governo lhe havia de dar de prestação em 4 annos, certamente não punha esta Companhia em estado de poder costear um Commercio tão importante. Os 150 contos que este Projecto lhe dá, é para que a Companhia possa levantar o capital de 3000 contos pouco mais ou menos, e com esse capital, com os queella já tem, e com as acções que lhe hão-de accrescer certamente podera ella estar em estado de fazer face a todos os seus encargos; mas uma Companhia com o capital de 800 contos, e mais de 200 de prestação, o que tudo faz 1000 contos, não póde entrar com vantagem neste Commercio, em que são necessarios tantos empates, em que só as transacções de exportação poderão importar na quantia annual de 3000 contos; além de 500 ou 600 contos que tem de empregar na compra de vinhos de Segunda e terceira qualidade, não póde certamente com um tão pequeno capital essa Companhia que propõe o illustre Deputado, desempenhar os encargos que deve desempenhar para ser uma Banco protector.

" Que o mal era geral, que todos os Districtos vinhateiros soffriam do mesmo modo, que era necessario, por consequencia, apresentar um remedio geral." Por vezes tenho visto nesta camara, Senhor Presidente, quando se pretende adoptar uma medida vantajosa vir-se com a necessidade de se generalisar essa medida tomando-se providencias, que cortem o mal pela sua raiz em todos os differentes pontos do Paiz. Mas se apenas nos fôr possivel remediar uma parte do mal, como nos poderemos nos encarregar de o remediar todo? Faça-mos nesse caso o bem possivel e esperemos por ensejo mais opportuno para fazer o que nos resta. Além disto o mal é geral, mas não se soffre com a mesma intensidade em todos os Districtos vinicolas. Na Beira e Estremadura não se acha a cultura das vinhas na mesma desgraça em que está a do Douro, paiz exclusivamente vinhateiro, e que ou há-de morrer ou viver da única producção agricola que alli existe, ao passo Qua nas outras Provincias muitas outras cilturas existem simultaneamente com a do vinho, que fazem menos penosa a condição dos seus Lavradores.

Concluirei respondendo a uma asserção do illustre Relator da Commissão, que pareceu taxar de menos verdadeiro o Relatorio do Decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguio a Companhia. Sua Excelencia lançou um grande desfavor, e uma forte censura sobre

os Ministros que referendaram aquelle Decreto. Eu estou persuadido que naquelle Relatorio não se faltou á verdade. Nem os illustres caracteres que assignaram a Lei, eram capazes de illudir o Regente e o paiz. Estou tambem persuadido de que essas expressões talvez o illustre Deputado as soltasse não querendo attribuir um mao sentido. A Companhia foi extincta, porque não era já possivel deixar de se extinguir. Pois se estava extincta de facto a maior parte dos seus mais importantes privilegios, como poderia ella subsistir? Morta de facto estava ella desde que não tinha a exportação exclusiva de vinhos para o Brazil, e esta Companhia não podia já fazer, como todos sabem, essa exportação, além de que era uma opinião assentada, que existia no Paiz, a da sua extincção, já em 1821 havia sido exprimida no Congresso das Necessidades com grande vehemencia: a nação pronunciou-se muito contra a existencia daquella Companhia, e não póde duvidar que aquella Companhia procedera tambem a certos respeitos com mais ou menos parcialidade; não direi como se tem dito que commettesse barbaridades; mas a taxa (por exemplo) dos vinhos, nas preferencias que dava a certos vendedores, na especie de miseria a que reduzia certos cultivadres, e na protecção que dava a outros, havia razões de sobejo para a tornar mal vista. Mas além disso, Senhor Presidente, razões havia naquillo mesmo que apresentou o illustre Deputado para tornar essa Companhia odiosa. Uma Companhia que tinha Justiças proprias, que administrava e arrecadava rendimentos publicos, uma Companhia que vivia sómente de privilegios exclusivos, não podia, Senhor Presidente, deixar de se tornar mesmo sem o querer mais ou menos tyrannica, mais ou menos oppressiva, e então estou persuadido de que muito provavelmente foram estas as causas e não outras que motivaram aquelle Decreto, e eu não vejo no Relatorio desse mesmo Decreto senão appelar-se para os principios da sciencia, não vejo senão dizer-se o que se entendia geralmente nesse tempo, que a Liberdade Commercial a mais lata seria aquella que conviria applicar a este ramo de industria como a todos os outros.

É preciso, por consequencia, fazer esta justiça aos illustres Ministros, que referendaram esse Decreto, e eu julguei que devia erguer a minha voz em sua defeza, visto que não se acham, nem podem achar-se aqui presentes. Assevero, pois em honra da verdade, que entendo que elles referendaram aquelle Decreto com as melhores intenções, com a melhor boa fé e no interesse do Paiz.

Concluo portanto, Senhor Presidente, approvando o Artigo que está em discussão, uma vez que se lhe dê uma redacção que faça desapparecer a idéa de que é a Companhia existente a que no Artigo se consigna, mas sim aquella que deve crear-se em virtude do Projecto que se discute.

∴

Lisboa, 7 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Dias e Sousa, defendendo a continuidade da Companhia de 1838 (artigo 1.º e 2.º).

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 7 de Setembro de 1842.*

O Senhor Dias e Sousa: - Senhor Presidente, a discussão que houve hontem na especialidade deste Artigo andou tão extensa, tão vaga, e tão impertinente (perdoem-me os illustres Deputados, que entraram n'ella), que quasi me tirou a vontade de apresentar algumas considerações geraes, que tencionara offerecer, antes de entrar rigorosamente na especialidade do Artigo. Quem ouvisse a discussão hontem, parecer-lhe-hia que se tractava de discutir, se dev ou não existir a Companhia dos Geral dos Vinhos do Alto Douro: e com tudo essa Companhia existe por direito, por uma Lei vigente, e não revogavel até o fim da duração, que lhe está marcada: por consequencia impertinente andou a discussão nesta parte. Tambem parecia, que se tractava agora de sindicar o procedimento da antiga Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro, e de pronunciar juizo sobre ella, e o dos adversarios da mesma Companhia. Senhor Presidente, se nos demorassemos muito nesta materia, levar-nos-hia isso fóra do nosso propósito, levar-nos-hia talvez a entrarmos em pormenores bem pouco decorosos para o Parlamento. Limitar-me-hei pois a dizer, que nem estou inteiramente pela exactidão da Parabola que hontem aqui apresentou o illustre Relator da Commissão para santificar o procedimento da Companhia, nem tambem a julgo tão digna de censura, como pretendem os inimigos della; e muito menos a julgo inutil para o caso de que tractamos, isto é para o melhoramento do importante ramo de Agricultura, e Commercio dos vinhos do Douro – e não a julgo inutil, porque tenho, para assim pensar, um documento vivo, que consiste nos clamores, que se levantaram, logo depois da extincção da Companhia, a favor della – clamores, que foram ouvidos, e attendidos pelo Poder legislativo, e em virtude dos quaes appareceu a Lei de 7 d'Abril de 1838, restabelecendo a Companhia; - e não me consta, que depois desse restabelecimento tenham havido queixas contra elle. Tambem não estou convencido, que a causa única, ou muito principal, da decadencia dos vinhos do Douro, fosse a extincção da Companhia. O illustre Relator da Commissão, que tão eruditamente apresentou a historia deste Estabelecimento, há de convir certamente, que muitas são as causas, que concorreram para essa decadencia: bastará simplesmente considerar a perda do mercado do Brasil, depois que em 1810 os seus portos se abriram a todos os Paizes estrangeiros, - e bastará considerar a grande diminuição do mercado em Londres, depois que em 1825 se igualou o direito de entrada de todos os vinhos da Europa, - e principalmente depois que em 1829 o preço da entrada do vinhi foi excessivamente augmentado. Eu estou persuadido, que em quanto nos não voltarmos aos principios geraes de Sciencia Economico-Politica, - em quanto não conseguirmos um

abatimento nos direitos de consumo estabelecidos no principal mercado da Europa que é a Inglaterra. – este ramo de Industria há de ir mal, há de caminhar vagarosamente; e se não diminuir, há de augmentar pouco. Todavia, Senhor Presidente, eu supponho que o Projecto, que está em discussão, há de produzir de certo alguma utilidade; e não digo a opinião de um Senhor Deputado, que, porque se não podia fazer tudo, assentou que se não devia fazer cousa alguma, façamos sempre alguma cousa; se não podemos remediar o mal todo, remediemos ao menos parte delle. Portanto approvo o Projecto, menos algumas das suas estipulações, a respeito das quaes eu farei as minhas reflexões; e limitarei a isto o que tinha a dizer em geral a respeito do Projecto. Devo prevenir principalmente a illustre Commissão, que as reflexões, que vou fazer sobre o Artigo 1.º não são de maneira nenhuma para alterar a idéa, consignada nelle; - são unicamente algumas considerações, quanto a melhor redacção. A illustre Commissão diz no Artigo 1.º a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro continua a ficar encarregada dos arrolamentos, provas e guias dos vinhos do Districto da demarcação de Feitoria na conformidade da Carta de Lei de 7 de Abril de 1838.

Senhor Presidente, esta Companhia é a mesmissima, que existe; e nessa parte não posso admittir a idéa de um illustre Deputado, que sinto não ver agora presente, o qual hontem asseverou, que a Companhia de que falla o Projecto, era uma Companhia diversa da existente pela Lei de 7 d'Abril. O nobre Deputado não attendeu bem a outras partes do Projecto, que tiram toda a duvida sobre a intelligencia do presente Artigo: para isto basta olhar-se para o que diz o paragrapho segunfo do Artigo 9.º esta obrigação começa na abertura da feira de 1843, e dura até ao fim do praso marcado para a existencia da Companhia, na Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, e o paragrapho único do Artigo 20.º que diz. Se passado o praso de dous mezes a Companhia não tiver satisfeito ao disposto neste Artigo, fica o Governo encarregado d'organisar uma Associação de Capitalistas, que queiram encarregar-se da protecção, e melhoramento do Commercio, e Agricultura dos vinhos do Douro, com as clausulas e condicções expressas nesta Lei, e na demais Legislação em vigor, ou que pelo Governo fôr decretada em virtude das auctorisações que lhe são concedidas. Por consequencia a Companhia de que se tracta neste Artigo é a mesma que existe por Lei, e que deve ter ainda de duracção mais 16 annos; porque pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838 foi restabelecida pelo espaço de 20 annos. Sendo assim, Senhor Presidente, como é na verdade, não vejo boa a redacção do Artigo em quanto diz – que a Companhia continua . – Esta palavra continua parece indicar, que se necessita de uma Provisão Legislativa para que a Companhia continue a fazer aquillo que póde fazer, independente de qualquer outra Provisão: - não há necessidade de prorogar a Companhia; porque a Companhia existe, - e existe de modo, que se não póde destruir, senão ferindo-se um contracto oneroso, como hontem muito bem disse o Senhor José Alexandre de Campos; a sua existencia está legitimada por uma Lei vigente: portanto dizer-se

– a Companhia continua, é uma ociosidade, o Artigo nesta parte supponho eu que é completamente ocioso; porque aqui não se trata de dar a prorogação á Companhia, porque não é necessaria: não há prorogação, senão quando acaba o praso da duração legal. Aqui só se trata de fazer algumas Provisões legaes, pelas quaes se ampliam algumas attribuições da Companhia, e tambem os seus encargos, com o fim único de melhorar o importantissimo ramo de industria Agricola, e Commercial dos vinhos do Douro. – e é por isso que teve em vista a Commissão, como se conhece de todos os Artigos deste Projecto. Esta primeiro Artigo, porém comprehende ainda uma disposição nova, que restringe a competencia da Companhia restabelecida pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, a qual vem a ser, que só no Districto da demarcação da Feitoria é, que a Companhia póde proceder aos arrolamentos e provas, de que é incumbida por aquella Lei, sem limitação alguma de Districto. Nessas palavras pois o Artigo comprehende materia nova, que nós aprovetamos, ou não. Quanto a mim supponho, apezar do que disse hontem o Senhor Branco, que deveremos conservar esta restricção; e deveremos conserva-la; porque do que nós tractamos aqui é de beneficiar os vinhos do Douro, e é preciso dizer aqui o que são vinhos do Douro. A Commissão entendeu, que os vinhos do Alto Douro, dignos de ser attendidos por este beneficio, eram os do districto de Feitoria. Por consequencia parece-me que não haverá incinveniente, nem se póde dizer que vai vexar-se ninguem, conservando esta restricção; e então apoio por ora a restricção que a illustre Commissão apresenta neste Artigo.

Já se vê pois que eu não combato a idéa do primeiro Artigo: acho que o que a Commissão quis lançar neste Artigo póde ser apresentado por um outro modo, que fique mais regular, e que não importe numa disposição inutil, e ociosa, como acabei de ponderar. Então, em logar deste Artigo, mando para a mesa uma Emenda, que rigorosamente o é; porque não há idéa diversa apresentada por mim; não há substituição nenhuma ao Artigo, senão em quanto apresento a minha idéa por um modo differente. (Leu a emenda)

Já hontem, por uma explicação que aqui deu o illustre Relator da Commissão, eu conheci que a ultima demarcação da Feitoria foi feita em 1822. Houve uma no tempo do Marquez de Pombal, que abrangia muito pqueno espaço; outra no tempo da Senhora D. Maria I, um pouco mais ampla; e posteriormente houve uma ampliação muito maior: - não sei a epocha, e por isso deixei em branco essa designação; mas póde dizer-se – a ultima demarcação da Feitoria, o que tira toda a duvida a este respeito, sem contudo alterar a idéa da Commissão. (É a seguinte)

EMENDA. – Artigo 1.º É ampliada e modificada nos termos da presente Lei a Carta de Lei de 7 de Abril de 1838, pela qual foi restabelecida por tempo de vinte annos a Companhia Geral d'Agricultura dos Vinhos do Alto Douro.

Artigo 2.º A competencia da Companhia, quanto ao arrolamento, e provas dos Vinhos, a pôr-lhes marcas, e a dar guias, entende-se sómente a respeito dos vVinhos do Districto da ultima demarcação da Feitoria. - Dias e Sousa

∴

Lisboa, 8 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Francisco Manuel da Costa favorável à eliminação do Artigo 6.º sobre o pagamento de um imposto único de 4$500 réis sobre os vinhos de consumo na cidade do Porto.
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Setembro de 1842.

O Senhor Francisco Manoel da Costa: - Senhor Presidente, o Artigo 6.º do Projecto em discussão assim como está concebido, contêm uma sentença de morte para todas as vidas das cinco legoas em circunferencia da Cidade do Porto, e aina para além pelas margens do Rio; e um grave prejuizo para a Provincia do Minho.

Como que fôra pouco destruir a proporção que d'antes havia entre o Vinho maduro, e o verde, diminuir nos direitos daquelle a quantia de 1500 réis por pipa, que é justamente a que d'ora em diante é necessario abater no preço d'este para poder concorrer no mercado; como se isto fôra pouco, digo quer-se ainda sobrecarregar o Vinho verde com a quantia de 1 650 por pipa, que importa o mesmo que bani-lo do Commercio, e reduzir á miseria os proprietarios.

O Vinho verde não se cultiva com tão pouca despeza, como se pretende inculcar, a pratica, e costume no Minho, que póde ser attestado pelos Deputados daquella Provincia, é darem os Senhorios de arrendamento as suas terras quanto ao Vinho pelo terço, de sorte que a despeza da cultura monta a terceira parte da producção.

Tambem não é exacto o preço que se imagina produzir cada pipa daquelle Vinho, porque se é verdade que uma, ou outra se vende por nove, ou 10$000 réis, também é certo que muitas, e a maior parte, se vendem por quatro, e 5$000 réis, em fôrma que o preço regular se póde calcular em 6$ 000 réis por pipa, e é este o que a Lei suppõe, por consequencia ficam livres de cultura para o Proprietario apenas 4$ 000 réis.

É preciso attender tambem a que a conducção importa regularmente 400 réis por legoa, afóra um pipo de seis canadas que se dá ao carreteiro, e bem assim que este genero não póde deixar d'estar vendido sem imminente risco até aos principios do mez de Maio, porque é muito facil derramar-se d'ahi para diante.

O Vinho maduro tem sem duvida mais dispendiosa cultura, mas ordinariamente ella excede um terço do valor d'ora em diante, e pelo Projecto em discussão se lhe póde suppôr. O de terceira qualidade produz menor preço do que o das duas primeiras, mas tambem a sua cultura é mais facil, porque sabido é que quanto mais difficil é a cultura do terreno, e menor a

producção das Vinhas, tanto maior é a superioridade do Vinho que se colhe, e vice-versa. Vem por consequencia a ficar livres para o Lavrador do Douro 8$ 000 réis por pipa, que elle póde vender sem risco em qualquer estação do anno, e conduzir até ao Porto com uma insignificante despeza.

Se é preciso animar a Agricultura do Douro, como eu, e toda a Camara reconhecemos, empreguemos todos os meios conducentes a tão importante fim, façamos para isso todos quantos sacrificios fôr mister; mas pesem elles igualmente em toda a Nação, visto que em proveito da Nação é que elles vem a converter, e não exclusivamente nos visinhos do Porto, e nos Povos do Minho, que com todos os mais tem direito á consideração da Camara, e merecem igual protecção.

No Minho os pequenos Proprietarios, que é a maior parte dos daquella Provincia, tirão do Vinho verde importantes, e indispensaveis recursos: os cereaes que cultivam, apenas chegam para o seu consumo; com o producto do Vinho que vendem, pagam os seus juros, as decimas, e impostos, e supprem a outras necessidades.

Se pois lhes for colhida a venda d'este genero, ou deixarão por pagar as suas dividas e tributos, ou morrerão de fome, se quizerem applicar para o pagamento d'ellas os cereaes que não podem dispensar!

Não é só para os visinhos do Porto que a providencia d'este Artigo é nociva, tambem prejudica aos mais habitantes da Provincia, porque o vinho que deixar de ser vendido, irá apparecer nos mercados aonde d'antes não vinha, e diminuirá o preço ao que alli concorrer.

Não justificam a disposição d'este Artigo as vistas, que teve a Commissão em obviar com a iguldade dos direitos a introducção do vinho maduro com o nome de verde; porque não é com a ruina d'alguns Povos, e com a mais manifesta injustiça que as fraudes se devem evitar.

A Commissão poderá lembrar outros meios menos violentos, e seria um bem efficaz a arrematação dos direitos d'entrada; porque a Fazenda lucraria sempre uma somma certa, sem dispender a enorme somma que gasta com os Empregados respectivos, e ninguem melhor do que os rendeiros vigiariam sobre a qualidade do genero, porque ninguem interssaria mais do que elle em verificar e distinguir a natureza do vinho; sendo infallivel o augmento da receita do Thesouro; porque então difficilmente se escaparão como até agora aos direitos d'entrada muitos centenares de pipas de vinho, e outros generos, como é facil verificar consultando as relações da Alfandega. Por todos estes motivos mando para a Mesa a seguinte

EMENDA – Os direitos de entrada do vinho maduro de consumo ficam reduzidos a quatro mil e outo centos réis por pipa. - Sala das Sessões 6 de Setembro de 1842. – Francisco Manoel da Costa.

∴

Lisboa, 8 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado César de Vasconcelos favorável ao Artigo 6.º sobre o pagamento de um imposto único de 4$500 réis sobre os vinhos de consumo na cidade do Porto.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Setembro de 1842.*

O Senhor Cesar de Vasconcellos: - Mesmo é impossivel fallar de uma cousa, sem tocar na outra.

Pedi a palavra sobre o Artigo 6.º quando ouvi dizer, que a Commissão tinha apresentado n'este Artigo 6.º uma disposição tyrannica, sultanica, injusta e barbara: queria dizer ao Senhor Deputado, que tal asseverou, que talvez senão encontre nesta Lei uma discussão mais justa e menos barbara que esta. Senhor Presidente, se a discussão do Artigo 6.º é tyrannica, sultanica, injusta e barbara, muito teem os Proprietarios da Estremadura, de que se queixar de todas as Camara Legislativas, e de todos os Governos, por terem conservado uma disposição injusta, tyrannica, sultanica, e barbara, desde que se pagam nas Sete Casas os direitos de consumo. O vinho verde a respeito do vinho maduro do Douro, no Porto, está na mesma relação em que está, na Estremadura, o vinho do campo a respeito do vinho do bairro; quando se vende uma pipa de vinho do campo por quatro mil réis ou uma moeda, vende-se o vinho do bairro por tres ou quatro moedas; e entretanto nas Sete casas o direito é igual tanto para o vinho do campo como para o de bairro; jámais os lavradores de vinho de campo reclamaram contra isto; porque elles são os primeiros, que reconhecem, que esta disposição é justa; porque aquelle vinho é verdade, que tem um valor muito inferior aos vinhos de bairro, mas o seu grangeio e producção é extraordinariamente superior á producção dos vinhos do bairro; de maneira que, quando os Lavradores do vinho do campo vendem uma pipa de vinho por tres ou quatro mil réis, e os do vinho do bairro por tres ou quatro moedas, o lucro dos lavradores do vinho de campo é muito superior aos dos lavradores do vinho do bairro. Seria portanto a maior injustiça se se fizesse pesar um tributo maior sobre os vinhos generosos do bairro, quando se reconhece, que, os seus Proprietarios tiram menos interesse, que os do vinho inferior. E felizes seriam os lavradores do vinho do Douro, e de bairro, da Estremadura, se o grangeio lhes custasse a Terça parte do lucro, como acaba de declarar o illustre Deputado.

Nós, na Provincia da Estremadura, que senão dirá a mais esteril, temos apenas um producto, que pode comparar-se com o grangeio dos vinhos verdes, que é o azeite; porque quando há grande abundancia, pode deixar dous terços para o lavrador.

Por tanto, se o mesmo Senhor Deputado acaba de nos confessar que o grangeio dos vinhos verdes importa apenas um terço do seu valor, como quererá elle que o vinho do Douro, que este anno nem para o grangeio dará, pague maiores direitos de consumo?

Demais o Senhor Deputado apresentou apenas uma consideração, que me fez impressão; porque disse; quando se tracta de favorecer a Agricultura dos vinhos do Douro, é nesta occasião, que se quer augmentar o imposto nos vinhos verdes? Pois eu ainda cirei com o illustre Deputado a um arranjo: não quer elle, que se augmentem os direitos de exportação de tres mil réis, que pagava o vinho verde? Pois não se augmentem; mas igualem-se a esta somma os direitos , que paga o vinho maduro; paguem ambos o mesmo: se o Senhor Deputado insiste em que se não deve augmentar um quartinho no vinho verde, eu peço que se diminua um quartinho no maduro. Se a Camara hoje sanccionar a desigualdade dos direitos entre o vinho verde e o maduro, no Porto; não sei como ella há de amanhã indeferir o pedido, que fizerem os Proprietarios de vinho de campo na Estremadura para se lhes fazer um abatimento proporcional nos direitos de consumo do seu vinho; porque tem um preço muito inferior ao do bairro.

Disse-se tambem, que o preço medio do vinho verde é o de 6$ 000 réis. Oxalá que o mesmo aconteça ao vinho de campo, na Estremadura: quando se obtem esses 6$000 réis, é por que o anno é muito bom.

Diz-se porém: como póde um vinho que se vende por 6$000 réis pagar de direitos 4$800 réis? Há-de acontecer lá o mesmo que aqui: vende-se o vinho do campo por 3 ou 4 mil réis, e paga 13$500 réis de direitos nas Sete Casas, e isto é tres vezes o seu valor; e nem por isso deixou de se vender. Parece-me, que isto prova bem da justiça da medida; porque, quando se tratasse de diminuir os direitos de consumo aos vinhos do campo da Estremadura, que julgo exaggeradissimos, (e em melhor occasião tractaremos disso), devia-se conservar a igualdade.

É esse um mal, que pesa sobre os proprietarios, que produsem bom vinho, mas com muito custo, muita despeza, o que não acontece nem ao vinho do campo da Estremadura, nem ao do Minho: eu tenho estado muito tempo na Provincia .do Minho, e nessa parte poucas informações preciso dos nobres Deputados d'aquella Provincia, porque conheço por experiencia propria o caso: as despezas de grangeio desta Provincia não teem comparação nenhuma com as despezas do grangeio do Douro, e por tanto entendo, que por muito baixo, que seja o preço dos vinhos verdes, os Lavradores sempre ganham pelo menos dois terços, e vejam se dos Lavradores da Estremadura se póde dizer outro tanto; eu declaro que depois da invasão dos Francezes nunca em tempo nenhum me ficaram dois terços. Por tanto fico hoje ainda mais convencido, de que o estado da Agricultura dos vinhos verdes do Minho é ainda muito mais feliz, do que o estava antes da declaração, que teve a bondade de fazer o illustre Deputado.

Por tanto, Senhor Presidente, entendo que é de justiça manifesta serem iguaes os direitos de consumo do vinho verde e maduro.

Não deixaram de me fazer impressão as observações, que o illustre Deputado fez quando disse – sobrecarregam-se os vinhos do Minho de um tributo superior áquelle que

pagavam – Se o illustre Deputado mandar para a Mesa um emenda, em que declare, que os vinhos maduros e verdes pagarão de ora em diante 3$000 réis por pipa, desde já declaro, que hei-de ajuntar o meu voto ao seu de muita boa vontade; por que é mais um favor, que se faz ao vinho maduro; e estabelece-se um principio de justiça (e não tyrannico como o illustre Deputado lhe chama) e de igualdade entre os vinhos maduros e os verdes.

Depois de reduzidas as despezas qual é o valor real dos vinhos verdes e maduros? Se entrarmos nesta indagação veremos, que os vinhos verdes, quando chegam ao Porto, tem um valor superior aos vinhos maduros em consequencia das despezas, que se fazem com uns e com outros; então chamaria eu barbara e tyrannica á disposição, que tivesse por fim sobrecarregar um producto, que se apresenta no Porto com menos valor, alliviando outro, que vale mais; a uma tal disposição chamaria eu certamente barbara e tyrannica. Voto por tanto pelo Artigo em quanto o illustre Deputado não mandar para a Mesa a sua Emenda concebida nestes termos: pela emenda do Denhor Deputado pela Guarda não posso votar; porque é indifferente pagar pelo vinho maduro uma moeda ou 5$000 réis: o que eu defendo é a igualdade dos direitos, e então se o nobre Deputado tiver a bondade de mandar para a Mesa a sua emenda, com tanto que conserve este principio de igualdade, eu não sei pois como o nobre Deputado se póde recusar a isto, e se mandar a emenda para a Mesa neste sentido declaro, que a approvo.

∴

Lisboa, 8 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Francisco Manuel da Costa favorável a eliminação do Artigo 6.º sobre o pagamento de um imposto único de 4$500 réis sobre os vinhos de consumo na cidade do Porto.
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Setembro de 1842.

O Senhor Francisco Manoel da Costa: - Senhor Presidente, ainda as razões, que expenderam os dous nobres Oradores, que me precederam em favor do Artigo, e contra a minha emenda, não abalaram a minha convicção; continuo por isso a sustentar a minha opinião, e passarei a responder aos argumentos, com que se pertendeu impugna-la.

Não vi por ora destruido o meu raciocinio, nem será facil destrui-lo, porque todo elle é fundado em dados incontestaveis, de que foi deduzida a mais legitima consequencia. O vinho do Minho, cuja cultura se diz insignificante, não se colhe sem a despeza d'um terço do seu valor; a sua conducção e transporte é mais dispendiosa, do que a do maduro, e se houver demora na venda, corre risco, a que este não está exposto. Além disso o preço por que se vende não excede, por um meio termo, a 6$000 réis, porque como já disse, se algumas pipas se reputam mais, muitas outras, e é o maior numero, se vendeu por menos. O vinho do Douro ou se há de

vender por uma quantia superior a 16$000 réis, ou por uma que não desça de 12$000 réis, e se a sua cultura é mais dispendiosa do que a do vinho vede, nunca em caso algum ella excederá o terço do preço, que fica tendo pela Lei, que se vai fazer. Por consequencia o menor preço que póde ficar livre ao Lavrador do Douro é o de 8$000 réis, em quanto que ao do Minho só ficarão 4$000 réis, em que ainda se devem descontar as considerações que já ponderei. E dirá alguem que um e outro vinho devem pagar iguaes direitos? Note-se que eu fallo do vinho do Douro no estado de preço, a que o vai levar a Lei, e não daquelle, em que actualmente se acha; porque se neste ultimo se conservasse, por certo que outra seria a minha opinião. Não convence o Senhor Deputado pelo Douro, com a informação que dá do preço, porque vendeu o seu vinho verde, casos especiaes não fazem argumento, porque se o fizessem, tambem eu poderia chamar em meu favor o preço de 50$000 réis, porque ainda no anno passado um illustre Deputado, que tem assento nesta Casa, vendeu cada pipa do seu vinho do Douro á bica do lagar.

Não me convence tambem o argumento, que produziu o nobre Deputado pela Estremadura, tirado da igualdade de direitos, que pagam na Capital os vinhos do Campo e do Bairro; não obstante serem estes mais dispendiosos na sua cultura, e aquelles muito inferiores em qualidade; porque, se os povos da Estremadura estão em circumstancias de merecerem a justiça, que os povos do Minho para si reclamam, appareçam as suas representações, ou quem por elles ore; que eu serei igualmente justo para com elles. Mas note-se, que eu não vejo por ora, que entre os differentes vinhos da Estremadura se dê a mesma razão, que se encontra entre os do Minho, e os do Douro; porque ainda aos vinhos do bairro senão estabeleceu um preço fixo, superior ao do Campo; e que se este é mais dispendioso na sua cultura, tambem é superior na sua qualidade. Além de que não seria eu, que pediria favor para o vinho de Campo; porque ao seu augmento é, que se deve a depreciação do vinho em geral, e a escacez de Cereaes, que se vai sentindo, porque terras, que são proprias para produzir excellentes searas, se vêem occupadas por vinhas de má producção; o que não acontece com as arvores do Minho, porque estando, como estão, pelas extremidades dos campos, não só não tolhem a producção do pão; mas fazem com que os ventos, que nellas quebram, a não prejudiquem, nem destruam.

Permanece por tanto a justiça da emenda, que mandei para a Mesa, sem embargo das razões em contrario, que creio ter impugnado; e por isso continuarei a votar por ella, em quanto com outros argumentos de maior peso não fôr convencido.

∴

Lisboa, 8 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Vieira de Magalhães propondo a eliminação do Artigo 6.º sobre o pagamento de um imposto único de 4$500 réis sobre os vinhos de consumo na cidade do Porto.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de Setembro de 1842.*

O Senhor Vieira de Magalhães: - Pedi a palavra para combater um argumento, em que se fez muita força; este argumento é, como costuma ser em occasiões desta natureza; argumenta-se mais para o sentimentalismo, do que para o raciocinio; argumenta-se com o estado do Douro; com este estado que é em verdade lamentavel, para alcançar todas as concessões, embora sejam em prejuizo manifesto das outras Provincias.

Senhor Presidente: este argumento é além disto sem base; argumenta-se do estado do Douro, para se conseguirem certas medidas, que hão de ser permanentes, embora o estado do Douro mude, as medidas que se pedem, são fundadas no estado do Douro; deviam pois existir sómente, em quanto esse estado existisse; mas não é assim, o estado vai mudar, e as medidas ficam continuando, e vai mudar o estado do Douro; porque para isso é que são estas medidas todas – o complexo dellas; e se não é para isto, então o Projecto não presta; póde-se dizer affoutamente, que não presta; mas se este estado há de mudar, se o vinho há de subir de preço, para que se quer argumentar deste estado, em que elle se acha actualmente para alcançar certas medidas, que trarão comsigo melhoramentos para o Douro sim, mas que vai levar a desgraça ás outras Provincias; e se nós agora estamos argumentando com o estado do Douro, bom é que não façamos com que d'aqui a alguns dias venhamos argumentar com o estado das outras Provincias.

Senhor Presidente: disse o nobre Deputado por Lisboa, que, se se fizer esta diminuição, d'aqui a pouco virá a Provincia da Estremadura pedir igual providencia para o seu vinho, e que nós não podemos deixar de lhe conceder; porque existe o exemplo; pois eu por esta mesma razão, e para tirar uma conclusão mais logica, digo, que devemos deixar ficar as cousas no estado, em que estão e que não façamos nada de novo a este respeito, porque assim não damos exemplo; e digo, e repito, não é esta a medida, que há de salvar o Douro; as que o hão de salvar, se é que estas o podem salvar, são as outras, é especialmente o premio de 150 contos, e a obrigação, que se impõe á Companhia de comprar os vinhos de Segunda e terceira qualidade.

O nobre Deputado por Villa Real, que fallou em sustentação do Artigo – fallou-nos do depreciamento, em que está o vinho de consumo no Douro – disse-nos, que neste anno se tinha vendido a oito mil réis, e menos, a pipa. O nobre Deputado sabe melhor do que ninguem, que, passando o Projecto, a Companhia está na obrigação de o pagar a 12 e 16 mil réis: como argumenta pois o nobre Deputado com os oito mil réis? Para o passado, não, porque já não podemos dar-lhe remedio; para o futuro há de o vinho subir, e há de vender-se não a oito mil

réis, mas a 12 e 16, e ainda mais; porque impõe-se á Companhia a obrigação de o comprar por este preço, mas logo que o vinho de primeira qualidade tenha uma exportação ampla em todos os mercados dos Paizes estrangeiros, há de vender-se por mais de 12 e 16 mil réis a pipa.

O nobre Deputado por Lisboa disse – que lhe fez impressão unicamente um dos meus argumentos – muito feliz sou eu ainda em um lhe Ter feito impressão; porque, quando se falla com prevenção por interesse de Provincia, interesse muito nobre, quasi nunca há argumentos, que façam impressão: mas fez-lhe impressão o argumento, que eu deduzi, de que era extraordinario, que na occasião, em que se tractar de aliviar a agricultura d'uma Provincia, se fosse opprimir a Agricultura d'outra Provincias: - parece, que a conclusão desta confissão do nobre Deputado era vir ás minhas idéas, e não permittir, que se augmentassem os direitos no vinho verde; porque com esse augmento se fazia uma grave prejuizo á Provincia do Minho: não permittir mesmo, que se diminuissem os direitos no vinho maduro, porque esta diminuição vai difficultar a concorrencia do vinho vêrde com o maduro: mas não o nobre Deputado diz, que lhe fazia muita impressão este argumento: entretanto não conclue, que se alterem os direitos, que o Projecto estabelece, não lhe importa, que o vinho verde seja sobrecarregado com direitos superiores, e o vinho maduro seja levado a uma muito melhor condição!... O vinho verde nunca póde competir em qualidade, nem mesmo em facilidade de conducção com o vinho maduro: como já um nobre Deputado muito bem expôz, com oito tostões conduz-se uma pipa de vinho vêrde ao Porto, são necessários cinco mil réis!... Esta consideração deve-se levar em conta, quando se diz, que o grangeio do vinho vêrde é de muitissimo pouco custo; porque esta despeza de conducção deve entrar necessariamente no calculo, quando se tracta de fixar o preço, por uma pipa de vinho vêrde, ou maduro se apresenta no Porto.

Por estas razões eu insisto ainda na minha opinião, isto é, que se deve elliminar o Artigo, e deixar as cousas no mesmo estado, ou então quando se quizer fazer este abatimento no vinho maduro de consumo, se deve fazer igual abatimento no vinho vêrde; mas como este abatimento vai produzir um deficit na receita publica, e em virtude d'uma Lei passada neste Parlamento, é necessário, que esse deficit se suppra na mesma occasião em que se votar a medida, que o vai produzir; eu então agora aproveito a occasião para propôr o adiamento, até que a Commissão apresente uma medidaa, com que se cubra o deficit, que se vai produzir com o abatimento dos direitos no vinho vêrde, a que vejo inclinados mesmo os nobres Deputados da Commissão, que fizeram-me a honra de dizer em particular, ainda que o não disseram em publico, que estavam muito inclinados a votar por este abatimento; porque não desejam desfavorecer os vinhos vêrdes; por consequencia proponho o adiamento, até que meditem mais esta matéria, e possam apresentar uma medida, que haja de cubrir o deficit, que este abatimento vai causar.

Lisboa, 9 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Lopes Branco considerando injusto o pagamento do imposto de 9$600 réis de acordo com a Segunda parte do artigo 7.º.
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de Setembro de 1842

O Senhor Lopes Branco: - Senhor Presidente, a discussão até aqui tem mostrado que eu sou homem das minhas convicções, e seguindo estas farei algumas pequenas reflexões ao Artigo 7.º que está em discussão, mas sendo breve para não cançar a Camara procurarei convencer a injustiça que aqui noto. (O Senhor Pereira de Magalhães: - Peço a palavra) (Leu). Até aqui, Senhor Presidente, eu não achava incoerencia nenhuma; por que em fim é conforme com os principios estabelecidos no Artigo antecedente, posto que a Commissão convenha, como já conveio, creio eu, um dos seus membros, em que é indispensavel fazer-lhe uma alteração em virtude de se Ter elliminado o Artigo 6.º.

Mas na Segunda parte do Artigo diz o Projecto – "findo o qual prazo, os que assim não tiverem sido declarados, e se lhes queira dar aquelle destino, pagarão 9$ 600 réis de direitos por cada pipa." – é isto um principio, Senhor Presidente, que eu acho altamente injusto, porque elle impõe uma pena que eu não entendo. Este vinho está qualificado, e então se o Negociante ou dono do vinho em boa fé não faz a declaração, de que o que quer destinar para consumo, não importa offensa nenhuma, e se há alguma offensa é unicamente a elle, porque perdendo o interesse que lhe provém da venda do vinho, elle, porque as circumstancias mudaram, vai depois declara-lo para consumo, e sujeita-se á perda, que de ahi lhe vem. É de notar que aqui esta hypothese, que o Artigo estabelece, póde ser applicada, e ordinariamente há de acontecer, áquelles Negociantes que não tendo força sufficiente para grandes empates, no espaço de 30 dias se vêem obrigados a fazer uma declaração, que importa em seu prejuizo, e então digo eu, que esta hypothese do Artigo vai violenta-los a fazerem uma declaração, sem a qual elles hão de ficar sujeitos a uma pena, que a Lei estabelece, só por não fazerem essa declaração.

Ora eu tenho mais outra reflexão, e de muito peso a fazer, e vem a ser que esta qualificação está auctorisada pela Lei de 7 de Abril de 1838, que prorogou a Companhia dos vinhos do Alto Douro, e então se adoptarmos este principio consignado na Segunda parte do Artigo, o que vamos a fazer é que a Lei tenha retroactividade, e por consequencia que venham a ficar como vinhos que não são de primeira qualidade, aquelles que segundo a Lei estão já julgados vinhos de primeira qualidade. Isto é injusto, porque não podemos obrigar os donos destes vinhos a uma declaração, que não importa proveito nenhum, tanto mais que nós vemos no paragrafo segundo uma segunda pena imposta a estes vinhos, que depois de serem declarados de consumo não podem ficar habilitados para exportação. Por consequencia neste paragrafo segundo já se acha uma pena estabelecida para aquelles vinhos, que se não declararam de primeira qualidade, e que foram declarados para consumo, que não podem ficar

mais para exportação. Como havemos de sujeitar os seus donos a pagar uma pena, que não póde ter cabimento na Lei.

Por consequencia fundado nestas considerações não posso approvar a Segunda parte do Artigo, e então queria que em conformidade do principio de justiça, que seguimos elliminando o Artigo 6.º, elliminassemos tambem o Artigo 7.º e por consequencia os Pontos 1.º e 2.º. Para isso offereço a seguinte

EMENDA. – Os vinhos qualificados em primeira qualidade actualmente existentes no Porto, e suas visinhanças em Villa Nova de Gaya, e no Douro, pagarão os direitos estabelcidos no Artigo antecedente, quando forem destinados para consumo no acto, em que forem despachados. - Lopes Branco.

∴

Lisboa, 9 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado José Alexandre de Campos sobre os preços a pagar pela Companhia aos vinhos de Segunda e terceira qualidade.
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de Setembro de 1842.

O Senhor José Alexandre de Campos: - Este Artigo é o principal do Projecto com referencia á Companhia. Ora a illustre Commissão ainda não nos disse, se tem procuração da Companhia, ou se está inteirada de Propostas que a Companhia fizesse neste sentido. Isto é realmente uma cousa notavel; a Companhia é a primeira que figura nesta Lei; e entretanto ninguem a representa, porque não há Propostas suas, nem nós podemos saber á priori o que ella quererá fazer. Portanto a discussão desta materia não póde deixar de ser summamente vaga, incerta, e sem base alguma. Mas eu supponha que aquillo que a Companhia podia fazer é o que está no Projecto; entretanto agora vejo que não á vista da emenda apresentada pela Commissão, porque essa mesma tenue vantagem, que se achava no Artigo, foi aniquillada pela Commissão; e então eu, que achava já o Projecto summamente deficiente, vejo, depois da emenda da illustre Commissão, que as minhas observações são ainda muito mais fundadas.

Senhor Presidente, sabemos nós qual é a producção media dos vinhos de Segunda e terceira qualidade? Pois disso depende tudo: se nós ignoramos a producção media desses vinhos, como havemos de calcular para uma quantidade incognita?

Em segundo logar era preciso que se nos apresentasse o termo medio do preço natural, isto é, o preço equivalente ás despezas da producção desse vinho; porque só sobre essa base é que se podia estabelecer a obrigação da Companhia, porque nem nós devemos por uma parte carregar a Companhia, fixando-lhe um preço muito elevado, nem tambem estabelecer um preço inferior ao natural; aliás acabariamos com a cultura do vinho do Douro. Este era pois o segundo dado, que se devia achar no Relatorio da Commissão.

O terceiro dado, que era essencial achar-se no Relatorio, e que lá se não acha, é a relação estatistica e especial do Projecto, de que resulta a relação exacta que há entre os 150 contos de vantagem que damos á Companhia, e o encargo que elle recebe. Ora este encargo é muito difficil de calcular: por que assenta não só sobre os dados que acabo de ennunciar, mas sobre um conhecimento perfeito do commercio dos vinhos. Era preciso saber quanto a Companhia póde perder na exportação do vinho de segunda e terceira qualidade, para ver a quanto podia chegar a vantagem que se lhe deve dar. Ora, sem exames, e investigações muito miudas não é possivel achar a relação entre a vantagem dos 150 contos, e o encargo da compra dos vinhos, cuja quantidade nós ignoramos. Mas a illustre Commissão, sem nos ter posto ao facto destes dados, acaba de propôr uma vantagem para a Companhia, e uma desvantagem para os Lavradores, que vem a ser a limitação da compra dos vinhos de segunda e terceira qualidade: se essa condição não era inteiramente satisfactoria em quanto ao vinho de primeira qualidade, podia apresentar alguma vantagem a respeito dos de Segunda e terceira qualidade; mas agora a Commissão obriga a Companhia a comprar só 20 000 pipas, e então, se ellas forem 30 ou 40 mil, que providencias temos dado a respeito d'esse excedente? Por tanto ficam sem providencia os vinhos de primeira qualidade, e tambem os de Segunda e terceira; e que será então este Projecto, depois de um sacrificio tão grande? E tudo isto é resultado de se não terem fixado estas condições pela concorrencia, que só podia dar o ultimatum mais vantojoso.

Ora, Senhor Presidente, como não temos a estatistica propria para decidir este negocio, toda esta discussão é só de curiosos, em que cada um dá a sua opinião segundo as impressões do momento, ou em fim segundo noticias vagas que tem da materia; mas não póde ser resultado de conhecimentos positivos e reaes.

Ora eu digo que, ainda que a Companhia não perceba o direito de 6 mil réis se não sobre 25 000 pipas de vinho, só com esse direito de 150 contos póde a Companhia exportar 25 000 pipas; por que o direito sobre essas 25 000 pipas dava os 150 contos. Portanto temos feito um esforço já muito grande de darmos 150 contos para não darmos beneficio algum aos vinhos; todo o beneficio do Projecto póde reduzir-se á exportação de 20 000 pipas de vinho de Segunda e terceira qualidade, exportação sugeita a uma taxa, que póde ser ainda rebaixada em virtude de representações da Companhia; eis a que se reduzem todas as vantagens. Ora, a fallar a verdade, fazer um sacrificio tão grande só para assegurar a exportação de 20 000 pipas de vinho, é muito pouco.

Ora, Senhor Presidente, o fundo da Companhia instituida pelo Marquez de Pombal, era muito menor que o d'esta; e entretanto havia esta obrigação a respeito do vinho de primeira qualidade, assim como a respeito do de segunda qualidade e terceira, sem distincção; a

Companhia tinha obrigação de comprar o remanescente dos vinhos; sem chegarmos a esse ponto, não temos feito cousa nenhuma.

Quando a illustre Commissão estabeleceu o seu Artigo, sem limitar a obrigação ás 20 000 pipas, é porque entendeu realmente que a Companhia acceitaria o Artigo sem essa modificação; e então se não há declaração positiva da Companhia, que rejeita o Artigo, ao menos devemos vota-lo sem a emenda; e se depois a Companhia não se quizer sujeitar a isso, se estabelecerá então essa provisão, a não Ter a illustre Commissão já alguma idéa positiva de que a Companhia rejeita a limitação. (O Senhor Pereira de Magalhães: - Não tem). Então se não tem, para que vamos a estabelecer esta limitação? Eu realmente declaro que não entendo; como no Projecto não está a estatistica, em que elle devia assentar, não é possivel fazer calculo algum a este respeito. O que eu ouvi dizer hontem, Senhor Presidente, é que o Projecto tinha sido calculado sobre Projectos da Companhia, sobre discussões que tinha havido nas Commissões estabelecidas pelo Governo na Regoa e sobre outros dados, logo quando se estabelecesse sobre isto, não havia agora, que o Projecto foi apresentado na Camara, essas difficuldades da parte da Companhia. Indo nós diminuir a única vantagem, que offerecia o Projecto, esse expediente que tinham os Lavradores ácerca dos vinhos de segunda e terceira qualidade, não sei que possa dar-se um motivo sufficientemente poderoso, a não ser a recusa da Companhia; ora essa recusa se existe, patentee-se á Camara qual é o modo de pensar da Companhia. Irmos nós já minorar essas vantagens, parece-me que não é bom. Assim mesmo esta disposição, como ella está concebida, parece-me de uma vantagem esteril, mas com a limitação ainda peior... Não sei, a illustre Commissão deve já Ter calculado isto, mas eu receio que se faça uma Lei e que d'aqui a dois annos se diga que o Douro está no mesmo estado, e que nós tenhamos gasto os 150 contos, sem remediar o mal que queremos remediar.

∴

Lisboa, 10 de Setembro de 1842 – Discurso do Deputado Silva e Cunha, defendendo a base do subsídio perante as restantes opções apresentadas à Comissão Especial dos Vinhos: redução de direitos e exclusivo das aguardentes.

Fonte. Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de Setembro de 1842

O Senhor Silva e Cunha: - Senhor Presidente, estamos chegados ao ponto principal, em que se basea este Projecto, e que foi base já adoptada por esta Camara, por que tendo sido approvado já na generalidade este Projecto, seria uma inconsequencia não ser agora approvada a sua base principal.

Senhor Presidente, esta Camara já approvou a disposição do Artigo 9.º, já approvou as obrigações, que tem de se impôr á Companhia por este Projecto; tem por consequencia de se approvar uma compensação destes onus. – na Commissão lembraram quatro meios – o primeiro era conceder á Companhia o exclusivo de uma porção de aguas-ardentes na conformidade do parecer da Associação da Agricultura da Regoa – o segundo a isenção de Direitos de exportação aos vinhos que a Companhia exportasse – o terceiro a reducção de Direitos, ficando tudo reduzido a um por cento ad valorem – o quarto o que a Commissão adoptou no Projecto.

Em quanto ao exclusivo das aguas-ardentes, já quando se discutio na generalidade este Projecto, eu disse, que pelas opposições que se conheciam, e se pronunciaram entre as mesmas pessoas a quem a Commissão consultou, se julgou conveniente abandonar este pensamento, e esta Camara não ignora as razões, porque este pensamento se abandonou.

Em quanto ao segundo, além de implicar com o Artigo 4.º do Tractado ultimamente celebrado com Inglaterra, não era este o meio sufficiente para habilitar a Companhia, ou qualquer outro Banco para fazer a compra dos vinhos da segunda e terceira qualidade, cuja compra demanda avultados cabedaes para empates, despezas com exportações, padrões, e faluas, e mais obrigações que neste Projecto se impões; e tendo taes vinhos de ser exportados para os Portos do Brasil e Americas etc.,não tinham a perceber de lucro senão um por cento ad valorem, por cujo favor gozariam os mais sem obrigação alguma; por consequencia ninguem seria tão estulto que se abalançasse a fazer taes compras forçadas sem lucro compensador; e em vista do Artigo 4.º do Tractado com Inglaterra senão poderia fazer este privilegio a favor da Companhia.

O terceiro é a isenção de Direitos, ou reducção delles, dizem e pensam alguns Senhores Deputados, que se se reduzirem os Direitos que pagam os Vinhos que vão para Inglaterra, há de crescer a exportação. Ora, Senhor Presidente, é preciso ignorar-se, ou fingir-se ignorar a natureza das cousas; será estimulo para maior exportação a reducção ou isenção de taes direitos? Eu digo que não; nesta parte eu estou pela Synthelogia seguida no Relatorio do Decreto de 30 de Maio de 1834, em quanto diz; que o imposto de 12$ 000 réis lançado em o vinho exportado para um Paiz,onde se compra uma pipa por 30 libras, e se paga de Direitos outras 30, não póde influir para mais ou menos consumo naquelle Paiz; este axioma Synthelogico é bem comprehensivel, e nestes casos é onde a Syntheologia aconselha a imposição. Ora se estes Direitos não podem influir para o maior consumo e exportação, será um pouco desarrosado privar ao Thesouro deste recurso, e dar sómente o proveito aos Estrangeiros consumidores, sem lucro algum dos Nacionaes; porque quando cá abatemos estes direitos, os compradores Estrangeiros abateriam ao preço igual quantia, porque diriam – podeis dar mais barato tanto, que é quanto vos abateram em Portugal de direitos – esta tem

sido a minha opinião há muito tempo; e eu a vejo igualmente confirmada no Parecer da Associação Commercial do Porto, que por não ser suspeita a este respeito deve merecer todo o peso; diz esta Associação assim – (Leu).

Á vista de tudo isto facilmente se comprehende, que a reducção ou isencção dos direitos de 12$ 000 réis nos Vinhos de primeira qualidade para os Portos do Norte não póde influir para maior exportação e consumo, e se nesses portos querem vinhos ordinarios, e baratos, temos no Reino qualidadestão excellentes como a daquelles das outras Nações, que alli concorrem, e que podem competir tambem com elle em preço e valor.

Não devo occultar a esta Camara, que a Commissão teve muito em vista todas estas reflexões; ella reconheceu, que dos Vinhos da primeira qualidade haviam de Ter dous terços de sua quantidade venda para os portos da Europa; ella reconheceu que os Vinhos das outras qualidades não podendo concorrer no consumo interior com os das outras qualidades, por causa do costeio do seu fabrico e cultura, nem podendo pela mesma razão poder competir na destilação de agoa-ardente com os vinhos das outras Provincias, julgou que era necessario, que a protecção do Banco se especialisasse para elles.

Não restava portanto se não este quarto meio, que a Commissão abraçou; e lhe pareceu que nada mais razoavel do que applicar uma porção dessa quantia, que pagam os vinhos do Douro para beneficio da Agricultura e commercio dos mesmos vinhos.

Senhor Presidente, a disposição deste Artigo em nada offende os interesses dos proprietarios dos outros Districtos, qual é o prejuizo que com isto lhe causamos? Quaes os interesses que com isto lhe offendemos? Que pedimos nós, Senhor Presidente? Pedimos que nos deixem por caridade alguma cousa do que nos tiram, pedimos que daquillo que nos obrigam a pagar dêem uma porção á , ou Banco rural, para ser a nossa Casa Pia, que nos alimente, e nos socorra. – Alguns Senhores Deputados quando combateram o Projecto na generalidade, invocaram em desfavor delle o desfalque nas rendas do Thesouro. – Ah! Senhor Presidente, donde sahe este subsidio que se pede? Não é dos vinhos do Douro? Quererão os Senhores Deputados, que os Lavradores do Douro sejam excepcionaes para o pagamento das despezas do Estado, e excepcionaes para o soffrimento e para a desgraça? Senhor Presidente, sejamos justos, sejamos imparciaes, os encargos do Estado devem ser pagos por todos, isto é de toda a razão e justiça; e não nos venham impressionar com o desfalque das rendas do Thesouro; porque tenho menos susto disso, do que das circumstancias, em que estamos, e que necessariamente hão de causar maior deficit no Thesouro – este desfalque é temporario, elle hade ser em breve tempo resarcido com o augmento de exportação, e pelos valores do retorno, que hão de compensar nas Alfandegas esse tão assustador desfalque.

Senhor Presidente, no Douro já não se fazem contractos de compras e vendas; porque ninguem quer propriedades, que dão perda, e por esta razão senão recebem Sizas – alli já não

podem cobrar as Decimas, dividas dos extinctos Conventos, fóros, nem o subsidio litterario – os arrematantes teem deixado de pagar, porque não tem podido receber, e por essa razão há de ter sido protestadas as letras contra elles – e nestas circumstancias há de haver, e continuar a haver esse deficit mais prolongado, mais ruinoso, e arrastando com sigo a perda da mais importante riqueza nacional.

Senhor Presidente, tanto zelo financeiro, a este respeito, e só agora! E nenhum pela boa arrecadação da Fazenda, pelas economias que se podem fazer, e pelos desperdicios que se devem evitar!! – Senhor Presidente, aonde estamos nós! Negar-se-há este soccorro aos povos do Douro; quando aliás se concedem enormes sommas para theatros, e divertimentos! Daremos nós os Deputados da nação mais esta demonstração de imprevidencia, de imprudencia, e direi até de immoralidade? Será desta sorte que queremos attrahir os Povos ao Systema Representativo? Negaremos o pão aos desgraçados que tem fome, e choram com a miseria em que vivem, quando aliás pagamos a estrangeiros que dançam, porque não tem fome, e que cantam, para que nos alegremos! – e nos alegramos, Senhor Presidente, por que não curamos das infellicidades que attenuam esses miseros e desgraçados povos! – E será isto o ser justo, imparcial, caritativo, e patriota? Por certo não.

Não podia, Senhor Presidente, não podia o meu zelo pela defeza dos meus constituintes deixar de me sensibilizar, ao vêr pôr em duvida a approvação deste Artigo. – Eu espero que a Camara reconhecendo a precisão desta medida lhe dará plena approvação, nem eu quero suppôr outra cousa do patriotismo, honradez, e conscienciosa deliberação dos Senhores Deputados, a quem peço, que attendam á miseria dos Lavradores do Douro, attenuados com a indigencia a mais horrivel, e com um soffrimento insupportavel.

∴

Lisboa, 11 de Fevereiro de 1842 – Discurso do Deputado Agostinho Albano referindo a defesa do exclusivo parcial das aguardentes proposto por Dias de Azevedo.
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, Sessão 11 de Fevereiro de 1843.

O Senhor Agostinho Albano: - Senhor Presidente, a causa do paiz vinhateiro do Douro é uma causa justa, nacional e eminentemente politica. Como tal a reconheceu a Camara na discussão de diversos Artigos do Projecto da Commissão Especial de Vinhos, e pelas provisões que nelles consignou. A Camara tambem já entendeu que era necessario consignar a favor do Douro um subsidio que, competentemente administrado, podesse dar em resultado o melhoramento do estado actual daquella Provincia. Mas eu entendo que os meios propostos até agora não preenchem completamente os seus fins, e que apenas se entendia (seja-me permittido

usar desta expressão) a meia justiça em favor do Douro, quando eu desejava que o Corpo Legislativo lhe fizesse justiça inteira. Eu não supponho que com o subsidio dos 150 contos se possa fazer áquelle Paiz todo o beneficio que cada Deputado deseja fazer-lhe. Venho portanto pedir justiça inteira para o Paiz do Douro; e entendo que esta só pode ser concedida, na actualidade das circunstancias pela medida que propoz o Senhor Dias d'Azevedo. A Camara sabe perfeitamente que este meio de prestar auxilio ao Douro não é novo, foi já proposto nas Cortes Constituintes de 1838, no Projecto N.º 121 dessas Cortes, assignado por 39 Deputados, em que vem consignada expressamente a mesma base que actualmente se apresenta á discussão desta Camera. A Commissão Especial, nomeada então para tractar desse assumpto, reconhecendo a necessidade de restabelecer a Companhia, e dar-lhe os meios de os satisfazer; porque não se julgou com a somma de esclarecimentos necessarios para poder resolver este importante assumpto; e sem embargo de que na mesma Commissão houvessem Representações de muitas Camaras, pedindo a approvação daquella base, julgou que devia recorrer á maior somma de esclarecimentos, e deixou, por assim dizer, ao tempo o colher esses esclarecimentos. Na Legislatura seguinte apresentou-se novamente o Projecto feito com a base do subsidio, que é a mesma que hoje se apresenta, e que não teve ainda a fortuna de ser approvada: ainda talvez não houvesse a somma necessaria de esclarecimentos para poder vencer-se a base que se offerecia. Ficou pois a questão no mesmo estado, e o Paiz do Douro entregue á sua sorte. Agora, Senhor Presidente, entendo eu que o tempo decorrido desde então para cá tem sido sufficiente para se colherem todos esses esclarecimentos, e o Governo não se tem poupado a procurar obte-los, para que conscienciosamente se haja de se tractar desta materia. Nomearam-se Commissões; ouviram-se diversos individuos nessas Commissões, tractaram o assumpto como entenderam, ouviu-se o parecer da Associação Commercial do Porto, e d'outras Corporações: estes trabalhos acham-se impressos; têem sido examinados por todos os Senhores Deputados, e cada um póde ter formado o seu juizo, á vista desses esclarecimentos. Eu tenho para mim, Senhor Presidente, que estamos já na época própria para poder tractar esta materia, sem dependencia de novos esclarecimentos, estou persuadido que a questão está completamente madura.

Senhor Presidente, eleito por duas Provincias septentrionaes de Portugal, eu não venho levantar a minha voz para que ella tenha éco nessas provincias, e para fazer a côrte a meus constituintes. Eu sou Deputado da Nação; e se entendesse que as minhas opiniões estavam em opposição com os sentimentos, desejos e opiniões daquellas duas Provincias, tinha sobra de coragem para poder incorrer no desagrado daquellas duas Provincias, com tanto que não incorresse no desagrado da Nação. Entretanto estou persuadido de que as minhas intimas convicções se acham de acôrdo com as opiniões dos meus constituintes; fólgo muito com isso: e

então com muito maior satisfação venho advogar a causa que entendo ser da justiça, sendo a causa da Nação.

Senhor Presidente, o estado desgraçado do Commercio dos Vinhos no nosso Paiz, participa em geral das causas que affectam todos os Paizes vinicolas da Europa. Mas há outras causas especiaes que influem directamente sobre a desgraça do Paiz do Douro, que é superior á desgraça dos outros paizes. As causas geraes, Senhor Presidente, são que desde 1821, há 30 annos, a cultura do vinho se tem propagado de tal maneira na Europa que a producção tem sido superior ao consumo. Porém causas muito especiaes concorreram para a decadencia, e estado deploravel da miseria em que se acha a Provincia, outra'ora a mais rica de Portugal; a Provincia donde sahiam, em exportação, valores de dez e doze milhões; quantia que nenhuma das outras Provincias põde ainda exportar! Esta simples consideração é por si sufficientissima para merecer a mais seria attenção do Corpo Legislativo; especialmente deste, a quem a questão se acha affecta. Qual é a Provincia de Portugal que póde exportar aquelles valores que ainda exporta, no actual estado de desgraça, e miseria, aquella Provincia? Nenhuma, e senão haja vista ao Registo das Alfandegas. Qual é o genero que ainda hoje dá mais de 300 contos de réis em direitos de exportação? Não há outro senão aquelle.

As causas especiaes que trouxeram a ruina e miseria daquella, outr'ora rica Provincia, daquella hoje malfadada Provincia,estão, com mágoa o digo, no Decreto de 30 de Maio de 1834. O luminoso Relatorio desse Decreto apresenta doutrinas de economia politica, fundadas na liberdade de commercio; doutrinas sãs e verdadeiras, quando pronunciadas em theoria. Eu faço completa justiça aos sentimentos patrioticos dos nobres Ministros que referendaram aquelle Decreto; entendo que as suas intenções não foram outras senão felicitar aquelle Paiz; assim o suppozeram, mas desgraçadamente os resultados não corresponderam ás suas esperanças: as suas intenções não eram por certo arruinar a Provincia do Douro; não eram elles capazes de tal iniquidade; muitas vezes tinham elles sacrificado a sua existencia a favor da sua Patria, por tanto não podiam de modo algum querer a ruina de uma provincia, mas enganaram-se, e por este engano não os posso eu culpar. Os principios, de liberdade de commercio para que se appelava não podiam ser applicaveis á Provincia do Douro; é ahi onde elles podiam ser menos applicaveis; e a applicação de taes principios depende de milhares de elementos, que não se dando, produz um resultado totalmente contrario áquelle que se tem em vista. O commercio dos vinhos do Douro (isto sem intento de offender a nenhum dos Senhores Deputados que se acham presentes) não é certamente conhecido por um grande numero de individuos; elle tem um mechanismo especial e privativo daquelle Paiz que não póde ser applicavel a outro. Hoje o Paiz do Douro acha-se nas mesmas circumstancias em que estava em 1756 quando foi creada a Companhia, ou talvez ainda esteja mais arruinado (Apoiados): hoje o commercio dos vinhos acha-se para assim dizer, monopolisado por uns poucos de

homens; (Apoiados) é isso que acontecia então; e que fez a Companhia instituida em 1756? Eu abstraio todas as attribuições que posteriormente lhe foram concedidas; abstraio a qualidade de Tribunal Administrativo, de Tribunal Judicial, e de Tribunal Fiscal, eu não quizera a Companhia senão como intermedio entre o Lavrador e o Consumidor; que assegurasse ao Lavrador um certo preço com que elle podesse amanhar as suas vinhas, e tirar os meios indispensaveis para a sua subsistencia; eis aqui como eu desejava a Companhia abstrahindo todas as outras attribuições só proprias de um Governo Absoluto, e improprias de um Governo Constitucional. Entretanto á Companhia foram commettidas outras attribuições especiaes, das quaes resultou a prosperidade do Douro, e o seu incremento progressivo; quaes foram estas attribuições? Uma demarcação, um arrolamento, uma gratificação, a separação quantitativa, uma feira, e a fiscalização das guias de condução do vinho até ao ponto de embarque a fim de que no logar do consumo elle tivesse o credito que o fazia vendavel, e o que o fazia desejar por todos aquelles que o consumiam. O restabelecimento da Companhia já foi feito pela Carta de Lei de 7 de Abril de 1838; (tanto póde a força das convicções e da experiência!...) A demarcação, os arrolamentos, as guias, e a separação quantitativa, já foram votadas por esta Camara nos diversos Artigos que se acham no Projecto N.º 6; mas bastará isto? Não basta; o que é necessario é que a Companhia seja dotada com meios proprios para poder mantêr ao Lavrador aquelle preço absolutamente necessario para a continuação da cultura das vinhas, e donde tire os meios indispensaveis da sua parca subsistencia?... Parca subsistencia!... Porque o Lavrador hoje não póde ser o perdulário e pródigo de outro tempo, não póde ser hoje senão um muito economico distribuidor dos meios que tem para mantêr a sua subsistencia, se tanto podér! (Apoiados). A demarcação era absolutamente necessaria para limitar a producção áquelle Paiz que a natureza havia collocado n'uma situação especial, e ao qual conferido a faculdade de produzir vinhos inimitaveis em todo o mundo, com o bem pensado não se augmentar essa producção com outros vinhos de paizes limitrophes, mas de qualidade totalmente differente daquella que produz aquelle terreno abençoado. O arrolamento era absolutamente indispensavel para se conhecer perfeitamente a quantidade da producção, e poder regula-la pelo consumo no Paiz principal onde elle tem logar, em proporção com o mesmo arrolamento. A separação!... Eis aqui o grande segredo do commercio dos vinhos do Douro; a separação, esse meio era o único capaz de produzir o preço necessario e de poder convir aos Lavradores de todas as Classes daquelle Districto, aos Lavradores dovinho melhor e do vinho inferior: mas pelo Decreto de 1834, deixou de ter logar essa separação, e o resultado foi o descredito dos vinhos! Tractava-se então da feira dos vinhos da Regoa; não havia nenhuma idéa de que aquelle Decreto tivesse de apparecer, e os Lavradores contavam obter um preço rasoavel pelo seu genero; mas que aconteceu? No mesmo momento em que se estavam para fazer as vendas chega o Decreto ao Porto, e apparece immediatamente no mercado uma

quantidade de vinho superior ás exigencias com compradores! A consequencia necessaria foi baixar o preço! E dahi a miseria consequente!... Eu apresentarei á Camara uma nota historica do vinho que então existia. Existiam dentro das Barreiras do Porto 9 082 pipas de vinho approvado para embarque; existiam 15 500 e tantas pipas de vinho separado da segunda qualidade; nem uma só pipa de vinho de rama; não havia vinho algum nas docas de Londres, e no Douro haviam as novidades seguintes; parte de 31, toda de 32, e toda de 33, esta quantidade de vinho não excedia certamente as necessidades dos compradores, attentas as circumstancias do tempo, estavam exhaustos os depositos em Inglaterra, nenhum havia em Villa Nova de Gaya: em virtude daquelle Decreto appareceu no mercado um somma tão consideravel de vinho exportavel, que a consequencia necessaria foi a decadencia dos preços; e a anniquillação das esperanças dos Lavradores, que dous annos não tinham feito vendas! O maior preço que poderam obter os vinhos superiores foi 30, 35 a 40 mil réis; preços infimos em relação aos empates, e ás exigencias! Os da segunda qualidade baixaram a 8 000 réis, e não havia quem os quizesse comprar!... o segundo resultado desse Decreto qual foi? Tremo de dize-lo!... Foi a affluencia extraordinaria de vinhos produzidos em outra Provincia, na Bairrada, cuja qualidade não póde competir com a dos vinhos do Douro; esse vinho veio a adquirir o nome de vinho do Porto, e sahindo pela Foz do Douro, foi para os mercados de Londres: mas o resultado! Foi a perda completa daquelles que lá os levaram; entretanto esses vinhos accumularam-se no deposito de Villa Nova, e em quanto elle existir não é possivel augmentar a exportação do vinho do Douro, nem elevar o seu preço, porque os Inglezes desconfiam que esse vinho seja adulterado com o que se acha em deposito, que sendo de excelente qualidade, comtudo não está em harmonia com o seu paladar. Eis aqui as duas consequencias fataes, e mortíferas do Decreto de 1834, sendo comtudo promulgado com as melhores intenções! Para conhecer-se qual era, ou em que consistia a vantagem da existencia da Companhia, e do processo de separação quantitativa e não qualificativa, o que á primeira vista parece uma anomalia e um absurdo em doutrina economico-politica, eu vou fazer um rápido esboço do systema commercial que fazia a prosperidade daquella Provincia.

Senhor Presidente, uma parte mais feliz do terreno que constitue a demarcação do Douro, produz vinho de mui superior qualidade, a quantidade desta producção não excederá talvez 20 000 a 24 000 pipas, e mesmo póde ser que lá não chegue; este terreno é aquelle que se chama de Cima-Corgo, é o terreno que corre acima de um regato que se denomina Corgo, que vem por Villa Real e vem desagoar no Douro proximo á Regoa: na margem esquerda do Corgo para Cima é onde se produz o melhor vinho, o vinho superfino: o vinho do Baixo-Corgo, ou de Aquem-Corgo foi o primeiro que se cultivou para o vinho exportado do Douro: e conhecendo-se qual era a propriedade daquelle terreno para tão bom vinho, e mostrando a experiencia que os outros terrenos contiguos, que são penhascos alcantilados, serras quasi

pyramidaes, eram os mais apropriados para a cultura dos vinhos, estendeu-se a demarcação muito mais além, e conheceu-se que a producção destes vinhos tanto em uma como em outra margem do Douro era realmente superior áquelle que se produzia na parte occidental do Corgo. Mas este terreno, que tinha sido aquelle que produzira os primeiros vinhos que foram para Inglaterra, não podia abandonar-se de maneira alguma; as despezas, os gastos que se tinham feito para costear a cultura não podiam, nem deviam ficar perdidos para os seus Proprietários, inutilisar-se-iam se todos estes Capitaes, se acaso não se comprehendessem na demarcação esses terrenos que primeiramente tinham sido cultivados para darem vinhos, como disse, que se exportaram para Inglaterra; porque o primeiro vinho que foi exportado para Inglaterra não foi do Douro foi do Minho. (Apoiados). Então é evidente que os Lavradores do Baixo-Corgo não podiam ser excluidos da habilitação para exportarem os seus vinhos para Inglaterra sem manifesta injustiça, sem uma ruina consideravel e inevitavel dos seus capitaes, de toda a sua fortuna. A separação quantitativa não teve logar por muitos annos, em quanto a producção não igualou e excedeu o consumo; ou em quanto a exportação para Inglaterra foi muitissimo superior á normal; por que os tempos também não eram normaes, os tempos foram os da guerra desde 1794 até 1814, época em que as exportações foram muito consideráveis; mas pondo de parte o que teve logar pelas circumstancias especiaes em que então se achou Portugal para com a Inglaterra sendo o único Paiz que a fornecia de vinhos, pondo de parte esta circumstancia, reduzindoi a especie ao estado normal, vê-se que a exportação de então comparada com aquellaque se fez em annos anteriores, e posteriores uns pelos outros orça em termo medio pela mesma que actualmente se faz. Mas, cimo eu dizia, não houve separação, e os motivos porque não a houve, são estes que acabo de dizer; porém, logo que uma tão grande exportação deixou de verificar-se pelas causas apontadas, foi então necessário recorrer ao systema de separação, systema benéfico que aproveitou a uns, e aproveitou a outros. Parecerá á primeira vista absurdo dizer-se que o Lavrador que colhia vinho de melhor qualidade devia separar n'um mesmo tonel metade para ser exportada e a outra metade para ficar em segunda qualidade: parece á primeira vista absurdo que os Lavradores do Baixo Corgo que não colhem vinho tão generoso houvessem de conseguir que do mesmo local metade do vinho fosse habilitado para se levar a Inglaterra, e a outra metade ficasse separada para segunda qualidade; mas aqui é que está o grande segredo que eu vou fazer sensivel á Camara. O vinho que geralmente, com poucas excepções (não fallo daquelle que a Companhia poderia comprar por affeições particulares, por motivos de obsequios pessoaes, tracto a questão em geral, ponho de parte essas circumstancias especiaes, e que podem muitas vezes ter applicações particulares, mas que não affectam em geral o negocio de que se tracta) ia para Inglaterra, era o vinho approvado de primeira qualidade do Alto Douro, mesmo o que havia ficado na classe do separado; o vinho approvado do baixo Douro (ou d'aquem Corgo) ficava geralmente no

Paiz na classe de separado, como vou mostrar. A separação quantitativa sem offensa dos interesses de cada um, e com manifesta utilidade de todos, pelo systema de habilitações nas casas chamadas – casas de habilitação – os Lavradores do Baixo Corgo recebiam as habilitações da mesma maneira; mas o especulador que desejava dar a preferencia ao vinho de Roriz, do Bom Retiro, de Ventoselo, e de muitos outros logares, especialmente designado como vinho optimo, como vinho magnifico, de superior qualidade, procuravam os Lavradores, e propunham-lhes a venda do seu genero; o Lavrador convinha, eram então os preços marcados pela Companhia, os preços da venda eram regulados por uma taxa designada, que os Editaes diziam não poder ultrapassar-se nem antepassar-se, quero dizer, que não podia exceder-se, nem diminuir-se; supponhamos, para melhor intelligencia, que esse preço era de 40 000 réis, estabelecida a taxa nos Editaes que a Companhia affixava, declarava-se desde logo que era prohibido ao Lavrador vender por mais ou menos o vinho approvado; mas não se procedia assim, jámais tal ordem se observou na pratica, illudiam-se, porque tal disposição era contraria ao bom senso, ou antes a todo o bom senso, e justiça; e illudia-se, mas isso era por interesse de todos, e com annuencia geral, e mesmo até com a annuencia tacita. Chegado o tempo da propria Companhia da feira, o Lavrador procurado para vender o seu vinho, desejado por sua qualidade pelo especulador, continua na hypotese do preço de 40$000 réis, dizia-lhe; se me compraes só o meu vinho approvado, eu vo-lo venderei por 60$000 réis, por exemplo, ahi tinha já o Lavrador uma maioria de 20$000 réis, ou da-lo-hei por 45$000 réis comprando-me todo assim approvado, como separado; neste sentido concluia-se sempre a venda, e o Lavrador assim mesmo colhia sempre uma maioria, e essa maioria cobria na venda a diminuição do vinho que tinha sido separado, e que não podia vender-se senão por preço inferior; mas este vinho era habilitado com outro, fazia-se uma troca de bilhetes; eu me vou explicar: o Lavrador de vinho inferior que tinha um tonel de 20 pipas, e nelle 10 pipas habilitadas para embarque, e 10 julgadas como vinho separado, vendendo essa colheita das 10 pipas de vinho approvado por um preço assaz inferior, encontrava nesse preço ficando com todo o vinho assim approvado, como separado, mas todo elle reduzido a esta classe, ou deshabilitado para embarque; o sufficiente para acudir ás despezas do grangeio, e á sua sustentação; o Lavrador vendia o seu bilhete de vinho habilitado, e ficava com o vinho reduzido todo elle a segunda qualidade, e como tal o vendia ou para consumo ou para destillação, e o especulador com um bilhete comprava aquelle vinho por um preço convencionado, e ia leva-lo ao Lavrador de vinho superior, e com elle habilitava o vinho em separado. Esta vendia todo o seu vinho, aquelle vendia o seu bilhete, e ficava com todo o vinho para aquelle dispor na cathegoria em que ficava. Eis aqui o segredo todo do Commercio do vinho do Douro! Invento magnifico, munificentissimo, em virtude do qual se fazia o interesse de todos! E vejamos como o Lavrador de vinho superfino sabia qual a qualidade do seu vinho lhe havia de dar uma maioria

consideravel a cima da taxa, mas só em relação ao approvado; houve anno em que o vinho se vendeu por 100, 120, 150$000 réis, com uma maioria de 60, 70, a 90$000 réis; mas ponhamos de parte essas épocas muito excepcionaes, e reduzamos as cousas a um termo medio, por exemplo, a 5$000 réis de maioria só; mas em todo o tonel, este excesso de maioria que recebiam cobria o preço de todo o vinho de um mesmo tonel, do qual vencendo 10 pipas a 60$000 réis com a maioria de 20$000 réis, obtinha 600$000 réis, não podendo obter mais do que 15$000 réis por cada uma das outras 10 pipas ficando ellas separadas, e ao todo faria na venda 750$000 réis; mas vendendo-o todo á razão de 45$000 réis, só com a maioria de 5$000 réis: mas em relação a todo o tonel de 20 pipas, receberia 900$000 réis, e portanto com grande vantagem, ainda mesmo suppondo, que vendia o separado por 20$000 réis. Por esta maneira o Lavrador de vinho superior habilitava todo o seu vinho para embarque, e lucrava, em quanto o outro deshabilitando-o também lucrava! (Ainda que pareça que sou muito minucioso, e que o objecto é de pouca importancia para alguns dos illustres Deputados, desde já declaro que o objecto é um dos mais importantes, e mais graves do Commercio do Douro,por isso chamo a attenção da Camara para este objecto). Deste modo, Senhor Presidente, estava conciliado o interesse de todos os Lavradores; desta maneira não sahia, effectivamente salvas poucas excepções, senão o melhor vinho, não sahia senão aquelle que era realmente a melhor producção do Paiz; a qualificação e a separeção do vinho era proporcionada a qualidade exportada, e ao consimo que elle poderia ter na Inglaterra para que não apparecesse no mercado maior quantidade que aquella que era relativa ao consumo. Eis aqui em que consistia a felicidade do Douro, acabou-se a Companhia, acabou-se esta felicidade, a cada qual foi livre vender como entendeu, e se houve Lavrador do alto Douro de vinho finissimo que nos primeiros tempos o pôde vender por melhor preço, passados dois annos já o não pôde vender senão por preço muito inferior; superior sim ao do vinho que lhe era inferior em qualidade; mas muito inferior áquelles pelos quaes lhe ficava o seu grangeio; porque esses vinhos mais proprios para terem melhor preço, tambem tinham uma despeza de cultura muito superior áquelles que se produziam em outros terrenos. Eis aqui como ficava tudo compensado, mas nos primeiros quatro annos desde 34 até 38 cada qual embarcou como entendeu, e quis, levando para Inglaterra, entre bom vinho, muito d'inferior qualidade: accumulou-se ali quantidade de vinhos mui superior áquella que poderia ter consumo naquelle mercado, ficaram arruinados todos os especuladores de vinho inferior, e desacreditou-se o genero, baixou precisamente o preço em geral: e os Lavradores de vinho inferior não podendo obter um preço proporcional áquelle que lhes custava a sua cultura, e áquelle que lhe era necessário tirar para sua subsistencia, tambem arruinados ficaram; aos do Alto Douro aconteceu quasi o mesmo, porque sendi ahi o vinho muito superior, ahi tambem a despeza de grangeio é quasi dupla; ou pelo menos 1/3 mais, e então igualmente se viam em grandissimos apuros para continuar a cultivar diminuindo de

algum modo os trabalhos da cultura necessarios para a producção de vinhos. Assim foi condemnado á total ruina aquelle rico Paiz! Assim ficaram anniquilados os capitaes que tinham depositado naquellas alcantiladas rochas, as quaes por grandes trabalhos e despezas chegaram a dar producção, que não tem igual na Europa! Desta maneira vê-se que a Companhia com as attribuições administrativas, que acabo de designar, mantinha artificialmente o equilibrio entre a producção e o consumo, aonde se originava a sustentação do preço dos vinhos, e o bem dos productores; mas acabado isto, o que se seguio foi a baixa infima do preço, e a perda dos Lavradores, porque esse preço não lhes cobre as despezas de producção; e a final, o peior de tudo foi a adulteração do genero, aonde se seguio o descredito do mesmo genero no mercado que mais o consome! Inconvenientes desta ordem não se remedeiam senão por largo espaço de tempo; mas é fóra de duvida, repito, (e parece-me que o tenho demonstrado) que os males do Douro são na sua maior parte devidos ao Decreto que extinguiu a Companhia, e não foi isto por vontade dos seus auctores, mas porque se não preveniram os acontecimentos que sobrevieram; estes males quizeram-se remediar, e para isso se publicou a Carta de Lei de 7 de Abril de 1838; com ella porém não se remediaram de todo esses males, porque ficando a approvação sem o correctivo da separação, transfomou-se o equilibrio da producção com o consumo, appareceu no mercado uma quantidade consideravel de vinho, que barateou o genero, e d'ahi para cá o juizo do anno apresentado ao Governo tem constantemente mostrado que em termo medio há sempre 40 a 50 mil pipas dos approvados para embarque, quando o consumo não excede a 25 mil, donde resulta um excesso annual de outra igual porção ou mais, mas isto não succederia se existisse o correctivo da separação que a Companhia tinha, correctivo justo e politico quanto ao interesse geral do Paiz, ainda que á primeira vista, injusto e impolitico olhado isoladamente em relação ao direito de propriedade; mas é justo, repito, para quem conhece este maquinismo, e só pode ser combatido por quem, tendo grandes idéas de Economia Politica,não o comprehende, ou não quer comprehender ... Profanos são esses na materia, absolutamente profanos, ainda quando sejam grandes conhecedores dos principios geraes de Economia Politica, e aqui cabe o Quis potest cupere, capiat ... maquinismo que fazia apresentar no mercadosomente uma quantidade proporcionada ao consumo, mantendo o seu preço com vantagem de todos.

A Companhia tinha encargos consideraveis; mas antes disto direi que o imposto de 12 000 réis em pipa de embarque, não foi suficiente para evitar que os vinhos dos outros Districtos fossem levados ao Porto, para ahi buscarem o nome de vinho do Porto, os vinhos da Bairrada foram aquelles que mais ali concorreram, concorreriam ainda que o imposto fosse de 24, ou 36 000 réis, tudo pagava para comprar o seu bapticmo! Accumulou-se pois nos Armazens de Villa Nova uma tal porção de vinho, que fez elevar a quantidade insolita o deposito ordinario; esse excesso poderá ser extincto por um meio artificial, mas eu não quero dizer que o deposito ali há

de acabar de todo, o que fôra impossivel visto que não se póde levar a Inglaterra vinho que não tenha tres, ou mais annos, dentro de cujo prazo se beneficiam, a fim de poder ser levado competentemente ao logar do seu consumo; este beneficio é aquelle que é indispensavel para que o vinho desenvolva todas as suas qualidades, o que só se consegue com o tempo, e este é proporcional ás influencias locaes, e fisicas do Paiz; as vicissitudes e temperatura atmosferica do logar dos depositos; em Villa Nova são precisos até tres annos, para que o vinho chegue a termo proprio d'embarque; menos tempo é preciso nos depositos do Alto Douro; e por isso os especuladores já hoje deixam lá ficar os seus vinhos, porque se preparam em muito menos tempo. Tinha pois a Companhia como eu disse, á pouco encargos, e um destes era o de comprar ao Lavrador uma grande parte do género quer lhe separava, e para o comprar era necessario que fosse dotada com os meios competentes para sustentar tal encargo; esta dotação foi-lhe dada. Eu não proponho nem desejo que se dêem na actualidade os mesmos privilegios que outróra existiam, mas quero alguns, quero aquelles que se reconhecem como os unicos capazes de fazer o bem daquella Provincia, e sem prejudicar as outras, fallo por exemplo, o da fiscalização na boa qualidade do genero, porque da não adulteração resultam grandes vantagens, e a prova está no lucro que ainda hoje tem a Companhia actualmente no seu genero, porque ella ainda vende o que entrega ao consumo por 20, ou 25 por cento mais que os outros, que só cuida da quantidade, e não da qualidade; mas esta vantagem com a concorrencia de outros, não podia chegar para occorrer ás outras despezas com que se acha onerada, e que deve satisfazer para não acabar completamente com ruina manifesta de muitos Cidadãos que ali tem os seus capitaes; ponho de lado essa questão porque ella de nada serve para o caso, mas está dicto que é preciso dar um favor á Companhia, e qual será o mais proficuo? Esse dos 150 contos, ou esse chamado exclusivo, essa cabeça de meduza diante da qual ficam petrificados todos os amantes da liberdade do Commercio! Todos os sectarios da theoria da Economia Politica! Senhor Presidente, a base do Projecto do Senhor Dias d'Azevedo nem exclusivo se póde chamar; e porque razão não se petrificam os que assim opinam com a idéa de outros exclusivos que actualmente existem no Paiz! Com esses mesmos direitos protectores em beneficio da industria fabril, direitos que eu desejo muito se mantenham na devida proporção que outra cousa são os direitos protectores? São exclusivos em favor da industria fabril! Os sectarios da liberdade de Commercio devem desde já, para ser consequentes, propôr a extincção desses direitos, e a abolição das Pautas; devem pedir que entrem livremente as producções estrangeiras! Sejam coherentes e exijam liberdade de Commercio para todas as classes! Senhor Presidente, não póde chamar-se exclusivo á obrigação imposta ao especulador, de comprar uma certa porção de aguardente, quando o proprio especulador a ella se sujeita; é elle quem propoe para si esse onus, porque este não recae sobre Lavrador algum de Provincia alguma.

Senhor Presidente, todos lucram com isto, porque por este meio se melhora o Commercio dos Vinhos, deste melhoramento hão de seguir-se bons resultados, porque mais crescerá o valor do genero exportado, com o qual se há de pagar o total da importação, e daqui ganha o Thesouro, porque recebe o direito da importação e o da exportação. Mas disse extinga-se o direito de saída sobre o vinho do Douro: assim diminue-se o custo do genero, e facilita-se o seu consumo em Inglaterra! Senhor Presidente, com essa extincção não lucrava por certo o Lavrador, todo o ganho era do especulador, mostram os factos que a quantidade do genero que se consome é quasi constante do que se seguiria que o preço havia de ser o mesmo que actualmente é; o consumidor pagaria o vinho pelo mesmo preço; o lucro ficaria na mão do especulador; porque havendo no mercado do Paiz mais producção que a necessaria para o consumo de Inglaterra, o preço conservar-se-hia sempre baixo, e da diminuição do direito de exportação não iria nem um real para o Lavrador, que continuava a vender o genero pelo preço que até aqui vendia; iria sim para o especulador que nã pagava esses direitos. Redarguirão talvez que o consumo crescerá: não; o consumo sempre tem orçado pelo mesmo; porque, Senhor Presidente, o vinho do Douro, pelo seu grande custo, não póde ser bebido em Inglaterra, senão pelos que podem pagar: não são as massas que o podem consumir; e se elle podesse ser levado ás massas, o que é impossivel, deixaria de ser admittido immediatamente nas mesas lautas. Qual é a razão porque ainda hoje se considera, que as mesas lautas do nosso Paiz deixariam de o ser, se ali não apparecesse uma profusão de vinho de Champagne? É porque elle custa muito dinheiro, porque é objecto de luxo, e mostra a riqueza ou magnificiencia daquelles que tem essas mesas, o que não succederia se elle baixasse de preço. É por isso que há muito tempo se vê que o consumo do vinho do Douro em Inglaterra, orça pela mesma quantidade, sem embargo da oscilação que tem havido nos direitos de importação.

Pelo Tractado de Methwen, os direitos de importação para vinhos de Portugal, eram a terça parte menos que para os outros vinhos da Europa, o que era um favor muito consideravel. Pois assim mesmo, a quantidade exportada nesse tempo anda por 25, 28 a 30 000 pipas, pondo de parte o que se passou no tempo da guerra, que não deve entrar em linha de conta. Tome-se o termo medio de dez annos, e hão de achar-se 22, 24, 25 000 pipas de vinho importadas ali. Pagavam então os vinhos de Portugal 2 shillings e 6 pence, por gallão, o que é menos de ametade do que pagam hoje, isto é, pagavam 15 libras de direitos de importação. Em 1795 foram elevados os direitos em Inglaterra a 5 shillings, 8 e 4 pence, por gallão, e os outros vinhos, na proporção de um terço mais, a 8 shillings e 6 pence. Eis aqui uma elevação de direitos, que fez com que o vinho do Douro custasse, á saida das Docas, quasi o dobro do que até então custava; e a quantidade consumida não baixou. (O Senhor José Estevão: - Ahi; ahi é que está o segredo). Ahi é que está o segredo, mas é para quem o entende. Em 1814 elevaram-se ainda os direitos a 7 shillings e 8 pence, que é um terço acima. Nessa época já tinha baixado

o preço alguma cousa em Portugal; mas nos annos anteriores tinha subido muito consideravelmente; e então venderam-se por maior preço, apezar do que, o consumo foi o mesmo, porque só comprava o vinho, quem podia compra-lo, como objecto de luxo. Em 1825 entendeu Mister Robinson, hoje Lord Ripon, que seria vantajoso para os intereses do Paiz, e para os rendimentos do Thesouro Inglez reduzir os direitos sobre os vinhos: porque nos vinhos da Europa tinha descido muito a quantidade da importação, não podiam com o direito, apenas se mantinha igual a entrada do vinho do Porto, e do vinho de Xerez, que só começou a exportar-se de 1812 por diante. Em 1809 e 10, em Paizes bem proximos a Xerez estive eu, aonde nem era conhecido o vinho deste nome; então, o vinho que vogava mais em Hespanha era o de Malaga e Alicante etc. Mister Robinson não se enganou; porque os direitos de importação em 1825, 26 e 27 subiram muito além. Appello para os livros que andam nas mãos de todos, e que tractam desta materia; como é a história financeira de Inglaterra, do Pablo Poebrer, obra muito recommendavel e de uma erudição e conhecimentos estatisticos immensos; como são as obras de Baylly, desse celebre escriptor, e financeiro francez, de macculoch, e outros. Eu estava no Porto em 1825, quando veio a noticia da diminuição dos direitos ametade, e nesse anno, as vendas foram na verdade consideraveis. Mas a exportação saiu do seu normal; os Negociantes, temendo a oscillação dos preços, tractaram de se fazer fôrtes com o vinho que então poderam obter, para ganharem a vantagem nos direitos; ficaram grandes depositos nas Docas; mas para o consumo não passou mais do que o ordinario. Os successores de Lord Ripon entenderam os principios economicos ao contrario. Em 1831 foram igualados os direitos dos vinhos de todas as Nações, acabando com o terço de differença que havia a favor de Portugal. então foram logo excluidos de Inglaterra os vinhos de preço inferior que lá iam, como eram os de Lisboa; porque os direitos equivaliam a 300 por cento sobre o seu valor; é isto o que diz um dos Empregados mais conspicuos do Consulado Portuguez em Inglaterra Antonio Julião da Costa, Consul em Liverpool. Portanto ficaram só concorrendo em Inglaterra os vinhos do Douro; porque o gosto por esses vinhos, quando elles são genuinos, felizmente ainda não acabou lá.

De todos estes factos resulta que se não póde esperar que o consumo em Inglaterra suba consideravelmente, e que daqui venha a vantagem do Douro. e que beneficio lhe resultará se se diminuirem os 12$000 réis de direitos? 12$000 por pipa, que tem 690 garrafas, dá 17 réis por cada uma; e não são 17 réis que paga o consumidor que hão de affugentar o vinho do Douro; não é o dobro ainda; e então porque havemos de privar o Thesouro desse rendimento, se com tal supressão nada ganha o Paiz? Se o Paiz ganhasse alguma cousa, eu entendia que por outro meio se devia substituir aquelle rendimento, mas não ganha, e há de vir a mesma quantidade de vinho depois da diminuição desses direitos. Por tanto cahe por terra o argumento que se tira que diminuidos os 12$000 réis de direitos que paga cada pipa de vinho

do Douro, esta diminuição ou ainda supressão influiria no augmento da exportação; eu tenho provado que não há de ser pela diminuição dos direitos que a exportação há de augmentar; não há de ser á diminuição dos direitos que havemos ir buscar o meio de salvar o Douro da crise imminente em que se acha!... crise imminente, e longe de mim a idéa de aconselhar aos Povos resistencias illegaes; mas a moralidade dos Povos tem um limite; a necessidade de existir é superior a todas as considerações, ultrapassa todos os limites!... não entendo que haja outro meio mais proficuo do que esse que se chama exclusivo, exclusivo que recaindo como já disse sobre os especuladores é por elles mesmos proposto. Mas esse exclusivo está em completa contradicção com os principios estabelecidos em Economia Politica; segundo elles cumpre reduzir os gastos da producção, mas estes em vez de diminuir, crescem com o augmento do preço, porque se há de comprar á Companhia dous almudes de agua-ardente, que ella deve fazer do vinho do Douro, que além de ficar mais cara, deve ainda subir com os vinte por cento que se lhe concedem ... na verdade assim acontece; o preço porque vem a ficar a pipa de vinho do Douro é realmente maior a differença do custo desses dous almudes de agua-ardente, que em termo medio orçará por 6$000 réis, ou 8 réis em garrafa, mas este excesso ainda mais affugenta o vinho do Douro das mesas em que elle é bebido.

Quanto aos resultados que póde produzir um Tractado de Commercio, eu entendo que para o Paiz do Douro pouco ou nada utilisariam; mas para o Paiz da Estremadura acho-o summamente vantajoso, e faço votos porque esse Tractado seja concluido quanto antes sem offender nenhuma das industrias... (O Senhor José Estevão: - Se o Douro o não quer, nós também o não queremos.) O Douro tem pouco interesse nesse Tractado ... (O Senhor José Estevão: - Ouçam, ouçam.) esta é a minha opinião, mas estou convencido que é também a opinião do Douro, esse Tractado não faz augmentar o consumo do seu vinho, concedei ao Paiz do Douro esse que vós chamais exclusivo, e deixai o Paiz do Douro entregue a si mesmo, elle prescindirá desse Tractado: esta é a minha opinião, e está-me parecendo que é o eco d'aquellas Provincias, que parece que me ouviram lá agora ...: mas para as provincias do Sul é necessário, e eu faço ardentes votos, porque esse Tractado seja concluido o quanto antes, porque o vinho da Provincia da Estremadura há de poder vender-se á Inglaterra por um preço muito mais favorável, e os direitos de importação com o seu valor as classes inferiores da Sociedade em Inglaterra hão de consumi-lo. As massas em Inglaterra consomem muita cerveja porque não podem chegar ao vinho, mas logo que possam hão de consumi-lo com preferencia, porque gostam mais delle.

Volto ao exclusivo, a esse monstro horrendo! O exclusivo não affecta de maneira nenhuma as Provincias do Sul, até lhes póde ser util, porque elevando-se por elle o preço da agua-ardente fabricada no Paiz do Douro, esse preço superior deve influir necessariamente sobre o preço da agoa-ardente da Estremadura, e estou persuadido que a que se consomme

hoje pelo preço de 45$000 réis, se consumirá então pelo preço de 50 ou talvez mais, uma vez que seja bem fabricada.

Parece-me que tenho evidentemente demonstrado que por este lado não são de modo algum affectados os interesses das Provincias do Sul; e terei eu necessidade de recorrer aos calculos que apresentou o illustre Deputado, que primeiramente fallou sobre esta materia? Persuado-me que não; no entanto, sempre é bom repizar nestas materias, até que cheguem á convicção de todos; eis aqui os meus calculos. Eu calculo a exportação para Inglaterra termo medio em 22 a 24 mil pipas de vinho; porém quero calcula-la em 25 mil pipas; é necessario advertir que o vinho de boa qualidade fabricado no Douro, não deixa de levar uma quantidade de aguardente que immediatamente lhe ministra o lavrador; não há Lavrador nenhum que no vinho que entende que há de exportar, deixe de lhe lançar 4 ou 6 canadas de aguardente; este vinho, para chegar ao ponto de ser exportavel exige quatro almudes de aguardente por pipa (e ainda que cada pipa no Douro tenha 21 almudes, que correspondem aos 30 de Lisboa, a capacidade de cada uma tanto aqui como lá regula pela mesma). São precisos 100 mil almudes que reduzidos a pipas de 21 almudes são 4 762 pipas de agoa-ardente que o vinho exige para ser preparado, e competentemente laborado, e posto em estado de se exportar pela barra fóra: exportam-se para as outras partes 5:000 pipas, termo medio; talvez agora pelo estado em que o Commercio se acha não seja tanto; mas para o Brazil já se exportaram 7, 8 e 11 mil pipas de vinho! E porque não se exportam? (Uma voz: - Por culpa da Companhia). O Orador: - Não é verdade: a culpa não foi da Companhia, a Companhia não teve culpa da adulteração do vinho; os preços cahiram depois que a Companhia acabou; nego absolutamente a asserção: a Companhia não fez cahir os preços do vinho no Brazil; apresentem-me factos, e não palavras; e eu apresentarei tambem factos em contrario: não os tenho agora aqui; mas já trouxe a esta Camara as listas commerciaes dos preços correntes dos vinhos em diversos tempos, e por ella se via que a razão da decadencia, a razão da baixa do preço do vinho no Brazil foi pela fraude daquelles que lá o levaram, digo-o em alto, e bom som, pela fraude daquelles que não deitaram nesse vinho a aguardente necessaria para a sua conservação. Sabe se muito bem que o vinho que passa a Linha soffre uma alteração consideravel, e mutua reacção em seus principios immediatos, e se os vinhos não t~em a agoardente ncessaria para se conservarem, chegam lá alterados, e arruinados, appello para aquelles que têem estado no Brazil, e que têem disto conhecimento. Nego, portanto, que fosse a Companhia quem adulterasse os vinhos, e quem lhes fizesse perder o credito, que elles tinham no mercado do Brazil; foi depois da queda da Companhia que alguns especuladores pegaram n'um certo numero de pipas, falsificaram-nas, e levaram-nas lá sem os meios necessarios para as poderem apresentar no mercado com credito; tenho por mim os factos, fallem-me com factos que eu lhes responderei com elles, e submetter-me-hei diante delles; porque elles podem mais que os ápartes, e do que as invectivas.

Continuando, Senhor Presidente, digo que as 5 000 pipas requerem 10 000 almudes de aguardente, que correspondem a 476 pipas: o consumo de vinho do Porto, nos Paizes da producção do vinho do Douro, e limitrofes, orça por 30 000 pipas, não póde ser mais: o que se consome na cidade do Porto, que vem aos registos (note-se bem) não excede de 10 a 12 000 pipas de vinho do Douro; mas entram para consumo na Cidade do Porto, daquellas visinhanças 6, 7, a 8 000 pipas de vinho verde, além do que por contrabando entra, assim como entra aqui em Lisboa, e em toda a parte. No Douro, no Paiz da producção, nos Paizes limitrofes, e fóra da linha comarcã que separa o terreno que não é da demarcação, como no Minho, e Beira Alta, tambm se consome destes vinhos, e até os almocreves os levam lá; não obstante o gosto geral do Minho ser mais pelo vinho verde, especialmente entre os habitantes mais laboriosos, que em geral o preferem, e só o acham bom quando raspa pela garganta como elles dizem, isto é quando por azedo leva couro e cabello (Riso); orça pois o consumo por 30 000 pipas, que pelo menos requerem de 6 a 10 canadas de aguardente para entrar no consumo, o que dá pelo menos 15 mil almudes correspondentes a 714 pipas.

O deposito de Villa Nova sobe de 150 000 pipas de vinho, já se entende que grande parte delle veio da Bairrada nos annos de liberdade de Commercio, decretada em 30 de Maio de 1834; e por desgraça ainda continua a vir algum por contrabando. Foi como já notei essa immensa quantidade de vinho da Bairrada, que então entrou nos armazens de Villa Nova que está fazendo um mal, e um gravame terrivel, é esse grande deposito accumulado em Villa Nova, que tem contribuido para o descredito do vinho do Porto em Inglaterra, aonde por muito durará a desconfiança de que muito do vinho ali importado leve muita quantidade de vinho da Bairrada, e para alli seja tido por genuino, é necessario que o que sahe do Porto, vá debaixo de marcas acreditadissimas, e que sejam conhecidas nos mercados por onde o vinho vai; porque, se essas marcas não são lá conhecidas, dizem logo – este vinho é da Bairrada baptisado no Porto -; e é por isso que o Commercio do vinho do Porto está hoje reduzido ao monopolio de poucos Commerciantes exportadores Inglezes que não querem vender vinho da Bairrada por vinho do Porto. É isto o que se lê na lista dos preços correntes de Mathew, Clarke & Keeling, Correctores em Inglaterra acreditadissimos. As listas e relações que annualmente publicam pela Imprensa, contém uma estatistica de vinhos illustradissima, eruditissima, em fim uma estatistica formal de todos os vinhos que se acham no mercado de Inglaterra, papel importantissimo, e muito conhecido dos Commerciantes legitimos, positivamente declaram que os mais acreditados vinhos que são exportados para Inglaterra, são levados immediatamente dos armazens e depositos do proprio paiz do Douro; sendo ahi comprados e bemfeitorisados, e só depois é que vão para o Porto, sem passarem pelos armazens de Villa Nova; é esta a formal garantia de sua genuidade. Comtudo ou estou persuadido que, com neve annos que tem decorrido desde 34 até agora, esse vinho da Bairrada está levada pelas refrescas sucessivas,

que tem tido de vinho do Douro, e pelo beneficio que tem obtido, está quasi a par do vinho do Douro, do que depois de nove annos fará hoje muito pouca differença; mas tanto póde o preconceito, tanto póde o preconceito, tanto póde a opinião arreigada nos anomis dos especuladores, que o vinho que sahe dos armazens de Villa Nova vale menos de 25 e 30 por cento que o que vai immediatamente dos armazens do Porto: nem o vinho do Douro póde ir ou poderia ir para outra parte; porque o vinho do Douro que, por effeito de qualquer especulação commercial, tivesse sido embarcado em Embarcação que houvesse de fazer escala por outros Portos, v.g. por Hamburgo, ainda que as pipas levassem essas marcas acreditadissimas em Inglaterra, tendo feito tal transito, esse vinho perdia immediatamente 25 a 30 por cento do seu valor, posto que com mesma marca, só pela desconfiança de poder ter havido nesse Porto alguma adulteração: estes são os factos. Tomando pois só tres canadas de agoardente como quantidade absolutamente necessaria para a conservação daquelle vinho que se acha em deposito, teremos 450 000 canadas ou 37 500 almudes, correspondentes a 1786 pipas de agoa ardente; e sommando estas differentes addições teremos o resultado total de 7 228 pipas, que indispensavelmente devem consumir-se cada anno no trafico dos vinhos do Douro; e persuado-me que sou muito parco neste calculo; ora tirando 2 almudes por pipa, para o que se exporta para os outros Portos, o que dá 238 pipas, teremos 2 619 pipas que segundo a nova base tem de comprar-se á Companhia, ficando ainda para o Commercio das outras Provincias 5 609, o que sem duvida apresenta amplissima margem, sem receio de que o chamado exclusivo se opponha aos seus interesses. Devo novamente observar que este calculo é feito com bastante parcimonia, porque nem fallo da agoa-ardente que se gasta no consumo diario nas tabernas, nem naquella que é mister para fazer as jeropigas, com que hoje se ajudam a preparar os bons vinhos.

Vejamos agora qual foi pela barra do Porto a importação da agoa-ardente d'outras Provincias; eis aqui o Mappa official da queentrou desde o 1.º de Janeiro de 1839 até 31 de Dezembro de 1842. O Mappa de alguns annos anteriores a 1839 já eu o apresentei nesta Casa em Março de 1840, e está na Secretaria da Camara, e com elle vai em harmonia o que agora vou lêr.

Portos donde veio	***1839***			***1840***			***1841***			***1842***		
	P.	*A.*	*C.*	*P.*	*A.*	*C.*	*P.*	*A.*	*C.*	*P.*	*A.*	*C.*
Setubal	----	----	----	----	----	----	----	----	----	*54*	----	----
Lisboa	*635*	*10*		*20*	----	----	*399*	----	----	*717*	*1*	----
Peniche	----	----	----	----	----	----	*29*	----	----	----	----	----
S. Martinho	*265*	----	----	*121*	----	----	*198*	----	----	*60*	----	----

Figueira	1 913	15	----	1 316	6	6	2 556	5	----	2 657	1	----
Vianna	26	----	----	51	----	----	88	----	----	2	----	----
Caminha	15	----	----	8	----	----	6	----	----	----	----	----
Portimão	----	----	----	2	----	----	----	----	----	----	----	----
Total	2 854	25	6	1 518	6	6	3 276	5	----	3 490	2	----

Pertence pertanto ás Provincias do Sul um total de 11 142 pipas d'agua-ardente, importada no Porto nos quatro annos precedentes, 2 498 pipas, quantidade que póde ter algum augmento proveniente da que foi embarcada pela Figueira, posto que a maior parte desta seja incontroversamente procedente da Beira; e não terei duvida de deduzir no total da que saiu pela Figueira mais 500 ou 600 pipas para accrescentar aquella que pertence á Estremadura. E qual é a razão da diminuição da exportação das Provincias do Sul? Será porque se lhes não offereça o mercado necessario para seu consumo? (Uma voz: - É o contrabando.) O Orador: - O contrabando!... O contrabando não póde agora apparecer lá, nem apparece, há 4 ou 5 annos. (O Senhor José Estevão: - E Jesus! ...) O Orador: - E Jesus, digo eu contra aquella exclamação! Não Senhor, sustento que não póde apparecer o contrabando no Porto, nem nas visinhanças em quanto o preço da agoa-ardente não passar de 100 000 réis: tenho na minha mão documento authentico que me affiança esta asserção; que este contrabando não póde ter logar em quanto o preço da agoa-ardente de França por um preço abaixo de 60 a 80 mil réis, posta nas costas de portugal, e sobre este cuto correr o risco do contrabando para a vender no mercado do Porto a não ser por mais de 100 000 torna-se impossivel o contrabando; ora a agoa-ardente da Estremadura vende-se ali por 45 a 60 mil réis: estes são os factos, quem diz o contrario não está bem no conhecimento delles.

Contrabando houve, não foi pequeno o que se tem feito, mas foi quando a agoa-ardente se vendia por 120$000 réis, e mais Contrabando se fez, mas quando? Quando os preços davam occasião a este contrabando, e é só justamente quando elle se póde fazer; porque o contrabando é o correctivo não só desse preços elevados, mas dos direitos chamados protectores, ou desses exclusivos, ou desses monopolios, elle é o correctivo natural, contra o qual não há poder, nem forças humanas, quando esses direitos em um objecto de consumo são superiores á natureza das cousas: (Apoiados) hoje não tem logar esse contrabando, nem mesmo da pequena quantidade da agoa-ardente que se poderia fabricar na Galiza por impropria para os vinhos do Porto; mas houve, e há de have-lo todas as vezes que o preço da agoa-ardente, o preço corrente fôr acima de 100$000 réis. Mas dirão agora os nobres Deputados: se o preço por que a agoa-ardente fica á Companhia excede com os 20 por cento a 120$000 réis, ahi se vai dar logar ao contrabando. Não; porque a agoa-ardente da

occasião a este contrabando, e é só justamente quando elle se póde fazer; porque o contrabando é o correctivo não só desse preços elevados, mas dos direitos chamados protectores, ou desses exclusivos, ou desses monopolios, elle é o correctivo natural, contra o qual não há poder, nem forças humanas, quando esses direitos em um objecto de consumo são superiores á natureza das cousas: (Apoiados) hoje não tem logar esse contrabando, nem mesmo da pequena quantidade da agoa-ardente que se poderia fabricar na Galiza por impropria para os vinhos do Porto; mas houve, e há de have-lo todas as vezes que o preço da agoa-ardente, o preço corrente fôr acima de 100$000 réis. Mas dirão agora os nobres Deputados: se o preço por que a agoa-ardente fica á Companhia excede com os 20 por cento a 120$000 réis, ahi se vai dar logar ao contrabando. Não; porque a agoa-ardente da Estremadura, e outras Provincias limitrofes apresentada no mercado sustenta o preço abaixo dos 120$000 réis, pelo qual se vende só mui limitada quantidade, ficando mui larga margem para a agoa-ardente da Estremadura, e Paizes limitrofes do Porto, que hão de necessariamente ir buscar lá o seu consumo; e quando mesmo o preço venha a subir, será sempre muito inferior áquelle da agoa-ardente que lhe podia levar o contrabando. Por consequencia o contrabando não tem entrada lá, e fica demonstrada a razão que exclue o contrabando, que é agora a outra cabela de medusa, que parece petrifica de terror a quem sustenta opiniões contrarias. Mas as minhas razões, já ficam corroboradas por outros factos; e são os que resultam das notas officiaes de importação no Porto.

O exclusivo assim chamado, não affecta por tanto as Provincias do Sul; e fará a fortuna do Paiz do Douro, porque elle é a compensação dada á Companhia pelo grande encargo que lhe é imposto de comprar o excedente da producção que orça por 20 000 pipas, tornando assim possivel a munificiente operação da separação, unúnicortificio para, sem prejuizo dos Lavradores, equilibrar a quantidade de vinhos habilitado para embarque, com a quantidade do consumo, mantendo assim um preço rasoavel ao vinho, com o qual o Lavrador poderá fabricar as suas vinhas, e prover parcamente a sua existencia. Mas ainda farei mais algumas observações deduzidas do Mappa que li da importação da agoa-ardente no Porto; e com ellas acabarei de provar que o beneficio que defendo para o Paiz do Douro, é o único póde convir-lhe, sem prejuizo algum das outras Provincias; já uma vez fui vencido; tenho porém a mais viva fé de que se teimar a viver, e continuar a ter a honra de assentar-me nesta cadeira, mais tarde, ou mais cedo hei de conseguir para aquelle Paiz o efficaz beneficio que elle deseja.

O porto da Figueira é um daquelles por onde sahe a agoardente que se produz a 9 ou 10 legoas de distancia na margem esquerda do Mondego, e terras da Estremadura, mas é tambem aquelle por onde vai toda a agoardente que é fabricada na Beira Alta, e desce pelo Mondego: Paiz em que se distilla agoardente excellente para adubo dos vinhos do Douro; nessas 3 490 pipas que no antecedente anno foram importadas da Figueira não haverá 490

Lavrador do Douro é forçado fazer do vinho que não pode vender; queimar o seu vinho em agoardente é o maior sacrificio que elle póde fazer; para o não perder todo é obrigado a destilla-lo, e vir concorrer com agoardente das outras Provincias, e augmentar os depositos; melhorando o commercio dos vinhos esses depositos diminuirão e começará precisamente a entrar a agoardente da estremadura: esta é a razão da existencia dos depositos, e não o contrabando como fica provado.

Senhor Presidente, vote-se o chamado exclusivo, esse horrendo monstro que a tantos assusta, e veremos se todo o Paiz não lucra. Estas demonstrações são para mim palpaveis, mas um juizo superior o decidirá!... Eu tenho mostrado que os interesses de qualquer parte do Paiz não são prejudicados por tal medida, logo não sei para que se há de fazer uma opposição tão forte contra o meio, que é o mais natural, mais facil, e menos gravoso para o povo, meio que é só pago pelos especuladores! E os 150 contos que se querem dar de subsidio para o Douro! Esses não produzem os mesmos resultados, mas hão de precisamente sahir das algibeiras de todos os contribuintes! O exclusivo não lhes tira nem um real: qual será mais gravoso? Agora entre um e outro meio escolham!... (Apoiados numerosissimos).

∴

Lisboa, 11 de Fevereiro de 1843 –Discurso do Deputado Jerónimo Dias de Azevedo em defesa do exclusivo das aguardentes apresentado a 2 de Fevereiro de 1843, em substituição da base dos 150 contos do projecto de reforma da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro de 29 de Agosto de 1842.
Fonte: Diário da Camara dos Deputados, Sessão de 11 de Fevereiro de 1843.

O Senhor Dias d'Azevedo: - Senhor Presidente, tendo-me cabido a honra de pertencer á Commissão Especial por esta Camara encarregada de propôr medidas, que remediando os males mais pungentes do Douro possam arranca-lo das garras da miseria, e da fome, e restitui-lo senão á sua antiga florescencia, ao menos á prosperidade possivel na actualidade, e no provir; e não tendo permittido o meu mao estado de saude, que eu tomasse parte na obra da mesma Commissão approvada na sua totalidade na Sessão do anno passado; cumpre-me desenvolver os motivos que me obrigaram trazer á Camara o meu Projecto, insistindo por a adopção daquellas suas partes, que por conterem materia nova, seria muito conveniente addiccionar ao complexo das provisões discutidas, e approvadas em Setembro ultimo. Muitos e differentes foram esses motivos, Senhor Presidente, e para não fatigar a Vossa Excelencia, e á Camara, eu me circumcreverei a fortificar a conveniencia da base, que proponho no Art. 6.º do meu projecto com os proprios argumentos, de que Sua Excelencia o Senhor Deputado pela

males mais pungentes do Douro possam arranca-lo das garras da miseria, e da fome, e restitui-lo senão á sua antiga florescencia, ao menos á prosperidade possivel na actualidade, e no provir; e não tendo permittido o meu mao estado de saude, que eu tomasse parte na obra da mesma Commissão approvada na sua totalidade na Sessão do anno passado; cumpre-me desenvolver os motivos que me obrigaram trazer á Camara o meu Projecto, insistindo por a adopção daquellas suas partes, que por conterem materia nova, seria muito conveniente addiccionar ao complexo das provisões discutidas, e approvadas em Setembro ultimo. Muitos e differentes foram esses motivos, Senhor Presidente, e para não fatigar a Vossa Excelencia, e á Camara, eu me circumcreverei a fortificar a conveniencia da base, que proponho no Art. 6.º do meu projecto com os proprios argumentos, de que Sua Excelencia o Senhor Deputado pela Estremadura, Fonseca Magalhães, acaba de servir-se para comprovar a lealdade, e o zelo, que levou os Membros da illustre Commissão Especial a pronunciarem-se pela base do Artigo 14.º do Projecto N.º 6, sem com tudo a terem por mais considerando-a ao contrario menos efficaz nos seus primarios e secundarios resultados, como Sua Excelencia, e o nobre Deputado por Lisboa o Senhor Cesar de Vasconcellos confessaram hoje nesta Casa.

Sua Excelencia affirmando, que o meio por mim proposto não é novo nem para a Camara, nem o era para a Commissão: que por tantas vezes que esta questão havia sido tractada, sempre elle fôra lembrado, e rejeitado no Parlamento; concordaram em que taes, e tão fortes eram os preconceitos, e de tamanha transcendencia a reluctancia dos proprietarios e Commerciantes das Provincias do Sul, que por melhor que semilhante meio possa reputar-se, não é este adoptavel na actualidade, e por isso Sua Excelencia o Senhor Fonseca Magalhães aceitando a base do Artigo 14.º do Projecto N.º 6 entendia fazer com ella o único bem possivel ao Douro, bem convencido de que a base offerecida no meu Projecto era preferivel e muito mais efficaz.

Se o nobre Deputado por motivos estranhos á conveniencia da medida confessa ter acceitado um accordo por considerações politicas; se Sua Excelencia longe de contestar a efficacia desse chamado exclusivo reconhece, que delle se tirariam mais proficuos resultados; ser-me-há estranhado a mim que não tive parte em similhante accordo, e que não receio as consequencias desses preconceitos, nem tenho por transcendente essa reluctancia, quando os verdadeiros effeitos da medida sejam de conveniencia real para o Douro, e para a mesma Estremadura; ser-me-há, digo eu, estranhado que separando-me do parecer da Illustre Commissão venha trazer a esta Casa a base proposta no Artigo 6.º do meu projecto, suscitando sobre ella uma decizão da Camara?

Ser-me-he estranhado a mim, que muito convencido estou que durante o intervallo da Sessão em que foi proposto o arbitrio dos 150 contos até ao momento em que começa a discutir-se sobre a sua admissão ou releição, uma sizuda meditação terá formado o juizo de

medidas sahidas do nosso gremio não levem o cunho de subserviencia nos preconceitos, e essa mal entendida reluctancia de quem menos habituado do que devemos nós estar para avaliar os seus effeitos, só cura de empece-las por menos bem ajuizar das conveniencias geraes das mesmas, muito especialmente se a esse menos claro juizo accresce o encontro d'algum interesse particular. – Então o que nos cumprirá fazer hoje que Sua Excelencia o Senhor Fonseca Magalhães acaba de dizer não ser duvidosa a preferencia em quanto á efficacia do meio proposto no meu Projecto, quando só esses preconceitos, essa reluctancia d'alguns ou de muitos dos habitantes do Sul do Reino se oppõe á sua adopção por menos avisados talvez, mas em boa fé?

Sua Excelencia porém tendo entrado na questão d'ordem, que acaba de ser decidida, querendo de algum modo atalhar o irrespondivel destes argumentos, que a sua perspicacia não deixou de prever, declarou, que a Commissão não deixou de trazer á Camara a base do exclusivo porque receasse de perder uma batalha Parlamentar, tanto mais quanto de similhantes perdas não provém desaire a uma Commissão qualquer, a qual para firmar a sua opinião póde ter motivos, que sendo nesta Casa modificados, e seguindo-se á modificação destes a da resolução dessas Commissões quaisquer, justificada a decisão da Camara em sentido differente, nem por isso desabonadas se devem reconsiderar as Commissões; caso em que deveria reputar-se a especial de vinhos, se dissipados nesta Casa os fundados receios, que a fazem suspeitar da boa solução deste negócio, adoptada por ella a base do meu Projecto, a Camara esclarecendo o Paiz resolvesse, que melhor, e mais proficua será a base do Artigo 6.º do Projecto por mim offerecido, do que a do Artigo 14.º do Projecto N.º 6 acceita pela Commissão em resultado de um accordo, que prendendo-a, e sujeitando-a de algum modo a sustenta-la na discussão, nem ligou nem compromet a Camara á sua definitiva sancção. Na presença de taes considerações entendo eu, que se a Commissão andou bem apresentando o seu Parecer no sentido, e por a fórma em que elle se acha concebido, muito e muitissimo bem andará esta Camara reconsiderando a materia como ella merece, e deve se-lo, e pronunciando-se por esse chamado exclusivo, como único meio geralmente reconhecido efficaz na actualidade, e no futuro.

Tembem creio ter-se laborado n'um equivoco, dizendo-se, que a base do Artigo 14.º do Projecto N.º 6 é a base do Governo; nesta asserção há um certo – qui pro quo – a Commissão ponderando as difficuldades que teve por impossiveis de vencer, trazendo á Camara a base do exclusivo, acceitando a lembrança de algum dos seus membros, que mais se oppunha a essa base, combinou o meio proposto como único beneficio possivel para o Douro, e apresentando-a ao Governo para saber delle se poderia verificar-se, este não a impugnou, e ao contrário se prestou a propôr a creação de uma nova receita para supprir as sommas, que com esta

se por esse chamado exclusivo, como único meio geralmente reconhecido efficaz na actualidade, e no futuro.

Tembem creio ter-se laborado n'um equivoco, dizendo-se, que a base do Artigo 14.º do Projecto N.º 6 é a base do Governo; nesta asserção há um certo – qui pro quo – a Commissão ponderando as difficuldades que teve por impossiveis de vencer, trazendo á Camara a base do exclusivo, acceitando a lembrança de algum dos seus membros, que mais se oppunha a essa base, combinou o meio proposto como único beneficio possivel para o Douro, e apresentando-a ao Governo para saber delle se poderia verificar-se, este não a impugnou, e ao contrário se prestou a propôr a creação de uma nova receita para supprir as sommas, que com esta applicação se destraíam da que por Lei lhe era marcada aos encargos do estado. Acceitou pois a base, mas não a deu (Apoiados).

Senhor Presidente, esta Camara tendo approvado o complexo das provisões, que constituem a essencia do Projecto N.º 6, e que tendem á reorganisação de um corpo decepado, deu uma sentença que destroe pela raiz o argumento apresentado por Sua Excelencia o Senhor Deputado Cezar de Vasconcellos, em quanto tem por inadmissivel a minha base pelo simples facto de haver ella sido rejeitada em tres Legislaturas consecutivas; por ventura não se rejeitou constantemente a rehabilitação da antiga Companhia, e deixou ella por isso de ser nesta Casa rehabilitada em Setembro? E porque uma tal mudança appareceria na resolução do Parlamento em opposição a tantas anteriormente tomadas em differentes Legislaturas? A razão é clara; foi a experiencia a melhor das mestras, quem illucidou pelo correr do tempo á força de penosas e mui caras lições; foi a experiencia, Senhor Presidente, quem desenganou ainda os mais preoccupados contra um similhante estabelecimento, e concentrou o geral das tão encontradas opiniões em uma só – " a necessidade de acudir á Agricultura e Commercio dos vinhos do Alto Douro?."

Se pois esta Camara deu na Sessão ultima um testimunho authentico de que não pára nem recua ante os preconceitos, quando os tem por mal cabidos; se esta Camara começou a combater de frente esses preconceitos em parte da sua obra, será possivel que deixe de fazer outro tanto a respeito do resto della, adoptando a base do meu Projecto, no caso de julgar mais proficuos os seus resultados? (O Senhor Fonseca Magalhães: - peço a palavra para uma explicação pessoal)?

Eu creio não ter soltado expressão alguma offensiva a Sua Excelencia; repeti o que o nobre Deputado meu amigo disse nesta Casa, que julgando impossivel vencer o meio do exclusivo, por essa razão, e porque desejava o bem das Provincias do Norte, a Commissão em vez da minha a propozera, e ainda hoje insistia por a dos 150 contos do Artigo 14.º do Projecto N.º6. redarguindo a este motivo, que obriga a Commissão a uma semilhante insistencia, disse eu (se bem me recordo) mas porque senão julgou possivel até hoje vencer o exclusivo. Não se

detrimento das do Sul – ponto este que eu tenho por capital da questão, devendo a elle ser chamada, mesmo porque todos esses preconceitos se fundam no pressuposto de grande prejuizo vir ao Sul com um semilhante remedio em o Norte.

E resultará com effeito prejuizo á Estremadura com a adopção do exclusivo? E será a base dos 150 contos, concedidos á Companhia, de alguma vantagem a esta Provincia? Estou convencido, que a concessão dos 150 contos será prejudicial á Estremadura, em quanto a compensação dada á Companhia pelo favor das aguas-ardentes deve trazer-lhe vantagens.

Sendo a causa do grande mal no Douro o desiquilibrio entre o consumo, e a producção, sendo esta maior do que aquelle, e tendo deste desiquilibrio resultado uma accumulação progressiva do sobrecelente das colheitas desde 1834 até hoje, existindo nos depositos do Porto, Villa Nova de Gaia, fóra das Barreiras e Douro 253 153 pipas de vinho, como se vê no juizo do anno, o qual foi hontem recebido pelo Governo, e que tenho á vista; e tendo o descredito do genero concorrido para o augmento destas accumulações; é claro, que a primeira necessidade, e de todas a mais imperiosa e urgente a remediar, é esse descredito por meio de um bom systema de provas, e qualificações, não se permittindo o embarque de vinhos para os portos do Norte sem que á sua primitiva genuinidade accresça o beneficio correspondente, isto é, sem que estes vinhos tenham sido adubados com 4 almudes pelo menos de boa agoa-ardente; ora os vinhos superiores para terem na Inglaterra o merecimento que convem aos exportadores não podem levar menos de 4 almudes por pipa; logo da primeira escolha da regular qualificação resultará – 1.º a certeza do maior consumo possivel d'aguas-ardentes – 2.º o credito restaurado para esses novos vinhos superfinos, donde provirá augmento provavel na exportação (Apoiados).

Levada a Camara por esta convicção a sanccionar os differentes artigos do Projecto N.º 6, que providenciam sobre as qualificações, reconhecendo a urgencia de uma similhante medida, a mesma Camara concordou na conveniencia da sustentação d'um estabelecimento, que servindo de regulador á lavoura não detiore o Commercio: é preciso pois uma compensação, que cubra os encargos impostos a esse estabelecimento, a qual deve sair ou da propria bolsa dos beneficiados, ou da bolsa commum e geral do Estado; a que eu lhe consigno rechae sobre o consumidor fora do Paiz, e a do Artigo 14 importa um subsidio rateado pelos contribuintes de todas as condições, e pelos habitantes de todas as Provincias, primeira vantagem da adopção da munha base em favor da Extremadura, e demais Provincias do Reino. Mas dir-se-há: "Esses vinte por cento de lucros, concedidos á Companhia sobre as aguas-ardentes, não diminuirão a nossa exportação pela carestia do genero?

Por certo que não, e ao contrario me convenço, de que essa mesma circumstancia fará augmentar a exportação; por isso que os nossos vinhos superiores, esses puros e genuinos do Douro são os que pelo seu credito entram em certas mesas, ás quaes não só não deixam de ir

propria bolsa dos beneficiados, ou da bolsa commum e geral do Estado: a que eu lhe consigno rechae sobre o consumidor fora do Paiz, e a do Artigo 14 importa um subsidio rateado pelos contribuintes de todas as condições, e pelos habitantes de todas as Provincias, primeira vantagem da adopção da munha base em favor da Extremadura, e demais Provincias do Reino. Mas dir-se-há: "Esses vinte por cento de lucros, concedidos á Companhia sobre as aguas-ardentes, não diminuirão a nossa exportação pela carestia do genero?

Por certo que não, e ao contrario me convenço, de que essa mesma circumstancia fará augmentar a exportação; por isso que os nossos vinhos superiores, esses puros e genuinos do Douro são os que pelo seu credito entram em certas mesas, ás quaes não só não deixam de ir por custar uma garrafa alguns pences mais, mas antes esse augmento de preço como indicador d'uma superfina qualidade instiga a quem usa destes vinhos a um consumo maior. O nosso vinho do Porto em Inglaterra é um objecto de luxo, e só a qualidade, e não o preço póde influir na sua maior ou menor exportação. A objecção portanto reforça ainda mais conveniencia da minha base nesta parte (Apoiados).

Pelo projecto N.º 6 impõe-se á Companhia a obrigação de comprar no Douro vinte mil pipas de vinho, producção que se julga sobrecellente naquelle Paiz, e que por este meio se pretende amortisar. O rateio por todos os Lavradores, e o preço taxado tem por fim desaffogar e libertar a lavoura dos apuros em que se vê, para acudir ás despezas do fabrico e grangeio, não sacrificando os seus productos á cobiça de quem sabe aproveitar-se desses mesmos apuros em seu proveito. A obrigação pois da prova imposta á Companhia, e a compensação dos 150 contos para este fim, levam em vista um beneficio á lavoura do Douro, sem se attender ao destino que as vinte mil pipas devem ter depois de compradas: ora este destino há de ser necessariamente, ou o da queima em aguas-ardentes, ou o do consumo no Porto, ou finalmente o da accumulação nos depositos. No primeiro caso "o da queima" ou as aguas-ardentes ficam á Companhia por baixos preços, e podendo competir com as da Estremadura hão de ser primeiro vendidas, porque todos sabem, que em igualdade de preços são preferidas as do Douro ás das outras Provincias; ou lhe ficam por preços subidos em relação ás da Extremadura, com as quaes não poderão concorrer, e neste caso a Companhia não póde subsistir, porque não comporta a compensação o computo dos empates, e assim no fim de dous ou tres annos com a sua quebra necessaria virão ao mercado essas accumulações por muito baixo preço, e uma estagnação mais ruinosa resultará então nas aguas-ardentes da Estremadura, das quaes não irá por alguns annos uma só pipa ao Porto? (Apoiados). Logo a base dos 150 contos no caso em que os vinhos com elles comprados sejam queimados, longe de ser proficua será muito nosiva á estremadura e de mais Provincias vinhaveis. No segundo caso "de serem consumidas no Porto" ficará a Companhia a monopolista de todo o consumo naquella Cidade, para o que tem a sua disposição todos os meios, e recursos, que a colocam

Porto, dá em último resultado nenhum favor á lavoura, que, se vendeu parte do genero rasoavelmente, sacrifoca depois o resto a preços infimos; prejuizos á Estremadura, porque as aguas-ardentes do Douro baixando por este motivo ao mais ruinoso barateio excluirão as da Beira e Estremadura em quanto as houver daquelle paiz. E em remate, nem o Douro, nem a Estremadura lucram, e ambas soffrem prejuizo em favor só da Companhia, a qual o disfrutará por mui pouco tempo!!

No terceiro e ultimo caso – em que a applicação dos 150 contos, ou de qualquer outro subsidio ainda mais avultado, nem seja o da queima, nem o do consumo, mas sim o das accumulações; qual será o resultado? Estes vinhos, que não são lançados ao Rio Douro, serão a final queimados, e as suas agoardentes vendidas por preços que excluirão forçosamente as do Sul do Reino.

Logo a base dos 150 contos não convém á Estremadura, antes lhe prejudica – mas a Companhia precisa ser sustentada, e não convindo que o seja por este meio, resta examinar, se o exclusivo satisfará a todas as condições de conveniência para o Douro, e para o Commercio, sem detrimento das Provincias do Sul.

Concedido á Companhia o favor da venda das agoardentes correspondentes ás compras de vinho a que fica obrigada, fixa-se logo o destino do sobrecellente das colheitas regulares no Douro; separado pelo corte quantitativo o vinho genuino de primeira do de segunda qualidade, o Commercio começará a desafrontar-se, e o beneficio desses vinhos será feito com uma porção maior de agoardente, e de grão mais subido, e assim nós poderemos ter a certeza de obter o seguinte resultado.

Farei os meus calculos pelo juizo do anno, que foi hontem recebido pelo Governo, e que acaba de me chegar á mão. Por elle, Senhor Presidente, se vê o grande mal, que causou a demora de uma medida para o Douro, a qual se tivera sido tomada o anno passado, já o corte feito nas 47 000 e tantas pipas approvadas nesta colheita tiraria do mercado pelo menos 20 000, que vem complicar mais a situação da Lavoura e do proprio Commercio, sem outro que não seja o proveito de algum especulador.

Temos nós pelo juizo do anno 73 000 pipas de vinho provado no Douro; deduzindo destas 25 000 para os Portos do Norte; 6 000 para os outros das diversas partes do mundo; 14 000 para consumo no Porto; e 5 000 para quebras, resultarão 23 000 para serem queimadas.

É por consequencia a compra das 20 000 pipas encarregada á Companhia, o correspondente ao excesso da producção em relação ao consumo regular do vinho do Douro; ora as 25 000 pipas destinadas á exportação para os portos do Norte consomem pelo menos no seu indispensavel beneficio 100 000 almudes de agoardente, e as 6 000 para os outros portos 12 000 almudes, logo a agoardente necessaria para o adubo dos vinhos de exportação sóbe a 5 333 pipas, e concedendo-se á Companhia o favor sobre 2 666, quantidade que vem a ser

Temos nós pelo juizo do anno 73 000 pipas de vinho provado no Douro: deduzindo destas 25 000 para os Portos do Norte; 6 000 para os outros das diversas partes do mundo; 14 000 para consumo no Porto; e 5 000 para quebras, resultarão 23 000 para serem queimadas.

É por consequencia a compra das 20 000 pipas encarregada á Companhia, o correspondente ao excesso da producção em relação ao consumo regular do vinho do Douro: ora as 25 000 pipas destinadas á exportação para os portos do Norte consomem pelo menos no seu indispensavel beneficio 100 000 almudes de agoardente, e as 6 000 para os outros portos 12 000 almudes, logo a agoardente necessaria para o adubo dos vinhos de exportação sóbe a 5 333 pipas, e concedendo-se á Companhia o favor sobre 2 666, quantidade que vem a ser supprida pela Companhia desses vinhos comprados no Douro, fica uma grande margem á estremadura e demais Provincias para supprirem não só as 2 666, mas tambem toda aquella, que deve empregar-se em beneficiar os vinhos de consumo do Porto, e o dos depositos para exportação, que não podem descer, mesmo pelo meu Projecto, de 70 000 pipas; e assim para o vinho de consumo serão empregados pelo menos 7 000 almudes de agoardente, computado o seu beneficio a seis canadas por pipa sobre 14 000, e para o dos depositos, computado a duas canadas, 11 666 almudes, sobre 70 000 pipas; isto é 388 pipas de agoardente; vindo por consequencia a ser fornecidas regularmente pela Estremadura, Beira, e Minho pelo menos 3 554 de agoardente.

Ora a exportação, que desde 1834 até hoje se tem feito das agoardentes da Estremadura para o Porto conforme os mappas Extrahidos da Alfandega daquella Cidade, termo medio nestes 8 annos, é 880 e tantas pipas em cada um delles, logo se adoptada a minha base esta exportação não só crescer em numero de pipas, mas no preço do genero, é evidente, que da adopção della longe de vir prejuizo, ao contrário resultará vantagem, e mui decidida, para a mesma Estremadura: mas deduzidas 880 pipas das 3 554 que tem a ser fornecidas de fóra do Douro para o Porto, ficando 2 674 para a beira, e Minho; e sendo certo que em concorrencia das agoardentes destas tres Provincias deve necessariamente consumir-se uma muito maior porção das da Estremadura pelas razões a que a todos são obvias; resulta, que em vez de 880 e tantas pipas exportadas em cada anno desde 1834 da estremadura para o Porto, á adopção da minha base deve seguir-se um consideravel augmento nesta exportação, a qual, computada pelas 3 554 pipas que vem a faltar no Porto, não poderá descer de 1 500 a perto de 2000 pipas.

E em quanto este resultado a respeito da exportação abona de sobejo a minha base em favor da Estremadura, não menos proficua ella deverá julgar-se a respeito do augmento dos preços, pois que sendo as agoardentes vendidas pela Companhia de 100 000 réis para cima, as desta Provincia conservarão valores senão iguaes, ao menos muito superiores aos que actualmente tem.

para beneficio do vinho velho considerado já nas circumstancias de embarque, e que conforme o mesmo juizo do anno sóbe a 139 939 pipas de primeira qualidade, e a 2 201 de segunda; vem hoje mesmo a precisar-se 135 094 almudes, ou 8433 pipas de agoardente, as quaes deduzidas das 8 o21 existentes e manifestados nos depositos do Porto, restarão 1 588, deposito, que no estado normal do Commercio longe de empecê-lo lhe servirá para a regularidade do fabrico de seus vinhos.

Por esta occasião referindo-me a uma allusão tocada depois por um illustre Deputado daquelle lado, devo declarar, que eu não tenho por convenientes os Tractados com Inglaterra, que levarem em vista o barateio dos vinhos do Douro naquelle Paiz pellas razões já ponderadas na primeira parte do meu discurso, e só assim essas Convenções poderão ou deverão basear-se na reciprocidade de interesses e vantagens em relação aos vinhos da Estremadura e beira, os quaes em verdade muito conviria, que fossem áquelle mercado por preços, que excluissem os vinhos de Xerez, e muito preciso é, que se não desprezem as differentes industrias do Paiz, com o intuito de conseguir-se uma vantagem quimerica, qual a de maior exportação, que se apparecer de alguns centos de pipas nos primeiros dous ou tres annos, voltára áquella que sempre tem sido e continuará a ser em circumstancias ordinariamente regulares. (Muito bem, muito bem).

Reservo-me para tomar de novo a palavra quando pelo correr da discussão eu o julgue necessario para responder a quem quer que combater esta minha doutrina, sem embargo de me convencer, de que talvez sejam infructiferos os meus trabalhos.

Não adopto pois a base estabelecida no Artigo 14.º do Projecto N.º 6, á qual substituo a que se acha no Parecer N.º 26, excepto se rejeitada esta eu julgar indispensavel acceitar aquella.

∴

[304]Lisboa, 15 de Fevereiro de 1843 – Discurso do Deputado Felix Pereira de Magalhães onde defende o exclusivo parcial das aguardentes para a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados, Sessão de15 de Fevereiro de 1843.*

[304] Não se publicam os discursos do deputado de Setembro de 1842 pois foram recentemente publicados MAGALHÃES, Felix Pereira de – *Vinhos do Douro*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000.

O Senhor Felix Pereira de Magalhães: - Senhor Presidente, no estado avançado em que se acha esta importante discussão, tendo-se divagado muito do ponto principal della, e vistas as minhas circumstancias particulares, como Membro da Commissão Especial de Vinhos, eu julgo que é muito conveniente, e que já é tempo de fixar o verdadeiro estado em que se acham a Camara, e a Commissão a respeito desta questão.

Senhor Presidente,a camara está perfeitamente livre em adoptar qualquer das bases que estão em discussão, e os membros da Commissão têem igual liberdade para adoptar uma ou outra base, nem a Camara se contradiz, nem a Commissão tambem commette alguma contradicção, digo isto porque alguns Senhores Deputados tem querido fazer vêr á Camara que não póde já affastar-se da base do Projecto N.º 6, e que a Commissão ou os seus Membros tambem estão em contradicção apresentando na Sessão passada aquelle Projecto; e sustentando agora a base novamente offerecida pelo Senhor Dias de Azevedo.

Senhor Presidente, a Commissão especial dos vinhos reunida o anno passado, quis acudir com um remedio prompto, e promptissimo ao commercio e Agricultura dos vinhos do Douro, quis aproveitar todo o tempo para apresentar uma medida salvadora á Camara para ser por ella discutida, approvada, ou substituida, reuniu-se a Commissão, e as convicções da maior parte dos Membros della, pelos conhecimentos especiaes que tinham deste objecto, e pela experiencia de mais de 80 annos, entendiam, era sua opinião que um exclusivo de agoa-ardente devia ser dado a uma Companhia, não um exclusivo total, mas um exclusivo parcial, que este exclusivo era o remedio mais facil, mais efficaz para acudir aos males do Douro, e que este remedio em nada affectava as outras Provincias do Reino. Nem outra alguma industria; porém fazia parte da Commissão especial dos vinhos, e faz ainda um Membro, que sinto não vêr nesta Sessão, e sinto muito mais o motivo porque elle não assiste a ella; disse elle que ao exclusivo se opporia com todas as forças que tinha, e que se se apresentasse havia de achar grande opposição nas Camaras, mas que outro qualquer alvitre, mesmo de uma contribuição elle o apoiaria com todas as suas forças, e por todos os seus amigos, e que até podia dizer que toda a Provincia da Estremadura pela qual foi eleito, não teria duvida em pagar uma contribuição para auxiliar o Douro; a Commissão tendo o pensamento uniforme de fazer passar uma medida que acudisse áquelle commercio, não teve duvida por transacção, de adoptar a medida que está no Projecto N.º 6, e depois de ter differentes conferencias com os Membros do Gabinete sobre os meios de levar a effeito , e sobre a possibilidade de o adoptar, confeccionou o seu Projecto e apresentou-o a Camara, e a Camara discutiu esse Projecto, a camara discutiu a base delle, e quando a discussão estava a fechar-se é que appareceu uma indicação, de que se não podia votar sem uma Lei, que substituisse a despeza que se criava com a adopção da base dos 150 contos; neste estado ficou toda a discussão, por ventura já a Camara sobre essa base votou? Não, por consequencia a Camara está livre para votar, e os

Membros das Commissões tem igual liberdade, (quando fallo da Commissão entende-se que fallo da maioria da Commissão) porque as suas convicções eram pelo exclusivo, e se adoptou a base que apresentou á Camara o Projecto N.º 6, com outra base, foi por mera transacção; contradizem-se pois os membros da Commissão trazendo este Parecer sobre o Projecto do Senhor Dias de Azevedo? Não. E esse illustre Deputado contrahir-se-há? Não; porque não assistiu ás conferencias da Commissão no anno passado, nem concorreu para a redacção do Projecto N.º 6. Por consequencia tambem eu não estou em contradicção. Eu já disse e repito, não tenho interesses nenhuns no Douro, todos os meus interesses são na Estremadura; e apezar de que as minhas convicções são pelo exclusivo, eu votaria contra elle se se demonstrasse que era prejudicial ás outras Provincias do Reino. Eu não tinha ainda a minha opinião formada a respeito do voto que daria sobre a nova base; mas hoje, depois do que ouvi aos Oradores que a combateram, digo que voto pelo exclusivo, porque não prejudica em nada as outras Provincias.

São tres os Oradores que têem fallado contra o exclusivo. Um não apresentou argumento nenhum para provar que causasse prejuizo ás outras Provincias; só fallou dos muros que se levantavam em frente do Douro para excluir as outras Provincias; mas como não sei de que se possam compôr esses muros; nem o nobre Orador se explicou a este respeito; tambem eu nada lhe responderei. Outro Orador disse que, se no Douro havia 20 mil pipas de sobejos, na Estremadura havia o triplo – 60 mil; e que senão havia de beneficiar a Terça parte, não se beneficiando ao mesmo tempo a Estremadura para consumir essas 60 mil pipas. Ao primeiro Orador nada tenho a responder, porque não sei de que hão de ser feitos os muros, a que se referiu; este nobre Orador responderei em logar competente e demonstrarei que taes 60 mil pipas não sobejam na Estremadura. Resta o terceiro Orador que acaba de fallar. Respeito muito a sua pessoa e talentos; mas hei de mostrar, se Deos me ajudar, que parte dos seus argumentos são fundados em bases inexactas.

Antes porém de entrar nesta demonstração, devo responder ao chamamento que do meu testimunho fez o Ministro dos Negocios Estrangeiros no seu primeiro discurso, Sua Excelencia quando se encontrou pela primeira vez comigo, depois que veio do Porto, disse-me que desejava ser ouvido na Commissão dos vinhos; porque tinha de dar alguns esclarecimentos á Commissão, que talvez pudessem melhorar o Projecto em discussão. Eu respondilhe que essa Commissão tinha caducado, pelo encerramento das Côrtes; e que quando se nomeasse outra, desejaria certamente ouvi-lo. Nomeou-se effectivamente a Commissão actual, que convidou Sua Excelencia á sua primeira reunião, aonde expoz que lhe parecia mais conveniente adoptar a base de um exclusivo de agoa-ardente para beneficiar o Douro;: e que tambem era essa a opinião geral de pessoas entendidas e interessadas na materia, com quem tinha fallado. A Commissão, com quanto reconhecesse que era exacto o que dizia Sua Excelencia, não se julgou comtudo aucthorisada a mudar a base do Projecto N.º 6; porque o Projecto estava na Camara;

que desejava ser ouvido na Commissão dos vinhos; porque tinha de dar alguns esclarecimentos á Commissão, que talvez pudessem melhorar o Projecto em discussão. Eu respondilhe que essa Commissão tinha caducado, pelo encerramento das Côrtes; e que quando se nomeasse outra, desejaria certamente ouvi-lo. Nomeou-se effectivamente a Commissão actual, que convidou Sua Excelencia á sua primeira reunião, aonde expoz que lhe parecia mais conveniente adoptar a base de um exclusivo de agoa-ardente para beneficiar o Douro;: e que tambem era essa a opinião geral de pessoas entendidas e interessadas na materia, com quem tinha fallado. A Commissão, com quanto reconhecesse que era exacto o que dizia Sua Excelencia, não se julgou comtudo aucthorisada a mudar a base do Projecto N.º 6; porque o Projecto estava na Camara; a Commissão tinha dado o seu Parecer; a Camara nada lhe tinha encarregado; e então como é que podia trazer outra base á Camara? veio por tanto requerer que se discutisse o Projecto, e qualquer Membros da Camara podia offerecer outra base, mas não a Commissão; é o que fez o Senhor Dias de Azevedo. Esta é a verdade do que se passou; e dou este testimunho a Sua Excelencia, apezar de que elle não precisa do meu insignificante testimunho.

Senhor Presidente, a minha boa fé nesta importante questão é tão pura que não há ainda 24 horas que disse a um nobre Membro desta Camara, que começava a convencer-me de que o exclusivo não era prejudicial á Estremadura; e disse-o a um illustre Deputado que se propunha a combater o exclusivo, e que tinha a palavra antes de mim, communiquei-lhe francamente os meus argumentos para vêr se elle meditando-os podia destrui-los por modo, que me convencesse de que o exclusivo prejudicava as outras Provincias; mas não teve Sua Excelencia a fortuna de me convencer; e por consequencia hoje estou firmemente resolvido a votar pelo exclusivo.

Senhor Presidente, por todos os dados estatisticos que se têem apresentado, e são inconcussos, porque são Documentos Officiaes, não de hoje, ou de dous dias, mas de oitenta e tantos annos, são necessarios para o vinho que se exporta pelo Douro, e consomme no Paiz, 7 000 pipas d'agoa-ardente: nós pertendemos dar um exclusivo para 2 500 pipas, que tiradas de 7 000, ficam 4 500 livres ao commercio de todas as outras Provincias.

Como primeiro argumento eu digo que este exclusivo não augmenta nem diminue o mercado do Porto para as outras Provincias, e é provavel que o augmente. Não augmenta, nem diminue o mercado do Porto, porque estas 20 000 pipas que produzem as 2 500 d'agoa-ardente effectivamente se reduzem a agoa-ardente hoje, e vêem ao mercado concorrer com a das outras Provincias. Ora agora dir-se-há: pois se ella vem ao mercado, e se póde vender hoje, não é preciso o exclusivo. Assim é, mas deve-se notar que o maior desdouro que póde acontecer a um Lavrador do Douro, é ser obrigado a reduzir o seu vinho a agoa-ardente, porque sempre o reputa precioso. E de mais, sendo forçado a reduzi-lo a agoa-ardente, e a vende-la pelo preço da outra que concorre ao mercado, perde, e pouco a pouco se vai arruinando a sua industria,

preferida, maior prejuizo soffrerão as outras Provincias. Demonstrando que o mercado não augmenta nem diminue com o exclusivo, demonstrarei que é provavel que augmente para as outras Provincias poderem levar alli maior porção d'agoa-ardente. Logo, quando tivermos elevado o commercio do Douro ao estado regular pelas provisões do Projecto; logo que este vinho fôr adubado com agoa-ardente de boa qualidade, como há de ser a do exclusivo, há de o vinho ser mais puro, de melhor qualidade; e por conseguinte Ter mais saída, e o mercado então será maior para as Provincias do Sul. Eis aqui como é provavel que se augmente o mercado para essas agoas-ardentes. Mas aqui devo responder a um illustre Deputado, que disse sobejarem na Estremadura 60 000 pipas de vinho. Senhor Presidente, as 4 500 pipas de agoa-ardente são de sobejo para o consumo de toda a agoa-ardente que fabrica a Estremadura, e as outras Provincias. Eis aqui o mappa da Alfandega do Porto, que é uma Estação Publica irrecusavel, o qual traz a quantidade de agoa-ardente importada no Porto, de todas as terras do Reino, desde 1834 a 1832, época em que aquelle mercado tem estado livre. Em todos estes annos a quantidade d'agoa-ardente, que tem entrado de todas as terras, é a seguinte:

ALFANDEGA DO PORTO

Mappa da agoa-ardente que deu entrada nesta Alfandega vinda de Portos do Reino desde o 1.º de Janeiro até 30 de Junho de 1842.

Portos	*1834*	*A*	*C*	*1835*	*A*	*C*	*1836*	*A*	*C*	*1837*	*A*	*C*	*1838*	*A*	*C*	*1839*	*A*	*C*
Portimão	"			"			"			"			"			"		
Setubal	"			"			"			"			"			"		
Lisboa	*126*			*1783*	*14*		*1503*			*187*			*756*			*635*		
Peniche	"			*59*			*34*			*0*			"			"		
S. Martinho	*46*			*63*			*143*			*45*			*182*			*265*		
Figueira	*537*			*1075*	*10*		*607*	*5*		*269*	*10*		*175*			*1913*	*1*	*6*
Aveiro	"			"			*1*	*10*		*125*		*6*	*0*			"	*5*	
Vianna	*320*	*9*		"			*145*	*10*		*0*			"			*26*		
Caminha	"			*163*			*114*			"			*23*			*15*		
Ilha Graciosa	"			"			"	*5*		*281*			*20*			"		
										"			"					
										80								
	1029			*3143*			*2544*			*319*			*273*			*2854*		
										5			*1*					

Portimão	*2*			*"*			*"*			*2*
Setubal	*"*			*"*			*54*			*54*
Lisboa	*20*			*399*			*458*			*7551*
Peniche	*"*			*29*			*"*			*167*
S. Martinho	*121*			*198*			*60*			*1347*
Figueira	*1316*	*6*	*6*	*2556*	*5*		*183*	*5*		*12842*
Aveiro	*"*			*"*			*6*			*1*
Vianna	*51*			*88*			*"*			*935*
Caminha	*8*			*6*			*1*			*326*
Ilha Graciosa	*"*			*"*			*"*			*80*
							"			
	1518			*3276*			*240 9*			

a) *Esta agoa-ardente foi admittida a Deposito sómente para reexportação, e foi effectivamente reexportada para África.*

Alfandega do Porto e Mesa Estatistica, 24 d'Agosto de 1842.
O Presidente. – Pedro Maria da Costa Alemeida

Eis aqui temos nove annos de liberdade de mercado no Porto, e em nenhum delles levaram lá todas as terras do Reino 4 500 pipas de agoa-ardente!... Diz-se "que na Estremadura sobejam 60 mil pipas de vinho, eu vou mostrar em como não há tal sobejo. Este calculo do illustre Deputado de 60 mil pipas de sobejo, e depois de o Ter dostribuido toda a colheita da Provincia da Estremadura por todos quantos consumos ella tem, a que se reduz a agoa-ardente, a que se exporta, a que se consome em Lisboa e no Termo, em fim depois de preenchidos todos os consumos , sobejam 60 mil pipas que não têem consumo de qualidade nenhuma, diz o nobre Deputado, e diz-se tambem "Se nós não temos mandado para o Porto mais agoa-ardente, é porque lá a não querem". Muito bem, acceito o argumento; mas então digo eu, essas 60 mil pipas, no espaço de 9 annos, ou se hão de Ter deitado no Tejo, ou hão de existir, ou se hão de Ter reduzido a agoa-ardente que deve estar em deposito; desejára saber se alguem viu o Tejo tinto de vinho por se lhe terem lançado 60 mil pipas de vinho annualmente; assim como se alguem sabe aonde existe o deposito em que esteja essa enorme quantidade de vinho, ou de agoa-ardente? Então onde existe este vinho; aonde existe essa agoa-ardente? Elle não podia sahir para parte nenhuma; porque todos os vehiculos de consumo estão tapados pela

vinho, ou de agoa-ardente? Então onde existe este vinho; aonde existe essa agoa-ardente? Elle não podia sahir para parte nenhuma; porque todos os vehiculos de consumo estão tapados pela distribuição do resto da colheita feita pelo nobre Deputado; elle não apparece, logo não o há; e se não o há; é porque os calculos são errados; e que são errados eu o demonstro com um exemplo. O nobre Deputado calcula o consuma em Lisboa em 27 mil pipas; o nobre Deputado falla exacto porque é isto que consta dos Registos da Alfandega das Sete Casas, mas quem é que não sabe, que em Lisboa entra por contrabando mais do dobro daquelle que se regista nas Sete Casas? Pois se o Porto que tem 70 mil habitantes consome de 20 a 25 mil pipas, Lisboa que tem 200 ou 300 mil, hade só consumir 27 mil pipas? (Apoiados). Disse o illustre Deputado que acabou de fallar, que este argumento não colhe, porque o vinho que não se reduz a agoa-ardente bebe-se "60 mil pipas de vinho não se bebem por quem já não póde beber mais; porque para todo quanto se póde beber, já o nobre Deputado distribuiu uma boa parte da colheita, de que deixou as 60 mil pipas de sobejo, por consequencia não há tal excesso na Estremadura. Agora o argumento que podia colher mais alguma cousa, era este que eu vou fazer a favor dos nobres Deputados; podiam elles dizer "se não houvesse o exclusivo transformavamos todos os nossos campos em vinhas" este argumento podia colher, mas vamos agora a saber se os nobres Deputados quererão privar-nos de pão que podem dar essas terras, e obrigar-nos a sustentarmo-nos de vinho e agoa-ardente??? Se querem que o paiz do Douro que só póde dar vinho, se reduza a matos em que se criem feras que nos devorem, quando estivermos affogados no vinho que produzirem os bellos campos da Estremadura!!! Ou que fiquemos sem pão para comer? De tudo isto concluo eu, que não há senão um terror panico da parte das outras Provincias a respeito deste Projecto; não há senão o mesmo terror panico que havia a respeito da Navegação do Douro, quando o Corpo Legislativo discutiu a respectiva Lei; todos nós sabemos o que houve a respeito da Navegação do Douro, as queixas, as representações, e as más profecias que se fizeram; e agora já não se falla nella, não resultaram os males que se prognosticaram.

Senhor Presidente, demonstrando assim até á evidencia, que o exclusivo... esta especie de exclusivo porque até já se lhe chamou monopolio, e não é nem exclusivo nem monopolio, não é senão uma compra forçada de dous almudes de agoa-ardente, o exclusivo diz o que é, é excluir tudo, e aqui não se exclue nada, deixa-se concorrer tudo ao mercado do Porto; mas em fim esta palavra é mais curta, e continuaremos a usar della: demostrado, digo, até a evidencia, que tal exclusivo nem levanta muros entre o Douro e outras Provincias, nem prejudica nada a industria das outras Provincias, resta responder a alguns argumentos que se adduziram sobre este ponto, mas que assentam sobre bases inexactas. Não entro no processo que novamente se instaurou aqui, da antiga Companhia; não quero tornar a trazer aqui essa materia, porque isso está jamais que discutido, e escripto em muitos livros; quem quizer lêr os livros que se

hoje para o bem do Paiz, e tambem praticaria muitos abusos, mas tudo isso passou, é para a historia; a Companhia que hoje existe não é a mesma, é inteiramente differente.

Os argumentos a que vou responder, e que fizeram alguma sensação,são os empregados por um nobre Orador, em quem sou o primeiro a reconhecer os mais eminentes talentos, e na sua mão todos os argumentos são habilmente manejados. O primeiro argumento do nobre Orador, ainda que não foi relativo ao ponto preciso da questão, mas á generalidade do Projecto, e em que Sua Excelencia me parece que se contradisse com o que expendeu na Sessão passada, foi – "que por esta nova base se não impunha obrigação á Companhia de ser exportadora, e ficava reduzida a um estanque de agoa-ardente" – ora Sua Excelencia sabe muito bem, que na base não se tracta das obrigações da Companhia, essas já estão approvadas por esta Camara, e lá se acha aquella a que o nobre Deputado se refere; mas quando isso mesmo não estivesse consignado no Projecto, a Companhia por seu interesse proprio há de ser exportadora, e há de ser exportadora porque isso lhe dará muito lucro. Quando o commercio dos vinhos do Douro tornar a ganhar o seu credito, e que este commercio seja certo como era antes da extincção da Companhia, de certo que a Companhia há de exportar como qualquer outro exportador, e há de exportar mais, porque tem já estabelecido o seu credito nos Paizes Estrangeiros: por tanto ainda que essa obrigação não estivesse consignada no Projecto, não era necessario consigna-la.

Disse mais o nobre Orador - " que o exclusivo não alliviava o mercado do Porto" – eu creio que Sua Excelencia aqui trocou alguma palavra... (O Senhor José Alexandre de Campos: - Alliviar o mercado dos vinhos no Douro) esse é o nosso fim, é alliviar o mercado no Douro reduzindo a agoa-ardente as 20 mil pipas de vinho que se não podem consumir; isso está consignado na Emenda, e não obstante eu como Membros da Commissão tencionava pedir que se votasse salva a redacção, a fim de que essa idéa fique bem consignada.

O nobre Orador entrou em algumas considerações geraes muito brilhantemente, e realmente a base que apresentou, é para brilhar – " a industria está decadente; esta industria soffre a sórte de todas as outras" isto para fazer uma dissertação académica é magnifico: mas Sua Excelencia disse – "que a industria do vinho do Douro tinha soffrido a sórte de todas as industrias, e até exemplificou algumas que estiveram muito florescentes, e porque os tempos mudaram, novas invenções, novas modas, já não existem, ou se existem é em tal estado de decadencia, que ninguem nem os Governos tractam de reanima-las, por isso que essa reanimação não lhe faria nada por estarem em opposição ao estado actual do Mundo Civilisado" (Supponhamos). Senhor Presidente, o estado de decadencia do Douro é conhecido, e contra factos não há argumentos; é muito conhecido. Sua Excelencia disse-nos que o Douro era um enfermo se sesões, e que o queriamos curar com veneno; não Senhor; nós queremos curar o Douro com o remedio conhecido e experimentado, que é como fazem os bons

era um enfermo se sesões, e que o queriamos curar com veneno; não Senhor; nós queremos curar o Douro com o remedio conhecido e experimentado, que é como fazem os bons Facultativos; o Medico que tem experimentado um remedio, e que tem curado com elle todas as enfermidades da mesma natureza, de certo que não se expõe a curar o enfermo com outro, de que ainda não conhece o resultado, vai áquelle que já está experimentado; se o Douro tem sesões, de certo que não havemos de ir buscar o veneno para o curar, nem um remedio desconhecido; mas o quinino que é o remedio conhecido como antidoto das sesões. Applicar-lhe-hemos o remedio, que por espaço de 80 annos curou aquelle Paiz, ao menos o que o tornou robusto eforte, tão robusto e tão forte, que todo o paiz tirou as maiores vantagens da florescencia daquelle commercio, e da robustez daquelle doente, e posso affirmar, que a industria do Douro não soffreu essa sorte, basta saber que no estado em que se acha aquelle commercio, lá vai a mesma quantidade de vinho para Inglaterra; mas a isto diz elle: - se vai a mesma quantidade, então não é necessario exclusivo. – Ora aqui é que há o grande segredo, não o segredo a que se referiu o nobre Orador, que primeiro comba o Projecto, e que o anno passado tambem o comba, que é matar o homem de Mezãofrio nas prisões; a Companhia não teve nada com isso, a Companhia nunca matou ninguem, foi a Alçada dos Juizes que o culparam e prenderam; se os Juizes se excederam, oo nobre Orador que lhes torne as culpas; nem o segredo do homem perseguido por Ter as uvas no lagar; se elle passou as uvas que eram de fóra da demarcação para lagar, que estava dentro da demarcação, commet um crime, por que devia ser punido, agora se foi com mais ou menos rigor, os Juizes que respondam; mas o segredo não é este; o segredo que há no commercio dos vinhos do Douro, eu vou expô-lo. – Não há segredo, nem vantagem em mandar constantemente a mesma quantidade de vinho para Inglaterra; mas segredo é em mandar sempre o mais genuino que se possa produzir: o segundo segredo é, que em troca destes vinhos nos venha a maior porção de dinheiro que poder ser; e o terceiro segredo, e este é o mais util, que este dinheiro não fique só em proveito do negociante do Porto, mas que se reparta pelos negociantes e Lavradores; para estes segredos produzirem o verdadeiro effeito, é que não basta mandarem-se as 25 000 pipas, como se manda agora; porque, em logar dellas trazerem para Portugual 10 ou 12 milhões, como traziam quando o segredo regulava, trazem só 3 ou 4 milhões. Eis aqui está porque o segredo não regula hoje, nem póde regular, em quanto existir a Liberdade de Commercio, porque os nobres Oradores tanto propugnam; os Inglezes bebam o vinho caro ou barato, como quizerem, a nós o que nos convém é, que nos venha a maior porção de dinheiro possivel, e não é para que fique este dinheiro nas mãos dos negociantes, é para que seja repartido tambem pelos Lavradores. Portanto o argumento de que indo a mesma quantidade de vinho para Inglaterra, não é necessario o exclusivo, não prova nada, porque labora sobre um principio errado e inexacto, assim como tambem não prova o dizer-se, que a Companhia, a instituição da Companhia não

o commercio que estava abatido naquella occasião, e para conservar d'ahi por diante a genuinidade do vinho, e para pela sua concorrencia no mercado do Douro evitar o conluio dos compradores em detrimento dos Lavradores. Portanto, os calculos que se fazem de 20 annos atraz, de 20 annos adiante, estes calculos não valem nada para o effeito, bem como não vale tambem o dizer-se, que nós ainda mandamos para Inglaterra a mesma quantidade de vinho; mandamos, mas não nos vem o mesmo dinheiro, que é o que nós queremos, e de que necessitamos.

Senhor Presidente, disse o nobre Orador que segundo se via de todos os discursos que se tinham pronunciado nesta Casa, havia um Douro que produzia o vinho genuino, e que havia outro Paiz que se chamava Douro que produzia um vinho de segunda e terceira qualidade. Em quanto ao vinho genuino segundo as nossas argumentações, que não necessitava nem de exclusivo, nem de Companhia, nem de nenhum privilegio, porque elle tinha venda e venda certa, e que o nosso beneficio havia de ser só applicado ao vinho de Segunda e terceira qualidade. Este argumento é tambem inexacto, tudo o que se discorre sobre estes principios, sobre estas proposições é inexacto, e tem a seguinte inexactidão. A producção do vinho genuino, o que se chama genuino do Douro, anda por 10 ou 12 000 pipas, não sobe a mais, e talvez não chegue; ora á vista do nosso consumo em Inglaterra, que é o principal mercado, que é aquelle para onde mandâmos 25 000 pipas, já se vê que não temos vinho genuino do Douro a que se referiu o nobre Orador, sufficiente para o mercado de Inglaterra; então que fazemos nós, que faz a industria do Douro para fazer uma quantidade de vinho genuino igual áquelle que é necessaria naturalmente para haver sempre no mercado uma quantidade igual áquella que se exporta? É que entra o vinho genuino e o de terceira qualidade há um intermedio de vinhos, que são muito proximos do vinho genuino, que são iguaes e elle logo que são beneficiados; porque é necessario sabermos que negociante de vinhos do Douro não é negociante de vinhos da Estremadura, porque o negociante de vinhos da Estremadura, e da bairrada, compra os vinhos nas adegas dos Lavradores, leva-os para os armazens, e com qualquer beneficio póde exporta-los para toda a parte; não é assim o commercio dos vinhos do Porto, ninguém póde ser commerciante de vinhos do Porto sem ter uma quantidade de massas de vinhos velhos nos armazens para fazer por meio de lotações a quantidade, que deve exportar para Inglaterra, e para outros Paizes; o vinho vem para os armazens, ahi é lotado duas, tres, ou quatro vezes até chegar áquelle ponto que é preciso para ir para os diversos Paizes; os negociantes compram uma certa quantidade de pipas de vinho genuino, e compram do separado uma maior quantidade até chegarem a completar a somma total da porção em que elles querem negociar, e levam-no para os armazens, e com as massas de vinhos velhos que teem, e que compoem, e com adubos de agoas-ardentes é que o poem prompto para a exportação. Ora se nós tendo 10 000 pipas de vinho genuino, e tendo uma exportação certa de

teem, e que compoem, e com adubos de agoas-ardentes é que o poem prompto para a exportação. Ora se nós tendo 10 000 pipas de vinho genuino, e tendo uma exportação certa de 25 000 pipas, e necessario que desse vinho separado façamos uma certa quantidade para completar aquella porção, e é isto que se faz, e é isto que existe, e é para se regular este commercio outra vez neste estado que são esses beneficios, estes estabelecimentos, e todas as provisões deste Projecto. Portanto é inexacta a proposição do nobre Deputado , em quanto elle quis dizer que tendo nós só o vinho genuino, e que este sendo sufficiente para a exportação de Inglaterra não necessitamos nem de Companhia, nem de privilegio, nem de cousa nenhuma para que vá esse vinho; mas não é exacto, não temos esse vinho, é necessario faze-lo com adubos e lotações com outros vinhos, ou velhos, ou quasi eguaes ao genuino. Um outro argumento do nobre Deputado, foi que o exclusivo affectava os proprietarios dos vinhos genuinos, tornando-os mais caros, e então que ou o mercado havia de diminuir, ou o Lavrador havia de vender mais barato, e então recorreu ao principio geral emuito bem recorrido, de que todos os industriaes que augmentarem o preço do seu genero, correm o risco de não achar consumidor, ou pelo menos, de diminuir o consumo, e para isto trouxe o nobre Orador o exemplo do rapé.

Senhor Presidente, em quanto ao argumento não colhe; a quantidade de vinho genuino que se produz no Douro é como já disse, de 10 ou 12 000 pipas, é certo que os Lavradores ou os Proprietarios deste vinho, destas 10 ou 12 000 pipas soffrem com o exclusivo, mas isto é tão insignificante que os mesmos Proprietarios deste vinho genuino hoje estão desenganados de que só quando os preços das outras qualidades forem equilibrados é que elles podem obter maior preço pelos seus vinhos genuinos, estes poucos proprietarios foram sempre inimigos da Companhia, e foram sempre inimigos de todas as Leis Fiscaes sobre aquelle commercio; mas hoje estão todos desenganados; porque a experiencia de 9 annos tem feito ver, que elles hoje apesar de venderem bem os seus vinhos, não os vendem pella mesma somma, porque os vendiam quando existiam essas Leis,e necessariamente assim há de ser, e necessariamente esses vinhos tambem hão de dimimuir de valor e tem diminuido. Nós os daquellas Provincias todos sabemos que houve tempos, em que estes Proprietarios venderam o seu vinho por 16, 18, 20 e 25 moedas, hoje ainda têem um grande preço relativamente mas não chega ao que já tiveram; nem chegará continuando o status quo; há de porém chegar (e elles reconhecem isto) quando o commercio dos vinhos estiver todo regulado com as provisões deste Projecto, e com as que se tem dado a este respeito, e n'uma palavra porque sommos nós aqui Advogados deste propeietarios quando elles mesmos são os que reclamam esta medida, são os que a desejam, e que a querem.

Agora em quanto a sobrecarregar-se o preço desses vinhos, que se exportam para Inglaterra com mais alguma cousa do que custariam sem este exclusivo, direi, este augmento

que em 1825 apesar de se diminuirem aquelles vinhos umas poucas de libras esterlinas em cada pipa, e não dez tostões, ou dois mil réis, que a tanto montará este augmento no preço da agoa-ardente que se lhe deitar, digo pois, apesar daquella diminuição, a exportação, o consumo não augmentou, mas o nobre Orador argumentou com o exemplo do rapé, e disse que o augmento do preço do rapé diminuiu o consumo; o nobre Orador não o póde provar,nada se tem dito a este respeito, o que se tem dito é que augmentou o contrabando, mas não que diminuiu o consumo, porque seria ridiculo que quem toma rapé, estivesse a calcular as pitadas que devia tomar, porque ellas augmentaram o valor talvez de um cabello; o contrabando é que augmentou, e digo que augmentou, em hypothese não sei se augmentou, ou não. Disse mais o nobre Orador continuando no seu systema de que os impostos, augmentando o preço dos generos, fazem com que o consumo diminua, e disse que sendo este exclusivo um verdadeiro imposto, este imposto, ou havia de recair sobre o consumidor, ou sobre o exportador, ou sobre o Lavrador; eu podia dizer que segundo as theorias em geral o imposto recahe sobre todos; mas em especial posso assegurar que sobre o Lavrador não póde recahir; porque esse tem o preço do seu genero fixo, e comprador certo, segundo o Projecto; por consequencia não póde o imposto pesar sobre elles, e é este a quem nós tractamos de beneficiar; o nobre Orador negou um facto que é verdadeiro em toda a sua extensão, e é de que a exportação para Inglaterra é sempre a mesma, ou o vinho vá caro ou vá barato, ou tenha mais direitos ou menos, negando esse facto disse que o imposto pesa sobre o exportador, mas deve notar-se que esse o carrega no preço do genero que exporta, mas nós os que não negamos esse facto, e que temos documentos verdadeiros de que a exportação é a mesma, seja qual fôr o preço, diremos que recahe sobre o consumidor, e segundo a theoria tambem é certo que os impostos recahem sobre o consumidor; mas agora, o que nós podemos avançar com probabilidade é que este imposto talvez não venha a recair sobre nenhum; porque se nós pelas Provisões do Projecto conseguiremos que o vinho melhore em qualidade como é de esperar, sendo adubado com a agoa-ardente do eclusivo que é homegenea, o augmento de preço torna-se em valor real, e então não há imposto.

Senhor Presidente, o argumento mais forte que apresentou o nobre Orador, foi que aquelles que defendiam o exclusivo, queriam animar uma industria improductiva á custa de uma industria productiva, isto é que queriamos matar esta para darmos vida áquella, e chamou industria improductiva á dos Vinhos de segunda e terceira qualidade do Douro, porque não cobria as despezas do seu grangeio, e chamou industria productiva á da Estremadura, porque cobria essas despezas. Senhor Presidente, o Governo que tem a peito os interesses verdadeiros da sua Nação, nunca adopta medidas que tendam a destruir industria nenhuma, procura todos os meios, de melhorar qualquer industria, sem que mate outra; ora servindo-me do argumento do nobre Deputado, digo que Sua Excelencia quer matar a industria do Douro para dar vida

os meios, de melhorar qualquer industria, sem que mate outra; ora servindo-me do argumento do nobre Deputado, digo que Sua Excelencia quer matar a industria do Douro para dar vida prolongada á da Estremadura. Senhor Presidente, nós não queremos matar industria nenhuma, queremos animar ambas, e queremos protege-las a todas, e para isso deixámos ao Douro uma margem de 2 500 pipas, e á das outras Provincias a de 4 500 pipas.

Ora por outro lado, a industria do Douro existe á 80 annos, e a de Estremadura é nascente, a do Douro existe sobre um terreno que não póde produzir outra cousa, e é do interesse de toda a Nação que não haja n'ella terrenos improductivos, e improductivos se tornarão aquelles terrenos, se não se lhes acudir com um remedio efficaz, e se não dermos este remedio, e com promptidão veremos morta aquella industria, dando vida á Estremadura, fazendo assim que terrenos que pódem dar pão, sejam plantados de vinhas! Nós queremos sustentar as industrias com o exclusivo: o nobre Deputado, e os que o combatem, querem mata-las ambas. Senhor Presidente, parece-me que tenho dicto quanto é necessario para provar quanto a Camara e a Commissão estão livres na adopção de qualquer das bases, que os membros da Commissão, sustentando o exclusivo não fazem mais do que reproduzir as suas convicções anteriores; parece-me ter demonstrado que nenhum argumento se tem apresentado assaz forte para provar que este exclusivo é prejudicial ás outras Provincias; pelo contrario provou-se que as medidas propostas hão de necessariamente produzir em algum tempo uma maior saida aos nossos Vinhos, e agoas-ardentes. Resta-me fallar do Projecto apresentado pelo nobre Deputado pelo Porto, e que foi sustentado e ampliado pelo nobre Deputado que me precedeu; n'este Projecto há dois pensamentos ostensivos, mas quanto a mim há só um; os que elle apresenta ostensivamente são, primeiro diminuição nos direitos, segundo que os Vinhos de Portugal possam ir ao Porto receber o baptismo de vinhos do Douro para se exportarem para toda a parte: para mim só tem este ultimo pensamento, mas apparentemente apresenta o primeiro pensamento que foi ampliado pelo nobre Orador que me precedeu.

Senhor Presidente, eu não quero mesmo trazer outra vez a questão, que para mim não é questão, de que essa diminuição de direitos augmentaria o consumo, porque o nobre Deputado não admitte que isso seja assim, não trarei esse argumento; mas o que digo é, que este pensamento traz um desfalque de 500 contos pelo menos á Fazenda Publica, e podemos nós nas circumstancias em que estamos desfalcar a receita do estado em 500 contos, no momento em que temos um deficit de mil e tantos!!!

Não sei se era possivel dar este golge, não sei mesmo quaes seriam os resultados desta medida; e de mais a mais com a incerteza de seus resultados; porque era uma experiencia terrivel, que principiava por matar a Fazenda Publica, e em favor de quem era essa terrivel medida? De ninguem. Além disso, não há vinhos sobre-carregados de direitos de exportação senão os do Porto. Mas o outro pensamento, em que o nobre Orador que me precedeu, não

precedeu, não tocou, e louvor lhe seja, é o de dar liberdade para que todos os vinhos vão ao Porto receber o baptismo de vinho do Porto . daqui é que vem todo o mal do Douro; porque essa liberdade já existe desde 1834; á sombra della, concorreram vinhos da Bairrada e d'Aveiro ao Porto, para lá receberem esse baptismo: arruinaram-se a si e aos Lavradores do Douro. E de mais esse meio era inefficaz, porque nos outros Paizes conhece-se qual é o paladar do vinho do Porto.

Senhor Presidente, nós já uma vez andámos por mares nunca d'antes navegados, quando fomos á India; mas deve-nos isso ficar de lição; tenhamos essa gloria, mas não façamos mais dessas experiencias. Pois se nós temos um caminho trilhado, certo e seguro, confirmado pela experiencia de 80 annos, que nos trouxe 300 mil contos de réis, para que é ensaiar novas experiencias? E será do medico habil fazer experiencias á cabeceira do doente, quando elle está na ultima agonia?

Senhor Presidente, acho-me cançado; creio que a hora já deu. Este campo é vastissimo; e a Camara tem-se coberto de gloria pela extensão, que tem dado a esta discussão. Desejo que se lhe dê a maior amplitude; porque o tempo que se gasta n'ella, não se perde; n'ella estão empenhados todos os interesses da nação; porque o commercio dos vinhos do Douro é o nucleo de todo o commercio de Portugal; e a nossa única fonte da nossa riqueza publica, para a qual devemos attendercomo uma taboa de salvação, que não nos póde ser disputada por nação alguma do Mundo.

∴

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1843 – Discurso do Deputado José Alexandre de Campos contrário ao exclusivo das aguardentes defendendo a Liberdade de Comércio
Fonte: *Diário da Camara dos Deputados, Sessão de 15 de Fevereiro de 1843.*

O Senhor José Alexandre de Campos: - Senhor Presidente, se alguém quizer dizer que as conclusões, que tem tirado os illustres defensores do Projecto, em quanto á innocencia, ás vantagens, e á necessidade do monopolio da agoa-ardente não são verdadeiras, creio que muito bem póde dize-lo sem medo de errar; mas se alguem disser que este exclusivo não tem sido defendido com tudo quanto há de mais fino no engenho, e na arte, pelos extrenuos campeões do privilegio, nem tem razão, nem lhe fará justiça.

Por minha parte tributo-lhes neste ponto os maiores elogios, não tanto aos seus argumentos, como á finura, e delicadesa da sua tactica. Tem sido admiravel!

O assumpto era dificil, os illustres Deputados tinham nelle contra si a sciencia dos systemas, a experiencia dos seculos, as maximas do bom senso, as luzes da razão, e o tacto dos sentidos, e talvez mais ainda.

Em semilhante terreno são necessarios grandes meios de oratoria, vastos recursos de eloquencia, subtil agudesa logica, e até toda a dextricidade escholar, e sofistica; mas não tem faltado nada disto, não lhes tem esquecido cousa nenhuma o que lhes falta sómente é copia de boas razões, para defender um monopolio contrario a uma industria, que parece tão natural ao Paiz, e que principiava a dar signaes de vida e de prosperidade.

As theorias eram contrarias aos defensores do monopolio, não lhes podiam responder, deram baixa ás theorias, declararam que para o Douro não há theorias, que as verdades economicas não tem para ali applicação, não tem prestimo; formaes palavras de um dos Oradores não tem serventia nenhuma. Foram portanto revogadas por estes illustres Deputados todas as theorias economicas, nesta questão eminentemente economica, essencialmente economica. Para maior segurança, fôra talvez opportuno revogar as theorias por uma Lei.

Nos systemas parece que não acharam apoio em nenhum, nem bom, nem máo, proscreveram os systemas. Tudo quanto é contra a nossa opinião exclusiva, disseram elles, - isso é systema, Deos nos livre de systemas, para o Douro não há systema.

O assumpto do Douro é objecto de uma sciencia especial, disseram elles, essa sciencia só nós a possuimos, é individual, não é commum á especie; ninguém a sabe senão nós, todos os mais não são do collegio, não tem acesso aos mysterios, não podem comprehender os arcanos.

A experiencia e a observação de que depende o assumpto, também são peculiares e não constam dos factos economicos, por ahi anda alguma cousa impressa, mas bagatella, o mais tambem é exclusivo, é monopolio; prosseguiram elles ainda.

Assim pois para o Douro, na Lei dos illustres defensores da nova base, não há theoria, não há systema, não há individuos competentes fóra delles; principios, sciencia, observação, experiencia, tudo é exclusivo.

Ao menos os defensores do exclusivo da agua-ardente foram consequentes, nas suas opiniões, declararam exclusivo tudo quanto há, e fizeram monopolio da doutrina, do raciocinio, da theoria, e da pratica. Está por tanto monopolisado todo o assumpto, quem quizer entrar nelle há de ir ao estanque dos seus eximios defensores, que collocados no throno do bom senso, e da chanternidade deram de suspeitos todos os que contrariaram as suas opiniões, e recusaram todas as armas que não foram compradas nas suas lojas.

Coberto com a malha de semilhante tactica, o principal defensor do exclusivo, fez um longo e erudito discurso, e no fim delle folga, triunfa, e reina, sem intenção certamente, mas de facto com muita certeza sobre a ruina de mil industrias que prosperavam, de grandes cabedaes que se anniquilam, e da esperança de um futuro que se malogra.

Mas que quer o illustre Deputado, que se lhe responda, se recusou todas as armas parlamentares,e deu de suspeitos todos os argumentos? Não lhe approuve é verdade, decretar a revogação das maximas do bom senso, combateremos pois nesse campo, visto que é o único reducto, que nos permitte, donde podemos aggredir o colosso dos seus argumentos.

Não haverá nisto grande mal, porque como a questão abrange vastos interesses materiaes, que pertencem a individuos de todas as classes, a maneira de a apresentar com a melhor fé, é trata-la em linguagem bem vulgar, que a entenda todo o Paiz, sem excepção de pessoas.

Não precisamos theorias, systemas, formulas scientificas, sciencia infuza, e recondita, complicados calculos estatisticos, farragem logica, sofistica, e escholar.

Vêr, ouvir, e apalpar, o discernimento commum e apenas necessario para os negocios mais triviaes da vida chegam para resolver esta questão. Por minha parte o esforço tactico dos illustres defensores do monopolio não terá effeito, porque não entraram na questão com logares communs, nem argumentos que possam chamar-se puramente theoricos, e fundados mais em deduções do que em factos.

Creio que este methodo chegará para salvar esta industria dos raios abrasadores do monopolio.

Primeiro que tudo permittirá o illustre Deputado, que ser ser o auctor originario do exclusivo é certamente um bom defensor, que lhe diga, que uma boa parte do seu discurso, sendo talvez muito proficua para outras cousas, não o veio a ser para a questão; defendeu a Companhia, elevou até ás nuvens a utilidade do seu vasto systema regulamentar, encareceu as suas vantagens, admirou o chefe de obra desta instituição, que de cento uma tem prosperado, tendo-se arruinado quasi todas, mas tudo isso veio pouco para o caso, porque a Companhia existe creada por Lei, está funccionando na fruição de uma praso muito longo, não carece por tanto de ser defendida agora, porque existe, e ninguem a combate.

Á sombra desta instituição regulamentar educou-se uma industria, concentraram-se e fixaram-se cabedaes, crearam-se habitos commerciaes, contraíram-se encargos, adquiriram-se direitos, fundaram-se freguezias mercantis, formou-se um estado commercial artificial, sim talvez máo, mas que durou longos annos; a queda repentina de tudo isto sem precauções providentes, sem preparos, e meios proprios de substitui-los poderia causar abalos commerciaes, deslocação prejudicial de cabedaes, alteração nos productos, restricção nos mercados; e por tudo isto nós deste lado da Camara nunca temos combatido a idéa fundamental de uma Companhia Commercial, mas que seja boa Companhia, e não inimiga das outras industrias, que seja um concorrente poderoso contra todos os monopolistas dessa industria, um obstaculo aos seus vexames, e não ella mesma um monopolista esterilisador,

queremos Companhia contra monopolios em favor da liberdade da Industria, da sua independencia, e não Companhia monopolio para abafar, retardar, e escravisar a Industria.

É como foi creada a Companhia pelo seu fundador, não lhe dotou o monopolio da aguardente, deu-lhe outro, então querem agora os defensores da nova base ser mais restrictivos do que o fundador da Companhia, para a conservar querem dar-lhe mais do que foi necessario para a fundar? Isso é que é ir muito longe, isso é que é ser systematico, e furiosamente systematico.

Pelos motivos ditos toleramos uma Companhia Commercial, que seja um concorrente poderoso pela concentração dos cabedaes contra todos os monopolistas, um exportador certo, e constante de uma porção de productos, um exportador até um certo ponto forçado, e obrigado, e que seja por isso o zelador natural da genuidade, e do credito dos productos, que por este motivo tenha todo o interesse em estender, dilatar e conservar os mercados antigos, e procurar os novos, por tudo isto queremos dar-lhe algumas vantagens, mas vantagens compativeis com os fins para que é instituida, e não inteiramente oppostas, e destructoras delles, como é a nova base.

Mas ainda antes de entar no exame preciso da nova base, permitta-me o illustre Deputado que lhe diga; que é com injustiça que nos attribue o espirito de systema; o affinco exaggerado a principios absolutos, o espirito de systema está encarnado nas suas opiniões.

Quem disse ao Senhor Deputado, que o exclusivo das aguardentes há de salvar, e reanimar o Commercio e Agricultura dos vinhos do Porto? É o espirito de systema, e máo systema porque as suas conclusões não se formam com a realidade dos factos. Onde estão os factos em que o Senhor Deputado funda a utilidade do exclusivo, que é da sua ligação necessaria com os resultados; como mostra que do exclusivo se seguiu em tempo nenhum a prosperidade do Douro? Como mostra que pelo exclusivo se produzia melhor e mais barato, e se vendia mais e mais caro? Não tem nada disto, não tem senão o espirito do systema descarnado, furioso, theoria e tehoria desacreditada.

Existiu em tempos uma Companhia de Vinhos, essa Companhia com o andar do tempo obteve o exclusivo da aguardente, vendia-se então maior porção de vinho, e mais caro, logo o exclusivo hoje é util e há de produsir os mesmos effeitos. Systema e máo systema, porque não é o resultado dos factos, e por que improviza Leis, contra as quaes se revoltam os factos. – As leis Economicas estudam-se nos factos, e é só nesse sentido que os factos obedecem ás Leis.

Mas a industria do Douro está a definhar, ergo é defeito na organisação da Companhia, é preciso dar-lhe o exclusivo, o remedio de animar esta industria está no monopolio, systema, e systema desgraçado.

Todas as industrias nascem, crescem, e morrem nos differentes povos, t~em períodos de vigor e prosperidade, e épocas de decadencia, de abatimento e de morte. Têem uma vida, têem

vidas proprias com seus periodos porque passam necessariamente, tem infancia, adolescencia, velhice, saude, e enfermidades. Nenhum estado industrial é eterno, nunca houve tal cousa, nem póde existir, nenhuma industria póde affrontar no mesmo estado de vigor uns poucos de seculos. Onde está a nossa industria commercial, que tão magestosa se ostentou nos primeiros reinados depois das Descobertas. Morreu, envelheceu e acabou; e póde ainda nascer outra vez. Por agora passou para os Hollandezes, depois para os Inglezes, para os Francezes, e por lá anda por casa de quem a tracta melhor, digo de quem a tracta melhor, porque é muito altiva, muito susceptivel, muito inconstante; para a conservar é necessario anima-la, ameiga-la, tracta-la muito bem, dar-lhe muita liberdade que é o alimento de que gosta mais, e com que engorda, e se faz giganta, e sobre tudo livra-la lá do padastro do monopolio, seu inimigo fidagal, que a mata em podendo. Onde está hoje a industria da mineração europea anterior á Descoberta da América? – Perdeu as forças, fez-se velha, morreu quasi no Mundo antigo, para ressuscitar em o novo, que é da industria dos gallões, e infinidade de outras que morrem com a moda?

O Mundo economico tem tambem o seu grande livro de obitos, e nascimentos: não há dia nenhum em que não nasça uma industria nova, e morra uma velha, em que uma não adoeça, e outra se torne robusta. No Mundo industrial tudo é vida, movimento, vicissitude, morte, decadencia, e ressurreição pelo progresso.

Acreditar que as vicissitudes das industrias Commercial e Agricola do Douro são causadas pela falta do exclusivo da aguardente, isso é que é ser profano nesse Mundo.

Não quero dizer com isto, que a industria do Douro tenha os seus dias cheios, nem prognostico que morre: digo primeiro, que as suas vicissitudes são devidas a causas geraes, independentes da Companhia, dos seus regulamentos, dos seus exclusivos, que os remedios estão nos principios averiguados, apurados pela experiencia dos seculos, e pelas theorias dos sabios, e não em meios reprovados, desacreditadissimos, e que todos os dias estão produzindo effeitos contrarios aos que se lhe querem agora attribuir. Querer curar os males do Douro com o exclusivo da agoa-ardente, é o mesmo que querer curar sezões com veneno.

O pensamento da Companhia foi fazer entrar na ordem os Feitores Inglezes, que monopolisavam, que vexavam a industria vinicola do Douro, conloiando-se e obstando aos effeitos da concorrencia, á Liberdade de Commercio; foi crear um concorrente poderoso contra todos os monopolistas, dota-lo de grandes cabedaes para poder supportar grandes empates, beneficiar para longos annos o vinho, e como era um exportador forçado, constitui-lo na necessidade de estender os mercados por todos os meios possiveis. Este pensamento ainda transluz no Projecto n.º 6, mas fica inteiramente destruido pela nova base.

A Companhia formada sobre a nova base, não corresponde ao pensamento geral de todos os Projectos ou desidiratum: a nova base não géra um grande exportador obrigado, que

auxiliando-se de uma grande massa de cabedaes concentrados, e tendo obrigação, necessidade, e interesse em exportar, procure todos os meios, e faça todos os esforços para estender os mercados e alargar os consumos. A Companhia pela nova base fica sem obrigação de exportar uma só pipa de vinho.

A Companhia fica pela nova base, com obrigação de comprar ao Douro, vinte mil pipas de segunda qualidade, e o commercio fica com a obrigação de comprar á Companhia uma quantidade de agoa-ardente não só igual, mas muito superior a essa quantidade de vinho. – para demonstrar que a base é viciosa, e o Projecto inadmissivel, basta sómente mostrar, que a quantidade de agoa-ardente que há de obrigação de comprar á Companhia, produz a mesma quantidade de vinho, que a Companhia tem de comprar ao Douro. Ora isto póde-se mostrar, e sómente com a exportação para Inglaterra. Todos os calculos dos Oradores de todas as opiniões, todos os dados estatisticos de dentro e fóra da Camara concordam em que a exportação regular, constante, que parece estacionaria para Inglaterra, é de 25 mil pipas por cada uma das quaes há obrigação de comprar á Companhia dous almudes de agoa-ardente, que fazem cincoenta mil almudes; ora vinte mil pipas de vinho produzindo na razão de oito uma de aguardente, ainda mesmo contados só os vinte almudes, não produzem mais do que os mesmos cincoenta mil almudes, ou duas mil e quinhentas pipas. A nova base não produz por tanto nenhum augmento de consumo, a Companhia não é obrigada a consumir senão tanto quanto o proprio mercado do Porto lhe consumir a ella. A Companhia retira do mercado vinte mil pipas de vinho, e lança-as novamente no mercado em agoa-ardente, é um grande corrector de agoa-ardente, e um estanco de agoa-ardente.

Debaixo deste ponto de vista a Companhia sobre a nova base não fica calculada paraestender o mercado, a extensão do mercado; fica a mesma um sublime, do producto cuja estagnação se quer remediar, a Companhia compra no mercado tanto quanto é a obrigação de comprar a essa Companhia no mesmo mercado.

A Companhia por tanto sobre a nova base não fica calculada para estender o mercado, para augmentar o consumo de uma só pipa de vinho, ainda mesmo tendo sómente em vista o consumo certo, regular, e constante de Inglaterra.

Mas não é só isso, não é este o único mal da nova base, porque além da exportação para Inglaterra, o vinho do Douro, tem mercados nas outras partes da Europa, e da America para os quaes há obrigação de comprar á Companhia um almude por pipa, de sorte que não só o mercado do Porto há de comprar a Companhia em agoa-ardente as suas vinte mil pipas, mas há de comprar-lhe mais a agoa-ardente necessaria para os vinhos, e tem obrigação de comprar em agoa-ardente á Companhia mais quantidade de vinho, do que a Companhia tem obrigação de comprar a esse mercado.

E debaixo deste ponto de vista a Companhia em vez de estender o mercado, em vez de zlliviar desse producto o mercado do Porto, tem o effeito de o saturar mais, de abafar, de comprimir, e de restringir o mercado.

Daqui segue-se que como a Companhia, e só nas exportações para Inglaterra tem certo o consumo das suas vinte mil pipas, não tem interesse em ser exportadora de vinhos, se a exportação render, se fôr vantajosa, então exportará, mas nesse caso não é necessaria a Companhia, lá estão os exportadores particulares, se pelo contrario os consumos lá forem difficeis, os preços baixos, e o commercio dos vinhos não render á Companhia mette-se na concha do seu exclusivo, lucra em santa paz os seus vinte por cento, e não faz o commercio dos vinhos, de sorte que a nova base transforma uma Companhia Commercial de Vinhos n'um puro, e mero estanco de agoa-ardente que póde render alguma cousa para o Thesouro, mas que é inutil para o commercio dos vinhos, que lhe deve ser prejudicial, que não estende os seus mercados, que não augmenta o seu consumo, e que não póde animar nem a Industria Agricola, nem a Commercial. A nova base tira inteiramente á Companhia o caracter de uma Companhia Commercial de Vinhos. Por tanto a nova base com referencia á Companhia tira-lhe a natureza, e tolhe o caracter que nós mais desejamos nella.

Vamos agora a considerar a nova base com respeito primeiro aos vinhos de Segunda e terceira ordem do Porto, em segundo logar com referencia aos vinhos de primeira qualidade, terceiro com referencia á igual industria das outras Provincias, quarto com respeito aos que pagam este imposto do exclusivo dos vinte por cento.

Principiemos pelos vinhos da primeira qualidade, é preciso convir em que os vinhos da primeira qualidade são o que constitue o nosso Douro, o nosso Douro resume-se aos vinhos da primeira qualidade, esses é que são a origem de grandes valores, são esses que dão nome ao producto e ao mercado, áquelle paiz, são esses o monopolio natural, o genero medicinal, o producto precioso, a industria lucrativa, o commercio vantajoso, o Paiz rico, e que merece preferencias, attenções, cuidados, e que deram origem á Companhia.

Ora esses não carecem da nova base, não precisam de monopolio da agoa-ardente, o exclusivo é contrário á sua cultura e ao seu commercio, diminue necessariamente os seus mercados, e affecta os seus consumos, mata o verdadeiro Douro, produz um effeito contrario ao que se deseja.

Segundo concordam as opiniões de todos os lados da Camara, e de fóra, são pontos incontroversos que os vinhos finos tem o seu consumo em Inglaterra quasi certo, constante, uniforme, e em certo modo inalteravel, não carecem por isso de outros regulamentos senão os que são tendentes a conservar a sua genuinidade, não carecem de meios directos de exportação, não é necessário impôr á Companhia o encargo de os comprar. Este facto confessado pelos defensores do exclusivo é reconhecido pela attenta Commissão que não

propõe para estes vinhos finos meio nenhum, além do aprouve quantitativo, o meio de lhes conservar a pureza como arrolamento, provas, guias, marcas, e os meios desta natureza, em quanto ao mais na sua quanlidade tem garantido o seu consumo; ora a nova base deixando tambem sem nenhum beneficio a estes vinhos vem colloca-los em peior estado, restringir o seu mercado, o numero dos seus consumidores, e diminuir por tanto o seu consumo. Estes vinhos desde a adega do Lavrador até ao ponto de embarque, uns poucos annos depois, leva uma grande quantidade de agoa-ardente, ora nos dous almudes de agoa-ardente que há de fornecer para elles a Companhia, há um augmento de vinte por cento o que deve lucrar a Companhia, já se sabe sobre o preço da taxa, e deduzidas as despezas do fabrico que feito por a Companhia, é sempre mais caro, o exportador tem por tanto esta despeza a pagar, que há de carregar infallivelmente a alguem, ou hade desconta-la no preço que offerecer ao lavrador, e os productores desse vinho ficam peior do que estão, ou hão de carrega-la ao consumidor, e então diminuir o seu numero, restringir o mercado, e encurtar o consumo, ou há de paga-la elle exportador descontando do interesse dos seus cabedaes, dos seus lucros, uma quantia igual ao tributo do exclusivo, ao augmento no preço da agoa-ardente, a esta nova despeza, e então o lucro dos cabedaes destinados a fazer este commercio diminuindo fará cessar a concorrencia delles para esta industria, que está mais ou menos atacada.

Seja qual fôr esta somma do augmento do preço nos vinhos finos, é uma somma, e em economia não há quantidades indifferentes, têem sempre um effeito, e este effeito em quanto em vinhos finos é em todos estes casos máo, reparte-se o augmento de despezas produzido pelo exclusivo como se repartir seja em que proporções fôr, que isto na pratica confunde-se, e custa a destrinçar, o effeito é em todos os casos contrario á sorte dos vinhos finos.

Eu bem sei que os partidistas do exclusivo, que não reconhecem a infalibilidade das Leis economicas, hão de dizer isso não é nada, não tem duvida, semilhante augmento do preço não affecta o consumo, o vinho do Douro é bebido por classes muito ricas, não gastam menos por isso, sempre bebem o mesmo. Muito bem, muito bem, eu lhes mostro o contrario com as suas proprias opiniões, com os exemplos do Governo, e com um bem recente; augmentou-se o preço do rapé de oito vintens em arratel, este augmento repartido pelo sem numero de pitadas que tem um arratel, é nada, é como o direito do vinho repartido pelas garrafas, ninguem toma menos pitadas por isso; o rapé é objecto de luxo, bellamente se póde passar sem elle, também é consumido em grande parte pelas classes mais ricas do Paiz, por tudo isto não devia diminuir o consumo, mas o Governo diz que sim, e os Senhores Contractadores dizem que sim, e tanto é, que todos juntos deram o caso por provado, e fizeram por isso um grande desconto no preço do contracto, dizendo que era de toda a justiça, que há mais tempo se deveria Ter feito, que não havia remedio, que era uma necessidade irresistivel das cousas. Quem visse este Relatorio do

Governo, talvez sobre consulta do Thesouro, não havia de dizer se não que tinha sido escripto por algum Adam Smith ou Say, ou por algum thorista pirronico, pois era do Governo.

Eu cuido que algum Senhor Deputado está sendo colhido na rede desta Lei theorica.

Talvez que neste ponto da sciencia deva fazer-se uma distincção – segundo certas opiniões – a saber, que as theorias são perigosas, e erroneas quando são contrarias ás opiniões do Governo, e excellentes, quando são conformes.

Consideremos agora a influencia da nova base com respeito ao ponto principal, dos vinhos de segunda ordem; já vimos que estes vinhos não podem ser considerados como fazendo o grande assumpto do Douro, que não há nem póde haver motivo para os preferir aos vinhos das outras Provincias, que não são origem de valores extraordinarios, e que quizer arruinar outros do mesmo genero para salvar estes, é o mesmo que querer sustentar artificiosamente uma industria que dá prejuizo, é custa de uma industria productiva.

O mal destes vinhos, segundo o depoimento dos Senhores Deputados pelo Douro, praticos no assumpto, consiste em que o seu preço corrente, ou do mercado, está sendo inferior ao seu preço natural e necessario, por outra, e em vulgar, custam actualmente mais a produsir do que valem, e em consequencia sua industria está em agonia a morrer. Para sustentar esta cultura prejudicial, pretende-se que a Companhia pague estes vinhos por uma taxa que ao menos cubra as suas despezas da producção, e que por isso sustente a sua cultura. Vamos a entrar nisto. Estas 20 mil pipas que se propõe, que a Companhia compre, certamente, e como concordam os illustres defensores do exclusivo, para fazer destilar, porque não podem ter outro destino, ou eram até aqui destiladas e consumidas por preços que cubriam as despezas da sua producção, e neste caso que não é o real e verdadeiro, seria o inutil o exclusivo, ou eram destiladas e consumidas por preços inferiores ao seu custo de producção, ou o que é o mesmo, não eram destiladas, e consumidas por preços inferiores ao seu custo de producção, ou, o que é o mesmo, não eram destiladas, nem consumidas, e estas duas ultimas especies constituem o caso verdadeiro, real, e pratico, segundo o depoimento dos Senhores Deputados pelo Douro. Se não eram destiladas, nem consumidas, e o forem agora por effeito do exclusivo, esse consumo forçado há de substituir o consumo de outro, anterior e natural do mercado, ora esse consumo anterior ou era fornecido pelo contrabando, ou pelas outras Provincias, se era fornecido pelo contrabando, então temos outro meio menos exorbitante, menos gravoso, que é fiscalisar esse contrabando por todos os meios; a questão neste caso é de fiscalisação, e não um exclusivo, quanto mais que o exclusivo não é bom meio de evitar o contrabando, porque encarece o genero, e multiplica o contrabando. Como a quantidade de aguardente necessaria é muito superior á do exclusivo, o contrabando virá fornecer o consumo dessa parte que fica fôra do exclusivo, e há de arruinar e extinguir uma parte da industria igual e correspondente.

Uma parte dessa industria, e deste Commercio sempre fica sem remedio, e morre.

Mas dizem os defensores so monopolio, que esse consumo anterior não era supprido pelo contrabando, logo era supprido pelas outras Provincias, e com este remedio cessa, e lá morre a industria vale senão a trocar a industria dos vinhos de Segunda ordem do Douro, por outra igual, que há de morrer nas outras Provincias.mais claro, os exportadores no estado actual, anterior ao exclusivo, compravam a porção de agoa-ardente necessaria, ou ao Douro, e neste caso não é necessario o exclusivo, ou ao contrabando, e então é precizo fiscaliza-lo, e não se remedêa por este meio, ou ás outras Provincias, e o seu consumo cessa.

Mas essas 20 mil pipas destillaram-se, e consumiram-se, sim, dizem os defensores do exclusivo, mas por preços tão baixos, que eram inferiores ao custo da producção, o que estava causando a ruina da cultura; e é para elevar o preço desse vinho ao preço natural, que se propõe o exclusivo.

Quem irá pagar pois essa igualização de preços, essa differença, esse déficit entre o preço do mercado dessas 20 mil pipas, e o seu preço natural de producção, que artificialmente se pretende conseguir e crear pelo Projecto? Se não os exportadores, esse tributo deve diminuir o lucro de seus cabedaes, há de diminuir a sua concorrencia para este genero de industria, affrouxar o seu Commercio, e a sua cultura, elevar os preços, e restringir os mercados.

Se o exportador conseguir fazer pagar o imposto pelo consumidor, augmentará o preço do vinho que levara para a Inglaterra, e lá diminuirá o consumo: se o exportador tiver meios de arredar de si o peso do tributo, e se não o poder carregar ao consumidor, há de imputa-lo ao Lavrador, comprando-lhe mais barato o vinho ou a agoa-ardente, que lhe falta fóra a do exclusivo. Em ultimo resultado, o imposto há de ser pago, ou pelo productor, ou pelo consumidor, ou pelo commerciante; por qualquer delles que seja, sempre é em prejuizo da cultura, e do commercio dos vinhos.

O consumidor tem outros generos para que variar, tem outros mercados d'onde se prover, se lhe quizerem subir o preço do genero, o exportador tem sempre milhares de industrias onde faça girar os seus cabedaes, tem os Fundos Publicos de juro tão alto, só o pobre Lavrador que tem os seus cabedaes presos, e que por isso se vê na necessidade de cultivar até com perda, é que não tem escolha, é o menos independente, é a final quem há de pagar o imposto.

Esta maneira de explicar o facto é a que convém mais aos defensores do monopolio – as 20 mil pipas sempre se destillarão, mas por preços inferiores. Ora bem, mas se assim é, é também verdadeiro, que o vinho fino sempre se exporta, d'onde procedem então esses immensos depositos de vinhos que há no Porto?

Dizem mais os defensores do exclusivo, que as outras Provincias não são affectadas, porque não mandam ao Douro senão muito pouca agoa-ardente, menos do que lá é preciza, por exemplo, a Estremadura oitocentas pipas. Bella maneira de discorrer, e de explicar os factos.

Não vai lá mais, logo não há mais que mandar para lá – com similhante argumento está acabada a necessidade do Projecto. – Não vai mais vinho para os portos estrangeiros, logo não há necessidade de exportar mais. – Por este modo, com alguns documentos do Consulado, estão remediados os males do Douro. Não vai lá mais, porque não lh'a compram lá; então se lá não vai mais, e se não póde lá ir mais, para que se affligem, para que pedem exclusivos? Dizem que é para levantar o preço do genero: pois bem; é obrar como se fosse para o depreciar; taxar um genero, taxar os seus productos; carrega-lo com vinte por cento de imposto, tolhê-lo com Regulamentos, tudo isto para augmentar o preço dos productos; então que havia de fazer-se, se quizessem deprecia-lo? Mas se a Estremadura tivesse maior quantidade de vinho, e de agoa-ardente, havia de apresentar depositos; que lhe tem pois feito? Pode tê-los vendido por preços infimos. Senhor Presidente, sempre que em materias economicas o homem d'Estado se aparta dos principios, não encontra senão labyrintos diante de si. Todos concordam em que o mal do Douro procede da falta de consumo dos seus productos, da sua estagnação; para isto não há senão um remedio, que é produsir mais barato, e , se é possivel, melhor, e para isto o alivio de todos os direitos internos e externos aos vinhos e agoas-ardentes que sairem do paiz, toda a Liberdade de Industria e de Commercio, compativel com o credito do genero nos mercados; é pelo que eu voto, tudo o mais é um enredo que não serve para nada, senão de fazer mal.

Não se consome mais vinho do Douro, porque é caro, é uma verdade eterna, a que não podem fazer sombra todos os sofismas do mundo; os meios de promover o seu consumo é torna-lo mais barato, tirar-lhe todos, todos os direitos, até o Subsidio, tudo quanto fôr encargo, augmento de despeza de producção. – O sacrificio indicado pela arte, é pois este que é necessario se faça. A nova base tende a fazer os productos mais caros, está contra-indicada, rejeito-a.

Ainda falta um argumento, e vem a ser, um que se póde deduzir dos estimaveis Folhetos ultimamente publicados pelo nosso compatriota o Senhor Rubião, que não há superabundancia de genero sobre o consumo, que a agoa-ardente necessaria para o consumo dos vinhos póde absorver todo o vinho produzido; pois bem; então o mal provém do contrabando; do que precizamos é de uma Lei de Fiscalização, e não de um exclusivo.

Ainda não posso deixar sem resposta a maneira por que tenho visto calcular a importancia da Industria do Douro; pelo valor das exportações, tem entrado tanto, tem saído quanto; que importa lá isso, ou que significa semilhante facto; pois se os valores, que entram por essas exportações, são inferiores aos que teem custado a producção dos generos exportados, em vez de ganhar perdemos. – Que importa que o Douro produza esses valores, se os valores que tem consumido para os produzir, são superiores, como é o caso, segundo os illustres Deputados pelo Douro?

Tambem muitas vezes cultivando, e commerciando, se anniquilam os valores em vez de os produzir.

A antiga base dos cento e cincoenta, contos, se não é completa, ao menos é melhor, formada pela diminuição dos direitos, pelo menos está no verdadeiro sentido. Mas eu prefiro a abolição total dos direitos sobre os vinhos exportados pela barra do Douro, e até os direitos internos, como o Subsidio.

.:

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1843 –Discurso do Deputado Jerónimo Dias de Azevedo em defesa do exclusivo das aguardentes apresentado a 2 de Fevereiro de 1843, em substituição da base dos 150 contos do projecto de reforma da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro de 29 de Agosto de 1842.
Fonte: *Diário da Camara dos Deputados, Sessão de 17 de Fevereiro de 1843.*

O Senhor Jeronimo Dias de Azevedo: - Senhor Presidente, servindo-me das proprias expressões do illustre Deputado o Senhor José Estevão, tal fortuna têem tido as minha opiniões, que não carecem ellas de meios para serem sustentadas, porque além da perícia que os defensores da nova base têem demonstrado a conveniencia, efficacia, e necessidade de meio tão proficuo, e a preferencia com que deve ser adoptado em competencia com os 150 contos do Artigo 14.º do Projecto N.º 6; é a propria doutrina, a linguagem, e a conclusão do discurso do nobre Deputado o argumento mais poderoso, que levou á ultima evidencia a utilidade desse chamado exclusivo; e então "eu deveria contentar-me, como disse Sua Senhoria, de mandar para a mesa uma Representação da Camara de Lamego em favor do exclusivo, e declarar fóra do combate a Proposta do Senhor Deputado Lopes Branco, a qual em verdade nem admittida podia ser á discussão."

A Representação que eu tenho a honra de mandar para a Mesa, acaba de me ser remettida por um Cavalheiro bem conhecido pela sua illustração, honrado caracter, independencia, e imparcialidade em todas as grandes questões politicas e vitaes do Paiz; é o Senhor Macario de Castro, quem a instancias da municipalidade de lamego me dirige esta reclamação dos povos daquella importantissima parte do Districto viniculo do Douro.

Senhor Presidente, e haverá nessa Mesa reclamação em contrario a que possa dar-se o peso que esta merece? Se attendermos a que não foi ella sollicitada, como o são quasi todas as que se presentam e affluem a esta Casa, ao tractarem-se nella certas questões, (e quem não sabe os meios que se empregam para se conseguirem semilhantes Representações!!) Se se attender a que é ella a ratificação dos votos daquelles povos, por tantas vezes manifestados nesta camara; se se attender a que não é uma simples Freguezia, um pequeno Concelho, ou

uma circumscripta localidade, quem assim reclama em favor da preferencia da minha sobre a base do Artigo 14.º; se se attender á illustração e imparcialidade politica dos signatarios; e a que finalmente foi aquella Cidade o povo do Douro aonde primeiro chegou a noticia, de que ao combate fôra admittida a base do exclusivo; poderão merecer consideração essas ponderações produzidas nesta Casa pelo Senhor Deputado José Cabral Teixeira de Moraes contra esta nova base? (Apoiado, apoiado). Acaso ignora o illustre Deputado, que este é o voto unanime do Alto Douro? (Repetidos apoiados, é verdade, é verdade). Senhor Presidente, se as Representações reforçam argumentos, esta e só esta póde esclarecer a Camara do verdadeiro sentir do districto viniculo do Douro, e com ella respondo tambem a essa nota que apparece no Diario do Governo N.º 40 de 16 do corrente; nota que creio não ter sido exigida pelo Auctor do Requerimento, em que se pedia a publicação das Representações entradas na secretaria sobre a questão dos vinhos, e que mostra a officiosa imparcialidade de quem quer que se não poupa a meio algum para contrariar o exclusivo... (Muito bem, apoiado).

Posto isto cumpre entrar na questão, declarando primeiro que tudo como inadmissivel a Proposta do Senhor Deputado Lopes Branco; Proposta, Senhor Presidente, que poderia ser trazida á discussão em outro que não fosse o terreno, em que ella se acha; mas hoje que só é dado á Camara optar entre os diversos alvitres de compensação a essa Companhia rehabilitada e approvada já nas provisões votadas doa Artigos do Projecto N.º 6 discutidos em Setembro; hoje que a Camara há de forçosamente dotar essa Companhia por modo que possa ella satisfazer aos encargos, que por aquellas provisões lhe foram commettidos; hoje que todos os Membros desta Camara têem reconhecido a justiça, o dever, e a necessidade urgente de acudir ao commercio e lavoura dos vinhos do Douro, subsidiando a Companhia rehabilitada com um auxilio sufficiente, e que a coloque nas circumstancias de comprar certo numero de pipas aos Lavradores; seria hoje, Senhor Presidente, que uma proposta contraria a todos os principios, e que ataca a propriedade particular com violação manifesta do Ponto 21.º do Artigo 125 da Carta Constitucional, sem nem ao menos indicar meio algum indirecto que podesse harmonisar a doutrina revoltante da proposta com as disposições do Projecto já approvadas; seria nesta conjunctura, em que só se cyra da comparação dos meios propostos para a sustentação da Companhia; seria, Senhor Presidente, nesta conjuntura admissivel uma Proposta, que decapitando este estabelecimento a contrario sensu vai ainda destruir, anniquillar todos os recursos que directa ou indirectamente podiam anima-lo? (Apoiados repetidos, muito bem). Em verdade custa a crer que semilhante Proposta fosse trazida a este campo do debate, e por isso muito bem disse Sua Excelencia o Senhor Ministro dos Estrangeiros, que por ora duas só eram as bases propostas, a minha e a do Artigo 14.º (apoiado, apoiado). Finalmente a Proposta do Senhor Branco está entregue á decisão do grande Jury da opinião publica, e creio que um tão respeitavel julgador lhe não será mais

favoravel do que o será esta Camara rejeitando in limine uma cousa, que nem á discussão podia ser admittida (Apoiado, muito bem).

Senhor Presidente, a questão, que tão extensa e analycticamente tem sido tractada pelos defensores do exclusivo, foi considerada não só nesta Casa, mas fóra della pela Imprensa periodica, como esgotada depois do discurso do nobre Deputado o Senhor José Alexandre, e confessando isto mesmo o Senhor Deputado José Estevão, Sua Senhoria disse na Sessão de hontem "que não sendo decoroso o deixar occulto o seu parecer, e não devendo por consequencia emittir sobre objecto de tão alta importancia um voto silencioso, apenas retocaria os principaes topicos do Discurso de Sua Excelencia, mais para registar os seus triunfos, do que para enramar-lhe a fronte, que o nobre Orador tem cingida de tantas, e tão brilhantes corôas alcançadas nos mais difficeis e espinhosos certames batalhados nesta Casa". Esta confissão, e a veracidade nella reconhecida pelo correr do discurso de Sua Senhoria dispensar-me-hia de combater a sua prelecção escolastica recheada de principios abstractos e incompetentes na actualidade, limitando-me á confutação da doutrina de Sua Excelencia o Senhor José Alexandre, se o fecho de uma semilhante prelecção não fóra o mais severo castigo, que Sua Senhoria se deu a si proprio, declarando que votava pelos 150 contos de preferencia a todos os outros meios indicados, por isso que tal subsidio senão tiraria vantagem senão para a Companhia, e porque em pouco tempo os Lavradores viriam reclamar contra a sua inefficacia!!

Oh Senhor Presidente, e é crivel que assim se questione no Parlamento? É crivel, Senhor Presidente, que ao tractar-se da preferencia, escolha, e adopção de uma base que sustente a Companhia em proveito do desgraçado Douro, do commercio definhado, e do Paiz em geral; é crivel, que o illustre Deputado o Senhor José Estevão, viesse dizer-nos "eu voto pelos 150 contos, por que elles só poderão locupletar essa Companhia e fazer mal á lavoura!" E será deste modo que se desempenhe a solemne promessa, as declarações repetidas vezes feitas nesta sala, de um auxilio há de dar-se ao Paiz do Douro (Muito bem, muito bem, apoiados repetidos).

Pois nós tractamos aqui de beneficiar os socios de uma Companhia qualquer, ou de acudir á miséria, e cruel tortura em que se acham os infelizes Lavradores desse precioso sólo? (Apoiados repetidos). Pois Sua Senhoria concede uma cousa que se chaa auxilio á lavoura porque essa cousa contém em si o veneno, que levará a mesma lavoura á ultima extremidade?! (Muito bem, muito bem, apoiados repetidos).

Ahi tendes povos desgraçados o beneficio que vos querem fazer os Apostolos da Sciencia Economica! Ahi tendes descoberto o fim que se leva em vista quando se vos concede o chamado favor dos 150 contos!! E será o parlamento de 1843 o Parlamento de 1843 o Legislador de uma medida, que tendo sido reconhecida geralmente inneficaz, só é acolhida

pelos Mestres da Sciencia como meio de desacreditar-nos, desvirtuando com este todos os nossos actos e feitos Legislativos? E seremos nós homens que queremos organisar o Paiz, seremos nós maioria da Camara embaidos pela argúcia de quem tudo combate para multiplicar os embaraços do Governo, e aggravar os males da Nação? Seremos nós tão irreflectidos que ouvindo ao illustre Deputado o sinistro fim, com que se antepoem á base do exclusivo a adopção dos 150 contos, nos deixemos precipitar n'um abysmo de contradicções? (Muito bem, apoiados repetidos).

Senhor Presidente, na qualidade de Deputados da Nação, e não de uma localidade; na qualidade de Legisladores a quem incumbe o dever de bem pezar e calcular a conveniencia das medidas reclamadas por uma ou outra Provincia, não só em relação ás circumstancias geraes do paiz, e ás especies dessa mesma Provincia, mas em relação ao complexo de toda a nossa organisação social e politica; eu entendo; que o Parlamento de hoje não póde desprender a concessão dos 150 contos das consequencias desse desfalque sobre a renda publica, e dos embaraços em que vamos de novo embrenhar-nos.

Acaso não temos ahi confundindo as finanças um deficit grande, que mal sabemos ainda como poderá cobrir-se? Por ventura não promettemos nós, absolvendo o Governo na quetão do bill, de coadjuva-lo na difficil empreza de regularisar as finanças, arrancando-o de seus bancos se caminho opposto elle levasse na marcha dos negocios? E seremos nós coherentes neste nosso proposito adoptando hoje a base do Artigo 14.º? pois dirá alguem, que a preferencia dada por aquelle lado da Camara aos 150 contos deixa de ser (attenta a declaração do Senhor José Estevão) um embaraço que pertende oppôr-se ao regular andamento da administração? Não foi Sua Senhoria que assegurando a inutilidade deste auxiliu, nos preveniu da reserva com que a todo o custo se tenta vencer a sua adopção? (Apoiados repetidos). A caso não vemos nós o arteirismo com que na Imprensa periodica da côr politica do Senhor Deputado ora se acceita o principio da nenhuma, ou quasi nenhuma alteração na exportação dos nossos vinhos genuinos do Douro, concedida que seja a baixa nos direitos, que estes pagam nos portos d'Inglaterra, quando se pertende fulminar a feitura deste Tractado entre mãos do nosso com o Governo Inglez; chamando a mesma imprensa o nosso testimunho, e apoiando-se em nossos proprios discursos para acoimar a administração de anti-nacional, por isso que sempre é e será o mesmo o consumo desses vinhos em Inglaterra, quer suba quer desça o seu preço, como disse na outra Casa o nobre Visconde de Sá da Bandeira; acasi, digo eu, não vemos nós o arteirismo, com que ora se acceita este principio de – "Sempre o mesmo ou quasi o mesmo consumo" – ora se contesta, quando o principio opposto serve para combater o exclusivo no sentido, em que o fez Sua Excelencia o Senhor José Alexandre ? (Muito bem, apoiados). E acreditará alguem que nestas asserções, neste modo de escrever, e neste artificioso modo de argumentar entra a convicção? É impossivel (Apoiados repetidos). E

aonde estará a nacionalidade, naquelles que defendendo o exclusivo habilitam o Governo a tractar com mais vantagem para o paiz; ou naquelles que adoptando os 150 contos no sentido do Senhor Deputado José Estevão, esperam que os povos afflictos, e reduzidos á ultima desgraça peçam com a corda no pescoço um Tractado como única taboa de salvação, mas de momentaneo allivio? (Apoiado, apoiado). Nós os defensores do exclusivo acobertamos os Lavradores da tortura em que os colloca o apuro da sua miseria; e os Apostolos da sciencia, que o combatem, adoptam os 150 contos, que os não beneficiam? (muito bem). Nós os defensores do exclusivo propomos este meio como sufficiente no estado actual do Douro, senão para remediar todos os seus males, ao menos para lhes acudir livrando-o dos mais difficeis embaraços; e declaramos que nem de Tractados precisamos para beneficiar aquelle paiz; e os impugnadores stygmatisando o alvitre dos 150 contos, proclamando a sua inefficacia, e assegurando que em pouco tempo os povos se desenganão e virão pedir a annulação de semilhante subsidio, declaram os males do misero Douro irremediaveis, e vendo só algum lenitivo na maior exportação auxiliada e promovida pela baixa dos preços, reforçam as exigencias dos negociadores inglezes, por isso que a menos não póde vir a baixa desses preços sem a ruina total do Commercio e da Agricultura em geral, a não conseguir-se a diminuição nos direitos que pagam os nossos vinhos na Gram-Bretanha!! (Apoiado apoiado). Aonde está então, Senhor Presidente, a nacionalidade? Em nós, que desejamos collocar o Governo na posição de negociar com vantagem para o Paiz, respondendo com independencia e desafogo ás solicitações menos equitativas; ou em quem prende o Governo á necessidade de acceitar um favor qualquer para esses vinhos na reducção dos direitos de importação em Inglaterra? Por ventura dissipada pela experiencia dos factos a esperança da melhora no Douro, e encarando-se essa reducção como único e ultimo recurso, não será o Governo forçado a ceder ante a fome e a miseria, ante os clamores e a exasperação dos commerciantes e dos lavradores, sacrificando talvez grandes interesses a essa urgencia do momento? (Apoiados repetidos). E dirá alguém que se argumenta e combate de boa fé na Imprensa periodica a feitura e conclusão do Tractado com a Gram-Bretanha (Apoiado, apoiado).

Senhor Presidente, ou se quer ou se não quer Tractado, ou se precisa ou se não precisa delle; se o quereis antagonistas do Governo, e da Maioria para que usais de uma reserva desleal? Para que o combateis fallando, em quanto pertendeis levar o Governo á indispensabilidade de conclui-lo até com desvantagem? Pois vós dizeis "tal meio, dos 150 contos, não presta, é pessimo, tal meio deixa a Lavoura nos mesmos apuros em que actualmente a vemos; tal meio dissipará a illusão do Douro, que em breve virá sollicitar outro" e em vez de lembrardes alguma medicina especial, e salvadora, só na baixa dos preços lhes divizais alivio? Baixa de que a lavoura e commercio se queixam; baixa que é impossivel deixar de levar-nos ao abysmo; baixa que só póde Ter logar no mercado estranho por essa reducção

convencionada em Tractados especiaes? E haverá alguem que não veja neste combate uma demonstração clara de que se querem os Tractados ao passo que se impugnam? E será essa impugnação daquellas que facilitam e convem á negociação em proveito do Paiz? (Muito bem, apoiados repetidos).

Querem-se os Tractados, porque podem elles beneficiar os vinhos da Estremadura; e dão-se os 150 contos, porque este meio não melhorando o Douro o levará a uma definhação inevitavel, qual dará em resultado a completa decadencia e anniquilação do commercio do Porto!?? Attentai bem homens da Maioria, reflecti nas consequencias funestas da adopção dessa base, que mui clara e terminantemente se vos diz "não presta"?? Aonde está a protecção a essas industrias nascentes, a essas manufacturas florescentes, a esse fomento da prosperidade Nacional, que tão empenhadamente tem sido defendidos pelos nobres Deputados? (Muito bem, repetidos apoiados).

Se os Tractados, como escreve a Imprensa periodica, não podem deixar de prejudicar essas industrias; se a Opposição clama por isso, e só por isso contra os Tractados, e brada aos industriaes alto em grita neste sentido; como é possivel que os illustres Deputados os Senhores José Alexandre, e José Estevão defendam hoje nesta Casa uma doutrina toda em favor da conclusão desse Tractado, que tanto se há desvirtuado? (Muito bem, muito bem, apoiados, apoiados).

Os vinhos estão baratissimos, não podem descer de preço sem a completa ruina dos productores; pede-se remedio a este mal, e os nobres Deputados só o encontram na baixa ainda desses infimos proços, o que só póde conseguir-se por um Tractado, em que sejam reduzidos os direitos? Então quer-se ou não se quer a conclusão do Tractado?! Então calcam-se ou não se calcam essas industrias tão apregoadas, e só favorecidas em palavras pela Opposição?! (Muitissimo bem, muito bem, apoiados repetidos.)

Confessai a vossa manifesta contradicção: confessai a deficiencia dos vossos inefficazes recursos governativos, e pedi as cousas pelo modo e com a franqueza com que devem, e as necessidades publicas reclamam que se peçam. (Muito bem, apoiados repetidos.)

Senhor Presidente, esta questão tem sido tractada pela Imprensa por modo tal, que mal posso eu desliga-la da conservação, e Credito da Causa Cartista. A Maioria desta Camara é responsavel por os máos resultados de quaesquer medidas sanccionadas no Parlamento de 1842; ora a Opposição compacta na regeição do exclusivo leva em vista a multiplicação dos nossos embaraços financeiros, e o descredito da Camara pela sua imprevidencia – leva em vista o augmento das difficuldades do Governo na conclusão do Tractado com a Inglaterra, muito especialmente depois das declaraçõe de Sua Excelencia o Ministro dos Estrangeiros; logo a Maioria, que nesta Casa representa o grande Partido nacional Cartista, não póde desprender a solução deste negocio da manutenção do seu credito, e da sua propria existencia

politica. E será crivel que na presença do deficit de 1 100 contos, nós sem utilidade alguma o augmentemos com 150 contos, que devem sahir da bolça dos contribuintes do Estado?

Pois clama-se contra os tributos, argue-se o Governo, e a Maioria por querer sobrecarregar os Povos, e promove-se indirectamente o argumento desse gravame, desse tão lamentado vexame? E não vedes que sobre vós Maioria cahirá a final o odioso de todas essas medidas?! (Muito bem, muito bem, apoiados repetidos). Não deixeis pois illudir-vos, as theorias servem, e eu as respeito, quando não tem contra si a força dos factos, e a Sciencia pura não é na applicação a Sciencia dos livros: não é a Sciencia escripta e descarnada das modificações, que o bom senso imprime ás idéas abstractas dos Economistas, aquella que póde regular o Estadista no desenvolvimento dos grandes recursos governamentaes de uma Nação.

Por esta occasião direi em resposta ao illustre Deputado meu amigo, que se assenta no banco inferior, que não me cabendo o nome de estadista, que Sua Senhoria me adduziu com o epitheto de mesquinho, nem por isso deixei de collocar-me em posição superior a todos os interesses mesquinhos de Provincialismo; tractando a questão por o modo porque a tracto, eu ponho de parte a consideração de pessoas, a dos interesses individuaes e de localidade, nada possuo no Paiz do Douro, não sou Deputado por aquelle Districto; não tenho ali senão mui pequenas relações com uma ou outra pessoa, e por isso quando advogo a causa daquella Provincia, a justiça, o dever, e a convicção de que a prosperidade publica, e geral depende da prosperidade do commercio, e Agricultura dos vinhos do Douro, são o único incentivo, o movel poderoso, e irresistivel que me obriga a pugnar por uma causa tão santa, tão desgraçada?

Occupo pois uma posição, que senão é mais elevada do que a do nobre Deputado em quanto á imparcialidade, com que entro neste campo, é comtudo mais despida talvez de certas influencias, que nem sempre deixam ao Deputado desta Casa todo o desaffogo no correr da discussão.

Senhor Presidente, eu posso lisongear-me de que nesta contenda nenhuma influencia me domina, nenhum interesse me fascina, ainda que o contrario parecesse ao illustre Deputado o Senhor Xavier da Silva; - se estou fascinado, é a minha cabeça, a minha curta esfera a única culpada no meu obscurantismo, ignorancia, e imprevidencia: as intenções porém são puras, e tão puras, Senhor Presidente, que tendo eu a honra de ser Deputado pela Beira Alta, cumprindo-me advogar com todo o zello os interesses daquella Provincia, até mereci ao Senhor bartholomeu a censura de me esquecer desse meu Districto tão lamentado por Sua Senhoria como orfão miseravelmente abandonado?! Nesta parte permitta-me o illustre Deputado que nem responda a esta sua apostrofe? Eu e todos os Deputados da Beira agradecemos o zello com que são lembrados os interesses dos nossos Constituintes, e creia Sua Senhoria que sem embargo de nos considerarmos com força de suffocar nossos pessoaes interesses na presença dos geraes do paiz, nem por isso me via tão acalorado contendor, se da medida proposta

podesse vir mal, podesse resultar damno ao commercio e Cultura dos Vinhos da Beira. O que eu mostro, Senhor Presidente, é que sou superior aos falsos preconceitos que aterram os menos conhecedores da questão – o que eu mostro é que chamando ás cousas pelos seus nomes, e fallando a linguagem da convicção e da franqueza, sei resistir a essa relutancia mal cabida, com que muitas vezes se atalham providencias da mais alta transcendencia, só porque d'ellas se ajuisa com prevenção e receio? Mas quem não tem a força para resistir a semilhantes obstaculos, esclarecendo os menos avisados, e desvendando-os por uma discussão aberta e conscienciosa não merece a honra de assentar-se nestas Cadeiras; não deve, não póde ser Deputado. (Apoiado, apoiado).

E o que vejo eu nesta questão? Não se tem feito solemnes declarações de que os 150 contos de nada servem para o beneficio que se quer, que se deve, e que se promet dar ao Douro? Não se tem dito que o único meio efficaz seria o exclusivo, que só senão vence pela resistencia dos preconceitos' e não havemos nós Ter força para declarar á Nação, que sendo nossas convicções o movel de nossas deliberações, e sendo aquellas em opposição á escolha, á preferencia, e adopção dos 150 contos, não podendo por isso levar-nos á approvação do Artigo 14 do Projecto n.º 6, convém aceitar outro alvitre, o da minha Substituição? Que este não convém não só eu o demonstrei a primeira vez que fallei na materia, mas os proprios antagonistas do exclusivo o tem franca e terminantemente declarado, que resta pois? Comparar os inconvenientes dos 150 contos com as vantagens da minha base; e precisar strictamente a este terreno a tão diffusa discussão que nos tem entertido há tantos dias.

Acaso tractamos nós da Companhia? Não, que sanccionada está já a sua rehabilitação. Tractamos por ventura das suas attribuições e encargos? Não, que umas e outras se acham já designadas nos Artigos do Projecto n.º 6, e approvados em Setembro. Então que resta? Dota-la com uma compensação correspondente aos encargos. Mas nós só temos a optar entre dois meios ou bases, a minha e a do Artigo 14; ora esta é inadmissivel por não preencher o fim como declaram os nobres Deputados; logo é forçoso approvar-se essa minha base, o exclusivo, ao qual chamarei pelo seu nome, porque exclue senão na totalidade, exclue em parte, não perdendo por isso o titulo que apenas é modificado com o epitheto de parcial. (Muito bem, apoiados repetidos).

Se a questão na actualidade se circumscreve ao terreno da comparação das duas bases; se toda a discussão deve cingir-se ou a propôr alguma outra melhor, e efficaz, ou a sustentar a razão da preferencia senão se tem proposto, além das duas, nenhuma admissivel; seria necessario voltar ainda á demonstração das conveniencias do exclusivo, quando se não tem por ora destruindo os poderosos argumentos produsidos em abono da sua efficacia? Mas, Senhor Presidente, eu não quero gloria que me não pertence; a base que eu trouxe na minha Proposta foi copiada do Artigo 9 do Projecto n.º 124 do Congresso Constituinte de 1837; este

Projecto é de Vossa Excelencia, e do illustre Deputado o Senhor José Estevão, e d'outros mui illustrados Cavalheiros, cujas opiniões não podem ser suspeitas d'avessas ás industrias nascentes do Paiz? Diz o Artigo 9.º do citado Projecto. "É concedido á Companhia o privilegio das agoas-ardentes com vinte por cento de lucro sobre o preço que o Governo d'accordo com a Companhia fixará em cada um anno por cada pipa d'agoa-ardente."

Diz o ponto 1.º do sobredito Artigo – "Todo o negociante que exportar vinho para Inglaterra é obrigado a mostrar antes do embarque que comprou á Companhia dous almudes por cada uma pipa, e um almude por cada uma que exportar para os outros portos."

E este Projecto é obra dos seguintes cavalheiros – " Os Senhores Macario de Castro, João da Silveira de Lacerda, Marino Miguel Franzini, Rodrigues Ferreira, Pompilio da Motta, João Lopes de Moraes, barão de Sabrosa (com declaração) Bazilio Cabral, Leonel Tavares Cabral, Barão do Casal, Paula Leite, Fortunado de Mello, Gomes da Motta, José Liberato Freire de Carvalho, José Lopes Monteiro, Conde de Lumiares – O Senhor José Estevão Coelho (O Senhor José Estevão, mas com declaração) perdoe-me Sua Senhoria, não tem declaração, pois se a tivera poderia ainda dizer-se que a obra não era sua in totum, mas não é assim; o illustre Deputado subscreveu plenamente á doutrina em geral, e a cada uma das disposições do Projecto n.º 124 – " Francisco de Mont'Alverne, Abranches, Visconde de Beire, Pereira de Véra, Luna, Judice Samora, José Maria d'Andrade, Tavares Ribeiro, Duarte campos, Moraes Sarmento – O Excelentissimo Senhor Bernardo Gorjão Henriques! – Soares d'Albergaria, Fernandes Thomas, Silva, Raivoso, Antonio Manoel Lopes Vieira de Castro, José da Silva Passos, Silva Pereira, Vasconcellos Pereira, e João Victorino (com declaração)."

E serão nomes tão respeitaveis, caracteres tão illustrados, suspeitos áquelle lado da Camara, e á Imprensa periodica, que hoje pretende lançar sobre os defensores do exclusivo a grave censura, e tremendo odioso de que queremos a ruina de todas as industrias? E de que foi consequencia aquelle Projecto, Senhor Presidente? Do desejo que eu creio puro nos Signatarios d'acudir ao já então definhado Douro; de regularisar o commercio, e d'apagar a fome a milhares de familias desgraçadas desse outróra tão abundante solo.

E não era em 1837 a época em que mais se proclamava favor quasi exclusivo ás industrias manufactoras do paiz? E há de querer-se hoje argumentar com o sentimentalismo de "para longe a morte a essas industrias!?" – Em 1837 época em que se proclamava ás massas no sentido das suas exigencias, appareceu no Congresso Constituinte o pedido do exclusivo por parte dos mais strenuos defensores de taes industrias, e hoje que mais pungentes são os clamores do Commercio e Lavoura, hoje vem dizer-se a esta Casa – fugi profanos, impiricos charlatães da Sciencia, fugi, e para longe levai esse vosso monopolio de factos, que não provam e nós os rejeitamos!! Vós banisteis as douctrinas, as theorias, os systemas, a sciencia, os principios, a observação, em fim monopolisasteis tudo, e só nos deixasteis collocados no

throno do bom senso; combateremos nesse campo, e em tão formidavel reducto intrincheirado Sua Excelencia o Senhor José Alexandre batalhou, e alcançou esses gloriosos triunfos, que o Senhor Deputado José Estevão veio ontem registar-lhe nesta Casa!"

E aonde estão esses triunfos, Senhor Presidente? Na subtileza, arte e engenho com que Sua Excelencia costuma entrar em todas as questões? Por certo que se em tal sentido foram registados esses trofeos, eu sou o primeiro a confessar, que elles são sempre completos para o nobre Deputado, a que se não póde disputar a sublimidade de seus talentos, o profundo saber e a pericia com que se tracta as materias, que nesta Sala se discutem; por esse lado ninguem tributa maior veneração e respeito a Sua Excelencia do que eu sempre hei tributado com a mais ingenua sinceridade. Mas que se diga serem esses triunfos a demonstração inconcussa da ruinidade do exclusivo, e da utilidade dos 150 contos, eis o que não posso concordar com o illustre Deputado o Senhor José Estevão; cumprindo-me por isso confutar a doutrina de Sua Excelencia no ponto capital da questão.

Senhor Presidente, accusado de tudo haverem monopolisado os defensores di exclusivo ficaram surprezos quando viram , que o Senhor Deputado José Alexandre foi o único monopolista na questão. Sua Excelencia entrou nos alcanos da Sciencia, e declarando que em bom terreno estava o assumpto, o qual já não podia deixar de ser tractado em linguagem pura e clara; Sua Excelencia, digo, adoptando a linguagem sublime e propria da sua vivissima perspicacia e penetração tractou por modo tão scientifico a questão, que fora do alcance dos espiritos communs ficou ella embrenhada nas subtilezas sofisticas da Sciencia, manejadas a diede por tão engenhoso Economista. Sua Excelencia lulminando os monopolistas dos factos não duvidou monopolisar os principios abstractos da Economia Politica escripta, Sua Excelencia apostrofando os profanos por fóra do combate do charlatanismo dos propugnadores da nova base, e por um destes desvios communs a todos os homens, ainda os mais sabios, Sua Excelencia cahiu no grande defeito, que censurou.

Senhor Presidente, se o Projecto n.º 124 fora só obra de Vossa Excelencia, um dos dous unicos defensores dos principios da Carta Constitucional nesse Congresso, principios olhados então como retrogados, ainda podiria suspeitar-se da sua douctrina e provisões especiais; mas tendo elle sido sellado com a firma dos primeiros campeões dos principios exaggerados da liberdade, que sem declaração assignaram aquelle Projecto subscrevendo assim sem restricção alguma a todas as suas disposições; fica fóra de duvida que ou esta doutrina não é contraria aos verdadeiros principios da Sciencia,; ou se o é, que nem sempre elles são admissiveis na sua stricta applicação ao bom regimen dos Povos; e, com effeito, quem desconhece, que a Sciencia Economica util, razoavel, e praticavel é aquella que nos apresenta maximas sensatas, justas, e exequiveis como effeito de uma sisuda apreciação das circumstancias especiaes do Paiz, modificando os preceitos e regras da escola pelos factos e particularidades, que parecem

contraria-las? Acaso desconhece alguem que a cada nação e Provincia, a cada Districto e Concelho, a cada Freguezia e Cidadão são dadas modificações peculiares na applicação dos principios abstractos da Sciencia aos seus usos, regimen, e conveniencias? Como então querer fazer prevalecer nesta questão esse abstracto dos principios, esse rigor na applicação, quando seria o maior dos charlatanismos o desprender a pureza da Sciencia da indispensavel modificação, que o estado actual do commercio e Agricultura dos vinhos não só do Douro, mas de todas as demais Provincias imprime ou deve imprimir nas medidas excepcionaes, que a necessidade e a salvação publica reclamam?

Senhor Presidente, a base do exclusivo é altamente popular, ella tem sido reclamada constantemente pelos Povos do Norte, o proprio commercio reconhece já a sua conveniencia; e até mesmo o Sul pede os exclusivos!! Eu tenho á mão esse plano da Associação, que nesta Capital tracta de propôr medidas para beneficiar a Agricultura da vinhas da Estremadura; e que leio eu no seu Relatorio, e nas provisões do Projecto que ahi corre impresso? Naquelle diz-se "que a base d'um exclusivo é commum a todos os Projectos apresentados; e que sobre a sua adopção foi unanime o voto de todas as pessoas consultadas,e nestas figuram especificadamente individuos, que não podem ser suspeitos áquelle lado, nem aos industriaes, o Senhor Sá Nogueira e outros, e nestas apparece effectivamente proposto um exclusivo." – E dirá alguem que não é popular a base dos exclusivos? (Muito bem, apoiados repetidos).

Em verdade, Senhor Presidente, eu não sei para que se trazem aqui certos argumentos; pois nós estaremos em circumstancias de cobrir o deficit que resultaria da abolição total dos direitos d'exportação? Pois nós não temos obrigação de conhecer como Deputados da Nação, qual é o verdadeiro estado da Fazenda Publica?

Mas disse Sua Excelencia, eu preferirei absolvição geral dos direitos, e rejeitarei o exclusivo, que vai prejudicar o proprio Lavrador, e eis o argumento do nobre Deputado. "O augmento que deve resultar no preço do vinho d'embarque pelo accrescimo do preço artificial da agoa-ardente, creado pela nova base, ou há de ser pago pelo especulador, ou pelo consumidor, ou pelo Lavrador, e mostrando o prejuizo que resultaria de ser pago pelo especulador, e que apenas poderia recahir um semilhante prejuizo sobre algum dos outros dous, empenhou-se em provar que a final recahiria sobre o productor? E eis o argumento. O especulador a quem se exige a compra de certa porção de agoa-ardente por alto preço, deduz no acto de compra do vinho fino aos Lavradores esse acrescimo ou onus que se impoz ao genero; o Lavrador não póde deixar de vender, logo o prejuizo é pago por elle. Este argumento, que como muitos outros de Sua Excelencia participa do sofistico da sua dialectica; sofistico que o illustre Deputado deixa perceber no acto mesmo de produzir os seus raciocinios; este argumento é o apoio mais forte da minha substituição; eu o provo.

O que é hoje mister no Douro, Senhor Presidente? Primeiro consumir, ou dar destino ao sobrecellente das colheitas annuaes, fazendo-se os devidos cortes quantitativos, e approvando-se para embarque a porção que effectivamente se exporta. Segundo Acobertar os Lavradores da cobiça dos especuladores, e estes das exigencias demasiadas daquelles. Ora o exclusivo dá consumo, e fixa o destino a esse sobrecellente das colheitas, pois que á sua adopção se seguirá a queima forçada dos vinhos superabundantes no Paiz do Douro. O exclusivo obrigando a fazer boas agoas-ardentes acreditará os vinhos exportados, e reganhado o crédito augmentará a exportação. O exclusivo faz subir o preço do genero na mão do especulador. E como pelas provisões da lei a Companhia comprando por preços rasoaveis aos Lavradores os seus vinhos ordinarios, os põe acoberto dos sweus mais difficeis embaraços, e lhes fornece meios para occorrer ás despezas da cultura, e ás precisas para um grangeio melhor e um beneficio mais apropriado á qualidade dos vinhos superiores; resulta, que no acto do ajuste o Lavrador, adoptada a medida proposta, achando-se desaffogado só venderá o género pelo que vale. Logo esse augmento do preço, que os vinhos soffrerão depois em poder do especulador pelo accrescimo do preço da agoa-ardente, não póde no meu caso deduzir-se do preço por que o Lavrador vender, mas simdaquelle por que há de ser a final vendido o vinho aos consumidores no mercado estranho. Isto no pressuposto verdadeiro, e incontestavel, de que as pequenas differenças no augmento de preços correspondentes, a esse acrescimo que resulta do exclusivo, ou de qualquer outra circumstancia que possa influir na alta ou baixa tão pouco sensivel, como a que se falla, não afecta a exportação, sendo certo, que semilhante differencial provindo da indisputavel perfeição, e merecimento dos vinhos, em vez de restringir incitará talvez a um consumo maior nesse mercado. (Muito bem, muito bem, apoiados repetidos).

Assim pois, se a medida liberta os productores dos embaraços mais penosos; se os colloca n'uma posição de vantagem, é evidente, como demonstrado fica, a improcedencia do argumento do illustre Deputado. Em quanto ao especulador quem ignora, que tem elle preceitos proprios que a simesmo se impõe? Para o especulador a sua Economia Politica está no conhecimento dos gostos do mercado; na sisuda apreciação de todas as circumstancias constantes, e eventuaes que podem influir, e influem de facto na alta, baixa, e na preferencia do genero em concorrencia nesse mercado; em fim o especulador tem regras especiaes que constituem a essencia do seu tacto commercial, para o qual não há Legislação escripta, nem sciencia abstracta; se pois não póde lucrar, não especula. E de certo ninguem dirá que o accrescimo no preço pelo maior valor das agoas-ardentes mata o giro commercial dos vinhos do Alto Douro. Então sobre quem recae esse prejuizo causado pelo exclusivo? Se não póde ser sobre o Lavrador, se tambem não affecta o especulador, é fóra de duvida, que o argumento de Sua Excelencia longe de abonar a sua doutrina bem reforçar ainda o que sustentam os defensores da nova base. (Muito bem, apoiado, apoiado).

Eu porém servir-me das cifras, fiz calculos, apresentei uma estatistica, e conclui a meu bell prazer, que a Estremadura não soffria prejuizo com o exclusivo concedido ao Douro. É verdade, tudo isso foi, menos tirar consequencias inexactas; eu fiz uso de um documento Official, o juizo do znno remettido pela Companhia ao Governo, e puz de parte os calculos publicados por esse sem numero de escriptores, por essas estatisticas dos folhetos, e dos periodicos, que todos temos lido e conhecemos; estabeleci um facto, o dos grandes depositos, e encarando esse embaraço espantoso, todos os meus argumentos foram despidos de exaggeração, e razoaveis, que subsistem por não terem sido destruidos.

Senhor Presidente, pelo meu plano bom ou máo combina-se o meio de regular o commercio, e favorecer a lavoura mesmo na presença desses enormes depositos; não quero dizer que não erre, eu não possuo o Dom da infalibilidade, e por isso não contexto que seja este o único, ou mesmo o melhor meio; mas por ora permittam-me os nobres Deputados, que eu o tenha como tal, em quanto Suas Senhorias não apresentarem algum preferivel. Conforme o facto que trouxe á discussão existem nos depositos do Porto vinhos já saturados d'agoa-ardente, e promptos para embarque, o correspondente a duas vezes o deposito julgado normal no meu Projecto (que é de 70 000 pipas). Há mais 24 212 pipas manifestadas pelos Lavradores, e 13 569 de vinho velho existente fóra das barreiras, todo de primeira qualidade: e além destas mais 2 201 pipas de segunda qualidade. Sobre este deposito calculei eu o consumo de 6 mil e tantas pipas d'agoa-ardente, que sahiriam das 8 021 existentes tambem nos depositos do Porto; e fiz ver como em resultado de uma marcha regular viria o consumo progressivo dessa agoa-ardente ainda restante, e como desde já começava a Ter o seu devido effeito o exclusivo para a colheita de 1842 (de 73 231 pipas). Esta não só absorveria a agoa-ardente correspondente ás 20 000 pipas de vinhos, que devem ser compradas pela Companhia; mas tambem as 3 500 a 4000 da Estremadura, Beira e Minho; agoa-ardente, que teria no seu preço o incremento proporcionado ao dessas agoas-ardentes do exclusivo. E foi esta demonstração considerada? (Apoiado, apoiado).

Concluirei portanto, que subsistindo intactos os argumentos dos defensores da nova base, mesmo no caso dado, mas não concedido de vir algum pequeno prejuizo á Estremadura, razão sobeja ainda assim havia para Ter em primeira conta uma industria, que traz á Nação 2 700 contos, e que emprega para cima de 50 000 pessoas, do que para recuar ante falsos preconceitos. Ignora alguem, que no Riba-Tejo as vinhas plantadas nos campos a cordão são cavadas com os amanhos de cereaes, que nellas se semeam? E terão estas despezas comparação com as que se fazem no Douro, e na Beira?

Mas disse o Senhor José Alexandre "essa industria é improductiva, porque o seu producto não cobre as despezas".

Então que quer Sua Excelencia que se faça? Os vinhos do Douro custam sempre muito a grangear, e por isso ficam necessariamente caros; e ou se hão de vender por preços que cubram essas despezas, e dêem subsistencia aos donos das vinhas, ou estas hão de ser cortadas, e queimadas; mas deixará Sua Excelencia de confessar, que pelos principios da Sciencia esta industria em vez de improductiva, é a única quasi, ou pelo menos a mais productiva para a Nação? As industrias creadas conforme a prelecção do Senhor José Estevão teem valores relativos, digo eu – ou estas nos dão productos para os nossos usos domesticos, (e ainda nesse caso circumstancias há em que deve preferir-se a compra desses objectos fórea do Paiz, quando os braços empregados, e os capitaes amortisados podem produzir maiores valores em outro ramo de industria); ou para os permutarmos do nosso para os Paizes estranhos. Ora no Douro empregam-se para cima de 50 000 pessoas. (O Senhor José Estevão: - Galegos, galegos). E Galegos não se empregam em Lisboa, em quanto podiam ser substituidos por nacionaes? A caso póde Sua Senhoria ignorar, que ao serviço do Douro corre gente do Minho, e da Beira, e que essas despezas grandes se se fazem é com os nossos braços, e que a final nos trazem ellas sommas prodigiosas, que por nenhuma outra industria podemos haver de fóra do Paiz em compensação do que importamos do estrangeiro?

Senhor Presidente,em Portugal quando se falla em commercio, quasi que se entende só commercio dos vinhos; e quando se falla em commercio de vinhos adduz-se logo a idéa de vinhos do Douro: e será esta a industria que deva decapitar-se como improductiva? (Muito bem, apoiados repetidos).

Estou sobremaneira fatigado, Senhor Presidente, e tambem o deve estar a Camara de me ouvir. (O Senhor Albano: - Não está, não está, muito bem, muito bem). E tanto por isso, como por me convencer de que hei demonstrado pelas doutrinas dos meus contrarios a inconveniencia dos 150 contos, e utilidade do exclusivo, e o nenhum prejuizo deste em relação ás Provincias do Sul. Terminarei votando pela minha Substituição com preferencia á base do Artigo 14.º do Projecto N.º 6 (Muito bem, muito bem, apoiados. O Orador foi cumprimentado por muitos Senhores Deputados).

.:

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1843- Discurso do Deputado José Estevão contra o exclusivo das aguardentes, apoiando a base dos 150 contos.

Fonte: *Diário da Camara dos Deputados, Sessão de 17 de Fevereiro de 1843.*

O Senhor José Estevão: - Senhor Presidente, tambem me chegou a minha vez sobre os vinhos; e não é permittido a nenhum Deputado que preza os interesses do seu Paiz ficar

silencioso n'um assumpto a que a Camara tem dado toda a solemnidade possivel. Mas, em tal ponto vai a discussão, e tão afortunadas têem sido nella as doutrinas que eu sustento, que certamente eu deveria terminar o seu discurso sem o ter começado; isto é, devia mandar para a Mesa uma Representação, que tenho aqui, dos Lavradores mais importantes, e qualificados da Estremadura, os quaes sem se manifestarem possuidos de espirito egoistico pedem á Camara, haja de consultar um meio que possa salvar os Lavradores do Douro, sem que com essa resolução se prejudiquem os interesses de todas as mais Provincias, e particularmente da Estremadura. Podia igualmente fazer algumas reflexões sobre a Emenda do illustre Deputado pelo Porto, cuja conveniencia não póde ser rejeitada pelos Senhores Deputados; mas em fim, Senhor Presidente, já que a minha obrigação como Deputado, e o meu compromettimento depois de Ter pedido a Vossa Excelencia para ser inscripto, se não salva por este meio, é forçoso que eu discorra sobre o assumpto; o que vou fazer da melhor fórma que poder.

(Mandou para a Mesa a Representação a que alludiu).

Senhor Presidente, a Camara tem-se honrado muito na continuada attenção que há prestado a todos os Senhores Deputados que têem fallado nesta materia: é isto uma prova do seu patriotismo, que eu não posso deixar de confessar, e que muito me maravilha. Mas, Senhor Presidente, tenho observado, que nesta questão há uma grande especialidade, e é o ser ella muito reservada sobre si mesma, ao mesmo tempo que tem sido muito mexeriqueira (permitta-se-me a expressão) sobre outras questões que lhe andam de envolta. Muito tempo é passado depois que esta questão foi trazida ao Parlamento pela primeira vez; mas tanto então, como em todas as outras vezes que se tem tractado, foi sempre desfigurada, porque já mais se quis dizer francamente o que é que se pretende. Entre tanto pelo meio della, e pelas asserções apresentadas na discussão, tem saltado aos olhos de todos observações muito importantes, e muito luminosas sobre a questão economica do Paiz, e sobre toda a sua industria de acção productiva. Senhor Presidente, dous objectos importantes se nos hão apresentado neste ennunciado, sobre os quaes eu precizo tambem dizer o que entender. Conheceu-se que o Commercio dos Vinhos do Douro não tinha sido por modo algum affectado pela diversidade de crises, porque elle tem passado, pois segundo se disse o vinhos do Douro de primeira qualidade era constantemente consumido por todos aquelles que tinham reconhecido a sua superior qualidade. E posto que todas as pessoas que tinham conhecimento especial do negocio fossem os mais empenhados em que se concluissem os tractados com os outros paizes, todavia, depois da sua conclusão, elles mesmos declararam pela propria experiencia que os Tractados influiram para o acabamento daquelle Commercio.

Senhor Presidente, os vinhos da primeira qualidade são um monopolio natural, que não póde por modo algum affectar as leis Economicas, que é por si mesmo exclusivo, e não preciza de mais restricções nem de mais protecções, porque o exclusivo está na sua propria

natureza. Se se pedisse ao Governo Inglez que estabelecesse uma medida de protecção ás novelas de Walter Scott, de certo que esta medida não seria concedida por se julgar desnecessaria. Todo o monopolio que se basea na sua propria força não preciza da acção da Lei, subsiste por si mesmo.

Senhor Presidente, quando vi estabelecer a questão do vinho do Douro, quando ouvi falar se tractava das marcas do mesmo vinho, em vinho de primeira, segunda e terceira qualidade, e depois de se Ter feito esta classificação, fallava-se ainda em uma certa especialidade do vinho do Douro, que não tinham os outros. Vi pois que andava aqui uma contradicção, ou um mysterio, o que me obrigou a perguntar – se porventura o vinho do Paiz do Douro não era todo da mesma producção, e se esta producção precizava de alguma protecção? Pela resposta conheci que havia vinho de segunda qualidade que se nomeava vinho da primeira qualidade, o qual tendo, por tanto, tomado o nome que lhe não pertencia, tinha usurpado a protecção dada ao vinho mais especial. Senhor Presidente, pela discussão conheceu-se que dos vinhos que enchem os armazens do Porto, e que vão a todos os mercados da Europa; que destes vinhos os genuinos do Douro só se limitam a 10, ou 12 mil pipas. Porém se estas 10, ou 12 mil pipas de vinho não precizam de protecção, como o illustre Deputado disse, porque os interesses dessa especie de producção se acham na sua propria qualidade, a qual tem vinculados os interesses de toda a sua Provincia, e toda a industria do Paiz, é eminentemente absurda, e injusta a protecção que se dá aos vinhos do Douro, porque é uma protecção encolhida que encerra n'um pequeno territorio; e é, além disso, uma protecção subrepticia dada em nome daquelles vinhos aos que não são dessa qualidade. Senhor Presidente, os Senhores Deputados mesmo declararam que os vinhos mandados inicialmente para Inglaterra eram do Minho; e que depois (disse o Senhor Agostinho Albano) havendo-se nas margens do Douro desenvolvido aquella especie de industria, quando a Companhia se estabeleceu; foi-lhe necessario considerar estes novos valores, sendo para os conservar agora que se pretende o exclusivo; porém se isto assim é, porque principio de iniquidade não se estende o exclusivo também ao Minho?

Senhor Presidente, eu peço que se comprehenda como é possivel em economia estabelecer, que d'uma certa producção que vai a um certo mercado, não varie a quantidade consumida, apezar da grande differença de preço; eu acho nos mesmos principios economicos uma resolução completa, e adaptada a este problema. Em verdade, diz-se que os vinhos do Douro não tem soffrido na quantidade do consumo differença alguma; porque a variação de preço não tem passado de uma certa escala, não tem ido da parte inferior para baixo, nem da parte superior para cima, e porque o consumo tem sido feito por certo numero de fortunas que estão nesta mesma escala, e por isso não tem sido affectado. Assim é que o vinho do Douro não póde ser em Inglaterra considerado, nem como objecto de consumo geral, nem como vinho

esquesito, não podendo portanto ser consumido senão por esta ordem de fortunas que estão entre as duas classes extremas, que fazem os outros consumos: não póde ser exclusivo para as classes mais altas, porque não é tido como vinho esquesito; e não para as classes mais baixas, porque tendo grandes direitos é necessario subi-lo a um preço a que estas classes não chagam. Não póde ser tambem considerado como objecto de consumo geral, porque isso affectaria muito a industria da cerveja, a qual está ligada com a industria agricola pela parte substancial de que é extrahida aquella bebida; industria esta que tem sempre sido protegida em Inglaterra, porque é um dos poderes do Estado. Isto tem-se conservado assim até agora, e assim há de se sempre. Não é possivel por tanto que o Governo Inglez tome uma medida de desigualdade, adoptando para consumo os vinhos de um Paiz e refutando os de outro; e então o que há de fazer é levantar os direitos a todos.

Eu comprazo-me em que o Senhor Ministro dos negocios Estrangeiros tenha vindo a opiniões mais cordatas, e não posso deixar de me magoar por ver que as inspirações da poesia economica, com que Sua Excelencia me quis convencer em outra occasião, fossem tão pouco proveitosas ao paiz; porque já os Tractados de Commercio, que Sua Excelencia disse haviam de fazer a fortuna de Portugal, e pelos quaes certamente estava salvo o Douro, já esses mesmos Tractados, disse ainda há poucos dias Sua Excelencia (fallando-se sobre assumptos de commercio que são os que caracterisam as orações de Sua Excelencia como d'um verdadeiro Commerciante) não hão de accarretar maior consumo nos mercados Estrangeiros, e por isso não apresentaria por ora Tractado algum, porque não se tem manifestado convicções na Camara, que pudessem levar o Governo a julgar que esses Tractados seriam praticaveis.

Temos por tanto, Senhor Presidente, que a respeito do mercado de vinhos finos para Inglaterra podemos estar tranquillos, pelo que toca á quantidade do seu consumo, porque este tem sido sempre constante desde o seu princípio; tem havido a respeito desse commercio direitos baixos e altos; muita producção, pouca producção; preços altos, e baixos; em fim toda a qualidade de situações economicas, e todavia estes vinhos não são vendidos pelas tavernas; o consumo delles faz o caracteristico dos verdadeiros Inglezes. O bom Inglez canta com enthusiamo – God save the King – lê a Biblia com um tom religioso, é supersticioso pelas suas Leis e pelo seu Paiz, respeita profundamente as suas Authoridades constituidas, e bebe bom vinho do Porto: e nem a moda, que influe sobre todas as relações sociaes, tem podido fazer com que as classes superiores hajam tomado uma situação mais cosmopolita e menos nacional. Registados pois estes factos e estas doutrinas, cuja enunciação é util para a questão, reconhecido pelo testemunho de tantos caracteres publicos versados na materia que nós podemos desaffogadamente cuidar de todas as industrias do paiz sem as ligarmos a um Tractado, vamos á questão principal.

Senhor Presidente, primeiro que tudo, é preciso saber se todos nós temos direito a fallar neste assumpto; se estamos munidos dos meios proprios para podermos ser ouvidos; se o nosso voto tem peso na Camara. o illustre Deputado o Senhor José Alexandre de Campos foi um pouco docil a este respeito, reconhecendo a incompetencia achada por estes illustres Deputados: eu não sou assim; eu quero tractar a questão da competencia, porque é uma questão eminentemente constitucional; não podem os illustres Deputados estabelecer qualificações aos seus Collegas para fallarem neste ou naquelle assumpto, não pódem, as nossas procurações não tem uma indicação scientifica. Eu vou examinar se esta questão tem segredos, e, se vir que nós não os podemos comprehender, dou-me por incompetente e sento-me; mas, se estes segredos são aquelles que se tem achado até aqui; se eu os poder explicar, eu posso, avaliando estas explicações, reconhecer-me competente para tractar da materia.

Senhor Presidente, o segredo mais grandioso, que se tem apresentado na questão politica, é uma cousa a que se chama – o machinismo do rateio quantitativo; - por este modo a Companhia rateava a quantia que devia separar-se para a exportação, e dava a cada um dos Lavradores certificados da quantia que tinham para poderem exportar. Neste rateio entravam vinhos de primeira e de segunda qualidade.

Senhor Presidente, o ratei quantitativo não é uma cousa nova; é uma cousa que apparece em todos os assumptos economicos, que estão sugeitos a um regimento: um rateio quantitativo está por exemplo no commercio do sal em Setubal; não é uma cousa de exclusivo; não é segredo, está no que vejo practicar em todos esses Corpos Economicos. Vejo aqui primeiro uma medida qualificada; vejo um certificado de associação, que verifica o juizo que ella faz da qualidade e da quantidade destes vinhos; vejo a vonversão deste certificado no signal representativo dos valores, que tal diploma representa. Tudo isto é regular em economia publica; não há absolutamente nenhum segredo. Senhor Presidente, a Economia Publica não se occupa só dos Corpos economicos no seu estado normal, no jogo ordinario dos seus órgãos; conhece tambem, occupa-se tambem delles em todas as suas vicissitudes: vê as suas crises febris, o seu estado de vitalidade, a sua infancia, a sua adolescencia, a sua virilidade, a sua decripitude; em uma palavra comprehende rodo o modo de ser Economico: observa os Corpos Economicos no seu estado de saude e de doença: em economia Publica separar della esse elemento, este assumpto, é o mesmo que dizer, que á Medicina não pertence senão a Phisiologia, que ella não comprehende a Pathologia e a Therapeutica.

Até aqui, Senhor Presidente, não há segredos; mas depois de fallar um illustre Deputado, o qual parece, pela maneira com que se apresentou nesta questão, que fallava como o Summo Sacerdote deste templo onde estão os arcanjos desta Sciencia, então appareceram segredos vedados aos profanos. O illustre Deputado disse "o segredo deste assumpro é, que se venda o vinho genuino do Porto, que o vendedor haja por elle a maior somma de productos, e

que estes sejam distribuidos por todos – Lavradores e Commerciantes. Ora, Senhor Presidente, o ultimo destes segredos é um facto de commercio, que se realisa nas transacções mais ordinarias, e este mesmo ennumerado considerado nas suas relações as mais excentricas é o modo da sciencia, e é a grande questão das sociedades actuaes. Os outros dous segredos, Senhor Presidente, confesso, que os não pude decifrar, consta-me por Litteratos, que estes segredos economicos escaparam á queima da Bibliotheca de Alexandria n'um Codice importantissimo, que passaram depois, como passaram todas as cousas litterarias, as mãos dos Monges; que tendo acabado os Imperios Christãos nas hespanhas, vieram nas mãos dos Monges para Portugal; que se conservaram, nesse Codice, na Livraria da Alcobaça, que passaram depois para os Archivos da Companhia, e que agora estão na Bibliotheca da Praça da Figueira. (Riso). Pois que é vender genuinamente o seu genero e haver por elle a maior somma de valores que se podem haver? Isto é uma regra da economia que, se os nossos creados a não tivessem, no mesmo instante os despediamos. Mas os illustres Deputados disseram "que o maior segredo do machinismo do commercio dos vinhos do Douro consistia em ir comprar um bilhete, e approvar em vinho de primeira qualidade aquelle que o não era, e que dava esse bilhete ao dono delle uma certa importancia, a qual, com o preço por que elle vendia o vinho da sua primeira qualidade, o deixava em uma bella situação, e que o violentando tambem a situação do comprador, com esse bilhete de vinho de primeira qualidade, ia comprar vinho de segunda qualidade." Não é isto o que os illustres Deputados disseram? Mas os illustres Deputados disseram tambem "que este machinismo era feito contra as leis que regulavam a Companhia; que era feito com infracção destas Leis". Então, Senhor Presidente, que era este machinismo? Era um roubo, perfeitamente um roubo; porque essa differença, que acontecia ao preço, era um capital dado "o productor de um genero de inferior qualidade, que pertencia áquelle que tinha produzido o genero de primeira qualidade. Porém o illustre Deputado disse ainda "este como machinismo especial do commercio do Douro, qual mechanismo? Foi um invento para anmular os artificios da Companhia." Nem isto é mechanismo do commercio do Douro, porque é infracção da Lei estabelecida, descoberta para destruir as determinações bastantemente pesadas della.

Dados estes preliminares, vamos á questão principal. Nesta questão, Senhor Presidente, seguirei a vereda já trilhada por um illustre Membro desta Camara, cujo assiduo estudo, e cuja capacidade de espirito e efficacia é já proverbial nesta Camara, eu terei de tocar as mesmas passagens que elle tocou, occupar-me dos assumptos de que elle se occupou, mais para registar as observações, que elle avançou, do que para additar novas observações áquellas que elle fez. Senhor Presidente, como se deve estabelecer esta questão? Qual é ella? Que interesses offende? Qual é a maneira mais grammatical, fiel e facil de a apresentar? É esta – " O commercio das agoas-ardentes, o seu custo e fabrico, que era livre, sendo affectado por

um exclusivo, póde ou não prejudicar alguns interesses? Esta é a questão. Possa ella deste modo, parece-me que devia terminar com um simples ennunciado. Pois póde se perguntar a algum homem publico, a algum homem de senso commum, a algum homem medianamente versado nestas materias, - se um exclusivo offende ou não os interesses?!... Infallivalmente os offende; não póde deixar de os offender. Pois um exclusivo é por ventura a creação de capitaes novos? É a distribuição de valores estabelecidos; mas uma distribuição artificial, essencialmente injusta, contra as leis economicas. Pois se não há effectivamente senão a distribuir valores creados, se elles se distribuem de diversa maneira, alguem há de pagar essa differença. Os illustres Deputados cuidam, que, em Economia Publica, a producção é um effeito da Providencia, que vem por um beneficio do Ceo, que não há mais senão estabelecer nella exclusivos sobre exclusivos; porque nós temos campo livre nesta riqueza nacional para obrarmos como quizermos. Senhor Presidente, todos os illustres Deputados hão de estar certos de que nos primeiros tempos da sua mocidade lhes haviam de contar histórias de uma certa Cidade construida, de modo que todos tinham á mão todos os alimentos, e todas as cousas desejaveis para a vida: a sua Economia Politica, pela qual duvidam de que o exclusivo possa prejudicar os interesses de alguem, é a Economia Politica do – El-Dorado -, em que todos tinham tudo, e podiam tomar o que quizessem, sem prejudicarem uns aos outros. Porém desgraçadamente a Economia Politica geral é mais ingrata; o seu campo, os seus principios, a sua producção tem limites, e não é possivel deixar de andar dentro destes limites.

Ora, primeiro, os argumentos que se teem apresentado neste assumpto, são diversas hypotheses, as quaes se referem á medida do eclusivo, e em que se pretende saber qual há de ser o seu resultado. Diz-se – o commercio restabelece-o a Companhia, o valor dos vinhos há de subir, subindo o valor dos vinhos os donos delles não os querem vender, hão de infallivelmente preparar o seu genero; e portanto hão de comprar a agoa-ardente para o adubo; mas como a Estremadura é que exporta a agoa-ardente, o estabelecimento da Companhia traz como consequencia necessaria maior consumo neste genero. Tal argumento, Senhor Presidente, em primeiro logar não satisfaz á sua indicação verdadeira. Nós questionamos na preferencia de dois meios: os argumentos empregados nesta questão devem demonstrar, que um meio é preferivel ao outro; a base desta preferencia consiste em um augmento do preço dos vinhos: ora o augmento do preço dos vinhos, como resultado da melhor cultura, dá-se em uma e em outra hypothese; e portanto este argumento não colhe em preferencia de bases, porque, ou se estabeleça o exclusivo, ou se diminua o imposto, sempre se suppõe, que se anima a compra dos vinhos; e por consequencia que se augmenta o seu preço, e que os donos não vendem, e sim compram a agoa-ardente para o adubo. Portanto este argumento não satisfaz á sua indicação; porque não estabelece a preferencia de um sobre outro meio, antes conclue indistinctamente a respeito de um e ou outro: mas nem até similhante argumento que tem a consequencia

economica-pratica, que os illustres Deputados lhe attribuem. Embora o vinho suba de preço, embora os Lavradores o não queiram vender, e queiram comprar agoa-ardente, pelo exclusivo a compra da agoa-ardente é forçada, e por consequencia elles hão de compra-la a quem são obrigados, á Companhia. Diz-se "Os Lavradores do Douro são os melhores compradores; e portanto, se o Douro prosperar, se o seu commercio se augmentar, maior há de ser o mercado das agoas-ardentes; ora o exclusivo faz prosperar o Douro, e por consequencia tambem as outras Provincias." Este argumento é especioso, não conclue nada. Nós temos dois mercados de vinho do Douro, um que tem uma venda certa, onde o preço maior ou menor não influe para o seu augmento; este é o mercado de Inglaterra; e então sendo o numero de pipas que se exportam para aquelle paiz, e o seu adubo sempre constante e o mesmo, claro está, que não é possivel gastar-se por aquelle meio mais agoa-ardente. Mas para o outro mercado não é assim; o preço da agoa-ardente, como genero que necessariamente concorre para a confecção do vinho que se exportar, influindo no preço do mesmo vinho, póde reduzir ou augmentar o seu consumo. Augmentando pois o preço daquella, há de na mesma proporção diminuir o consumo deste; porém o exclusivo tende a augmentar aquelle preço; logo o exclusivo pelo que toca a este mercado, em vez de dar mais largas ao vinho da Estremadura, faz o contrario, estreita-lhe o consumo.

Mas, Senhor Presidente, os illustres Deputados figuram o Douro como um novo consumidor d'agoa-ardente, que se franquea á Estremadura: elles dizem – "nós precisamos agoa-ardente para facilitar a exportação do vinho, e a vossa agoa-ardente será consumida" -, mas quando se fôr lá, acha-se esse vinho, transforma-se immediatamente em pipas d'agoa-ardente, e em vez de um consumidor d'agoa-ardente no Porto, encontra-se um competidor.

Senhor Presidente, há aqui uma clumna de cifras milagrosa: todos os Senhores Deputados a têem recitado, e todos têem tirado argumentos de diversa fórma, e a seu commodo. Dizem os Senhores Deputados do Porto. – "a producção do vinho do Douro é de tantas pipas, gastam-se tantas que vão para Inglaterra, tantas para o Norte, tantas no Porto, tantas para os armazens; cada uma destas porções de vinho preciza de tanta agoa-ardente; o Douro dá tanta, resta tanta; por consequencia ás outras Provincias, (e diz-se até por uma especie de mofa) fica-lhes margem immensa para negociar." – Por esta forma distribuem-se das outras Provincias quatro mil pipas de agoa-ardente para se consumirem no Porto, porém lá não se consomem, segundo os Registos; e então o que se deduz é que ou no Douro se faz mais agoa-ardente do que se diz, ou que não vai da Beira, e Estremadura; e em qualquer destas hipotheses, que as outras Provincias não produzem o que dizem os Senhores Deputados. Mas esta margem que dizem ficar á Estremadura, não existe. Já no Relatorio do Projecto que leu o Senhor Santos Silva, vem demonstrada esta proposição: uma das partes onde se diz que se há de gastar muita agoa-ardente, é no vinho que está armazenado; porém esse vinho já tem a

agoa-ardente preciza, com esse já não se carece gastar mais agoa-ardente, e portanto ahi está a tal margem cerrada. Senhor Presidente, é mofa dizer-se que o exclusivo deixa margem ao pequeno commercio da Estremadura: qual é ella? Onde está? Está no papel. é o mesmo que tirar-me d'um Edificio onde estou muito á minha vontade, e collocando-me no campo no campo ao ar, dizerem-me, deixe-se estar, que se há de fazer ahi um grande edificio.

Senhor Presidente, diz-se, as cousas ficam como estão; nós não excluimos a vossa agoa-ardente do mercado do Porto, a agoa-ardente que se consome no Douro já se consumia, e effectivamente com esse consumo é compativel o consumo da das Provincias do Sul: mas os mesmos Senhores Deputados dizem, que a agoa-ardente do Douro é muito mais dispendiosa, que custa muito mais, e apezar disso não póde vender-se agoa-ardente nossa no Douro é muito mais dispendiosa, que custa muito mais, e que apezar disso não póde vender-se agoa-ardente nossa no Douro posto que menos custoza: e qual é a explicação disto? É porque há nesse mesmo consumoum monopolio conhecido em Economia Publica, e é que ao que tem vinho de mais que póde transformar em agoa-ardente, ficalhe esta mais barata do que a todos os outros, podendo por tanto tolerar maior depressão no preço, e tal é a origem do monopolio do commercio. Junto pois a este monopolio do grangeio domestico o monopolio do exclusivo, já a agoa-ardente da Estremadura sáe mais cara, e por consequencia mais empatada no consumo.

Mas dizem-nos. – " se vós produzis só quatro mil pipas de agoa-ardente, para isso ainda tendes immensa margem". – Ora, Senhor Presidente, nós para Inglaterra mandamos algum azeite; vai d'aqui, vai de Italia, e vai de Hespanha; supponhamos que a Inglaterra determinava que o azeite destinado para certo objecto em que se gastassem algumas mil pipas, fosse só o de Itália; nós queixavamo-nos deste exclusivo, respondiam-nos os Italianos – "lá gastam-se dez a doze mil pipas, por consequencia tendes ainda margem immensa para consumir o vosso azeite." – Mofavam de nós.

Senhor Presidente, as cousas ficam como estão... então quaes são as intenções dos Senhores Deputados? Qual é o seu fim? Para que querem um exclusivo que lhe não serve de nada? É para o innocente fim só de levantarem o preço ao seu género?! Ora, Senhor Presidente, na verdade é um exclusivo bem innocente aquelle que consiste só em levantar o preço, pois o preço não anda sujeito a todas as vicissitudes do tempo, e dos mercados, e é cousa que se altere á vontade do vendedor? Senhor Presidente, o sal em Portugal vendeu-se a quarenta e cinco mil réis, aquelle mesmo que hoje se vende a dous mil e quatrocentos; que diriamos nós se neste estado a que tem chegado este genero, apparecessem os donos pedindo o exclusivo para sustentar o seu preço?... Quanto não tem soffrido o preço do azeite há certos annos para cá? E que diriamos nós se os donos nos pedissem, que a cada uma das vicissitudes porque tem passado o seu genero, lhes dessemos um exclusivo para sustentar-lhe o preço? Senhor Presidente, isto é uma logica odiosa: se concedessemos exclusivo para este genero,

teremos amanhã de o conceder para outro, e depois para outro; de modo que todas as fortunas se transtornam, e por fim tudo fica pobre, apenas quatro, ou cinco proprietarios a quem se tiver concedido o exclusivo, ficam bem. Pois é para levantar o preço do género que se precisa de exclusivo? Diz-se: nós não queremos affrontar a agoa-ardente da Estremadura, queremos só beneficiar o nosso genero; e seria beneficiar o genero fazer-lhe á força o preço mais alto? A Companhia, Senhor Presidente, é obrigada a comprar vinhos; mas para que os há de vender em vinho? Esse cuidado deixa-lo-há aos Negociantes: e ahi está a opinião muito respeitavel do Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros a convencer-nos de que a Companhia não podia vender esse vinho, que não podia crear novos mercados; logo a Companhia há de queima-lo; e por consequencia ahi está um grande fabrico d'agoa-ardente, que de certo vai prejudicar os fabricos das outras Provincias, e ahi está já um competidor terrivel.

E como affiançar que a Companhia não há de ser contrabandista? Senhor Presidente, os Senhores Deputados dizem que o contrabando é impossivel, porém um delles, quando quis combater o Senhor José Alexandre de Campos por dizer que o augmento do preço no rapé tinha influido no seu consumo "não se conclue daqui (disse aquelle Senhor Deputado) que diminuisse na quantidade consumida, antes o que se póde deduzir é que influira no contrabando". Tão certo é que o augmento do preço em um genero influe no contrabando!

Augmentado pois o preço da agoa-ardente, effectivamente se há de fazer o contrabando, como se tem feito, como se faz sempre. Todos os Senhores Deputados se tem pronunciado contra elle, todos disseram que era um mal eminente; chegaram a propôr medidas terminantes contra os contrabandistas. Houve aqui uma Sessão em que denunciando-se que havia uma grande porção deste genero que tinha sido aprehendido, mas que sem condemnação ainda existia, o Senhor Administrador da Alfandega que era Deputado, levantou-se, não para contestar a exactidão do que se tinha dito; mas para que se lhe não roubasse a gloria que elle e seus Empregados tinham tido naquella aprehensão. Existe pois, necessariamente há de existir, porque assim o pede a differença do preço; e quem nos diz a nós que a Companhia não há de ser contrabandista? Foi sempre, porque sempre que um grande fabricante não póde manufacturar o genero por preço igual ao que tem no estrangeiro, manda lá buscar esse genero. O grande fabricante, é neste sentido, sempre contrabandista, logo que tem occasião.

Senhor Presidente, e esta lei tem um inconveniente, é o de Ter um effeito retroactivo para aquellas mesmas pessoas que lucram com ella, é o de sanccionar o contrabando que já está feito. No momento em que podemos estar votando esta Lei, podem estar a fazer-se especulações, encommendas de agoa-ardente que tenham de gosar depois deste beneficio: e nós não iremos senão confirmar os lucros dos especuladores, que sem pertencerem ao Corpo Legislativo, sabem mover os seus caracteres, para poderem haver lucros que lhes não competiam legalmente. Senhor Presidente, tres argumentos nesta questão se tem apresentado,

dos quaes farei especial menção, por me parecer que são aquelles que tem alguma força no assumpto.

Disse-se que o Paiz do Douro não produz por modo algum outra cousa, que esta terra é especialmente destinada para este genero, quando aliás as demais Provincias podem produzir outros generos; que para o Douro ou exclusivo ou morte.

Senhor Presidente, este principio é fundado sobre a esterilidade, e não sobre a proficuidade; não sobre o maior meio de produzir, mas sobre a carencia de producção.

Senhor Presidente, se aparecesse um genero alimenticio que substituisse o pão, o milho, o feijão; se este género se désse nos terrenos que estão incultos; se esta producção mudasse a economia do Paiz, não podendo estes terrenos produzir outros generos, seria economico, seria justo que para senão perderem semilhantes terrenos, se prejudicassem todos os outros productivos? Isso seria um despotismo estabelecido a favor da estirilidade.

Senhor Presidente, eu não quero na applicação forçada destes principios diminuir os valores creados no Douro, mas eu julgo que são exaggerados muitas das asserções dos illustres Deputados, mas eu julgo que são exaggeradas muitas das asserções dos illustres Deputados sobre a estirilidade daquelles terrenosl isto é de certa parte do Douro; porque muitos dos individuos que tem transitado por aquellas paragens, tem dito que certas partes podem ser semeadas de outros generos. Porém é isto um dos inconvenientes da Companhia, inconvenientes que se hão de reproduzir: para ali foram estabelecer-se capitaes, que á força se sustentaram, que artificialmente cresceram.

Senhor Presidente, uma das causas que concorre para a carestia do preço do vinho do Douro é effectivamente o augmento dos preços dos salários dos trabalhadores. Um Paiz vinhateiro não póde ter população, há de ter uma população muito inferior a todos os outros, é este o motivo porque os salarios tem no Douro chegado no Douro a cruzado novo, e a mais, isto é, a muito maior carestia nesta parte do Paiz do que os das outras Provincias, sendo aliás os mesmos salários dados a uma população anómala, a que nós chamamos gallegos, a qual vai supprir a defficiencia da população; ora nós sommos obrigados, em boa economia, a estabelecer algum meio indirecto, pelo qual em Traz os Montes se aproveitem os terrenos proprios para outra cultura, promovendo populações nessas paragens para supprirem a falta de braços que há nas outras, aonde só póde produzir-se vinhos; da mesma sorte que, estamos fazendo para o Além-Tejo, aonde, attentas as circumstancias locaes, tem applicação semilhante providencia.

Senhor Presidente, um outro argumento fez um illustre Deputado, não digo bem, não fez, faço-o eu; elle deu-me as bases para o fazer. Disse o Senhor Deputado "que o exclusivo não mata as industrias estabelecidas na Estremadura; antes o que os Deputados que combateram o exclusivo, querem é que todos os terrenos da Estremadura se plantem de vinhas,

indo-se destruir assim com o augmento da industria que há de nascer,a industria que já está estabelecida." Se fosse exacto este argumento, tinha muito peso, porque a questão se reduzia a optar entre uma industria estabelecida, e outra que está para se estabelecer, e por certo eu preferiria aquella, ainda que não fosse baseada nos principios mais economicos; mas este augmento não póde ser empregado pelos Senhores Deputados, que sustentam o exclusivo, porque elles dizem "o exclusivo augmenta o consumo da agoa-ardente, e por isso há de consumir-se quanta agoa-ardente houver de produzir-se na Estremadura." Aqui se apresenta o exclusivo, ora sendo protector do augmento da producção, devendo ser olhado como um futuro de prosperidade para as outras Provincias, ora como contrario ao desenvolvimento da industria: porém como uma cousa que sustenta aquillo que é, e que não é; que produz resultados diversos e contradictorios, não póde deixar de ser absurdo, segue-se que o exclusivo é effectivamente absurdo. Senhor Presidente, se o esclusivo das agoas-ardentes diminue as industrias creadas na Estremadura deste genero, eu rejeito o exclusivo; se elle vem augmentar estas industrias, eu rejeito-o igualmente, porque não quero uma producção augmentada por meios artificiaes, não quero que se repitam aqui os mesmos males que se etão soffrendo no Douro; e se elle deixa as cousas no estado em que estão é inutil.

Dizem mais os Senhores Deputados "no Douro há um grande sobrecellente de vinhos, a prova está naquelle que existe nos armazens, quando na Estremadura isso não acontece." Senhor Presidente, e se acontecesse, se se agglomerassem nos armazens da Estremadura Vinhos de differentes Provincias como se faz no Douro, segundo os Senhores Deputados tem confessado, esse facto provaria que a Estremadura produzia mais vinho que todos os povos vinhateiros do Mundo?... mas o facto é que não há o deposito da Estremadura: certamente não existe; mas tambem não existem nas bolsas dos productores muitos dos valores que deviam existir; elles venderam os seus generos por menos do que deviam vender.

O terceiro argumento do Senhor Ministro dos negocios Estrangeiros. Sua Excelencia diz, que os 150 contos concedidos á Companhia importariam em um monopolio completo das agoas-ardentes, e que o exclusivo não o estabelecia. Sua Excelencia diz, que os 150 contos concedidos á Companhia importariam em um monopolio completo nas agoas-ardentes, e que o exclusivo não o estabelecia. Sua Excelencia fez uma conta demonstrando que as agoas-ardentes fabricadas pela Companhia haviam de ficar-lhe por muito menos preço do que aos de mais negociantes. Senhor Presidente, o illustre Ministro neste argumento não observou que nos 150 contos há uma concorrencia, e que no exclusivo tal concorrencia não existe; não observou que esse vinho do Douro vem com certa quantidade de agoa-ardente é fabricada no Douro, que esta é a primeira agoa-ardente consumida, sendo a outra que resta consumida pela Companhia; de modo que pelos 150 contos ao menos há economia, e pelo exclusivo não há essa concorrencia, há compra forçada. "Mas isto é um panico" supponhamos que o é; haverá ou

não motivon será ou não justo attender a este panico? Não tem o Corpo legislativo obrigação de destruir este panico' pois se o illustre Deputado tiver uma casa, e proximo a ella se construir uma outra que lha vá arruinar, o illustre Deputado contenta-se dizendo-se-lhe, que não tenha receio que a sua casa não será arruinada? Se lhe metterem uma grande porção de agua dentro da sua propriedade, o illustre Deputado não há de temer que lha destrua? Quem tem panico dentro dos principios de Liberdade de Commercio e de Industria, tem cautella pela sua propriedade.

Tem-se questionado sobre quem é que recae o exclusivo, e a quem favorece a diminuição dos tributos; tem-se dito, "que a diminuição dos tributos ou a base dos 150 contos, é um favor todo feito aos consumidores inglezes, e que o exclusivo é todo a favor do productor"; de modo que a base dos 150 contos tem-se declarado pouco nacional, e a base do exclusivo toda a favor da nossa industria; é um engano absolutamente. Se os Inglezes estão de tal maneira Senhores do mercado que o favor que é feito intencionalmente aos Lavradores, elles o podem assumir para si, tambem podem livrar-se do encargo que lhes é posto fazendo-o recahir sobre o Productor: se os inglezes podem annullar o beneficio, podem annular tambem o encargo, e faze-lo recahir sobre os productores. Mas Senhor Presidente, em ambos os casos, qualquer que seja a base que se adopte prejudica os productores de agoas-ardentes que não são de Traz os Montes: se passa a base dos 150 contos, prejudica-os, porque diminue o preço dos vinhos, diminuindo o preço do vinho que é a materia prima da agoa-ardente, e por consequencia estabelece uma concorrencia muito maior: se se adopta a base do exclusivo há a compra forçada, e já não concorrem no mercado com tanta agoa-ardente quanta é a dessa compra forçada; por consequencia qualquer das bases prejudica os Lavradores da Estremadura. Mas esta doutrina para os Senhores Deputados que ainda não perderam de todo a esperança no Tractado, que ainda não entendem que elle póde ser util a esta industria, é eminentemente absurda; pois os Senhores Deputados denunciam que a diminuição dos direitos é um favor para os consumidores Inglezes, e instam porque os Inglezes tirem os direitos do vinho!...

Senhor Presidente, tambem a Jurisprudencia veio em socorro desta questão. Um illustre Deputado sustentou que o exclusivo da agoa-ardente póde realisar-se por meio de um contracto, é justo, e as Leis não podem podem Ter inconveniente em dar força a esse contracto, Senhor Presidente, não a theoria mais absurda, nem mais inconvenientemente trazida: as leis dão força em contractos, mas não são os contractos que dão força ás Leis. Se o illustre Deputado entende que por contractos se podem estabelecer monopolios, estendendo esta doutrina há-de reconhecer, que em cada Povoação se póde estabelecer um monopolio a respeito de certo genero, em cada Provincia onde fôr inconveniente que regule a Liberdade de Commercio, cada um fará monopolio dentro da sua casa, e o systema feudal será applicavel

por meio de contractos!... o illustre Deputado entendeu, que se podiam destruir todas as industrias, porque ninguem tinha direito perfeito de vender aqui ou ali – o direito perfeito,as maximas da justiça são as mesmas, mas a applicação é diversa segundo as diversas relações sociaes: em Economia publica o direito perfito é cada um vender pelo preço que póde, vender no mercado livre havendo uma concorrencia absoluta.

Senhor Presidente, occupar-me-hei ultimamente com um discurso que é o typo da rotina e do empirismo. O illustre Deputado disse "o mercado do Porto não diminue nem augmenta, o mercado do Porto fica o mesmo". Pois o mercado do Porto mede-se ás vara? O mercado é alguma medida geografica, alguma area ou superficie territorial? O mercado é uma porção de valores; se augmenta o preço dos generos, o mercado diminue, porque ficam menos generos; se diminue o preço, o mercado augmenta. Mas o illustre Deputado disse " que há umas vinte mil pipas de vinho que se queimam em agoa-ardente", - "e estas mesmissimas vinte mil pipas appareceram depois transformadas em vinho exportavel para poderem poderem ser adubadas com agoa-ardente; de maneira que quando se diz" vós queimais mais agoa-ardente, e isto hade fazer mal á Estremadura" responde-se "não, nós temos ainda 20 mil pipas de vinhos para ser adubada com a agoa-ardente da Estremadura" – mas essas vinte mil pipas já estão queimadas; de modo que quer-se o exclusivo para essas vinte mil pipas de agoa-ardente outra vez a vinho!... isto é que é um verdadeiro arcano, isto é mais milagroso que o milagre dos cinco pães e dous peixes!...

Mas dizem os nobres Deputados "nós queremos vender o nosso vinho genuino, temos o maior interesse nisso" quem contraria esse interesse? A Companhia como um estabelecimento, como uma estação fiscal para julgar da propriedade do vinho, está decretada. "Mas a Companhia não faz tudo, e não devemos recorrer a novas experiencias, e sim a uma cousa já experimentada." Senhor Presidente, permitta-se-me que eu faça uma observação. Houve nove annos de liberdade, em cada um destes annos a Estremadura não vendeu mais de 400 a 500 pipas de agoa-ardente, mas nos 50 annos de escravidão venderam-se menos: por consequencia antes o systema da Liberdade que o ystema da escravidão: o systema liberal está experimentado para a Estremadura como util, e o systema da escravidão está experimentado como ruinoso.

Mas a Companhia consideram-na os illustres Deputados como um remedio universal: "a Companhia valeu aos apuros do Douro quando foi creada, a Companhia hade valer tambem agora: a Companhia levantou o Commercio do Douro, hade levanta-lo tambem agora." Senhor Presidente, eu discordo absolutamente de muitas theoristas, que sustentam, que a Companhia foi uma medida adoptada simplesmente por indicações economicas, que foi benefica para o Douro, e não trouxe inconvenientes. A Companhia foi estabelecida para satisfazer a uma destas exigencias momentaneas, a um destes clamores indiscreto da industria, que então existiu como

existe agora: a Companhia satisfaria a certas indicações economicas e satisfaria em grande parte a muitas indicações politicas; mas tambem trouxe grandes males ao commercio. O commercio de vinho esteve soffrendo por 10 annos ainda depois da Companhia, porque se fez uma época de transicção, porque se passou de um systema para outro, e as transicções em economia são sempre custosas: agora estamos em outra transicção, tinhamos passado do systema exclusivo para o systema liberal, não podemos presistir nessa transicção, havemos de mudar depois: e a instabilidade, em assumptos economicos, é destruidora, não deixa vida a systema nenhum.

Senhor Presidente, pois para que é a Companhia? Porque há uns poucos de traficantes que adulteram os vinhos, e é preciso que a Companhia se ingira neste assumpto: ingira-se, mas sem exclusivo. Uma Companhia como escola de commercio? Pessimas escolas de commercio foram sempre as Companhia; porque ou são traficantes, e dão exemplo, com a sua má fé, aos outros negociantes; ou t~eem grandes exclusivos, e esses exclusivos dão margem a todas as traficancias, porque dão grande alimento ao contrabando.

Senhor Presidente, disse-se que a Companhia não podia commerciar em vinhos; e um illustre Deputado arguiu muito bem, com um vicio do Projecto, esta indicação. Mas esse vicio é a primeira virtude que lhe acham os Senhores Deputados. A Companhia não póde commerciar em vinhos; a Companhia é para commerciar em agoas-ardentes. Este Projecto é uma condemnação do commercio dos vinhos; é uma confissão de que esse commercio é impossivel. As industrias morrem e vivem; têem adolescencia e velhice, e tambem se metamorfoseam. E a industria dos vinhos do Douro que se está metamorfoseando em industria d'agoa-ardente, por Ter perdido as esperanças, visto ser o mesmo o consumo do vinho, como confessou o Senhor Ministro dos negocios Estrangeiros, o qual disse que não havia outro remedio senão consumir a agoa-ardente.

Mas diz-se que a Companhia há de infallivelmente commerciar em vinhos, quando este commercio chegar ao seu estado normal. A Companhia tem um mercado sabido, e privilegiado para a agoa-ardente; e há de perder esse mercado, há de deixar de traficar nelle, para se aventurar a essas especulações sobre vinho? E como há de o commercio chegar ao seu estado normal? Há de ser por via da Companhia? Certamente que não; porque a Companhia não faz senão comprar vinho para fazer agoa-ardente.

Senhor Presidente, em outro tempo, póde dizer-se que a Companhia consumia agoa-ardente, e commerciava em vinho; effectivamente tinha o exclusivo d'agoa-ardente, e commerciava em vinho. Mas então o commercio do Porto estava n'outra situação; então os vinhos tinham outra exportação; então a agoa-ardente era feita na Bairrada, e não sei se aqui mesmo. Mas agora a situação é diversa; o consumo dos vinhos, proporcionalmente á producção, não é o mesmo, nem póde sê-lo; e os commerciantes do Porto desistem

absolutamente desse commercio; e os Lavradores, apezar dessas considerações de pondenor, que lhe fazem muito custoso o sacrificio da queima de seus vinhos, preferem o fazer-se fabricantes d'agoa-ardente. E a quem prejudica essa porção d'agoa-ardente, que se vende demais? Á Estremadura. A não ser esta a tendencia do Projecto, é absurdo.

Senhor Presidente, mas o illustre Deputado remediou todos estes inconvenientes; porque coherente com esta economia beatifica, afortunada, declarou que este exclusivo não pesava sobre ninguem. Não pesa sobre o productor, disse elle, porque tem um preço certo; como se a certeza do preço não fosse já um gravame do exclusivo. Não pesa sobre o exportador, porque a exportação é constante; como se a constancia d'uma exportação podesse estorvar que o encargo sobre ella fosse lesivo. Tambem não pesa sobre o consumidor, disse o Senhor Deputado; e não deu razão. Acabou assim a sua novella economica com um segredo, que não revelou.

Senhor Presidente, se se queima menos agoa-ardente no Douro, é máo para esta Provincia; se se queima mais, é máo para a Estremadura, e outras Provincias; e se se queima a mesma quantidade com maior preço, e curso forçado, é tambem máo para estas Provincias.

Senhor Presidente, há, sobre isto, o progresso natural de todos os monopolios. Não pensem que, tomado este caminho, paremos aqui. Estabelecido este exclusivo parcial sobre certa quantidade d'agoa-ardente (e nem por isso deixa de ser exclusivo) elle há de estabelecer-se sobre o resto, depois há de reconhecer-se que se fazia contrabando, e há de isso servir de argumento para conceder todo o exclusivo á Companhia. O proprio facto nos mostra que esta Companhia nasceu pequena e acanhada; foi crescendo, e começa a tomar força; d~eem-lhe este exclusivo, há-de tomar tudo. Nem isto fica já entregue sómente ao curso dos principios; o illustre Deputado já nos annunciou que havia de considerar este assumpto segundo o futuro, e que, segundo os factos, assim se providenciaria sobre o caso. Um dos factos, para aquelles que sustentam o exclusivo, é ser elle innefficaz, por ser pequeno; por consequencia hão de accrescenta-lo, completa-lo.

Senhor Presidente, no tempo em que a Companhia subsistia, a industria d'agoa-ardente na Estremadura, e outras Provincias era desconhecida; a Companhia deixou de existir, appareceo a industria d'agoa-ardente. Eu não sustento que a connexão material destas duas crises importe uma relação economica entre ellas, que uma seja filha da outra; mas que facto appareceu, que podesse explicar a ressurreição desta industria? Nenhum. Augmentou-se a exportação? Certamente que não. Houve mais instrucção nas classes productoras para aprenderem que aquelle fabrico lhes era mais proveitoso? Certamente que não. Foi pois em consequencia de ter desapparecido a restricção que existia. Mas appareça o exclusivo, e pelos mesmos principios elle há de matar essa industria.

Senhor Presidente, mas esta industria é toda Portugueza; toda feita de principios de liberdade; não deve nada a ninguem, não é sustentada á custa do sacrificio d'outras industrias; levantou-se ella por si mesma; tem progredido pelas suas proprias forças. Como ella se desenvolveu outra industria, necessaria para a produzir, a dos alambiques; industria que se acha elevada a um apuro tal, que não inveja a dos outroa Paizes. Mas esta industria foi estabelecida na livre concorrencia, e este direito é sagrado; não póde destruir-se á face d'outra industria sustentada por taes artificios. Senhor Presidente, como seria reputada aquella Legislação que, em caso de duvida sobre a natureza de bens livres ou allodiaes, estabelecesse que todos aquelles, cuja naturesa senão podesse provar, se reputassem bens de morgadio, e determinasse que tivessem sempre um certo valor, e que, quando esse valor não existisse nelles, fosse feito por um rateio á custa dos bens allodiaes?

Dir-se-hia que era barbara e absurda; o mesmo se há de dizer da Legislação, que quizer destruir uma industria sustentada á face das leis, na livre concorrencia aacrificando-a a uma industria filha de privilegios e exclusivos. Senhor Presidente, observa-se em todos os Paizes, que quando existe uma industria artificial, e é preciso modifica-la, ou destrui-la, o Estado, julga-se obrigado a indemnisar essa mesma industria. É o que se fez com o assucar de beterraba, em França. Entre nós não, entre nós proscreve-se a indemnisação, ou não se proscreve, julga-se que é inefficaz; mas neste caso os 150 contos são uma indemnisação. Porém, Senhor Presidente, destruir um alambique, é o mesmo que destruir uma choça, um curral, ou uma adega. Esta industria está associada á industria agricola, e tal associação é o desejo, e os factos de toda a sciencia: os factos da sciencia economica reluzem-se a dividir o trabalho quanto ser possa, e a associar as industrias; e quando este principio germinava no nosso Paiz, vem a acha terrivel do exclusivo destrui-lo, e acabar com este consorcio!... "Mas a diminuição dos direitos é inefficaz."Senhor Presidente, a industria que não se anima com a diminuição de direitos, é industria que não póde subsistir, (Apoiados) é uma industria fraticida ... (O Senhor Agostinho Albano: - Tomo nota.) O Orador: - Toma nota?? Tambem eu toimo nota de que o illustre Deputado sustenta aqui os principios de Liberdade de Commercio para industrias que estão começadas, e que por muitos principios devem ser protegidas, e sustenta os principios restrictivos e exclusivos para uma industria que não tem bases radicaes no Paiz!...

Senhor Presidente, os mercados estreitam-se e diminuem-se por toda a parte, e nós respondemos a esta diminuição dos mercados com o augmento dos direitos! É o maior contrasenso e absurdo!... Isto é semilhante a um homem que tendo uma corda ao pescoço que o háde enforcar, faz inchar o pescoço para se enforcar mais depressa; ou como aquelle, que sentindo que lhe faltava movimento, ou que estava tropego por estar encerrado em uma casa pequena, se fosse sentar para ter mais actividade!... Os mercados apertam-se todos para nós, e nós inchamos, para mais depressa se dar o laço fatal e acabar com o nosso commercio!...

Senhor Presidente, não há meio nenhum de animar as industrias, senão a diminuição quanto ser possa de todoa os encargos que pesam sobre ellas: todos os Corpos Legislativos têem reconhecido isto, e todos se têem empenhado em diminuir os direitos de exportação; entretanto o Governo agora propõe augmentar os direitos de exportação, porque a titulo de augmento de emolumentos vai estabelecer uns poucos por cento sobre os direitos de sahida!...

Mas, Senhor Presidente, affastando-me dos principios da Liberdade de Commercio, eu aconselho para o commercio dos vinhos um exclusivo, e um exclusivo de nova especie; o exclusivo que eu aconselho é o exclusivo do commercio da Costa d'Africa; a industria do vinho methamorfoseia-se em industria de agoa-ardente, pois haja para essa industria o exclusivo do commercio da Costa d'Africa: pois nós não queremos um exclusivo na Costa de Africa, e queremos um exclusivo nas margens do Douro? Pois nós entendemos que devemos estabelecer em toda a latitude os principios de Liberdade de Commercio nas nossas Colonias, que não se acham em estado de os receber, e não os queremos para nós? Senhor Presidente, o systema colonial foi fulminado por todos os Publicistas e Economistas; mas o systema colonial não caiu senão quando acabaram as suas causas; porque logo que houve uma somma de interesses especiaes, logo que as Colonias poderão dar por si uma Representação economica e Politica, acabou o systema colonial; uma Liberdade de Commercio para Colonias que não têem civilisação, que não têem commercio, que não têem industria, é um contrasenso. Senhor Presidente, o commercio d'Africa até aqui não tem sido possivel para nós: esse mercado é dominado completamente pelo Brasil: e eu para concorrer tambem com a minha quota de Estatistica, vou lêr á Camara um papel. "Em 1839 exportamos de agoa-ardente para a Africa, 1114 almudes; em 39, 541; em 40, 384; em 41, 266; ao todo, 2149 almudes; e do Brasil exportaram-se para a Costa d'Africa, no primeiro semestre de 41, 870 almudes, e no primeiro semestre de 42, 4673 almudes; de maneira, que nós em quatro annos nunca exportamos para a Costa d'Africa metade de agoa-ardente, que no Brasil exportou em metade de um anno! É verdade que não gostam da nossa agoa-ardente; mas não faltam meios de a aproximar ao seu gosto, e de a methamorfosear; mas isso é o que se não tem feito. Eu sei que o Brasil, por motivo dos interesses que se lhe offendem com se lhe fecharem os portos das nossas Colonias da Costa d'Africa, cujo receio tem até muita voga naquelle Paiz, não fugirá de qualquer negociação diplomatica para a importação do nosso vinho; em todo o caso, ou o seu mercado para o nosso vinho, ou a Costa d'Africa para o mercado da nossa agoa-ardente. (Apoiados). Isto é claro, e facil, mas desgraçadamente não se tem feito. Senhor Presidente, aberto este mercado o que é muito facil, libertada completamente a lavoura, e todas as industrias que lhe são connexas, creio que a questão economica se resolverá.

Eu voto pelos 150 contos, mas voto por elles por uma razão especial; não porque acredite que com elles o commercio dos vinhos do Douro há de prosperar; e sim porque sendo

esses 150 contos uma extorsão que o Governo faz aos productores do Douro a favor da Companhia, tenho para mim que elles a soffrerão temporariamente, pois quando raciocinarem, e virem que o lucro que a Companhia tem, o podem elles ter, hão de pedir a diminuição dos direitos, e a extincção da Companhia. Voto pois pelos 150 contos, como por um principio que se aproxima á perfeição, sem nenhuma confiança nos seus resultados.

∴

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1843 – Discurso do Deputado Lopes Branco defendendo a liberalização do comércio dos vinhos nacionais e a diminuição dos direitos de exportação sobre os vinhos e aguardentes nacionais.
Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, Sessão de 14 de Fevereiro de 1843

O Senhor Lopes Branco: - Senhor Presidente, é debaixo da maior violencia, e da maior repugnancia, que eu me levanto para entrar nesta discussão, porque a minha conducta o anno passado, discutindo-se aqui o projecto dos vinhos do Douro, e a continuação das minhas opiniões a este respeito me fazem recear, que alguem me tenha por um inimigo acintoso de todos os interesses da Provincia dos Traz-os-Montes; porém é forçoso ser superior a este receio, e ouvir, quem me falla muito alto, que são os dictames da minha consciencia, na qual só póde achar-se a sinceridade das minhas intenções.

Senhor Presidente, quando o anno passado aqui veio o projecto do Douro, fui eu um dos muitos poucos Deputados, que o combati, e votei contra elle, por que então estava persuadido, e ainda o estou, que nenhuma das suas provisões é o remedio de salvação, para tirar a Provincia dos Traz-os-Montes do estado de desgraça, em que se acha; porém esse Projecto passou na maior parte das suas provisões, e por tanto este negocio era negocio decidido por esta Camara, sobre o qual já mais se deviam renovar os argumentos, que então se produziram, para se provar a conveniencia da Companhia das vinhas do Alto Douro, e os beneficios, que ella tinha feito á provincia de Traz-os-Montes, durante os dias da sua vida; mas alguns dos Senhores Deputados, que agora tem defendido novamente os interesses da Provincia de Traz-os- Montes, tornarão a vir a este campo, e a renovar os argumentos contra a extincção da Companhia, e a fazer-lhe os maiores elogios; e eu por consequencia, que o anno passado estive n'uma muito pequena minoria, devo descer tambem a este campo, para deste modo dar o testimunho, que de mim exige a sinceridade das convicções, que tenho ainda agora, de que nenhumas das provisões do projecto são o remedio, que se procura para a salvação da provincia de Traz-os-Montes.

Mas, Senhor Presidente, por esta occasião estigmatisaram-se as theorias, e se fulminaram da maneira a mais desapiedada, dizendo-se, que a estas theorias se deviam os

resultados, que se sentem pela falta da exportação dos nossos vinhos; mas Senhor Presidente, nunca eu hei de fulminar assim as theorias; pelo contrario respeito-as muito, porque não quero ser retrogado; as theorias são o resumo dos factos, que o observador sujeita ao seu exame, para delles deduzir as regras e os preceitos de um bom regime e administração, e por tanto nunca devem ellas ser estigmatisadas de tal maneira. – Honra por tanto, Senhor Presidente, aos nobres Ministros, que em 1834 referendaram o Decreto da extincção da Companhia, porque não só elles foram conformes com as theorias, que a aconselhavam, mas com os proprios factos, que há muito tempo a estavam exigindo.

Disse-se outra vez este anno, que as circumstancias, em que a Provincia de Traz-os-Montes se achava agora, eram as mesmas, em que ella se achava, quando o marquez de pombal creou a Companhia; e eu, que combati esta asserção daquella vez, sinto, que ella novamente me obrigue a contesta-la. - Senhor Presidente, as circumstancias actuaes de Traz-os-Montes são realmente de desgraça; mas a Provincia de Traz-os-Montes no tempo, em que a Companhia se creou, eram muito prosperas, e não foi para melhorar a sua decadencia, e miseria, que ella se instituiu. Senhor Presidente, naquelle tempo todos sabem, que os nossos Lavradores do Alto Douro mal sabiam podar e empar as vinhas, e que os nossos Negociantes não tinham aquelle espirito de empreza, que se tem desenvolvido; e tendo-se estabelecido em Inglaterra o gosto do nosso vinho, facil foi aos Negociantes inglezes virem fazer todo o Commercio deste genero da nossa exportação, os quaes insinuando aos Lavradores, que fizessem o vinho carregado e coberto, os lavradores o fizeram de mais, e os Inglezes reprehendendo os seus Commissarios, e tornando-lhes estees a culpa disso, o resultado foi uma crise terrivel, que em 1754 pôz em guerra os Commerciantes Inglezes com os Lavradores do Douro, o que se fez presente ao Governo do marquez de Pombal, que nesta occasião entendeu, que não só devia acabar a crise, que se dava, mas o monopolio, que os Estrangeiros faziam do nosso único producto da exportação, e o fez creando a Companhia geral das vinhas do Alto Douro.

Por tanto as circumstancias de Traz-os-Montes em 1756 não eram as mesmas, que agora são, actualmente o estado daquella provincia é desgraçado, mas não só esta parte do nosso Paiz, são todas as provincias vinhateiras, são todos os paizes, que produzem vinhos, que estão em apuro (Apoiados), porque, Senhor presidente, a crise Commercial de vinhos é geral, é de todos os povos (Apoiados); pelo contrario em 1756 o estado de Traz-os-Montes era prospero, porque tendo-se exportado 22 738 pipas de vinho em 1749, esta exportação se conservava firme em 1756, que se exportaram as mesmas 22 738 pipas, tendo augmentado consideravelmente a exportação, sem o auxilio da Companhia desde 1678, em que o Paiz do Douro apenas produzia umas 500 pipas de vinho. Os elogios, que se fazem á Companhia, porque augmentou a exportação, não tem logar algum, porque comparando o estado, em que ele se achava, quando foi instituida, com o que houve depois, se vê, que diminuiu

consideravelmente; por quanto tendo-se exportado em 1756, anno em que a Companhia se instituiu, como já disse, 22 738 pipas, em 1759 se exportaram 15 425, em 1760 exportaram-se 21 290, e em 1761 apenas 18 281, vendo-se por isso, que nos cinco annos seguintes sempre a exportação diminuiu, e alguns esta diminuição foi de 4 e 5 000 pipas! E note-se, que em 1756 foi, que a Gram-Bretanha declarou a guerra á França, e por esses tempos se tomou Belle-ille, a Martinica; que a Inglaterra armou Esquadras etc., circumstancias, que tanto proporcionavam á Companhia grandes meios para uma consideravel exportação.

Se além disto, Senhor Presidente, nós comparamos os 20 annos anteriores á instituição da Companhia com os 20 annos posteriores, achamos, que esta exportação foi proporcionalmente muito mais pequena, porque importando ella nos 20 annos anteriores 380 305 pipas, nos 20 annos posteriores ella apenas foi de 313 142, o que importa uma differença para mais só de 32 837 pipas, o que vale o mesmo, que uma diminuição consideravel; porque tendo ella augmentado antes da Companhia, esta depois de instituida teve as circumstancias da guerra com os estados Unidos, a guerra geral, e os Povos da Europa fechados aos Inglezes, que tinham de fornecer de vinhos as suas Esquadras, e o seu Paiz não recebia outros, senão os nossos, e no entanto a exportação apresenta esta única differença.

Senhor Presidente, disse-se, que oCommercio de vinhos do Douro tem segredos, que não são para os profamos, em virtude dos quaes a Companhia preparava, e apresentava sempre o vinho genuino, o optimo nos mercados estrangeiros, e os chafarriqueiros em razão das suas misturas o apresentavam sempre máo; Senhor Presidente, eu não sei, que segredos são estes, que as divindades da Companhia conservavam, para fazerem o vinho sempre bom, sempre optimo, e se isso dependia de segredos, certamente essas divindades tiveram a benevolencia de os communicar a alguem; porque o anno passado já eu aqui disse, que muitos Negociantes tinham adquirido grande reputação para os seus vinhos, e mencionei os vinhos de Bucellas, e de Carvalhos, que estavam muitos accreditados em inglaterra; e este anno pelas informações que tenho, accrescentarei, que uma casa aqui de Lisboa está accreditando os seus vinhos no mercado, mais remoto da Europa, na Russia (Apoiados), pelas remessas, que para lá está fazendo. (Apoiados); por tanto essas divindades da Companhia tiveram certamente a bondade de revelarem os seus segredos, sem os quaes não podiam apparecer vinhos bons, e optimos, que não fossem os da Companhia.

Sim Senhor, haviam esses segredos, Senhor Presidente, mas segredos, que todos sabiam, e que ninguem ousava perturbar por as penas severas, que os privilegios da Companhia gosavam, e faziam impôr, para consolidar os monopolios, de que vivia; havia segredo no exclusivo do Brasil, para onde mandava o vinho de ramo, e que lhe custava 10$000 réis, e lá vendia a 50 e 60$000 réis! Havia o segredo de ser permittido aos chafarriqueiros exportar vinhos para aquelles portos, mas só por via da Companhia, que lhe carregava 16 por

cento, ou sendo exportado á custa delles, 6 por centos de commissão, com cujos encargos largavam de todo esta exportação os negoviantes particulares, que não podiam competir no Brasil com a Companhia; é verdade, que estes 6 por cento tinham o encargo da companhia emprestar dineito a 3 por cento aos Lavradores, mas todos sabem, que ou não cumpria este encargo, ou quando o fazia, era só para os afilhados, para os da clientella da Companhia!

Outro segredo, que possuia a Companhia, era o monopolio das compras, porque a Companhia até a isto extendeu o seu poder, conseguindo, que ninguem podessse vender o seu vinho, em quanto ella não tivesse comprado, isto acontecia, e este monopolio se consolidou em 1769, que sendo anno de excellente novidade, alguns Lavradores, e negociantes Portuguezes indo comprar o vinho a 36$000 réis, que era a taxa maior, a Companhia cuidou de representar, e fazer as suas queixas, que tiveram o resultado, que sempre tinham, resolvendo-se, que ninguém comprasse, em quanto ella não tivesse comprado.

Os segredos consistiam nas penas terriveis, que a Companhia fazia impôr contra os desgraçados, que introduziam o vinho de fóra dos limites da Feitoria dentro da demarcação; todos sabem, que além de um Conservador, que todos os annos devassava por este respeito, ali foi mandada uma alçada, que por mais de tres annos nos assolou aquelle paiz, e arruinou as familias, e porque crimes, Senhor presidente? Lá foi pronunciado um desgraçado de Mesão Frio, o Bacharel José Antonio de Sousa Faria pelo horroroso crime de ter acolhido em sua casa um odre de vinho, que lhe pediu, para lá deixar, um Frade Capucho, das esmollas, que tinha tirado, morrendo nas Cadeias de Rellação do Porto este infeliz arrebatando de desgostos! Outro infeliz, que tinha as suas uvas a perderem-se na vinha com o mao tempo, que havia, e o seu lagar era distante, pediu a um Lavrador de dentro da demarcação da Feitoria o seu, e nelle deitou as uvas; pois isto foi tambem um crime horroroso, e, Senhor Presidente, a vingança foi cair igualmente no lagar, não só neste, mas em todos os que haviam pelos limites da Feitoria além, que todos foram arrasados!! (Apoiados).

Eis aqui, Senhor Presidente, os segredos da Companhia, e eu sinto ter descido a esta materia, por que tinha sido tractada o anno passado; mas alguns dos nobres Deputados, que tem defendido os interesses de Traz-os-Montes, me obrigaram a isso, porque eu devia dar este testimunho da sinceridade das minhas convicções; muitos exemplos, e outros segredos podia ainda descrever, mas basta o que tenho dicto, não me occuparei mais desta maneira, porque o objecto é outro.

Porém, Senhor Presidente, no meio de tudo isto há uma voz geral da parte dos defensores dos interesses de Traz-os-Montes, que mandam callar todos; calle-se tudo, é, o que se ouve, porque o estado da Provincia de Traz-os-Montes é desgraçado, vai na sua ruina progressiva, em quanto as outras provincias vão abundando em riqueza! Senhor Presidente, quem diz isto, não está ao facto das circumstancias, em que estão as Provincias: se o vinho em

Tras-os-Montes se não vende, nas outras Provincias acontece o mesmo; se em Tras-os-Montes se vende barato, nas outras Provincias não havia o anno passado, quem comprasse, uma pipa por oito testões (Apoiados); se ficam em pousio vinhas; que em Traz-os-Montes se plantaram em terra, que se levou ás costas de homens, nas outras provincias tambem ficam em pousio, tambem as vinhas se perdem. (Apoiados). Mas, Senhor Presidente, não é o estado de Tras-os-Montes tão desgraçado como nos quer dizer, porque já este anno um illustre Deputado daquella Provincia aqui nos disse, que o vinho se tinha lá vendido em 40 ou 50 adegas a 50$000 réis, e que os outros Lavradores não o tinham vendido por este preço, porque não tinham, com que o prepararem, podem querer vende-lo pelo preço de quem o preparará bem? E aqui mesmo,mas não em Parlamento, ouvi eu dizer, que em Traz-os-Montes já não há uma pipa de vinho bom, que não esteja vendida, e que mais de 20 000 pipas estão vendidas; e nas outras Provincias tem os Lavradores vendido o seu vinho? (Apoiados). Não tem ainda as adegas cheias? (Apoiados).

E é por esta occasião, Senhor Presidente, que eu quero levantar de mim, e da Camara uma grave censura, que um nobre Deputado nos dirigiu apostofrando os seus Collegas, e taxando-nos de descuidados, dizendo, que nós em logar de nos occuparmos dos interesses de Tras-os-Montes, gastavamos o tempo em nos insultarmos! Senhor Presidente, eu faço justiça ao nobre Deputado deve faze-la igualmente aos seus Collegas, e ver, que nenhum aqui deixa de ter a melhor vontade de accudir ao estado, em que se acha a Provincia de Tras-os-Montes; e tanto mais eu devia rejeitar estas censuras, quando que da primeira vez, que o nobre deputado as fez, ainda a illustre Commissão, de que Sua Senhoria é digno membro, não tinha apresentado os seus trabalhos, e da segunda não haviam 24 horas, que elles tinham vindo á Camara. (Apoiados).

Senhor Presidente, o negocio não deve principiar, por saber o meio de se ir comprar o vinho ás adegas dos Lavradores; o negocio deve principiar, por saber-se, como se hão de despejar esses grandes depositos de vinhos, que há no Porto, e fazer exportar estes para os mercados estrangeiros, que esses depositos se tornem a encher, e a exportação fique regular. Senhor Presidente, o anno passado julgou-se, que o meio, para conseguir isto, era a rehabilitação da Companhia, e o Projecto passou com a maior parte das suas provisões; mas ficou, para se decidir a dos 150 contos de dotação á Companhia, para ella satisfazer aos encargos, que se lhe comettem. Nesta occasião, Senhor Presidente, eu devo declarar, que me quero aproveitar da liberdade, que os illustres Deputados maiores defensores dos interesses dos Tras-os-Montes tem dado, para se entrar nesta discussão, declarando, que é necessario tractar da questão com a maior franqueza, e lealdade, os Senhores Deputados são bastante cavalheiros, para me fazerem a justiça de acreditar, que eu vou expôr as minhas idéas com toda a franqueza, e com toda a lealdade do meu coração. (Apoiados).

O anno passado, Senhor Presidente, votei eu n'uma parte pequena minoria contra todo o Projecto, votei contra o Projecto, votei contra os 150 contos, e hoje ainda estou da mesma opinião. Senhor Presidente, esses 150 contos, em primeiro logar, foram calculados sobre a outra base, que o Projecto tinha, da Companhia ser obrigada a comprar o vinho de segunda e terceira qualidade, que os Lavradores lhe quizessem vender; mas a illustre Commissão propôz então, e venceu-se, que a Companhia fosse obrigada a comprar aos Lavradores só até 20 000 pipas, e portanto a base, sobre que os 150 contos foram calculados, já não existe, e estes não podem ser votados, faltando aquella já estão fóra da base, para que foram calculados, e por consequencia muito embora se vote alguma quantia, a favor da Companhia; mas esta, Senhor Presidente, está já fóra da base, sobre que foi calculada, e a Camara deve tomar isto em consideração. Eu preciso declarar, que não trago esta idéa, senão para servir de argumento, e para cada vez mais mostrar a razão da convicção, em que estou, de que nem por esta, nem por outra providencia igual a esta, se póde conseguir o fim que se pretende.

Mas, Senhor Presidente, os 150 000$000 ainda para mim não podem merecer approvação, porque como aqui disse o anno passado, a Companhia tinha de despeza 200 000$000; póde dizer-se, que alguma coisa diminuira essa despeza; mas, Senhor presidente, os interesses existirão, e a lembrança desses interesses não fará diminuição alguma na despeza, e então pergunto eu, há de a Nação fazer o sacrificio de 150 000$000, para uma Companhia Commercial, que no tempo da sua apregoada prosperidade fazia de despeza 200 000$000? Não estamos nós vendo uma casa de negocio que gira com esse e maior capital fazendo a despeza sómente de dois Guarda Livros, e tres, ou quatro Caixeiros? Senhor Presidente, para manter um estabelecimento Commercial semilhante não vale a pena uma dotação de 150 000$000.

Senhor Presidente, vamos ao principal argumento, que eu tenho para não conceder pela minha parte os 150 000$000; estes 150 000$000, Senhor Presidente, importam afinal o mesmo, que o exclusivo do Commercio dos vinhos e este exclusivo importa a perdição da agricultura, que se pretende proteger; porque calculadas as 20 000 pipas de vinho, que a Companhia fica obrigada a comprar, pelo preço que lhe foi taxado, vem ellas a importar em 240 000$000, mas a Companhia recebe 150 000$000, logo vem ella a gastar unicamente 90 000$000 do seu capital, que vem a ser o mesmo que comprar o vinho a 4.500; mas sendo certo, que a Companhia é o mesmo que outro qualquer Negociante, que há de ter as mesmas ambições, e os mesmos desejos; que há de querer excluir dos mercados os productos dos outros negociantes, porque tem todos os meios para isso, a Companhia vendo-se em circumstancias muito mais favoraveis, dos que outro qualquer comprador, há de sempre vender os seus productos mais baratos, e os outros, que não podem tirar o mesmo resultado, que ella tira, hão de deixar de ir ao mercado, porque não podem competir com a Companhia. E sendo isto assim, segue-se, que as 25 000 pipas assim abandonadas, quando muito, serão afinal compradas não

todas pelo preço, que a Companhia quizer; e aqui temos, como esses 150 contos se tornam uma oppressão tambem da agricultura, que se pretende proteger. Portanto, Senhor Presidente, importando os 150 000$000, como acabo de mostrar, um exclusivo para a Companhia, e por consequencia a perdição para a agricultura, que se pretende proteger, não podem ter esses 150 contos a minha approvação. E, Senhor Presidente, se eu dissesse o anno passado essas verdades, cahiriam sobre mim as maiores censuras de injusto e suspeito, não querendo conceder os 150 contos, que se percisavam, para acudir ao Douro.

Mas o que é certo, Senhor Presidente, é que já se conheceu, que a medida, que se queira adoptar o anno passado, não era o remedio proprio; mas estará elle por ventura no outro, que se pretende substituir? A este respeito, Senhor Presidente, sinto dizer, que também me opponho a esta base, que se apresenta, em logar dos 150 000$000, sobre a qual tinha versado a discussão, que ficou pendente do anno passado. Sinto certamente, que agora se offereça a idéa do exclusivo, e que se apresentasse de tal maneira, que, sem a illustre Commissão se ter pronunciado por ella, alguns dos Membros, de que ella se compõe, viessem ser os seus maiores defensores; eu sinto, Senhor Presidente, que tal aconteça, poruqe quando aqui veio o Projecto, que está em discussão, com a base dos 150 000$000, alguns dos Membros da illustre Commissão disseram, que não se podia passar sem se approvar essa base, e agora são elles os mesmos, que vem defender o exclusivo. (Apoiados). Eu ainda queria saber, como é que isto se faz? O que eu entendo, que talvez ainda venha a acontecer, é, que os illustres Membros da Commissão apresentaram a sua idéa em favor do exclusivo só como Deputados, pela liberdade, que temos, da iniciativa em qualquer questão; mas que como membros da Commissão hei de ainda ter o gosto de ouvir os illustres Deputados defender a base dos 150 000$000 como um desgraçado engeitado, que não tem quem tome conta delle, e portanto é de esperar, que os illustres Deputados, como membros da Commissão, venham ainda defender a sua obra, porque é quem a deve defender: (Apoiados).

Senhor Presidente, eu sinto, que semilhante idéa viesse aqui apparecer, e sinto ser contra essa doutrina, porque hei de apresentar factos, que não podem ser ignorados dos illustres Deputados defensores do exclusivo; porque elles não vão muito longe, e aqui seguirei um methodo diverso, porque em logar das theorias, e dos principios, começarei pelos factos. Senhor Presidente, falla-se em preconceitos contra o exclusivo; mas estes preconceitos são fundados em factos, e quem tiver profundado esta materia, não póde deixar de lembrar-se, que a Companhia ... Eu preciso declarar, que não tenho a mais pequena intenção de offender a Companhia, nem conheci nem conheço pessoalmente os seus Membros, por consequencia menos ainda posso ter a intenção de os offender; factos, é que vou referir, e só o farei, para chegar á consequencia, que pretendo tirar. Senhor Presidente, sinto, que se tenham esquecido desses factos, que tem sido publicados, não só n'um livro, como hontem se disse nesta Casa;

mas em muitos papeis, que se tem escripto a respeito da Companhia, e do tempo do seu exclusivo. Pois há de deixar de lembrar-nos, que a Companhia vendia agua-ardente de 7 gráos, em logar de a vender de 11, 13, e 14, vendendo deste modo um terço d'agua liquida, ou em cada tres almudes d'agua-ardente um d'agua liquida? Tem-se esquecido, Senhor Presidente, que se importava agua-ardente de França, e ultimamente do Pico, e do Fayal, o que obrigou a um illustre Portuguez em uma Assembléa muito respeitavel a dizer, que ainda que os telhados das Ilhas fossem todos de vinhas não era possivel vir de lá tanta agua-ardente? Tem-se esquecido do facto bem notorio de aquellas duas embarcações hespanholas carregadas de pipas de agua-ardente, que entraram por deposito nos Armazens da Companhia, que apesar dos esforços, que se fizeram, e representações ao Governo, para dispensar a pena da Lei, não foi possivel dispensa-la; mas foi possivel illudi-la, porque em logar de se despejarem ao Rio as pipas de agua-ardente, despejaram-se com agua simples no Rio Douro, e a agua-ardente ficou em outra parte? Não se sabe, que em 1810 a Companhia destilou 90 pipas d'agua-ardente, e importou mais de 3 000?

Senhor Presidente, á vista do que tenho dito, verão sem fundamento os nossos preconceitos? Serão infundados em presença destes factos, que todos tem visto, e que ninguem tem contestado?

Mas, Senhor Presidente, pergunto eu, se o exclusivo, que se pretende, que nós concedamos, vem fazer despejar immediatamente os Armazens do Porto, se vai promover a exportação? Se elle faz com que haja uma exportação regular? Diz-se-nos, que o exclusivo não é perjudicial as outras Provincias, e nós por isso o devemos conceder, e eu digo, que se os illustres Deputados, que defendem o exclusivo, forem capazes de me mostrar, que com o exclusivo se despejam os Armazens do Porto, e se faz immediatamente sahir pela Barra do Porto fóra esse vinho, e que elles continuam a despejar-se, nós não temos senão duvida em conceder-lhe o exclusivo; mas isso é, o que se me não póde provar; porque o fim, que se deve procurar, não é comprar o vinho das adegas, nem comprar a aguardente, ou mandarmos, que o vinho se reduza a aguardente, porque isto não faz senão augmentar os depositos (Apoiados). Mas, Senhor Presidente, que motivo de interesses especiaes, e independencia póde haver entre a Providencia de Traz-os-Montes e as outras de um paiz, como o nosso, que apenas fórma uma linha de terra de 90 legoas? Quererão os Senhores de Traz-os-Montes de todas as outras, para exclui-la da desgraça, ou prosperidade do resto do Paiz?

Senhor Presidente, o exclusivo, que se pretende, importa, um exclusivo de commercio, porque tendo a Companhia seguramente de vender a aguardente mais cara aos Negociantes, estes hão de exportar mais caros os seus vinhos, e por consequencia não podem competir com a Companhia nos mercados estrangeiros, aonde ella há de apresentar o seu genero com menos

despezas, e empregar todos os meios de excluir os outros concorrentes, vendendo mais barato. Isto é exacto, não tem resposta, não póde ser de outro modo (Apoiados).

Porém, Senhor Presidente, há 20 mil pipas de excedente em Traz-os-Montes, que é preciso, que tenham consumo; Senhor Presidente, deste modo não póde haver melhor meio para a Provincia de Traz-os-Montes enriquecer, e sem duvida se isto é tambem algum segredo, os Senhores de Traz-os-Montes devem guarda-lo, porque não há por certo melhor meio de enriquecer um Paiz, do que este; por quanto a Companhia tem de exportar o vinho de primeira qualidade, porque de outro não póde, nem deve, e pelo Projecto há de comprar 20 mil pipas de vinhos de segunda e terceira, o qual não exporta, e que deve infalivelmente reduzir a aguardente; ora agora para as 20 000 pipas, que ficam de excedente, propõe-se o exclusivo, para que tenham consumo, e então a Provincia deste modo tem sempre a venda certa de todo o seu producto: logo a riqueza deve vir immediatamente mas, Senhor Presidente, deste modo o que eu vejo, é, que os Senhores Deputados querem levantar esse muro de que já fallei, que separe os interesses da Provincia de Tra-os-Montes dos das outras Provincias; mas isto estabelecia um direito a respeito das outras Provincias, que ellas podiam invocar; então, Senhor Presidente, fallando claro, e com franqueza, eu tambem posso exijir, que se levante um muro na Figueira, e os Lavradores do Alemtejo pedirão, que se levante um muro na Barra de Lisboa, para não virem os cereaes do Minho, e dos Açores confundir-se com os cereaes dos campos de Coimbra, e do Alemtejo, cereaes que vem completamente matar de vez em quando os productos dos Lavradores destas duas Provincias, e isto não se podia denegar, concedido deste modo o exclusivo (Apoiados).

Senhor Presidente, disse-se que promovendo-se a exportação com o exclusivo, augmentava o consumo, e toda a aguardente poderá ir ao Porto; se é certo o que tenho dito, não sei como a exportação há de augmentar! Ficando o genero mais caro aos outros Negociantes, elles não podem por consequencia concorrer com a Companhia nos mercados estrangeiros, e então o que se segue, é diminuir a exportação; esta é a consequencia necessaria.

Disse-se, mas ainda fica margem a 4 mil pipas de aguardente para as outras provincias, calculando-se, que o exclusivo que se nos pede, importa em 2 mil pipas de aguardente, e que o adubo de todo o vinho de exportação leva 6 000, mas Senhor Presidente, aqui é que está o lalet, pois a Companhia que só tem a exportar o vinho de primeira qualidade, já está obrigada a comprar 20 mil, as quaes ella não póde exportar, porque se o fizer, temos a mistura, de que não quer ser acusada; mas o menos, que estas 20 mil pipas podm dar são 3 mil de aguardente; o excedente são outras 20 mil pipas, para as quaes nos pedem um consumo, pelo meio do exclusivo, e então já se vê, que nenhuma margem fica para essas 4 mil pipas, que deixam para as Provincias, porque aqui estão 6 mil pipas de aguardente, quantidade sufficiente

pelos calculos, que os Senhores Deputados defensores do exclusivo tem feito, para adubar os vinhos. Por consequencia margem nenhuma fica para as outras Provincias, absolutamente nenhuma; salvo se eu tnho a rasão tão tapada, que não possa entender o que há de misterioso nisto.

Mas, Senhor Presidente, disse-se, que os negociantes do Porto, ou o Corpo do Commercio, que pediram a extincção do exclusivo, são os mesmos, que pedem agora o exclusivo, e que sendo sobre elles, que directamente recahe o exclusivo, exijindo-o, não póde negar-se-lhe de maneira alguma, Senhor Presidente, eu respeito muito a Associação Commercial do Porto, e por isso não quizera acreditar, que a Associação Commercial tivesse representado a favor do exclusivo, mas dado o caso, que tenha representado, eu não posso de maneira alguma nesta parte, com quanto respeite muito essa Associação Commercial, conceder, que ella representasse os desejos, a vontade, e os interesses do commercio do Porto, porque no momento, em que os negociantes pedissem o exclusivo, suicidavão-se; pois, Senhor Presidente, póde alguem capacitar-se, que o Corpo do Commercio queira pedir um exclusivo a favor de uma Companhia, que há de concorrer com elles nos mercados estrangeiros, levando lá o seu genero mais caro, do que aquelle, que póde apresentar a Companhia sempre mais barato? Não posso crê-lo, e por isso digo, se não quizer negar, que a respeitavel Associação Commercial quer o exclusivo, então digo que ella não pode representar os interesses, nem a vontade dos Commerciantes do Porto.

Porém, se não houver exclusivo, os Lavradores reduzirão o excedente a aguardente, e a trarão ao Porto, e a aguardente das outras Provincias não poderá competir com aquella, porque é mais barata, carece de menos despezas para conduções etc., isto dizem os Senhores Deputados, que defendem o exclusivo, porém direi eu, que se segue daqui? Continua o mesmo estado; quem poder vender, vende, quem não poder, não vende; o que se segue, é que este estado há de ser resolvido, quando fôr resolvida a crize Commercial, que ameaça todos os Paizes vinhateiros (Apoiados) esta é a verdade, há de ser resolvida pelas leis geraes, que regulam o Commercio em todos os paizes.

Senhor Presidente, já hontem o meu amigo, o Senhor Bartholomeu dos Martyres, respondeu ao argumento, que aqui se trouxe da reforma da Irlanda, e eu agora só direi que naquelle negocio as therias, é que prevaleceram; tantas vezes foi levada ao Parlamento a Reforma dos catholicos da Irlanda, que a final se mostrou a iniquidade de serem os Subditos na Gram-Bretanha livres, e escravos os da Irlanda, mas este argumento no caso presente é contra producente, porque as theorias todas se levantam contra o exclusivo, e as theorias já tiveram a sancção, que deviam Ter com a extincção deste exclusivo.

Mas, Senhor Presidente, disse-se, que nós estamos petrificados diante dacabeça da medusa, que não queremos levantar o véo, que nos cobre a razão, para concedermos aos

vinhos, o que está concedido a todos os productos da nossa Industria Fabril. Senhor Presidente, o meu nobre amigo o Senhor Bartholomeu dos Martyres tambem hontem respondeu a este argumento; eu admiro, como elle se trouxesse, para se tirar semilhante conclusão; os direitos protectores da nossa Industria, são em favor de Portuguezes contra Estrangeiros, e o exclusivo é a favor da Companhia e de Portuguezes contra Portuguezes: não há semilhança alguma, e o argumento nada colhe, absolutamente nada.

Disse-se tambem, que a diminuição de direitos, quando elle se estabelecesse, só favorecia o especulador, e nunca o Lavrador; mas, Senhor Presidente, talvez seja curteza da minha razão, não posso deixar de considerar este argumento como um verdadeiro paradoxo. Senhor Presidente, pois não importará afinal a diminuição dos direitos, um favor á Agricultura? Por certo; e muito maior será, se essa diminuição se conseguir tambem nos direitos de importação nos portos estrangeiros; não poderá o Lavrador pedir maior preço pelo seu genero, quando lho forem comprar? Admira-me, Senhor Presidente, como o empenho de defender uma causa má possa levar defensores tão conspicuos ao excesso desse argumento; o que se segue, é, que a diminuição dos direitos não favorece o Lavrador immediatamente, mas favorece immediatamente o especulador, e o favor mediato é ao Lavrador, que há de reputar melhor o seu genero; esta verdade é de primeira intuição, está ao alcance das intelligencias mais medianas. Mas disse-se, que logo que se diminuissem os direitos, diminuiria o preço do vinho nos mercados estrangeiros, e que então já os Lords deixavam de beber vinho do Porto? A fallar a verdade admiro, como tambem se podesse trazer este argumento, pois, por ventura as pessoas de bem deixarão de vestir panno fino, porque todos em razão do preço, a que elle tem chegado, o vestem? Certamente não; Senhor Presidente, o que se segue, quando o genero diminue de preço, é que se torna mais geral, mas não deixa de ser usado.

Senhor Presidente, para não abusar mais da paciencia da Camara, eu vou dizer na minha opinião, quaes são as medidas, com que me persuado a Provincia do Douro há de sair do estado em que se acha, e apezar de que tenho a certeza, de que ellas não são adoptadas, pago á minha consciencia o testemunho, que lhe devo pagar, pelas convicções que ella me faz; as medidas, Senhor Presidente, são geraes, só por medidas geraes, é, que se póde favorecer a Provincia de Traz os Montes, e com ella, tirar do estado de desgraça em que se acha todo o Paiz.

Senhor Presidente, quando o Marquez de Pombal instituiu a Companhia, teve tambem um pensamento occulto, e foi estabelecer uma esterilidade permanente de vinhos do Douro, para que os Negociantes Inglezes o comprassem sempre cáro, mas, Senhor Presidente, era isto máo para agora; isto no tempo em que apenas os Inglezes recebiam os vinhos de Portugal, podia ser util, mas para agora não, Senhor Presidente, se o Marquez de Pombal hoje fosse vivo, e visse que aos mercados de Inglaterra concorriam os vinhos de outros Paizes, elle havia

de mudar de opinião, e havia de vir aos principios, que as theorias mos ensinam (Apoiados), porque na sua intelligencia, e da sua habilidade governativa não se podia esperar, senão a concepção do meio pelo qual podia salvar uma parte tão importante da sua Patria, e o Paiz todo. (Apoiados).

Senhor Presidente, estas medidas, na minha opinião, são a abolição dos direitos, a faculdade de se exportarem vinhos de todas as qualidades, que o nosso Paiz produz, e a fiscalização das suas qualidades nos portos em que se embarcam.

Dir-se-há que o paiz não está nas circumstancias de poder fazer o sacrificio desses direitos de exportação. Mas, Senhor Presidente, tantos sacrificios tem feito a Nação em operações financeiras ruinosas, e não valerá a pena, para melhorar a sorte de uma Provincia que dá o melhor producto da nossa industria agricola, fazer o sacrificio de todos os direitos impostos na sua saída? Eu digo que sim. Pelo menos é isto o que fazem todas as Nações que querem promover a sua industria; é o que esta Camara já fez a favor d'um genero da nossa industria agricola; porque pela Carta de Lei de 22 de Maio de 1839 foram aliviados os generos cereaes, que se exportassem, do direito de 10 réis por alqueire. (O Senhor Albano: - Apoiado). Se apoiado a respeito dos cereaes, apoiado a respeito do vinho.

Senhor Presidente, o Governo, no anno passado, fazia em beneficio do Douro o sacrificio de 150 contos; e fazia-o não immediatamente a favor daquella Provincia, mas a favor de todo o Paiz, com o qual a sua sorte está ligada. A faculdade de se exportarem todos os nossos vinhos tambem deve ser concedida, porque será uma injustiça deixarem de se exportar para os mercados estrangeiros muitos vinhos de que o nosso Paiz abunda. Serão Cidadãos d'outra condição aquelles que habitam fóra da demarcação da Feitoria? Não mostra a experiencia que fóra dessa demarcação há vinhos tão bons, e melhores do que dentro della? E aquelles que tiverem a fortuna de habitar dentro dos limites da Feitoria, hão de ficar com melhor direito, que os de fóra? Não mostra a experiencia, que a mesma Companhia fazia apresentar nos mercados de Inglaterra vinhos de Cabriz, e d'outros pontos da Beira, com grande reputação, e que obtiveram ali o melhor preço' por consequencia façamos com que nos mercados estrangeiros se apresentem vinhos de todas as qualidades do Paiz, redusam-se os direitos, façam-se Tractados com as Potencias Estrangeiras; faça-se com que elles lá possam ir. Senhor Presidente, os vinhos da Catalunha, de Cette, da Sicilia, e de Malaga, vendem-se por 70 a 80 mil réis; ora se nós fizermos esta diminuição nos direitos de exportação, e alcançarmos alguma diminuição nos direitos de importação nos Portos Estrangeiros, não há duvida, que havemos poder competir com esses vinhos dos outros paizes nos mercados estrangeiros; e eu tenho intima convicção, de que os estrangeiros hão de preferir o vinho do nosso paiz ao dos outros. Isto, Senhor Presidente, é que é attender á prosperidade do paiz; deste modo, é que ella se promove; por medidas parciaes certamente não.

A Fiscalização, Senhor Presidente, é um dos correctivos necessarios para a minha theoria, porque não quero que o vinho de qualidade inferior apareça nos mercados estrangeiros como bom vinho; faça-se por tanto no porto de embarque tudo o que puder ser, por meio de regulamentos, para que nos mercados estrangeiros appareçam vinhos da qualidade que o carregador despacha. Deste modo, repito é que se promove o bem do nosso Paiz, e eu, em nome de meus Constituintes, me sugeito a todos os sacrificios, que este meio de accudir ao Douro possa trazer ao Paiz. É preciza uma contribuição para supprir a falta, que deve resultar pela diminuição dos direitos? As Provincias estão promptas a soffrer esse sacrificio, a soffrer todos de que dependa a sua prosperidade, em cuja carreira é necessario que entremos por uma vez.

Mas, Senhor Presidente, a rehabilitação da Companhia está votada, e é necessario que ella posssa satisfazer os seus encargos. Há dias pedi eu com urgencia que o Governo mandasse a relação dos Capitaes, que a Companhia ainda administrava. O fis desta exigencia não se conseguiu; e eu por consequencia officialmente não sei quaes são os capitaes, que a Companhia administra. Mas seja como fôr, assim como ella tem estado sugeita a differentes medidas Legislativas, que possamos aqui adoptar; e então em conclusão de tudo, mando para a Mesa uma Emenda, que de certo não será tida em consideração; mas o tempo, mais tarde, ou mais cedo, fará justiça as minhas theorias; mais tarde, ou mais cedo se desenganarão todos, do que só assim se pode prover á felicidade do Douro, e de todas as provincias vinhateiras do paiz. Eis aqui a

EMENDA: - Artigo 1.º Ficam abolidos em todas as Alfandegas do Reino os Direitos impostos nos vinhos e Agoardentes d'exportação.

Artigo 2.º Na Alfandega da Cidade do Porto e nas do Reino, se poderão despachar para os portos da Europa os vinhos de todas as qualidades que o Paiz produz; sendo os carregadores obrigados a manifestá-los segundo estas, e responsaveis pelo dólo que se achar na sua verificação.

Artigo 3.º Os Directores das Alfandegas proverão sob sua responsabilidade o que fôr conveniente, para que os vinhos despachados saiam para os portos, ainda são destinados, da qualidade que tiver sido manifestada na occasião do despacho, certificando-o nos papeis da Alfandega, e por meio de marcas nas pipas.

Ponto único. Para este fim o governo fará os Regulamentos necessarios.

Artigo 4.º A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, liquidando immediatamente todos os seus fundos, e suspendendo o pagamento dos juros aos accionistas, converterá aquelles em um novo capital, no qual ficará sómente debitada para com elles.

Ponto Único. Com este capital, ou levantando sobre elle quaesquer sommas, a Companhia commerciará em vinhos quanto o permittirem os seus recurss; e formará uns novos

estatutos, como convem a uma Companhia puramente Commercial, os quaes serão presentes ao Governo para os approvar.

Artigo 5.º Depois que a actual Companhia dos vinhos do Alto Douro, liquidar as suas contas, no fim do prazo concedido pela moratoria concedida pela Carta de Lei de 21 de Fevereiro de 1838, o Governo apresentará ás Côrtes um Relatorio exacto das circumstancias em que a Companhia se acha para se providenciar como melhor convier.

Artigo º 6.º Fica revogada a Carta de lei de 21 de Fevereiro de 1838, na parte que se opposer aos Artigos antecedentes. – Sala da Camara dos Deputados, 15 de Fevereiro de 1843. – Lopes Branco

O Orador: - Por esta occasião mando para a Mesa uma Representação, que hontem recebi da Associação Commercial da Figueira, contra o exclusivo. Assentei, que devia dar conta della agora; porque se a tivesse mandado antes para a mesa; não produsiria o effeito que os signatarios tiveram em vista, isto é protestar solemnemente contra o exclusivo. Tenho comtudo a notar, que esta representação vem baseada sobre um principio menos exacto; porque diz, que a proposta para o exclusivo fôra feita pelo nobre Ministro dos Negocios Estrangeiros, o que não é exacto, porque a Proposta é do Senhor Deputado pela Beira, o Senhor Jeronymo Dias de Azevedo, e que peço que no Diario d'amanhã, quando se disser alguma cousa do que acabo de expôr, se mencionasse esta falta de exactidão.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1843 – Discurso do Deputado Dias e Sousa defendendo a base dos 150 contos para a reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Fonte: Diário da Câmara dos Deputados, 13 de Fevereiro de 1843.

O Senhor Dias e Sousa: - Senhor Presidente, a occasião em que me toca fallar não é muito favoravel para mim; eu, Orador novato, depois de terem fallado dous conspicuos ornamentos desta casa em sentido contrario! Certamente a minha posição é bastante desfavoravel; com tudo a justiça da causa que advogo, supprirá o defeito do Orador. Não pensava eu, que depois do que se passou na Sessão do anno preterito a respeito da questão que nos occupa, me tivesse de levantar no sentido em que hoje o faço, para rebater uma opinião que por quatro vezes, me parece, se apresenta nesta Casa, e que tem sido constantemente repellida com vigor pelos adversarios della; digo que não esperava, depois do que se passou na Sessão do ano precedente, que tivesse de erguer-me; porque então apresentaram-se nesta Casa todas as razões que pareciam justificar a adopção da medida que hoje novamente se intenta vencer; e tendo a Camara patenteado uma opinião inteiramente contraria a ella, - e não apparecendo novas razões pelas quaes se abandonasse esta opinião, não pensava eu, digo, que revivesse

essa mesma idéa então abandonada. O illustre Deputado auctor do Projecto em que se estabelece o exclusivo das agoardentes a favor da Companhia, para attenuar de alguma fórma certa incoherencia, que possa apparecer entre o procedimento da Camara, na Sessão passada, e a adopção do novo Projecto que hoje se apresenta, valeu-se do proloquio, ou adagio latino – sapientis est mutare consilium. Antes pois de entrar especialmente na materia sujeita á discussão, não posso deixar de fazer algumas considerações a respeito da verdadeira intelligencia desse adagio latino, para mostrar, quando é que a mudança de opinião sobre o mesmo assumpto deixa intacta na pessoa que assim muda a nota de sabio; e quando irroga justamente a de insipiente ou pouco reflectido.

Senhor Presidente, o homem que merece ou pretende arrogar-se a honrosissima qualificação de sábio, nunca se decide por uma opinião, sem que primeiro calcule, medite, avalie, e profunde maduramente o pró e o contra; - sem que encare o negocio debaixo de todas as suas relações; sem que pese, e estime os argumentos contrarios, e favoraveis. Depois deste maduro exame, e avaliação da materia, o sabio convence-se, e decide-se. E sendo a sua decisão o resultado de uma convicção fundada, elle a conserva inabalavel, em quanto não vê alterados os fundamentos do seu raciocinio, nem apparece materia nova, que não pudéra ser apreciada na primeira decisão. Se porém factos posteriores vem alterar os primeiros que serviram de principal fundamento á opinião, e convicção formada, se novas razões de decidir sobrevêm: o 'sbio, docil como é sempre, ao imperio do raciocinio, e da intelligencia, reconsidera o assumpto, rectifica os factos, junta e combina os novos e os antigos; e se encontra no fim de suas reflexões motivos fundados de alterar a sua primeira opinião, altera-a, sem que por isso incorra na minima censura de menos entendido. Em tal caso não é o sabio que muda, são os factos que se alteraram, são as razões de decidir que variaram. Não succede porém assim ao incipiente, ou pouco reflectido. Este porque se decide sem meditar maduramente nos motivos, porque obra, sem os saber devidamente avaliar, é por via de regra – versatil: - muda de opinião e com a mais solta facilidade. Quando se lhe apresenta uma idéa, um parecer contrario ao que elle segue, como não reflectiu a principio nem é capaz agora de avaliar a força dos argumentos, hesita, vacila, embasbaca, por assim dizer, diante do seu adversario: e depois facil é em mudar suas antigas opiniões.

Applicarei agora, Senhor Presidente, esta doutrina ao caso em que estamos. As razões apresentadas nesta Sessão em favor do exclusivo das agoasardentes, já foram produzidas na Sessão passada, e em outras anteriores; nenhuma de novo se offerece. Esta Camara ouviu-as então, pesou-as, e desattendeu-as. E se os Senhores Deputados, cujas idéas combato, tem alguns factos novos, que exhibir, apresentem-nos; digam-nos tambem se os interessados reclamaram contra a base do antigo Projecto, e aonde estão, quem fez essas reclamações.

Tenho pois para mim, Senhor Presidente, que não há motivo que justifique a mudança da opinião da Camara na Sessão do anno passado, e que se a Camara mudasse, não podia cobrir-se com o proloquio citado pelo illustre Auctor do Novo Projecto; se mudasse, caber-lhe-ia epitheto diverso do do adagio; mas por certo, assim o espero, não o deixará de conservar as suas primeiras convicções; porque a Camara é composta de intelligencias illustradas, de homens verdadeiramente entendidos, e pensadores.

Ambos os Senhores Deputados que encetaram esta questão, começaram por pedir e recommendar franqueza, e lealdade. Senhor Presidente, julgo desnecessaria e impropria esta recommendação. Todos os membros desta Camara tem a peito os interesses do Paiz; e quando entram na discussão delles, dizem francamente o que entendem melhor. Se algum errar, deve attribuir-se o erro, provado que seja, a defeito de entendimento, e nunca a vontade, e deliberada intenção de offuscar a verdade. (Apoiados)

Por minha parte declaro, que entro nesta discussão com a maior franqueza e abertura, propria do meu caracter, e não empregarei subterfugios alguns, nem usarei de embecêllos, e escapúllas. E para primeira prova disso, começarei por analysar uma expressão, de que sempre usam os Oradores de opinião contraria, quando fallam no objecto sujeito. Estes Oradores exclamam sempre com emphase. – tractemos da riqueza mais valiosa do nosso Paiz; de um producto sui generis, que nos faz importar do estrangeiro grandissimos cabedaes; esta questão é a do maior interesse nacional, etc, etc.

Senhor Presidente, façamos, por assim dizer, a autopsia destas frases. Todos nós, Senhor Presidente, estamos promptos e dispostos a favorecer a importantissima Industria dos vinhos do Douro, a dar toda a protecção e auxilio a esse valioso producto sui generis. – já demos disto um testimunho irrecusavel na Sessão do anno passado. As provisões do Projecto de Lei, que então approvamos, tendem todas a conservar o credito dessa Industria, - a evitar, que especuladores fraudulentos a adulterem,e façam depreciar, - a dar enfim os remedios mais efficazes, na opinião dos proprios Senhores Deputados, a quem respondo, para sustentar a genuidade, e consequentemente o valor e riqueza dos Vinhos do Douro. Mal cabidas são pois as exclamações dos illustres Oradores.

Senhor Presidente, o de que se tracta agora, - o que se pretende pelo novo Projecto,não é beneficiar a riqueza especial dos vinhos do Douro: disso já tractamos: para isso está approvado o necessário. De que se tracta é de dar maior preço ao vinho peor do Douro, á zurrapa desse Paiz. Portanto deixem os illustres defensores do Projecto de nos fallar tão alto, e tão enfaticamente na maior riqueza Nacional, que dizem querer beneficiar. Riqueza Nacional, Senhor Presidente, é tudo quanto se produz nesta terra de Portugal; a toda ella devemos attender, se quizermos desempenhar o nosso mandato (Apoiados).

Senhor Presidente, permitta-me ainda a Vossa Excelencia, e a Camara, que antes de entrar no ponto essencial da questão, diga alguma cousa a respeito da falta de analogia, que há entre dois exemplos, que se adduziram, e ao caso de que tractamos. O illustre Deputado, que abriu a discussão (O Senhor Jeronimo Dias d'Azevedo), querendo justificar a repetida apresentação da idéa do exclusivo, apezar de muitas vezes rebatida, disse. « também havia repugnancia contra a existencia da Companhia, e tanto se fallava nella, que a final reviveu, e lá existe.» Senhor Presidente, os clamores eram contra os exclusivos da Companhia, - contra os seus abusos, e oppressões escandalosas. Tirando isso, apresentada ella unicamente como uma Corporação fiscalisadora da pureza dos vinhos, verdadeiramente protectora desse Commercio, acabaram os clamores. É assim que o Projecto N.º 6 a estabelece: daí-lhe porém exclusivos, e privilegios odiosos, os clamores renascerão.

Outro Orador (o Senhor Agostinho Albano) disse no mesmo sentido do precedente, que a questão da emancipação da Irlanda andou muitos annos no Parlamento Inglez; e tanto se repetiu, que a final venceu os adversarios della.

Senhor Presidente, não há a menor paridade neste exemplo. Na questão da Irlanda luctava um principio de justiça contra uma excepção. No nosso caso dá-se exactamente o contrario, - é a excepção reagindo contra os principios universaes da justiça, e da sciencia.

(...)

Entro na materia: o auctor do novo Projecto, em que se estabelece um exclusivo da Agua-Ardente a favor da Companhia, precedeu-o de um Relatorio, no qual procurou desenvolver os fundamentos da bondade do novo alvitre. Lendo com attenção esse Relatorio, aho que são dois os principaes argumentos, que ahi se produzem em favor do privilegio. O primeiro é para impedir, que os vinhos se adubem com menos agua-ardente, do que é necessaria, para que elles appareçam genuinos, e acreditados no Mercado Estrangeiro de Inglaterra, isto é, que não levem só dois almudes e meio, ou tres de agoa-ardente, em vez de quatro ou cinco de que carecem. O segundo argumento é para evitar, que, continuando o barateio dos vinhos no Douro, os Lavradores façam queimas forçadas, e concorram ao Mercado do Porto com uma porção excessiva de aguas-ardentes, que exclua as da Beira, Estremadura, e Minho. Nenhum destes fundamentos aproveita ao auctor do Projecto para o fim que elle se propõe. Não vale o primeiro, porque a obrigação imposta de comprar á Companhia, e sómente de dois almudes de agoa-ardente por pipa de vinho para os mercados do Norte: e portanto não vejo, que por essa obrigação se obtenha, que cada pipa desse Vinho seja sempre adubada com quatro ou cinco almudes de Agua-Ardente. Quanto ao segundo, fique certo o Senhor Deputado, que elle não tem valor algum para os Lavradores e Negociantes das Provincias do Sul, e especialmente da Estremadura. Nós não tememos a concorrencia das aguas-ardentes do Douro, - mandem para o Mercado do porto quanta quizerem, de sua lavra,

concorremos de boa vontade. Como interessado na Estremadura, eu agradeço ao Senhor Deputado o sentimento, que parece anima-lo nesta parte em favor da minha Provincia, mas asseguro-lhe, que ella o não quer, nem acceita por tal preço.

O mesmo Senhor Deputado porém, no discurso que fez, tractou de desenvolver mais a sua opinião favoravel ao exclusivo; insistindo em que elle era util ás Provincias, e determinadamente á da Estremadura. Disse o Senhor Deputado, o exclusivo é necessario; porque sendo a producção regular do Douro de oitenta mil pipas de vinho; - exportando-se para todos os mercados Estrangeiros trinta mil, e consumindo-se no Paiz outras tantas; restam vinte mil pipas, a que convem dar sahida, para se não irem accumulando nos depositos, e produzirem a estagnação que se experimenta. É necessario elevar o consumo em comparação da producção: para isto concedo o exclusivo da aguardente á Companhia, para queimar essas vinte mil pipas; pois se as metter no consumo, fará mal aos outros vendedores. Senhor Presidente, em primeiro logar não há no Projecto Artigo algum, pelo qual a Companhia fique obrigada á queima dessas vinte mil pipas; há sim a obrigação de lhe comprarem vinho; mas não a de queimar exactamente esse, que a Companhia compra pelos preços fixados no Projecto. A Companhia, porque tambem é commerciante, e tem nisso mais interesse, hade metter esse vinho no consumo; e hade distillar, o que ella forçosamente comprará por vil preço aos Lavradores, que no estado de penuria, em que se acham; venderão antecipadamente todo, ou parte do seu genero. Digo, que a Companhia preferirá o consumo no Porto; porque tendo ella ainda, como affirmou o illustre Deputado o Senhor Pereira de Magalhães, o exclusivo de facto da venda do vinho no Porto; reputará melhor o vinho comprado, vendendo-o, do que queimando.

As palavras formaes do illustre Deputado, que nomeei, proferidas em Setembro passado, são as seguintes: « No Porto ninguem bebe vinho senão da Companhia ... todos correm ás tavernas da Companhia. Tem o exclusivo de facto. »

Ora, Senhor Presidente, sendo isto assim; e não havendo providencia alguma no Projecto para a queima forçada das vinte mil pipas! Mas, Senhor Presidente, se o argumento de que deve elevar-se o Commercio em comparação da producção vale para o fim que se pretende: esse argumento é por maioria de razão applicavel á Provincia da Estremadura. O excesso da producção de vinho nesta Provincia é tres vezes maior do que no Douro. Vou mostra-lo.

Aqui está o Mappa de todo o vinho exportado pela barra de Lisboa, e consumido na Cidade e seu Termo durante o triennio de 1839 a 1841.

A exportação em 1839 foi de ..... 18 787 pipas
---------- em 1840 ---------- 17 989 "
---------- em 1841 ---------- 15 314 "

Total ---------- 52 090 "

Termo medio --- 17 363 1/3

Para adubar e compôr este vinho de exportação, calculando a 24 almudes de aguardente por pipa, são necessarios 43 407 almudes de aguardente, ou 1 736 pipas de 25 almudes.

Para fazer este numero de pipas de aguardente calculando para cada uma oito de vinho (o que é muito favoravel ainda aos da opinião contraria), é necessario queimar 13 888 pipas de vinho, as quaes juntas as exportadas, termo medio, sommam 31 251

Ora o consumo no Arsenal da Marinha nos	
Ditos tres annos, foi termo medio	*378*
Em differentes Commarcas	*341*
Em Lisboa	*24 018*
No seu Termo	*3 546*
Somma o consumo geral, termo medio	*59 534*
E sendo a colheita media de vinho nos tres	
Districtos da Provincia, feito o calculo mais	
Moderado, de	*160 000*
Temos restantes	*100 466*
Demos que é muitissimo, para o consumo	
Geral da Provincia	*40 466*
Teremos ainda um excesso de	*60 000*

Pipas de vinho, que podem produzir mais de 7 000 de aguardente.

Este mappa é exacto: qualquer Senhor Deputado póde facilmente saber o mesmo na Repartição competente. Quanto á producção há uma base irrecusavel para calcular; é a importancia do Subsidio Litterario nos tres Districtos da Estremadura, sabida esta, e attendendo a que cada pipa se paga 300 réis, ao favor de 25 por cento ao Lavrador, e igualmente calculando sobre algum lucro do arrematante: facillimo é a qualquer conhecer com muita probabilidade o resultado.

Em presença destes factos; demonstrado como fica, que se no Douro há um excesso de mao vinho, que senão póde exportar, nem consumir vantajosamente, na Estremadura, terra do mesmo Paiz, existe um excesso de igual genero, tres vezes maior: havemos nós, Legisladores de

todo o Portugal, conceder um exclusivo, um privilegio odioso para favorecer o primeiro despresando o segundo? Senhor Presidente, não entendo semilhante Economia Politica: não sei que diga de taes Estadistas. O verdadeiro Estadista pésa no se cálculo todos os interesses do Paiz, para que legisla; não tracta de fazer favores a cantinhos do Paiz, attende ao Paiz inteiro. Politica contraria é mesquinha, e miseravel.

Mas, diz-se, o exclusivo é util á Estremadura; porque no Douro são precisas mais de 6 000 pipas de aguardente, e pelo Projecto fica obrigada a compra de 2000 e tantas á Companhia: para o resto póde francamente concorrer a da Estremadura, e a das outras Provincias. Obrigado pelo favor. Pois é util ao concorrente ter u mercado aberto para 3000 pipas, podendo-o ter para 6000? A diminuição do mercado é sempre em prejuizo do vendedor; nunca póde dizer-se, que é cousa util.

Mas tudo isto é o menos. O maior damno, que há de resultar da medida, se se adoptar é que o exclusivo parcial se converterá em exclusivo geral. Isto não é vã imaginação, e conjectura: funda-se na natureza das cousas, há de vir pela força irresistivel da experiencia, e dos factos. Senhor Presidente, a aguardente a prazos, pagam-lh'a em prestações. O mesmo Projecto o determina expressamente. O especulador, ou vendedor de fóra vende a pagamento prompto. A Companhia poderosa em meios pecuniarios, e em influencia há de regatear com o Lavrador, que está em necessidade, fazer-lhe adiantamentos, e fica-lhe o genero antecipado por baixo preço.

(Uma voz: - Não está ao facto).

O Orador: - Estou ao facto: isto é o que está succedendo em toda a parte. Só quem não é Lavrador no nosso Paiz, o não sabe. O lavrador é geralmente pobre de dinheiro; nunca o obtem sem grave usura; vê-se, como costumamos dizer, com a corda na garganta, e sacrifica parte do seu producto.

A Companhia há de comprar vinho por a metade dos preços regulares: e póde vender a aguardente com vantagem em concorrencia comnosco, e com os das outras Provincias. Não perde; porque lá tem certo o lucro na exorbitância do preço de uma boa porção della, que forçosamente lhe hão de comprar.

Em relação aos commerciantes, e exportadores de vinhos, a Companhia há de attrahi-los tambem com a vantagem de vender-lhes a largos prazos; o que não podem fazer os especuladores de fóra. O exportador de vinhos compra por obrigação a metade da aguardente, de que precisa, á Companhia: e prefere comprar-lhe o resto que lhe falta, pela grande vantagem de pagar-lhe durante quasi tres annos, em que tem de ir preparando os seus vinhos, para o pôr em estado de sairem para o mercado estrangeiro.

Nestes termos a Companhia ficará pela força irresistivel das circumnstancias a única vendedora de aguardente. Será ella também, pelo que tenho ponderado, o único comprador

Total ---------- 52 090 "

Termo medio --- 17 363 1/3

Para adubar e compôr este vinho de exportação, calculando a 24 almudes de aguardente por pipa, são necessarios 43 407 almudes de aguardente, ou 1 736 pipas de 25 almudes.

Para fazer este numero de pipas de aguardente calculando para cada uma oito de vinho (o que é muito favoravel ainda aos da opinião contraria), é necessario queimar 13 888 pipas de vinho, as quaes juntas as exportadas, termo medio, sommam 31 251

Ora o consumo no Arsenal da Marinha nos	
Ditos tres annos, foi termo medio	*378*
Em differentes Commarcas	*341*
Em Lisboa	*24 018*
No seu Termo	*3 546*
Somma o consumo geral, termo medio	*59 534*
E sendo a colheita media de vinho nos tres	
Districtos da Provincia, feito o calculo mais	
Moderado, de	*160 000*
Temos restantes	*100 466*
Demos que é muitissimo, para o consumo	
Geral da Provincia	*40 466*
Teremos ainda um excesso de	*60 000*

Pipas de vinho, que podem produzir mais de 7 000 de aguardente.

Este mappa é exacto: qualquer Senhor Deputado póde facilmente saber o mesmo na Repartição competente. Quanto á producção há uma base irrecusavel para calcular; é a importancia do Subsidio Litterario nos tres Districtos da Estremadura, sabida esta, e attendendo a que cada pipa se paga 300 réis, ao favor de 25 por cento ao Lavrador, e igualmente calculando sobre algum lucro do arrematante: facillimo é a qualquer conhecer com muita probabilidade o resultado.

Em presença destes factos; demonstrado como fica, que se no Douro há um excesso de mao vinho, que senão póde exportar, nem consumir vantajosamente, na Estremadura, terra do mesmo Paiz, existe um excesso de igual genero, tres vezes maior: havemos nós, Legisladores de

todo o Portugal, conceder um exclusivo, um privilegio odioso para favorecer o primeiro despresando o segundo? Senhor Presidente, não entendo semilhante Economia Politica: não sei que diga de taes Estadistas. O verdadeiro Estadista pésa no se cálculo todos os interesses do Paiz, para que legisla; não tracta de fazer favores a cantinhos do Paiz, attende ao Paiz inteiro. Politica contraria é mesquinha, e miseravel.

Mas, diz-se, o exclusivo é util á Estremadura; porque no Douro são precisas mais de 6 000 pipas de aguardente, e pelo Projecto fica obrigada a compra de 2000 e tantas á Companhia: para o resto póde francamente concorrer a da Estremadura, e a das outras Provincias. Obrigado pelo favor. Pois é util ao concorrente ter u mercado aberto para 3000 pipas, podendo-o ter para 6000? A diminuição do mercado é sempre em prejuizo do vendedor; nunca póde dizer-se, que é cousa util.

Mas tudo isto é o menos. O maior damno, que há de resultar da medida, se se adoptar é que o exclusivo parcial se converterá em exclusivo geral. Isto não é vã imaginação, e conjectura: funda-se na natureza das cousas, há de vir pela força irresistivel da experiencia, e dos factos. Senhor Presidente, a aguardente a prazos, pagam-lh'a em prestações. O mesmo Projecto o determina expressamente. O especulador, ou vendedor de fóra vende a pagamento prompto. A Companhia poderosa em meios pecuniarios, e em influencia há de regatear com o Lavrador, que está em necessidade, fazer-lhe adiantamentos, e fica-lhe o genero antecipado por baixo preço.

(Uma voz: - Não está ao facto).

O Orador: - Estou ao facto: isto é o que está succedendo em toda a parte. Só quem não é Lavrador no nosso Paiz, o não sabe. O lavrador é geralmente pobre de dinheiro; nunca o obtem sem grave usura; vê-se, como costumamos dizer, com a corda na garganta, e sacrifica parte do seu producto.

A Companhia há de comprar vinho por a metade dos preços regulares: e póde vender a aguardente com vantagem em concorrencia comnosco, e com os das outras Provincias. Não perde; porque lá tem certo o lucro na exorbitância do preço de uma boa porção della, que forçosamente lhe hão de comprar.

Em relação aos commerciantes, e exportadores de vinhos, a Companhia há de attrahi-los tambem com a vantagem de vender-lhes a largos prazos; o que não podem fazer os especuladores de fóra. O exportador de vinhos compra por obrigação a metade da aguardente, de que precisa, á Companhia: e prefere comprar-lhe o resto que lhe falta, pela grande vantagem de pagar-lhe durante quasi tres annos, em que tem de ir preparando os seus vinhos, para o pôr em estado de saírem para o mercado estrangeiro.

Nestes termos a Companhia ficará pela força irresistivel das circumnstancias a única vendedora de aguardente. Será ella também, pelo que tenho ponderado, o único comprador

para os especuladores de aguardente das Provincias do Sul. E poderá alguém dizer, que é util ao vendedor ter um único comprador no mercado? A consequencia há de ser, que esse comprador dará a Lei ao vendedor.

E apezar de tudo isto, diz o illustre Auctor do Projecto, que a utilidade, que delle provém á Estremadura, é de primeira intuição!

Senhor Presidente, é realmente ter uma intuição agudissima: as aguas do Norte apuram, ao que parece, tanto a vista, quanto as do Sul a embaraçam, e turvam.

Por mim declaro,que não posso enxergar, nem confusamente, o que o Senhor Deputado vê tão claro.

E aqui vem naturalmente a ponto, Senhor Presidente, o fallar de um objecto, em que não desejava tocar; mas os illustres Deputados, que defenderam opinião contrária á minha, entraram nelle; e forçoso me é segui-los. Fallo do contrabando.

Senhor Presidente, os receios, que os da Estremadura temos a respeito do contrabando das aguasardentes no Norte, não tem por fundamento meras conjecturas, nem vãos preconceitos, como parecem indicar os nobres Oradores, a que respondo. Elles proprios, e outros que seguem a mesma opinião em favor do exclusivo, foram quem mais affirmaram em outras occasiões a existencia desse facto criminoso.

Senhor Presidente, o illustre Auctor do novo Projecto disse em seu discurso, que esta questão tinha arcanos. Tellos-há, Senhor Presidente, o nobre Deputado melhor provavelmente os conhecerá. Mas para nós os da Estremadura esses arcanos, que tambem nos inclinamos a crêr, são por certo da natureza diversa da que lhe suppõe o illustre Orador. Esses arcanos affiguraram-se-nos medonhos, para os interesses desta Provincia; e os tememos.

Senhor Presidente, o contrabando tem-se feito quasi em todos os annos; se tem havido algum intervallo, não é por falta de vontade dos individuos que nelle traficam. Esses individuos existem proximos á Companhia; são ricos, são influentes, e nenhuma impossibilidade vejo, em que elles possam entrar, ou influir na propria Companhia.

Referirei as formaes palavras, dictas pelo illustre Deputado, que precedeu a fallar, na Sessão de 12 de Setembro do anno proximo preterito. Disse o nobre Deputado,a respeito do contrabando de aguardente: É escandalosissimo o contrabando (de aguardente) que se está fazendo ... nas praias do Norte, ao Sul e Norte do Douro há um desembarque continuo, há um contrabando de aguardentes systematicamente estabelecido. (O Senhor Agostinho Albano: - Senhor Presidente, peço a palavra para explicação, e para rectificação de facto).

O Orador: - Eu retiro as proprias palavras do Senhor Deputado.

Agora citarei também as palavras do outro Senhor Deputado (o Senhor Silva e Cunha), tambem defensor do exclusivo, as quaes foram dictas na mesma Sessão de 12 de Setembro. Uma Associação de Portuguezes ... Não são Portuguezes (exclamou aqui o Orador)

Contrabandistas não são Portuguezes, são Ciganos (Apoiados). Contrabandistas é antipoda de patriota. Direi porém as palavras do Senhor Deputado, taes quaes elle as proferiu: Uma associação de portuguezes comprou em França (no anno anterior 1841) 7 500 de aguardente: e accrescentou, que já tinha mettido no Porto 3 100; e que as outras ficaram em deposito a espera de melhor ensejo.

Ora, Senhor Presidente, depois do que os illustres Deputados aqui disseram, e que acabo de referir, como é que agora vem dizer-se – são vãos os meios de Contrabando, há quatro annos se não faz contrabando, não tenhaes medo delle! – Quem tem culpa dos nossos maiores receios, são os nobres Deputados.

Se pois o contrabando está systematicamente estabelecido para metter aguardente no Porto: que faremos nós interessados da Estremadura, que não somos Contrabandistas e queremos licitamente leva-la ao mesmo mercado? Repellir toda a idéa do exclusivo; e não só como opposta aos principios da sciencia, mas aos verdadeiros interesses das Provincias.

Disse o Senhor Deputado que, qualquer que seja o imposto sobre o vinho do Douro, isso não influe nada no seu consumo. Deste modo, póde se ir augmentando pouco e pouco esse imposto, que nenhum mal resultará: se 30 réis por garrafa não fazem differença, tambem não a fazem 35, 40, etc. Ora isto realmente é absurdo.

Senhor Presidente, o exclusivo, neste caso, equivale a um novo imposto sobre os vinhos de exportação, porque se obriga o exportador a comprar á Companhia dous almudes de aguardente por cento e tal mil réis, e isso vai augmentar o direito. Ora esse direito tem sido reconhecido como enorme: e então como havemos de ir augmenta-lo ainda?

Senhor Presidente, se eu carecesse de mais alguns motivos, os argumentos para me decidir pela opinião de que o exclusivo, como se propõe no Projecto do Senhor Dias de Azevedo, é damnoso aos interesses da Estremadura, não tinha senão recorrer ao mesmo Projecto no seu Artigo final. Foi o Senhor Deputado que, com aquella sinceridade que lhe reconheço, cahiu em dar-me boas armas para defender a minha opinião; porque diz no Artigo fonal do seu Projecto: - Fica desde já concedido á Provincia da Estremadura o privilegio exclusivo da exportação das aguardentes para as Provincias, e Ilhas da Africa e Asia Portugueza. – Que quer dizer isto, Senhor Presidente, que prova? Isto quer dizer, isto prova, por boa interpretação logica e filosofica, que o author do Projecto conheceu na sua intima consciencia que a medida proposta no corpo do mesmo Projecto damnificava os interesses da Estremadura; e , como para compensar esse damno, disse: ahi tendes esse exclusivo. Mas este exclusivo é inutil além de injustissimo; e como tal ninguem da Estremadura o quer, nem o acceita pelo preço. E então para que se vem offerecer um beneficio a quem não o pede? É uma teima, realmente, de fazer favores. Se o mercado nos favorecer, lá iremos; lá temos mandado

alguma aguardente a fingir cachassa, que é a que os pretos bebem; mas muito pouca: se o mercado convidar, o especulador lá irá. (Apoiados).

Mas, Senhor Presidente, este exclusivo é injustissimo; e por isso é que a Estremadura o não quer. Pois só a Provincia da Estremadura é vinhateira? Pois não há a Provincia da Beira, que também o é? Então onde fica esse torrão de Portuguez, com um exclusivo pelo Norte, e outro pelo Sul? Valha-nos Deos com estas idéas.

Não direi mais, Senhor Presidente, quanto ao discurso do nobre Deputado o Senhor Dias d'Azevedo. Farei algumas observações relativamente ao de outro illustre Deputado, que muito respeito; e digo isto sinceramente; porque, por seus serviços, e por seu procedimento, justifica elle qualquer elogio que se lhe faça. Pouco me demorarei; porque a maior parte do discurso do Senhor Deputado versou sobre materia já approvada, e vencida no projecto N.º 6, quanto á utilidade de fiscalisar, e apurar a genuinidade dos vinhos do Douro, e de existir uma corporação encarregada dessa fiscalização. Outra parte do discurso fica respondida com as observações, que já deixo feitas; e também em parte o illustre Deputado respondeu aos seus proprios argumentos. Por exemplo: o illustre Deputado para excitar a nossa sensibilidade a favor do Douro, (como se isso fosse necessário, como se não estivessemos todos commovidos a favor do Douro) disse: o Douro está hoje na mesma situação, que antes da Companhia. Depois pintou nos esse estado, como o mais decadente possivel, para concluir que a Companhia tinha dado uma grande animação ao Commercio dos vinhos. Ora o Senhor Deputado, mais adiante, disse que desde que há registos, se conhece que o consumo é o mesmo, tanto que ainda certas alterações que houve nos direitos, nada influiram. Então, se o consumo é o mesmo, a primeira proposição cae completamente.

Disse o Senhor Deputado, quanto ao exclusivo, que elle se justificava pelos direitos protectores da Industria Fabril. Eu não respondo a este argumento; porque não acho analogia entre as duas especies. Aqui é um ramo da Industria Portugueza que se quer beneficiar com detrimento d'outra Industria tambem Portugueza: ali é o contrario.

Na continuação do seu discurso, enunciou o Senhor Deputado uma opinião, com a qual não posso conformar-me. Disse elle, que de nada serviam os Tractados de Commercio para beneficiar os Vinhos do Douro. Eu pelo contrario estou persuadido de que os Tractados não serão em geral o remedio único, e efficaz a bem daquella Industria; creio porém que os Tractados, não só com a Inglaterra,mas com o Brazil, podem fazer um grande beneficio á Industria Vinicola tanto do Douro como da Estremadura; uma vez que se façam com prudente discrição, attendendo tambem ás Industrias fabris, que se apresentarem com desenvolvimento esperançoso nestes Reinos. Por consequencia, neste caso, não me parece que se deva dizer, que os Tractados nada servirão; essa afirmativa vai d'encontro á opinião de muita gente, que, como sabe o nobre Deputado, tem voto na materia.

Não posso também resistir á tentação de dizer alguma cousa sobre uma proposição do illustre Deputado, relativa aos principios d'Economia Politica. O illustre Deputado apresentou a idéa de que esses principios falhavam na pratica, eram inexequiveis; e exprimiu-se de uma maneira tão generica, que pareceu qualificar a Sciencia, como uma cousa vã, e ociosa. Ora, Senhor Presidente, não posso admittir, que uma Sciencia, cultivada por genios tão transcendentes sucessivamente tractada por sabios de tanta conta e respeito, firmada em bases fixas, e inconcussamente demonstradas: não posso admittir, torno a dizer, que esta sciencia seja uma vaidade. Senhor Presidente, a quem ouvisse o illustre Deputado, pareceria que elle se inclinava mais á doutrina de Jaques Stewart, o Advogado das Corporações, ou Companhias exclusivas, das taxas de preços, dos monopolios, e privilegios, e das restricções da industria, e do trafico. Não farei esse juiso do pensar do nobre Deputado; porque conheço a sua illustração. A doutrina de Stewart odiosa, e mesquinha, nunca pôde disputar o passo ás idéas generosas, e sociaes de Smith; caiu ante estas, perdeu o credito. E assim a vemos não seguida pelos mais illustrados Economistas desde o celebre Quesnai, autor das trinta Proposições, ou maximas, referidas e commentadas por Mr. Grivel, até os ultimos Escriptores de nossos dias.

Se o illustre Deputado quis dizer-nos, que em ecomnomia Politica nada há absoluto, concordo com a asserção: já o mesmo exactamente foi dicto pelo distincto mestre da Sciencia, João Baptista Say. D'ahi porém não se conclue, que os principios da Sciencia Economico – Politica sejam menos verdadeiros, e de todo inexequiveis: o que esse dicto significa, é que não se devem os principios da Sciencia, embora certos, applicar absolutamente a todos os factos ou hypoteses, semprevia e discretamente as examinar, e avaliar. Finalmente o que a preposição de Say quer dizer, explicou-o clarissimamente um Economista dos nossos dias, o distincto Litterarto, e Filosofo José Droz. Diz este auctor nos seus Principios Da Sciencia das riquezas. " A Economia Popilica tem principios invariaveis, susceptiveis de uma demonstração rigorosa; quando porém vão por-se por obra, encontram muitas vezes obstaculos, a maior parte dos quais derivam de falsas medidas, que os Governos tem adoptado na ignorancia desses principios.

Não é a Sciência, são as suas applicações que variam, e que nada tem de absoluto.

Referi as palavras formaes de Droz, porque vem muito appositas para responder ao illustre Deputado, que pelo modo, porque falou, pareceu defender a rotina contra a Sciência. Digo pareceu: por mim estou persuadido que não foi esse espirito; porque sei, quanto versado é o nobre Orador na Sciencia de que tracto, e quam louvavelmente já a ensinou, e até a tractou por escripto.

Tendo dito, Senhor Presidente, quanto basta, no meu entender, para sustentar a minha opinião contra o exclusivo da agua-ardente que se quer conceder á Companhia pelo novo Projecto, e para responder aos discursos dos dous nobres Deputados que antes de mim

fallaram em favor delle. Adopto a base do Projecto N.º 6 pela qual esta Camara se pronunciou bem expressamente na Sessão do anno proximo preterito: - e adopto-a com tanta mais segurança, quanto me lembro do que nessa Sessão disseram os illustres Membros da Commissão dos Vinhos, os quaes hoje principalmente combatem essa base. Estes illustres Deputados affirmavam terminantemente (Vej. Os seus discursos no Diario da Camara, especialmente na Sessão de 10 de Setembro), que se o Projecto N.º 6 passasse, resultaria augmento progressivo nos rendimentos publicos no Porto, o qual em brave cobriria o desfalque immediato dos 150 contos de réis, que pelo mesmo Projecto se concedem á Companhia.

Por todas estas considerações e fundamentos não vejo razão, nem ao menos plausivel, para alterar o meu primeiro modo de pensar nesta materia. Rejeito o exclusivo, - e approvo a base do antigo Projecto. (Muito bem, muito bem).

ARTIGOS DE OPINIÃO

Vilar de Maçada 4 de Fevereiro de 1839 – artigo de António Júlio Taveira Pinto Pizarro sobre as desigualdades dos aproves realizados pela Companhia dos Vinhos do Alto Douro nomeadamente no sistema de qualificação e aproves quantitativos.
Fonte: *O Periódico dos Pobres no Porto, n.º 52, 2/03/1839.*

Provas dos vinhos do Alto Douro

Devo presumir, Senhor Redactor, que o seu bem aceito Periódico, publicado na capital do Douro, e com tanta generalidade e simpatia lido neste Paíz, não será negado á inserção de quanto possa favorecer a única fonte de suas resurças o único importante objecto de sua agricola e commercial industria.

À Companhia Geral, em cumprimento da mui ponderosa atribuição, que pelo Artigo 1.º da Lei de 7 d'Abril de 1838 lhe foi encarregada, esta concluindo as provas dos vinhos do Alto Douro, e devo contestar, que em todas as disposições preparatórias, tanto no pessoal, como no material a cargo da Companhia, foi esta assaz tempestiva e exacta observadora do método legal que lhe foi prescrito: se porém todos os agentes nomeados e eleitos, tem, ou não sido escrupulosos executores da lei em todos os actos de esta importante operação - dicant Paduani - sobejam hoje censores ... outro é o meu empenho, e a outros deixo a aliás justa denuncia de qualquer prevaricação em tão grave objecto.

A presente novidade, ainda que menos bem agourada nas colheitas, se tem mui sensivelmente composto e melhorado, gozando a geral opinião, de que em certas qualidades é mesmo superior á do anno próximo passado; devendo por tanto, sem ofensa da justiça, nem prejuizo da reputação do género, ser mui geral a primeira qualidade ou vinho approvado para os mercados do Norte; porém uma voz, ou talvez um receio murmura por entre os Lavradores, de que em um menoscabo da lei, da reputação, e da justiça, a Companhia pretende pôr em pratica o funesto systema das quantitativas, isto é, aprovar quasi geral, e indistinctamente, reprovando depois no já approvado, duas terças, e dando guia sómente ao resto!

Não devo acreditar, que a Companhia Geral logo no primeiro anno de tão suspirada ressurreição, exorbitando assim da letra, e disposição de uma Lei que vê tão clara, ou deixando de solicitar sua autentica interpretação, a julga escura; nos queira comprovar com seus antagonistas: "Que o abuso esta radical e incuravelmente introduzido até na medula dos carcomidos ossos de tal Instituição!" Porém que, haverá já agora para os Portuguezes estramho, ou incrivel na execução das leis?... Em todo o caso procurarei mostrar clara e concisamente, que tal sistema nem deve, nem pode actualmente praticar-se.

Ninguém de boa fé existe hoje no Alto Douro, que não conheça até por infeliz experiência própria, que o systema das quantitativas, tendo como sempre até hoje teve, por

base - atender no aprove mais ao numero de Lavradores, que á qualidade dos seus vinhos – é, além de injusto, summamente prejudicial ao commercio, e á lavoura – primeiro porque transtorna e prevarica o commercio, e reputação dos vinhos, habilitando confusa e injustamente, superior com inferior, levando ao mercado Vinho sem guias, e guias sem vinho; vendendo, uns Vinho, outros papeis, com igual vantagem, fazendo despachar um Vinho em nome de outro etc., etc.

Segundo. Porque entrava e amofina o commercio e a lavoura, forçando esta, a soffrer diversas qualidades de Vinho em um mesmo tonel, vendendo umas, e quasi perdendo outras, ou vendendo por differentes e mui desiguais preços partes de um mesmo Vinho; e forçando aquelle a preencher suas compras, com grave incomodo e damno, em pequenas e diversas porções, em adegas e locais diversos, ou a comprar, por exorbitante preço, as guias dadas a Vinhos inferiores, para suprir as que aos superiores foram negadas.

Terceiro. Porque sufocando a emulação, mata a industria, fazendo que receba um só e diminuto preço o productor de Vinho fino, em quanto alcança ordinariamente um pela guia, outro pelo género, o de Vinho inferior.

Mais que sufficientes seriam taes razões além de outras que omito, para não dever adoptar-se tão funesto systema, ainda quando a lei o permittira; porém em face desta, elle não pode ser legalmente adoptado a menos que o legislador altere ou derrogue suas disposições.

A Lei vigente neste caso, é hoje unicamente a lei de 7 de Abril de 1838, que restaurando a Companhia Geral, marca explicitamente no Artigo 1.º suas únicas attribuições, por esta terminante frase: "A esta Companhia porém compete somente fazer o arrolamento, provas dos vinhos do Alto Douro, pôr marcas, e dar guias nos mesmos." E suscita as leis de 17 de Maio, e 20 de Dezembro de 1822, e 6 de Dezembro de 1824, e Leis, terminadas que sejam as provas, dadas as guias e postas as competentes marcas, terminadas estão as attribuições legaes da Companhia; terminada está a operação da qualificação dos Vinhos; e ir mais avante, será exorbitância, e contravenção da Lei.

No Artigo a mesma estatue, como regra geral "pela barra do Douro somente poderá ser exportado o Vinho que foi approvado, e tiver guia da Companhia" mas sendo a guia uma consequência necessária do approve, segue-se que não fica ao arbítrio da Companhia ou negá-la ou concede-la, e que approvado que seja qualquer Vinho, está pela lei habilitado para ser exportado, para os mercados respectivos á sua qualidade, e que nem a Companhia, nem ninguém outrém, pode tirar-lhe, ou cortar-lhe esta legal habilitação.

Em conclusão pois, o injusto e prejudicial sistema das quantitativas, filha do patronato, e de mal entendido egoismo, e que nunca teve outra legalidade mais que o abuso, não deve, nem pode ter hoje logar , sem que, menos acabados o commercio, e lavoura seja igualmente postergada a lei vigente; e não admitindo a Segunda parte desta demonstração em meu

entender, objecção alguma; tão fúteis e destituídas de fundamento são as que costumam opor-se á primeira, que nem cargo me faço de apontá-las, e ainda menos de responder-lhes.

Vilar de Maçada 4 de Fevereiro de 1839.

Antonio Júlio Taveira Pinto Pizarró.

∴

Lisboa, 16 de Março de 1839 – Justificação do voto contrário ao sistema de aproves da Companhia pelo Deputado José António de Borges Peixoto

Fonte:*O Periódico dos Pobres no Porto, n.º 71, 24/03/1839*

Correspondência

Senhor Redactor

O merecimento do seu periódico faz com que ella tenha a maior voga, e seja lido por uma grande parte dos habitantes do alto douro, a cujo numero pertenço; por isso lhe rogo, queira permittir, que nelle seja inserida uma minha declaração, feita aos meus Constituintes, que me honraram com os seus votos para Deputado ás cortes ordinárias.

Uma grande trovoada, Senhor Redactor, se tem levantado no Douro contra mim, segundo me consta, porque fui de voto que não houvesse separação quantitativa no vinho approvado na primeira qualidade para embarque, influindo para que neste sentido se expedisse a portaria á Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Não é possivel que esta questão seja decidida por uma maneira satisfatória para todos os Lavradores do Douro, porque cada um a considera em relação as suas circumstancias particulares, e a seus interesses pessoais, uns approvam aquella medida, outras a condenam. Isto tenho eu colhido pelas correspondências, que do Douro tenho tido sobre este objecto. Os negociantes e lavradores, que tem vinhos velhos, queriam a separação, para mais facilmente venderem, e com melhor reputação esta qualidade de vinhos. Pelo contrário pensam os que só tem vinhos novos para vender. Mas estes mesmos divergem; os que tem vinhos bons não a querem, porque se persuadem vender bem todo o seu vinho; os que tem vinho mais ordinário, e aquelles, que tendo vinho mau, o conseguiram fazer approvar pela fraude no acto das provas, todos estes, tendo uma quasi certeza de não poderem vender para embarque seu vinho, que injustamente foi bem qualificado, querem a separação porque além do preço tal e qual, que ficaram separados, interesse este que seguramente perdem não havendo separação. Isto são verdades puras, que os meus patrícios devem saber e confessar. Em tais circumstancias, em tal colisão, como seria possível tomar um acordo, que agradasse a todos?

Saibam pois quaes são os meus principios a este respeito.

Estou persuadido de que no Douro convém haver todos os annos uma separação de vinhos, para nos depósitos não deixar acumular uma tão grande quantidade, que embarace a venda nos annos seguintes, para ir amortizando os já existentes demasiadamente grandes, e para evitar o barateio, consequencia necessária de apresentar na feira uma excessiva quantidade de vinho.

Mas esta medida, que em geral julgo util, pareceu-me não seria conveniente ser adoptada no presente anno, por não estar a Companhia ainda habilitada para poder comprar, e dar consumo a uma tão grande quantidade de vinho, que se apresentaria, se se aprovasse para embarque somente 15 a 18 mil pipas, como alguns queriam. Fechada a porta aos negociantes para não comprarem para Embarque, mais que aquella quantidade, mui dificil seria achar consumo para tanto vinho restante. Proibir a venda do vinho para um mercado, e não ia segurar para outro qualquer destino, pareceu-me um absurdo. Foram estas as razões porque votei contra a separação, votando no mesmo sentido outros muito intelligentes, alguns delles também do Alto Douro. A Administração da Companhia na consulta que mandou ao Governo, chamado entre nós – Juizo do anno – nenhum plano de vendas propôs, nem emittiu a sua opinião sobre o que conviria fazer, nada lembrou, e penso fez o que devia, cumprindo a Lei de 7 d'Abril. Neste caso que queriam os senhores do Douro que eu fizesse? Votei por aquillo que me pareceu mais conveniente; não mereço o nome de egoista, ou outros, com que algum ousa apelidar-me, porque tendo eu o meu vinho qualificado em primeira qualidade, é claro que hei de partilhar a sorte de todos os que também o tem. Se o não haver separação é um mal, eu serei vitima, assim como elles, e se é um bem para mim, será necessariamente também para elles. Embora se diga que errei, porque sou homem; mas não, em menoscabo da procuração trai os interesses dos meus constituintes, são justas, e fundadas, não ocultem seus nomes, sejam francos e leais, não temam manifestar-me os seus pensamentos sobre suas necessidades, e meios para as remediar, eu acolherei seus conselhos, mas se pretendem só caluniarem-me, e injuriar-me, eu os entrego ao desprezo, que merecem, a estes não respondo.

Lisboa, 16 de Março de 1839.

O Deputado José António Borges Peixoto

∴

s.l., s.d. - Carta de um Lavrador do Douro contra a posição assumida por Silva Carvalho ao defender, em sessão de Cortes de 18 de Janeiro de 1841, a prosperidade do commercio dos vinhos do Douro. Apresenta o sistema de aproves e a taxa de 400 réis como os grandes problemas deste ramo da economia.

Fonte: *A Revolução de Septembro, n.º 90, 27 de Fevereiro de 1841*

Senhor Redactor.

Rogo-lhe o obsequio de inserir no seu acreditado periodico as reflexões singelas mas verdadeiras de um lavrador do Douro, suscitadas pelo que proferiu em Côrtes na sessão de 18 de Janeiro deste anno o Senhor Silva Carvalho ácerca deste malfadado paiz.

Se a repetição de factos acompanhada de uma discreta averiguação das suas causas suggere experiencias, que sendo bem feitas são a origem das melhores theorias e conhecimentos; os mesmos factos referidos com pouca exactidão, ou sem conveniente exame das suas causas occasionam experiencias malfeitas donde se derivam theorias falsas e perigosas. Conforme com estes principios, que tenho por verdadeiros, dei-me ao trabalho de analisar os factos principaes que são o mais forte argumento de Sua Excelencia e a favor da sua gabada theoria de livre commercio dos vinhos do Douro. Estes reduzem-se a ter augmentado a exportação e preço desses vinhos depois da sua grande obra da extincção da Companhia em 1834. É verdade que em 1834 e 1835 a exportação e preços dos vinhos augmentou: porém as causas deste augmento foram: primeira, a existência do Cêrco do Porto pelo espaço de quasi dois annos em que veio do Douro mui pouco vinho, sendo quasi nulla a sua exportação: Segunda, o consumo deste genero nas Docks d'Inglaterra: terceira, a distillação de muito vinho do Douro durante o Cêrco do Porto para conservar tres novidades empatadas em menor numero de vasilhas: Quarta, o fatal incendio dos vinhos da Companhia: Quinta, em fim a bondade dos vinhos destas tres novidades, sendo uma das mais especiaes a de 1834. Creio que estas causas de todos, á excepção de Sua Excelencia, sabidas explicam de sobejo o augmento da exportação e preço do vinho nesses annos, e então não acho decente e logico querer attribui-lo á extincção da Companhia. Desde 1836 a 1840 a exportação foi regular; e dado mesmo que fosse um pouco maior do que no tempo da Companhia, o que não 'exacto, para este facto servir de apoio à theoria do Senhor Silva Carvalho era mister provar; primeiro, que o vinho exportado se tinha vendido nos mercados extrangeiros; e segundo, que os seus preços tinham igualado ou excedido os daquelle tempo. Augmentou a exportação pela consideravel affluencia dos vinhos da Bairrada ao mercado do Porto, pela aguardente entrada, pela barra, e pela depreciação pouco vulgar deste genero; e foi em grande parte mandado por consignação: porque o crescido numero dos especuladores pouco habilitados careciam sacar

sobre o vinho exportado, seguindo-se como era de esperar, que uma quantidade não pequena de vinho mudava apenas dos armazens do Porto para as Doks d'Inglaterra para se vender quando fosse occasião favoravel. Por tanto falha a primeira condição em favor da dita theoria; porque exportar não é o mesmo que vender. Indaguemos se a Segunda condição favorece a theoria. Os preços do vinho exportado começaram a decahir em 1836 e seguintes, de maneira que em 1840 foram os mais baixos e inferiores de que não há memoria!

A inferioridade dos preços deste anno foi tão sensivel nos mercados do Porto e de Inglaterra, que chegou ao alcance de todos, sendo para admirar que o senhor Silva Carvalho dissesse alto e bom som na Sessão de 18 de janeiro que as trinta e três mil pipas de vinho do Douro exportadas no anno passado se venderam por preços mais altos do que nunca tinha acontecido!!! Em verdade, custa-me a persuadir que Sua Excelencia não andasse de boa fé nesta informação dada em Cortes, que para ser exacta devia dizer (e a differença é pequena!) em vez de preços superiores, infimos.

Aqui não posso deixar de fazer uma observação que tenho por judiciosa, e é, se Sua Excelencia anda de tão boa fé e tão mal informado no mais importante ramo do nosso commercio, não estranho que fosse o auctor da fatal medida da extincção da Companhia; e concebo ainda a lisonjeira esperança de que um dia virá (oxalá não tarde!) em que se convença que a sua theoria de Liberdade applicada ao Commercio dos vinhos do Douro é extremamente prejudicial, e vai dando em resultado a decadencia daquelle commercio e a desgraça do paiz, que outr'ora foi o mais rico e opulento de Portugal! Volto ao meu objecto. É sabido que os preços dos vinhos exportados nos annos referidos foram mui inferiores aos do tempo da Companhia; e então dado mesmo que a venda nos mercados estrangeiros fosse maior, o que se nega, este facto não abona a theoria de Sua Excelencia; por quanto sendo infimos os preços o valor em numerario que peza na balança a nosso favor é menor do que aquelle que se obtinha no tempo da Companhia embora a sua exportação e venda fosse numericamente inferior. Entretanto apresento o calculo medio de 1798 a 1803 em que a exportação regulou de 56101 pipas por anno!! De 1825 a 1830 andou por 33860; e de 1835 a 1840 por 33651. É sensivel a differença da exportação em favor da Companhia. Resumindo-me, creio ter demonstrado com evidencia que se a exportação, venda e preço do vinho do Douro em 1834 e 1835 augmentou, foi por causas peculiares, e não por influencia da extincção da Companhia; e que de 1836 a 1840 a declinação deste importante ramo de commercio que reflecte sobre o Douro, é assás sensivel; o que se deve attribuir á não rehabilitação daquelle util e indispensavel estabelecimento. Far-lhe-hia aqui o devido encomio, se não receasse ser extenso e achar por isso difficuldade de vêr em um cantinho do seu bom periodico as minhas observações, porém não resisto á tentação de dizer que o Douro no tempo dessa mesma Companhia com alguns abusos, rico e opulento, e o commercio dos seus vinhos chegou ao maior auge de prosperidade;

e agora sem ella não habilitada é pobre e miseravel e o commercio decahido! Esse lindo projecto de uma nova Companhia de vinhos, será uma concepção de felizes engenhos, que não passa de ser uma esperançosa theoria, que muito receio não chegue á realidade, sendo facil a rehabilitação da actual que só póde restituir-nos a esses tempos de prosperidade que anciosamente desejamos. Sou amigo só de theorias que assentam em experiencias bem feitas; e por isso reclamo a da Companhia actual rehabilitada para remediar nossos males. Depois do que deixo dito, li no n.º 73 da Revolução de Septembro a carta escripta ao Porto em 2 de Fevereiro sobre o assimpto d'algumas das minhas reflexões, cujas idéas se conformam com o meu pensar, menos a de attribuir á Companhia interesse e influencia em ser grande o approve, quando convém que seja pequeno em rasão do horroroso empate do vinho existente. A Companhia nomeia um provador e a lavoura outro, para qualificar o vinho do Douro: e no caso de empate decide um por parte da Lavoura, que ordinariamente se inclina em favor do approve. Logo a Companhia não tem nelle influencia: e com tudo o vinho guiado, seja da primeira, segunda e terceira qualidade paga 400 réis, tanto interesse tem que fique na primeira como na Segunda ou terceira; e ainda mais, desta insignificante antecipação dos direitos não lhe resulta interesse, porque feitas as despezas do arrolamento, e provas, o sobejo se o houver, é em favor da fazenda nacional.

A Companhia tem proposto ao Governo um corte ao excessivo approve, como meio único de o remediar, pondo-o em harmonia com o interesse do commercio, que deve ser o da lavoura.

Em presença destas considerações espero que o seu correspondente reforme o seu juizo em quanto a ter a Companhia interesse em que seja grande o approve, e que se persuada que ella só ambiciona o bem do Douro e do commercio dos seus vinhos.

.:

Cima Corgo, 17 de Abril de 1842 – Artigo de opinião de Um lavrador do Douro (José James Forrester) sobre as motivações da crise do Douro. Destaque-se a alternativa da destilação como um meio rasoavel de resolução dos problemas do Douro.

Fonte:*O Periódico dos Pobres do Porto, 25 de Abril de 1842, Apenso ao N.º 96.*

Senhor Redactor do Periodico dos Pobres do Porto.

Um Lavrador do Douro lhe pede insira em seu Jornal ou por appenso as seguintes observações sobre a lavoura e commercio de vinhos, por cujo favor lhe ficará obrigado este

De Vossa Excelencia muito attento e criado

Um Lavrador do Douro

Muito se tem escripto nestes ultimos dias sobre a lavoura e commercio de vinhos; cousas oppostas e repugnantes se tem querido provar, e a final nada favoravel se alcançará; é o que indica tanto encontro d'opiniões e tanta desconfiança reciproca.

O Douro está mal e muito mal; os proprietarios terão talvez o mesmo de valor nas suas Quintas, que os possuidores de papel moeda, os Egressos em suas prestações, consequencia das propriedades que forão outr'ora suas, e os Ecclesiasticos que julgavão imperturbavel o gozo de seus pingues beneficios. Tudo isto tinha leis organicas, que tinhão regulado a educação, o destino da juventude, a applicação de capitaes, que o transtorno da ordem estabelecida, e que tinha durado seculos, não abalou somente destruiu e arruinou. A marcha do espirito humano vai sempre caminhando, destruindo substituindo, creando: isto se chama civilisação, progresso, adiantamento, o mesmo dirão quando em seculos futuros o mesmo progresso a mesma civilização destruir o que em nossos dias se edificar.

O Douro em 1756 produzia a Terça parte do que hoje produz, e já não tinha sahida vantajosa a toda a sua producção, o grangeio deste vinho sempre caro para se consumir no proprio paiz, aonde houve sempre abundancia de outros ordinarios, que como mais baratos supprião as necessidades, exportando-se para Inglaterra desde 1747 até 1756, tomado o termo medio de 10 annos, 16 600 pipas: os Lavradores requerendo ao Rei, elle mandou instituir a Companhia.

Se ella não fosse instituida a producção no Douro augmentaria a par do consumo, e se este não augmentasse os capitaes retirarião d'alli, e buscarião outro destino: talvez o paiz não tivesse sido tão feliz neste periodo, que decorre desde 1757 até os nossos dias, e de certo o não teria sido, mas tambem não corriamos o risco presente nem as mudanças politicas podião influir tanto em os nossos interesses.

A Companhia tinha o segredo de consumir todo o vinho do Douro, que não era proprio para o mercado da Grã-Bretanha, ou que excedia o seu consumo provavel, porque tinha o exclusivo das tavernas do Porto, e ahi por um preço vantajoso ao productor gastava 20 mil pipas; tinha o exclusivo do mercado do Brazil, então colonia nossa, que offerecia o consumo d'umas poucas de mil pipas, tinha o exclusivo d'agoa-ardente aonde consumia o resto, e tudo isto por preços determinados, que deixando ao Lavrador, com que viver, tirava para si um lucro bastante crescido.

Desde 1787 até 1810 a exportação menor para Inglaterra foi de 31 113 pipas, havendo muito annos de 50 mil e alguns de 60 mil; isto devido ao estado de continuadas guerras da Europa, que estorvavão a sahida de vinhos francezes, e por muito tempo tambem dos d'Hespanha.

O beneficio que os nossos vinhos gosavão em Inglaterra'tambem acabou em 1831, e ficarão pagando o mesmo que os das outras nações; o consumo forçado nas tavernas do Porto, e em agoas-ardentes tambem terminou com a extincção da Companhia, e com as leis que então regulavão o commercio: por outro lado o deposito aqui dobrou pela Liberdade em que se deixou este Commercio, ficando todo o vinho habilitado para todos os mercados, deixando-se na feira todo o vinho do Douro, e mesmo o das outras Provincias, e assim suas agoas-ardentes.

Este estado não podia ser duradouro, logo passados tres annos principiarão a apparecer symptomas afflictivos, e que indicavão uma morte proxima. Vierão as pautas, e por ellas á força de direitos prohibitivos se quis constituir a Nação d'agricola que era e é, em nação fabril; baldados esforços! Aonde estão os pastos abundantes para o sustento de gados, aonde está uma população crescida para a facilidade das manufacturas, quando para ser agricultado o Douro é necessario que a Galiza forneça a maior parte dos braços; aonde está a abundancia dos cereaes, quando está de continuo a clamar a lavoura que não entre pão de fóra, para que este conserve um preço elevado, que cubra a sua dispendiosa cultura: nós temos vinho e muito vinho, mas se as pautas nos afastão dos estrangeiros como lhe podemos dar em troco o mesmo vinho.

Para um emprego esperados perdemos o existente. O Douro ramo e feitoria até 32 produzia de 90 mil a 110 mil pipas que a 10 mil réis de cultura por pipa (termo medio) custava 1 100 000$000 réis que dividido por jornaes de 160 réis empregava 6 875 $000 e diarios sobre 300 dias 22 910 trabalhadores: carreto para o rio, fretes, lotações nos armazens, fabrico de pipas, não será cálculo exaggerado, se contarmos metade desta somma, teremos perto de 35 000 pessoas empregadas neste trabalho, e se juntarmos os agrntes deste commercio e suas familias teremos mais de 40 000 pessoas. Hoje a producção (termo medio) é de 70 mil pipas, teremos por conseguinte um deficit de emprego na proporção de 40 mil pipas, e daqui a annos será na proporção de menor somma de vinho, e por isso de maior na gente sem emprego, e nesta mesma razão dimminuirão os outros paizes vinhateiros, cujo deficit nunca as fabricas cobrirão. Há em vinhos do Douro em ser nas Dokas em Londres, nos armazens do Porto e Villa Nova, fóra das barreiras, e no Douro pelo menos o valor de 17 500 000$000 réis e em vinhas 16 000 000$000. E que poderá haver em fabricas, nem 8 000 000$000: e queremos nós arriscar o fundo de trinta e tres mil e quinhentos contos para salvar oito mil contos? De mais em vinhos pela sua qualidade ninguem nos excede, em fabricas a ninguem igualamos.

Este é o estado do Douro, em igual espaço de tempo como o que decorreu de 34 a 42 pela razão natural das cousas apresentará dobrados effeitos, em 39 cavavão-se as vinhas, e não se redravão, no de 42, já algumas se não podão e muitas se não cavão e nenhuma se redra; que será no de 43, 44 e 45!!

Dado este estado é dever de todo o homem exprimir os remedios que a sua razão e experiencia lhe dictar, não deve consultar sua esphera, as grandes descobertas nascerão sempre d'homens de quem não era d'esperar; eu deixo os problemos mathematicos que exigem profissão aos que os conseguem resolver. Mas é certo que qualquer plano que appareça, logo se volvem todas as forças para o debellar, é moda é costume, grandes para destruir, nada para crear; os do Douro querem grandes fortunas, querem bancos de muitos milhões que logo lhe comprem o vinho por bom preço, não curão da possibilidade d'hoje se levar a effeito um tal estabelecimento.

Pergunta-se será bom se forme um banco de 4, 6, 8 mil contos, ninguem o duvida, mas apparecerá na crise presente o dinheiro, de certo que não. O Governo se o determinar terá o desgosto de ver que não passa sua determinação de uma lei morta. Será possivel que a Companhia actual possa fazer a fortuna do Douro: vejamos.

A Companhia tem hoje segundo o seu balanço de 31 de Dezembro de 41 a quantia de 5 097 397$018 nas seguintes verbas:

Em vinhos, cascos e moveis 750 894$860

Os vinhos e cascos valem hoje metade segundo o mercado e note-se que em todos estes balanços vem pouco mais ou menos a mesma quantia 375 447$430

Devedores no Reino no Ultramar e dividas a liquidar com o Governo 1 295 150$349

Note-se que as dividas a liquidar com o Governo são na importancia de 366 449$783, e que tudo o mais excepto 36 584$122 do Governo actual e 19 062$225 da Alfandega do Porto são como dividas perdidas: de tudo isto poderão obter depois das diligencias de 8 annos por habeis administrações ... 300 000$000!

Indemnisações pelo vinho queimado 2 002 378$117

Isto não póde reputar-se em cousa alguma, pois que nas mesmas circumstancias estão milhares de casas que soffrêrão com o cêrco.

Juros em geral que devem á Companhia 275 365$535

Em que se poderão calcular as dividas quando não podem receber os juros, e que estão com igual garantia que o capital, valerão 20 000 réis valerão 30 000 réis valhão 40 000$000 réis.

Inscripções de 4 por 100 797 700$000 que valendo no mercado a 38 por 100 303 126$000

Dinheiro letras a receber 13 663$018

Somma réis 1 032 236$448

A sua divida no mesmo balanço 1 654 055$686

Differença contra 621 819$238

Logo se quizermos que a Companhia possa salvar o Douro tem de ser dotada primeiro com 621 contos para pagar o restante da sua divida, tera mais de ser dotada com os juros e abatimentos proprios do tempo de mora da cobrança e verificação de taes quantias; de forma que quando se trabalha por achar um meio de melhorar a sorte do Douro, é quando queremos tambem tractar de valer á Companhia dando-lhe exclusivos com que possa sanar o seu alcance.

Eis ahi tendes a razão que eu presumo por que a Commissão de Vinhos na Direcção Commercial não vos appresentou a rehabilitação da Companhia como cousa impossivel; e de certo seria enganar-vos, e deshonraria as suas firmas se d'outro modo procedesse: embora ella corresse no vosso desagrado, enganar uma classe tão respeitavel como a dos Lavradores do Douro, e hoje tanto mais que estão desgraçados, não seria d'homens de bem; sua consciencia de continuo os flagellaria, ainda mesmo quando nos primeiros tempos recebecessem os vossos encomios!!

Por essa razão na impossibilidade de outro remedio elles apresentárão no Artigo 10.º da proposta o meio, que a meu pensar é melhor que a qualquer outro expediente: o Lavrador queimava o seu vinho, tinha quem lhe adiantasse a despeza do fabrico, tinha mesmo para lhe dar algum allivio um adiantamento de pelo menos de 25 mil réis por pipa, o Lavrador tinha de certo quem lhe comprasse a sua agoa-ardente pois que estava a venda certa na obrigação do negociante; esperava a melhor occasião, e o lucro que havia de dar á Companhia ficava em seu bolso, e este repartido por muitas mãos dava dobrada fortuna á Nação, porque era a vida prestada por muita gente que trabalhava, e não d'um banco que reune em uma só acção o seu movimento e que não se reproduz como na mão de muitos.

A duvida estaria que a Commissão promptificasse os fundos bastantes para este Estabelecimento, mas a fôrça das firmas que assignarão este Projecto, não deixão em duvida o podião e havião de querer levar a effeito. O deposito nunca provavelmente excederia a 3000 pipas e assim 105 000 réis podião dar andamento a todo este systema. O vinho do Douro segundo a dicta proposta tinha uma sufficiente extracção, e então sem que os seus preços chegassem a um grao que estorvasse o consumo, produziria o sustento do Lavrador, e o do intermedio ao consumidor. O Douro produzirá (termo medio) com cultura regular 80 mil pipas, póde calcular-se a exportação em 30 mil, tavernas do Porto em vinho do Douro 20 mil, distillação 30 mil ou 5 mil d'agoa-ardente, consumo 476, crescia para os annos falhos 1 548 pipas, ou sendo maior exportação, ou o consumo nas tavernas, menos ficava para agoa-ardente.

As outras Provincias tinhão a vender ainda d'agoa-ardente pelo menos outra tanta como o Douro. O vinho de primeira, que vai para Inglaterra, gasta (termo medio) 60 canadas, e por isso outra tanta como a do Douro restava para as outras Provincias; o vinho de Segunda que fosse para os portos de segunda ordem todo elle ficava aberto as suas agoas-ardentes, que

não seria menos de dous almudes por pipa, o vinho de consumo gasta de 12 a 18 canadas assim teriamos tambem mais de metade, e por isso eu não parecerei exaggerado quando digo que as outras Provincias venderião o dobro.

Porêm infelizmente apparece a proposta, que appresenta um plano talvez o primeiro que pudesse realisar-se: gritão os Lavradores do Douro é pouco, gritão as Camaras das outras Provincias é muito, pois por essa mesma razão que uns gritão que é muito e outros pouco, é que me parece que a Commissão tocou o justo meio, e que neste consiste a justiça distribuitiva que o Governo deve exercer: eu julgo que cada dia esta dicta proposta ganhará mais força, e que os Lavradores deverão querer sua sancção, e que as outras Provincias lembrando-se que morto o Douro nem metade nem alguma agoa-ardente sua gastará, ellas por isso tão longe de se opporem, será do seu interesse concorrer para a sua approvação.

Queixão-se os Lavradores das outras Provincias, que a sua agoa-ardente seja onerada com o encargo de 12 mil réis por pipa; deverão lembrar-se que seis pipas de vinho no Douro custão de cultivo 60 mil réis e que nas outras Provincias custão 12 mil, 24 mil o mais 36 mil; logo por consequencia teremos que para uma pipa d'agoa-ardente fora do Douro fica o vinho, que a produz, ao mais alto preço do cultivo em 36 mil, e que no Douro o termo medio é de 60 mil, e assim não é muito que havendo uma differença de 24 mil seja a agoa-ardente de fora onerada em metade, isto é 12 mil, ficando effectivamente com o seu beneficio natural pelo seu menor grangeio doze mil e sendo o vinho de 4 mil o cultivo ficará em 24 mil.

Uma carta que li no Diario do Governo de 9 de Abril corrente me pareceu de muito peso; a pessoa, que quis illucidar o seu paiz, o fez com tal clareza que pelo meu lado não posso deixar de lhe consagrar a maior gratidão: mas como falla com franqueza e lealdade, eu com o denodo proprio tambem d'um homem que falla de boa fé, e que tem a sua fortuna em vinhas tomo a Liberdade de lhe offerecer algumas reflexões na parte que não approva algumas medidas da Commissão Commercial do Porto.

Não approva a medida do Artigo 5.º em que se exclue do mercado de Inglaterra os vinhos de 41, que estiverem fóra das Barreiras até o dia 15 d'Abril do corrente anno pelas razões seguintes, que a Commissão pertende uma Lei com effeito retroactivo e quetendo os Inglezes comprado alguns vinhos mesmo na vindima, não podia nem devia querer-se que estes contractos fossem rescindidos. Parece tudo isto concludente, e que a medida da Commissão é menos justa e menos reflectida; porém sabendo que as carregações dos vinhos comprados se fizerão no mez de Fevereiro e Março, podendo as compras feitas no Douro sommar duas mil pipas, que ao dar o parecer a Commissão já há muito estavão nos armazens do Porto, sabendo mais que os negociantes exportadores tinhão despedido todos os Lavradores seus freguezes, e que mesmo o vinho que na vindima tinhão comprado o estavão procurando revender e que por tudo isto tinha a Commissão a certesa que nada mais compravão; e sendo certo que pedindo a

Commissão a approvação d'um systema restrictivo, muitos especuladores se lembrarião que este systema seria approvado, e que então o vinho habilitado pelo facto de estar em Villa Nova teria maior valor pelas casas que reprsentava e que servião para cobrir uma novidade que fosse boa e então para o futuro comprando vinhos de Segunda e baratos cobertos com as casas dos vinhos desta novidade quasi de graça tirarião o merecimento a esses vinhos futuros de primeira e que assim tão longe de principiar a diminuir o deposito ainda este anno cresceria mais; estas mesmas razões explicadas na Assembléa Geral por um membro da Commissão fizerão com que o Artigo se approvasse só com a transferencia para 15 d'Abril. A Commissão disse que bem intendia que só depois do Projecto sanccionado é que podia ter effeito o que o Artigo 5 pedia mas evitava concebido assim que mais vinhos se accumulassem quando se appresentava um systema para a diminuição do deposito e se precisava um ponto de partida para a mesma principiar a ter logar.

É de notar que os vinhos de 41 de primeira ficavão habilitados para todas as partes do mundo, menos Inglaterra.

Não approva como menos claro o Artigo 2.º o Premio de 20 mil réis e não rejeitando a idéa, pertende que ella fosse exprimida de forma que não desse logar a contrabando: é certo que a Commissão apresentava sómente bases para um systema que desenvolvidos com regelamentos idoneos pudessem evitar todas as consequencias que não fossem conducentes ao bem geral.

O premio de 20 mil como tinha a encontrar-se nos generos de volta e o commerciante de vinhos não póde complicar-se em tantas transacções, nem mesmo tem as relações e freguezia para consumo d'outros generos, teria de vender este titulo a outro que pela demora de seu encontro e difficuldades para a capacidade do valor do titulo com o direito das fazendas importadas passava logo a ter menos valor, e póde sem receio calcular-se que para o exportador de vinhos poderia valer 12 mil o frete para a America do Sul custava pelo menos 12 mil tendo-se a fazer descarga para mostrar certidão do Consul, e a dar os mais passos para se nacionalisar n'esse outro paiz, tornar a carregar e levar para o Brazil, gastava mais que o frete do porto para o Brazil: e então teriamos que o contrabandista perderia, e logo ninguem quereria fazer contrabando sem lucro; e assim se póde discorrer respeito aos outros paizes. Sobre a Commissão do Artigo 10.º para levar a effeito a distillação de vinhos como esta não tinha mais beneficio que o juro do dinheiro e alguma pequena gratificação, não era portanto especulação lucrativa e assim só a influencia do Governo poderia mover Lavradores e Commerciantes pecuniarios a quererem forma-la e na impossibilidade de se obter hoje um fundo por acções, tinha a Commissão nomeada pelo Governo de os appromptar de sua conta: a simples nomeação do Governo pela mesma sua elevada posição mais facilmente resolve a um sacrificio; e se ao Governo fosse difficil aos particulares era impossivel. E alguem haveria

entre os que composerão a Commissão que deu o parecer, que por philantropia acceitaria o encargo logo que o Governo o nomeasse e o não faria, andando-se n'isto de differente modo. Por a mesma razão que os fundos erão proprios d'essa Commissão ella não podia ser trienal, devia sim acabar logo que a lavoura não precisasse d'estes socorros, ou que se podesse formar um banco rural que podesse maiores beneficios prestar. Esta Commissão só era para de prompto acudir á lavoura facilitando a conversão de seus vinhos em agoas-ardentes que elles podião com facilidade vender por um preço rasoavel, pois que necessariamente haveria comprador a tal preço logo que o Artigo 8 fosse approvado, mesmo muito haveria quem n'isto especulasse além do negociante exportador. Não serei exaggerado se disser que esta agoa-ardente valeria no mercado de 90 a 100 mil e então tendo o Lavrador para os seus vinhos mais inferiores o preço de 10 mil pipa que tanto pelo lhe ficava queimando-os, tendo para os melhores abertos os portos daa europa a fora a Inglaterra, sem direitos podendo mandar seus vinhos para Hamburgo, para a Hollanda, Suecia, e finalmente para todos os portos do Baltico, de certo que seus vinhos havião de Ter sahida e ainda que a lavoura não pode fazer taes especulações muitos negociantes as farião, porque o commercio tem de fazer todas as espevulações que julga de interesse como a lavoura de cultivar as suas vinhas.

A Commissão no ponto 4.º do Artigo 15.º pertende que a pessoa para o desempate nas provas seja d'escolha do Governo: esta nomeação tambem não é do seu voto e prefere que esta pessoa seja escolhida pela Companhia. Esta opinião é filha de não considerar a Companhia no seu estado verdadeiro; a Companhia é uma casa commercial que está em moratoria e liquidação tem os seus fundos em vinhos e não em vinhas, assim seus desejos devem ser sempre que o approve seja pequeno pois que quanto menos vinho houver na feira tanto mais vale o seu em deposito, por isso para o desempate deve ser a nomeação de pessoa estranha a estes interesses, nesta razão está o Governo, que só quer o bem geral.

Por via de regra a lavoura quer sempre muito vinho approvado para melhor o vender, o Commercio pouco para valer o seu deposito, o terceiro deve não ser affectado d'estes interesses.

Sobre o varejo dos vinhos velhos no Douro que o author da Carta queria a Associação pedisse, é bom lembrar-se que a Companhia tem procedido a estes varejos no Douro e então a Associação andou bem quando n'isto não fallou, montado o systema incumbia ás pessoas á sua frente requerer e obrar em conformidade com elle.

Sobre o não pedir a Associação Commercial beneficio expresso sobre agoas-ardentes no Tractado com Inglaterra, no ponto immediato do seu requerimento ella se refere expressamente - sobre vinhos e agoas-ardentes e então é obvio que sobre as agoas-ardentes a associação tem os mesmos desejos e interesses.

Tambem li com attenção e respeito devido os Artigos do Athleta de 29 de março em que combate o Artigo 2.º, é obvio que a Commissão não apresentaria esta medida para um só exportador e se não marcou o tempo que devia durar este favor é de certo porque sendo esta medida temporaria e apresentando a Commissão só as bases para o melhoramento d'este genero , ao Governo incumbiria marcar o tempo e os regulamentos precisos para evitar o contrabando. Sobre o inconveniente de soffrerem as nossas fabricas algum damno com as manufacturas que mais baratas podiamos receber em virtude d'este premio é necessario admittir que não tenhamos tido relações com os paizes manufactureiros, pois se as temos tido, lá temos mandado o nosso vinho, pois que é o único genero quasi que se póde dizer que exportamos, e se mandassemos vinhos para o Egypto para a America hespanhola e para Constantinopla, não póde Ter o Redactor receio das manufacturas que d'ahi nos poderião vir. Na Europa talvez não haja paiz ou estados aonde o vinho do Porto não tinha hido directamente.

Sobre os vinhos de primeira verá com mais attenção o redactor que elle ficava habilitado para todos os portos, excepto para Inglaterra, que é o que quer dizer exportação de vinhos não legaes d'embarque e isto isempto de direitos; n'estas circumstancias estão Hamburgo, Russia, e Suecia; aonde os nossos vinhos são conhecidos e de que ainda hoje gastão objecto de importancia e que a Commissão deveria esperar que com isenpção de direitos muito mais gastarião.

A Russia já chegou a receber em um anno 3 000 pipas, Hamburgo todos os annos gasta de 600 a 1000 pipas e a Suecia de 300 a 400 isto não obstante o direito d'exportação que é quasi prohibitivo tinha de mais o vinhos de primeira o exclusivo das tabernas porque o vinho que tinha a encontrar no mercado, estava no dobro do custo, por ser vinho de dous annos para cima e então tinha o beneficio em si mesmo. Sobre o vinho de segunda e terceira lá estava o consumo da agoa-ardente e este certo pela obrigação de compra. Conclue por fim que a causal do empate dos vinhos segundo eu posso deprehender, é pelas confeições que os commerciantes fazem aos vinhos: pergunto a Companhia também fará confeições, as primeiras casas exportadoras tambem adulterarão os vinhos, quando n'elles tem todo o seu capital como os Lavradores do Douro o tem nas vinhas' e então porque não exportão estas casas muito e não fazem grande negocio, mas antes a sua exportação tem diminuido? Não estão aqui das primeiras casas de lavoura que tambem teem vinhos e quererão perder o crédito do genero que constitue a sua riqueza? Quererá o Redactor que os vinhos que custarão 20 mil e hoje estão por 60 mil e 80 mil e outros que custarão 40 mil e 60 mil sejão lançados á rua, julgará que os armazens produzem vinhos como as videiras produzem uvas?

Sobre identico Artigo do mesmo jornal em 5 d'Abril principia o Redactor lastimando a sorte dos Lavradores que tem de levar a agoa-ardente a esse deposito e talvez se verão

forçados a vender por preços que não cubrão o grangeio; a resposta a isto está no mesmo Artigo porque lamenta o commercio que terá de comprar a agoa-ardente muito cara, pois que d'esse deposito é que tem de durtur-se para o adubo de seus vinhos na parte determinada.

Será razão de o Lavrador vender barato o ter um emprestimo de 25 mil além da despeza em distillação? Acha o Redactor um outro meio mais facil de fiscalização que este deposito regular? Reprova elle o systema das Dokas de Londres? Não quer que a agoa-ardente de fóra da demarcação não seja contrabando, quer elle então que este systema não tenha nexo? Chora os Lavradores e lhe diz, olhai que os negociantes o que querem é que vos fiqueis lá com o vosso vinho e que elle não tenha destino e por outro lado quer quem o deposito entre agoa-ardente de fóra!!

Lastima a Commissão pela perda do adiantamento quando se verifique que entrou agoa-ardente de fóra, então quer dar azo a que a Commissão faça contrabando?

Será a Lei agraria que todo o Lavrador que fizer agoa-ardente a leve para o deposito, aonde todos concorrem á compra e não que tenha em casa, e que ande por correctores com empenhos e annuncios para que haja quem a compre? Será melhor tê-la exposta á venda todos os dias, ou tê-la escondida e occulta sem ninguem saber d'ella? Terei eu tambem razão de dizer que taes argumentos são de limpar as mãos á parede?

Esteja o Senhor Redactor certo que quando apresentar o seu Projecto promettido, se me parecer melhor que o da Commissão o defenderei quanto em minhas forças couber, e se me não agradar tambem o não combaterei com dictos de menos consideração.

Lavradores do Douro, uma Camara vossa requereu contra a proposta da Associação Commercial, permitta Deos que um dia não vos arrependais; e notai que as Camaras dos Districtos fóra da demarcação gritão porque a Associação Commercial quer felicitar os Lavradores do districto da feitoria em seu detrimento, quando entre vós se faz o mesmo, qual acertará, a verdade é só uma, os interessados em fabricas, gritarão tambem; teremos d'esperar que estes marchando com prosperidade nos consumão vantajosamente nossos vinhos? Deos afaste de nós a desgraça que eu vejo perpendicular sobre nossas cabeças. Escolhei de tudo o que se escreve o melhor, e para mim quero a satisfação de dizer o que entendo sem rebuço nem contemplação. Eu faço a declaração que não tenho tempo demasiado, nem os talentos que é mister para entreter polémica com os Senhores Redactores, escrevi á pressa as primeiras idéas que me suscitou a leitura dos seus Jornaes, de toda a falta d'ordem e claresa, peço genorosidade, na certesa que não os continuarei a incommodar. Do cima Corgo 17 d'Abril de 1842.

Um Lavrador do Douro

∴

Régua, 22 de Abril de 1842 - Comissão criada na Régua por ordem do Governo para dar o seu parecer sobre a melhoria do comércio dos vinhos.
Fonte: *O Periódico dos Pobres do Porto, 26 de Abril de 1842, p.430.*

Hoje installou-se a Commissão que em conformidade com a Portaria de 7 de Abril foi nomeada para conhecer da conveniencia –ou inconveniencia da Representação da Associação Commercial d'esta Cidade sobre o importante e transcendente objecto de remediar os males que pesão sobre a lavoura, e commercio dos vinhos.

Todos os Membros nomeados pela Camara do Porto – e Villa Nova - Associação Commercial, e Companhia dos Vinhos – e bem assim Suas Excelencias o Visconde d'Oliveira e Senhor Cabral se appresentarão á hora marcada, menos o Senhor José isidoro Guedes, que mandou escusa, dizendo que por motivos especiaes não podia pertencer á Commissão.

Sua Excelencia o Presidente o Visconde d'Oliveira depois de ler a Portaria da nomeação da Commissão – deu conta das representações (enviadas pelo Governo) de differentes Camaras contra a Representação da Associação Commercial.

Depois do que e de se verificar a identidade dos Membros presentes perguntou o Senhor Presidente, se era conveniente entrar desde já na discussão da Representação.

Sobre este objecto fallarão os Senhores Silva Cabral, Taveira e Lobo: reflectindo o primeiro, que sendo tão importante o objecto, e devendo por consequencia evitar-se toda a precipitação parecia que devia nomear-se antes de tudo uma Commissão, que examinasse não somente a Representação da Associação Commercial, mas as Representações em contrário das differenttes camaras: que alêm disto hoje mesmo um illustre Lavrador do Douro lhe havia appresentado um novo tabalho para ser presente á Commissão; e que por tanto era da maior conveniencia até para regularidade da discussão, que todas aquellas peças fossem meditadas – houvesse um parecer sobre ellas, e que em consequencia podesse haver um ponto fixo de discussão.

O senhor Lobo pareceu querer contrariar esta idéa, e até querer que o exame da Commissão e seu parecer se restringisse á Representação d'Associação Commercial, querendo tirar argumento da Portaria; mas sendo esta idéa sustentada pelos Senhores Silva Cabral e Visconde d'Oliveira – toda a Assembléa decidiu unanimemente primeiro que se nomeasse a Commissão, como tinha proposto o Senhor Silva Cabral: segundo que esta Commissão fosse de 3 Membros – terceiro Que considerasse todos os papeis, e sobre elles desse o seu parecer.

Depois de assim decedido e por occasião de tractar se a Commissão devia ser eleita por escrutinio – suscitou o Senhor Cunha Lima a questão se era conveniente esperar pela decisão da Commissão criada na Regoa – parecendo inclinar-se a isto; porém sendo esta idéa impugnada pelos Senhores Silva Cabral, Taveira, e outros Senhores; se decidiu que a

Commissão devendo considerar-se differente da da Regoa – se bem que com o mesmo fim, e sendo tão urgente o negoceie, devia progredir-se sem interrupção.

A Commissão nomeada para rever todos os Projectos e representações e composta dos Senhores Visconde de Semodães, Senhor Cabral e Lobo; os quaes expondo a convicção em que estavão sobre a importancia, e urgencia da materia, concordarão desde logo em appresentar até quinta-feira algum resultado para continuar a discussão.

E depois de mais algumas reflexões se levantou a sessão.

∴

Porto, 25 de Abril de 1842 – Artigo de José Izidoro Guedes sobre o problema dos vinhos armazenados, Artigo 5.º do Projecto, nomeadamente sobre os da colheita de 1841.
Fonte: *O Periódico dos Pobres do Porto, 30 de Abril de 1842, p. 451-452.*

Vinhos do Douro

Tendo sido nomeado pela Camara Municipal desta Cidade, para fazer parte da Commissão mandada installar por Portaria do Ministerio do Reino de 11 de Abril corrente, para o fim d'examinar a proposta da Associação Commercial sobre a crise do commercio de Vinhos, e tendo eu pedido ser dispensado d'aquella Commissão, devo declarar, para que alguem não attribua a renuncia da honra da nomeação a outra causa, que essa renúncia não importa nem quer dizer abandono das opiniões que se contêm na proposta da Associação Commercial. Pelo contrário tão convencido estou eu da conveniencia da mesma proposta para a Lavoura, que, não obstante as impugnações que tem soffrido, ainda a tornaria a assignar. Darei as minhas razões. Sendo certo que o excesso da producção em relação ao consumo, é a origem de todas as difficuldades presentes, é claro que todas as providencias se devem dirigir a equilibrar a producção com o consumo, isto é levar a exportação ao nivel da producção. Para conseguir este augmento desejado, esta base solida, o principal, ou antes o único remedio para a desejada restauração do commercio e Agricultura dos Vinhos, a Commissão pedia ao Governo: - A feitura de Tractados Commerciaes; a isempção de Direitos de exportação para todos os portos para onde era permittida a exportação dos Vinhos não legaes d'Embarque, e finalmente um premio sobre os vinhos que s'exportassem para os mercados aonde elles não tivessem ido directamente. Taes forão as providencias propostas e requeridas, para o fim do augmento da exportação, as quaes receberão a sancção geral, ou ao menos, a da grande maioria dos interessados.

A Commissão claramente manifestou os desejos de que fossem extinctos os direitos d'exportação dos Vinhos para Inglaterra, mas não se attreveu a pedi-lo, attentas as

circumstancias do Thesouro, que não permittirão de se conceder, e a Commissão deu preferencia a um systema que fosse exequivel, a outro que o não fosse ainda, que agradasse mais. Mas se as providencias apontadas receberão a geral approvação da Lavoura e do commercio, não succedeo assim a respeito daquellas que propunhão regulamentos internos. A Commissão reconheceu que os Regulamentos internos são em regra um mal, porque quasi sempre produzem effeitos contrarios ao que se pretende; mas no caso especiasl ei em que estamos, a Commissão entendeu, que esses regulamentos são necessarios, para proteger o commercio e Lavoura, principalmente até que o augmento da exportação faça desapparecer essa necessidade. Com este regulamentos propostos, chocarão-se interesses oppostos, e assim naturalmente se formou uma conjuração para os combater, ou com razões, ou com insultos. A parte Commercial, que tem as suas relações estabelecidas para o consumo dos seus vinhos, e que nada, ou pouco soffre com a crise presente, não deseja regulamentos, nem embaraços no andamento dos seus negocios. A Companhia dos Vinhos do Porto, com o seu pensamento constante sobre o exclusivo das agoas-ardentes, vai d'encontro a quanto possa obstar a este seu desejo Muitos Lavradores, levando ao maior apuro pelas desgraçadas circumstancias, oppõe-se a quanto não lisongear os seus justos desejos, sem se attender á possibilidade de os levar a effeito. Foi sob a influencia de taes contrariedades, que o Projecto se publicou: qualquer outro que apparecesse, havia de soffrer a mesma, ou maior opposição. O pensamento principal, ou antes o único que incerrão todas as medidas regulamentares propostas, é a destilação do excedente dos vinhos do Douro para as necessidades do commercio, e dar á agoa-ardente um consumo certo e determinado, melhorando com ella a genuina qualidade dos Vinhos do mesmo paiz. – Pedindo isto, o commercio está d'accôrdo com a Lavoura; concorda pela sua parte com os desejos della, que quer e insta por isso mesmo: a única differença está nos meios, pois que nem uma Commissão, nem um Banco, nem uma Companhia, dão consumo ao genero; são unicamente o meio, e não o fim.

Estabelecido pela Commissão um meio de consumo d'agoa-ardente, era necessario propor a forma, que assegurasse a inteira execução daquella medida. O primeiro dos meios que lembrarão foi uma Companhia que comprasse o Vinho ao Lavrador e que depois vendesse a agoa-ardente ao commercio. Mas não se insistiu nesta idêa, quando se julgou improvavel, ou antes quasi impossivel, que nas circunstancias presentes se obtivessem Capitaes para isso. Diversos arbitrios concorrerão á escolha, e o ultimo que se preferiu foi o que appresentou em seu parecer. Estabelecer um centro aonde toda a agoa-ardente do Douro fosse depositada, e alli se constituir um mercado franco para as compras e vendas necessarias ao commercio e á lavoura: foi pois o que se propôz. Este depósito, este mercado d'agoa-ardente, devia ser inspeccionado por alguem, que fiscalizasse que nelle não entrasse agoa-ardente de fora da demarcação do Douro, e então uma Commissão de Lavradores e Commerciantes parecerão as

pessoas mais a proposito para por seu proprio interesse, velarem sobre esta fiscalização. Esta Commissão ainda assim tinha de dar conta de sua fiscalização ao Director d'Alfandega, que teria de superintender sobre o assumpto, e ainda além dos regulamentos especiaes porque este systema devia ser regulado, e que competião ao Governo fazer, a Commissão propoz alguns meios mais de fiscalização. Mas era necessario o Lavrador, a quem conviesse a destilação, tivesse peios para ella; que pudesse supprir as suas despezas domesticas, quando o precizasse, sem ser forçado a vender por um preço menos bom a sua agoa-ardente; foi por isso que um adiantamento se lhe proporcionava, que não poderia ser de menos de 25 000 réis por pipa, que com as despezas de destillação, etc. – viria a sommar a cousa de 32 a 35 mil réis por pipa o minimo desse adiantamento. Já se vê, por tanto, que a Commissão não tinha, muito nem pouco, directa nem indirectamente, ingerencia alguma nas compras e vendas deste deposito, que unicamente corrião de conta e a cargo de seus donos; é, por tanto, maldade ou ignorancia o ter-se espalhado que a Commissão queria o monopolio d'agoa-ardente.

Ou poderia dizer-se que a Commissão, propondo estas providencias, as mais efficazes para acabar com o infame tráfico do Contrabando, o queria proteger? E um outro aleive que se lhe assaca, tão iriame como todos os que se lhe imputão.

Não me demoraria mais sobre este assumpto, se não fosse necessario dizer alguma cousa ácerca do Artigo 5.º da mencionada proposta, que foi o que contra ella trouxe mais altos clamores, ou porque não foi meditado em todas as suas relações, ou porque de proposito se quis declamar, ou porque de proposito se quis declamar, ou provavelmente por ambas estas cousas. – este Artigo exclue da exportação como vinhos de primeira qualidade, aquelles que n'um prazo dado não dessem entrada nos armazens do Porto e Villa Nova de Gaya. Ora se houvesse precizão ou tenção de compor os vinhos novos, esta disposição quando promulgada só fazia que os compradores affluissem a comprar, e desta affluencia viria necessariamente tal ou qual melhoramento no preço. Isto é o que teria de accontecer em quaesquer circumstancias em que (pouco ou muito) fosse necessariamento e conveniente comprar; e não produzindo este effeito, a conclusão é que tal restricção é uma circumstancia indifferente no estado presente das cousas, porque as deixava no mesmo estado, isto é os vinhos sem comprador, ou com a restricção proposta, ou sem ella. – Se pois no momento actual esta medida deixava as cousas no mesmo estado, resta agora saber se no futuro ella seria proveitosa, ou prejudicial, para assim se concluir, ou não pela adopção. Para decidir este ponto é necessario reflectir que a lavoura insta por qualificações e quantitativas; por vezes ella e a Companhia o tem requerido ao Governo, e este systema artificial tem por baze regularisar as precizões do Commercio, de fórma que só deixe no mercado a quantidade de vinhos preciza, e não superabundante, para não vir o barateio. Isto posto segue-se, que quanto maior for a quantidade de vinho habilitado para exportação de primeira qualidade no anno de 1841 – tanto menor hão-de ser as

quantidades habilitadas para a mesma exportação nos annos seguintes. E então quando conviria dar este córte, agora que não há esperança alguma de comprador aos Vinhos, ou no futuro quando houver a possibilidade de se venderem? A resposta não é duvidoza. A grande difficuldade que tem encontrado os propugnadores do systema artificial, é o deposito de vinhos velhos aqui e no Douro, porque dizem que em vista desta enorme quantidade, terão os Lavradores a esperar muito pelo beneficio deste systema. Se pois as cousas estão nesta difficuldade, como augmentá-la com 58 000 qualificações de primeira, que tanto foi o Vinho ao Douro qualificado este anno, quando muita gente calculava de 15 a 25 000 a maior quantidade de vinho que se approvaria de 1841? Para que deixar esta enorme quantidade de guias, quando seguramente nem um terço, nem um quarto desta quantidade seguirá este destino? Quer-se evitar a introducção de vinhos de fóra do Douro, e deixão-lhes as guias para o favorecer?

Os vinhos qualificados em primeira, vendidos para consumo, e para destilação darião bastantes guias para aquelles Vinhos de fôra do Douro, se por ventura elles conviessem ao commercio; vindo elles guiados, com um titulo de vinho do Douro de exportação de primeira qualidade, como impedir a entrada nos armazens de depósito? Depois de todas estas reflexões, sobre a conveniencia geral dos Lavradores do Douro, pois não considero o interesse particular de qualquer Lavrador, e sim o geral de todos, creio que não há duvida que para o geral da lavoura fosse preferivel um systema que, não lhe tirando nada no presente, a habilitava a um muito melhor futuro.

Mas ainda assim é necessario não perder de vista, que aquelles dos Lavradores que quizerem tractar o seu vinho com destino para a exportação de Inglaterra, (que será pequeno número em relação ao total dos Lavradores) não ficão impossibilitados de o fazer – O podião fazê-lo conduzir para o Porto no espaço dado que a Lei havia marcar. Ou conservá-lo como vinho de segunda, ou habilitá-lo com guias de primeira dos annos passados, que por ahi abundão por insignificante preço. Conservando-o como vinhos de segunda, não terião difficuldade d'obter troca das qualificações, com os vinhos que se exportão para America, e maior facilidade haveria ainda para essas trocas, concedido o que a Associação pediu no primeiro Artigo do seu Projecto; a exportação livre de direitos para diversos portos. Esta facilidade de trocas é cousa muito sabida e muito corriqueira. Se se pensar bem nisto, sem reflectir na posição particular de cada um, há de concorda-se em que esta providencia era proveitosa ao geral, segundo o systema restrictivo que a Lavoura pertende. Demais, obtida a permissão de exportação sem direitos para todos os mercados menos o d'Inglaterra, a exportação devia crescer muito, e este será um novo meio de lhe dar extracção. Não é tambem para perder, o exclusivo de consumo do Porto por 12 mezes, a favor dos Lavradores do Douro de primeira qualidade; exclusivo que impedindo, a entrada de 6 a 8 000 pipas d'outros vinhos, havia necessariamente de fazer subir bastante os vinhos de primeira vendidos para consumo.

Mas dizem, o que o commercio pertende é excluir, a favor da existencia dos vinhos em deposito, os da novidade de 1841. Sobre isto basta reflectir que, no estado a que as cousas chegarão, não são necessarias providencias nenhumas para evitar o augmento do depósito, elle diminuirá por si mesmo, até ir ao nivel das percizões de consumo. Os Vinhos, como todos os generos, comprão-se pelo commercio por um ou dous motivos ou pela necesidade do genero á vista d'um tão grande depósito, ninguem dirá que elle se possa vender, pois por especulação, quem pensará agora em a fazer n'um genero que está dando as maiores perdas aos possuidores delle?

Não se perca de lembrança, que a maior opposisição que o Projecto encontrou nesta Praça, foi pelo systema das quantitativas e provas; systema contra o qual se oppõe sempre o commercio, que lhe não convem comprar o vinho a um e a guia a outro, systema, digo, que não se requeria em quaesquer outras circumstancias, mas que vingou, porque ninguem se atreve a contrariar os desejos, ou precisões de classes que estão gemendo de miseria. Esta repugnancia que o commercio tem por medidas similhantes, é a resposta a quanto se diz que elle requereu a seu prazer contra a Lavoura.

O commercio, portanto, não póde Ter receio que seu deposito augmente; as cousas chegão até um certo ponto d'onde não passão; a descida é a consequencia da subida, se erros de calculo, ou se quaesques outras circumstancias levarão as cousas a este ponto, a emenda d'esses mesmos calculos, ou a mudança das circumstancias, trarão as cousas ao verdadeiro ponto. O commercio portanto requerendo estas medidas, com quem foi mais d'accordo foi com os principios sustentados pela lavoura, por ella claramente manifestados e requeridos.

O resto do Projecto é de harmonia entre estas disposições principaes, e subordinado a ellas: não repetirei mais, que longo vai o Artigo. Tenho a convicção profunda que neste trabalho que a Commissão appresentou, ella fez um grande serviço ao paiz, se me engano, é erro de entendimento que não de vontade.

Os meus constantes desejos são a felicidade do paiz, se este Projecto o não consegue, venha outro melhor; seja elle exequivel, e o seu author receberá as bençãos dos seus concidadãos. A discussão franca é necessaria para alcançar a verdade, e nesse combate leal não recusarei nunca entrar. Os improperios, as invectivas, são armas que não sei jogar.

Porto 25 de Abril de 1842. – José Izidoro Guedes.

∴

Porto, sem data – Analise do projecto da comissão nomeada pela Direcção da Associação Comercial do Porto por um anónimo (Philatethes).
Fonte: *O Periódico dos Pobres, Apenso ao n.º 100, p.1 a 3.*

A crise actual do commercio e lavoura dos vinhos do Douro occupa a attenção de todos os Portuguezes e muito dezamor deve ter pelas cousas da patria, quem não concorrer com o pouco que em si estiver para illucidar a questão que se agita sobre o modo de obstar á total ruina d'esse commercio e lavoura. – Escabrosa e cheia de difficuldades é esta questão – não pensamos que temos sufficiencia para a resolver – ousamos com tudo aventurar algumas reflexões sobre a Proposta ou Projecto da Commissão nomeada pela Direcção d'Associação Commercial, que é seguramente o trabalho de mais vulto que tem apparecido e que representando a opinião do corpo do commercio desta Cidade, mais carece de ser considerado e reflectido. – Entramos neste empenho, protestando o maior respeito pelas luzes e patriotismo da Commissão, mas não deixaremos de apontar o que nos parecer que favorece com especialidade mais este ou aquelle dos diversos interesses de que se compõem este ramo da riqueza publica, em vez do os collocar todos naquelle preciso equilibrio que reclama o geral interesse do Paiz e os mais severos principios de justiça e equidade.

Artigo 1.º da Proposta

A Commissão propoem neste Artigo que sejão livres de direitos de exportação todos os vinhos velhos em deposito ou qualificados em primeira qualidade da novidade de 1841 que se embarcarem para todos os Portos para onde era permittida a exportação dos vinhos não legaes antes da extincção da Companhia – e com quanto esta medida facilite a exportação d'esses vinhos, ella denuncia desde logo (pelo modo como está redigida) um pensamento que em nosso entender domina todo o Projecto e é a diminuição do deposito dos vinhos existentes em Villa Nova sem attenção alguma pelos vinhos de segunda qualidade da novidade de 1841.

Antes da extincção da Companhia era prohibida assim como ainda actualmente é, a exportação dos vinhos não legaes isto é de segunda qualidade para os portos da Europa – já para não diminuirem a opinião que havião obtido os legaes ou de primeira qualidade – já porque sendo inferiores nunca poderião obter um preço regular em concorrencia com os outros que lhe erão superiores – mas em compensação desta prohibição concedia-se-lhe a exportação para todos os outros Portos do Mundo e ultimamente a vantagem de pagarem um por cento de direitos sómente. – Se a Commissão quer ser justa se não quer favorecer só a exportação dos vinhos comprados actualmente pelos Negociantes do Porto e aqui existentes de mistura com os da primeira qualidade de 1841, deve propôr a isenção de direitos que inculca para os vinhos de segunda qualidade tambem. E se assim o não fizer e vier a converter-se em Lei o Artigo como

se acha redigido, o seu effeito seria a anniquilação da exportação d'esses vinhos de segunda qualidade que alem de mais inferiores irião apparecer nos diversos mercados com um direito de que são absolvidos os de primeira qualidade que menos carecem de favor.

A Commissão antevio essa anniquilação e para que se lhe não fizesse a arguição que fica indicada exclue positivamente da exportação estes vinhos da segunda qualidade no Artigo 7.º. quando fallamos deste Artigo qualificaremos devidamente esta Segunda injustiça.

Artigo 2.º

Concede-se por este Artigo um premio de 20$000 reis por pipa aos vinhos que se exportarem para os mercados aonde os nossos vinhos não tenhão ido directamente; e por muito louvavel que seja a idéa deste premio ella vem affectada da mesma restricção que mencionamos no antecedente Artigo - A redacção é, que seja concedido um premio de 20$000 réis por cada pipa que dos mesmos vinhos se exportar etc. Ora pelas palavras dos mesmos vinhos entemdem-se os de que tracta o Artigo 1.º, e por conseguinte temos que os vinhos da Segunda qualidade que não pertencerem ao actual Deposito não podem concorrer áquelle premio.

Além desta restricção, que nenhum principio justifica, temos tambem a observar a impropriedade que nos parece haver no meio de realisar este premio que é segundo o Artigo dando-se um titulo admissivel nos direitos de importação dos generos que d'esses paizes nos vierem – por quanto ou esses paizes não daquelles de que recebemos mercadorias ou não. – Se nada delles recebemos o titulo não tem valor algum e o premio torna-se nullo, e se effectivamente d'esses Paizes importamos ou viermos a importar alguns generos equivale então esse premio a uma forte diminuição nos direitos de entrada e virá a destruir-se em grande parte o effeito que o legislador se propoz estabelecendo esses direitos de importação protectores da industria e agricultura nacional.

Julgamos pois que o premio estabelecido pela Commissão deve abranger a primeira e segunda qualidade e não ser applicavel sómente á primeira e deve realisar-se não pelo modo indicado, mas por outro que se torne effectivo em todos os casos e sem prejuizo da industria do Paiz.

Artigos 3.º e 4.º

Não é facil atinar com o motivo que levou a Commissão a fazer o beneficio da isenção aos direitos dos vinhos de exportação que no prazo de um mez passarem para consumo em quanto sobrecarga com direito de 9 600 réis os que depois d'esse prazo verificarem a referida passagem. Se o fim desta medida é como parece diminuir a quantidade dos vinhos de exportação porque a não redigiu de modo que pudesse approveitar esse beneficio a todos os

possuidores daquelles vinhos, sem a restricção de ser so applicavel aos vinhos que tiverem dado entrada nos Armazens até 15 de janeiro? Porque motivo serão excluidos d'esse beneficio os vinhos que ainda estão no Douro? Porque razão se há de augmentar a estes ou a outros que no futuro hajão de passar de um para outro destino o direito de 6 300 a 9 600? A Commissão teve sem duvida sómente em vista diminuir o deposito dos vinhos de Villa Nova e Porto – mas não se lembrou talvez que com estes dous Artigos estabelecia o exclusivo temporario do consumo desta Cidade a favor dos Vinhos daquelle deposito com exclusão de toda ou quasi toda a novidade que ainda se acha no Douro, pois que um favor dessa ordem no estado de penuria que todos presenciamos equivale á exclusão, ou quasi exclusão dos vinhos que ainda se achão nas mãos dos Lavradores. E que lucros traria ao Paiz esta medida ou este exclusivo de facto tão liberalmente concedido? O vinho que de tal forma diminuisse no Deposito de Villa Nova e Porto, cresceria no Douro e o Thesouro perderia effectivamente uma somma enorme pelos direitos de consumo de que seria privado por effeitto das immensas passagens que durante aquelle mez serião verificadas.

No tempo da existencia da Companhia, quando ella assegurava a todos os Lavradores um preço regular pelos seus vinhos, na proporção das suas respectivas qualificações, bem facil era o Decretar-se essas medidas de exclusão de uma ou mais qualidades do consumo da Cidade – hoje só com os exiguos meios que a Commissão offerece aos Lavradores, é insustentavel, é impossivel uma tal violencia.

Artigos 5.º, 6.º, e 7.º

A Commissão estabelece nestes Artigos a sorte que reserva ás differentes qualidades de vinhos da novidade de 1841, e essa sorte é:

Quanto aos vinhos da primeira qualidade a que a Lei afiança a faculdade de serem exportados para todas as partes do Mundo ou consumidos nesta Cidade.

1.º - Que esta faculdade só se concede aos vinhos que até 15 d'Abril tiverem entrado no Porto e Villa Nova.

2.º - Que os que estiverem fóra do Porto e Villa Nova nesse dia só poderão ser exportados para a Asia, Africa e America.

3.º - Que a uns e outros só é permittido o consumo na Cidade durante um anno.

Quanto aos vinhos de segunda qualidade a que a Lei afiança a faculdade de serem exportados para Asia e Africa e America ou consumidos nesta Cidade.

1.º - Prohibição absoluta d'essa faculdade.

2.º - Que possão só serem destillados ou consumidos no interior do paiz.

Facil será á vista das disposições conhecer que o pensamento da Commissão é a respeito dos vinhos da primeira qualidade o mesmo que referimos no principio deste escripto em relação aos vinhos de Segunda qualidade isto é, diminuir o Deposito existente no Porto e

Villa Nova, sacrificando para isso o interesso dos Lavradores. Com effeito pela letra destes Artigos parece que a prohibição de serem exportados ou consumidos na Cidade é só para os vinhos de Segunda qualidade, mas reflectindo um pouco e combinando estas disposições com as dos Artigs 4.º e 5.º conhece-se bem depressa que essa prohibição se torna tambem de facto para os vinhos da primeira qualidade. Todos sabem que hoje, e depois já do dia 15 de Abril ainda se acha no Douro toda a primeira qualidade da novidade de 1841 com mui pequena diminuição e que por isso não poderá segundo o Projecto ser exportada para a Europa - e todos sabem tambem que pela concessão do Artigo 4.º o Deposito de Villa Nova tem de fornecer por muito mais de um anno o consumo na Cidade – e que por conseguinte a admissão a consumo permittida por um anno sómente torna-se illusoria para o vinho que pára nas mãos dos Lavradoes – de sorte que bem claro fica que por effeito de taes disposições vem a ser excluida de facto não só da exportação para a Europa, mas tambem de consumo da Cidade toda ou quasi toda a novidade de 1841, ficando-lhe sómente livre a mesquinha e precaria exportação para a Asia, Africa e America.

Custa bem a imaginar como a Commissão se persuade que os Lavradores se hão de sugeitar a estas medidas, e se não hão de levantar em pé e como um só homem contra ellas. – Se é chegado em fim o caso de um grande sacrificio, de anniquilar uma parte do genero para dar valor ao que ficar – esse sacrificio seja commum. As 140 000 pipas de primeira e segunda qualidade dos armazens de Villa Nova e Porto, nem tem mais privillegio, nem são qualificadas do que as 70 000 tambem de primeira e segunda qualidade que existem no Douro. – Se é preciso dar um córte na quantidade de vinho a que a Lei está affiançado o destino da exportação ou o consumo da Cidade, este córte seja proporcional entre os vinhos do Douro e os de Villa Nova e Porto, quer da primeira quer da Segunda qualidade. Se a Commissão quer que se repute justo e equitativo o seu Projecto deve as disposições que fazem o objecto destes Artigos juntar a prohibição de se exportar ou consumir na Cidade uma parte grande dos Vinhos daquelle Deposito de Villa Nova e Porto, deixando-lhe para esta parte o mesmo destino de destillação e consumo interior que reserva para os do Douro; e em quanto assim o não fizer, o seu Projecto será tudo o que quizer, excepto razoavel e justo.

Artigo 8.º a 14.º

Entramos em fim naquella parte do Projecto com que a Commissão pertende indemnisar os Lavradores de todos os sacrificios que lhe impõe. Esta indemnisação consiste:

1.º - na obrigação imposta ao commercio do Porto de comprar 30 canadas de agoa-ardente por pipa de Vinho de primeira qualidade da novidade de 1841 e seguintes, que der entrada no Porto e Villa Nova – e 6 canadas por pipa de vinho de consumo que igualmente alli der entrada, sendo esta agoa-ardente toda fabricada de vinhos do Douro.

2.º - No fornecimento dos meios necessarios para a distillação a cada Lavrador que disso necessite, e n'um adiantamento sobre cada pipa d'agoa-ardente que não será menor de 25 000 réis ficando essa agoa-ardente como penhor mercantil do emprestimo, juros, despezas, gratificação etc.

Se estes meios de indemnisação equivalessem actualmente, ou pudessem equivaler á compra de todos os Vinhos que pelo Projecto ficão excluidos da exportação e consumo da Cidade, que a Lei lhes affiança, na proporção do seu respectivo merecimento como no tempo da antiga Companhia, ou ainda com um abatimento proporcional á penuria e estagnação presentes – nós de boamente riscariamos as considerações que temos feito, e diriamos que era chegado o caso de se não pezarem á risca os Direitos dos Lavradores, e de fechar os olhos para salvar os Negociantes do Porto – mas quem não vê que taes meios além de irem de encontro á immutavel natureza das cousas, isto é, de se querer por elles converter todos os Lavradores, o Douro inteiro, n'um arraial de negociantes e especuladores de agoa-ardente – além de nunca em anno algum poderem equivaler ao sacrificio que se pertende de toda ou quasi toda uma novidade, como fica demonstrado – são no presente anno inteira e totalmente illusorios. – Não estão já em Villa Nova e com agoa-ardente comprada esses poucos Vinhos da novidade de 1841 que pelo Projecto podem so considerar-se Vinhos da exportação da Europa? Para que Vinhos hão de pois os Lavradores venderem a agoa-ardente que este anno fizerem? Será acaso para os Vinhos que forem comprados para a exportação da Asia, Africa, e America? E quem não sabe que esta exportação é hoje em extremo diminuta? Será para os Vinhos que se comprarem para consumo? E quem não vê que esse consumo fica assegurado aos Vinhos existentes no Deposito de Villa Nova e Porto pelo Artigo 4.º do Projecto? Parece-nos, se nos não enganamos muito, que só com estas interrogações derrocamos nesta parte todo o edificio da Commissão. – Muito nos pezará se com estes nossos raciocinios tocarmos o melindre dos illustres membros da Commissão, de cujos conhecimentos e sinceridade nenhuma duvida podemos nutrir – porêm composta de negociantes aqui residentes, profundamente affectada pelos males gravissimos da sua classe, bem facil lhe era não dar a devida attenção ao pezo do sacrificio que impunha ao Douro, nem ao pequeno lenitivo que em troca pertendia ministrar-lhe.

Artigo 15.º

Não temos repugnancia em acreditar que em um ou outro anno o direito de 12 000 réis que por este Artigo se impõe á agoa-ardente das Provincias possa melhorar o mercado da agoa-ardente do Douro, mas duvidamos que as Provincias se accomodem com este novo imposto, vendo que já se deixa concedido nos antecedentes Artigos uma especie de exclusivo para as agoas-ardentes daquelle paiz, com as quaes concorrião até aqui francamente e com

igualdade – e nem o ser oppressivo o Direito de exportação que pesa sobre o vinho do Douro justifica um similhante que agora haja de introduzir-se.

Artigo 16.º

Não duvidamos que se possa aperfeiçoar a Lei de 7 d'Abril de 1838, mas não nos parece que o remedio de que ella carece consista como estabelece a Commissão na mudança dos locaes das provas (uma vez que subsista o methodo das garrafas) e menos na exclusão da interferencia da Companhia. Esta associação como sociedade anonyma não tem de certo um interesse pessoal, nem tão directo e immediato, como algumas vezes podem Ter os individuos que sahirem do corpo do commercio de approvarem ou reprovarem maior ou menor porção de Vinho; e nisto mesmo é que consideramos menos vantajosa a substituição da Commissão. Entretanto julgamos que de qualquer modo este objecto é muito grave de que os outros que actualmente nos cercão, principalmente havendo, como tem de haver por muitos annos a necessidade do córte ou separação que faz o objecto do Artigo seguinte.

Artigo 17.º

Concordamos na separação annual futura estabelecida por este Artigo – mas será sempre preciso que desta separação se não abuse, habilitando para Vinho legal somente uma diminuitissima quantidade como no presente anno se pretende, porque isso equivale como temos ponderado á exclusão da novidade inteira, o que só beneficiará os negociantes do Porto. – Aqui repetiremos a opinião que já temos antever, e que em nosso pensar é o único meio de remediar, ao menos sem injustiça, os males publicos – e com esta nossa opinião que não inculcamos senão como justa e equitativa terminaremos este nosso trabalho.

Ou se quer e pode crear uma Commissão, Banco, ou Companhia nova, ou antiga, que compre os vinhos do Douro que ficarem sem comprador, por preços proporcionaes ao seu merecimento, relativos ás circumstancias dos tempos, mas que sempre cubrão as indispensaveis despezas de grangeio – ou se não quer, ou não póde crear esse Estabelecimento.

Se se quer e pode fazer isto, salve-se o commercio do Porto, effectuando-se os precisos córtes, separações, e mudanças de destino que a Lei afiança ás diversas qualidades de vinhos do Douro, e que rasoavelmente se conheça podem conduzir ao indicado fim. Se se não pode, ou não quer formar, ou renovar aquelle Estabelecimento agricola – cada um supporte os seus males como puder – ou a imaginarem-se córtes, separações, e mudanças de destinos, seja tudo isso rateado segundo as respectivas qualidades entre os vinhos existentes em Villa Nova e Porto, e os que se achão no Douro. E nem se pense que a circumstancia de estarem beneficiados com mais agoa-ardente aquelles vinhos de Villa Nova e Porto, os pode ou deve livrar de sorte commum. O direito de exportação está assegurado por Lei tanto a estes como

aos do Douro. A qualificação que assegura este direito está na bondade intrinseca dos vinhos, e não na agoa-ardente que se lhes lança, e se é preciso cercear o mesmo direito tão sagrado para uns como para outros, o córte deve affectar a todos, proporcional, e quantitativamente.

Em conclusão – o pensamento da Commissão na forma que se acha exarado na sua Proposta é impossivel. O Douro não pode subscrever á sua ruina para salvar os negociantes do Porto – tanto mais que a crise em que estes se achão é o resultado de erros de calculo, de especulações pouco consideradas, mas em que entrarão voluntariamente. Os prejuizos que dahi lhe resultarem são uma condição inherente ao seu officio de negociantes – são as contigencias desse officio – contigencias que no caso actual elles devião ter previsto e podião em grande parte evitar. – Não queremos inculcar com tudo que não mereça contemplação a classe commerciante – entendemos que a deve haver com ella, grande e muito grande, mas é claro a todos as luzes que igual ou maior se deve ter com os Lavradores, cuja condição é sempre forçada e nunca voluntaria.

Philatethes

∴

Lisboa, 28 de Abril de 1842- Comunicado de um particular contra o exclusivo das aguardentes.
Fonte: *A Revolução de Setembro, 2 de Maio de 1842, p. 3.*

Communicado.

Tempos há, que a voz do povo apregoa, que um Tractado de commercio em Inglaterra, vai ver a luz do dia; costumados os Portuguezes aos beneficios resultantes dos Tractado com a Inglaterra, tremem sempre que se diz proxima sua conclusão: ultimamente a Associação Commercial do Porto insta por elle como remedio aos males do Douro; e o Tito do nosso Diario, aprova a lembrança, e um e outro indicam a necessidade de incluir ahi o quer que seja, que importe o exclusivo das agoas-ardentes no Douro; e a prohibição da entrada ahi ás agoas-ardentes do resto do reino.

A questão do exclusivo das agoas-ardentes é a guerra do todo com a parte: do interesse geral e verdadeiro com o especial e imaginario; e por isso facil é de ver, que quando houver em Portugal um Governo, que tal nome mereça (e quando será?) não póde tal Projecto surtir effeito: como porem hoje se dá o mais justo motivo de desconfiança, é necessario que se faça ver, e se clame com justiça, contra o Tractado, para que do silencio se não tire argumento de tacita aprovação de sua conveniencia. Pelo que diz respeito aos graves inconvenientes, que deste resultariam aos artistas, e fabricantes; aos males que já mui dignamente começam, deixamos essa tarefa; e nos lemitamos uma parte especial que diz respeito aos Lavradores e proprietarios dos vinhos, isto é o exclusivo das agoas-ardentes.

O Douro foi um districto em Portugal dos mais felizes; a sua producção ao principio pequena, em proporção do consumo, que quotidianamente augmentava, pois que o vinho do Porto era a moda favorita, (e póde bem dizer-se que justificada) sendo este quasi o exclusivo nos mercados de Inglaterra, ellevaram o seu valor a grande auge: o mercado foi augmentando até a guerra Peninsular, e por isso embora a producção augmentasse, resultado já da ampliação do districto do vinho da feitoria, já da melhor cultura, e única exclusiva de todo o terreno dentro dos limites, o preço não diminuia. A guerra Peninsular augmentou o consumo; a Inglaterra por assim dizer consumia exclusivamente vinho do Douro; e este chegou ao auge da fortuna: acabada a guerra o consumo diminuiu no interior, e no exterior consideravelmente, a Inglaterra passou pouco a pouco, a tomar d'outros vinhos, a moda passou: e o consumo diminuia, e outros vinhos foram disputar em Inglaterra, o exclusivo do que o Douro por assim dizer gozava; pouco depois a separação do Brasil tornou ainda mais sensivel o mal, a cultura sempre augmentando, e o consumo diminuindo, pois que se não abriram, nem procuraram novos mercados que suposto muito mais diminutos do que a differença dos antigos, podessem do possivel modo equilibrada. O deposito augmentou, e o preço dos vinhos diminuiu. Não é pois a falta da Companhia a causal da desgraça, ella se daria, ainda que mil companhias existissem, embora com ellas o exclusivo da agoa-ardente.

Quando o mal é grande todos procuram e desejam evitá-lo; muitas vezes o desejo vehemente de o remediar engana as escolhas do remedio: o exclusivo das agoas-ardentes pareceu a parte dos habitantes do Douro, o grande elixir para curar seus males; se elles porém provem das causas supra indicadas; como remediar o exclusivo a desgraça do Douro?

Suponhamos porém por um momento, que o elixir era efficiente, deveria lançar-se mão delle? digo que não.

Portugal compoem-se de differentes Provincias, e districtos e todos teem iguaes direitos, e ninguem ousará sustentar que é permittido o locupletar-se comjuntura alheia, e que é licito, enriquecer uma Provincia ou um districto a custo dos outros e contra uma vontade sua. Ninguem dirá que tal é politico, e se esta these éverdadeira, não o é menos a hipothese, e portanto insustentavel o exclusivo.

As duas Provincias da Estremadura, e Beira, são quasi (além do Douro) as unicas productoras em ponto grande de vinho, em Portugal: em outro tempo o Brasil era o mercado quasi exclusivo de nossos vinhos: este mercado diminuio consideravelmente e a cultura das vinhas nas suas Provincias augmentou grandemente, e então a deminuição do preço era infalivel: e o vinho da Estremadura e Beira, desceo de 24$000 réis que se podia diser por muito tempo o medio valor de uma pipa, a 4$000 réis, e menos que tanto vale no corrente anno.

O consumo da capital, apesar de grande, onerado com os enormes direitos de 12$000 réis em pipa, é muito inferior ao que podia e devia ser; não sendo sufficiente o consumo no

interior, e no estrangeiro, a necessidade aconselhou o procurar meio de consumo, na destilação em agoa-ardente e por toda a parte estes estabelecimentos começam a apparecer; e hoje villas há aonde se encontram quatro maquinas montadas, e talvez que na Estremadura, e districtos vinhateiros difficil seja percorrer uma legoa sem encontrar montada uma maquina de distilação.

O mercado principal é o Douro. E se existindo elle a agoa-ardente tem baixado a 1400 réis o almude como alguma se tem vendido, e o vinho a 2$400 réis a pipa, como muito se tem vendido o que succederia se o exclusivo vingasse?!

A desgraça dos proprietarios, e Lavradores de vinhas, e de todos os dos estabelecimentos de maquinas de distilação seria inevitavel; se pois como deixamos estabelecido não é licito locupletar uma Provincia á custa de outra: se o Governo deve sempre ter em vista o bem geral é evidente que o exclusivo das agoas-ardentes é impossivel.

A lembrança porém não é nova, há hoje um anno, que ella quis vogar, de toda a Beira e Estremadura se levantou um clamor geral, e o Projecto não vingou:lembrem-se os proprietarios e Lavradores de vinho da Estremadura e beira, de que sua existencia está ameaçada, tenham presente o mesmo, os proprietarios de maquinas de destilação, usem do direito de petição, em especial, além dos direitos de que possam lançar mão, e o exclusivo não vingará, porque não deve vingar como deixamos demonstrado. Lisboa, 28 de Abril de 1842. O proprietario e Lavrador de vinho. A.M.R.C.H.